



V congresso português de demografia

a crise demográfica um país em extinção?

6-7 OUTUBRO 2016 • FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN • LISBOA



Atas do V Congresso Português de Demografia

ISBN: 978-989-97935-3-8

Orgs:

Maria Filomena Mendes

Jorge Malheiros

Susana Clemente

Maria Isabel Baptista

Sónia Pintassilgo

Filipe Ribeiro

Lídia P. Tomé

Stella Bettencourt da Câmara

Conselho científico – Livro de Atas

Alina Esteves (IGOT-UL)
Ana Romão (Acad. Militar)
Fernanda Sousa (FE-UP)
Isabel Tiago de Oliveira (ISCTE-IUL)
José Carlos Laranjo Marques (CICS.NOVA.IPLeiria)
José Gonçalves Dias (ISCTE-IUL)
José Rebelo (ESCE-IPS)
Maria da Graça Magalhães (INE)
Maria João Guardado Moreira (ESE-IPCB)
Paulo Matos (FCSH-UNL)
Paulo Nossa (ICS-UM)
Teresa Rodrigues (FCSH-UNL)

Nota Introdutória

Com a realização do V Congresso Português de Demografia, a Associação Portuguesa de Demografia (APD) pretendeu constituir um fórum de reflexão e debate privilegiado relativamente a todas as questões demográficas que marcam a atualidade, reunindo contributos de investigadores nacionais e estrangeiros de todas as áreas científicas para a disseminação do conhecimento demográfico. Congregando resultados e experiências de todos os que, nas suas funções quotidianas, se debruçam sobre os problemas demográficos contemporâneos, promoveu-se o intercâmbio não apenas científico mas também técnico com vista ao conhecimento aprofundado da realidade demográfica portuguesa, de modo a melhor (re)pensar e intervir em termos de futuro (de modo prospetivo).

Neste sentido, este livro publica as atas do V Congresso Português de Demografia que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian de 6 a 7 de outubro de 2016, organizado pela Associação Portuguesa de Demografia (APD), em parceria com o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora, sob o tema *A crise demográfica. Um país em extinção?* Aos autores das comunicações apresentadas foi solicitada a submissão dos artigos completos que, sujeitos à arbitragem científica do Conselho Científico, constituído para o efeito, foram incluídos na presente publicação. Para além da avaliação da qualidade científica foi tida em consideração a adequação dos artigos submetidos à temática da obra em publicação.

A Associação Portuguesa de Demografia agradece o apoio à realização deste congresso que foi dado pelas seguintes entidades:

- Fundação Calouste Gulbenkian
- Instituto Nacional de Estatística
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- Câmara Municipal de Lisboa
- Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Liberty Seguros
- Grupo Jerónimo Martins
- Alto Comissariado para as Migrações
- Observatório das Migrações
- ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
- Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Asociación de Demografia Histórica

Índice

Nota Introdutória	3
Índice	4
Fecundidade, Família e Conjugalidades	6
As descendências de filho único e o <i>childlessness</i> na coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968.....	6
A presença do homem (pai) no parto: contextos, experiências e significados.....	21
Fecundidade e desenvolvimento em Angola	33
Household and housing decisions of southern European young adults	50
Mortalidade e Saúde	66
Evolução da mortalidade materna em Portugal	66
A sobremortalidade de inverno num país mediterrânico: clima ou envelhecimento e pobreza? ..84	
La muerte en Cáceres (Extremadura). Etnohistoria del silencio eterno en el siglo XX	97
Migrações	125
Realojamento e imigração dos hindus do Bairro do Armador (Lisboa): desafios da mobilidade e da integração	125
Novos imigrantes portugueses no Brasil e as estratégias para a obtenção de visto permanente: os investidores individuais na região Nordeste.....	143
População e Economia.....	157
Impacto da Demografia no mercado de trabalho e emprego em Portugal.....	157
Population ageing and the labour market during the recent crisis in Portugal.....	168
Projeções da população em idade escolar e planeamento de equipamentos educativos.....	185
Subpopulações	201
A Pobreza dos Idosos em Portugal, 2006 – 2014.....	201
Partidos Políticos, Programas Eleitorais e Políticas de População: um estudo exploratório.....	231
Demografia Regional	254
A demografia na construção de uma visão temporal e territorial de Portugal	254
Projeções da população residente. Cenários, tendências e desafios na CIM Região de Coimbra (Portugal).....	272
Mobilidades em territórios da raia limiana na transição do milénio.....	292
A dança como estratégia de inclusão de jovens portugueses ciganos em contexto escolar. Uma experiência no Vale da Amoreira, concelho da Moita.....	310
Demografia e Segurança	326
SIM4SECURITY. A forecast and spatial analysis model for homeland security. Portugal 2030	326

Tempo e População	336
As várias faces do espelho: nascer no concelho de Vila Nova de Famalicão entre o século XVII e o século XIX	336
Ala que se faz tarde: a emigração para o Brasil no concelho de Vila Nova de Famalicão entre a segunda metade de Oitocentos e o início da Primeira Guerra Mundial.....	355

Fecundidade, Família e Conjugalidades

As descendências de filho único e o *childlessness* na coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968

Andréia Maciel

Universidade de Évora, CIDEHUS.UE, amaciел@uevora.pt

Rita Brazão Freitas

Universidade de Évora, CIDEHUS.UE, rfreitas@uevora.pt

Maria Filomena Mendes

Universidade de Évora, CIDEHUS.UE, mmendes@uevora.pt

Abstract: Portuguese society is currently living in a very low fertility context. In a scenario where there is a continuous postponement of parenthood projects, it becomes crucial to verify to what extent the delayed entry into motherhood can influence the final fertility of individuals. In this paper, we intend to analyze the final fertility of a cohort of women born between 1964 and 1968 that were ending their reproductive lives in 2013.

Keywords: Postponement, fertility, children, women.

Sumário: A sociedade portuguesa atualmente experimenta um contexto de muito baixa fecundidade. Num cenário em que se verifica um contínuo adiamento da entrada na parentalidade torna-se de fundamental importância verificar em que medida o adiamento da entrada na maternidade pode influenciar a fecundidade final dos indivíduos. Neste trabalho pretende-se explorar a fecundidade final de uma coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968 que estavam a encerrar o seu percurso reprodutivo em 2013.

Palavras-chave: Adiamento, fecundidade, filhos, mulheres.

1. A fecundidade das mulheres residentes em Portugal

1.1. A evolução da fecundidade portuguesa

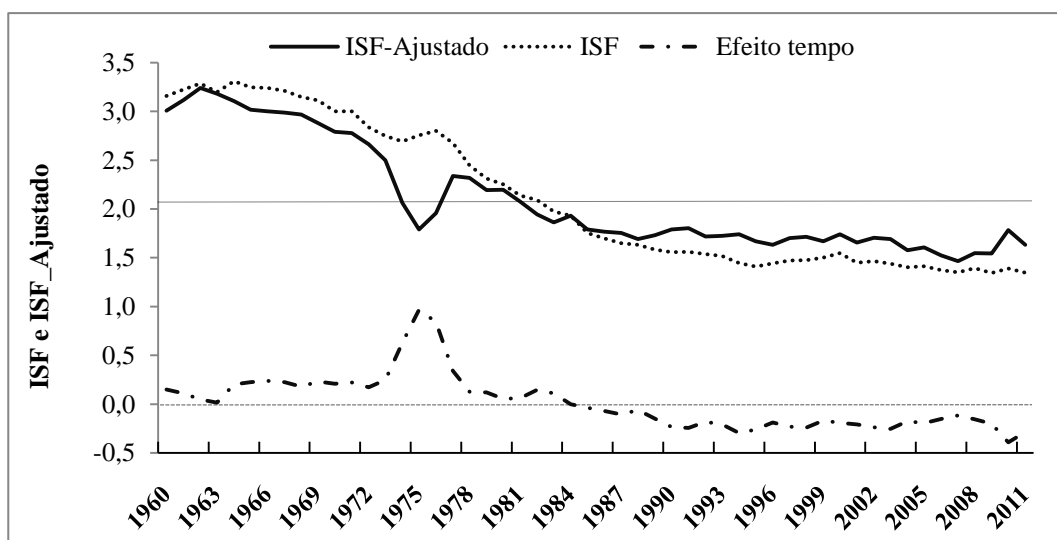
Nos anos mais recentes Portugal vem registando um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa e do mundo. O país registou em 2013 e 2015, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), respectivamente um índice sintético de fecundidade (ISF) de apenas 1,21 e 1,30 filhos por mulher. Entretanto, apesar do ISF ser, de forma geral, o indicador mais utilizado para mensurar o

nível de fecundidade num determinado momento, ele pode fornecer impressões incorretas sobre as tendências da fecundidade em termos do número de nascimentos por mulher (Sobotka, 2004).

Tal ocorre porque o ISF observado em um dado momento tende a ser afetado pelas flutuações provocadas pelas mudanças no calendário reprodutivo (*tempo*), fazendo com que as tendências de adiamento ou rejuvenescimento da fecundidade ocultem as tendências do *quantum* (Bongaarts, 1998, 2002). Regra geral, quando a idade média da fecundidade diminui (rejuvenescimento), o efeito do *tempo* tende a ser positivo, sobrevalorizando o ISF e quando a idade média da fecundidade aumenta (adiamento), o efeito do *tempo* passa a ser negativo, deprimindo o ISF averiguado naquele momento (Bongaarts, 2002).

Para contornar o viés provocado pelo efeito *tempo*, Bongaarts e Feeney propuseram a utilização de uma taxa de fecundidade total ajustada (TFR-adj) que, segundo os autores supracitados, pode ser interpretada como uma “estimativa mais precisa da taxa de fecundidade total que seria observada na ausência de mudanças no calendário reprodutivo” (Bongaarts & Feeney, 1998: 275).

Figura 1: Evolução do ISF e do ISF-ajustado, no período 1960-2011 (Portugal)



Fonte: Maciel (2015: 228).

Pela figura 1 observa-se que até 1983, o efeito *tempo* foi positivo e por isso contribuiu para ocultar a redução do *quantum* (ISF observado superior ao ISF-ajustado), indiciando que a redução

da fecundidade ocorrida até então, foi tributária essencialmente da redução do *quantum* como preconizam as fases da Segunda Transição Demográfica (Maciel, 2015).

Partindo do princípio que as mudanças no calendário reprodutivo podem dissimular as tendências do *quantum* e que o adiamento da fecundidade tem sido referido como uma das principais causas das baixas taxas de fecundidade atualmente verificadas, torna-se de fundamental importância analisar a fecundidade ao termo do período reprodutivo e portanto, isenta das distorções provocadas pelo efeito *tempo* (Bongaarts & Sobotka, 2012).

Para este exercício pretende-se analisar a fecundidade de uma coorte de mulheres que em 2013 tinha idades entre os 45 e os 49 anos (nascidas entre 1964 e 1968) e que segundo os dados do Inquérito à Fecundidade Portuguesa (IFEC2013) - realizado no âmbito de um protocolo celebrado entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos e o INE - já haviam (praticamente) findado o seu período reprodutivo, já que a extrema maioria delas (97,5% daquelas sem filhos e 99,5 % daquelas com filhos, excluindo-se as indecisas e as que relataram não poder ter filhos), não demonstrava intenções de ainda ter filhos.

Como se trata de uma amostra complexa, para uma maior precisão dos resultados todas análises foram realizadas com o uso do ponderador fornecido pelo INE, uma vez que tais ponderadores permitem uma aproximação da amostra com suas reais proporções na população. Desta forma, após a inclusão do ponderador, a amostra de mulheres com idades entre os 45 e os 49 anos computou 373.797 observações.

1.2. O *childlessness* na coorte de mulheres residentes em Portugal, nascidas entre 1964 e 1968

Como exercício inicial na análise da fecundidade das mulheres residentes em Portugal e que estavam a findar o seu período reprodutivo em 2013, começamos por destacar a incidência da ausência de filhos (seja por escolha ou circunstância), das descendências de filhos únicos, do modelo normativo dos dois filhos e das descendências mais alargadas, sendo que a maternidade integra o percurso da extrema maioria das mulheres desta coorte (tabela 1).

Tabela 1: Ordens de paridade da coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968 para o ano de 2013 (Portugal)

Observações	Ordens de paridade				Total
	0 filhos	1 filho	2 filhos	3 ou+ filhos	
(N)	45.994	114.708	165.411	47.684	373.797
%	12,3	30,7	44,2	12,8	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Embora as descendências do modelo normativo de dois filhos sejam a situação mais comum entre elas, verifica-se que 1/3 destas tiveram descendências únicas. Sem embargo da elevada taxa de transição (87,7%) para a maternidade, uma fração considerável (12,3%) não experienciou e nem pretende experienciar a maternidade, sendo que a percentagem de mulheres nesta condição é próxima daquelas que tiveram descendências mais alargadas (12,8%).

As proporções analisadas na tabela 1 corroboram as estimativas da *Human Fertility Database* referidas por Oliveira (2012) para o ano de 2009, onde se estima que cerca de 14% das mulheres chegariam ao termo de sua vida reprodutiva sem ter experienciado a maternidade e apenas 44% conseguiriam ter um segundo nascimento.

Ainda que a proporção de mulheres infecundas residentes em Portugal (12,3%) esteja distante das elevadas proporções apresentadas em muitos outros países europeus (Frejka, 2008; Oliveira, 2012), importa interrogarmo-nos sobre quais são as mulheres que tinham como decisão não vivenciar o projeto de maternidade, ou seja, aquelas que reportaram não ter desejado filhos ao longo da vida e aquelas que poderão ter abandonado os seus projetos parentais (desejou ter um mais filhos).

Tabela 2: Distribuição percentual da coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968, sem filhos em 2013, segundo o desejo de ter filhos ao longo da vida (Portugal)

Desejou ter filhos							
Sim					Não	Não pode ter filhos	Total
	E tenciona tê-los	Não tenciona tê-los	Indecisas sobre tê-los	(subtotal)			
(N)	888	18.425	1.420	(20.733)	15.784	9.477	45.994
%	1,9%	40,1%	3,1%	(45,1%)	34,3%	20,6%	100,0%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Cerca de 1/5 destas mulheres sem filhos reportaram não poder tê-los (infecundidade por condição), ao passo que pouco mais de 1/3 relatou não ter desejado filhos ao longo da sua vida reprodutiva (infecundidade por escolha), conquanto os projetos de maternidade chegaram a fazer parte de 45,1% destas mulheres, sendo que 40,1% já desistiu de o concretizar (fecundidade abandonada).

Estes dados permitem-nos apontar que a fecundidade abandonada é responsável por cerca de 40% da infecundidade entre estas mulheres já que do percentual de 12,3% de mulheres sem filhos (tabela 1), apenas 4,2% pretendiam realmente construir um projeto de vida à margem da criança,

enquanto 4,9% abandonou o seu projeto de maternidade, sendo que a infecundidade por condição é responsável por cerca de 20% da incidência de infecundidade entre elas (2,5% dos 12,3% verificados na tabela 1). Importa ressaltar que os dados não nos permitem elucidar se o facto de não poder ter filhos foi uma condição que subsistiu durante todo o seu período reprodutivo ou se são outros problemas de saúde que se tornaram impeditivos para a gravidez.

Desta forma, na ausência de fecundidade abandonada, teríamos uma proporção de cerca de apenas 7% de infecundidade entre estas mulheres e não os 12,3% (ou 12% se subtrairmos aquelas que ainda pretendem entrar na maternidade) verificados na tabela 1. Concluimos desta forma, que embora a maternidade continue a ser largamente desejada e alcançada (Cunha, 2012b), a proporção de mulheres que alcançaram o estatuto da maternidade é inferior à daquelas que o desejaram.

1.3. As descendências de filho único na coorte de mulheres residentes em Portugal e nascidas entre 1964 e 1968

Tendo-se constatado que a fecundidade abandonada é, em larga medida, responsável pela ausência de filhos entre as mulheres que estavam a concluir o seu período reprodutivo em 2013, entendemos ser de suma importância averiguar se tal situação também ocorria entre aquelas com descendências únicas.

Neste âmbito, entre as mulheres que deverão terminar o seu período reprodutivo com um único filho, a tabela 3 permite-nos perceber se esta era a sua fecundidade desejada ao longo da vida ou se se trata também de uma fecundidade parcialmente renunciada. Assim, a proporção daquelas que desejaram ter dois ou mais filhos ao longo do seu período reprodutivo mas que não os tiveram e nem tencionam tê-lo, enquadram-se no que se considera como “fecundidade abandonada”.

Tabela 3: Distribuição percentual da coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968, com apenas um filho em 2013, segundo a fecundidade desejada ao longo da vida (Portugal)

	N (obs.)	%
Desejou ter mais que um filho	Sim e tenciona tê-lo	361
	Sim, mas não tenciona tê-lo	78.078
	Não e não tenciona ter	26.221
Sem dimensão definida e sem intenção	1.007	0,9
Não pode ter mais filhos	9.040	7,9
Total	114.707	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

O desejo por descendências únicas constitui o projeto de apenas cerca de 23% destas mulheres ao passo que a fecundidade renunciada responde por 68% (desejou ter mais que um filho), sendo extremamente reduzida a proporção (0,3%) das que ainda pretendem aumentar a sua fecundidade. Constata-se, assim, que as descendências de filho único decorrem acima de tudo da fecundidade renunciada e não apenas do desejo por descendências únicas.

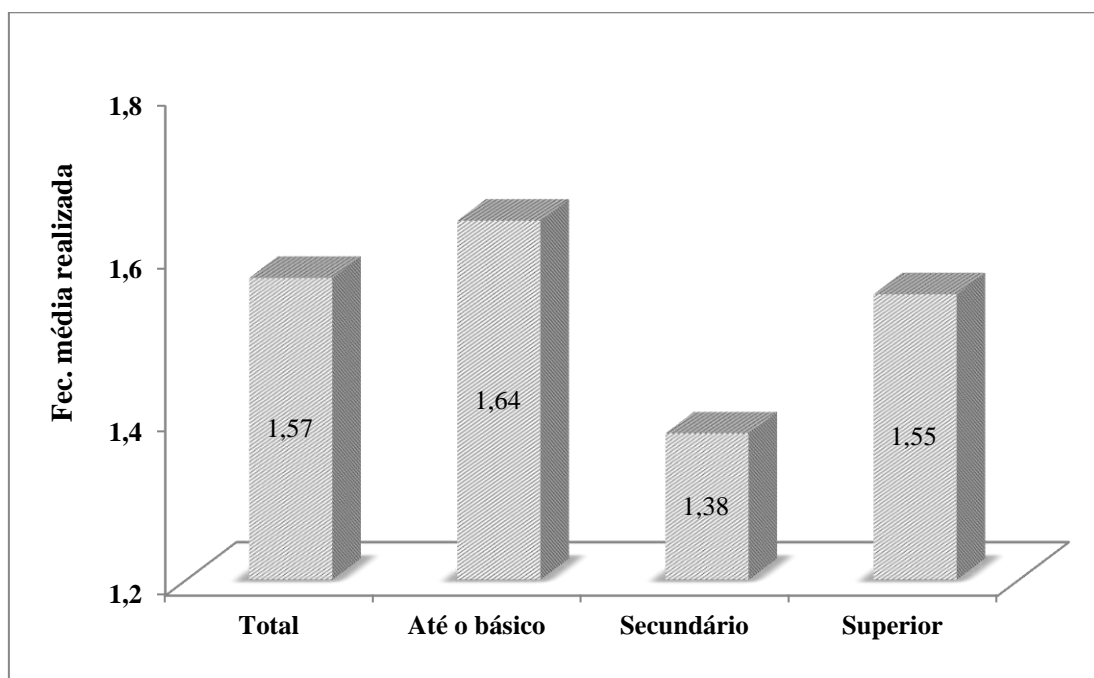
À luz destes resultados, a ausência de filhos para uma proporção considerável destas mulheres, bem como os nascimentos parcialmente renunciados, parecem ser o resultado de sucessivos adiamentos (Morgan, 1991; Weston & Qu, 2001; Merz & Liefbroer, 2010), indiciando que as distorções demográficas provocadas pelo *tempo* (adiamento da fecundidade) têm um impacto considerável nos níveis da fecundidade final das coortes. E ainda, face ao contínuo adiamento da maternidade, já em curso há alguns anos, “o prognóstico para os anos vindouros é o de que o *childlessness*, bem como as descendências de filho único, possivelmente deverão aumentar” (Maciel, 2015: 233).

1.4. A idade à entrada na maternidade e diferencial entre a fecundidade realizada e a fecundidade desejada ao longo da vida

Nas análises a seguir pretende-se averiguar se o aumento dos capitais escolares influencia (e de que forma influencia) a fecundidade média realizada. Como o IFEC2013 não disponibiliza informação sobre o nível da escolaridade que os indivíduos possuíam no momento em que transitaram para a parentalidade, vamos assumir que o atual nível de escolaridade destas mulheres seja o mesmo que elas tinham quando entraram na maternidade.

Assim, admitindo que o atual nível de escolaridade destas mulheres seja o mesmo que tinham na altura de sua transição para a maternidade, constatámos que são as mulheres com o ensino secundário que registam a menor fecundidade média realizada, ao passo que as mulheres com ensino básico revelam uma mais elevada fecundidade média. Verifica-se, assim, um padrão reprodutivo em forma de “U” (uma fecundidade mais elevada no ensino básico e superior), conforme os diferentes níveis de escolaridade.

Figura 2: Fecundidade média realizada pela coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968 (Portugal, 2013)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: os respetivos desvios padrão para as médias do total das mulheres com ensino básico, ensino secundário e superior são: 0,86; 0,87; 0,82 e 0,84.

Este padrão em forma de “U” não parece ser uma singularidade portuguesa, já que Adsera (2006), constatou este mesmo padrão reprodutivo em Espanha. Adicionalmente, como frisou Maciel (2015), esta parece ser uma tendência que se vem mantendo ao longo das últimas duas décadas pelo menos, uma vez que Bongaarts (2003), também já havia assinalado para a existência deste padrão em forma de “U” em Portugal.

De acordo com Bongaarts (2003), no ano de 2000, entre as mulheres residentes em Portugal, nesta mesma faixa etária, a sua fecundidade média apresentava o valor de 2,2 filhos para aquelas com o ensino básico, 1,5 filhos entre as que tinham o ensino secundário e, 1,7 filhos para aquelas com o ensino superior. Contrastando os valores apresentados por Bongaarts (2003), com aqueles verificados na figura 2, constatámos um acentuado declínio da fecundidade média, nomeadamente entre as mulheres com ensino básico, cuja fecundidade média decresceu de 2,2 filhos em 2000 para 1,6 filhos em 2013.

Embora a fecundidade média destas mulheres (1,57 filhos) ainda esteja bastante abaixo do limiar mínimo necessário para garantir a renovação das gerações, que nas atuais circunstâncias de

mortalidade dos países europeus é de 2,1 filhos mulher, os seus valores entretanto são bastante superiores ao valor do ISF para o ano de 2013 que se cifrou no valor de apenas 1,21 filhos por mulher. Desta forma, tal como apontaram Bongaarts (1998), Bongaarts & Feeney (1998) e Mendes (2012), podemos concluir que a fecundidade final por coorte não é tão baixa como insinua o ISF de momento.

Entretanto, questionámo-nos se a fecundidade concluída por estas mulheres condiz com a fecundidade desejada ao longo do seu percurso reprodutivo e se o aumento dos capitais escolares influencia (e de que forma influencia) o cumprimento de seus planos reprodutivos e o desejo por uma família mais reduzida ou mais extensa.

Tabela 4: Distribuição percentual da coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968, segundo a fecundidade desejada ao longo da vida e o diferencial entre fecundidade realizada e fecundidade desejada, por nível de escolaridade (Portugal, 2013)

		Até o básico (%)	Secundário (%)	Superior (%)	Total (%)
Fecundidade desejada ao longo da vida	Nenhum filho	5,5	6,5	5,7	5,7
	1 filho	13,0	10,5	6,6	11,3
	2 filhos	49,4	53,1	35,6	47,7
	3 ou+ filhos	32,1	29,9	52,1	35,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Diferencial entre fecundidade realizada e desejada	Realizada inferior à desejada	48,7	56,6	60,2	52,5
	Realizada igual à desejada	41,9	41,8	35,9	40,7
	Realizada superior à desejada	9,4	1,7	3,9	6,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

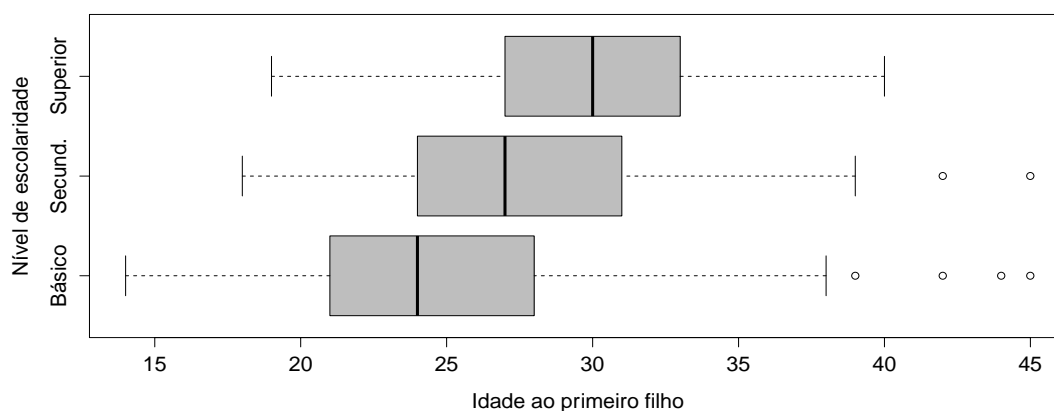
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE).

Observa-se que o desejo por uma família mais extensa é mais evidente entre as mulheres com ensino superior, e o desejo pelas descendências únicas tende a ser mais acentuado entre as mulheres com ensino básico, desmistificando, assim, a noção que associa mais elevados capitais escolares com o desejo por famílias mais restritas ou por estilos de vida menos voltados para a família (Cunha, 2005; Heiland *et al.*, 2005; Maciel, 2015), já que são as mulheres com ensino superior aquelas que apresentam o desejo por uma família mais alargada. E parece ser justamente esta meta reprodutiva mais ambiciosa que determina que sejam elas as mais afetadas pelo diferencial entre fecundidade média desejada e fecundidade média realizada (60,2%). Desta forma, tal como argumentaram Testa (2007) e Morgan e Rackin (2010), metas reprodutivas mais ambiciosas são mais suscetíveis de não serem alcançadas.

Importante ainda ressaltar o elevado desejo pelo estatuto da maternidade entre estas mulheres. Apesar de 12,3% (tabela 1) não ter experienciado a maternidade, apenas 5,7% revela ter colocado de parte o projeto parental. De igual forma, embora as descendências de filho único integrem a realidade de cerca de 31% destas mulheres (ver tabela 1), apenas 11,3% (tabela 4) reportou esta preferência.

Ainda que a fecundidade desejada ao longo da vida seja uma medida muito próxima da dimensão ideal familiar, e por isso, uma fecundidade a ser concretizada possivelmente na ausência de restrições (Maciel, 2015), é bastante elevado o percentual de mulheres cuja fecundidade realizada é inferior à desejada (52,5%). Desta maneira, ao que tudo sugere, a fecundidade desejada ao longo da vida, assim como os ideais reprodutivos, podem ser constantemente reavaliados e reajustados em função das conjunturas que os condicionam (Morgan, 1991; Qu *et al.*, 2000; Livi-Bacci 2001; McDonald, 2008).

Figura 3: Distribuição da idade das mulheres (45 a 49 anos) ao nascimento do primeiro filho, segundo o nível (atual) de escolaridade, Portugal, 2013



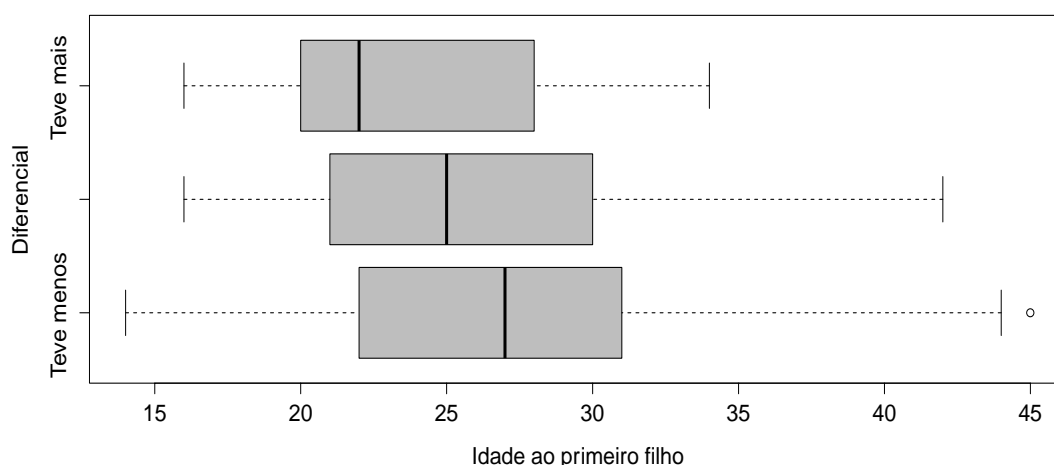
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). A idade média e respetivos desvios padrão da entrada na maternidade são: 24,6 (5,29) para o ensino básico; 27,2 (5,16) para o secundário; e 30,2 (4,22) para o ensino superior.

Novamente, assumindo-se que o atual nível de escolaridade desta coorte de mulheres seja igual ao que possuíam quando entraram na maternidade, a figura 3 revela a existência de uma forte relação entre a idade à entrada na maternidade e o nível de escolaridade, sendo que quanto maior for o nível de escolaridade, mais tardia tende a ser a idade em que tiveram o seu primeiro filho, corroborando-se o argumento de que o aumento do nível de educação, regra geral, implica um maior adiamento dos projetos de fecundidade (Adsera, 2006; Sobotka, 2008; Spéder &

Kapitány, 2009; Mills *et al.*, 2011; Cunha, 2012a).

Metade das mulheres com mais baixos capitais escolares tornaram-se mães antes dos 24 anos, sendo o nascimento de seu primeiro filho em média aos 24,6 anos (figura 3). No ensino secundário a idade média com que tiveram o seu primeiro filho foi de cerca de 27 anos. Já o ensino superior é marcado por uma transição bastante mais tardia, já que o nascimento do primeiro filho ocorreu em média aos 30 anos de idade sendo esta também a idade mediana, o que significa que metade das mulheres com ensino superior se tornaram mães a partir dos 30 anos de idade, enquanto no ensino secundário metade fizeram-no depois dos 27 anos de idade. Adicionalmente, observa-se que a transição para a maternidade em idades iguais ou superiores aos 40 anos é um acontecimento bastante invulgar.

Figura 4: Distribuição da idade das mulheres (45 a 49 anos) ao nascimento do primeiro filho, segundo o diferencial entre a fecundidade desejada ao longo da vida e a fecundidade concluída, Portugal, 2013



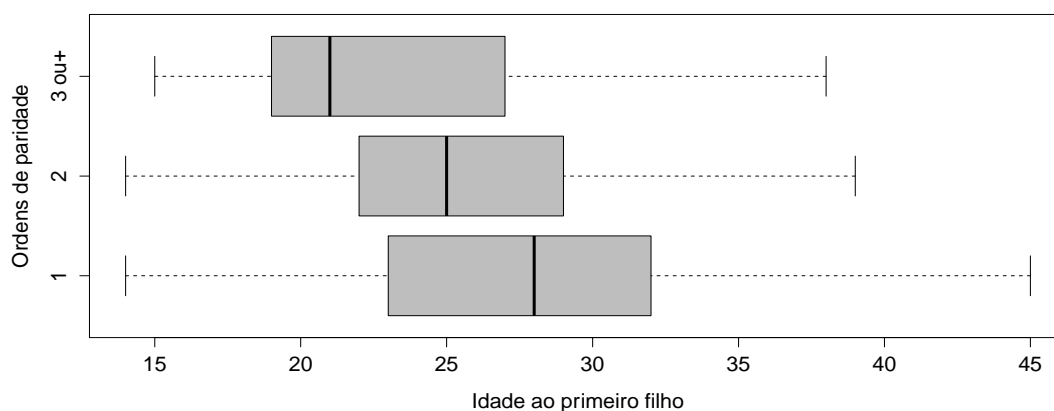
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: as médias etárias e os respetivos desvios padrão para quem teve mais, teve igual e teve menos filhos são respetivamente: 23,5 (5,0); 25,4 (5,23); e 27,0 (5,65).

Apesar da fecundidade final das coortes ser mais elevada que o ISF, o efeito do contínuo adiamento sugere ter um impacto substancial nos níveis de fecundidade e na concretização dos planos reprodutivos. A figura 4, que analisa o diferencial entre a fecundidade realizada e a fecundidade desejada segundo os diferentes níveis de escolaridade, demonstra que é entre as mulheres que tiveram menos filhos do que haviam desejado onde as idades média e mediana ao nascimento do primeiro filho são mais elevadas.

A idade média ao primeiro filho entre as mulheres que tiveram menos filhos do que aqueles desejados ao longo da vida reprodutiva foi aos 27 anos, enquanto entre as que conseguiram atingir suas metas reprodutivas, ou seja, que tiveram o número de filhos que haviam desejado (teve igual, conforme a figura 4), esta idade foi de 25,4 anos. Já entre aquelas que transpuseram suas metas (teve mais), metade delas tiveram seu primeiro filho antes dos 22 anos de idade, sendo a idade média ao nascimento deste de 23,5 anos.

De forma semelhante, a figura 5 procura perceber em que medida a fecundidade desta coorte de mulheres poderá ter sido influenciada pela sua idade à entrada na maternidade. Considerando as diferentes ordens de paridade procuramos identificar em que medida as mulheres com um maior número de filhos poderiam ter antecipado o nascimento deste em relação àquelas com um menor número de filhos, a partir da consideração das idades médias e medianas da entrada na maternidade.

Figura 5: Distribuição da idade das mulheres (45 a 49 anos) ao nascimento do primeiro filho, segundo as ordens de paridade (1,2, 3 ou mais), Portugal, 2013



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IFEC2013 (INE). Nota: as médias etárias e os respetivos desvios padrão para as paridades um filho, dois filhos e três ou mais filhos são respetivamente: 28,3 (5,98); 25,6 (4,81) e 22,9 (4,73).

Observa-se que entre as mulheres com filhos únicos, o nascimento deste ocorreu, em média, cerca de 5,4 anos mais tardiamente do que quando consideramos aquelas que tiveram três ou mais filhos (figura 5). Metade das mulheres com descendências mais alargadas tiveram o seu primeiro filho até aos 21 anos de idade, enquanto no conjunto das mulheres com dois filhos metade o teve até os 25 anos e, as que têm descendências únicas, metade o teve a partir dos 28 anos.

Existe uma relação negativa entre as ordens de paridade e a idade em que se deu o nascimento do primeiro filho. Quanto mais tardia a transição para a maternidade, menor tende a ser a fecundidade realizada (ordem de paridade) nesta coorte de mulheres, corroborando-se estudos de diversos autores (i.e., Barber, 2001; Adsera, 2006; Frejka & Sobotka, 2008; McDonald, 2008; Billari & Kohler, 2009; Aassve *et al.*, 2012; Buber *et al.*, 2012, entre outros).

Como síntese, podemos concluir que apesar da maternidade integrar o percurso da extrema maioria das mulheres desta coorte, a proporção de mulheres que alcançaram o estatuto da maternidade é inferior à daquelas que o desejaram. De igual forma, também concluímos que entre aquelas que devem findar sua vida reprodutiva com apenas um filho, este nem sempre foi seu desejo inicial. Na verdade, grande parte desta coorte de mulheres reportou uma fecundidade realizada inferior à desejada.

Tais resultados sugerem que a tanto a ausência de filhos como as descendências mais restritas podem ser o resultado de consecutivos adiamentos, pois é nomeadamente entre as mulheres com descendências únicas ou com uma fecundidade aquém da desejada onde se observa uma idade mais tardia na transição para a maternidade. Desta forma, concluímos que o contínuo adiamento da fecundidade para idades mais tardias influencia não somente o ISF de momento (Bongaarts, 1998; Lesthaeghe, 2010; Sobotka, 2008) mas também a fecundidade final das coortes e o incumprimento das metas reprodutivas.

Referências

- Aassve, A., Goisis, A., Sironi, M. (2012). Happiness and childbearing across Europe. *Social Indicators Research*, 108(1), 65-86.
- Adsera, A. (2006). Marital fertility and religion in Spain, 1985 and 1999. *Population Studies*, 60(2), 205-221.
- Barber, J. S. (2001). Ideational influences on the transition to parenthood: attitudes towards childbearing and competing alternatives. *Social Psychology Quarterly*, 64(2), 101-127.
- Billari, F. C., Kohler, H-P. (2009). *Fertility and happiness in the XXI century: institutions, preferences, and their interactions. Paper presented at the XXVI IUSSP International Population Conference, Marrakesh, Morocco, September 27– October 2.* (Acedido em 12 de Dezembro de 2012 em <http://iussp2009.princeton.edu/papers/93347>).
- Bongaarts, J. (1998). *Fertility and reproductive preferences in post-transitional societies. Population Council Policy Research Division, Working Paper No. 114.* (Acedido em 22 de Fevereiro de 2013 em

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.175.8760&rep=rep1&type=pdf>).

Bongaarts, J. (2002). The end of the fertility transition in the developed world. *Population and Development Review*, 28(3), 419–443.

Bongaarts, J. (2003). *Completing the fertility transition in the developing world: the role of educational differences and fertility preferences*. Population Council Policy Research Division, Working Paper 177. (Acedido em 18 de Outubro de 2013 em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.175.9178>).

Bongaarts, J., Feeney, G. (1998). On the quantum and Tempo of Fertility. *Population and Development Review*, 24(2), 271–291.

Bongaarts, J., Sobotka, T. (2012), A demographic explanation for the recent rise in European fertility. *Population and Development Review*, 38 (1), 83–120.

Buber, I., Panova, R., Dorbritz, J. (2012). *Fertility intentions of highly educated men and women and the rush hour of life*. VID Working Papers 8/2012. Vienna Institute of Demography. (Acedido em 10 de Fevereiro de 2013 em http://www.oeaw.ac.at/vid/download/WP2012_08.pdf).

Cunha, V. (2005). A Fecundidade das Famílias. In Wall, K. (ed.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 395-464.

Cunha, V. (2012a). “Trajetórias não reprodutivas em três gerações de portugueses: incidência, circunstâncias, oportunidade”. In *Atas VII Congresso Português de Sociologia, Sociedade, Crise e Reconfigurações*, Porto, 1-11.

Cunha, V. (2012b). “As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade”. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 131-143.

Frejka, T. (2008). Overview Chapter 2: Parity distribution and completed family size in Europe: Incipient decline of the two-child family model? *Demographic Research*, 19(1), 47-72.

Frejka, T., Sobotka, T. (2008). Overview Chapter 1: Fertility in Europe: Diverse, delayed and below replacement. *Demographic Research*, 19(1), pp. 15-46.

Heiland, F., Prskawtz, A. & Sanderson, W. C. (2005). Do more educated individuals prefer smaller families. Vienna institute of demography working papers, WP 03/2005, 1-39. (Acedido em 27 de Dezembro de 2014 em <http://iussp2005.princeton.edu/papers/51573>).

INE (2013). Inquérito à fecundidade. Documento metodológico. Versão1.0. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Lesthaeghe, R. (2010). The unfolding story of the second demographic transition. *Population and Development Review*, 36(2), 211-251.

Livi-Bacci, M. (2001). Comment: Desired Family Size and the Future of Fertility. *Population and Development Review*, 27 (supplement), 282-289.

Maciel, A. (2015). Baixa fecundidade: adaptação tardia às mudanças estruturais ou consolidação da preferência por famílias de reduzidos padrões. Tese de doutoramento, Évora, Departamento de Sociologia, Universidade de Évora. (Disponível em <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/17376>).

McDonald, P. (2008). Very Low Fertility: Consequences, Causes and Policy Approaches. *The Japanese Journal of Population*, 6(1), 19-23.

Mendes, M. F. (2012). “Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política”. In Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal". Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 91-109.

Merz, E.-M., Liefbroer, A.C. (2010). *Attitudes about voluntary childlessness across Europe: the role of individual and cultural factors. Paper presented at the European Population Conference, Vienna, 1-4 September 2010, Viena, Áustria.* (Acedido em 27 de Dezembro de 2014 em <http://epc2010.princeton.edu/papers/100717>).

Mills, M., Rindfuss, R. R., McDonald, P., Velde, E. (2011). Why do people postpone parenthood? Reason and social policy incentives. *Human Reproduction Update*, 17(6), 848-860.

Morgan, S. P. (1991). Late nineteenth- and early twentieth-century childlessness. *American Journal of Sociology*, 97(3), 779-807.

Morgan, S. P., Rackin, H. (2010). The correspondence between fertility intentions and behavior in the United States. *Population and Development Review*, 36(1), 91-118.

Oliveira, I. T. (2012). A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento”. In *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 111-128.

Qu, L., Weston, R., Kilmartin, C. (2000). Children? No children? Effect of changing personal relationships on decisions about having children. *Family Matters*, 57, 14-19.

Sobotka, T. (2004). Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing? *Population and Development Review*, 30(2), 195-220.

Sobotka, T. (2008). The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. *Demographic Research*, 19(8), 171-224.

Spéder, Z., Kapitány, B. K. (2009). How are Time-Dependent Childbearing Intentions Realized? Realization, Postponement, Abandonment, Bringing Forward. *European Journal of Population*, 25(4), 503-523.

Testa, M. R. (2007). Childbearing preferences and family issues in Europe: evidence from the Eurobarometer 2006 survey. *Vienna Yearbook of Population Research* 2007, 357-379.

Weston, R., Qu, L. (2001). Men's and women's reasons for not having children. *Family matters*, 58, 10-15.

A presença do homem (pai) no parto: contextos, experiências e significados

Rosalina Pisco Costa

Universidade de Évora & CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade,
rosalina@uevora.pt

Helena Chorão Bilo

Estudante do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia 2015/17, Universidade de Évora, helena_bilo@hotmail.com

Helena Martins da Silva

Estudante do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia 2015/17, Universidade de Évora, lenitaplantiersilva@gmail.com

Sara Fialho Marrafa

Estudante do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia 2015/17, Universidade de Évora, sara.m.18@hotmail.com

Vânia Caldeira Paralta

Estudante do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia 2015/17, Universidade de Évora, vania_paralta@hotmail.com

Sumário: À medida que o debate em torno da crise demográfica se agudiza em Portugal e que se tornam mais evidentes as consequências da já longa e acentuada diminuição da natalidade e da fecundidade, aumentam as vozes que procuram trazer para o centro da discussão o lugar do homem (pai) nas opções e decisões que envolvem o nascimento de uma criança. Inspirado por esta (nova) realidade, este artigo explora contextos, experiências e significados associados à presença do homem (pai) no parto.

Palavras-chave: Fecundidade, género, masculinidades, pai, parto.

Abstract: As the debate on the demographic crisis deepens in Portugal and raises awareness on the consequences of the already long and sharp decline in both the birth and fertility rates, increase the voices that seek to bring into the center of the discussion the man(father)'s place in the choices and decisions involving the birth of a child. Inspired by such a (new) reality, this paper explores contexts, experiences and meanings around the presence of the man (father) at childbirth.

Keywords: Fertility, gender, masculinities, father, birth.

Introdução

À medida que o debate em torno da crise demográfica se agudiza em Portugal e que se tornam mais evidentes as consequências da já longa e acentuada diminuição da natalidade e da fecundidade (Carrilho & Craveiro, 2015), aumentam as vozes que procuram trazer para o centro da discussão o lugar do homem (pai) nas opções e decisões que envolvem o nascimento de uma criança. O acompanhamento no parto constitui uma das faces dessa discussão. Em Portugal, desde 1985 que é reconhecido à mulher grávida o direito a ser acompanhada durante o trabalho de parto pelo “futuro pai” (Lei n.º 14/85, de 6 de Julho). No texto desta lei podia também ler-se que, por vontade expressa da grávida, o pai poderia ser substituído por um familiar por si indicado. Em Março de 2014, nova lei veio reconhecer à mulher grávida internada em estabelecimento de saúde “o direito de acompanhamento, durante todas as fases do trabalho de parto, por qualquer pessoa por si escolhida” (Lei n.º 15/2014, de 21 de Março), não necessariamente um familiar.

Recentemente, a petição pública pela presença de acompanhante nas cesarianas programadas consideradas de baixo risco e uma Resolução da Assembleia da República em Fevereiro de 2016 que recomendava a regulamentação da Lei n.º 15/2014 no sentido de clarificar o direito de acompanhamento da mulher grávida durante todas as fases do trabalho de parto (Resolução n.º 30/2016, de 15 de Fevereiro) terão estado na origem direta do despacho que em Abril de 2016 veio estabelecer a possibilidade de o pai, ou outra pessoa considerada significativa, estar presente no bloco operatório para assistir ao nascimento de uma criança por cesariana, “sempre que não se verifique uma situação clínica grave” (Despacho n.º 5344-A/2016, de 19 de Abril). Publicado pelos Gabinetes da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, este despacho veio determinar as condições para que os homens (pais) possam assistir ao nascimento dos seus filhos, independentemente do tipo de parto e da natureza (público-privada) da instituição de saúde onde tem lugar, desde que a parturiente, no exercício do consentimento informado, esclarecido e livre assim o autorize. A lei prevê ainda que as instituições hospitalares com bloco de parto procedam às adaptações necessárias no espaço de três meses a contar da data de publicação do despacho.

Em contraponto com a investigação desenvolvida no quadro da enfermagem e da psicologia, a qual que tem contribuído sobremaneira para aumentar o conhecimento científico relativo ao envolvimento do homem na gravidez, parto e pós-parto (Morais & Almeida, 2013; Rodrigues, 2014), escasseiam estudos que do ponto de vista sociodemográfico permitam conhecer esta realidade por referência com os grandes eixos que estruturam a mudança social recente na

sociedade portuguesa, em particular no que diz respeito à família e à vida privada. Para tal não será certamente alheio o facto de as estatísticas demográficas de que dispomos atualmente em Portugal serem omissas quanto a indicadores relativos à presença do homem (pai) no parto. Embora epidermicamente, este texto pretende contribuir para colmatar esta lacuna. Ancorado num projeto de investigação pedagógica, exploram-se aqui contextos, experiências e significados associados à presença do homem (pai) no parto. Em concreto, o artigo procura sintetizar as principais linhas de problematização teórica que enformam a presença do homem (pai) no parto, descreve a metodologia adotada, apresenta os resultados obtidos e, por fim, sumariza ideias-chave e levanta pistas e desafios para investigações futuras.

1. Presenças (e ausências) no parto: mudança social, tradição e modernidade

A maior visibilidade do homem (pai) no quadro de uma fecundidade planeada, gravidez desejada e parto hospitalizado acompanha de perto o conjunto de mudanças verificadas nos papéis de género e consequente renovação legislativa em torno da parentalidade. Foi sobretudo no último quartel do século XX, um pouco por todos os países da Europa Ocidental, e também em Portugal, que estas mudanças se fizeram notar de modo mais premente, obrigando a uma redefinição dos tradicionais arranjos do modelo de organização social e familiar patriarcal, impulsionando e favorecendo um maior envolvimento dos homens na esfera privada (Almeida, 2011).

Paulatinamente, aumentam e diversificam-se os cenários de participação masculina na vida familiar (Perista *et al.*, 2016; Wall, Aboim & Cunha, 2010). Tal verifica-se não apenas nas tarefas domésticas e nos cuidados aos filhos. Desde o diagnóstico da gravidez, acompanhamento às consultas pré-natal, participação em sessões de preparação para o parto e escolas de pais, ao parto e pós-parto, é crescente a visibilidade do homem (pai) nos diversos momentos e decisões que envolvem o nascimento de uma criança, aspeto que vai ao encontro de uma generalizada injunção à paternidade competente (Miller, 2010).

Em conformidade, o parto, outrora ritual doméstico e maioritariamente acompanhado por mulheres de confiança da grávida (e.g. mãe, sogra ou outras familiares mais velhas, amigas ou vizinhas) ou mulheres (re)conhecidas na comunidade pela sua experiência com parturientes (e.g. parteiras ou comadres), deixou de ser “assunto de mulheres” e caracteriza-se, hoje, pela medicalização e institucionalização, nomeadamente a hospitalização (Davis-Floyd, 1992; Kitzinger, 1996). Para além dos novos protagonistas que este também novo cenário impõe – médicos

obstetras e enfermeiros – outra característica diferencia sobremaneira o parto contemporâneo do passado: a presença do homem (pai).

Do plano doméstico à escala global, são frequentemente citadas as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) que reconhece como uma prática demonstradamente útil o respeito pela escolha da mulher sobre os seus acompanhantes durante o trabalho de parto e parto. Recentemente, o relatório *WHO Recommendations on Health Promotion Interventions for Maternal and Newborn Health* (WHO, 2015), vem justamente incluir o envolvimento do homem como umas das recomendações primordiais (a segunda) para a saúde da mulher (mãe) e do recém-nascido.

Sociologicamente ancorado, este estudo pretende contribuir para colmatar a insuficiência de informação quantitativa em torno dos contextos, experiências e significados que envolvem a presença (e ausência) do homem (pai) no parto em Portugal, hoje. Teoricamente, busca inspiração na reflexão em torno dos grandes processos que acompanham e estruturam a mudança social recente na sociedade portuguesa e, concretamente no que respeita à família e vida privada, nas múltiplas exigências, tensões e contradições suscitadas pelos processos de individualização que a atravessam (Beck & Beck-Gernsheim, 2002; de Singly, 1993).

2. Nota metodológica

Os dados que a seguir se analisam foram obtidos a partir de um estudo quantitativo, descritivo, não experimental e transversal, desenvolvido no ano letivo 2015/16 no âmbito da unidade curricular “Sociologia e Antropologia da Família” [SOC9541] do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia na Escola Superior de Enfermagem São João de Deus, Universidade de Évora.

Como instrumento de recolha de dados utilizou-se um inquérito por questionário, autoadministrado, aplicado por via eletrónica através da plataforma LimeSurvey® a uma amostra não probabilística, acidental, constituída *on-line* a partir das redes de contacto pessoais e profissionais das investigadoras envolvidas com pedido de reencaminhamento junto de eventuais respondentes (e.g. envio de mensagens por e-mail e partilha em redes sociais). O questionário incluía 48 perguntas distribuídas por quatro secções principais, nomeadamente, a caracterização sociodemográfica, os contextos, experiências e significados em torno da presença do homem (pai) no parto. Esteve ativo entre 1 de Março e 30 de Abril de 2016 e em todos os procedimentos associados foram observados os princípios éticos e deontológicos que no domínio das boas práticas enquadram este tipo de estudo.

O questionário foi dirigido a indivíduos (homens e mulheres) que foram pais na sequência de um parto realizado numa instituição de saúde (pública ou privada) em Portugal, entre 2010 e 2016. Os dados foram depois submetidos a procedimentos de análise quantitativa e qualitativa de conteúdo, com recurso a *software* de análise quantitativa de dados (IBM SPSS Statistics 22) e qualitativa (MAXQDA12), e discutidos por referência à literatura sociológica, assim como a vários estudos anteriores desenvolvidos no quadro da pesquisa médica, de enfermagem e demografia social.

3. A presença do homem (pai) no parto: contextos, experiências e significados

3.1 Caracterização da amostra

Na apresentação de resultados exploram-se sucessivamente os contextos, as experiências e os significados em torno da presença do homem (pai) no parto. No conjunto, a amostra é composta por um total de 271 indivíduos, dos quais 72,7% são do sexo feminino e 27,3% do sexo masculino. A idade média dos inquiridos é de 36 anos. No caso das mulheres, a média de idades é ligeiramente inferior, de aproximadamente 36 anos, registando-se o valor mínimo nos 24 e o máximo nos 47 anos. No que respeita aos homens, a média de idades é de aproximadamente 38 anos, sendo a idade mínima 22 e a máxima 55. Quanto à religião, do total de indivíduos que responderam a esta questão (253), 78,3% afirma ser católico. Dos restantes, 19% é agnóstico, ateu ou sem religião, 1,6% protestante, 0,4% budista e 0,8% assinalou outra religião. Quanto ao distrito de residência, cerca de metade dos inquiridos distribuem-se entre os distritos de Évora (26,9%) e Lisboa (21%). Os restantes 52,1% residem em outros distritos do país, com maior representação de Portalegre (6,6%), Aveiro e Setúbal (ambos com 6,3%) e Porto (5,9%).

No que toca às habilitações literárias, a amostra é bastante escolarizada, sendo que 82,7% dos inquiridos detêm habilitações literárias de nível superior, concretamente, mais de metade (58,7%) têm a licenciatura, 20,7% o mestrado, 3,3% o doutoramento e 2,2% um bacharelato. Dos restantes, 12,5% tem o ensino secundário (12.º ou equivalente) e apenas 2,6% outras habilitações. Em conformidade, as profissões assinaladas inscrevem-se nos níveis superiores de qualificação de acordo com a Classificação Nacional de Profissões (IEFP, 2001). Em concreto, 32,8% são especialistas das atividades intelectuais e científicas e 28,8% são técnicos e profissionais de nível intermédio, o que no conjunto perfaz 61,6%.

Relativamente à composição do agregado familiar, a esmagadora maioria (94,5%) vive em casal, com filho(s) e apenas 5,5% noutra situação familiar. Finalmente, no que respeita à

remuneração média mensal do agregado familiar, do total de inquiridos que responderam a esta questão (261), mais de metade não ultrapassa os 2.000 euros mensais (60,9%). Em concreto, a maior percentagem de inquiridos (48,7%) tem uma remuneração média mensal do agregado familiar entre 1.000,01 e 2.000 euro mensais e 25,7% auferem um valor entre os 2.000,01 e 3.000 euro mensais.

3.2 Contextos

Para a recolha de informação sobre os contextos, foi solicitado aos indivíduos que tomassem por referência o último parto realizado numa instituição de saúde (pública ou privada) em Portugal, compreendido no período de 2010 a 2016 (à data de participação no estudo), experienciado por si próprias, no caso das mulheres, ou que tenha estado na base do nascimento de um filho, no caso dos homens. No conjunto, 54,3% dos partos em análise tiveram lugar entre 2014 e 2016 e os restantes 45,7% entre 2010 e 2013. A idade média da mulher à data desse parto é de aproximadamente 33 anos e do homem é 35. Em 98,2% dos casos, desse parto resultou um bebé e apenas em 1,8% dos casos o parto foi gemelar. Do total, 93% dos bebés nasceram saudáveis, sem necessidade de cuidados neonatais e 7% exigiram cuidados neonatais especiais. Em 52,8% dos casos em análise as mulheres foram primíparas e nos casos das múltiparas, predominantemente de um segundo parto (81,3%), terceiro (14,8%), de quarta ordem ou superior (4%).

Do total de nascimentos aqui considerados, 75% ocorreram em instituições públicas. O distrito de localização da instituição de saúde é primeiramente Lisboa (30,3%), seguido de Évora (22,9%), sendo que estes dois distritos acolheram mais de metade dos partos analisados (53,2%). Os restantes partos distribuíram-se principalmente pelos distritos do Porto (8,1%), Portalegre (5,5%), Coimbra e Setúbal (5,2%) e Aveiro (4,8%).

A ida para a maternidade, pela mãe, foi em mais de metade dos casos (55,7%) espontânea e em 44,3% dos casos programada. Quanto ao tipo de parto, em 62,7% dos casos foi eutócico e em 37,3% dos casos foi cesariana, das quais mais de metade (52%) foram programadas por indicação médica, 45% emergentes e 3% programadas por decisão individual. Entende-se como parto normal o parto por via vaginal ou via baixa. Questionados sobre quais os recursos utilizados no parto normal, os inquiridos que responderam a esta questão (163) referiram como principal a analgesia epidural (77,3%), seguida da episiotomia (48,5%), medicamentos indutores do parto (34,4%), ventosa (24,5%), medidas não farmacológicas, como massagens, musicoterapia, banho morno, etc. (11%) e fórceps (7,4%).

No conjunto dos inquiridos que se referiram ao parto eutócico (170), em 58,8% dos casos o parto foi realizado com a presença de um(a) enfermeiro(a) especialista, em 39,4% dos casos esteve presente um(a) obstetra escalado e em 30,6% dos casos o obstetra que acompanhou a gravidez. Já no que respeita às cesarianas (101), foram estas realizadas maioritariamente pelo obstetra que acompanhou a gravidez (60,4%) e em 42,6% dos casos por outro obstetra escalado.

3.3 Experiências

No que diz respeito às experiências, a mulher fez preparação para o parto em 63,1% dos casos. Do conjunto de inquiridos que responderam à questão relativa ao(s) local(ais) onde foi realizada a preparação para o parto (163), 57,7% indicou uma instituição de saúde pública (Centro de Saúde ou Hospital), 25,8% noutras instituições, como um ginásio ou associação e 17,8% referiram uma instituição de saúde privada. De entre as respostas à opção “outro local”, de referir a indicação de “casa” (2), “enfermeira particular” (3) e “doula” (1), anotações que remetem eventualmente para o espaço da casa (da parturiente e/ou da enfermeira ou doula) como local de realização da preparação para o parto. Questionados sobre quem que realizou a preparação para o parto, os inquiridos que responderam a esta questão (167) assinalaram quase unanimemente (96,4%) um(a) enfermeiro(a), seguido do fisioterapeuta (14,4%). Na opção “outros [profissionais]”, os inquiridos acrescentaram referências a médicos (6), psicóloga (4) e doula (4).

Do conjunto de casos em que a mulher fez preparação para o parto (171), 81,9% dos homens participaram dessas sessões, nomeadamente, 28,7% dos homens participaram em todas as sessões, 22,8% em algumas, 20,5% na maior parte das sessões e 9,9% em apenas uma sessão. Do total, 18,1% dos homens não participou em nenhuma sessão de preparação para o parto.

No caso dos homens que participaram em todas ou na maior parte das sessões (84), a principal razão apontada para tal prende-se com o facto de considerarem importante participar nesse momento (92,9%), nomeadamente, por considerarem importante para a mulher/companheira (36,9%) e por considerarem importante para o vínculo pai/bebé (31,0%). Nenhum inquirido admitiu ter participado nas sessões de preparação para o parto por pressão social. Nos casos em que o homem participou apenas em algumas sessões, em apenas uma ou em nenhuma sessão de preparação para o parto (56 respostas válidas), a principal motivação apontada para o facto reside em impedimentos ao nível de disponibilidade/tempo (85,7%). Os outros motivos apresentados colhem percentagens bastante diminutas, nomeadamente, para 8,9% o motivo referido é o facto de não considerarem que era importante participar daquele momento, 3,6% porque a

mulher/companheira não quis e 1,8% por considerarem que estavam ali “a mais”. De referir que no espaço destinado a “outros [motivos]”, 12 inquiridos fizeram notar que a não (maior) participação do homem ficou a dever-se, em alguns casos, ao próprio planeamento da preparação para o parto, que limitava a participação do homem a apenas algumas sessões.

Quanto ao envolvimento no trabalho de parto/parto, a maior parte dos inquiridos (59%) afirma que o homem (pai) esteve presente no trabalho de parto e parto. Em 18,5% dos casos apenas esteve no trabalho de parto e em 15,5% não esteve presente nem no trabalho de parto nem no nascimento.

Para o conjunto de partos em análise, nos casos em que o homem assistiu ao nascimento (179), esta foi a primeira vez em que isso aconteceu (60,3%). Nos casos em que o homem já tinha assistido previamente a outros nascimentos (71), 78,9% fê-lo em relação apenas a um filho, 14,1% em relação a dois, 4,2% em relação a três filhos e os restantes 2,8% tinham já assistido ao nascimento de quatro ou cinco filhos.

Em 88,6% dos casos os homens decidiram previamente sobre a participação no trabalho de parto/parto. Do conjunto de inquiridos que apresentou as razões para o ter feito (213), tal deveu-se principalmente ao facto de considerarem importante assistir aquele momento (76,1%). Os outros motivos apresentados são o facto de considerarem importante para a mulher/companheira (16%) e porque consideravam importante para o vínculo pai-bebé (8%). De entre os que decidiram apenas na altura (11,4%), os principais motivos apresentados (15) têm que ver com o facto de os homens considerarem que não iam ser capazes (6) ou porque sabiam de antemão que não poderiam estar presentes devido a algum impedimento prévio (5). Apenas dois inquiridos apresentaram como motivo o facto de os homens considerarem que não era importante assistir aquele momento ou porque a mulher/companheira não quis que o fizessem. De referir que também a realização de cesariana atravessa as respostas dos inquiridos na opção “outra [motivação]”, quando se trata de justificar a ausência do homem (pai) no momento do nascimento do bebé (6).

Quando questionados sobre quem influenciou a decisão do homem (pai) em participar/não participar no parto, a resposta mais indicada entre os inquiridos a esta questão (261) foi que a decisão sobre a (não) participação do homem (pai) no parto foi na grande maioria dos casos exclusiva do próprio (75,9%), e em aproximadamente um quarto dos casos da mulher/companheira (24,1%). Em percentagens menores surge o(a) médico(a) (6,9%), o/a enfermeiro/a (2,7%) e os familiares, amigos ou colegas (2,3%). De referir que também na resposta a esta questão alguns

inquiridos aproveitaram o espaço reservado à opção “outros” para enfatizar ora a realização de uma cesariana (7), ora a natureza conjunta (entre os dois membros do casal) da decisão tomada.

De entre os 39 inquiridos que indicaram quem foi a pessoa, para além do pessoal médico, que assistiu ao parto nos casos em que o homem (pai) não esteve presente, a principal resposta foi que ninguém mais (33). Quatro inquiridos referiram a mãe da mulher e dois uma irmã da mulher. Na opção outro foram ainda indicados casos em que foi a mãe e madrinha do bebé, uma prima ou irmão a assistir ao parto.

Verifica-se que para descrever a situação de presença do homem (pai) no trabalho de parto e parto, as mulheres utilizam maioritariamente palavras que remetem para uma dimensão instrumental de “apoio”, “segurança” ou “conforto”, donde advém que a mesma seja “indispensável” ou “fundamental”. Como num jogo de espelhos, as palavras ou expressões que segundo as mulheres descrevem a ausência do pai nesse momento e contexto têm uma conotação eminentemente negativa e oposta a essouras: “medo”, “insegurança”, “inadmissível” ou “evitável”. De referir que algumas outras inquiridas referem também palavras como “tranquilidade”, “opção” e “decisão a dois” (mãe e pai), revelando respeito pela vontade do(a) outro(a) e eventual negociação do casal em torno da questão.

Já as palavras empregues pelos homens para descrever a sua presença no trabalho de parto e parto são maioritariamente positivas e remetem para uma dimensão expressiva, seja pelo sentimento de “alegria” e “felicidade”, seja pelo carácter “único” desse momento, adjetivado como “maravilhoso”, “extraordinário” ou “inesquecível”. Um dos inquiridos descreve assim o momento: “Viver/sentir toda a felicidade e emoção de estar presente/participar do ‘mágico momento’ que é o nascimento de um(a) filho(a)”. No que se refere à principal palavra ou expressão que descreve a ausência do homem (pai) no trabalho de parto e nascimento, utilizadas pelo próprio, as respostas são apenas seis e remetem, ora para “desilusão” e “tristeza”, ora para impedimentos suscitados pela decisão dos profissionais e saúde e/ou regras do hospital, indiciando desta forma uma situação que não seria, à partida, expectável.

3.4 Significados

Quanto aos significados, numa escala de cinco pontos, em que 1 significa irrelevante e 5 fundamental, 67,2% dos inquiridos considera que é fundamental a presença do homem (pai) no parto e apenas 2,2% a considera irrelevante.

De entre o conjunto de inquiridos que indicaram as vantagens reconhecidas à presença do homem pai no parto (265), as que mais se destacam são a tranquilidade e segurança da grávida/parturiente (89,1%), o fortalecimento do vínculo pai-mãe-bebé (70,9%), o fortalecimento do vínculo mãe-pai (40%), o fortalecimento do vínculo pai-bebé (35,1%), a diminuição da dor (10,6%), a redução da necessidade de medicação (7,5%) e a redução do tempo de trabalho de parto (5,3%).

Relativamente às principais desvantagens, o conjunto de inquiridos que responderam a esta questão (225), refere em primeiro lugar o aumento da ansiedade do pai (56%), seguido do aumento do nervosismo (37,8%), descontrolo por parte do pai (21,8%), comportamento inadequado do pai (20%), desentendimento entre o pai e a equipa de saúde (13,8%), constrangimentos para as outras parturientes (12,9%) e a alteração do comportamento da parturiente (10,7%). De referir que um total de 45 inquiridos (20%) referiu não identificar quaisquer desvantagens sobre a presença do homem (pai) no parto.

Questionadas sobre se gostariam de ter a presença do homem (pai) num eventual próximo parto a esmagadora maioria das mulheres inquiridas mostra-se favorável (89,8%) e o mesmo acontece relativamente aos homens, já que 87,8% respondem que sim, que gostariam de assistir a um eventual próximo parto de um filho seu.

Considerações finais e pistas de reflexão

Volvidos mais de 30 anos sobre a lei que permite a presença do pai no acompanhamento do trabalho de parto e parto em contexto hospitalar português, este estudo permite concluir sobre o lugar dos processos de sentimentalização, privatização e individualização na compreensão da pluralidade e diversidade de contextos, experiências e significados atribuídos à presença (e ausência) do homem (pai) no parto. A importância de o homem assistir ao momento do nascimento de um filho, aqui reconhecida por homens e mulheres, atesta, no domínio das representações, as teses da sentimentalização, particularmente no que concerne ao (novo) lugar da criança na sociedade contemporânea (Ariès, 1988; Shorter, 1975). Já as vantagens reconhecidas por homens e mulheres à presença do homem no trabalho de parto e parto, como também as palavras ou expressões utilizadas por ambos para descrever a presença do homem nesses momentos e contextos, denotam a privatização do casal, que representa e experiencia este momento como um momento a dois, inscrito na *sua* história e biografia, necessariamente singular e diferente (de Singly, 1993; Beck-Gernsheim, 2002). Finalmente, os muitos indícios de diversidade que se

encontram nesta amostra (e.g. experiência de partos realizados em instituições públicas e privadas, idas espontâneas e programadas para a maternidade, mulheres que decidiram não querer ninguém a acompanhá-las no momento do parto ou homens que não o quiseram fazer), embora estatisticamente diferenciados, trazem ao de cima a individualização como processo-chave transversal à compreensão do objeto de estudo em análise.

Efetivamente, o nascimento de uma criança é (continua a ser) um fenómeno social total, alvo de enorme antecipação, investimento e valor simbólico (Costa, 2013), re-significado, ele próprio, a partir da (maior) presença e participação do homem (pai), hoje. Por detrás da elevada importância atribuída à presença do homem (pai) no parto, aspeto consensual para homens e mulheres, os dados apresentados dão conta também de alguma heterogeneidade que importa descortinar. Uma certa injunção à participação do homem (pai) no parto, possibilitada pela lei, inclusive no caso das cesarianas, encontrará, na prática, situações diversificadas de maternidades a solo, mulheres que não querem que os companheiros assistam ao parto ou homens que decidem não o fazer. Se é certo que no domínio dos significados as fontes estatísticas oficiais não poderão ter senão um alcance limitado, o mesmo não acontece no domínio dos contextos e experiências associadas ao parto. Para concluir, ao mesmo tempo que aqui se instiga ao desenvolvimento e ampliação da informação recolhida no momento do parto com objetivos de compilação e publicação estatística oficial, (re)afirma-se a importância da triangulação metodológica no aprofundamento simultaneamente heurístico e criativo de tal informação.

Referências

- Almeida, A. N. (Coord.). (2011). *História da Vida Privada em Portugal – Os Nossos Dias* (vol. 4). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ariès, P. (1988). *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Beck, U., Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization. Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*. London: Sage Publications.
- Carrilho, M. J., Craveiro, M. L. (2015). A Situação Demográfica Recente em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos* 54, 57-107.
- Costa, R. P. (2013). The Hands that (yet) Rock the Cradle: Unveiling the Social Construction of the Family Through the Contemporary Birthing Ritual. In Claster, P. N. & Blair, S. L. (Eds.), *Visions of the 21st Century Family: Transforming Structures and Identities*. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited, 105-131.

Davis-Floyd, R. E. (1992). *Birth as an American Rite of Passage*. Berkeley, CA: University of California Press.

de Singly, F. (1993). *Sociologie de la Famille Contemporaine*. Paris: Nathan.

Kitzinger, S. (1996). *Mães. Um estudo antropológico da maternidade* (2.ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Miller, T. (2010). *Making sense of fatherhood: Men constructing and practicing gender*. Cambridge: Cambridge University Press.

Morais, S., Almeida, R. (2013). Do Ser Homem ao Sentir-se Pai. A Importância da Enfermagem na Construção da Paternidade. *Revista da Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras* 3, 39-47.

Perista, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., Perista, P., Quintal, E. (2016). *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal – Policy Brief*. Lisboa: CESIS e CITE (acedido em 1 de Agosto de 2016 em <http://www.cesis.org/pt/area-actividade/198/inquerito-nacional-aos-usos-do-tempo-de-homens-e-de-mulheres/>).

Rodrigues, C. (2014). O papel do pai na Gravidez, Parto e Pós-Parto: Perceções Paternas. *Revista da Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras* 14, 47-51.

Shorter, E. (1995). *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar.

Wall, K., Aboim, S., Cunha, V. (2010). *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Lisboa: CITE.

WHO (2015). *WHO Recommendations on Health Promotion Interventions for Maternal and Newborn Health*. Geneva: World Health Organization.

Fecundidade e desenvolvimento em Angola

Luiekakio Afonso

Professor Associado

Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto, afonsodemo@gmail.com

Sumário: A fecundidade, a mortalidade e a migração, são os principais factores de mudanças demográficas, e exercem uma notável influência (positiva ou negativa, em função do contexto) na planificação de desenvolvimento de qualquer sociedade. Esta comunicação analisa, embora de uma forma global, a fecundidade em Angola e sua incidência na estrutura sociodemográfica, na planificação de políticas públicas e do processo de desenvolvimento em geral.

Palavras-chave: Fecundidade, estrutura demográfica, cultura, políticas públicas, desenvolvimento.

Abstract: Fertility, mortality and migration are the main factors of demographic changes and have outstanding influence (positive or negative, depending on the context) on the developmental planning of every society. This presentation essentially dwells on the field of Social and Political Demography, but with valuable contributions for the concerned areas, mainly those of Cultural and Social Anthropology, Sociology and Economics. Its aim is to analyze, although in a global way, the status of fertility in Angola and its incidence on the socio-demographic structure, in planning of public policies and development process in general.

Keywords: Fertility, demographic structure, culture, public policies, development.

Introdução

Em geral, desde a década de setenta do século passado, se assiste a escala global, uma queda acentuada nos níveis de fecundidade. Á título elucidativo e segundo Sabine Hemming “os dados das Nações Unidas (2003) indicavam que entre 1995-2000, a fecundidade no mundo era de 2,8 filhos por mulher. Neste mesmo período, havia 59 países ou áreas do mundo com um nível de fecundidade inferior a 2,1 filhos por mulher (43 localizados em regiões mais desenvolvidas) e 133 países registavam taxas iguais ou superiores a 2,1 filhos. Entre estes últimos, 47 ainda possuíam taxas superiores a cinco filhos por mulher (Hemming 2003: 12). Como se pode perceber, o ritmo da queda da fecundidade é extraordinariamente variável quando analisamos em termos espaciais, as regiões desenvolvidas das menos desenvolvidas, principalmente as de África. Se nalgumas partes

do mundo, sobretudo na Europa, os progressos alcançados nos diferentes sectores, tiveram como impacto demográfico a queda, inicialmente, da mortalidade, seguida da fecundidade, resultando no aumento da esperança de vida e no envelhecimento gradual da população, respectivamente, noutras partes do mundo, principalmente na África Subsaariana donde se enquadra Angola, registamos um quadro demográfico totalmente oposto, dominado por elevados índices de mortalidade (embora com tendências decrescentes) e baixa esperança de vida e, pela manutenção “secular” de padrões de alta fecundidade que, por sua vez, configuram uma estrutura demográfica bastante jovem.

Esta comunicação visa analisar e inter-relacionar, embora de uma forma global, a fecundidade em Angola e o processo de desenvolvimento. Para orientar melhor o tema, formulamos duas questões: a primeira é, *“quantos filhos estão a ter hoje em dia as mulheres angolanas e a que se deve esse nível de fecundidade?”*, e, a segunda, *“que repercussão pode ter esse número de filhos noutras componentes da dinâmica e estrutura demográfica, assim como na planificação de políticas públicas e no seio das próprias famílias?”*.

Para responder a essas questões e produzir alguns elementos de reflexão a volta do tema, apoiamo-nos em dados estatísticos (censos e inquéritos)¹ disponíveis e produzidos, essencialmente pelo Instituto Nacional de Estatística, assim como as estimativas algumas instituições internacionais e Agências das Nações Unidas vocacionadas para os estudos de população². Procuramos de igual modo reforçar a nossa análise, consultando algumas obras científicas (com temas diversos das áreas de Antropologia, Sociologia, Economia, etc.), que se podem consultar nas referências bibliográficas.

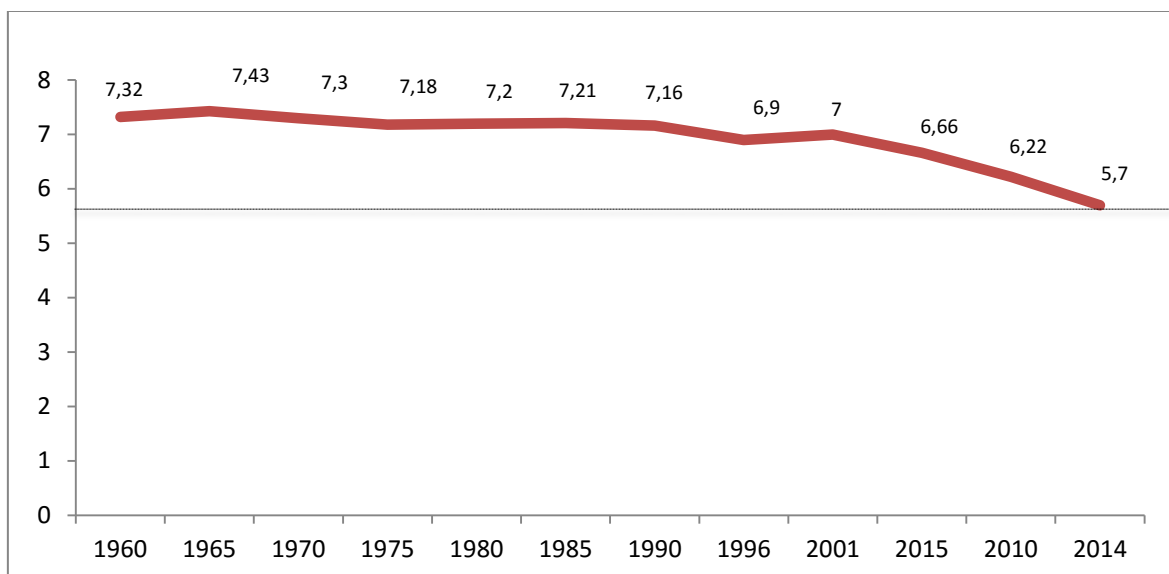
1. Caracterização da fecundidade em Angola

Desde os anos sessenta do século XX até actualidade, a sociedade angolana sempre se caracterizou por apresentar um padrão de alta fecundidade. Este facto se pode constatar analisando o gráfico 1 que representa a evolução do índice sintético de fecundidade (ISF) desde 1960 até 2014).

¹Recenseamento de População 1970; Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) 2014; Inquéritos sobre Indicadores Múltiplos (MICS I, 1996 e MICS II, 2001); Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP 2008-2009).

²PNUD (*Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano, 1999-2014*); UNFPA (*Relatórios sobre a Situação da População Mundial, 2004-2013*); UNPD (*World Population Prospects: The 1998 - 2010 Revision*); BM (*World Development Indicators, 2013*).

Figura 1 - Angola: evolução do Índice Sintético de Fecundidade (1960-2014)

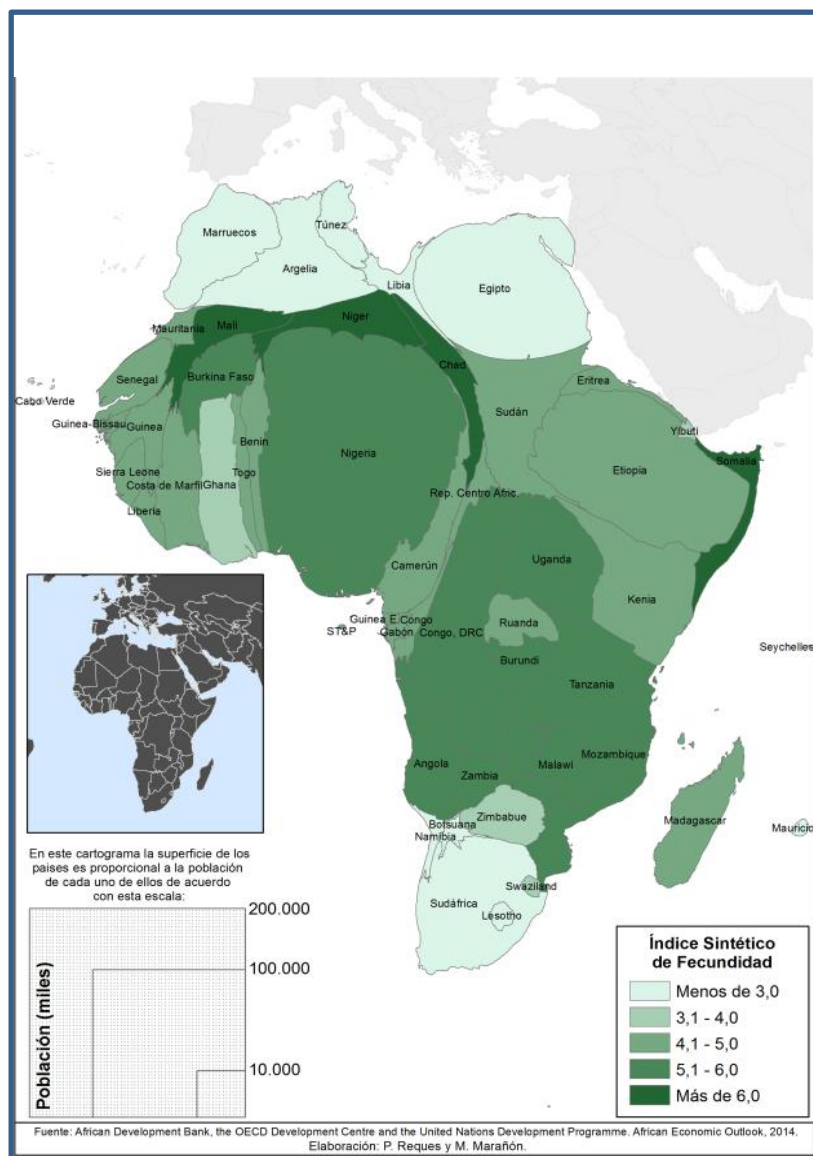


Fontes: RGHH 2014, IBEP 2008-2009, MICS 2001, MICS 1996. <https://data.worldbank.org/indicator/sp.dyn.tfrt.in?> (acedido em Maio de 2016).

Como se pode evidenciar na figura 1, desde a década de sessenta até meados da década de noventa, um período de 35 anos, o ISF era estimado acima de 7 filhos por mulher. De 1996 (altura da realização do primeiro inquérito sobre Indicadores Múltiplos – MICS I) até 2008-2009 (data da realização do Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População – IBEP), um período de oito anos, o ISF oscilou entre 6,9, 7,0 e 6,4, respectivamente. Isto é, num período de aproximadamente meio século (49 anos) desde 1960 até 2009, o ISF, reduziu em apenas 0,92 filhos por mulher. Actualmente (2014) esse indicador está estimado em 5,7 filhos por mulher e uma taxa bruta de natalidade de 36,12 nados vivos por cada mil habitantes. Em suma, em 54 anos (1960-2014), o ISF passou de 7,32 filhos por mulher a 5,7, uma redução de apenas 1,62. Em geral, podemos afirmar que se observa na sociedade angolana, uma tímida redução nos níveis de fecundidade, no entanto, esses valores continuam a estar entre as mais altas de África³ e do mundo. Na realidade, essa é a tendência observada na maior parte das nações africanas, principalmente as localizadas ao sul do Sahara, onde a média de filhos por mulher se situa ainda entre 4,7 e 5,0 (figura 2).

³ Não obstante, importa referir que existem países africanos que ostentam ainda níveis de fecundidade superiores ao observado em Angola na data de referenciada. A título de exemplo (dados de 2013-2014), temos: Níger (7,6 filhos por mulher), Chade e Somália, 6,0 e 7,0 filhos por mulher.

Figura 2 - População e ISF em África (ano 2014)

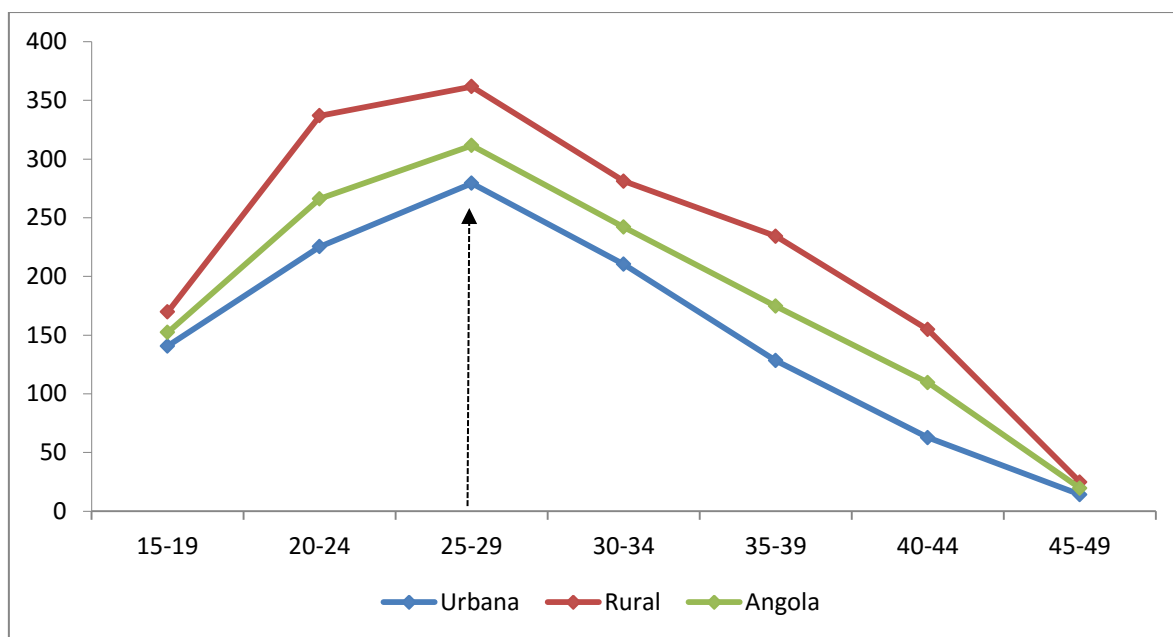


Fonte: Africa Development Bank, OCDE Development Center and UN. Development African Economic Outlook, 2014
(Elaboração: P. Reques y M. Maraño).

Outro indicador de fecundidade que interesse fazer referência é a taxa de fecundidade específica (TFE) que expressa o número de nascimentos por mil mulheres em cada um dos grupos etários. Os dados retidos na figura 3, mostram como a TFE é bastante elevada para quase todos os grupos, indicando que as mulheres em Angola começam a vida reprodutiva cedo e a terminam tardiamente (INE-IBEP, 2008-2009). O intervalo de maior intensidade se situa entre os 25-29 anos

de idade. Em função dos âmbitos de residência rural e urbana, o diferencial de fecundidade é de três nascimentos a mais, sendo 5,3 (filhos por mulher) nas mulheres das cidades e 7,8 nas mulheres do campo (*Idem*).

Figura 3 - Taxas específicas de fecundidade (2008-2009)



Fonte: INE-IBEP, 2008-2009 (Elaboração própria).

As intenções reprodutivas e sobretudo a preferência da mulher ou do casal sobre o tamanho da família, são indicadores importantes que podem avaliar o grau de motivação com o objectivo de controlar a tendência sobre a dimensão da família. O tamanho médio dos agregados familiares, embora com tendência decrescente, continua alto, tendo passado de 4,6 pessoas em 1996 (MICS I), 4,8 em 2001 (MICS II), 5,0 em 2008-2009 (IBEP) e a 4,6 em 2014 (RGHP), sendo este último, de 4,8 no meio urbano e 4,4 na área rural. Como foi possível constatar, em geral, e, em pleno século XXI, os angolanos continuam a fazer muitos filhos e a preferirem famílias cada vez mais extensas. Avaliando outro indicador de intenções reprodutivas, como é o caso do planeamento da última gravidez, a maioria das mulheres em idade reprodutiva inquiridas, cerca de 96%, pretendiam ter filhos em algum momento da sua vida reprodutiva e 81% declarou ter planeado a sua última gravidez.

Respondida a questão sobre as intenções reprodutivas, assim como o número de filhos que estão a ter actualmente as mulheres angolanas, passemos a reflectir sobre as causas dessa preferência pelo elevado número de filhos.

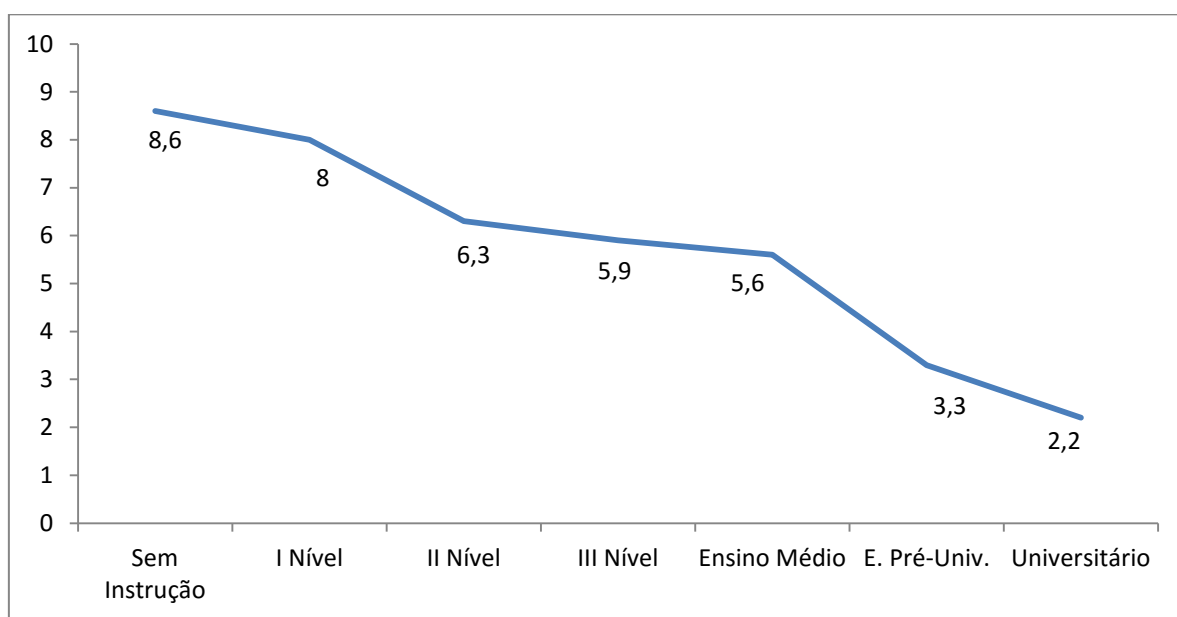
Durante muito tempo, vários estudiosos em matéria de população, particularmente os demógrafos, procuraram desenvolver teorias para explicar o comportamento da fecundidade nas diferentes sociedades e em diferentes momentos históricos. No entanto, tal como reconheceram Guzmán y Bravo (1994: 21) “...não existe uma teoria única que tenha aceitação geral da *comunidade científica*”. O que existe, segundo estes mesmos autores é um “*certo acordo enquanto aos factores que afectam o comportamento reprodutivo, que são múltiplos e complexos: o nível educativo, os custos e benefícios económicos derivados dos filhos, a disponibilidade de recursos para sustento dos filhos, factores culturais que condicionam o início, término e continuidade das relações sexuais, a mortalidade, o status e grau de autonomia da mulher, a disponibilidade e custo dos anticonceptivos, mudanças estruturais na produção e relações económicas, grau de comunicação entre as regiões e países, etc.*”. No entanto, não constitui objecto desta comunicação avaliar cada um dos factores expostos, pois nos levaria, por um lado, a elaborar um estudo específico a respeito, e por outro, carecemos de dados (sobretudo estatísticos) para fundamentar algumas afirmações. Nesta comunicação, nos objectivamos analisar apenas dois desses factores: as crenças e o nível educativo da população.

Relativamente ao nível educativo da população, sabe-se que a prolongação da actividade de estudos é um factor, que em certa medida retarda o início da vida reprodutiva, isto é, a entrada à vida matrimonial e, por conseguinte, ao nascimento do primeiro filho. Como se destacou no Relatório sobre Situação da População Mundial (UNFPA 2013), “*...as meninas que permanecem na escola por mais tempo são menos propensas a engravidar. A educação prepara as meninas para futuros empregos e meios de vida, aumenta sua auto-estima e status, e lhes confere mais voz nas decisões que afectam suas vidas. A educação também reduz a probabilidade do casamento precoce e retarda a concepção, levando, no fim das contas, a nascimentos mais saudáveis*”. Em geral, as mulheres com maior nível de instrução tendem a apresentar uma taxa de fecundidade total (TFT) relativamente mais baixa, comparadas com às de baixo nível de instrução, sobretudo com as que nunca frequentaram a escola. Essa constatação se deve ao facto das mulheres com maior nível de instrução terem maiores possibilidades de acesso a informação e de utilizarem com maior frequência os métodos contraceptivos, principalmente os modernos. Essa tendência já se vem observando em Angola desde 1983, tal como se apresenta na figura 4 que reflecte as taxas de

fecundidade total por nível de instrução das mulheres em Luanda. Dados do IBEP 2008-2009, confirmam essa mesma tendência, pois as taxas de fecundidade das mulheres entre os 15 e 34 anos de idade e sem nenhuma instrução foram mais altas (8,0 filhos por mulher), com o ensino primário concluído, 7,1 e com o secundário concluído (12ª a 13ª classe), 3,8 filhos por mulher.

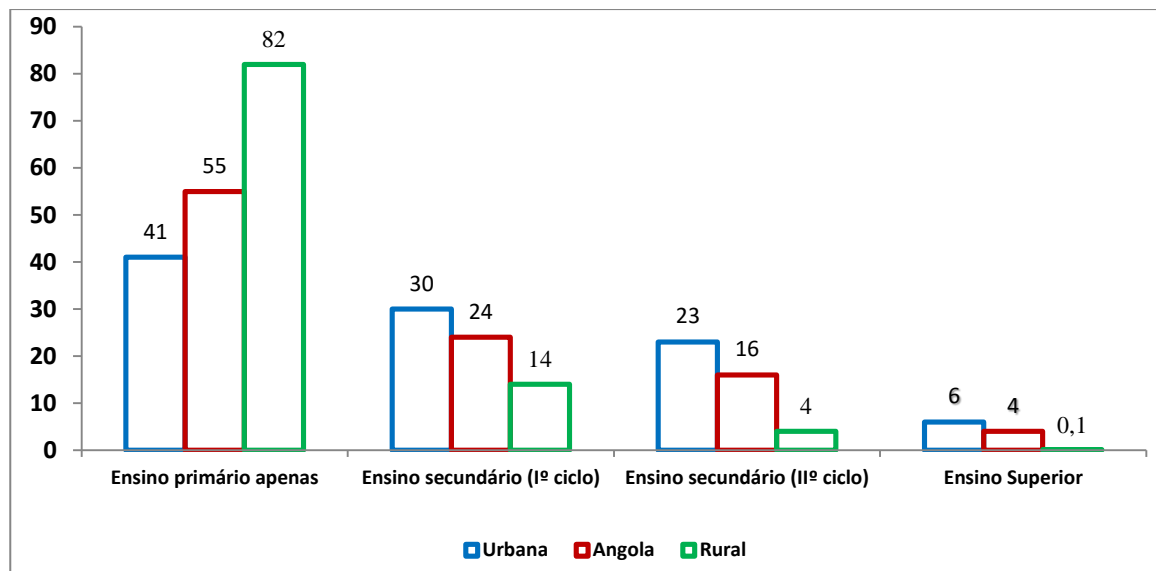
Em 2009 a proporção de analfabetos (população de 15 ou mais anos de idade) era de 34% da população total. Em geral, o número médio de anos esperados de escolaridade da população angolana é bastante baixo, apenas 11,4 anos (dado referente a 2014). Na figura 5 se pode constatar a distribuição da população com 18 anos ou mais por nível de ensino concluído a nível nacional e por âmbitos de residência rural e urbana. Apenas 4% da população tinha o ensino superior concluído na altura do levantamento dos dados do Inquérito sobre o Bem-estar da População.

Figura 4 - Luanda: TFT por nível de instrução das mulheres em 1993



Fonte: INE-Inquérito Sociodemográfico e Emprego em Luanda, 1993 (Elaboração própria).

Figura 5 - População com 18 anos ou mais por nível de ensino concluído (em %)



Fonte: INE-IBEP 2008-2009 (Elaboração própria).

A história demográfica angolana está muito influenciada pelo factor cultural, principalmente no que diz respeito a fecundidade. Sobre esse factor (cultural), devemos destacar os pressupostos teóricos vinculados aos mecanismos tradicionais de regulação da população e, principalmente às crenças relacionadas com a importância do filho no matrimónio, no seio familiar e na sociedade em geral. Essas crenças têm muito a ver com as difíceis condições de sobrevivência das pretéritas sociedades africanas, em geral, e angolanas em particular e que são ainda preservadas tanto no meio rural como urbano. A agricultura de subsistência, a segurança perante a velhice, a sobrevalorização da fecundidade como elemento de prestígio social, as epidemias e as altas taxas de mortalidade, justificavam a prática e a aplicação de mecanismos tradicionais destinados a elevar a fecundidade. Esse mecanismo de regulação da população não era sinónimo de irresponsabilidade das sociedades tradicionais, muito pelo contrário, o processo de reprodução era devidamente planificado em função do contexto. Sabiam, pois, relacionar a fecundidade com a mortalidade elevada; a fecundidade com os meios de produção e de subsistência numa economia dependente de uma grande oferta de mão-de-obra⁴.

⁴ Sobre pressupostos teóricos ligados à fecundidade e baseados em crenças, se pode consultar, por exemplo, Samuel H. Preston (1978) "The effects of infant na child mortality on fertility"; John Caldwell & Pat Caldwell (1987) "The cultural contexto of high fertility in Sub-Saharan Africa"; Anatole Romaniuk (1967) "La fécondité des populations congolaises";

Actualmente, a globalização e a chamada modernidade, ainda não tiveram resultados “plausíveis” no que diz respeito a modificação do tradicional padrão reprodutivo dos angolanos e dos africanos em geral. Muito pelo contrário, parecem ter trazido efeitos contraditórios sobre a fecundidade nesta parte do globo, em comparação com o sucedido durante o processo de transição demográfica na Europa ou na América do Norte. A paulatina melhoria do *status* e do estado de saúde reprodutiva da mulher e da sua incorporação no mercado de trabalho remunerado, aumentaram inclusive o número de nascimentos, ao estarem “obrigadas” a diminuir o período de amamentação e o abandono prematuro do período de abstinência, fazendo com que estejam expostas ao risco de engravidar-se. Este facto, vê-se também reforçado quando sabemos que a taxa de prevalência de utilização de métodos contraceptivos, principalmente os modernos é muito baixa⁵. Outro factor a considerar é a baixa idade para a primeira união matrimonial. Por outro, factores relacionados com comportamentos machistas, fazem com que muitas mulheres não tenham ainda poder de decisão sobre a sua própria fecundidade, sobretudo as de baixo nível de escolaridade e de baixos rendimentos.

A modernidade só poderá ter efeitos plausíveis na redução da fecundidade em Angola, quando aumentarem as taxas de escolarização da maioria população, principalmente das mulheres, tando no âmbito urbano como rural, quando houver maior dinamismo nos programas de Informação, Educação e Comunicação (IEC) a escala nacional, para que os programas de planeamento familiar funcionem de facto. Mais será ainda necessário, que haja importantes investimentos em diferentes sectores de vida, capazes de produzir certas melhorias económicas e sociais, incluindo a adopção de mecanismos que incentivem os casais a adequarem de maneira deliberada e voluntária o tamanho das suas famílias em função da realidade do contexto. Do contrário, as crenças que têm a ver com a sobrevalorização do filho, continuarão a ter um grande peso no comportamento reprodutivo da maioria dos angolanos.

Por isso, não importando o contexto, para muitas mulheres e famílias angolanas, ter muitos filhos parece representar ainda segurança perante o casamento e perante a velhice, uma vez que o *sistema nacional de segurança social* ainda funciona de forma débil e não é capaz de assegurar uma vida relativamente estável, mesmo havendo uma reduzida proporção da população idosa na

José Redinha (1975); Raúl de Asúa Altuna (2006); Bibian Pérez Ruiz (2010) “Maternidade na literatura africana: Mãe África”; Eugénio Alves da Silva (2011) “Tradição e identidade de género em Angola”; Luiekakio Afonso (2004) “Población, territorio y educación en Angola”.

⁵ De acordo com dados do IBEP 2008-2009, apenas 12,8% das mulheres com 12-49 anos de idade utilizavam métodos contraceptivos modernos (utilizados por elas ou pelo parceiro).

sociedade angolana. Perante as *elevadas taxas de desemprego*⁶ da maioria da população activa, aumenta a importância e o papel dos filhos na economia doméstica e/ou familiar. A *pressão familiar para uniões matrimoniais precoces*⁷, fundamentada pelos receios dos progenitores a que as filhas incorram, por exemplo a gravidezes não desejadas e, em muitas ocasiões, servindo como fonte de dotes. A incerteza de quantos filhos poderão sobreviver até a idade adulta, tendo em conta os elevados índices de *morbilidade e mortalidade*⁸ prevalentes, faz com que muitas famílias optem por ter muitos filhos. A substituição de filhos perante a morte de um, é prática frequente nas mulheres e famílias angolanas, pois as mulheres sentem a necessidade de preencher o vazio deixado por um filho, com o nascimento de um outro.

Para além das crenças e de outros factores como a debilidade e a baixa cobertura dos programas de planeamento familiar, o declive do hábito de amamentação prolongado, a poligamia não institucionalizada, mas consentida socialmente, assim como os elevados níveis de promiscuidade da população, tanto masculina como feminina, etc., haveria, hoje em dia, que apontar a própria desestruturação das famílias e a pobreza⁹, factores que tendem a diminuir o papel orientador dos pais (perda de autoridade) perante as filhas e os filhos. Aspectos como a ausência de actividades que possam ocupar grande tempo da população desempregada (jovens e adultos...), a falta de certas condições em muitas áreas de residência, sobretudo nas periferias das cidades, como é o caso de energia eléctrica¹⁰, espaços e meios de entretenimento e lazer (TV, cinema, casas de cultura...), bibliotecas, etc., são apenas alguns dos factores que têm concorrido, pelo menos na realidade angolana, a estimular ainda mais a fecundidade.

2. Implicações da elevada fecundidade no processo de desenvolvimento

A elevada taxa de fecundidade observada, conjugada com níveis de mortalidade alta, mas a mostrarem maiores tendências para o declive, repercutem em altas taxas de crescimento natural

⁶ Segundo dados do RGPH 2014, a taxa de desemprego na data de referência (Maio de 2014) foi de 24%, isto é 1.739.946 pessoas com 15 ou mais anos de idade que nesse período não trabalhou ou não tinha trabalho, ou estava disponível para trabalhar.

⁷ De acordo com os dados do MICS 2001, 33% das jovens foram mães antes de atingirem os 18 anos de idade. Embora a idade mediana da mulher angolana ao nascimento do primeiro filho estar estimado aos 18 anos, é de realçar que 6,9% das meninas tiveram o seu primeiro filho entre os 12 e 14 anos de idade (IBEP 2008-2009).

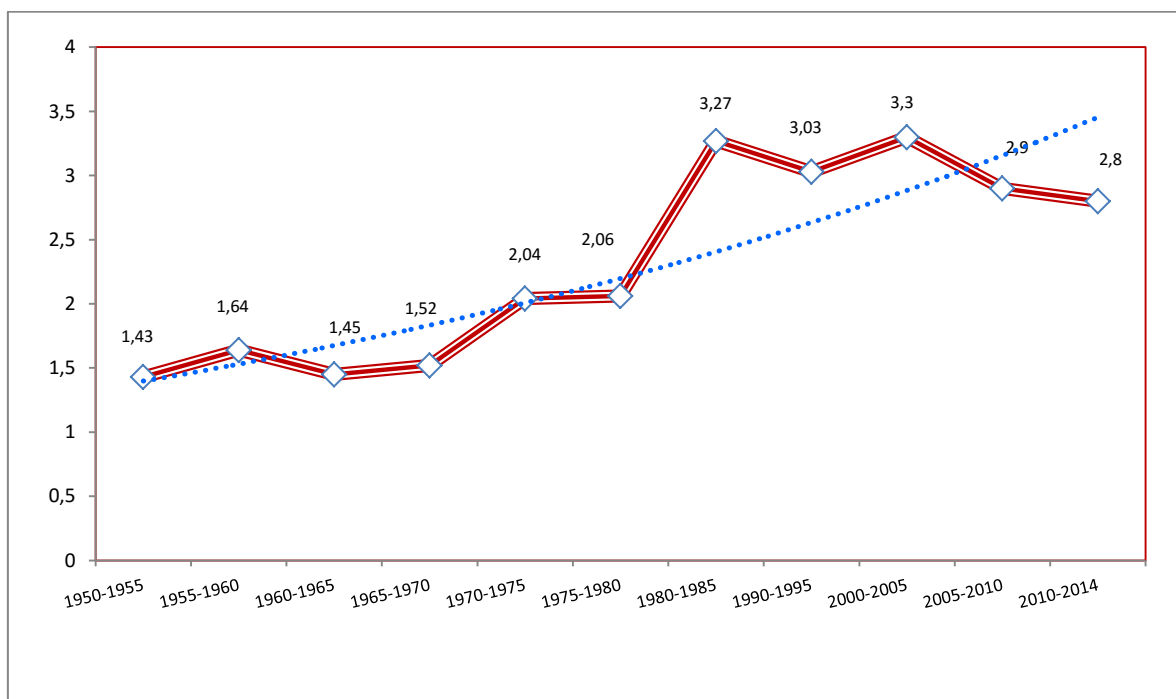
⁸ Em 2014 a taxa de mortalidade infantil foi estimada em 112 por cada 1000 nados vivos (INE 2015).

⁹ Em 2008 a incidência da pobreza foi estimada em 36,6% (INE-IBEP 2008-2009) (68.2% em 2000/2001 Perfil da Pobreza, IDR 2000/01).

¹⁰ Em 2014, a proporção de agregados familiares com acesso a electricidade foi de 31,9% (50,9% nas áreas urbanas e 2,2 nas áreas rurais) (RGPH 2014).

(2,7% RGPH 2014). Na figura 6 se podem observar a evolução das taxas de crescimento total da população angolana no período que vai de 1950 a 2014⁽¹¹⁾.

Figura 6: Evolução das taxas de crescimento da população angolana (1950-2014)



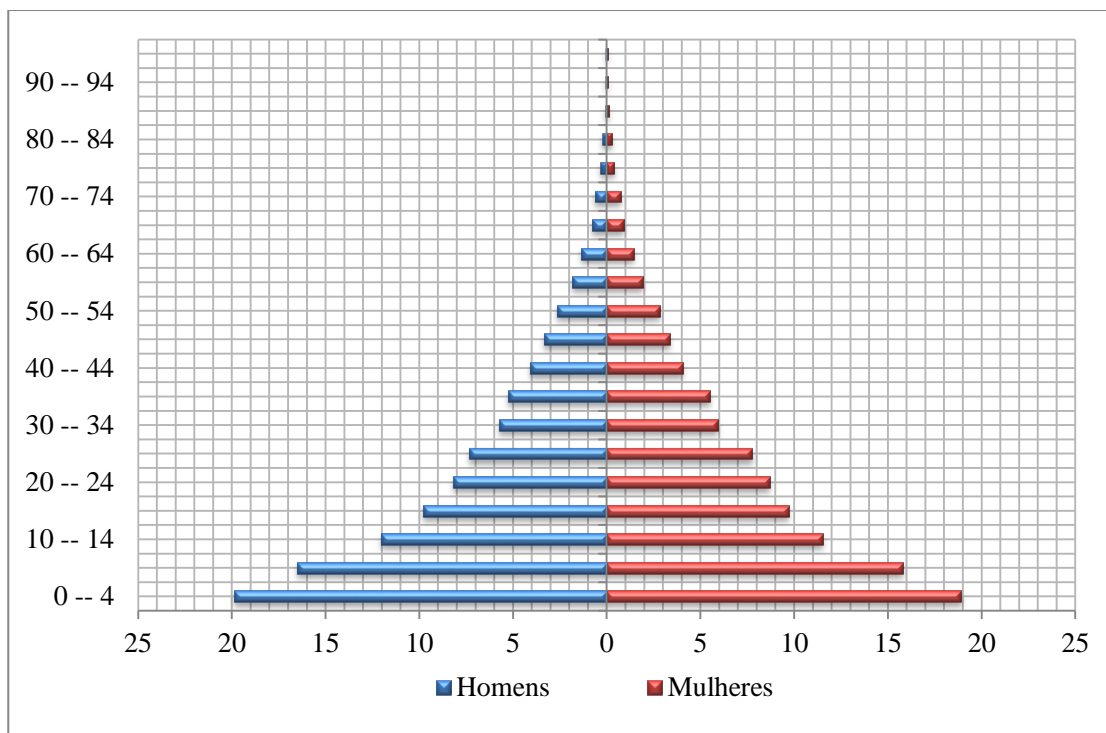
Fonte: Elaboração própria com base em dados de várias fontes (Censos coloniais, estimativas do INE e Resultados Preliminares do RGPH 2014).

Caso persista essa tendência, e tendo como referencial temporal a taxa de crescimento observado em 2014, a próxima duplicação da população angolana acontecerá em menos de 25 anos, o que implicará redobrar esforços na gestão de sectores sociais cruciais, tais como a da saúde materno-infantil, da educação, do emprego e habitação, etc.

Assim, como resultado dessa alta fecundidade, a maioria da população angolana é jovem, tal como se pode observar na figura 7 que reflecte a distribuição relativa da população por sexo e idade. A população de 0-14 anos de idade representa 47% da população total (12.196.496 pessoas). O contingente em idades de trabalhar (15-64 anos) é de 50% da população total (12.980.098 pessoas) enquanto os idosos (65 ou mais anos) representam apenas 2% da população (612.430 pessoas) (RGPH 2014). A idade média é de 20,6 anos e a idade mediana de apenas 16,0 anos (em 1960 a idade mediana era de 20,9 anos).

¹¹ No período 2010-2014, a taxa média de crescimento populacional foi estimada entre 2,8 a 3,0% ao ano.

Figura 7: Estrutura por idade e sexo da população angolana em 2014 (em %)



Fonte: RGPH 2014 (Elaboração própria).

A actual juventude da população, que se prolongará, ainda durante um longo período, gera fortes pressões na sociedade, sobretudo no que diz respeito aos serviços básicos de saúde, de educação, habitação, emprego, etc. Por outro lado, implica a curto prazo, a passagem de uma proporção importante de jovens para idades activas e, como sabemos, o sistema ainda não é capaz de gerar emprego suficiente para uma população em constante aumento.

A enorme proporção de jovem na estrutura etária (47%), junto com a proporção de velhos (2%), traduz-se em elevadas taxas de dependência total¹², o que supõe enorme encargo económico para a população que trabalha no sector estruturado da economia e não só. Isso implica também ao Governo desviar importantes recursos que poderiam ser aplicados em diferentes sectores produtivos, para atender as necessidades cada vez mais crescentes dessa camada da população, principalmente em termos de saúde materno-infantil, educação básica, etc. Ademais, é comum na sociedade angolana, encontrarmos agregados familiares compostos por 6 ou 7 membros e a dependerem de rendimentos de uma única pessoa, situação que em certa medida piora ainda mais

¹² O índice de dependência total foi estimado em 101% e o juvenil em 96% (IBEP 2008-2009).

a já deficitária qualidade de vida das famílias, contribuindo assim na manutenção de níveis elevados da incidência da pobreza¹³ na sociedade.

No que diz respeito ao sector da saúde, vamos assistindo um certo aumento de unidades sanitárias, sobretudo de Postos e Centros de Saúde, no entanto, continua a observa-se a nível nacional, uma reduzida cobertura e qualidade nos serviços de saúde especializados. Sucede o mesmo com o pessoal que intervém no sector, facto que tem contribuído na baixa qualidade dos serviços prestados a população. A título de exemplo, em 2012 apenas 44,6% da população tinha acesso aos serviços de saúde, o equivalente a 2 médicos por cada 10.000 habitantes, isto é, um médico por cada município (MINSa, 2012). De acordo com o INE (2015), a situação actual dos profissionais da saúde é a seguinte: 1.668 médicos, 28.665 enfermeiros e 158,1 profissionais de saúde por cada 100.000 habitantes¹⁴. Como se pode perceber, essa situação menos boa do sector da saúde, unido aos elevados índices de morbilidade prevalentes e das elevadas taxas de natalidade, repercutem em índices elevados de mortalidade materna e infantil¹⁵ e, por conseguinte, na baixa expectativa de vida da população de 48 anos, sendo 47 para o sexo masculino e 49 para o sexo feminino - IBEP 2008-2009). Actualmente, segundo resultados definitivos de RGPH 2014 divulgados em 2016, apontam a esperança de vida a nascença para 60,2 anos, sendo 55,5 para os homens e 63,0 para as mulheres.

3. Como adequar os níveis de fecundidade aos desafios de desenvolvimento!

A fecundidade constitui uma das mais complexas e delicadas variáveis demográficas a tratar, principalmente nas sociedades africanas, uma vez que implica abordagens que podem, inclusive, chocar e interferir em padrões de comportamentos (hábitos e costumes) historicamente bem consolidados. Como vimos no primeiro ponto, apesar da modernidade e da globalização, muitas matérias relacionadas com a fecundidade constituem, até hoje, tabus em muitas famílias. É o caso de questões que têm a ver com a sexualidade, com o aborto, com os contraceptivos e, com o planeamento familiar, em geral.

O país não possui ainda uma política de população “explícita”, que poderia conter “directrizes e/ou instruções” capazes de influir nas tendências demográficas. Durante os três primeiros quinquénios após a independência, os elevados índices de crescimento populacional não eram

¹³ A incidência da pobreza foi estimada em 36,6% em 2009 (IBEP 2008-2009).

¹⁴ INE, 2015 “Angola, 40 anos de Estatística, 1975-2015”, pág. 61.

¹⁵ A taxa de mortalidade infantil estimada foi de 112 por cada mil nados vivos em 2014 (INE 2015) (116 por mil 2009 (IBEP) e a da mortalidade materna estimada em 450 por cada 100.000 nados vivos (dados de 2010).

considerados como um problema para o desenvolvimento nacional. Ademais, nalguns grémios, principalmente políticos, fundamentavam as pretensões de descendências numerosas da população, pelo facto do território nacional ser vasto e *quase* subpovoado¹⁶. Durante a década de 90, o Governo mudou a sua atitude para uma aceção mais positiva, devido ao impacto negativo que poderia ocasionar a crescente população para o progresso sustentável e o bem-estar das famílias. Actualmente, existe a intenção por parte do Executivo de instituir uma política de população com base nos resultados definitivos do RGPH 2014, pelo qual já foi criado o Conselho Nacional de População. Não obstante a tudo isso, no quadro de Políticas Nacionais de Desenvolvimento constantes do PND - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (pág. 41) e no que respeita a questão da Política de População, se pode ler o seguinte sobre os objectivos de políticas até 2025: *“Manter em nível relativamente elevado, o crescimento natural da população, de forma a povoar o vasto território nacional, através do efeito conjugado de uma mais rápida queda da mortalidade e de uma regressão mais lenta da fecundidade”*. De facto, Angola é um imenso país e com um grande potencial em termos de recursos naturais e com uma baixa densidade populacional comparado com outros países de maior dimensão em África. E, em termos geopolítico e geoestratégico, essa baixa densidade populacional para um vasto país, pode não ser benigno. No entanto, somos de opinião que a baixa densidade demográfica actual do país não pode constituir uma preocupação premente das nossas autoridades, pelo menos por agora. A ocupação dos espaços vazios será feita de forma paulatina e, com efectivos demográficos, física, mental e socialmente saudáveis que possam contribuir de maneira eficaz para o desenvolvimento sustentável do país. O importante nesta fase de desenvolvimento do país é investir muito seriamente no potencial humano, dotá-lo de conhecimentos necessários que lhe possibilite fazer um aproveitamento intensivo e adequado dos recursos disponíveis neste vasto território. A ocupação dos espaços vazios do nosso território não passa apenas pela quantidade de pessoas, mais também pela qualidade dos mesmos.

Será necessário também potenciar a *Informação, Educação e Comunicação* (IEC), um dos mais importantes componentes de qualquer política de população e que poderia influenciar na mudança de atitudes das famílias e de indivíduos para que adoptem de uma forma livre, consciente e responsável a sua fecundidade, por exemplo, no sentido de diminuir o tamanho das famílias, adequando-os de acordo com as exigências da nova realidade económica e social e da tendência crescente do processo de urbanização do país. Os diferentes programas e projectos de

¹⁶ 25.789.024 habitantes e uma densidade demográfica de 20,7 hab.km², segundo dados do RGPH 2014.

conscientização, sensibilização e de educação à saúde; os programas alargados de vacinação e de combate a enfermidades endémicas, de higiene e de saneamento básico; de alfabetização; de planeamento familiar (como por exemplo, os de prevenção de gravidezes precoces ou não desejados e de doenças sexualmente transmissíveis); os da luta pela igualdade de oportunidades segundo género; etc. – podem dar resultados positivos, investindo seriamente na IEC.

Será necessário apostar no empoderamento da mulher, dotá-las de conhecimento e de instrumentos que lhes possibilite, por si mesmas, tomar decisões sobre variados aspectos inerentes a sua vida, sobre a saúde sexual e reprodutiva, sobre o número de filhos e o intervalo entre eles, sobre educação, formação e o emprego, sobre a autonomia financeira, etc.

Devem ser estimulados os factores e hábitos inibidores da fecundidade, tais como a amamentação prolongada, o aumento do tempo de permanência das mulheres na actividade de estudos, a abstinência sexual, o aumento da idade para o primeiro matrimónio, a difusão e disponibilização de produtos contraceptivos, a dinamização dos centros de planeamento familiar, etc. Todos esses aspectos devem estar acompanhados de políticas e programas de melhorias sociais, capazes de contribuir no aumento da probabilidade de sobrevivência das crianças.

Com a redução significativa da fecundidade a níveis aceitáveis (não por debaixo do nível de substituição ou de renovação da população)¹⁷ e considerando que a mortalidade continua a sua tendência decrescente mais rápida que a fecundidade, estaríamos a entrar num período na qual os indivíduos que constituem a força laboral superam aqueles considerados dependentes, o chamado dividendo demográfico. Esta situação, segundo Pedro Reques, pode gerar recursos económicos ao Estado e, quando são correctamente aproveitados podem servir como recurso económico, sempre e quando se invista na qualidade da educação, nos empregos produtivos e no desenvolvimento de sistemas de protecção social. Muitos países de América-Latina e da Ásia se encontram nessa situação, não ocorrendo o mesmo com a Europa e a África subsaariana, por razões demográficas opostas (excessiva dependência dos jovens em África e excessiva dependência dos velhos na Europa) (Reques 2014).

¹⁷ Estima-se que com um ISF de 2,1 filhos por mulher, a substituição das gerações pode estar garantido, isto é, pode garantir crianças suficientes para substituir os seus pais.

Conclusões

A modo de guisa de conclusões, se pode reter o seguinte:

A sociedade angolana continua a caracterizar-se ao longo do período em análise (1960-2014) por um modelo tradicional de transição demográfica (altas taxas de mortalidade com tendências mais rápidas de queda e altas taxas de fecundidade que vêm mostrando uma tímida tendência decrescente, o que resulta em altas taxas de crescimento natural). Como consequência da persistência dos níveis altos de fecundidade, a estrutura demográfica continua bastante jovem, com grandes repercussões na gestão de políticas públicas.

Anualmente se regista a escala nacional um aumento significativo de efectivos demográficos em idade escolar, de mulheres em idades férteis, e de jovens adultos a procura de emprego. No entanto, o ritmo de aumento dos efectivos desses grupos de populações, não é o mesmo, por exemplo, ao da oferta de serviços nos sectores de educação, saúde, principalmente materno-infantil, assim como da criação pelo sistema económico nacional, de postos de trabalho, particularmente para os jovens que procuram seu primeiro emprego.

Importa reafirmar, que o padrão de alta fecundidade prevalecente na nossa sociedade não coaduna com a actual realidade social e económica do país e, muito particularmente da maioria das famílias. Não obstante ao anteriormente exposto, qualquer política a ser implementada nesse sentido, deverá garantir o direito de que cada indivíduo, casal ou família, a decidir de forma livre sobre a sua fecundidade. O essencial será continuar a potenciar os programas de IEC para que as famílias possam avaliar as vantagens e desvantagens de optarem por um padrão de alta ou baixa de fecundidade.

Com um ritmo mais acentuado na redução da fecundidade, muito rapidamente o país se beneficiará das vantagens do seu dividendo demográfico inicial, que poderá, por um lado, reduzir a alta dependência dos jovens e, por outro (desde que haja investimentos significativos capazes de capitalizar o potencial humano), servir como catalisador de crescimento e desenvolvimento, embora a longo prazo.

Referências

Instituto Nacional de Estatística (2016). *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola 2014*, Luanda.

Instituto Nacional de Estatística (2015). *Angola, 40 anos de Estatística 1975*. Luanda, 29-80.

Instituto Nacional de Estatística (2011). *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População* (IBEP-2008-2009). Relatório analítico, Vol. I. Luanda.

Instituto Nacional de Estatística (1997). *Inquérito de Indicadores Múltiplos* (MICS 1996). Resultados definitivos. Luanda.

Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*. Luanda.

Naciones Unidas (1994). *Población y Desarrollo. Programa de Acción adoptada en la CIPD, El Cairo 1994*. N. York, Publicación de Naciones Unidas, Vol. 110 p.

World Bank (2013) <https://data.worldbank.org/indicator/sp.dyn.tfrt.in?> (acedido em Maio de 2016).

Afonso, Luiekakio (2014). População, educação e desenvolvimento. Uma reflexão para o caso de Angola. In *Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais* (Luanda), vol. IV, n.º 8, Novembro, 433-451.

Afonso, Luiekakio (2013). Mudanças na dinâmica da população angolana e sua repercussão no processo de planificação do desenvolvimento social e económico. In *Angola: Leituras de um país em mudança*. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 62-93 [«Memórias»].

Afonso, Luiekakio (2004). *População, Território e Educação em Angola, 1960-2000*. Madrid, (Tese Doutoral em fase de edição) UCM, 673 p.

Assunção, Juliano J. (2007). O perfil da pobreza em Angola. Resultados do IDR 2000-2001. Departamento de Economia, PUC-Rio, versão em Português, INE-Luanda, 32 p.

Celade-ONU (1994). Enfoques teóricos para el estudio de la fecundidad. Stgo-Chile, CELADE, 25 p.

Hemming, Sabine (2003). *La transición de la fecundidad en el Mundo*. In Seminario La Fecundidad en América Latina: Transición o Revolución?, Santiago de Chile, CEPAL, 11-31 (disponível em <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/6729> - Consultado em Janeiro de 2016).

Velasco, Pedro R. (2016). África en su labirinto: las claves demográficas, sociales y territoriales. (*en edición*). Casa África, Las Palmas de Gran Canaria.

Household and housing decisions of southern European young adults

Alda Botelho Azevedo

Centre d'Estudis Demogràfics, Universitat Autònoma de Barcelona and Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, aldazevedo@gmail.com

Julián López-Colás

Centre d'Estudis Demogràfics, Universitat Autònoma de Barcelona, jlopez@ced.uab.es

Juan A. Módenes

Departament de Geografia, Universitat Autònoma de Barcelona and Centre d'Estudis Demogràfics, Universitat Autònoma de Barcelona, jamodenes@ced.uab.es

This is a work in progress. Please do not cite or quote without authors' permission.

Comments are very welcome to aldazevedo@gmail.com.

Sumário: Este trabalho tem como objetivo compreender se as decisões residenciais dos jovens adultos ativos da Europa do Sul diferem das dos que vivem no Reino Unido, na Alemanha e em França. A partir dos micro-dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (2012), estimámos modelos de regressão por país. Os resultados mostram que para os jovens do Europa do Sul viver em casa dos pais é uma efetiva alternativa aos regimes de ocupação em arrendamento ou em propriedade, algo que não se verifica nos restantes países estudados.

Palavras-chave: Escolhas residenciais dos jovens adultos ativos, não-responsável pelo agregado, responsável pelo agregado, sistema residencial da Europa do sul.

Abstract: This paper aims to understand whether the housing decisions of the active young adults living in southern European countries differ from the ones living in the United Kingdom, Germany and France. Using the micro-data from the European Union Statistics on Income and Living Conditions (2012), we estimated regression models by country. The results show that for southern European young adults to live in parental home is an effective alternative to renter or owner-occupation, which is not the case in the other studied countries.

Keywords: Active young adults housing choices, headship, non-headship, southern European housing system.

1. Introduction

Revealed housing tenure choice differs from stated housing preference in the sense that the first is the result of several factors that restrain the household options (preference, market, functioning affordability, state regulation, social strata, etc.), while the latter is reasonably unrestrained (Jansen, Coolen, and Goetgeluk 2011). Azevedo, López-Colás and Módenes (2013) showed that at the outset of the economic crisis, when compared with other European countries, the southern European countries (SEC) continue to be a homogenous group with high rates of homeownership resulting, to some extent, from high rates of non-headship. These findings suggest that, when considering non-headship as a housing option, the range of options in the SEC is somehow wider than in other European countries. Nevertheless, little is known about non-headship in Europe, especially from a comparative perspective. This is exactly the gap that this study intends to tackle.

Thus, this study aims to understand the housing tenure options of young active adults aged 25-39 years in four SEC (Greece, Italy, Portugal and Spain) by comparing them with France, Germany and the UK, which are representative of the corporatist and liberal welfare state regimes. Using micro-data from the 2012 round of the European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC), this study attempts to test the hypothesis that housing decisions of young active Southern European adults differ from those in other European countries due to the wider range of alternatives available to them. The rationale behind this hypothesis is that once being active, young adults are able to make autonomous decisions regarding their housing tenure status. In order to test our hypotheses, alternative-specific multinomial probit regression (ASMPR) models were estimated by country, with a three option response: non-headship, ownership, or renter. Based on the framework of this study and on the specificities of the Southern European context, two questions arise if the hypothesis is confirmed:

- (1) Which are the individual, the household and the residential characteristics of young active adults that opt for living in non-headship?
- (2) Being non-headship a competitive housing option, which are the options with which non-headship competes?

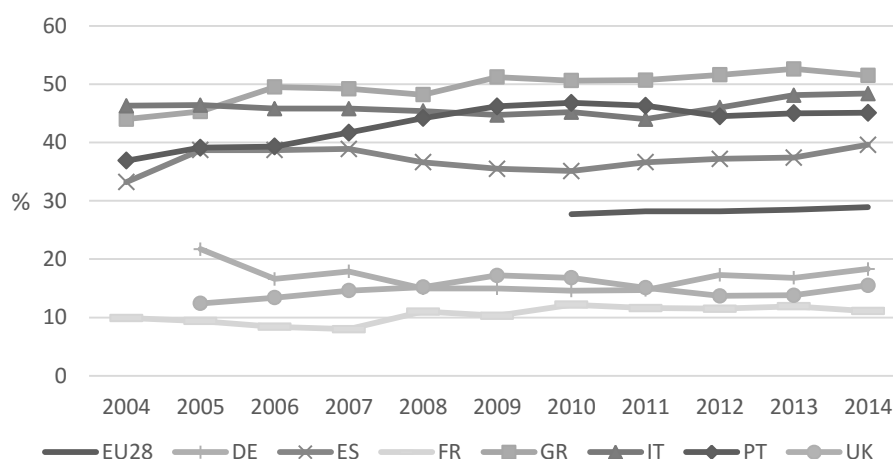
2. Background

There are several reasons that lead young adults to leave the parental home: to form a partnership, to live independently, to study or to get a job. While some individuals leave definitely,

others return to the parental home for the reasons linked to the motivation to leave: divorce, school-related or job-related reasons (Goldscheider and Goldscheider 1999). Young adults also leave the parental home at different ages. There is a general consensus in the literature that Southern European adults leave the parental home at older ages than their Northern European counterparts (Jones 1995; Fernández Cordón 1997; Reher 1998; Holdsworth 2000).

An impressive share of European young adults postpones home parental leave, however, there is a clear distinct pattern in the SEC when compared with the EU28 overall, France, Germany and UK (Figure 1).

Figure 1: Proportion of young adults aged 25-34 living in parental home



Source: Eurostat.

The reasons behind the north-south differences in the patterns of leaving parental home have grasped the interest of several researchers. Mulder (2009) summarizes the main reasons for the diversity in the trends of home parental leave. First there are the institutional factors that relate to the welfare state. The social democratic welfare state regime provides great support to individuals in several aspects, including leaving home at early ages. In the liberal welfare state regime there is also an orientation towards the individuals but they tend to be less generous than the social democratic regime. The corporatist welfare state regime is more oriented towards the family with reasonable support. South Europe greatly differ from the previous examples, with a welfare state regime where the family provide the support that the state is not able to offer. Second, the diversity of home parental leave patterns relies on cultural differences that can be geographically demarked. In this regard, Mulder (2009) alludes to the line drawn by John Hajnal (1965), based on

the European marriage patterns, from Trieste to Saint Petersburg. This line distinguishes a west “characterized by nuclear families, late age at marriage, early age at leaving home and servanthood as an important stage in the life cycle” from an east where “early and universal marriage and extended families were the rule (Mulder 2009, 206). Additionally, Mulder (2009) also refers the Reher line (1998), based on the European family ties, which distinguishes the northern countries with weak family ties and high level individuality from the southern countries with strong family ties and long-standing obligations between generations.

While there is substantial work done on the determinants of leaving parental home and homeownership, the literature on non-headship is scarce. Thus, it is important mentioning that co-residence, *per se*, does not need to be a reason for discontent. Aquilino and Supple (1991) found high levels of parent satisfaction in those living with their adult children at home, particularly when the children are in the labour market (Aquilino and Supple 1991).

In 2010, Yu and Myers drew attention to how the comparison of homeownership rates can be misleading when the effect of household formation, or, to be more precise, non-household formation, is neglected. By doing so the authors ignited a new discussion that focussed around the importance of non-household formation that surpassed its effect in the homeownership rates spreading to related topics as the need to understand the features of the individuals that live in non-headship.

At the macro level, using EU-SILC data, Lennartz, Arundel and Ronald (2015) evaluate the impact of the GFC in the living arrangements of young adults in 15 European countries in order to find explanations for cross-national homogeneity and heterogeneity traits. By clustering young adults aged 18-34 years by housing tenure status - co-residence with parents, owners, renters - the authors reached a four cluster solution with the SEC all grouped in the same cluster. Lennartz, Arundel and Ronald (2015) found that, despite the high impact of the GFC in the southern European labour market, there was not a large decline in homeownership rates. The authors suggest that this finding is related to the high levels of co-residence with parents prior to the GFC. Additionally, they find a strong association between the decline of homeownership rates and low housing prices (Lennartz, Arundel, and Ronald 2015).

Also with the help of EU-SILC data, Arundel and Ronald (2015) investigated the role of semi-dependent living across different welfare state regimes and housing contexts. Focusing on young adults aged 18-34 years old, the authors find a statistically significant differences between the

welfare state regime and co-residence, independent living and shared living rates (Arundel and Ronald 2015).

All in all, the literature provides abundant insights both for the explanation of the postponement of leaving parental home and for the differences in the patterns of leaving parental home. Yet, leaving parental home does not necessarily mean a transition to headship. Young adults may remain in non-headship status in a shared household. Nevertheless, in Europe, the share of individuals aged 25-39 years old living in a non-family nucleus and not living alone is extremely low. According to the 2011 Census, this percentage ranges from 3 per cent in Portugal to 10 per cent in the UK. In the intermedium positions falls France with 5 per cent, Germany, Italy and Spain with 6 per cent and Greece with 7 per cent (Eurostat). The motivating force influencing the decision for young adults to live in a shared housing is often, but not solely, economic and it is unlikely to be a permanent housing solution. Thus, young adults sharing housing see their experiences more as a product of the needs of their lifestyles than as the results of an economic constrain (Heath 2009).

3. Data and methods

3.1 Data source and sample

This study uses information on the individuals of the micro-data from the EU-SILC, 2012 round. To test the hypothesis of this study, the sample consists of active young adults aged 25-39 years living in one of the 14 European countries analysed by Esping-Andersen (1990) and Hoekstra (2005), in order to define their welfare state regimes typology (21,459 individuals). By selecting the active young adults, this study focus on the cases where to live in non-headship is, with a higher degree of certainty, a voluntary option. The age group considered, 25-39 years-old, attempts to encompass young adults after completing their studies and to take into account the late, and sometimes boomerang, household formation that characterizes southern European young adults. Also, aiming at guaranteeing the validity of the results produced by this study and in order to prevent overrepresentation, in cases where the young adult lives in a partnership only the female member of a partnership is considered in the sample.

In this study, the countries are modelled individually and complemented with two overall models, EU14 and SEC. From the 14 initial countries, this study uses the UK to represent the liberal welfare state regime; Germany, France and Italy represent the corporatist; and Greece, Portugal and Spain the Mediterranean welfare state regime. The selection of the countries followed two criteria: be representative of their welfare state regime and of their housing systems.

3.2 Analytical model and methods

In the framework of this study, a young adult is considered as living in non-headship when living in a dwelling with their parents and not being the person responsible for the household or if sharing the dwelling with other persons and not being the person responsible for the household. In turn, a young adult is considered as living in headship if he/she is the responsible person for the household or if he/she is the spouse of the person responsible for the household.

To test the hypothesis of this study, three wide-ranging options are considered: non-headship, renter and owner. To understand what the options that compete with non-headship are, this study uses a five outcomes response variable: outright owner, owner with mortgage, tenant at market price, tenant at reduced price or free accommodation, and non-headship.

Based on the literature, the analytical model assumes that housing tenure decisions can be explained by three dimensions: individual, household and residential. The individual dimension covers the characteristics of the young adults. Considering that housing tenure decisions are closely linked with life course, the model uses citizenship (native or foreign), age in five-years groups, educational attainment recoded in three levels (lower than secondary, secondary and tertiary), individual gross earnings (recoded according to the quintiles observed in country of the young adult) and the number of years since individual began its first regular job.

The household dimension covers the characteristics of the family of the young adult, the characteristics of the young adult parents or the characteristics of the non-family household according to the young adult housing tenure status. The predictors considered in this dimension are the partnership status of the young adult, if the individual experienced at least one housing change in the last 5 years, and the household equivalised income, recoded according the quintiles by country.

The residential dimension covers three independent variables. The degree of urbanization was recoded into urban and rural. The dwelling type is used as a binary variable: apartment or detached and semi-detached house. Finally, the model also considers the housing occupation, i.e., if the house is overcrowded.

With regards to the methods, this study uses ASMPR models, to analyse the determinants of housing tenure status in the previously mentioned three options response. When compared with the multinomial logistic regression, the ASMPR has the advantages of not assuming that all individuals face the same set of options and of relaxing the independence of irrelevant alternatives (assumptions that the random errors are independent). When it comes to housing choices, the

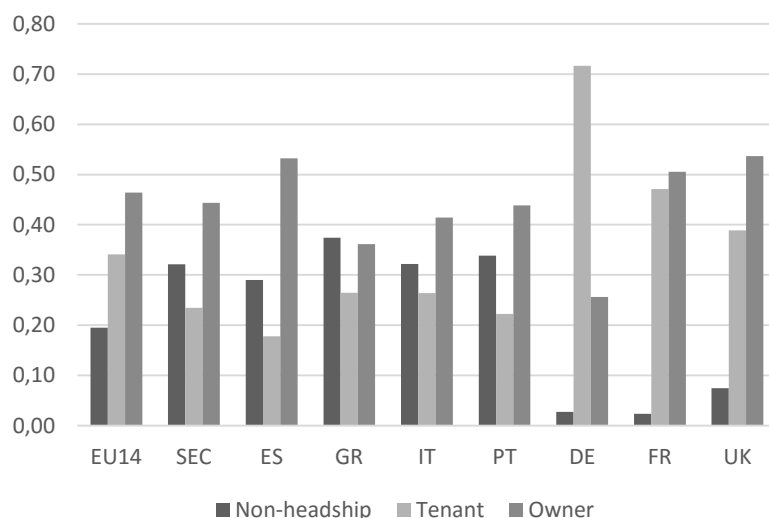
decisions of the individuals are dependent on the opportunities, thus we consider the ASMPR a more appropriate method.

4. Results

4.1 Is non-headship an effective housing option for the young adults in SEC?

Figure 2 gives an overview of the importance of southern European families in housing support, even when it is by means of co-residence. When comparing the EU14 and SEC overall, the latter stands out by a higher probability of living in non-headship (0.32 versus 0.20) and a smaller rental market than the first (0.23 versus 0.34). Among the headship alternatives, the overall probability of a young adult aged 25-39 years live in homeownership is highest in all countries except Germany, where to be tenant has the highest probability (0.72). With regards to living in non-headship, the Greek young adults have the higher probability (0.37), surprisingly almost the same as the likelihood of being homeowner (0.36). The most prominent feature is that southern European young adults have a probability of living as non-headship of 0.29 and higher whereas in France, Germany and in the UK that probability is residual (0.07 and below).

Figure 2: Overall probability of a young adult choosing one out of three housing tenure status options, ASMPR models, selected countries



Source: EU-SILC, 2012. Own calculations.

Thus, the hypothesis that the housing options of the active young southern European adults differ from the ones from those in other European countries due to the existence of a wider range of alternatives, namely live in non-headship, is confirmed. Southern European young adults have at their disposal three housing tenure options, while those in France, Germany and the UK make their housing choices out of a set of two alternatives.

To understand to what extent housing systems may influence household formation, these results can be discussed under the welfare state regimes umbrella (Esping-Andersen 1990; Hoekstra 2005). It is very likely to live in non-headship in the four countries of the SEC. Additionally, the smaller the rental markets are, the higher the probability of living in non-headship (e.g. Spain). Thus, reinforcing that the statutory meaning of homeownership, promoted by long-term housing policies privileging homeowners in the SEC, is, to some degree, responsible for the postponement of parental home leave until having access to homeownership, which strongly depends on family provision. In this aspect, Italy greatly differs from the other two elements of corporatist welfare state regime (France and Germany) to follow the southern European pattern. France and Germany also present very different probabilities between homeownership and renting, but their pattern of non-headship is very similar.

Although at a much lower level than the SEC, the UK is the country is the other country aside from the SEC where non-headship has some relevance. Nevertheless, non-headship in the UK may be explained by changes operating since the 1990s in the perception that young adults have of new living arrangements. In the UK, family formation is not the only alternative to co-residence with parent and young adults. Additionally, alternative household forms as shared living make part of the new transitional paths from parental home to independent living – headship (Heath 2009).

4.2 Determinants of the young adults living in non-headship

Confirmed the hypothesis of this study, it is now time to answer the first question put forward at the outset: Which are the individual, the household and the residential characteristics of young adults that opt for living in non-headship?

When looking to the EU14 overall model, in general, the younger, less educated, with low individual income and shorter working careers are the individuals more likely to living in non-headship (Table 1). Additionally, young adults without a partner are also more likely to be living in non-headship. Finally, to live in a household with a high income, in a rural area and in a detached dwelling also increases the likelihood of living in non-headship. As expected, since the sample is

free from the entry in labour market effect by focussing solely on active young adults, the results for the SEC and the EU14 are considerable similar. In the SEC there are four variables that contribute differently to non-headship. On the one hand, to have a tertiary degree or to have a high household income level has a smaller influence on non-headship than the one found at the EU14 level. On the other, to live without a partner and to live in a detached house has a stronger contribution to non-headship.

Additionally, the comparison of the modelling analysis with the overall probabilities of living in non-headship shown in Figure 2 also point to a second structural level imposed by differences in residential systems and cultural norms. Thus, when controlling for the activity effect at the individual level, young adults tend to behave reasonably similarly towards non-headship. However, at the contextual level, the cultural norms and familiarism of the Southern European housing system, turn non-headship into a much more frequent choice and therefore more likely than in other housing systems.

Changing the level of the analysis to the cross-national perspective of the determinants of non-headship, some features stand out as common characteristics and while others place the SEC in an antagonistic position in relation to France, Germany and the UK. The family formation predictor (living with a partner) points in the same direction in all cases, i.e. the likelihood of living in non-headship decreases. However, there are major differences in terms of the magnitude of this change. In the SEC, to live in a partnership decreases the likelihood of non-headship from 0.532 in Greece to 0.629 in Italy. The exponentiated AMEs are much closer to 1 in France, Germany and the UK, supporting the previous findings that show that the leaving parental home in southern Europe is more synchronized with family formation than in other European countries (Fernández Cordon 1997; Reher 1998). These results suggest what can be a characteristic of the SEC. Once the new household is formed, the new couple becomes more residentially autonomous than in the other European countries.

Additionally, there are opposed specific country features that are worth mentioning. In the UK, the profile of those living in non-headship is to be foreigner, to have experienced a housing change in the last five years and to live in an overcrowded dwelling. Following the literature and the descriptive results, British individuals living in non-headship are sub-divided into two groups. The ones living in the parental home, more similar in their characteristics with the corporatist and Mediterranean welfare state regimes and the ones in shared living. This follows the different

perceptions that southern European and British young adults have of new forms living, which in the case of the latter are not exclusively related to family formation (Holdsworth 2000).

Contrary to this view, for young southern European adults, to live in non-headship means, mostly, to lie in the parental home, which becomes a particularly appealing option when a low income individual meets a high household income. Since high income households are able to provide a better standard of living, young adults may prefer to postpone headship until they accumulate the wealth to form a household with similar living conditions.

Additionally, the exponentiated AMEs of living in overcrowding dwellings in the explanation of non-headship in the SEC (from 1.225 in Greece to 1.271 in Portugal) show that when it is not possible for families to support young adults in housing provision through gifts, inheritance, financial help in the acquisition or construction of a dwelling, support is mostly given by allowing young adults to postpone home parental leave. Thus, family support in the form of co-residence with parents is offered, even if the final living conditions are not the ideal. Family support in the SEC goes beyond whether there is available rooms in the parental home, which can also be the reason for a relative detachment once the young adult forms its own household.

Although with lower magnitude, a similar relationship between low individual income and high household income in the explanation of non-headship is found in the corporatist welfare states (France and German), but not in liberal one (UK). Once again, in spite of its corporatist welfare state regime, Italy presents a southern European housing system. Accordingly, young adults in Italy exhibit the SEC explanation patterns for non-headship.

Table 1: Exponentiated average marginal effects of a young adult aged 25-39 years being non-headship, ASMPR models, selected countries

Non-headship	EU14	SEC	ES	GR	IT	PT	DE	FR	UK
Foreign (ref. native)	0.979	0.918***	1.007	0.916	0.860***	0.848*	1.031	0.989	1.147***
Age 25-29 (ref. age 30-34)	1.126***	1.156***	1.123***	1.166**	1.178***	1.086*	1.057***	1.045***	0.991
Age 35-39 (ref. age 30-34)	0.951***	0.912***	0.944*	0.895*	0.917***	0.924*	0.986	0.986*	1.007
Secondary (ref. lower than secondary)	0.912***	0.931***	0.963	1.010	0.906***	0.961	0.994	0.979**	0.848**
Higher than secondary (ref. lower than secondary)	0.886***	0.926***	0.940**	0.950	0.889***	0.950	0.976	0.962***	0.745***
Low individual income (ref. medium)	1.209***	1.193***	1.110**	1.202**	1.307***	1.069	1.075**	1.186***	1.016
Medium-low individual income (ref. medium)	1.088***	1.045**	1.011	1.043	1.086**	1.014	1.027*	1.043***	1.033
Medium-high individual income (ref. medium)	0.965***	0.938***	0.949*	0.867**	0.924**	0.952	0.972***	0.971***	0.939
High individual income (ref. medium)	0.898***	0.835***	0.853***	0.782***	0.814***	0.846***	0.973***	0.967***	0.910*
Years since began first regular job	0.986***	0.984***	0.981***	0.981***	0.983***	0.982***	0.998*	(1)	0.985***
Living in partnership (ref. no)	0.713***	0.626***	0.631***	0.532***	0.629***	0.644***	0.888***	0.949***	0.851***
Housing change in the past 5 years (ref. no)	0.781***	0.756***	0.805***	0.654***	0.741***	0.748***	0.935***	0.940***	1.334***
Low household income (ref. medium)	0.876***	0.822***	0.842***	0.794***	0.790***	0.880**	0.971***	0.976***	1.030
Medium-low household income (ref. medium)	0.958***	0.917***	0.944*	0.997	0.874***	0.939	0.992	0.986**	1.105*
Medium-high household income (ref. medium)	1.116***	1.053**	1.042	1.140*	1.058*	1.019	1.033*	1.044***	0.898**
High household income (ref. medium)	1.248***	1.182***	1.133***	1.158*	1.254***	1.163**	1.088**	1.119***	0.847***
Living in a rural area (ref. urban)	1.050***	1.030*	1.016	1.072	1.014	0.945	1.016	0.989*	1.057
Detached dwelling (ref. apartment)	1.138***	1.207***	1.204***	1.184***	1.182***	1.349***	1.130***	1.016**	0.711***
Living in an overcrowded dwelling (ref. no)	1.224***	1.237***	1.250***	1.256***	1.248***	1.271***	0.999	1.038*	1.225***
N	21459	12356	3963	1415	5150	1828	2345	3594	2422

Note Significance level: * <0.10 ; ** <0.05 ; *** <0.01 . (1) Information not available in the dataset.

Source: EU-SILC, 2012. Own calculations.

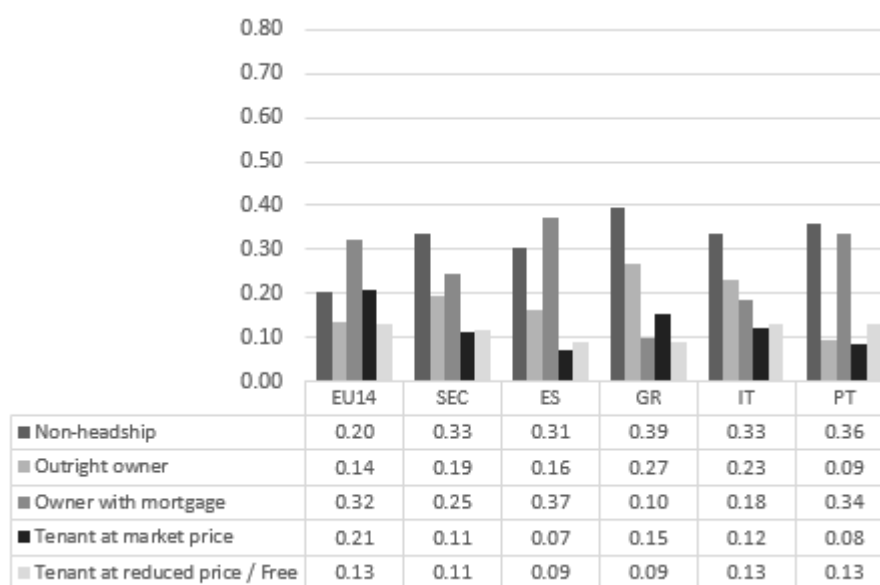
Where non-headship is an effective option, which are the competing alternatives?

Due to the particularity of the southern European housing system, characterized by its high rates of homeownership, small rental markets and a very small social housing stock, to answer to the second question posed by this study it is pertinent to disaggregate the housing options in five alternatives: non-headship, outright owner, owner with loan or mortgage, tenant at market price, and tenant at reduced price or accommodation provided for free.

The overall probabilities by housing tenure option highlight that non-headship competes with other housing tenure statuses at two levels: between housing systems and within the southern European housing system. At the housing systems level, i.e., comparing the SEC with the EU14 models, non-headship competes with renting (Figure 3). The difference between the probabilities of non-headship (0.20 in EU14 and 0.33 in the SEC) and the difference between the probabilities of

tenancy (0.34 in EU14 and 0.22 in the SEC) are almost the opposite of each other. In the SEC, higher probabilities of non-headship match with lower probabilities of tenancy. In the EU14, lower probabilities of non-headship match with higher probabilities of tenancy. In turn, the probabilities of homeownership are quite similar both in the EU14 and in the SEC. While this first level of compensation or competing effect was already visible in Figure 2, the second level, referring to differences within the SEC, was not.

Figure 3: Overall probability of a young adult choosing one out of five housing tenure status options, ASMPR models, selected countries



Source: EU-SILC, 2012. Own calculations.

The results stress that within the SEC, non-headship competes or compensates the restrictions in access to homeownership. However, there are cross-national differences worth mentioning. On the one hand, in Spain and Portugal, non-headship is the proxy of owner with mortgage or loan. With smaller rental markets, the residential emancipation of Spanish and Portuguese young adults is dependent on the access to credit. On the other hand, in Greece and in Italy, young adults rely on being outright owners instead of non-headship. Nevertheless, due to slightly larger rental markets, in these two countries there is a more fairly balanced distribution of the probabilities of choosing each housing tenure status. This suggests that Greeks and Italians may have less restrictions than the Spanish and the Portuguese when it comes the time to decide their housing tenure status.

Conclusions

The main finding of this study lies on the fact that in the SEC, young adults may make their tenure decision from a set of three options (non-headship, ownership and tenancy), while in France, Germany and the UK, young adults base their decision mainly from the last two options. Thus, to live in non-headship in the SEC is an effective and competitive tenure option. Since most of the active young adults living in non-headship are living in the parental home, the explanation for the specific southern European pattern relies on the active role of southern European families in housing provision.

On the one hand, this long-standing tradition in Southern Europe boosts the transition of young adults with more privileged backgrounds to headship, through means of gifts or bequests. At least it protects them from economic uncertainty, by allowing the postponement of leaving parental home. On the other hand, this tradition does very little for the less privileged young adults. When a household is unable to provide standard living conditions to all members, most young adults struggle to achieve their economic independence. In sum, this southern European tradition would be unnecessary if the SEC was not characterized by weak welfare regimes leading to an increased dependency on the households' wealth, which in turn largely contributes to the preservation of intergenerational social inequalities.

In general, the welfare state regime typology defined by Esping-Andersen (1990) and complemented by Hoekstra (2005) provides an adequate framework for the analysis of young adults' tenure options. The exception is the classification of Italy as a corporatist welfare state regime; since Italian young adults behaviour fit the Mediterranean welfare state regime.

With regards to the first question posed in the outset of this study that deepen the features of non-headship in the SEC, the active young southern European adults with low individual income and living in a detached house are more likely to choose to live in non-headship. To postpone parental home leave is common, since it is culturally well-accepted. This finding may be framed in a strategy of comfort and security by the young adults to maintain their living standards. Yet, more than an immature perspective of the transition to adulthood, perhaps the southern European active young adults' rationale has simultaneously an economic and a familiaristic rationale. Economic since the emancipation of a young adult with low individual income would inevitably result in a loss of comfort, security and even safety. Familiaristic because both from a parent and child standpoint, there are advantages in co-residence, even with the eventuality of resulting in overcrowding

dwellings. The results suggest that most families successively manage to provide housing to their children through negotiation and flexibility.

Concerning the second question, the tenure option with which non-headship competes the most in the SEC amidst active young adults can be interpreted within two geographical levels. At a wider level, when comparing housing systems - EU14 and SEC - non-headship competes with renting. However within the SEC, non-headship competes with homeownership, more precisely with homeownership with mortgage or loan.

In light of these results, the role of the family alongside the market in housing provision gains relevance. Additionally it draws attention to the relevance of disaggregate homeownership in their two variants when studying housing tenure status in the SEC, something that has not been as present in the literature of housing studies as it should.

The implications of the results of this study are two-fold. On the one hand, to be a renter at market price in the SEC is considered a marginal tenure option for the ones that have not yet accrued the wealth to become homeowners. To be a tenant at reduced price or to live in an accommodation for free are residual tenure options achievable only by a small proportion of the young adults. On the other hand, the disproportional importance given to homeownership make young adults to postpone indefinitely their life course by staying at the parental home or, in a much lesser extent, share housing with their peers. The postponement of parental home leaving has well-known demographic implications: higher ages at partnership formation, higher ages at first-child birth and population ageing.

To policy makers, these results ought to raise awareness for the urgency of investment in a social or public housing stock that may fulfil the needs of the population, regardless of their age group or life cycle stage. The lack of investment in public housing became a specific feature of the southern European housing system, a negative feature that overburdens families that must try to compensate the shortcomings of what a weak welfare state regime is not able to provide to their population. This leads to the reproduction of social inequalities through generations and to high rates of homeownership that do not meet the standards of well-being. Additionally, the rental stock at market price calls for more governmental regulation in order to restrain speculation in housing prices, improve the quality of the dwellings in the rental market and guaranteeing that there is enough offer in the market to meet the demand.

By showing the importance of cross-national differences in non-headship further research is needed to better understand how to requalify the statutory meaning of renting and turn it into a

more appealing housing tenure choice for southern European young adults. The existing evidence from the SEC stresses that there is still ample room for progress in acknowledging the relationship between housing, households and individuals in the SEC.

References

- Aquilino, W. S., & Supple, K. R. (1991). Parent-Child Relations and Parent's Satisfaction with Living Arrangements When Adult Children Live at Home. *Journal of Marriage and the Family*, 53(1), 13-27.
- Arundel, R., & Ronald, R. (2015). Parental co-residence, shared living and emerging adulthood in Europe: semi-dependent housing across welfare regime and housing system contexts. *Journal of Youth Studies*, 1–21.
- Azevedo, A. B., López-Colás, J., & Módenes, J. A. (2013). Population and home ownership in Europe: patterns of similarity and diversity through sociodemographic predictors *Papers de Demografia*, 421.
- Esping-Andersen, G. (1990). *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. London: Polity Press.
- Fernández Cordón, J. A. (1997). Youth Residential Independence and Autonomy: A Comparative Study. *Journal of Family Issues*, 18(6), 576–607.
- Goldscheider, F. K., & Goldscheider, C. (1999). *The changing transition to adulthood leaving and returning home*. Sage Publications.
- Heath, S. (2009). Young, free and single? The rise of independent living. In A. Furlong (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood: New Perspectives and Agendas*. Abingdon: Routledge, 211–216.
- Hoekstra, J. (2005). Is there a Connection between Welfare State Regime and Dwelling Type? An Exploratory Statistical Analysis. *Housing Studies*, 20(3), 475–495.
- Holdsworth, C. (2000). Leaving Home in Britain and Spain. *European Sociological Review*, 16(2), 201–222.
- Jansen, S. J. T., Coolen, H. C. C. H., & Goetgeluk, R. W. (2011). Introduction. In *The Measurement and Analysis of Housing Preference and Choice*. Dordrecht: Springer Netherlands, 1-26.
- Jones, G. (1995). *Leaving home*. Open University Press.
- Lennartz, C., Arundel, R., & Ronald, R. (2015). Younger Adults and Homeownership in Europe Through the Global Financial Crisis. *Population, Space and Place*. <http://doi.org/10.1002/psp.1961>.
- Mulder, C. H. (2009). Leaving parental home in young adulthood. In A. Furlong (Ed.), *Handbook of Youth and Young Adulthood: New Perspectives and Agendas*. Abing: Routledge, 203-210.

Reher, D. S. (1998). Family Ties in Western Europe: Persistent Contrasts. *Population and Development Review*, 24(2), 203–234.

Yu, Z., & Myers, D. (2010). Misleading Comparisons of Homeownership Rates when the Variable Effect of Household Formation Is Ignored: Explaining Rising Homeownership and the Homeownership Gap between Blacks and Asians in the US. *Urban Studies*, 47(12), 2615–2640.

Acknowledgements

The authors gratefully acknowledge the financial support from the Spanish Ministry of Economy and Competitiveness under the R+D+i project "Geographical mobility and housing: Spain in an international perspective" (CSO2013-45358-R), headed by Juan A. Módenes and Joaquín Recaño.

Evolução da mortalidade materna em Portugal

Sónia Cardoso Pintassilgo

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal

sonia.cardoso@iscte.pt

Sumário: Este trabalho tem como objetivo a análise da mortalidade materna em Portugal. Na análise consideram-se três questões fundamentais: 1) a definição e a discussão do conceito de mortalidade materna e da respetiva medida de análise; 2) a identificação do percurso evolutivo do fenómeno em Portugal; 3) a consideração dos resultados da mortalidade materna enquanto indicadores das condições sanitárias das populações mas também enquanto indicadores sociais, em função da referenciação da sua evolução à de outros fenómenos, como a mortalidade infantil e a natalidade mas também a morbilidade materna.

Palavras-chave: Fenómenos demográficos, mortalidade materna, morbilidade materna, causas de morte, condições de nascimento.

Abstract: This paper aims to analyse maternal mortality in Portugal. There are three questions that are assumed to be fundamental: 1) the definition and discussion of the maternal mortality concept and its analysis measurement; 2) the identification of the phenomenon evolution in Portugal; 3) the consideration of results regarding maternal mortality as indicators of sanitary conditions of populations, but also as social indicators, according to its interaction with other phenomena, namely, infant mortality, natality and maternal morbidity.

Keywords: Demographic phenomena, maternal mortality, maternal morbidity, causes of death, birth conditions.

Introdução

A análise que aqui se apresenta percorre cerca de um século e enquadra-se num contexto de alteração dos padrões demográficos (Bandeira, 1996), em que a redução da mortalidade pode ser lida à luz das teorias da Transição Demográfica (Notestein, 1945) e da Transição

Sanitária e Epidemiológica (Omran, 2005) e se articula com a emergência de comportamentos modernos face à procriação decorrentes de uma nova dinâmica social (Bandeira, 1996; Almeida et al., 2004).

No que concerne à procriação, o processo de organização social do nascimento, em contexto de modernidade, assenta num modelo medicalizado, de profissionalização dos atores sociais envolvidos e de valorização do risco associado aos acontecimentos (Giddens, 1997; Beck, 2001). O nascimento assume, por aí, um estatuto institucionalizado, que sustenta a naturalização de um aumento de intervenção obstétrica (Oakley, 1984, 2016; Davis-Floyd, 2001; Conrad, 2007), remetendo para o processo de transição obstétrica (Souza et al., 2014).

É neste contexto que nos propomos analisar a mortalidade materna enquanto fenómeno demográfico revelador de dinâmicas mais abrangentes.

1. Fontes de informação e métodos

As fontes de informação consultadas foram as estatísticas oficiais publicadas a partir de 1913 em Portugal, ano a partir do qual passou a ser disponibilizada informação relativa aos óbitos em função da causa de morte materna. No âmbito das Estatísticas Demográficas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística, foram considerados dados referentes aos restantes fenómenos analisados, nomeadamente, a mortalidade infantil e a natalidade.

Na análise da morbilidade materna consultámos a informação decorrente das Estatísticas da Saúde, Relatórios de Morbilidade Hospitalar e Elementos Estatísticos de Saúde, da Direção Geral da Saúde.

Os indicadores calculados e analisados têm suporte conceptual e metodológico na análise demográfica.

2. Conceito e medidas de análise

A morte materna é uma causa de morte que remete para um período específico da vida da mulher, que se inicia com a gravidez e termina no período do pós-parto. Os critérios que sustentam a definição de morte materna são dois: o período de exposição ao risco e a causa de morte.

A OMS, na 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (1992) define morte materna como o “óbito de uma mulher que tenha ocorrido ao longo da gravidez ou num período de 42 dias após o seu término, qualquer que seja a duração ou a localização, por uma

qualquer causa determinada ou agravada pela gestação ou pelos cuidados que esta tenha motivado, mas não acidental ou fortuita” (WHO, 2010: 4).

Nos países com boas estatísticas decorrentes do registo civil, como é o caso português, a mortalidade materna pode ser medida a partir da taxa de mortalidade materna. Este indicador não corresponde a uma taxa convencional, na medida em que não relaciona os óbitos maternos com a população em que potencialmente ocorrem. Estabelece antes a relação entre os óbitos maternos (numerador) e os acontecimentos que lhe deram origem, os nados-vivos (denominador).

Em rigor, nesse quociente, dificilmente se enquadrarão todos os casos teoricamente enquadráveis nas duas categorias. Em relação ao numerador, a subestimação dos óbitos maternos é uma realidade confirmada em todos os contextos, seja pelo intervalo de tempo considerado na observação, pela falta de informação na causa do óbito no registo ou por outra razão.

Quanto ao denominador, a consideração dos nados-vivos deixa de fora acontecimentos como nados-mortos (que, em conjunto com os nados-vivos, totalizam os nascimentos) e as situações de aborto, podendo determinados óbitos maternos decorrer no seguimento destes acontecimentos e não de nados-vivos.

Assim, a informação ideal para o denominador seria o total das gravidezes. Mas a dificuldade em quantificar os abortos e ter informação completa relativa a nados-mortos tem levado a assumir os nados-vivos como informação de referência para o cálculo desta medida que, por sua vez, é designada de taxa de mortalidade materna (Fortney, 2002). Foi também esse o indicador que adotámos para medir a mortalidade materna no nosso país.

3. Resultados

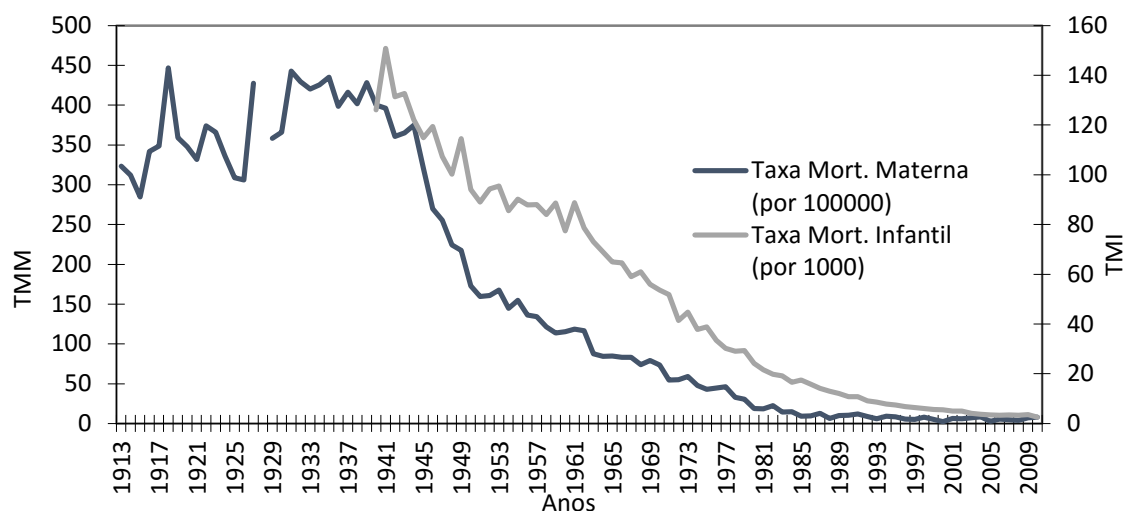
3.1 Mortalidade materna, Mortalidade Infantil e Natalidade

A análise da evolução da mortalidade materna e da mortalidade infantil, considerando uma série longa de dados (em função da disponibilidade dos mesmos), permite referir que, apesar de as respetivas curvas não serem coincidentes, a evolução dos fenómenos apresentou um padrão semelhante (Figura 1).

Parece existir alguma anterioridade da quebra dos valores da mortalidade materna, o que é significativo porque a sobrevivência dos recém-nascidos depende, em grande parte, das mães. Mas, para além disso, a análise comparativa da evolução dos dois fenómenos evidencia

uma relação clara no sentido de as mesmas causas produzirem efeitos idênticos. Ou seja, os contextos desfavoráveis à mortalidade materna são-lo-ão, também, à mortalidade infantil.

Figura 1: Taxa de Mortalidade Materna (TMM) e Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), Portugal, 1913-2010

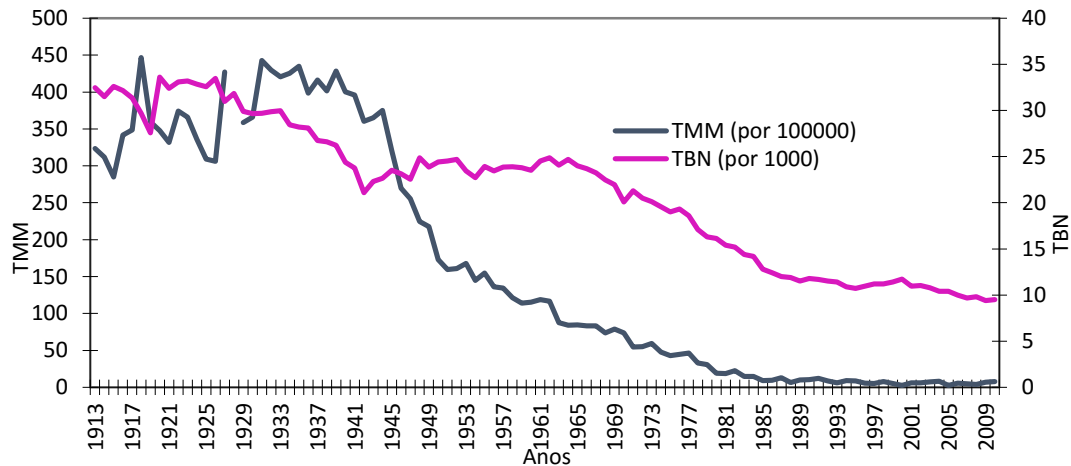


Fonte: cálculos próprios a partir de INE, DGS, Estatísticas Demográficas e Estatísticas da Saúde

Já uma leitura comparativa da evolução dos valores da taxa bruta de natalidade e da taxa de mortalidade materna, ao longo de quase um século, revela uma relação quase simétrica entre os fenómenos, que passam, em simultâneo pelos períodos de crise e de estabilização mas em polos opostos. Uma tendência semelhante entre os dois fenómenos (no sentido do decréscimo) revela-se apenas a partir da década de 1960 (Figura 2).

As razões que justificam a simetria de tendências serão diferentes ao longo do tempo mas a articulação dos fenómenos parece incontornável.

Figura 2: Taxa de Mortalidade Materna (TMM) e Taxa Bruta de Natalidade (TBN), Portugal, 1913-2010



Fonte: cálculos próprios a partir de INE, DGS, Estatísticas Demográficas e Estatísticas da Saúde

A diminuição da natalidade, entre o final dos anos 1920 e o início da década de 1940, foi assinalada como resultando de uma adesão temporária a práticas malthusianas de controlo da fecundidade, corrigidas a partir da década de 1940, para agrado da corrente populacionista e do Estado português (Bandeira, 1996).

Essas práticas de controlo da fecundidade, apesar de não se deverem ainda à entrada num contexto de modernidade demográfica ou social, vieram revelar já uma nova forma de olhar para a família e para a sua estrutura e dimensão. Ora, a saúde materna seria, eventualmente, uma das preocupações das famílias num contexto de descontrolo dos níveis da mortalidade materna potenciado pelos elevados níveis de fecundidade.

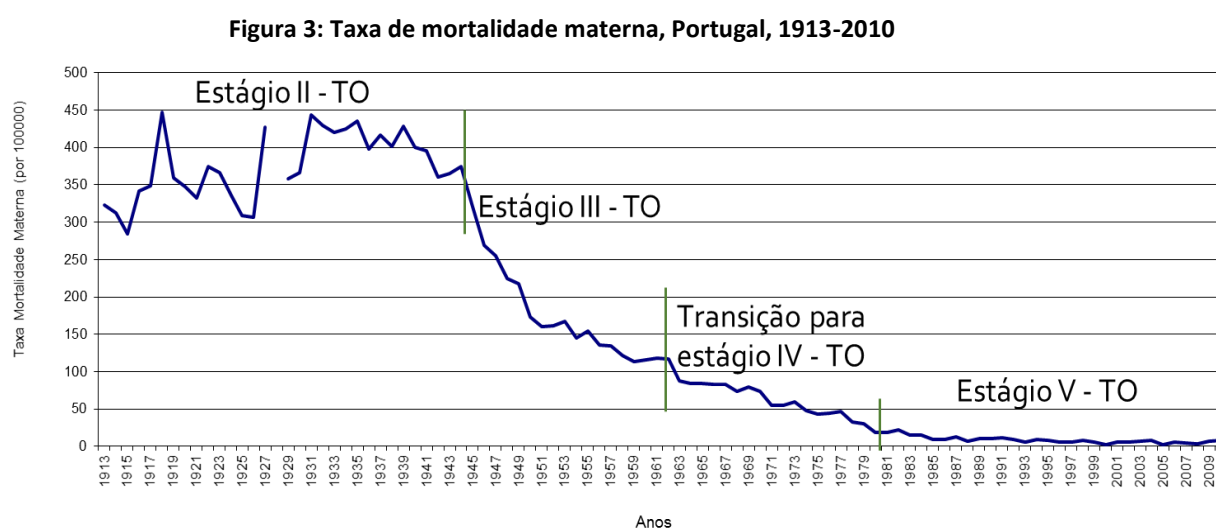
Nesse sentido, seria razoável assumir que uma das motivações para a redução da fecundidade poderia ser a salvaguarda da saúde das mulheres que, pela redução da sua fecundidade, se exporia menos aos riscos associados ao nascimento. Esta é, aliás, uma das razões apontadas para a redução dos níveis de fecundidade em países como a França (McLaren, 1997). E é, também, uma razão que justifica a assimetria dos fenómenos. De facto, quando os níveis de mortalidade materna se encontram mais controlados, a partir da década de 1940, a natalidade aumenta.

Já na segunda fase de quebra da natalidade, a partir da década de 1960, a relação entre os fenómenos mantém-se, mas dando a simetria lugar a um paralelismo entre natalidade e mortalidade materna. O padrão das últimas décadas revela que as novas opções de forte restrição em matéria fecunda aliam-se a padrões de saúde materna em que se procura, de forma crescente, controlar o risco associado a acontecimentos cada vez mais raros, por vezes

únicos, na vida de uma mulher. Procura-se, assim, garantir que essa exclusividade decorra sem imprevistos.

3.2 Mortalidade materna – quatro fases de evolução

Analisando, agora, com mais detalhe, a evolução da mortalidade materna em Portugal verificamos, desde 1913, padrões diferenciados que dividiríamos em quatro grandes períodos, sendo o primeiro mais longo, com cerca de três décadas de duração, e todos os outros com uma duração de aproximadamente duas décadas (Figura 3).



Fonte: cálculos próprios a partir de INE, DGS, Estatísticas Demográficas e Estatísticas da Saúde

O primeiro período, desde 1913 (com uma taxa de mortalidade materna de 323,4 mortes maternas por 100000 nados-vivos) até 1944 (374,9 por 100000), é marcado por valores muito elevados e fortes oscilações nos resultados da mortalidade materna. Corresponde ao estágio II da transição obstétrica (Souza et. al, 2014), caracterizado por níveis muito elevados de fecundidade e de mortalidade materna, cujas causas de morte são sobretudo causas diretas ou decorrentes de doenças transmissíveis. As causas diretas de mortalidade materna são as decorrentes de complicações associadas de forma direta à gravidez e ao parto.

O segundo período, de 1945 até ao início da década de 1960 (115,5 mortes maternas por 100000 nados-vivos, em 1960), regista já uma diminuição irreversível da mortalidade materna e, sobretudo na primeira fase, a um ritmo muito acelerado, isto é, com as quebras mais acentuadas de todo o período. Corresponde ao estágio III da transição obstétrica, em que a

fecundidade apresenta uma intensidade variável e as causas de morte diretas ainda predominam.

O terceiro período acontece até ao final da década de 1970 (em 1979 o valor da TMM era de 30,6 por 100000 nados-vivos) e é marcado pela continuação da descida da mortalidade materna, agora a um ritmo menos acelerado mas evidente. Este período corresponde à transição para o IV estágio da transição obstétrica, onde se observam valores bastante controlados, no que diz respeito à mortalidade materna, que acompanham a descida da fecundidade. Nesta fase ganham importância relativa as causas de morte de natureza indireta que se definem como complicações de saúde pré-existentes que são agravadas pela gravidez e/ou pelo parto. Esta é também a fase em que se assiste à mudança de paradigma no padrão de assistência ao nascimento, no sentido da medicalização e da tendência para a generalização dos cuidados.

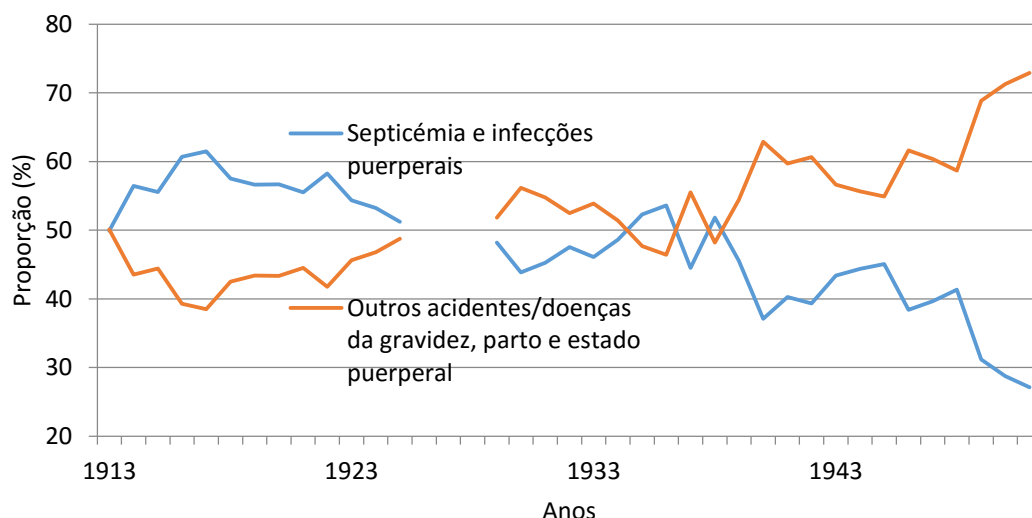
O último período, entre 1980 (19,0 por 100000) e 2010 (7,9 por 100000), registando valores francamente baixos, revela algumas oscilações que mostram o caminho a percorrer para a estabilização definitiva do fenómeno no sentido da sua anulação. Este período corresponde ao V (quinto) e último estágio da transição obstétrica, onde níveis residuais de fecundidade e de mortalidade materna se encontram e em que as causas de morte são, sobretudo, indiretas.

3.3 Mortalidade materna – as causas de morte

Avaliando, agora a evolução do peso das causas de morte no conjunto da mortalidade materna, identificamos uma classificação para a primeira metade do século XX que divide a manifestação do fenómeno em duas categorias: uma referente à morte por infeção e a outra abrangendo todas as outras possíveis causas (Pintassilgo, 2014).

Esta dicotomia na classificação das causas de morte materna ao longo de cerca de meio século vem revelar o peso esmagador das infeções na determinação do fenómeno no decorrer desse período (Figura 4), o que corresponde à supremacia das causas de morte diretas que caracterizam os estágios II e III da transição obstétrica.

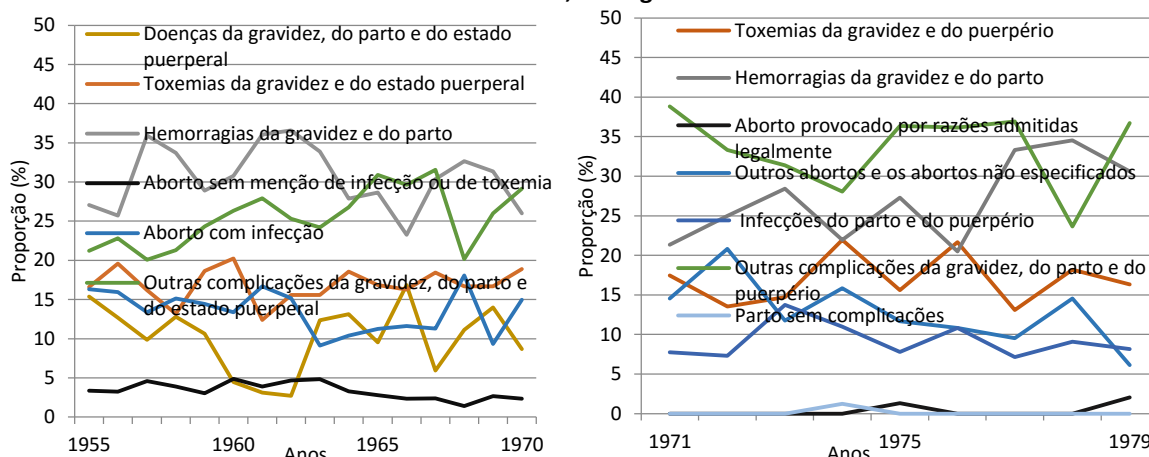
Figura 4: Proporção (%) de óbitos maternos por causa de morte, 1913-1951, Portugal



Fonte: compilação e cálculos próprios, a partir de Estatísticas Demográficas e da Saúde, INE, 1913-1970

Já desde a segunda metade da década de 1950 e até ao final da década de 1970, ao mesmo tempo que se deixa para trás o protagonismo das infeções puerperais, verifica-se o aumento da importância de outras causas de morte (Figuras 5 e 6).

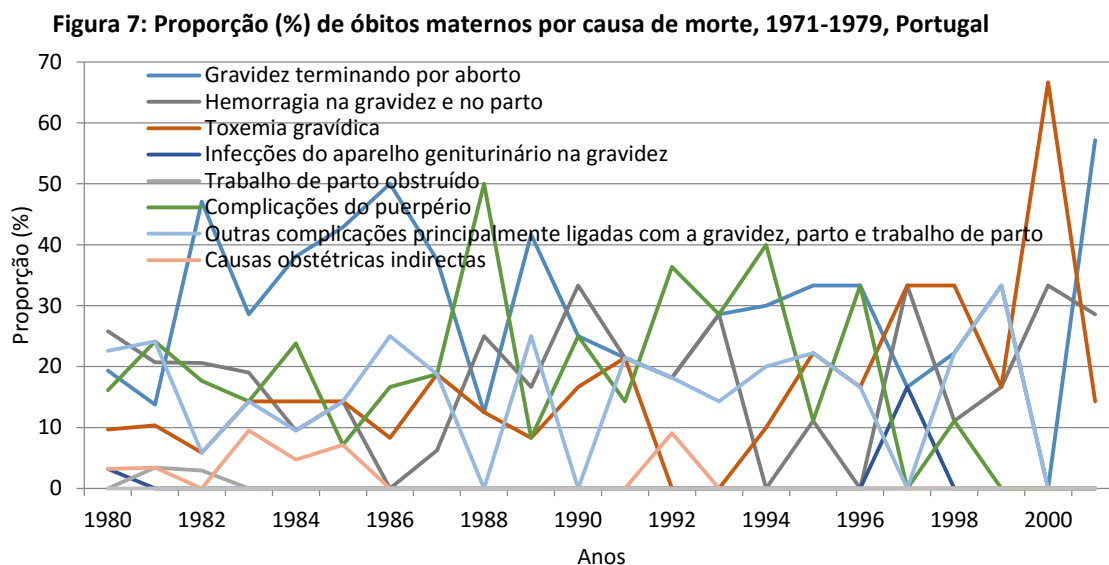
Figuras 5 e 6: Proporção (%) de óbitos maternos por causa de morte, segundo a CID, 1955-1970 e 1971-1979, Portugal



Fonte: compilação e cálculos próprios, a partir de Estatísticas Demográficas e da Saúde, INE, 1913-1970

Na década de 1980 o fenómeno assume novas peculiaridades no que diz respeito à evolução das respetivas causas, tal como descrito pelo V estágio da transição obstétrica, em que predominam as causas de morte materna de natureza indireta (Figura 7).

Assiste-se, também, ao protagonismo crescente da categoria relacionada com as complicações no puerpério.



Fonte: compilação e cálculos próprios, a partir de Estatísticas Demográficas e da Saúde, INE, 1913-1970

Da evolução descrita verifica-se que, desde a segunda metade da década de 1950 e até ao final da década de 1970, ao mesmo tempo que se deixa para trás o protagonismo das infeções puerperais, revela-se a importância (mesmo que forma alternada) de causas como as hemorragias e problemas de hipertensão (toxemias), o aumento do peso das complicações da gravidez, parto e pós-parto e alguma perda de expressão do aborto com infeção ou clandestino na determinação das causas de mortes.

Estas alterações apresentam alguma correspondência, em termos internacionais, por exemplo, com o caso francês, em que as infeções puerperais, complicações de hipertensão e complicações por abortos (alguns de origem infecciosa) – típicos do imediato pós-guerra – dão lugar a hemorragias, complicações de hipertensão, traumatismos cérvico-vaginais, complicações operatórias, complicações do estado gravido-puerperal de natureza indireta (patologias cardíacas, hemorragias cerebrais, depressão e psicose puerperal) (Bouvier-Colle e Szego, 2005).

Nessa comparação, o desfasamento temporal, embora presente, não será tão longo como o que existiu na evolução dos valores da taxa de mortalidade materna ou no controlo da mortalidade materna por infeção, que em Portugal aconteceu décadas mais tarde face a outros países do contexto ocidental.

A entrada na década de 1980 revela novas peculiaridades na evolução das causas associadas à mortalidade materna no nosso país, no que diz respeito, por um lado, ao ressurgimento da importância do aborto como causa de morte, o que se deverá à especificidade do nosso contexto social, cultural, político e legislativo. Por outro lado, assiste-se ao protagonismo crescente da categoria relacionada com as complicações no puerpério, em sintonia com o padrão do contexto ocidental (Bouvier-Colle e Szego, 2005).

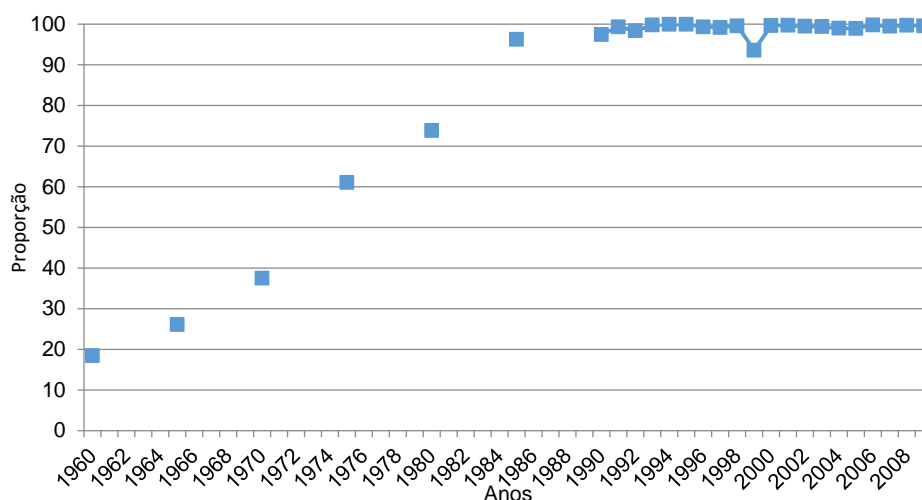
Ora, esta realidade recente na manifestação do risco associado ao nascimento, que remete para uma temporalidade tendencialmente tardia no calendário da mortalidade materna (isto é, para o aumento relativo de mortes maternas no puerpério), tendo em conta as diferentes fases do processo de nascimento, assume uma componente nova que se liga, entre outros aspetos, ao estado emocional das mulheres (associado, por seu lado, a causas de natureza indireta) mas também ao surgimento de um novo paradigma de nascimento (Oakley, 1984, 2016; Davis-Floyd, 1992, 2001).

Nesse sentido, a evolução das categorias consideradas na Classificação Internacional de Doenças para classificar a mortalidade materna vem refletindo a importância de registar óbitos maternos ocorridos fora do padrão das causas tradicionais. Por exemplo, no início da década de 1970 já se considerava prioritário regulamentar a morte associada a partos ‘normais’ vaginais (isto é, aparentemente sem complicações), o que implica o questionamento das condições que rodeiam o nascimento, isto é as condições assistenciais.

Com efeito, as revisões na classificação da mortalidade materna (possibilitando, por exemplo, a distinção entre causas diretas e indirectas de mortalidade materna) contribuíram para a reflexão crítica em torno da evolução da assistência ao nascimento e da sua gestão em termos médico-políticos e sociais.

Ora, a principal expressão da evolução do padrão assistencial é a hospitalização dos nascimentos, implícita à sua medicalização (Conrad, 2007). A nível internacional, nomeadamente em países ocidentais, esse fenómeno e a sua universalização decorreu, essencialmente, entre 1920 e 1950 (Loudon, 1992; Thomasson e Treber, 2008). Em Portugal, foi na década de 1970 que se deu o maior aumento da institucionalização do nascimento (Figura 8).

Figura 8: Proporção de partos em estabelecimentos de saúde face ao total de partos (%), Portugal, 1960-2009



Fonte: Cálculos próprios a partir de INE, Estatísticas Demográficas até 1984, INE (verbete nado-vivo), Inquérito aos Hospitais e Centros de Saúde (INE/DGS) desde 1985, via PORDATA

Com efeito, foi a partir de 1975 que se definiu o direito a consultas e exames aconselhados pelo médico assistente e eventual internamento gratuitos ao longo da gravidez e puerpério (definido pelo período de 60 dias após o parto). E foi, sobretudo, a partir do final da década de 1980, quando se criou a Comissão Nacional de Saúde Materna e Infantil, que se reforçaram essas medidas, contribuindo para que, em cerca de duas décadas, se universalizasse o nascimento em estabelecimentos de saúde (Pintassilgo, 2014).

3.4 Transição obstétrica: mortalidade e morbilidade materna

O tipo de parto e a sua envolvência serão fatores de compreensão da manifestação dos atuais riscos em saúde materna (Pintassilgo, 2014). A manifestação desses riscos tem sido, como vimos, medida pela mortalidade materna, que regista, atualmente, 7 ou 8 casos por ano, valores muito residuais. Daqui não decorre, porém, a extinção do risco em análise. A sua manifestação terá ganho, antes, novos contornos ajustados ou decorrentes do próprio processo de transição obstétrica.

Pelo que, considerando a institucionalização quase universal dos nascimentos e o facto de para o tipo de nascimento concorrerem fatores como o contexto hospitalar e assistencial, entre outros, seria interessante perceber de que forma esses fatores se relacionam com os resultados em saúde materna.

Não existem, contudo, dados para o nosso país, para além dos que analisámos relativamente às causas de morte materna, que permitam essa análise de forma direta. Mas, no que diz respeito ao contexto internacional, é possível fazer uma breve leitura dos valores compilados no âmbito do projeto Europeristat (2008) para alguns países que disponibilizaram informação nesse sentido e que relacionam a mortalidade materna com o tipo de parto (Tabela 1).

Tabela 1: Taxa de mortalidade materna (por 100000 nados-vivos) segundo o tipo de nascimento em alguns países europeus, 2004

País	Tipo de nascimento			
	Vaginal - espontâneo	Vaginal - instrumentalizado	Cesariana eletiva	Cesariana com trabalho de parto
Bélgica	2,4	15,5	7,5	0
Rep. Checa	3,9	32,8	0	12,7
Dinamarca	2,2	20,3	19,8	0
Alemanha	3,6	5,4	15	13,4
Estónia	9,2	0	0	128,8
Letónia	16,2	0	50,2	0
Eslovénia	3,4	0	64,1	66,3
Finlândia	3,4	13,5	11,4	9,5

Fonte: adaptado de Europeristat, 2008: 237

A leitura dos valores apresentados revela, claramente, uma maior incidência da mortalidade materna em casos de partos vaginais instrumentalizados e cesarianas (sobretudo eletivas mas também com trabalho de parto associado), face aos resultados da mortalidade materna decorrente de partos vaginais espontâneos.

O que vem justificar a pertinência de ter em conta as características assistenciais do nascimento quando se analisa a saúde materna, não esquecendo a dimensão do risco associada à morbilidade materna.

Com efeito, a informação relativa à morbilidade materna severa (Pruhal et al., 2000; Sousa et al., 2006) (a que é, atualmente, com dados secundários, passível de ser medida, por decorrer de internamentos) revela a incidência do fenómeno e a sua possível associação a características específicas da assistência ao nascimento.

Apesar de não ser possível estabelecer uma ligação direta entre os dois tipos de informação (assistência e casos de morbilidade), a análise dos resultados decorrentes de

relatórios de morbilidade hospitalar permite perceber, por exemplo, que a causa de morbilidade materna que se revelou mais grave de 2006 a 2009 (no sentido em que originou mais óbitos maternos) é uma causa que decorre mais frequentemente da prática de cesariana (embolismo pulmonar obstétrico) (Tabela 2).

Tabela 2: Doentes saídas discriminadas do grupo de patologia relacionadas com complicações do puerpério, 2006, Portugal

Patologias	Doentes saídos	Dias internamento	Demora média (dias)
Infeção puerperal	111	582	5,2
Complicações do sistema venoso na gravidez e puerpério	638	2193	3,4
Hipertermia de origem desconhecida	37	189	5,1
Embolismo pulmonar obstétrico	9	101	11,2
Outras complicações não especificadas	273	1380	5,1
Infeções mamárias	56	216	3,9
Efeitos tardios	144	432	3
Total	1268	5093	4

Fonte: Compilação própria a partir de Relatórios de morbilidade hospitalar, 2006, DGS

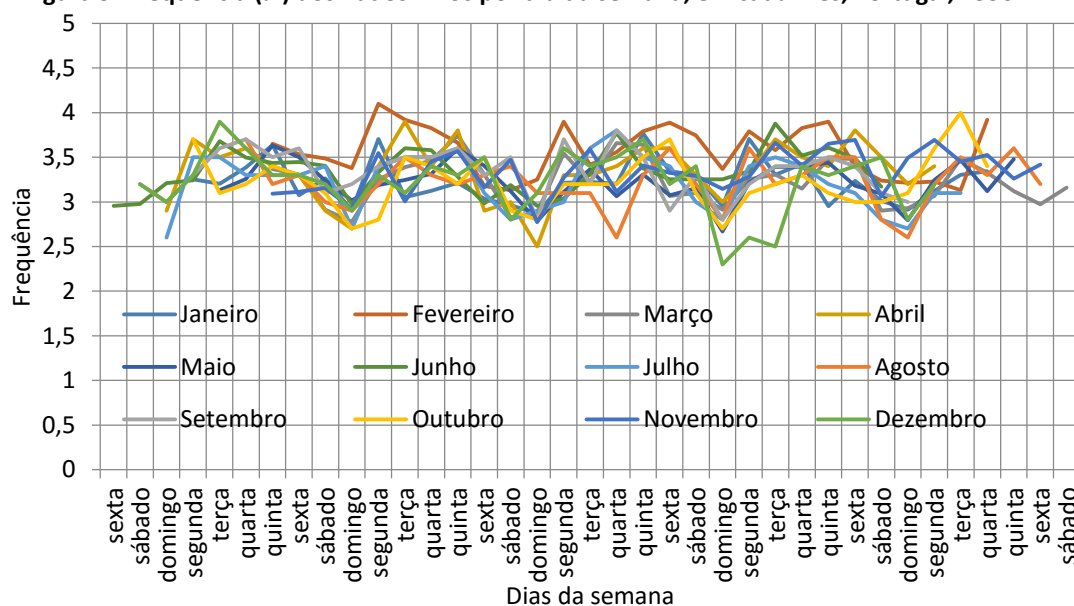
Nota: dados referentes a anos seguintes poderão ser consultados em Pintassilgo, 2014.

De fato, as situações de patologia mais frequentes estão sobretudo associadas, segundo a literatura científica, a maiores intervenções obstétricas, algumas sem evidência científica que justifique a sua prática rotineira (Enkin et al., 2005), que se inserem num conjunto de rituais naturalizados na cultura das instituições (Davis-Floyd, 2001) e que merecem uma abordagem reflexiva.

Nesse sentido, interessará refletir sobre a forma como a institucionalização do nascimento tem permitido, ao longo do tempo, o ajustamento da forma de nascer aos padrões de funcionamento das instituições em que ocorrem, revelando alguns indicadores como a institucionalização do parto e consequente medicalização o podem, no limite, programar (ou datar) e, nesse sentido, desnaturalizar.

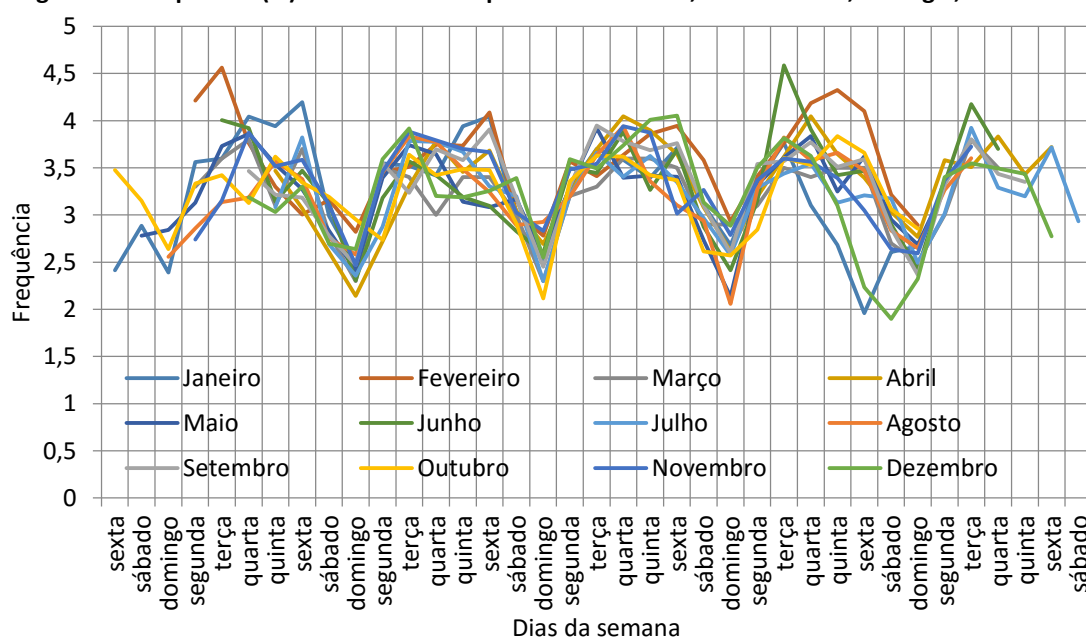
Um dos indicadores que ilustra a tendência para a programação dos nascimentos, é a distribuição desses acontecimentos ao longo dos dias da semana (Figuras 9 e 10).

Figura 9: Frequência (%) dos nados-vivos por dia da semana, em cada mês, Portugal, 1990



Fonte: Cálculos próprios a partir de Base de dados nados-vivos, 1990 e 2010, cedida por INE

Figura 10: Frequência (%) dos nados-vivos por dia da semana, em cada mês, Portugal, 2010



Fonte: Cálculos próprios a partir de Base de dados nados-vivos, 1990 e 2010, cedida por INE

Se em 1990 já se revelava um menor número de nascimentos ao fim de semana e, sobretudo, ao domingo, em 2010 não há dúvida de que esses dias registam uma frequência mínima de nascimentos face aos adjacentes e aos restantes. A existência de feriados ao fim de

semana determina os picos mínimos de nascimento, como é o caso do dia 25 de Dezembro (dia de Natal) de 2010, sábado. Esta sazonalidade semanal dos nascimentos terá associada uma intervenção médica e tecnológica específica, como a indução dos partos e/ou a prática de cesarianas. Estas duas formas de nascer, como vimos atrás e como vem sendo muito amplamente descrito na literatura científica (Enkin et al., 2005) são mais lesivas para a saúde materna do que os nascimentos que decorrem de partos vaginais.

Comentários Finais

A análise apresentada remete para uma articulação entre a mortalidade materna, a mortalidade infantil e a natalidade, na sua evolução, em Portugal. De facto, a ligação da natalidade e mortalidade materna sintoniza-se com a influência da natalidade no arranque da quebra da mortalidade infantil e na simultânea aceleração da quebra dos fenómenos.

Esta ligação da natalidade a componentes específicas da mortalidade como são a mortalidade infantil e a mortalidade materna é particularmente importante na medida em que a relação entre a natalidade a mortalidade geral, no período de quebra da primeira, não parece muito estabelecida, se não por via da mortalidade infantil. Este fenómeno inicia o movimento de recuo desde o início da década de 1940, após a quebra consistente da natalidade e acentua a tendência de quebra, sobretudo, a partir do início da década de 1960, altura da tendência durável de quebra da natalidade (Bandeira, 1996).

Assumindo a ligação que foi sendo estabelecida na análise entre os três fenómenos, diríamos que a sua evolução reflete, de alguma forma, processos sociais semelhantes. A esse propósito, mais concretamente sobre a ligação entre a natalidade e a mortalidade infantil, e assumindo não ser possível identificar a variável determinante, Bandeira refere que “será a própria dinâmica social inerente à emergência de comportamentos modernos face à procriação que influencia ao mesmo tempo a redução voluntária da fecundidade e o progresso dos cuidados sanitários e educacionais de que beneficiam os recém-nascidos. Da interligação desses novos comportamentos resulta, então, o apressar da queda da mortalidade infantil e da fecundidade (Bandeira, 1996: 251)”. Acrescentaríamos que a mortalidade materna não fica de fora deste processo.

Assim, a articulação entre os fenómenos que se reflete, a partir da década de 1960, no encontro de tendências entre a a evolução da natalidade e da mortalidade materna (no sentido do decréscimo dos valores que os respetivos indicadores assumem) deverá ser lida,

por um lado, em articulação com as importantes transformações sociais, culturais e familiares que se registaram em Portugal. Por outro, com as mudanças no padrão sanitário das populações. Mas deverá ter uma leitura, também, à luz da evolução do panorama assistencial ao nascimento que ocorreu em Portugal, sobretudo a partir da década de 1970, e se intensificou na década de 1980, tendo sido politicamente suportado.

Sublinhamos o efeito que as mudanças no paradigma assistencial terão tido na diminuição da mortalidade materna e na mudança radical da frequência das suas causas, sendo evidente a maior importância das causas indiretas de morte materna nas décadas mais recentes, como, aliás, é descrito na teoria da transição obstétrica (Souza et al., 2014).

As causas com maior expressão na atualidade estarão, em larga medida, associadas a padrões e formas de nascimento características de um modelo tecnocrático (Davis-Floyd, 2001), pautado pela forte intervenção médica no processo do nascimento, no sentido em que alguns dos procedimentos característicos desse modelo poderão desencadear novas situações de risco para a saúde materna (Enkin et al., 2005). Ora, se a manifestação desse risco no que diz respeito à mortalidade materna, estará fortemente controlada, isso não significará a sua anulação.

Neste contexto, e em primeiro lugar, importa referir que a mortalidade materna, enquanto ‘fenómeno evitável’ (Loudon, 1992; Bouvier-Colle e Szego, 2005) e não obstante os valores residuais que assume atualmente, deverá continuar a merecer vigilância e acompanhamento.

Por outro lado, a diminuição drástica da frequência desse fenómeno sugere que se atente a novos contornos do risco associado à saúde materna. Nesse sentido, a emergência ou, sobretudo, o reconhecimento da morbilidade materna, enquanto ‘fenómeno sentinela’ da mortalidade (Sousa et al., 2006), reforça a importância de aprofundar a sua análise e de considerar novas formas de abordar, no futuro, em termos teóricos e empíricos, os resultados em saúde materna, bem como de garantir uma articulação estreita e cruzada daqueles com as condições sociodemográficas e assistenciais do nascimento.

Referências

Almeida, A. N., Vilar, D., André, I. & Laland, P. (2004). *Fecundidade e contraceção – percursos de saúde reprodutiva das mulheres portuguesas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

- Bandeira, M. L. (1996). *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Beck, U. (2001). *La Société du Risque. Sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Éditions Flammarion.
- Bouvier-Colle, M. H. & Szego, E. (2005). La mortalité maternelle en France depuis 1945. *La population de la France*, Tome II. Paris: CUPED, 373-384.
- Conrad, P. (2007). *The Medicalization of Society: On the Transformation of Human Conditions into Treatable Disorders*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- Davis-Floyd, R. (1992). *Birth as an American Rite of Passage*, Berkeley: University of California Press.
- Davis-Floyd, R. (2001). The technocratic, humanistic, and holistic paradigms of childbirth. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, 75, S5-S23.
- Enkin, M., Keirse, M., Neilson, J., Crowther, C., Duley, L., Hodnett, E. & Hofmeyr, J. (2005). *Guia para atenção efectiva na gravidez e no parto (3ªed.)*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Fortney, J. A. (2002). Méthodes de mesure et niveaux de la mortalité maternelle. *Les Déterminants de la Mortalité, Démographie: analyse et synthèse*, Volume III. Paris: INED, 109-127.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Lisboa: Celta Editora.
- Loudon, I. (1992). *Death in Childbirth. An International Study of Maternal Care and Maternal Mortality 1800-1950*. Oxford: Clarendon Press.
- McLaren, A. (1997). *História da Contracepção. Da Antiguidade à Actualidade*. Lisboa: Terramar.
- Notestein, F. W. (1945). Population: the long view. *Food for the World*. Chicago: University of Chicago Press, 36-56.
- Oakley, A. (1984). *The captured Womb: a history of the Medical Care of Pregnant Women*, Oxford: Basil, Blackwell.
- Oakley, A. (2016). The sociology of childbirth: an autobiographical journey through four decades of research. *Sociology of Health & Illness*, 38(5), 689–705.
- Omran, A. R. (2005). The Epidemiological Transition: A Theory of the Epidemiology of Population Change. *Milbank Quarterly*, 83(4), 731-757.
- Pintassilgo, S. C. (2014). *O Risco e as Condições Sociais e Assistenciais da Maternidade em Portugal*, Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa: ISCTE-IUL.

Pruhal A., Bouvier-Colle, M.H., De Bernis, L., Bréart, G. (2000). Severe maternal morbidity from direct obstetric causes in West Africa: incidence and case fatality rates. *Bulletin of The World Health Organization*, 78, 593-602.

Sousa, M. H., Cecatti, J. G., Hardy, E. E., Amaral, E., Souza, J. P., & Serruya, S. (2006). Sistemas de informação em saúde e monitoramento de morbidade materna grave e mortalidade materna. *Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil*, 6 (2), 161-168.

Souza, J.P., Tunçalp, O., Vogel, J.P., Bohren, M., Widmer, M., Oladapo, O.T., Say, L., Gulmezoglu, A.M., & Temmerman, M. (2014). Obstetric transition: the pathway towards ending preventable maternal deaths. *BJOG*, 121(suppl.1), 1-4.

Thomasson, M. A. e Treber, J. (2008). From home to hospital: The evolution of childbirth in the United States, 1928–1940. *Explorations in Economic History*, 45, Elsevier, 76–99.

World Health Organization (2010), *Trends in maternal mortality: 1990 to 2008. Estimates developed by WHO, UNICEF, UNFPA and The World Bank*, Geneva: WHO (Versão eletrónica). Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789241500265_eng.pdf

A sobremortalidade de inverno num país mediterrânico: clima ou envelhecimento e pobreza?

Ana Monteiro

Universidade do Porto, FLUP, Departamento de Geografia, CITTA, CEGOT, ISPUP.
anamonteirosousa@gmail.com

Luís Fonseca

Universidade do Porto, FCNAUP, PRONUTRISENIOR, lsfonsecaa@gmail.com

Carlos Sousa

Universidade do Porto, FCNAUP, PRONUTRISENIOR, miguelsousa83@gmail.com

Sumário: A análise do incremento da mortalidade e da morbilidade nos residentes na Área Metropolitana do Porto (AMP), entre 2002 e 2007, revelou uma forte associação com os episódios de frio extremo. Todavia, os limiares de frio extremo, neste contexto geográfico em concreto, é muito mais elevado do que aqueles que são habitualmente referidos na literatura científica internacional. No caso da AMP, a sobremortalidade e sobremorbilidade ocorre a partir do percentil 30 que corresponde na temperatura mínima a valores $<5^{\circ}\text{C}$ e na temperatura máxima a valores $<13^{\circ}\text{C}$.

Esta conclusão sobre os limiares térmicos de frio que parecem desencadear o risco de morte e de agravamento de doenças respiratórias e circulatórias parece resultar muito mais da grande vulnerabilidade dos seres humanos do que da magnitude do evento térmico.

Assim, nos países do sul da Europa, descritos repetidamente como de “características climáticas amenas”, parece que para além das características individuais dos seres humanos (idade, genética, estado de saúde, etc.), é particularmente importante avaliar as condições de vida (envelhecimento desacompanhado, iliteracia, fraca qualidade da habitação, elevado desemprego, baixo rendimento, falta de acesso a aquecimento e arrefecimento artificial, etc.).

No caso da AMP as evidências sublinham a necessidade de dedicar uma maior atenção às vulnerabilidades sociais e económicas e verter essa componente nos sistemas de prevenção de riscos climáticos apesar de, erradamente, o facto de vivermos numa época de aquecimento global, os riscos gerados pelo frio tenham sido até agora subalternizados relativamente aos do calor.

Palavras-chave: Riscos climáticos, mortalidade e morbilidade, extremos de frio.

Abstract: The analysis of increased mortality and morbidity in the Porto Metropolitan Area (AMP) residents, between 2002 and 2007, showed a strong relationship with extreme cold events. However, extreme cold thresholds, in this geographical context, are much higher than those that are commonly referred to in the international scientific literature. In the case of AMP, the over mortality and morbidity occurs from the 30 percentile corresponding to the minimum temperature of $<5^{\circ}\text{C}$ and the maximum temperature values of $<13^{\circ}\text{C}$.

This conclusion about the thermal cold thresholds that seem to trigger the risk of death and worsening of respiratory and circulatory disease appears to result more of the great vulnerability of human beings than the magnitude of the thermal event.

Thus, in the countries of Southern Europe, repeatedly described as "mild climatic characteristics", it seems that in addition to the individual characteristics of humans (age, genetics, health status, etc.), it is particularly important to assess the living conditions (unattended aging, illiteracy, poor quality housing, high unemployment, low income, lack of access to artificial heating and cooling, etc.).

In the case of AMP evidence highlights the need to devote greater attention to social and economic vulnerabilities and pour this component of climate risk prevention systems even though wrongly, that we live in an age of global warming, the risks generated by cold It has until now been relatively subordinate to heat.

Keywords: Climate risk, mortality and morbidity, extremes of cold events.

1. *Adoecer e morrer de frio nos climas mediterrânicos*

Nos lugares com climas mediterrânicos como é o caso da AMP (Fig. 1), é comum considerar que o contexto térmico apesar de irregular é "ameno" e que portanto não exerce stress excessivo sobre o corpo humano. Porém, a análise cuidada da variabilidade térmica ao longo do ano (Fig. 2 e Fig. 3), de mês para mês, de dia para dia e durante um mesmo dia, mostra que os ritmos são muito inconstantes (Tabela 1), e que os episódios extremos (Tabela 2 e Fig. 4), capazes de sobrecarregar excessivamente os mecanismos termoreguladores do corpo humano, são muito mais frequentes do que geralmente é referido na literatura sobre este tema (Monteiro et al, 2013 a, b, c e d).

Figura 1: Localização da estação climatológica de Porto Serra do Pilar

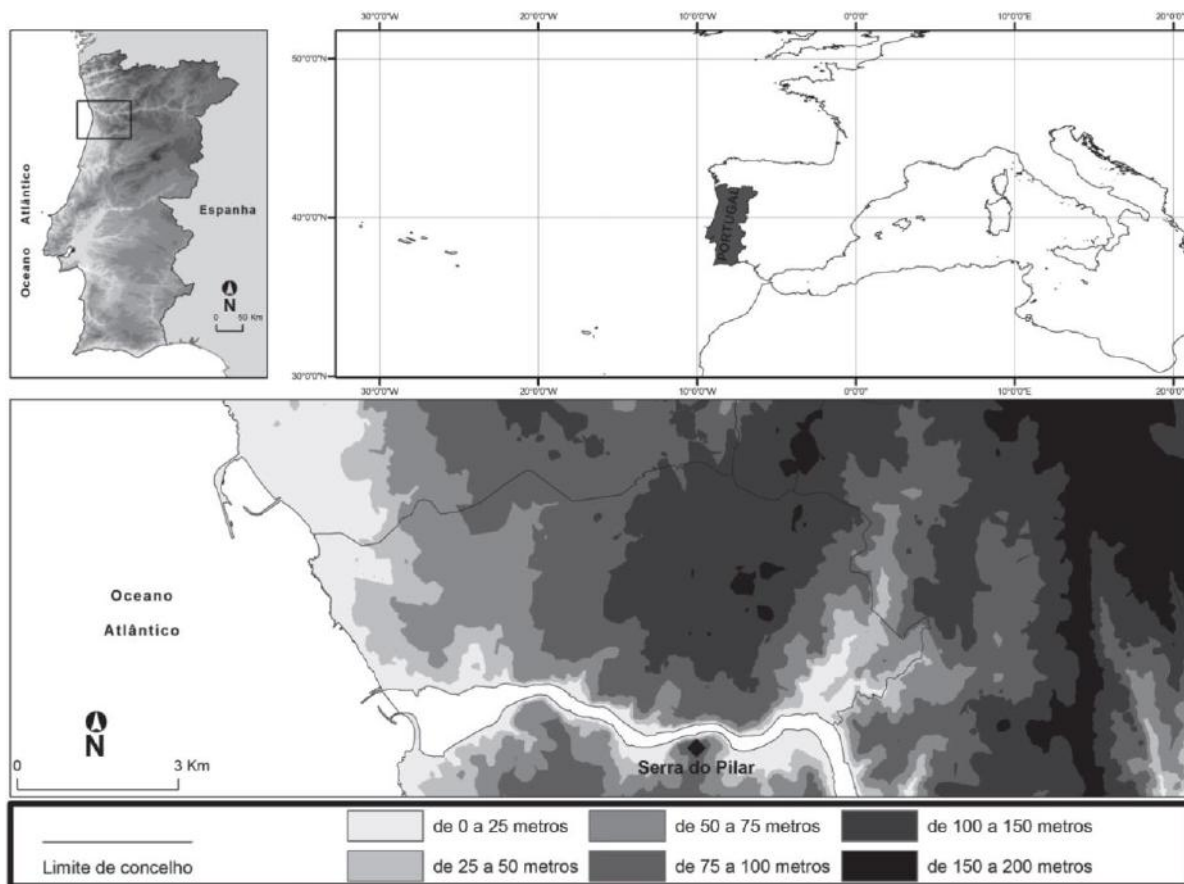


Figura 2: Temperatura média, mínima e máxima no Porto Serra do Pilar entre 1901 e 2007 (Monteiro et al, 2013 a, b, c e d)

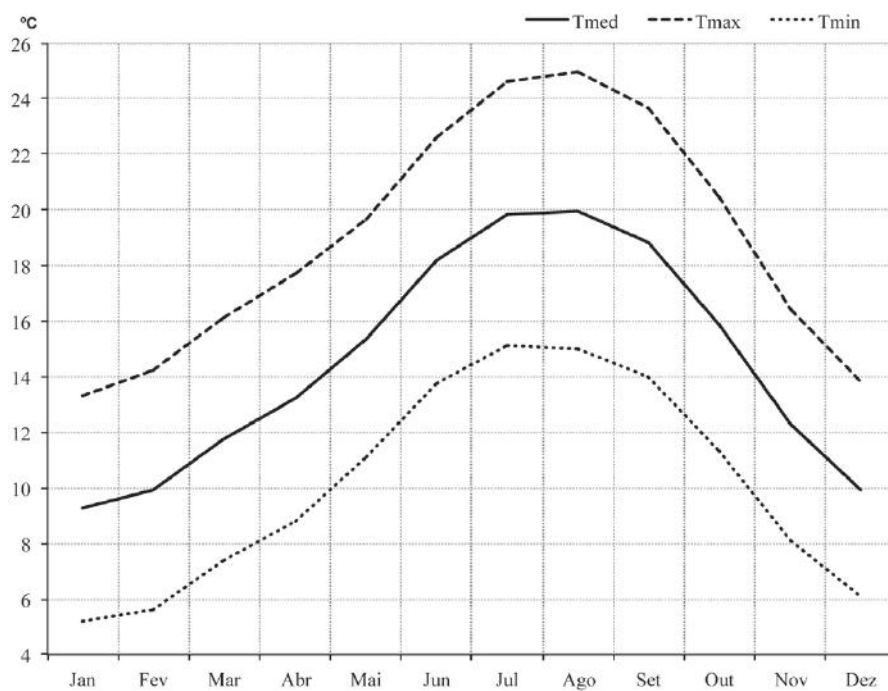


Figura 3: Temperatura média, mínima e máxima anual no Porto Serra do Pilar entre 1901 e 2007 e respectivas linhas de tendência (Monteiro et al, 2013 a, b, c e d)

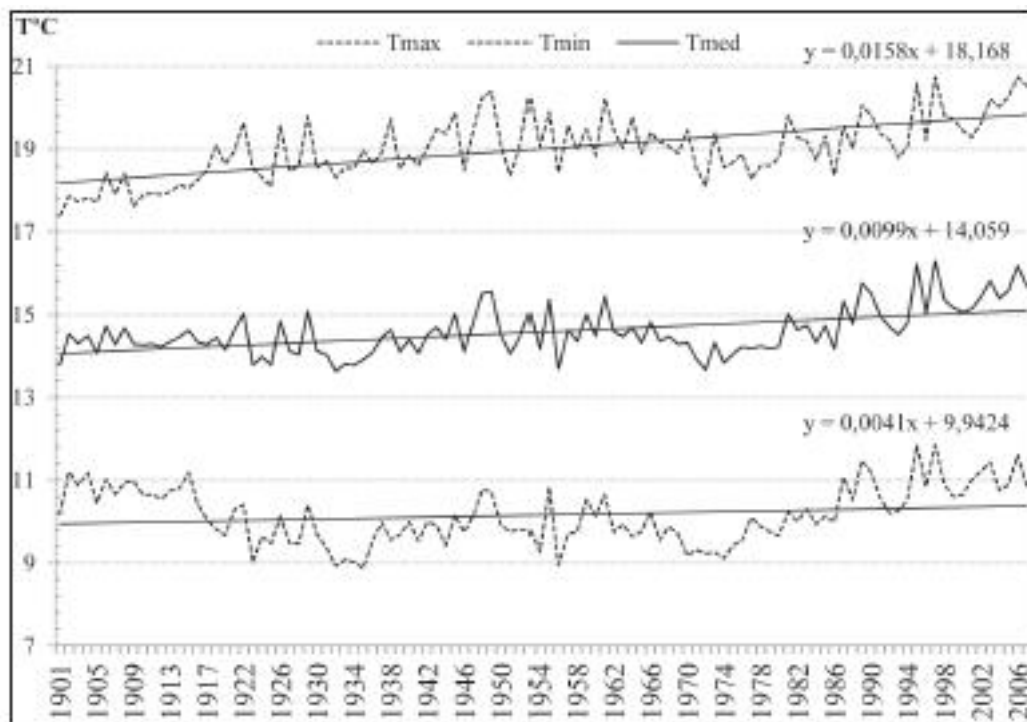


Tabela 1: Média e percentis 97 (P97) e 3 (P3) da temperatura média, mínima e máxima anual no Porto Serra do Pilar (1901-2007)

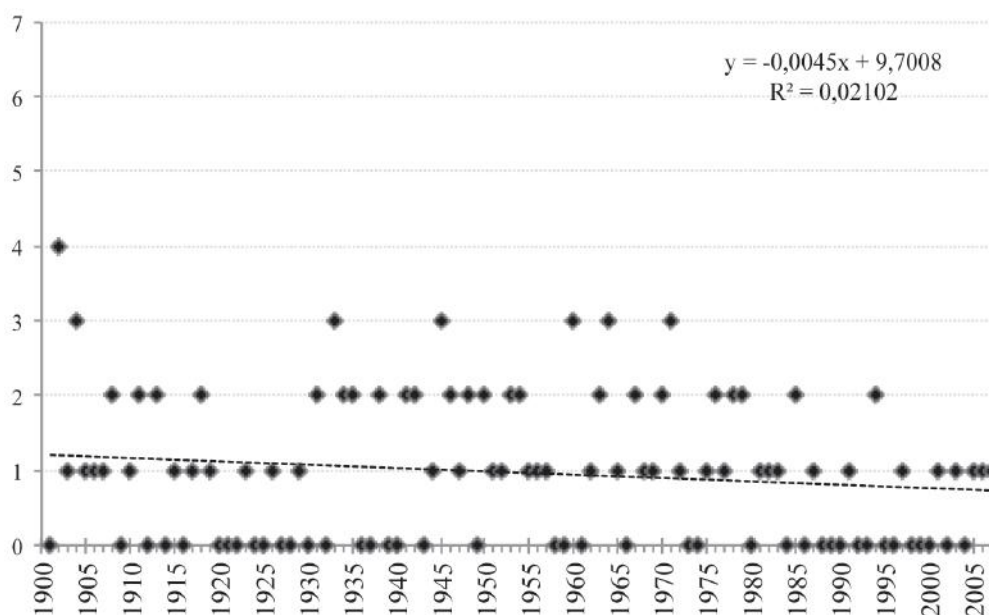
	Tmédia (°C)	Tmax (°C)	Tmin (°C)
Média	14,6	19,0	10,2
>P97	15,8	20,5	11,5
	(1995, 1997, 2006)		
<P3	13,8	17,7	9,0
	(1932, 1956, 1972)	(1901, 1909)	(1932, 1935)

Tabela 2: Frio excecional da temperatura no Porto Serra do Pilar entre 1901 e 2007 (Monteiro et al, 2013 a, b, c e d)

Temperatura média mensal mais baixa (1901-2007)		
Mês	T°C	Ano em que ocorreu
Jan	6,5	1945
Fev	6,2	1956
Mar	9,2	1916
Abr	10,0	1986
Mai	12,8	1984
Jun	15,0	1972
Jul	17,2	1912
Ago	17,0	1912
Set	16,2	1927
Out	12,4	1974
Nov	8,5	1971
Dez	6,2	1933
Anual	13,6	1932

Temperatura média mínima mensal mais baixa (1901-2007)		
Mês	T°C	Ano em que ocorreu
Jan	1,6	1954
Fev	1,0	1956
Mar	3,9	1970
Abr	5,7	1932
Mai	8,6	1972
Jun	10,6	1972
Jul	12,6	1965
Ago	13,0	1963 e 1978
Set	10,7	1952
Out	7,1	1974
Nov	3,7	1934
Dez	1,5	1933
Anual	8,9	1932 e 1935

**Figura 4: Tendência secular de eventos climáticos extremos de frio na AMP segundo o critério de Díaz.
(Monteiro et al, 2013 a, b, c e d)**



Apesar da tendência secular da ocorrência de eventos extremos de frio ser ligeiramente negativa, a análise da mortalidade diária (todas as causas), coligida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e, dos internamentos diários nos hospitais Santos Silva, Santo António, S. João e Pedro Hispano da Administração Central dos Serviços de Saúde (ACSS), entre 2002 e 2007, recolhida e analisada por nós (Monteiro et al, 2013 a, b, c e d), indicia um conjunto de simultaneidades temporais entre o agravamento da doença e a ocorrência de episódios térmicos de frio excecional (Fig.5 e Fig. 6 e Tabela 3).

A mortalidade durante os eventos extremos de frio foi 34% superior à média dos períodos homólogos e a morbilidade por bronquite e asma, pneumonia e pleurisia, DPOC e por AVC foi também substantivamente superior à média dos períodos homólogos (Tabela 3).

Ainda que não existissem outros argumentos, esta constatação é *de per si* suficientemente alarmante para justificar uma atenção especial com aquilo que, até agora, tem sido esquecido: a importância do frio na saúde humano de quem vive em climas mediterrânicos. Estes impactes negativos são particularmente graves nos grupos mais vulneráveis: os idosos, as crianças, os sem-abrigo, os doentes mentais e quem tem já doenças do foro respiratório, cardiovascular ou alergológico.

Figura 5: Mortalidade entre 2002 e 2007 na AMP (Monteiro et al, 2013 a, b, c e d)

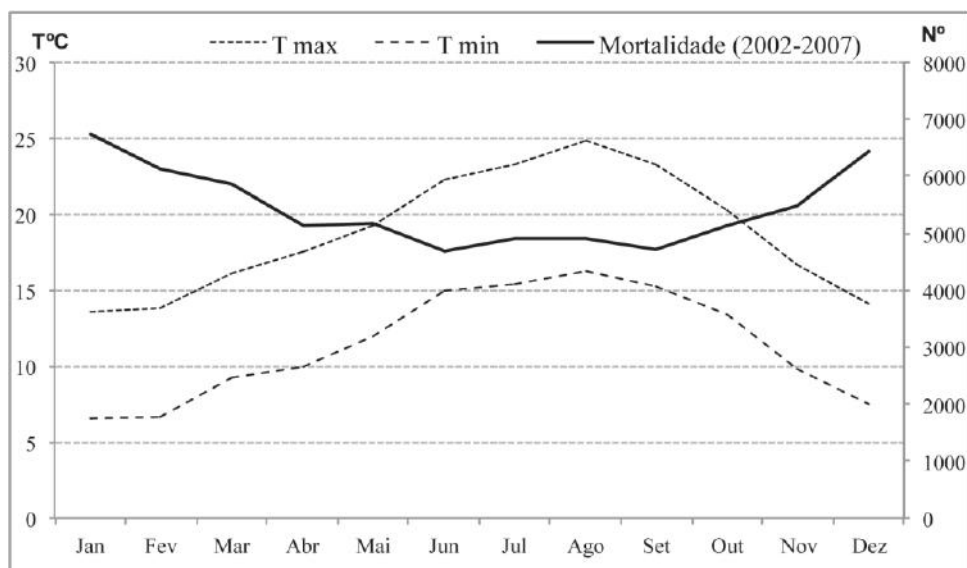


Figura 6: Internamentos, entre 2002 e 2007, nos hospitais Santos Silva, Santo António, S. João e Pedro Hispano, de residentes na AMP (Monteiro et al, 2013 a, b, c e d)

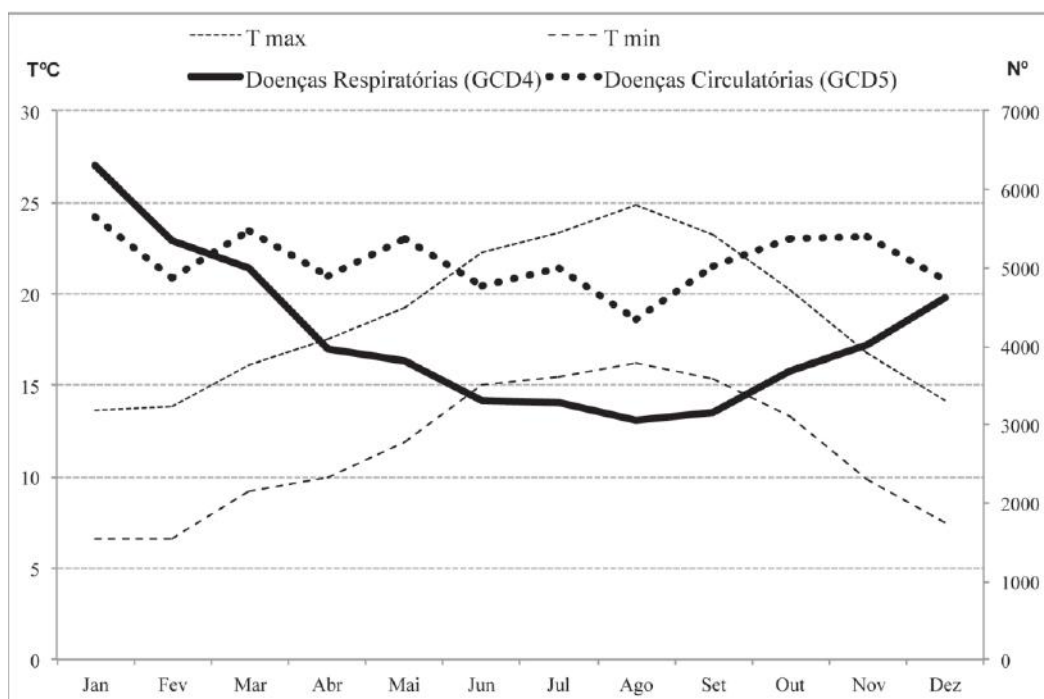


Tabela 3: Sobremortalidade e sobremorbilidade, entre 2002 e 2007, na AMP durante episódios extremos de frio (Monteiro et al, 2013 a, b)

EVENTO EXTREMO DE FRIO	Observados (O)	Esperados (E)	(O-E)	(O-E) / E *100	Tmrt	PET
MORTALIDADE						
20 janeiro - 20 fevereiro 2005	1316	1171	145	12%	[-6°C-4°C]	[-6°C-1°C]
23 fevereiro - 11 março 2005	751	559	192	34%	[-6°C-3°C]	[-9°C-(-1)°C]
19 - 27 dezembro 2006	358	297	61	21%	[-2°C-3°C]	[-5°C-(-1)°C]
MORBILIDADE						
DOENÇAS RESPIRATÓRIAS (TODAS AS CAUSAS)						
20 janeiro - 20 fevereiro 2005	1319	1045	274	26%	[-6°C-4°C]	[-6°C-1°C]
23 fevereiro - 11 março 2005	598	455	143	31%	[-6°C-3°C]	[-9°C-(-1)°C]
19 - 27 dezembro 2006	304	209	95	46%	[-2°C-3°C]	[-5°C-(-1)°C]
DOENÇAS CIRCULATÓRIAS (TODAS AS CAUSAS)						
9 - 17 janeiro 2003	295	284	11	4%	[-6°C-(-1)°C]	[-8°C-(-4)°C]
23 fevereiro - 11 março 2005	530	498	32	6%	[-6°C-3°C]	[-9°C-(-1)°C]
19 - 27 dezembro 2006	253	194	59	30%	[-2°C-3°C]	[-5°C-(-1)°C]
BRONQUITE E ASMA						
20 janeiro - 20 fevereiro 2005	125	71	54	76%	[-6°C-4°C]	[-6°C-1°C]
23 fevereiro - 11 março 2005	36	28	8	27%	[-6°C-3°C]	[-9°C-(-1)°C]
19 - 27 dezembro 2006	15	12	3	29%	[-2°C-3°C]	[-5°C-(-1)°C]
DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA						
20 janeiro - 20 fevereiro 2005	151	107	44	41%	[-6°C-4°C]	[-6°C-1°C]
23 fevereiro - 11 março 2005	64	44	20	44%	[-6°C-3°C]	[-9°C-(-1)°C]
19 - 27 dezembro 2006	34	24	10	43%	[-2°C-3°C]	[-5°C-(-1)°C]
PNEUMONIA E PLEURISIA						
20 janeiro - 20 fevereiro 2005	276	185	91	49%	[-6°C-4°C]	[-6°C-1°C]
23 fevereiro - 11 março 2005	137	83	54	65%	[-6°C-3°C]	[-9°C-(-1)°C]
19 - 27 dezembro 2006	82	42	40	97%	[-2°C-3°C]	[-5°C-(-1)°C]
ENFARTE DO MIOCÁRDIO						
9 - 17 janeiro 2003	39	33	7	20%	[-6°C-(-1)°C]	[-8°C-(-4)°C]
20 janeiro - 20 fevereiro 2005	121	109	12	11%	[-6°C-4°C]	[-6°C-1°C]
23 fevereiro - 11 março 2005	55	54	1	1%	[-6°C-3°C]	[-9°C-(-1)°C]
19 - 27 dezembro 2006	39	26	13	51%	[-2°C-3°C]	[-5°C-(-1)°C]
ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL						
9 - 17 janeiro 2003	35	32	3	9%	[-6°C-(-1)°C]	[-8°C-(-4)°C]
20 janeiro - 20 fevereiro 2005	136	109	27	25%	[-6°C-4°C]	[-6°C-1°C]
23 fevereiro - 11 março 2005	86	58	28	49%	[-6°C-3°C]	[-9°C-(-1)°C]
3 - 17 janeiro 2006	65	61	4	6%	[-1°C-5°C]	[-4°C-1°C]
19 - 27 dezembro 2006	56	27	29	107%	[-2°C-3°C]	[-5°C-(-1)°C]
INSUFICIÊNCIA CARDÍACA						
20 janeiro - 20 fevereiro 2005	107	104	3	3%	[-6°C-4°C]	[-6°C-1°C]
23 fevereiro - 11 março 2005	59	56	3	5%	[-6°C-3°C]	[-9°C-(-1)°C]
3 - 17 janeiro 2006	62	55	7	12%	[-1°C-5°C]	[-4°C-1°C]
19 - 27 dezembro 2006	40	26	14	57%	[-2°C-3°C]	[-5°C-(-1)°C]

2. Vulnerabilidades sociais e económicas e a mortalidade e morbilidade na AMP

Sabendo que os limiares de resistência nestes contextos climáticos estão associados a valores absolutos da temperatura mínima e máxima que não são especialmente baixos e por isso mesmo não são considerados habitualmente na literatura internacional, procuramos compreender as razões que despoletam este risco (Monteiro et al, 2013 a, b, c e d).

No processo de investigação perseguimos a equação simplificada do “risco”: $R = E \times V$ (R é o risco, E é o evento e V é a vulnerabilidade). E, sabendo que, neste caso, não é necessário um E particularmente excecional para ter um R elevado, procurámos avaliar a importância das condições de V (Monteiro et al, 2013 a, b, c e d).

Ao compararmos a distribuição espacial, na AMP, da população idosa (Fig. 7), da literacia, do rendimento das famílias, da qualidade da habitação, etc. com a mortalidade e morbilidade (Fig. 8 e Fig. 9) num Sistema de Informação Geográfica (SIG), emergiu, com clareza, a sobreposição comportamental no espaço de algumas variáveis de índole ambiental e socioeconómica e o peso relativo da mortalidade e morbilidade (Monteiro et al, 2013 a, b, c e d).

Figura 7: Peso da população idosa na AMP em 2011 (Monteiro et al, 2013a e b)

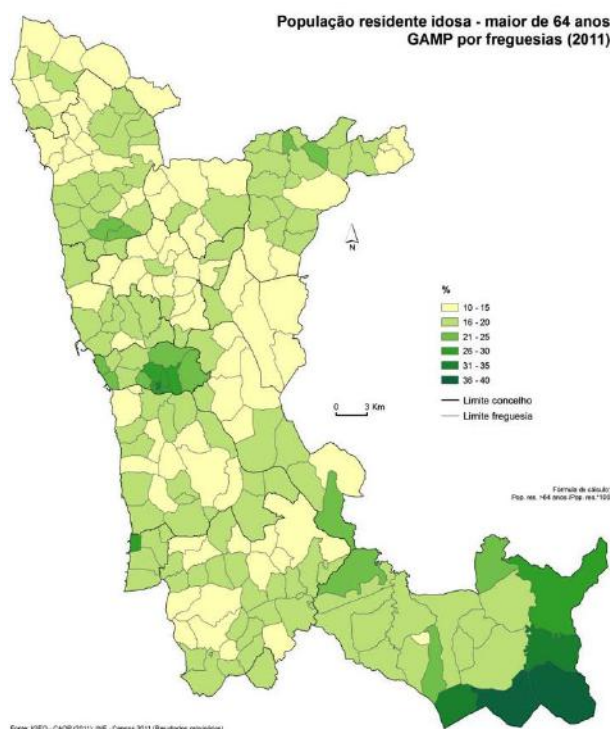


Figura 8: Mortalidade entre 2002 e 2007 (Monteiro et al, 2013a e b)

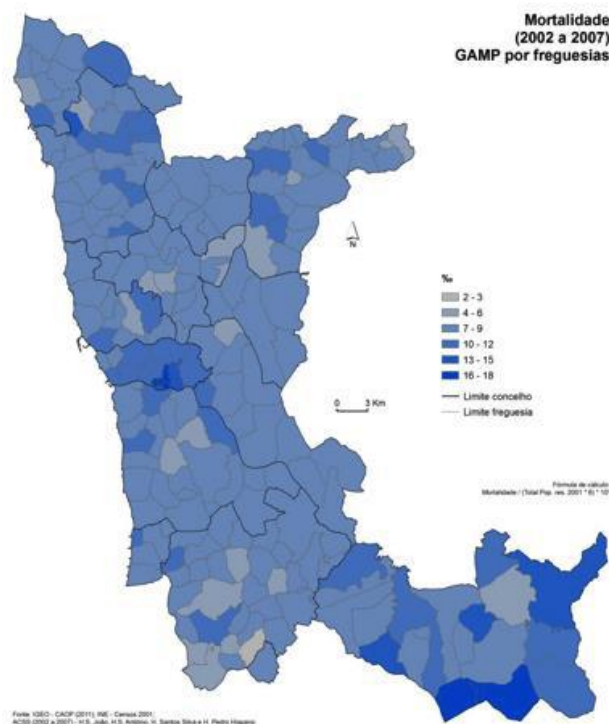
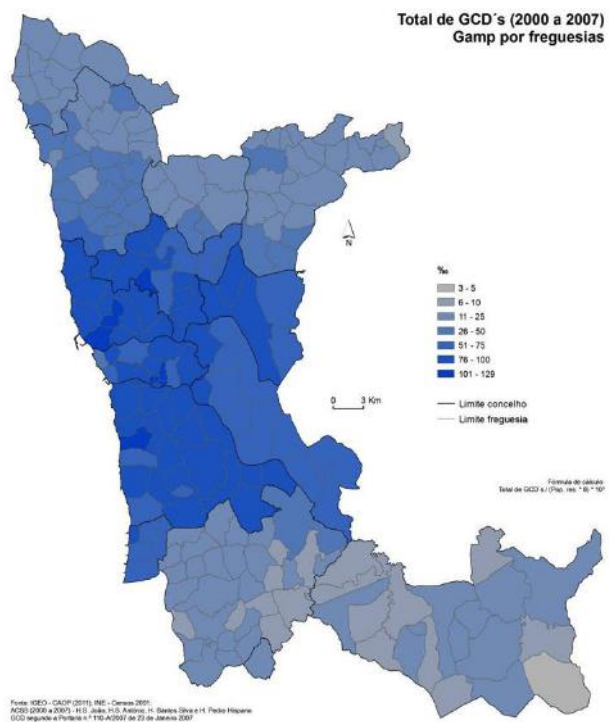


Figura 9: Morbilidade entre 2000 e 2007 (Monteiro et al, 2013a e b)



Contudo, a combinação, em SIG, de todas as variáveis ambientais e socioeconómicas com a mortalidade e morbilidade (todas as causas), sugeriu-nos a utilização de um dos vários procedimentos estatísticos possíveis que nos ajudasse a eleger a(s) que parecem expressar melhor a vulnerabilidade.

Para esse efeito seleccionámos submeter o leque total de variáveis a uma análise de componentes principais e, posteriormente, com as variáveis que revelaram maior potencial explicativo, realizámos uma análise hierárquica multicritério.

3. Considerações finais – O índice de privação socioeconómica e ambiental

Acompanhando os resultados obtidos na literatura internacional, sobretudo a anglo-saxónica (Monteiro et al, 2013 a, b), obtivemos, para a AMP, a espacialização do que pode designar-se de um *Índice de Privação Socioeconómica e Ambiental* determinante para a saúde humana na AMP (Fig. 10).

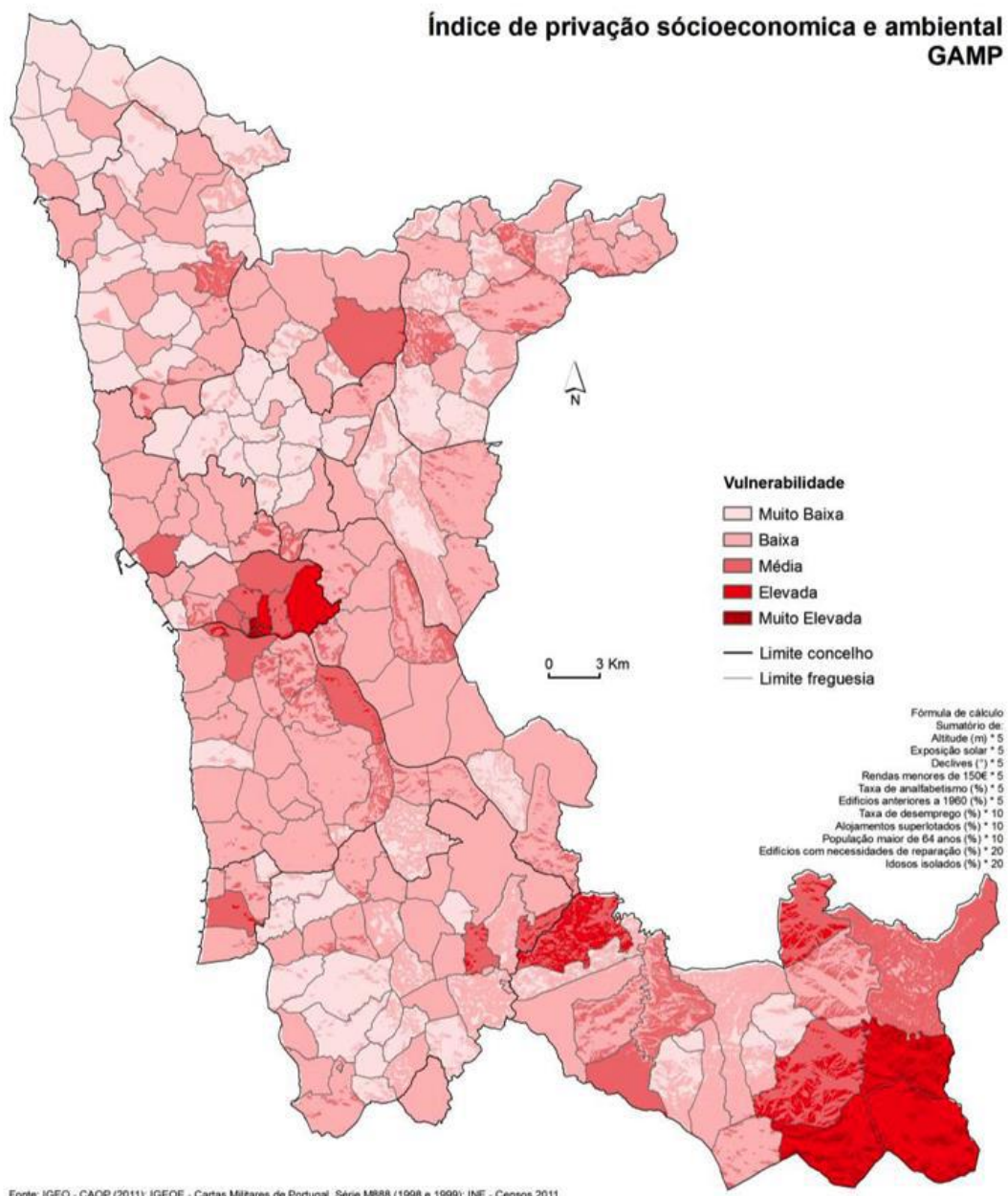
Este *Índice de Privação Socioeconómica e Ambiental* para a saúde humana na AMP corrobora a ideia, disseminada na bibliografia sobre este tema, acerca da sobreposição espacial muito frequente das (in)justiças sociais, económicas e ambientais.

Esta coincidência espacial, caso se verifique, permite sinalizar, a partir de apenas uma ou duas variáveis, as áreas onde se acumulam uma panóplia diferenciada de impactes negativos determinantes para a saúde humana.

Simultaneamente, a ser verdade, esta coincidência espacial, pode significar que por vezes as ações de melhoria em algumas variáveis pode suscitar um efeito de dominó melhorando todas as outras ainda que aparentemente tenham pouca a ver umas com as outras.

No estudo de caso na AMP, as variáveis que parecem poder explicar as combinações de vulnerabilidades sociais, económicas e ambientais mais graves são: altitude, exposição solar, declives, custo da habitação, idade, estado de conservação e sobrelotação da habitação, analfabetismo, desemprego, envelhecimento e isolamento dos mais idosos.

Figura 10: Índice de privação socioeconómica e ambiental determinante para o agravamento da saúde humana (Monteiro et al, 2013 a, b)



Fonte: IGEO - CAOP (2011); IGEOE - Cartas Militares de Portugal, Série M888 (1998 e 1999); INE - Censos 2011

Referências

Monteiro, A., Fonseca, L., Almeida, M., Sousa, C., Velho, S., Carvalho, V. (2013a). *Atlas da saúde e da doença – vulnerabilidades climáticas e socioeconómicas na Grande Área Metropolitana do Porto e Concelho do Porto* (Volume I). Portugal, Porto, pp. 167. (ISBN:978-989-98681-0-6). Disponível em www.cherg.pt.

Monteiro, A., Fonseca, L., Almeida, M., Sousa, C., Velho, S., Carvalho, V. (2013b). *Atlas da saúde e da doença – vulnerabilidades climáticas e socioeconómicas na Grande Área Metropolitana do Porto e Concelho do Porto* (Volume II). Portugal, Porto, pp. 497. (ISBN:978-989-98681-1-3). Disponível em www.cherg.pt.

Monteiro, A., Fonseca, L., Velho, S., Almeida, M., (2013c), “Os riscos para a saúde humana causados pelo frio nos climas mediterrânicos – o exemplo da área portuense” in *Desigualdades socioterritoriais e comportamentos de saúde*, Edições Colibri, Portugal, Lisboa, pp. 141-183, (ISBN: 978-989-689-281-4).

Monteiro, A., (2013d), “Riscos climáticos: hazards, áleas, episódios extremos” in *Climatologia urbana e regional (Questões teóricas e estudos de caso)*, Editora Outras Expressões, Brasil, São Paulo, 2013, p. 143-172, (ISBN: 978-85-644-21-46-2).

La muerte en Cáceres (Extremadura). Etnohistoria del silencio eterno en el siglo XX

Carlos María Neila Muñoz

carlosneila1@gmail.com

Resumo: O objetivo deste documento é apresentar o estudo das pessoas falecidas numa localidade da área de influência de Cáceres no período que medeia entre 1900 e 1993. A informação quantitativa dos dados recolhidos na população foi o primeiro passo para a respetiva explicação social, sanitária, demográfica e histórica. Aspetos tais como a data de falecimento, o sexo, o estado civil, o local da morte e a idade foram utilizados como base de referência, no sentido de evidenciar a evolução do fenómeno das mortes e das suas causas, quer de natureza imediata, quer de longa duração. O acentuado declínio da taxa de mortalidade ao longo do século XX enquadra-se no processo geral de transição demográfica, em que as variáveis demográficas que intervêm no crescimento demográfico, viram modificados os seus valores quantitativos de decréscimo (mortalidade) e de aumento (natalidade), desenvolvendo-se ambos com uma temporalização que combina critérios socio-geográficos semelhantes e fatores tais como o desenvolvimento económico, o grau de urbanidade face à ruralidade, a higiene privada e pública e a dieta alimentar ampla e variada. Cáceres, capital da província, foi e é a localidade com mais elevada taxa de população nos séculos XIX e XX, razão pela qual a escolhi para recolher, desagregar e comparar os atestados de óbito do registo civil, de forma a poder avaliar a forma de incidência da dimensão social no ritmo descendente da mortalidade... Uma trajetória histórica, antropológica, sanitária e demográfica do século XX.

Palavras-chave: Antropologia, Cáceres, Etnohistória, falecimento, morte.

Abstract: The purpose of this paper is the study of people death in the town of Caceres from 1900 to 1993. The quantitative information collected from population data was the first step to social, health, demographic and historical explanation. Aspects such as the date of death, gender, marital status, place of death and age serve as a basis for trying to see how deaths and their causes have evolved whether immediate or rooted. The noticeable mortality decline, as the twentieth century progressed, reflects the general process of demographic transition in which demographic variables involved in population growth, changed their quantitative values

in declining (mortality) and rising (birth), developing both within a time frame that combines similar socio-geographic criteria based on factors such as economic development, the degree of urbanity versus rurality, private and public hygiene and a wide and varied diet. Cáceres, capital of the province, has been and is still the area with highest population in the twentieth and twenty-first centuries and so we have collated and compared the death certificates of the civil registry to evaluate how the social situation has affected in the downward trend of mortality...A historical, anthropological, health and demographic history trajectory in the twentieth century.

Keywords: Anthropology, Cáceres, Ethnohistory, decease, death.

Introducción

El objeto del presente documento es el estudio de las personas fallecidas en la localidad cacereña de Cáceres en el tramo de años acotado que discurre desde 1900 a 1993. La información cuantitativa de los datos recogidos en la población es el paso previo a la explicación social, sanitaria, demográfica e histórica. Aspectos como la fecha de fallecimiento, el sexo, el estado civil, el lugar de defunción y la edad sirven como base para intentar comprobar cómo han evolucionado las defunciones y sus causas, bien sean inmediatas o fundamentales. El descenso de la mortalidad claramente apreciable según avanzaba el siglo XX se sitúa dentro del proceso general de transición demográfica en el cual, las variables demográficas que intervienen en el crecimiento demográfico, modifican sus valores cuantitativos en descenso (mortalidad) y en alza (natalidad), desarrollándose ambos con una temporalización que aúna criterios sociogeográficos similares en función de factores como el desarrollo económico, el grado de urbanidad frente a ruralidad, la higiene privada y pública y la dieta alimenticia amplia y variada. Cáceres, capital de la provincia, ha sido -y es- la localidad con más elevada población en el siglo XX y XXI y por eso he desmenuzado, cotejado y comparado las actas de defunción del registro civil para evaluar cómo ha incidido la situación social en el ritmo descendente de la mortalidad. Toda una trayectoria histórica, antropológica, sanitaria y demográfica en el siglo XX.

1. Metodología de trabajo

El trabajo de campo que he estado realizando para conseguir los valores cuantitativos y cualitativos propios de esta investigación se ha prolongado desde el mes de mayo de 2011 hasta la actualidad (agosto, 2016). Los datos anónimos e impersonales (la Ley Orgánica

15/1999, de 13 de diciembre, de Protección de Datos de carácter personal, tiene por objeto *"...garantizar y proteger, en lo que concierne al tratamiento de los datos personales, las libertades públicas y los derechos fundamentales de las personas físicas, y especialmente de su honor e intimidad personal y familiar. Se entiende por datos de carácter personal: cualquier información concerniente a personas físicas identificadas o identificables"*) que aparecen en ella, salvo los exclusivos de los censos poblacionales del INE, se han extraído de los libros de defunciones depositados en el Registro Civil de Cáceres desde el año 1871 que es cuando se crearon estos organismos administrativos en España y se comenzó a tener constancia de los movimientos de población como herramienta administrativa, legal y del Estado en igualdad de condiciones con los documentos que hasta ese momento monopolizaba la iglesia en el control de la administración de los tres sacramentos relacionados directamente con el nacimiento, el matrimonio y la muerte.

En el BOE núm. 296, de 11 de diciembre de 1958; págs. 10977 a 11004, salió publicado el Decreto de 14 de noviembre de 1958 por el que se aprobaba el Reglamento de la Ley del Registro Civil. En el BOE núm. 10, de 11 de enero de 1991; págs. 962 a 963, apareció publicada la Ley 4/1991, de 10 de enero, por la que se da nueva redacción al artículo 16 de la Ley del Registro Civil que decía así: *"La inscripción de los nacimientos dichos pueda hacerse, bien en el Registro del lugar en que se producen, bien en el del domicilio o residencia habitual de los padres cuando fueren distintos de aquél y los tuvieren en España [...] Los nacimientos, matrimonios y defunciones se inscribirán en el Registro Municipal o Consular del lugar en que acaecen. Si se desconoce dicho lugar, la inscripción de nacimiento o defunción se hará en el Registro correspondiente a aquél en que se encuentre el niño abandonado o el cadáver. Será Registro competente para la inscripción de los ocurridos en el curso de un viaje, el del lugar en que se dé término al mismo. Si se tratare de fallecimiento, el del lugar donde haya de efectuarse el enterramiento o, en su defecto, el de primera arribada"*. El presente documento abarca desde el año 1900 hasta el año 1993 porque en el BOE núm. 141, de 14 de junio de 1994; pág. 18537 apareció la Orden de 6 de junio de 1994 sobre supresión del dato relativo a la causa de la muerte en la inscripción de defunción, pues la Orden de 24 de diciembre de 1958 aprobó, entre los modelos oficiales del Registro Civil, el impreso número 3 de la inscripción de defunción en el cual consta, como uno de los datos de la misma, la causa inmediata y fundamental de la muerte, pero la publicación y divulgación de la causa de ésta puede en ocasiones atentar a la intimidad personal y familiar si por cualquier motivo la

expresión de dicha causa lleve en sí misma connotaciones negativas. Pero el BOE núm. 252, de 21 de octubre de 1994; págs. 32948 y 32949, publicó la ORDEN de 13 de octubre de 1994 por la que se modifica la de 6 de junio de 1994 sobre la supresión del dato relativo a la causa de la muerte en la inscripción de defunción, con la finalidad de evitar intromisiones en la intimidad personal y familiar, la Orden del Ministerio de Justicia e Interior de 6 de junio de 1994, suprimió la causa de la muerte como dato que deba constar en las inscripciones de defunción. Años más tarde, y por la Orden JUS/1468/2007, de 17 de mayo, sobre impulso a la informatización de los registros civiles y digitalización de sus archivos (BOE núm. 128, de 29 de mayo de 2007; págs. 23284 a 23290). Por los motivos anteriormente expuestos, esta investigación está cerrada temporalmente en el año 1993. Hasta esta fecha sí aparecían reflejados las causas de fallecimiento en las correspondientes actas. A partir de esta fecha y por la posible intromisión en la intimidad personal y familiar, desapareció tal dato fundamental de análisis, comparación, evolución... de la vida en una determinada comunidad y en un determinado vector temporal.

Expreso las más sinceras gracias a las personas que han accedido a mis pretensiones investigadoras y han tenido la paciencia de aguantarme durante muchos días a lo largo de varios años consultando los libros de defunciones. En el caso que me ocupa en Cáceres a Miguel Vicente Gómez González y compañeros: Moisés Bermejo Pacheco, Jesús Díaz Doncel, Carmela Ramos Durán, Sofía Martín Mangas, María Antonia Rojo Fernández, Inmaculada Calero Blázquez y Manuela Martínez Navarrete. No puedo olvidarme de Sofía Ramajo Ávila, que durante todo este tiempo me ha permitido dedicarme a "mis cosas" sustrayendo para este fin un tiempo valioso de nuestra vida en común. Igualmente debo hacer constar mi sincera gratitud al Dr. D. Juan Antonio Muñoz Muñoz por poner a mi disposición su conocimiento, su experiencia, su paciencia y su formación en el área de salud y más en concreto en este apartado de la medicina histórica.

2. Población de Cáceres (1842-2011) según los censos de población

La población de Hecho y de Derecho de la localidad de Cáceres, según los datos que obran en el INE (Instituto Nacional de Estadística) y recogida en los correspondientes censos municipales ha sido la siguiente:

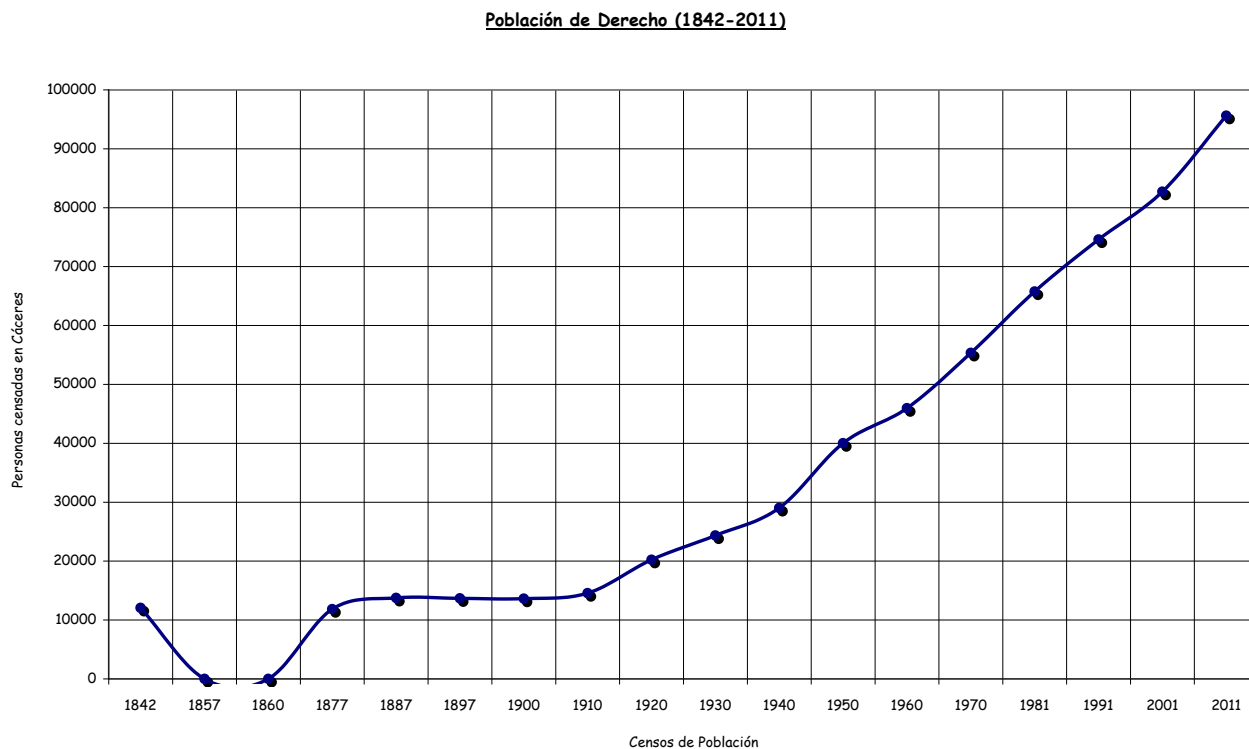
Tabla 1 - Censos de población de Cáceres (1841-2011. Evolución de la población de Hecho y de Derecho. A partir del censo de 2001, la población que aparece es la población «residente», equivalente a la de «derecho»

<i>Censos de Población (1842 – 2011) de Cáceres «Población de Hecho y de Derecho». Evolución</i>		
	<i>Población de Hecho</i>	<i>Población de Derecho</i>
1842	N.D.	12052
1857	14795	N.D.
1860	13466	N.D.
1877	14816	11847
1887	14880	13749
1897	15433	13665
1900	16933	13617
1910	17910	14562
1920	23563	20218
1930	25869	24352
1940	39392	29030
1950	45429	40009
1960	48005	45960
1970	56064	55341
1981	71852	65758
1991	84319	74589
2001	N.D.	82716
2011	N.D.	95616

N.D.: Datos no disponibles

En la figura 1 que a continuación aparece se observa cómo ha ido evolucionando la población en la comunidad de Cáceres desde el censo poblacional de 1842 hasta el de 2011.

Figura 1 - Población de Derecho de Cáceres desde el censo de 1842 hasta el de 2011



La población de Cáceres, como capital de la provincia ha mantenido su progresión constante en el siglo XIX y en el XX. La localidad crece como foco de atención laboral, administrativo, sanitario y político de la provincia del norte de Extremadura.

3. Personas fallecidas en Cáceres. Temporalización

Las personas fallecidas en la localidad de Cáceres desde el día 01 de enero de 1900 hasta el día 31 de diciembre de 1993, con el filtro de factor sexo, han sido cincuenta mil setecientos treinta y tres, a las que he dividido de la siguiente manera para su estudio detallado en la tabla 2:

Tabla 2 - Hombres y Mujeres fallecidas Cáceres en las dos mitades del siglo XX

<i>Sexo</i>	<i>1900-1949</i>	<i>1950-1999</i>	<i>Total</i>
Hombres	15798	11951	27749 (54,69%)
Mujeres	12708	10276	22984 (45,30%)
Total	28506	22227	50733

Según los datos de defunciones de esas 50733 personas, ¿cuántas eran hombres y cuántas eran mujeres? Han fallecido un 9,39% más de hombres (54,69%) que de mujeres (45,30%). A continuación (tabla 3) se cita la temporalización de las cincuenta mil setecientas treinta y tres personas fallecidas desde 1900 hasta 1993 en la localidad dividiéndolas por décadas:

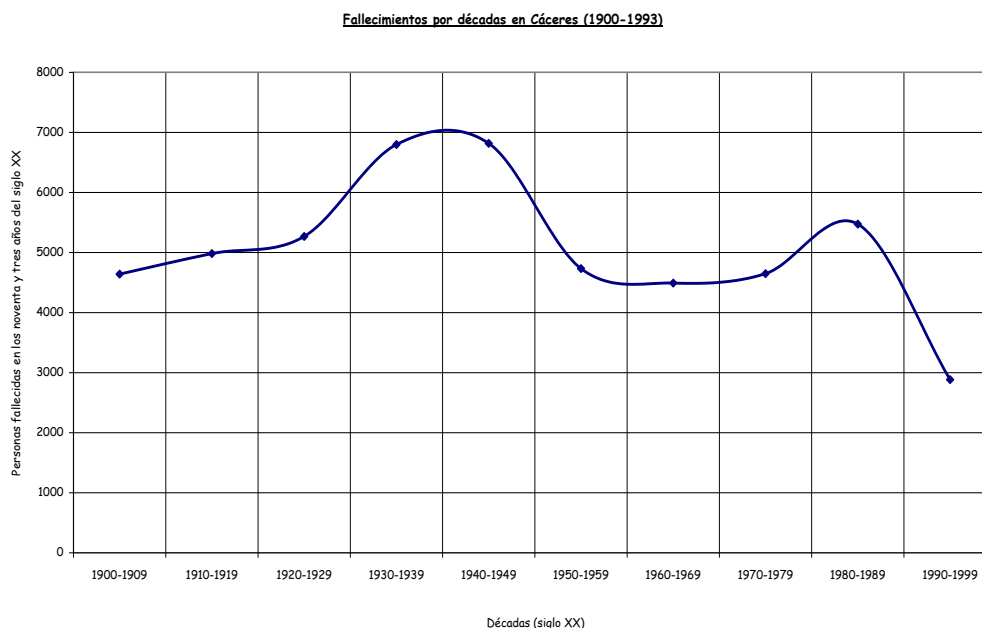
Tabla 3 - Número de personas fallecidas y porcentaje correspondiente por décadas en la localidad

<i>Temporalización</i>	<i>Personas fallecidas</i>	<i>Porcentaje (%)</i>
1900-1909	4640	9,145921
1910-1919	4983	9,822009
1920-1929	5268	10,38377
1930-1939	6798	13,39956
1940-1949	6817	13,43701
1950-1959	4732	9,327262
1960-1969	4491	8,852226
1970-1979	4648	9,16169
1980-1989	5472	10,78588
1900-1999	2884	5,684663

50733

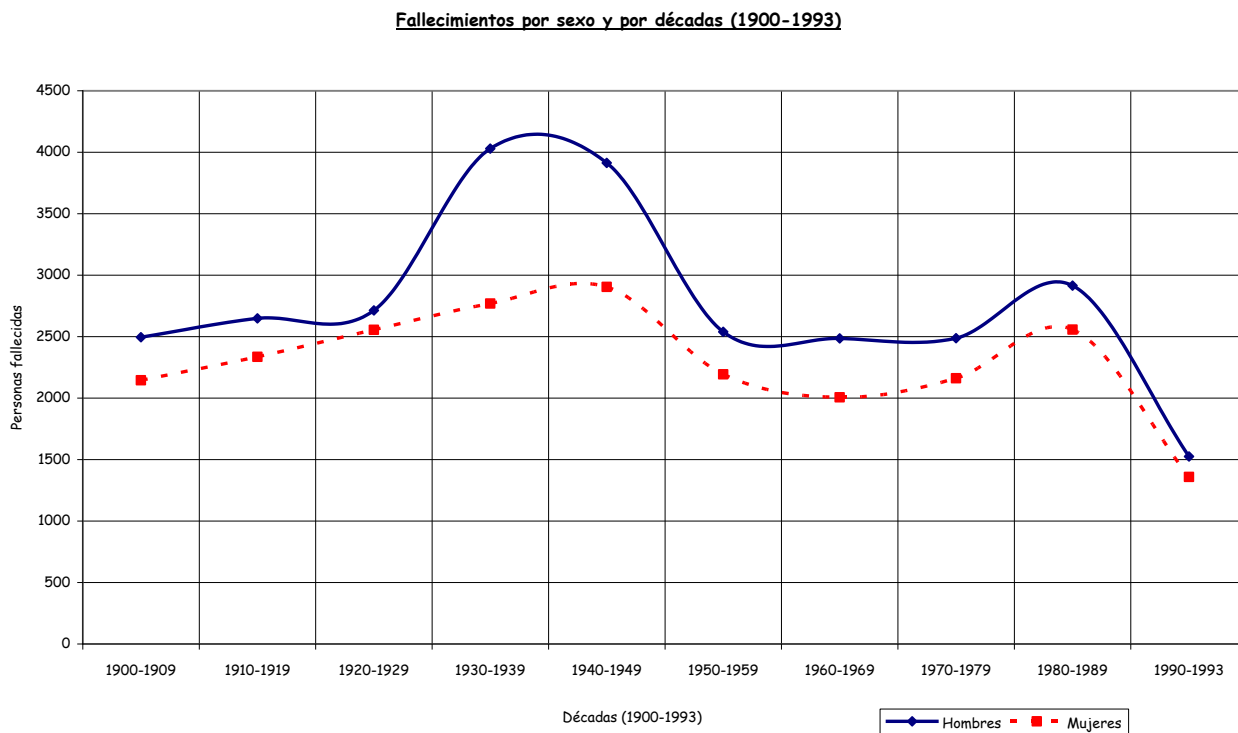
Tal y como se refleja en la figura 2 ("Fallecimientos por décadas") y en la figura 3 ("Fallecimientos por sexo y por décadas") que se muestra:

Figura 2 - Fallecimientos por décadas (1900-1993)



En la década de los años diez hay un ligero apunte como consecuencia de la pandemia de gripe. Entre 1930 y 1949 se ha producido un número considerable de defunciones en Cáceres como consecuencia de la guerra fratricida nacional y los años consiguientes de la postguerra. Hay que tener en cuenta que en los libros de defunción aparecen inscritas las numerosas personas que fueron asesinadas en la localidad y en sus alrededores como consecuencia de la limpieza política llevada a cabo tras la victoria rebelde en el alzamiento nacional. Entre los años cincuenta y setenta y nueve se estabiliza el número de muertes aunque la población cacereña va en aumento. A partir de 1980 y en los años sucesivos, al haber más población, hay un más elevado número de fallecimientos.

Figura 3 - Fallecimientos por sexo y por décadas (1900-1993)



Siguiendo con la clasificación por décadas, se observa que ha habido períodos de tiempo en la historia cacereña en los que la muerte ha sido selectiva y ha incidido más en hombres que en mujeres, tal y como se visualiza en la figura 4, donde en las dos décadas (1930-1939 y 1940-1949) hay una diferencia considerable en la sustracción matemática entre el sexo masculino y el sexo femenino.

Figura 4 - Diferencias entre las personas fallecidas por sexo y por décadas (1900-1993)



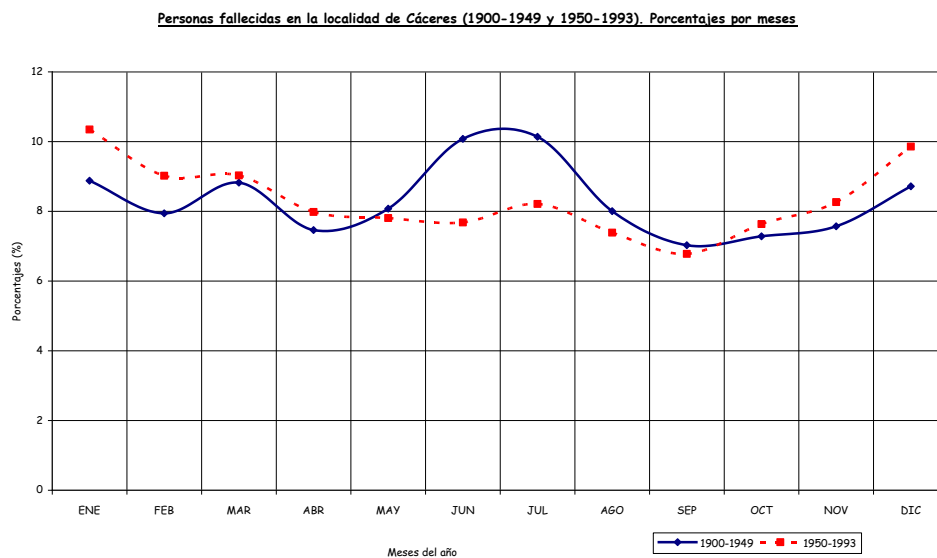
Con la misma temporalización anual, los datos sobre los meses de los fallecimientos de las personas (hombres y mujeres) en la localidad en los años de referencia (tabla 4), son los siguientes:

Tabla 4 - Fallecimientos por meses del año y en las dos mitades del siglo XX en valores porcentuales

Meses	Personas fallecidas (Porcentaje)	1900-1949 (Porcentaje)	1950-1993 (Porcentaje)
Enero	9,52240159	8,87883253	10,3477752
Febrero	8,41464136	7,94218761	9,02056058
Marzo	8,91333057	8,82270399	9,02955864
Abril	7,68927523	7,46158703	7,98128402
Mayo	7,95734532	8,07549288	7,80582175
Junio	9,02765458	10,0785799	7,67984883
Julio	9,29375357	10,1382165	8,21073469
Agosto	7,73461061	8,00533221	7,38741171
Septiembre	6,91857371	7,02659089	6,78004229
Octubre	7,43697396	7,28267733	7,63485851
Noviembre	7,87455897	7,57033607	8,26472308
Diciembre	9,21688053	8,71746299	9,85738066
	100,00	100,00	100,00

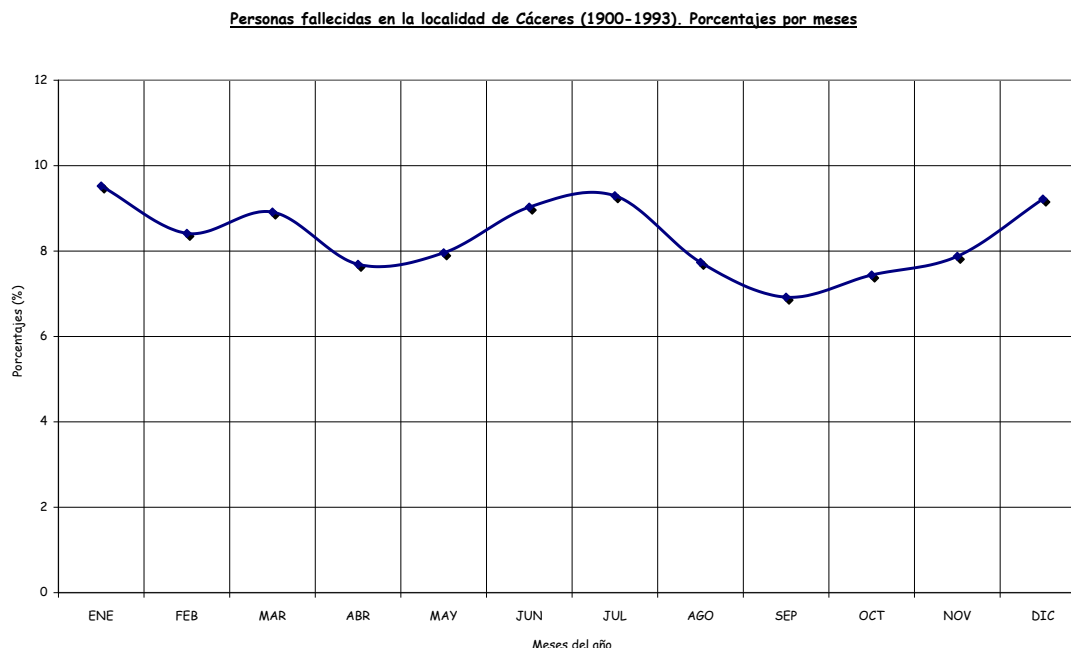
Los datos anteriores (tabla 4) quedan reflejados en la siguiente figura 5...

Figura 5 - Personas fallecidas en Cáceres por meses del año en las dos mitades del siglo XX. Valores porcentuales



Si juntamos en una sola figura (6) los porcentajes de las dos variables (1900-1949 y 1950-1993), obtengo una visión general sobre los meses en los que han fallecido las personas en Cáceres en el siglo XX (hasta el año 1993).

Figura 6 - Fallecimientos en los distintos meses del año, sin distinción de sexo y en valores porcentuales



De su observación se desprende que el mes de junio y, de forma más relevante el mes de julio (verano), son los meses que se ha cobrado más defunciones en la historia de la localidad, sin olvidar los meses de diciembre y de enero, meses fríos por antonomasia.

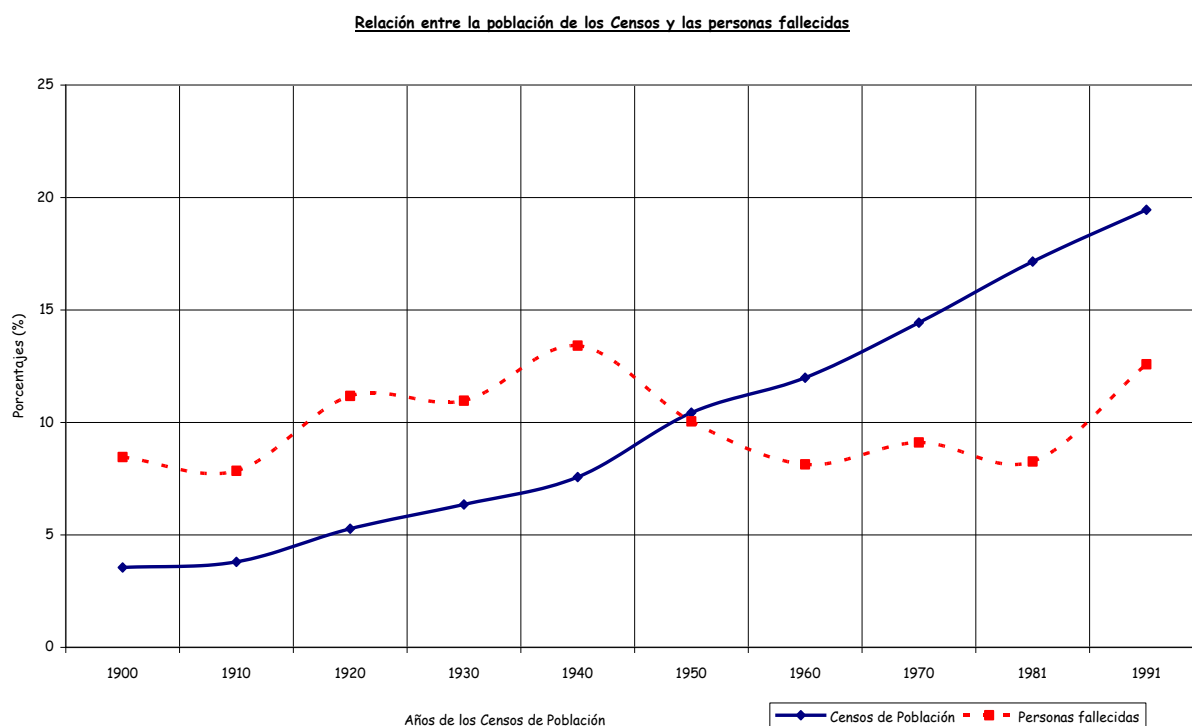
Por último, he creído conveniente comparar la población y los fallecimientos en los años censales. La población de Derecho de Cáceres, según los datos que obran en el INE (Instituto Nacional de Estadística) y la población fallecida en la localidad recogida en los libros de actas de defunciones del registro civil ha sido y es la siguiente:

Tabla 5 - Relación entre la Población de Derecho y las personas fallecidas los años censales

<i>Años Censales en el siglo XX</i>										
	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Población de Derecho	13617	14562	20218	24352	29030	40009	45960	55341	65758	74589
Personas fallecidas	470	436	621	609	745	558	452	506	459	699

Si los valores de la tabla 5, los convierto en porcentajes para un mejor estudio detallado, aparecen en la figura 7.

Figura 7 - Relación entre los Censos de Población y las personas fallecidas los años censales. Valores porcentuales



Se observa que la población de Cáceres ha aumentado progresivamente y que los fallecimientos han sido relativamente altos en la gran primera crisis demográfica (gripe de 1918 y 1919) en la segunda gran crisis demográfica (años 40) al concluir la guerra fratricida en España, teniendo el hambre como denominador común. El ascenso de la mortalidad en 1991 es por "ley de vida": a más población, más defunciones.

4. Edades de las personas fallecidas

Otro factor a tener en cuenta en el estudio de los fallecimientos en la localidad es la edad de las personas muertas. En la tabla 6 se aprecia la edad de fallecimiento tanto de hombres

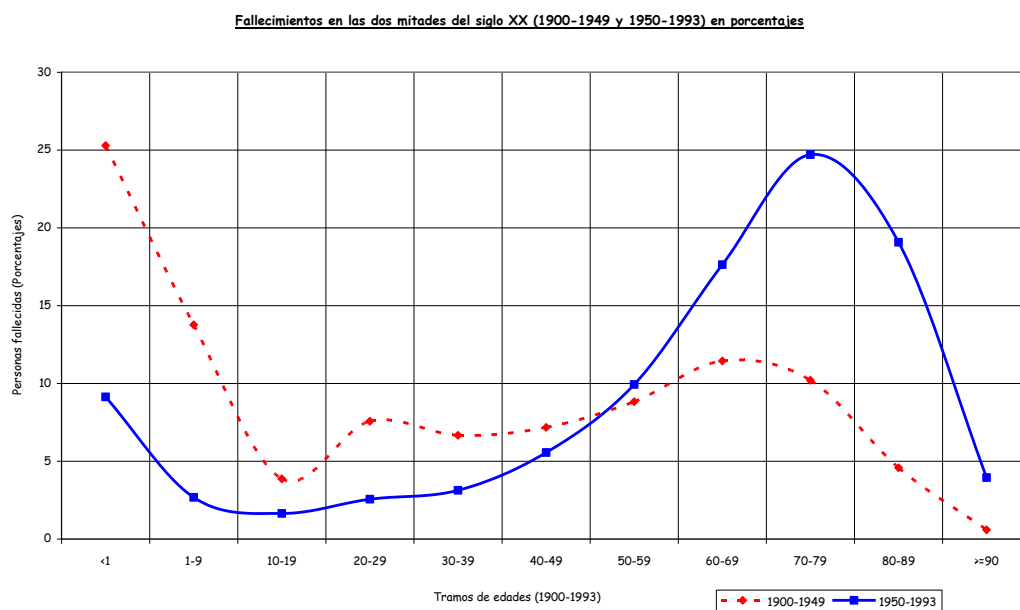
como de mujeres por separado en los años de la horquilla cronológica de investigación (1900 - 1993).

Tabla 6 - Fallecimientos por tramos de edades en las dos mitades del siglo XX y en el sexo, en porcentajes

<i>Edades</i>	<i>Cáceres</i>			
	<i>1900-1949</i>	<i>1950-1993</i>	<i>Hombres</i>	<i>Mujeres</i>
<1	25,28759969	9,13714723	18,44274043	18,0984618
1-9	13,76949679	2,67812936	8,32736133	9,601953811
10-19	3,867598278	1,642886078	2,966891214	2,785037919
20-29	7,56934152	2,556600801	6,356600258	4,280389048
30-39	6,669489731	3,132736193	5,672208686	4,537469472
40-49	7,17764133	5,558806319	7,861545077	4,884528043
50-59	8,832662856	9,933834451	11,42683102	6,842623934
60-69	11,44752629	17,63514426	15,54751326	12,48125455
70-79	10,20537794	24,70630598	15,16769385	18,10274648
80-89	4,580422048	19,07098168	7,349147198	14,94922662
>=90	0,592843532	3,947427645	0,88146768	3,436308325

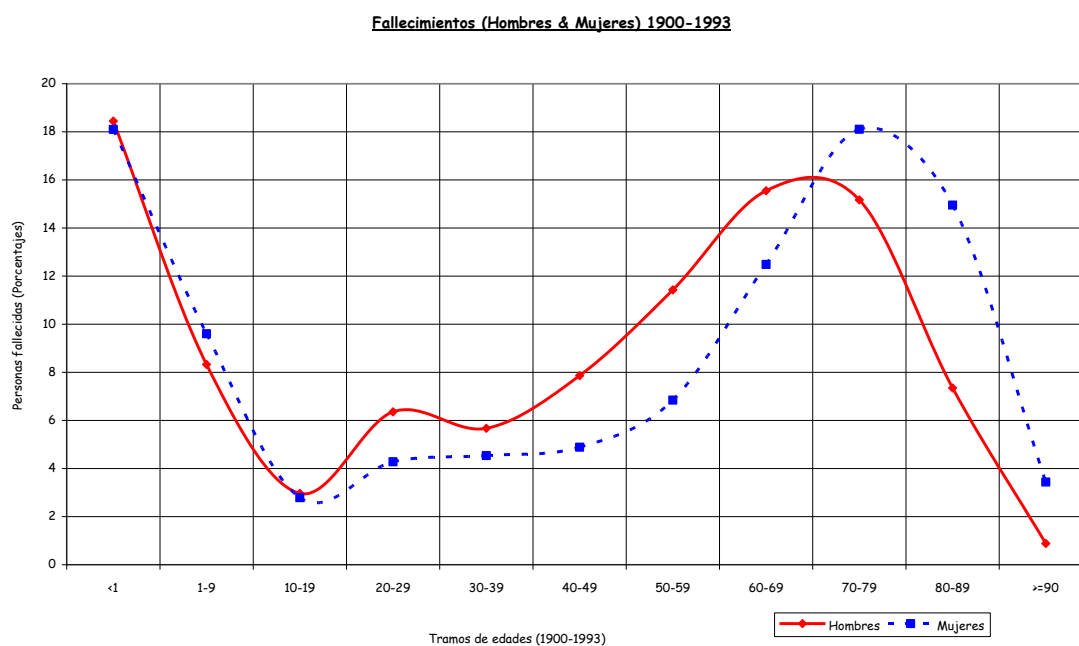
En esta otra figura 8, y a modo de conclusión, muestro la edad global de fallecimiento sin distinción de sexo en los años, pero especificando las dos variables objeto de estudio en el siglo XX: 1900-1949 y 1950-1959.

Figura 8 - Fallecimientos por tramos de edades en las dos mitades del siglo XX: 1900-1949 y 1950-1993, en porcentajes



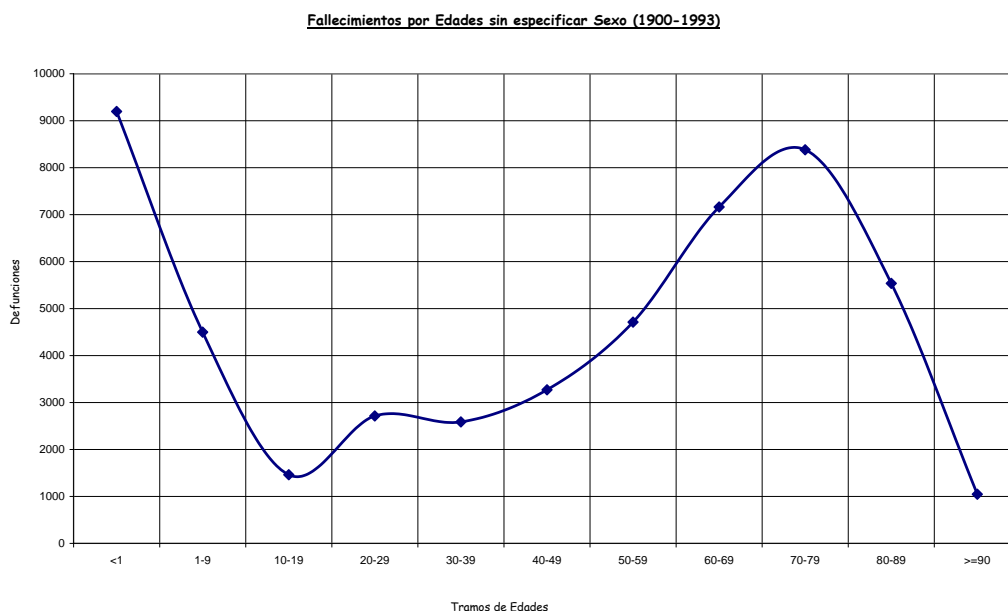
Para expresar lo más claro posible las edades de las personas fallecidas, es necesario conocer cómo se distribuyen esos óbitos en función del sexo (hombres y mujeres), tal y como se muestra en la figura 9.

Figura 9 - Fallecimientos por tramos de edades especificando sexo de los difuntos en porcentajes



A continuación, reflejo en la figura 10 los datos de las 50733 personas fallecidas sin distinción de sexo y en función de los valores cuantitativos que aparecen en la tabla 6.

Figura 10 - Fallecimientos por tramos de edades sin especificar sexo: 1900-1993



4.1 Fallecimiento de personas menores de 10 años

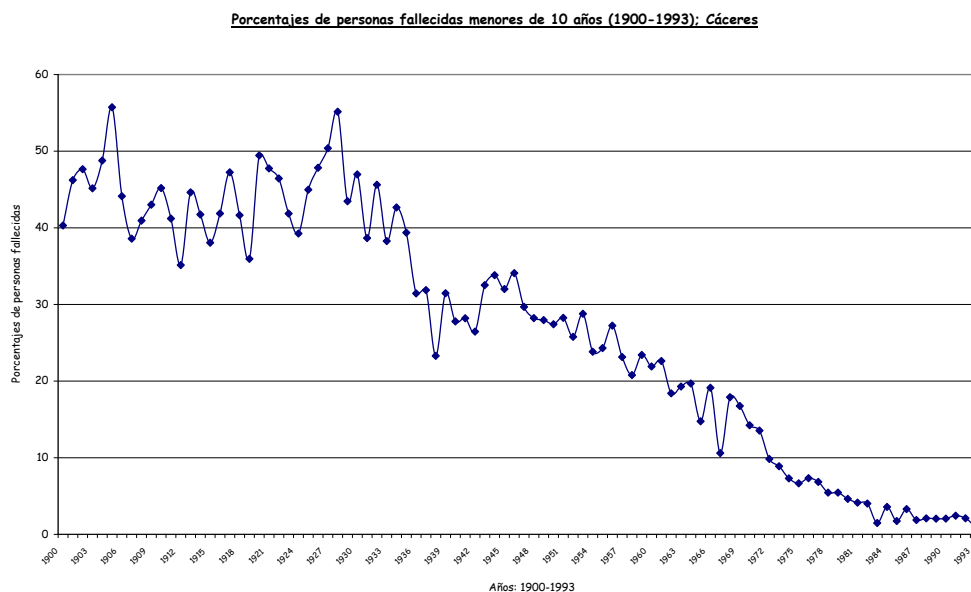
Dentro del estudio de las edades de fallecimiento, es necesario comprobar cómo ha evolucionado la muerte en los niños y en las niñas menores de 10 años a lo largo de los 93 años tomados como vectores temporales de referencia. En la tabla (7) y las dúas figuras (11 y 12) expreso la evolución de este tipo de fallecimiento haciendo constar -en uno- en el eje de abscisas los años (desde el 1900 hasta el 1993) y en el otro, las décadas; en ambos casos expresados en valores porcentuales.

Tabla 7 - Número niños y de niñas fallecidas menores de 10 años en porcentaje (1900-1993)

<i>Niños y Niñas menores de 10 años</i>	
<i>Temporalización</i>	<i>Porcentaje (%)</i>
1900-1909	13,87
1910-1919	16,49
1920-1929	17,97
1930-1939	17,56
1940-1949	14,91
1950-1959	8,79
1960-1969	5,95
1970-1979	2,91
1980-1989	1,11
1900-1999	0,39

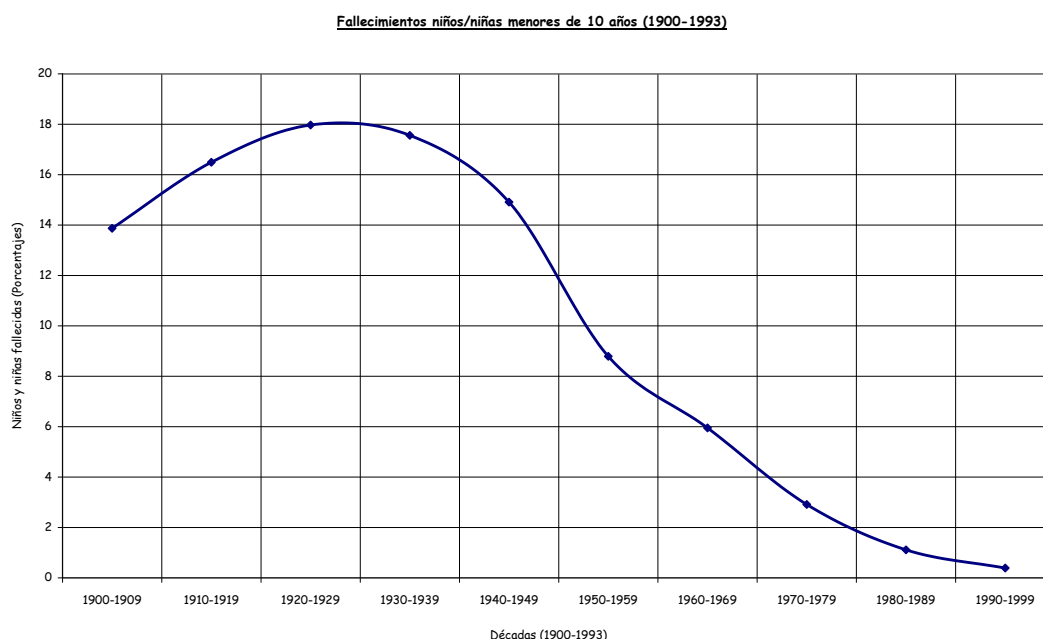
Los datos de la tabla nº 7 se visualizan en la figura 11 de líneas, con el eje de abcisas representando los noventa y tres años y en el eje de ordenadas valores porcentuales, apareciendo una línea descendente según avanzaba el siglo XX.

Figura 11 - Evolución del porcentaje de las niños y de las niñas menores de diez años fallecidos en Cáceres por años (1900-1993)



Esos mismos valores (figura 12) se representan por décadas en el eje de abscisas y datos porcentuales en el eje de ordenadas, apreciándose otra forma de comprobar la evolución de descenso en la mortalidad infantil.

Figura 12 - Evolución del porcentaje de las niños y de las niñas menores de diez años fallecidos en Cáceres por décadas (1990-1993)



5. Estado civil de las personas fallecidas

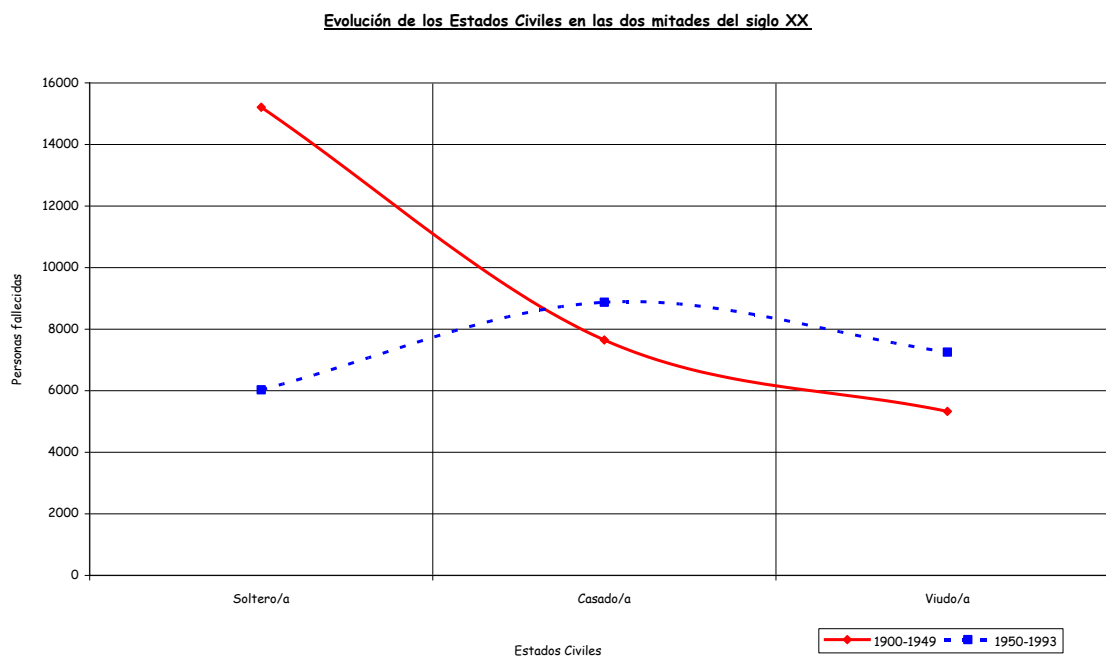
Otra variable que sirve para seguir profundizando en la intrahistoria de la muerte en Cáceres, son las personas que han fallecido en función del estado civil que tenían en el momento del óbito. En la tabla (8) y en la figura (13) se aprecian los valores absolutos y porcentuales:

Tabla 8 - Estado Civil de las personas fallecidas con expresión porcentual

	1900-1993	Porcentaje (%)
Soltero/a	21239	41,86427
Casado/a	16518	32,55869
Viudo/a	12580	24,79648
Otros	17	0,033509
Desconocido	379	0,747048
	50733	100

Se observa en el porcentaje de personas fallecidas según su estado civil, siendo más numeroso el de «solteros/as» (41,86%), seguido por «casados/as» (32,55%) y a «viudos/as» (24,79%). En el apartado de «Otros» he incluido las opciones de "separados/as" y de "divorciados/as".

Figura 13 - Evolución de los Estados Civiles de las personas fallecidas en Cáceres en las dos mitades del siglo XX



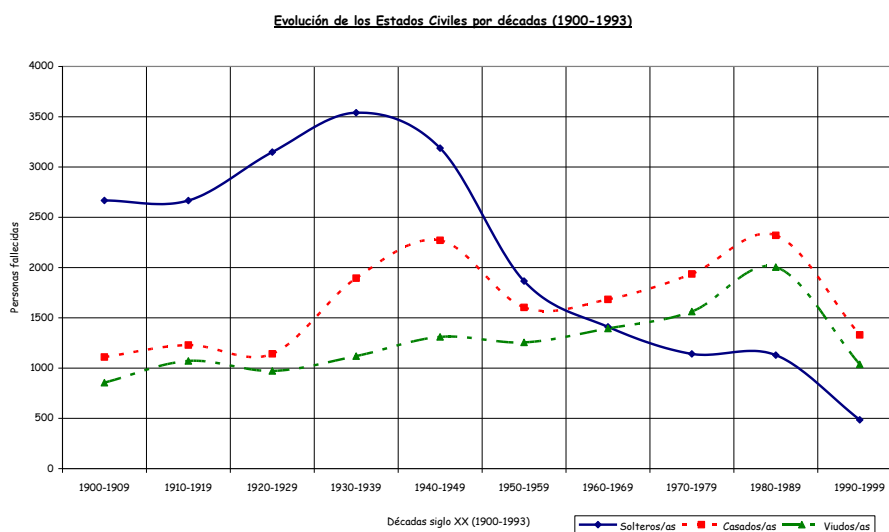
En la tabla 9 se visualiza cuál ha sido la trayectoria del sexo de las personas fallecidas y la relación que tenían con el estado civil en la localidad de Cáceres. Es necesario puntualizar que únicamente he tomado los valores correspondientes a las variables de «soltero/a», «casado/a» y «viuda/a», eliminando aquellos datos que hacen referencia al apartado de «no sabe/no contesta/se ignora» (NS/NC/SI) y de «separados/as-divorciados/as» (Otros):

Tabla 9 - Fallecimientos por décadas del siglo XX en valores porcentuales

<i>Décadas</i>	<i>Solteros/as (Porcentajes)</i>	<i>Casados/as (Porcentajes)</i>	<i>Viudos/as (Porcentajes)</i>
1900-1909	12,55709	6,719942	6,796502
1910-1919	12,55238	7,440368	8,513514
1920-1929	14,82179	6,91367	7,72655
1930-1939	16,66745	11,46628	8,895072
1940-1949	15,01012	13,74864	10,41335
1950-1959	8,781016	9,704565	9,984102
1960-1969	6,638731	10,18888	11,08108
1970-1979	5,372193	11,72055	12,41653
1980-1989	5,315693	14,04528	15,93005
1990-1999	2,283535	8,051822	8,243243
	100,00	100,00	100,00

En la figura 14 he optado por unificar los datos obtenidos en porcentajes para comprobar cómo ha ido evolucionando, en claro descenso y retroceso, las defunciones de las personas solteras y cómo ha aumentado las casadas y viudas en los noventa y tres años.

Figura 14 - Evolución de los Estados Civiles de las personas fallecidas en Cáceres en las diez décadas del siglo XX en porcentajes



Para concluir, he querido extraer las siguientes conclusiones sobre la evolución de los fallecimientos de los hombres y de las mujeres en función de los tres estados civiles más relevantes: «soltero/a»; «casado/a» y «viudo/a»:

- ✓ En Cáceres, los «solteros/as» han fallecido más hasta la finalización de la primera mitad del siglo XX, donde se aprecia claramente un descenso significativo de los niños y de las niñas que morían a edades tempranas.
- ✓ Los solteros en los años de referencia, vivían todos en la casa de los padres y superaban, con mucho, a los casados y a los viudos que, por lo general, vivían con los hijos, bien porque esos eran pequeños bien porque el viudo era viejo y vivía con el hijo casado con hijos; es decir, la «*regla de las tres generaciones*» que existía en aquella época: en la casa siempre había tres generaciones: abuelo, hijo y nieto; cuando el abuelo moría, el hijo pasaba a abuelo y el nieto a padre, apareciendo una nueva generación.
- ✓ En la década de los años cincuenta los fallecimientos de los tres estados civiles se igualan como consecuencia de los cambios demográficos que van unidos a las nuevas perspectivas sociosanitarias que van apareciendo en España después del período negro de la postguerra. A partir de los años sesenta, se ve claramente que los óbitos de las personas solteras

descienden claramente como consecuencia de los avances de la medicina, del control de las variables extrañas y peligrosas del entorno y del nivel de vida que a partir del boom económico de los años sesenta se aprecia en España. Por el contrario, cada vez hay más personas que fallecen teniendo como estado civil el de "casados" y el de "viudos".

Cáceres ha pasado de una alta mortalidad infantil y juvenil en los últimos años del siglo XIX y comienzos del siglo XX, a ser prácticamente nula en las últimas décadas del siglo XX y primeras décadas del siglo XXI. Esta mortalidad se ha desplazado a edades más avanzadas. El descenso de la mortalidad (Gómez Redondo, 1985) se ha debido, entre otras causas, a una mejora sustancial de las condiciones de vida, una disminución de los vectores derivados de una inadecuada alimentación en cuanto a cantidad, digeribilidad y dosificación, y a las medidas de intervención como desecación de charcas y pozos o a la reconversión o diseño de espacios de agua estancada e insalubre. A esto se puede unir mejoras en la higiene tanto personal como pública, un constante y continuo desarrollo en materia higiénico sanitaria, la ampliación y extensión de la red sanitaria en el ámbito rural y la asistencia médico-ambulatoria-sanitaria. Otros factores a tener en cuenta es la mejora en el abastecimiento de aguas a la población, el alcantarillado, el encauzamiento de aguas fecales y la adopción de medidas de higiene públicas a cargo de las instituciones políticas y administrativas competentes. En la segunda década del siglo XX, lo único que existía era la aspirina como antitérmico y analgésico pero carece de importancia en la evolución de la gripe; por otra parte, los pacientes solían morir de complicaciones infecciosas pulmonares (no había nada que hacer pues no había antibióticos ni sulfamidas) o fallos multiorgánicos. A partir de los años cuarenta, con los avances médico sanitarios, el acceso a las sulfamidas y antibióticos, la intervención médica sin distinción de sexo y la mentalidad más acorde con el transcurso de los años, han hecho posible que el descenso de la mortalidad se haya convertido en un hecho significativo, relevante e imparable.

6. Lugares de defunción

El lugar de defunción de las personas fallecidas en los noventa y tres años en Cáceres es otro factor importante para conocer cuáles fueron las tradiciones funerarias imperantes en la época en función de la mentalidad de cada persona y de cada familia a la espera de la llegada de la muerte, de la gravedad de la causa fundamental del futuro óbito y de las posibilidades

económicas del entorno parental (Tabla 10). De los datos obtenidos se observa que el 61,43% (61 de cada cien) de las personas registradas, fallecían en sus respectivos domicilios en los entornos vivenciales próximos, seguidos del hospital ubicado en la localidad (13,93%: 13 de cada cien). Lo que se ignora es el número de hombres y de mujeres que, procedentes de estos centros sanitarios, regresan a sus respectivos domicilios ya desahuciados de la medicina a uso, muy limitada en cuanto a conocimientos y remedios más o menos eficaces.

Tabla 10 - Lugares donde fallecían las personas en las dos mitades del siglo XX, en porcentajes

<i>Lugares</i>	<i>1900-1949 Defunciones</i>	<i>1950-1993 Defunciones</i>	<i>Totales</i>	<i>Porcentuales</i>
Domicilio (D)	18694	12472	31166	61,43142
Casa Cuna (CC)	1953	244	2197	4,330515
Hospital Provincial (HP)	4724	2348	7072	13,93964
Seguridad Social (RS)	0	2892	2892	5,700432

Es lógico suponer que casi todas las personas fallecían en sus domicilios (61,43%) rodeadas de sus familiares y en un ambiente de espera de la muerte sin poder hacer nada al libre albedrío de la diosa Naturaleza, de la madre Tierra o del Dios espiritual personal, aunque sí rodeados del calor de los ascendientes y descendientes.

Para comprobar cómo ha evolucionado los lugares de fallecimiento a lo largo del siglo XX en la localidad de Cáceres, he reflejado en valores porcentuales cuatro variables: "Domicilio"; "Hospital Provincial"; "Casa Cuna" y "Sanidad Pública" en las dúas figuras correspondientes a 1900-1949 (15) y 1950-1993 (16) y años tras año.

Figura 15 - Lugares donde fallecían las personas en la primera mitad del siglo XX: 1900-1949

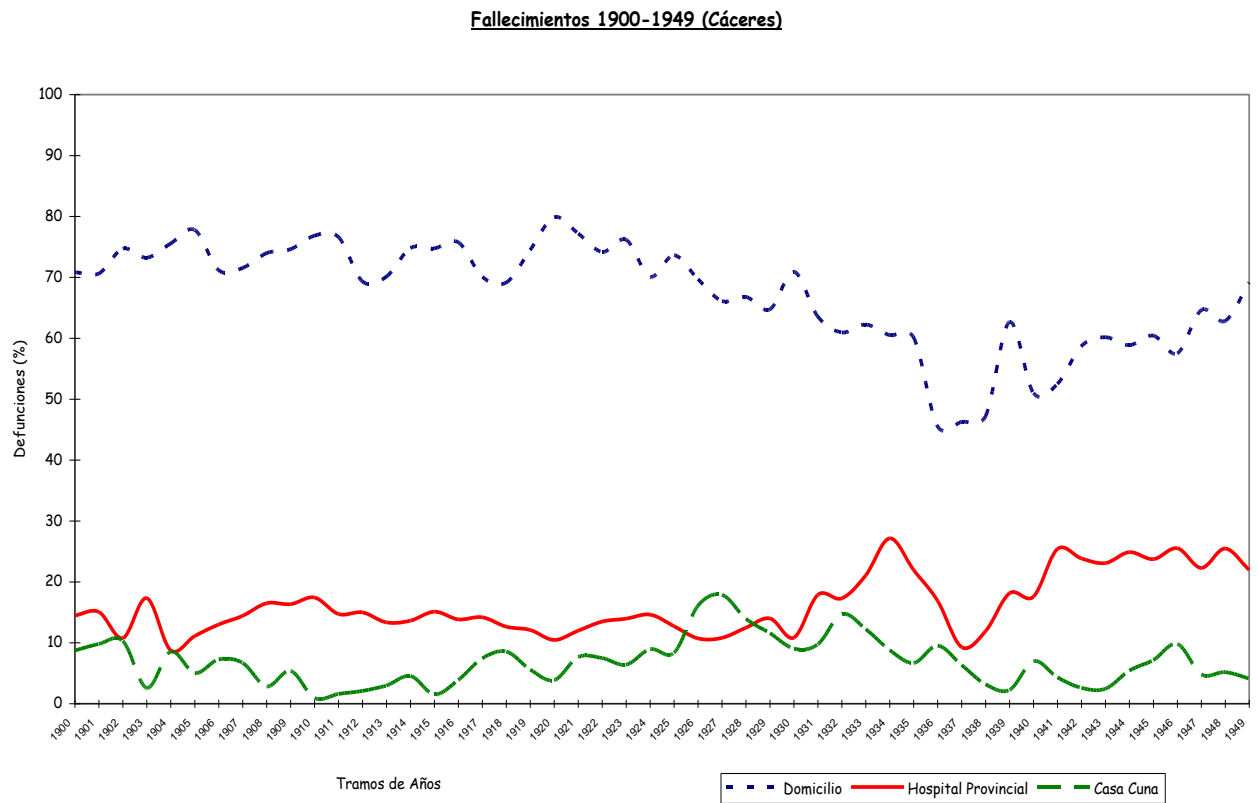
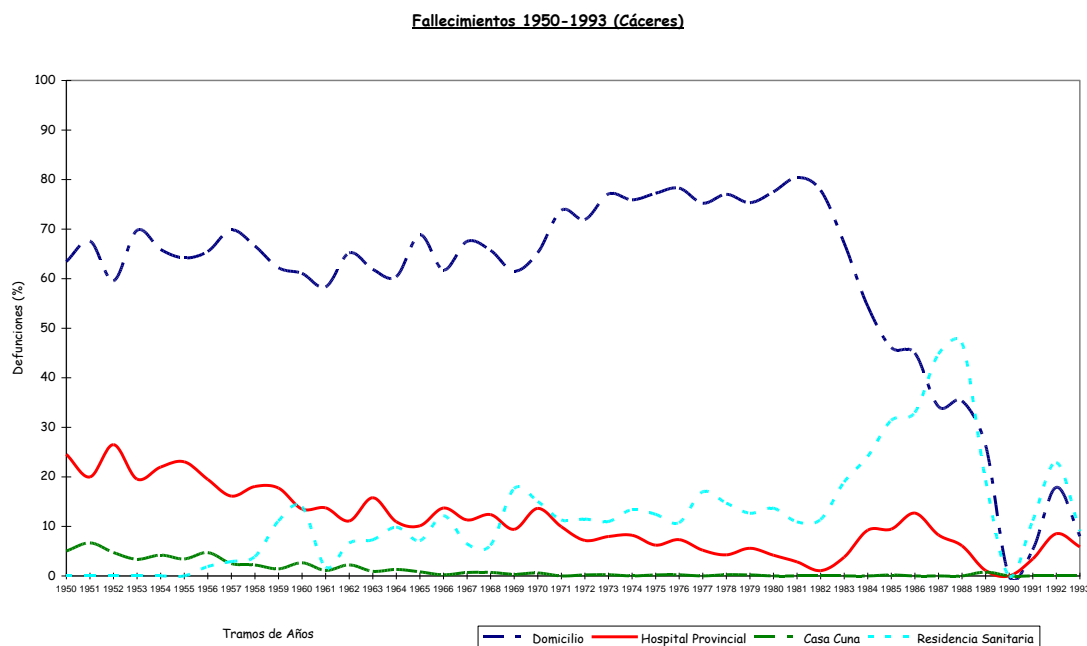


Figura 16 - Lugares donde fallecían las personas en la segunda mitad del siglo XX: 1950-1993



Después de las personas que fallecían en sus respectivos domicilios y en el hospital provincial, les sigue las personas que fallecieron en un establecimiento sanitario público (5,70%: 5 de cada cien) al concluir el tratamiento acorde con su tiempo y su enfermedad. Esto se aprecia a partir de la década de los años cincuenta, que es cuando se pudo en funcionamiento la "residencia sanitaria" en Cáceres. Los niños depositados en la Casa Cuna y en el Hospicio local también sufrían muchas pérdidas (4,33%: 4 de cada cien) ocasionadas por un ambiente hostil, una alimentación deficiente y un calor afectivo limitado a personas o matronas contratadas por las instituciones públicas asistenciales de la época. Si esto sucedía en los primeros meses y años de vida, en la última etapa del periodo cronológico vivencial, desahuciados de la vida social, afectiva y sanitaria.

Conclusiones

De un análisis pormenorizado de las variables cuantitativas y cualitativas se extraen las siguientes conclusiones:

1. La década de 1950-1959 supone un crecimiento de las personas que fallecían en la Residencia Sanitaria, con su diversa terminología y un

descenso de las personas que morían en el Hospital Provincial. Una opción era nueva en infraestructura (contenido y continente) y otra se mantenía a lo largo del tiempo en la capital cacereña.

2. Las personas menores de diez años que fallecían en la "Casa Cuna" descendió hasta desaparecer en la década de los años sesenta porque este tipo de institución de beneficencia y de recogida de menores, no tenían ya cabida en la mentalidad humana de los cacereños (como habitantes de la provincia de Cáceres en sus diferentes localidades) del último cuarto del siglo XX. Y si había algún caso de este tipo, en los últimos años de la dictadura del general Franco y en los primeros años de la Democracia, se promulgaron leyes para la asistencia de niños/as con problemas de abandono en centros especializados y en familias de acogida.
3. Se ha producido un elevado número de fallecimientos en niños/as menores de un año como consecuencia de todo un entorno social adverso ante cualquier enfermedad en la vida de este tipo de seres humanos.
4. Se producen menos fallecimientos en el tramo de edad que se extiende desde 1910 a 1919, en plena juventud de los cacereños y en personas mayores o iguales a 90 años, porque quedan muy pocas personas con esas características.
5. De los 20 a los 39 años se estabiliza el número de fallecimientos. A partir de ese tramo, ya va en aumento los óbitos, hasta llegar a los 70-79 años, que es cuando se producen un número considerable de muertes.
6. La esperanza de vida en los hombres fluctúa entre los sesenta y los setenta y nueve años de edad y la de las mujeres casi exclusivamente entre los setenta y los setenta y nueve años. Esto demuestra que las personas de sexo femenino viven casi una década más que las personas de sexo masculino.
7. Los efectos demográficos de las tres variables relacionadas directamente con el ciclo de la vida: natalidad, nupcialidad y mortalidad, llevó consigo, de forma global, pocos nacimientos porque los descendientes no se concibieron ya que no hubo matrimonios celebrados por la muerte de personas en tragedias individuales y colectivas. Los enlaces después de

recolección y de la venta de las cosechas descendieron porque la epidemia (pandemia) de gripe no fue selectiva en cuanto a sexo, al contrario que la Guerra Civil española que en un elevado porcentaje se llevó consigo al sexo masculino. La alta mortalidad y la baja natalidad provocó una nupcialidad muy reducida y, en muchos casos, con muchos problemas genéticos y vulnerables a cualquier enfermedad vírica y estacional.

8. En Cáceres, fueron múltiples los factores que atenuaron o disminuyeron el impacto de la epidemia; unos, como la concentración o densidad de la población, la cultura sanitaria existente en Extremadura y las defensas inmunológicas que se tenían contra la enfermedad, incidieron sobre la extensión del contagio; otros determinaron las probabilidades de muerte del individuo enfermo y, en una gran mayoría de las ocasiones, de la muerte de familias enteras. Entre estos últimos se encontraron el estado de salud, el grupo de edad y el nivel socioeconómico de los hombres y de las mujeres afectadas.

Bibliografía

Aguado Benítez, R. (2012): "La población extremeña en la década de los sesenta", en León Cáceres, G. e Hinojosa Durán, J. (coord.) (2012): *Extremadura e 1960 a 1975. Actas del VI Encuentro Historiográfico del Grupo de Estudios sobre la Historia Contemporánea de Extremadura*. Excma. Diputación de Badajoz, 209-232.

Bernabeu-Mestre, J.; Ramiro Fariñas, D.; Sanz Gimeno, A. y Robles González, E. (2003): "El análisis histórico de la mortalidad por causas. Problemas y soluciones", en *Revista de Demografía Histórica*. Vol. XXI, I. ADEH (Asociación de Demografía Histórica). CSIC (Centro de Ciencias Humanas y Sociales). Madrid, 167-193.

Blanco Carrasco, J. P. (1999): *Demografía, familia y sociedad en la Extremadura moderna (1500-1860)*. Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones. Cáceres.

Gómez Redondo, R. (1985): "El descenso de la mortalidad infantil en Madrid, 1900-1970", en *REIS (Revista Española de Investigaciones Sociológicas)*. Vol. 32/85. CIS (Centro de Investigaciones Sociológicas). Madrid, 191-139.

Marcos Arévalo, J. (1997): *Nacer, vivir y morir en Extremadura. (Creencias y prácticas en torno al ciclo de la vida a principios de siglo)*. Coedición Departamento de Publicaciones. Diputación Provincial de Badajoz. Editora Regional. Junta de Extremadura. Mérida (Badajoz).

Neila Muñoz, C. M. (2016): "La epidemia de gripe de 1918 y 1919 en la provincia de Cáceres (Extremadura)", comunicación presentada en el XI Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Cádiz, 21 a 24 de junio de 2016.

----- (2015): "Demografía contemporánea de Brozas (Estudio socio-antropológico: años 2000-2014)", en *Revista Aldehuela*, nº 194; año Noviembre-Diciembre, 2015. Asociación Cultural "Francisco Sánchez de las Brozas". Brozas (Cáceres), 12-13.

----- (2014): "La muerte en Garrovillas de Alconétar. Etnohistoria del silencio eterno (1900-1999)", comunicación presentada en las III Jornadas de Historias Locales de Extremadura. Garrovillas de Alconétar (Cáceres), 08 de junio de 2013. Excmo. Ayuntamiento de la localidad. En imprenta.

----- (2013): "Demografía histórica en Brozas (Cáceres). La muerte a través del Registro Civil (1981-2012)", en los *XLII Coloquios Históricos de Extremadura*. Trujillo (Cáceres), 23 a 29 de septiembre de 2013. Patrocina: Fundación 'Obra Pía de los Pizarro'. Organiza: 'A. C. Coloquios Históricos de Extremadura'. Trujillo (Cáceres), 425-453.

----- (2011): "Etnohistoria de la abandono. Los expósitos en los Registros Civiles (1871-1949). El caso de Trujillo", en los *LX Coloquios Históricos de Extremadura*. Trujillo (Cáceres), 19 a 25 de septiembre de 2011. Patrocina: Fundación 'Obra Pía de los Pizarro'. Organiza: 'A. C. Coloquios Históricos de Extremadura'. Trujillo (Cáceres), 389-411.

----- (2010): "Demografía contemporánea de Brozas (Estudio socio-antropológico: años 2000-2009)", en *Revista Aldehuela*, nº 160; año XXVII, Marzo-Abril, 2010. Asociación Cultural "Francisco Sánchez de las Brozas". Brozas (Cáceres), 14-15.

----- (2005): "Demografía contemporánea de Brozas (Estudio antropológico: años 2000-2004)", en *Revista Aldehuela*, nº 130; año XXVII, Marzo-Abril, 2005. Asociación Cultural "Francisco Sánchez de las Brozas". Brozas (Cáceres), 18-19.

Ramiro Fariñas, D. y Sanz Gimeno, A. (1999): "Cambios estructurales en la mortalidad infantil y juvenil española. 1860-1990", en *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*. Vol. XVII, I. ADEH (Asociación de Demografía Histórica). CSIC (Centro de Ciencias Humanas y Sociales). Madrid, 49-87.

Sanz Gimeno, A. (2001): "Infancia, mortalidad y causas de muerte en España en el primer tercio del siglo XX (1906-1932)", en *REIS (Revista Española de Investigaciones Sociológicas)*. Vol. 95/01. CIS (Centro de Investigaciones Sociológicas). Madrid, 129-154.

Sanz Gimeno, A. y Ramiro Fariñas, D. (2002): "La caída de la mortalidad en la infancia en la España interior, 1860-1960. Un análisis de las causas de muerte", en *Cuadernos de Historia Contemporánea*. Vol. 24. Universidad Complutense. Madrid, 151-188.

Realojamento e imigração dos hindus do Bairro do Armador (Lisboa): desafios da mobilidade e da integração

Alexandra Barreto

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, xana.barreto@gmail.com

Dulce Pimentel

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, dpimentel@fcsh.unl.pt

Jorge Malheiros

IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, jmalheiros@campus.ul.pt

Sumário: Esta comunicação apresenta os resultados de uma investigação que analisou o processo de realojamento e de integração do grupo hindu residente no bairro do Armador na zona oriental de Lisboa. O Programa Especial de Realojamento (PER), levado a cabo no município de Lisboa durante a década de 1990, permitiu o realojamento no Armador de população hindu, maioritariamente proveniente da Quinta da Holandesa. Entre setembro de 2013 e abril de 2015 foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com guião e produzido um diário de campo. Verificámos que a inserção dos hindus é um processo que tem sido positivo, embora persistam dificuldades que se prendem com a própria organização interna do grupo e do processo de diálogo institucional.

Palavras-chave: Bairro do Armador (Lisboa), Integração, População Hindu, Realojamento.

Abstract: This paper presents the results of an investigation that examined the process of resettlement and integration of the Hindu group resident in the Armador neighborhood, Eastern Lisbon. The Special Rehousing Programme (PER) carried out in the municipality of Lisbon during the 1990s allowed for the resettlement of the Hindu population mostly from the Quinta da Holandesa in the new neighborhood. Between September 2013 and April 2015 semi-structured interviews were conducted. We found that the inclusion of Hindus in the neighborhood is a process that has been positive, but lacking many aspects that relate to the internal organization of the Hindu group and the institutional dialogue process, for example with Gebalis.

Keywords: Armador neighborhood (Lisbon), integration, Hindu population, resettlement.

1. Introdução

A habitação constitui uma das primeiras prioridades dos imigrantes e um desafio para as políticas de integração. Os indianos hindus do bairro do Armador são os protagonistas de uma investigação realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado que analisou o processo de realojamento e de integração deste grupo numa das zonas mais conhecidas da freguesia de Marvila, na parte oriental da cidade de Lisboa (Barreto, 2015). Porquê o grupo hindu e não outro? Em primeiro lugar, há que referir a complexidade dos processos de realojamento que ocorreram na cidade de Lisboa e na sua área metropolitana, designadamente os casos em que mobilidade internacional (imigração) de populações não europeias, culturalmente bastante distintas do grupo luso – como acontece com os hindus – se conjuga com mobilidade residencial de proximidade, envolvendo a passagem de bairros precários para bairros sociais públicos. Nestas situações, para além da resolução do problema específico da habitação (mudança para um alojamento com níveis de qualidade mínimos), coloca-se um duplo desafio de integração, não só ao nível micro, uma vez que se trata da passagem para um bairro com uma estrutura urbanística rígida e que não foi escolhido pelos próprios, mas também ao nível macro, pois se o acesso a habitação formal é um passo na consolidação da presença em Lisboa, não resolve, por si só, as questões da interacção cultural positiva e do acesso substantivo aos direitos de cidadania.

Para além do primeiro aspeto mencionado, a justificação da escolha do grupo hindu do Bairro do Armador como objecto de estudo, resulta do facto de este local estar associado a indivíduos de origem indiana, uma vez que tanto os habitantes da Quinta da Holandesa, como os da Quinta da Montanha, bairros degradados do Vale do Areeiro em Lisboa, foram maioritariamente ali realojados. O desenvolvimento de outras infraestruturas, como a escola do 1º ciclo, onde se realizam os encontros religiosos aos domingos ou os negócios locais com produtos étnicos, que servem a comunidade hindu contribuiu para dar maior expressão à presença deste grupo étnico.

Nos contactos regulares que estabelecemos com a população, apercebemo-nos que a maioria dos indianos que vive no bairro do Armador professa o hinduísmo. A escola básica do bairro e/ou o templo do Lumiar são os espaços utilizados como locais de culto, tendo-nos sido dada a oportunidade de participar numa das sessões de domingo de manhã. A escolha deste grupo também se deve ao facto de este ser um dos grupos imigrantes menos estudados (Machado e Azevedo, 2008: 18). No caso do bairro do Armador, as expressões culturais da

comunidade são certamente relevantes para a reflexão que traça o caminho de compreensão das questões da integração e realojamento de populações migrantes.

Estudar o grupo hindu é fazer um trabalho extenso, em devir, que nunca se esgota quer em diversidade de pormenores, quer pelos movimentos que este grupo mantém dentro da diáspora. É portanto importante sublinhar que esta comunicação não responde às muitas dúvidas que existem perante o processo de realojamento deste grupo e de outros, podendo, contudo, ser uma oportunidade para a reflexão e procura de melhores soluções para alguns dos problemas identificados. Na sequência da investigação realizada e da apresentação de resultados no espaço comunitário do Bairro, que contou com a presença dos parceiros que intervêm nesta zona, soubemos que o Gabinete da Gebalis alargou o tempo de atendimento e que a divulgação deste gabinete fez com que mais pessoas, inclusivamente uma das entrevistadas, procurasse os técnicos que trabalham no bairro para a resolução dos problemas que foram surgindo.

Nesta investigação foi utilizada uma metodologia qualitativa, a entrevista semi-estruturada com guião, apoiada pela produção de um diário de campo. As inúmeras incursões pelo bairro e as muitas visitas semanais aos entrevistados suportaram a reflexão que será apresentada nas notas finais. A pesquisa, que decorreu entre setembro de 2013 e abril de 2015, partiu das seguintes questões: i) Quais os trajetos destes indivíduos até chegarem ao Armador? ii) Porque está o Bairro sempre associado a este grupo em particular, mesmo não estando em maioria e havendo uma contínua saída de residentes de origem indiana para a diáspora? iii) O que representou o realojamento na vida destes hindus oriundos maioritariamente da Quinta da Holandesa, alguns descendentes de segunda e de terceira geração de imigrantes provenientes da Índia ou de Moçambique (etapa migratória intermédia)?

O artigo está dividido em 4 pontos. O primeiro ponto faz a abordagem sumária aos programas de realojamento, às instituições que trabalharam em prol de um realojamento que abrangesse o máximo de famílias possível e, a partir daqui, entraremos no ponto 2, o caso do vale do Areeiro, para poder chegar à Quinta da Holandesa, local de onde provem a grande maioria dos indivíduos de origem indiana entrevistados para esta investigação. Passamos assim ao ponto 3, no qual será apresentada a comunidade estudada. Um quarto momento corresponde às notas de reflexão que espelham a observação e análise de elementos que estabelecem pontes entre a comunidade hindu e o bairro, com base nas entrevistas e trabalho

de campo realizado. Pretendemos aferir o olhar do bairro sobre a comunidade hindu, bem como o da comunidade sobre o bairro. Neste ponto refletiremos sobre o diálogo comunicativo e produtivo (ou não) entre os vários intervenientes.

Sublinhamos, ainda, que nos últimos anos parece ser significativa a emigração para o estrangeiro desta última geração de jovens hindus, que acompanha as tendências recentes da emigração portuguesa, tendo como destino o Reino Unido (onde também existe um importante grupo de luso-indianos), mas ao que conseguimos apurar durante as entrevistas, deseja manter o património no bairro. Mobilidade residencial (realojamento), migração internacional e sentido de bairro cruzam-se neste texto, dando pistas de reflexão sobre os desafios da mobilidade e da integração de populações hindus na cidade de Lisboa.

2. Imigração e realojamento

Em finais dos anos 1970 e na década de 1980, o aumento do número e a diversificação de origens dos imigrantes na área metropolitana de Lisboa contribuiu para agravar os problemas de habitação, pois a tendência para se fixarem nas zonas intersticiais desocupadas ou suburbanas da AML (e do próprio município de Lisboa), em alojamentos precários e/ou sobrelotados, dificultou a capacidade de resposta no que respeita ao realojamento (Malheiros e Fonseca, 2011).

Em 1987, o Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), cujo objetivo era a construção de quase 10.000 fogos habitacionais, fruto de um protocolo entre o Instituto Nacional de Habitação (INH) e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), destinava-se a combater a ocupação de áreas de circulação fulcrais da capital e a erradicar as barracas que eram autênticas concentrações de exclusão económica e social (Costa e Subtil, 2013). Segundo os mesmos autores, até inícios de 1990, a construção não acompanhou as necessidades de habitação em Lisboa, problema criado em parte pela concentração das comunidades imigrantes bem como pelos intensos fluxos imigratórios decorrentes do forte êxodo rural observado em décadas anteriores. Assim, o recenseamento de 1991 trouxe o *input* necessário para um novo ponto de partida do PIMP, pois mostrou a real dimensão da habitação designada como “não clássica” na capital, tornando-se urgente dar uma resposta de forma a limitar a proliferação de núcleos degradados que estavam à vista de todos os acessos a Lisboa. O PIMP vigorou entre 1987 e 1993, dando lugar ao Programa Especial de Realojamento (PER), D.L. 163/83, de 7 de maio, sujeito a várias alterações

posteriores (D.L. 93/95, de 9 de maio; Lei 34/96, de 29 de agosto; D.L. 1/2001, de 4 de janeiro), apoiado pelo Instituto Nacional de Habitação, através de um acordo com as autarquias, com o qual se pretendia erradicar os bairros de casas “pré-fabricadas” existentes nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. No entanto, o arrastamento do PER por quase 20 anos, trouxe problemas de realojamento a imigrantes que chegaram após o recenseamento de 1993, que se manteve como a base do processo ao longo de todo o período. Assim, “o recenseamento inicial do PER, abrangeu 10.030 alojamentos precários, habitados por 37.299 pessoas, a que correspondiam 11.129 agregados a realojar”, (...) contudo, “devemos salientar que para o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU este é o único recenseamento reconhecido, não sendo validadas por este organismo as atualizações posteriores efetuadas pelo Município de Lisboa, com inclusão de mais núcleos habitacionais e consequentemente de mais famílias” (Costa e Subtil, 2013:9).

Sobre o PER foram publicados vários trabalhos desde 1994, de que Rita Ávila Cachado destaca “sem intenções de exaustividade, alguns que foram publicados durante a implementação do PER, sobre o próprio ou sobre outros processos de realojamento em habitação social: Freitas (1994); Gros (1994); Guerra (1994); Pinto (1998)...”(Cachado, 2013: 135). Importa compreender as grandes linhas de ação do PER, mesmo que em diversas situações estas não tivessem sido cabalmente cumpridas: a construção de fogos habitacionais, equipamentos sociais, infraestruturas, erradicação de barracas, realojamento das pessoas próximas dos bairros demolidos (levando por vezes a que os bairros fossem construídos por fases e que fosse faseado o realojamento) e promoção de um acompanhamento adequado dos agregados familiares. Para a gestão habitacional dos bairros municipais, foi criada em Lisboa uma empresa municipal (GEBALIS – Gestão dos Bairros de Lisboa), com gabinetes técnicos nos principais bairros. No caso do bairro do Armador, este gabinete funcionou, mas discretamente foi perdendo o lugar de destaque no bairro. Neste momento está a ganhar força junto dos moradores, com uma nova equipa de trabalho. Em 2012, foram concluídos quer o PIMP, quer o PER. Estavam então construídos 16.313 fogos habitacionais em Lisboa, realojada a grande maioria das famílias que inicialmente tinha requerido uma habitação social e indemnizadas as que não se enquadravam, pelas mais variadas razões, nas orientações estipuladas pelo PER (Costa e Subtil, 2013).

Findas mais de duas décadas de projetos de realojamento e feita a apresentação do que se tornou um dos maiores processos de realojamento jamais visto em Portugal, não

poderíamos deixar de salientar um aspeto importante que se prende com os objetivos de um realojamento: houve efetivamente uma melhoria nas condições de vida das pessoas que foram realojadas? Social e economicamente, o facto de terem ido viver para um prédio, num bairro como o Armador fez a diferença? Em que medida? Estas pessoas sentem este espaço como seu? Confiam os seus filhos às ruas e estradas, aos vizinhos do bairro?

Cachado (2013) alerta para a questão das imprudências do PER, referidas por Ferreira em 1994, portanto quase no início do sonho, ao vaticinar que “O PER tem à partida todos os ingredientes para o desastre: construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precariedade económica e com graves problemas sociais, serviços de administração burocratizados” (Ferreira, 1994:10, citado por Cachado, 2013: 143). E Maria João Freitas, também citada por Cachado (2013), chama a atenção para o facto de muitos realojamentos se centrarem na quantificação de objetivos - número máximo de famílias realojadas - caindo na sedução dos números em vez do conhecimento da população, das necessidades e desafios das pessoas a realojar.

No caso específico da área de Chelas, é necessário falar de outros bairros de casas pré-fabricadas como o Bairro do Relógio, localizado nas proximidades do aeroporto, e não se pode deixar de refletir ainda sobre o conceito de bairro. Consideramos, tal como define Cachado (2012:30) que os bairros são, antes de tudo, construções sociais. Recuemos à década de 1960, altura em que o Bairro do Relógio foi construído provisoriamente para realojar as famílias de Alcântara que tinham perdido as suas habitações por conta da construção da ponte sobre o Tejo. Em simultâneo com este movimento, ainda que se tenham registado alguns casos de sucesso (poucos) de agregados que resolveram sozinhos os seus problemas de alojamento, ocorre também a chegada de algumas famílias de Cabo Verde e de Angola, cujos chefes de família vinham para trabalhar na construção civil. Decorrente do realojamento, a partir de 1989, inicia-se o processo de construção dos fogos habitacionais nas zonas envolventes. A procura de habitação é claramente superior à capacidade de resposta do Estado. As famílias manifestaram o desejo de terem um espaço próprio, sem partilhar a habitação com outro agregado, começando a verificar-se os desdobramentos de famílias, o que requeria a construção de mais fogos habitacionais.

3. Os hindus do Bairro do Armador

A maioria dos hindus do Armador residiu anteriormente na Quinta da Holandesa. Castro e Freitas (1991) explicam como podemos dividir o espaço para melhor compreendermos a

estrutura da “Quinta da Holanda”. Próximo do que hoje conhecemos como Praça Francisco Sá Carneiro ou rotunda do Areeiro, onde ficavam os antigos registos centrais, existiam três bairros diferentes, chamados “Quinta da Holanda”, “Quinta da Montanha” e “Quinta dos Passarinhos”. Estas designações tiveram origem nos nomes originais das quintas que, no início do século XX, se consideravam localizadas fora da cidade. Eram, de facto, espaços privilegiados, onde habitavam poucas dezenas de pessoas, que exploravam as quintas para proveito próprio sem sonhar com o desenvolvimento que aquela zona da cidade viria a ter. Recorde-se que presentemente o Areeiro faz parte do eixo central de Lisboa, se considerarmos que do aeroporto ao Rossio, passa-se quase obrigatoriamente pelas Avenidas Almirante Gago Coutinho e Estados Unidos da América (fig. 1 e 2).

Figura 1 - Antiga localização da Quinta da Montanha e da Quinta da Holanda
(Base: Google Earth, 2007)



Figura 2 - Av. Almirante Gago Coutinho e localização do bairro do Armador
(Base: Google Earth, 2007)



No final dos anos 70/início de 1980, a Quinta da Holandesa e a da Montanha estavam apenas separadas pela linha do comboio, lembrando, de algum modo, a entrada em Mumbai. Um amontoado de barracas muito coladas, sem espaço para caminhar era o cenário, sem margem para ter alguma privacidade (fig. 3). Quem percorreu a pé aquela zona nesse período, sabe que se tratava de percursos pedonais estreitos, sempre enlameados, carregados de olhares atentos e de muitas cores e cheiros a especiarias, não deixando margem para dúvidas de que ali moravam indianos.

**Figura 3 - Quinta da Montanha e Quinta da Holandesa, separadas pela linha do comboio
(Castro e Freitas, 1991: 68)**



Cedo a presença de comunidades como a indiana ou a africana são reconhecidas também pelos produtos étnicos que no bairro se podiam adquirir, talvez fruto do recheio das bagagens dos familiares que chegavam sem parar e que fizeram proliferar o número de barracas num curto período de tempo.

Num estudo publicado em 1991, Castro e Freitas contabilizam 1.343 habitantes na Quinta da Holandesa, dos quais 731 eram homens, 612 mulheres. Mais atualizada, a base de dados “Gtbase”, da Câmara Municipal de Lisboa (CML), consultada em 18 de Fevereiro de 2015, identificava 1.737 pessoas, à data do realojamento.

Utilizando a terminologia de Castro e Freitas, os grupos étnicos presentes no Vale do Areeiro eram os seguintes: Indianos, Negros, Brancos, Não classificados e Outros. As

percentagens apuradas revelam que a maioria dos habitantes era de origem étnica Indiana, em segundo, quase na mesma percentagem, Brancos e uma reduzida taxa de Negros. Esta situação não deixa de ser reveladora de que a identificação de uma comunidade e da sua generalização confinada a esse espaço é muito limitativa, pois quase exclui ou anula a presença de outras comunidades que, talvez, estejam presentes, e em número significativo, quase até superior à comunidade indiana. Ser-nos-á, porém, impossível definir números por etnias, por sabermos que as bases de dados estatísticos não distinguem os indivíduos por grupo étnico. Seria igualmente difícil se procurássemos as naturalidades, pois apesar de sabermos que a maioria dos indivíduos de origem indiana nasceu na Índia, em Moçambique ou em Portugal (segundas e terceiras gerações), a verdade é que não conhecemos a naturalidade dos indivíduos de outras origens, pelo que poderíamos incorrer em erro e condicionar a veracidade do estudo. Por outro lado, pode também analisar-se a presença forte dessa mesma comunidade pela sua coesão ou por características que acabam por marcar o território como um espaço que fisicamente pertence a Lisboa, mas culturalmente é um pedaço de Diu, facto que não acontecia na Quinta da Holandesa com as outras comunidades, nem acontece no bairro do Armador.

Os dados disponíveis acerca da naturalidade dos indivíduos classificados por Castro e Freitas (1991) de “indianos” indicam que a grande maioria nasceu já em Moçambique, fruto dos fluxos migratórios dos séculos XIX e inícios de XX. Por esse motivo, observa-se um “pico” de chegadas à Quinta da Holandesa entre 1975 e 1980, precisamente de Moçambique, pois a guerra inviabilizou a manutenção de circuitos comerciais utilizados pelos indianos em Moçambique e até mesmo em outros territórios da costa africana e que asseguravam a prosperidade destas famílias. Outros vieram da Índia e alguns nasceram já em Portugal, e possivelmente constituem a designada segunda geração. Há que lembrar igualmente que a estrutura etária dos indivíduos indianos é reveladora do processo migratório que a comunidade tinha e que, de certa forma, mantém até hoje. O número de homens em idade ativa supera em larga medida o número de mulheres. Por motivos laborais, os homens frequentemente partem primeiro para organizar o espaço, encontrar as condições necessárias para que a mulher e os filhos possam chegar com condições perfeitas de adaptação. É assim também em Goa, onde se encontram inúmeras esposas cujos maridos estão emigrados na Arábia Saudita ou no Dubai, e que regressam uma vez por ano, por vezes para conhecer o filho que já nasceu durante a sua ausência. Lembre-se que a grande maioria destes indivíduos

quando chegava a Portugal encontrava trabalho na construção civil, e que o mercado de trabalho para as suas mulheres, que eram essencialmente empregadas domésticas, ainda não oferecia muitas oportunidades. Este quadro alterou-se nos anos 1990/2000, com a melhoria do nível médio dos rendimentos da classe média portuguesa, aspeto que altera a atividade feminina na comunidade indiana pois aumenta a possibilidade de contratação de empregadas domésticas. Acresce a isto a questão da língua, problema até hoje observado e que pudemos comprovar durante o período das entrevistas no Bairro do Armador, quando nos cruzámos com senhoras indianas mais idosas que não compreendem português, ou mesmo algumas que chegaram nos anos 80 com 20 e poucos anos de idade, e que até hoje mantêm um nível de conversação pouco fluente na língua portuguesa. No decorrer da apresentação da investigação que aconteceu no espaço municipal do bairro do Armador (outubro de 2015), o responsável da Igreja Evangelista do Bairro partilhou a experiência recente com jovens na faixa etária dos 20 anos, que frequentemente revelam poucas competências linguísticas no Português, facto surpreendente se pensarmos que poderá tratar-se de uma terceira geração. Falámos posteriormente com três destes jovens e apercebemo-nos que não é a terceira geração, mas um grupo de indivíduos que, pelos laços fortíssimos de primeira linha que unem estas famílias, são trazidos do Gujarat em idades casadoiras. Uma das entrevistadas no estudo inicial já tinha revelado que algumas famílias estão a adoptar este procedimento para que não se percam os bons costumes e a fé e as mulheres não tenham a hipótese de se casarem fora da rede endogâmica do grupo.

Importa ainda referir o tipo de agregados que habitavam na Quinta da Holandesa. Segundo Castro e Freitas (1991: 93), a maioria das famílias indianas que residia nas quintas do Vale do Areeiro pertencia a agregados familiares múltiplos (aqueles que são constituídos por três ou mais núcleos ligados por parentesco). Na altura era frequente encontrar o titular da habitação, a sua esposa, um cunhado, uma cunhada, os filhos que iam nascendo... e por vezes os sogros. Isto mesmo foi descrito nas entrevistas que realizámos, quando uma das senhoras de origem indiana referiu o facto de habitar com mais famílias.

Vivia numa barraca de madeira onde entrava frio e bichos. Tinha filhos pequenos e não podia deixar que aquilo continuasse. Vivíamos com outras tantas famílias, tudo junto na mesma barraca, uma confusão... (KJ)

Passemos à transição em termos históricos, das barracas do Areeiro aos prédios do Armador. O bairro do Armador é uma consequência das necessidades que os agregados tinham manifestado e por isso será o espaço que servirá também para realojar a população da Quinta da Holandesa, ainda esquecida no Areeiro. De facto, na década de 1980 são poucos os que se lembram de ouvir falar da população do Vale do Areeiro, apesar de se saber que os recenseamentos já tinham decorrido e que havia a promessa de condições melhores para a habitação. Segundo Heitor (1996), citado por Peralta (2011), "os estudos para a área de Chelas são iniciados pelo Gabinete Técnico de Habitação (GTH) em 1960 com o objectivo prioritário de incrementar uma estrutura urbana plurifuncional e socialmente diversificada, integrada no conjunto da cidade e articulada com a zona ribeirinha até Vila-Franca-de-Xira".

É sabido que quando falamos de indianos em Portugal, não se pode generalizar nem incluir todos os indivíduos que comungam das mesmas raízes geográficas ou possuem traços físicos de etnia indiana. Malheiros (1996: 13) considerou existirem "(...) quatro comunidades de origem indiana em Portugal (hindu, ismaelita, muçulmana e goesa)". Hoje talvez seja possível considerar, pelo menos, um quinto grupo, resultado de migrações mais recentes, que corresponde aos *sikhs*. Embora para um observador externo seja fácil incorrer numa tipificação simplificadora, generalizando que todos vêm de Goa e não comem carne de vaca, na verdade não é assim. Grande parte dos indivíduos de origem indiana, que entrou em Portugal após o 25 de abril de 1974, provinha de correntes migratórias que tinham o seguinte percurso: Índia-Moçambique-Portugal. Apesar do tempo decorrido e da alteração nas condições de mobilidade, muito dessa corrente migratória manteve-se, por causa da facilidade que as redes de solidariedade exercem nestes grupos.

Este estudo foi constituído por uma amostra de 5 inquiridos de origem indiana e 8 de origem portuguesa. (Quadro 1). Temos noção de que a amostra revela algumas lacunas que resultaram da dificuldade em estabelecer contactos com residentes de origem indiana do sexo masculino e de entrevistar residentes nos condomínios (ausência de resposta aos pedidos efetuados). Foram realizados contactos semanais (quando possível) com os entrevistados de origem indiana. Já no último ano, retomou-se o contacto com duas das inquiridas (KP e UJ).

Tabela 1 - Caracterização geral da amostra

Entr.	Sexo	Idade	Naturalidade	Tipologia da habitação	Origem	Nacionalidade	Agreg. Familiar
KP	F	53	Diu	Duplex T4	Índia	Portuguesa	5
UJ	F	44	Moçambique	Duplex T4	Índia	Portuguesa	5
XJ	F	20	Portugal	Duplex T4	Índia	Portuguesa	5
DK	M	56	Moçambique	Cooperativa- T3	Índia	Portuguesa	4
JK	M	26	Portugal	T3	Índia	Portuguesa	6
MCJ	F	40	Portugal	Cooperativa- T3	Portugal	Portuguesa	3
PD	F	38	Portugal	T3	Portugal	Portuguesa	4
MJ	F	41	Portugal	T3	Portugal	Portuguesa	4
JH	M	53	Portugal	Cooperativa- T3	Portugal	Portuguesa	3
NG	M	20	Portugal	T3	Portugal	Portuguesa	4
TBP	F	53	Portugal	Cooperativa- T3	Portugal	Portuguesa	4
CBP	F	18	Portugal	Cooperativa- T3	Portugal	Portuguesa	4
FBP	M	19	Portugal	Cooperativa- T3	Portugal	Portuguesa	4

Com base nos resultados recolhidos através das entrevistas, aos inquiridos não indianos é relevante referir que, de um modo geral, os portugueses sentem alguma simpatia pela população indiana, aspeto que poderá ser lido no estudo de Barreto (2015). Esse sentimento vem associado maioritariamente à atitude pacífica que é atribuída aos indivíduos de origem indiana e pelos seus hábitos sociais:

Digo-te já [para a entrevistadora] que prefiro muito mais os indianos aos ciganos. São sossegadinhos e saem de manhã cedo para os seus trabalhos. Não se metem com ninguém. (PD)

Não deixa de ser curioso que uma das comunidades – os hindus - que mais tende a manter a sua identidade, através de gestos e práticas, seja a que é vista como um caso de sucesso de integração.

De sublinhar que Cohen (1985), citado por Cachado (2012:61), “apelida uma população de comunidade, ao admitir duas variáveis na sua problematização: (1) a percepção de elementos culturais em comum que um dado grupo tem, bem como (2) o sentimento de pertença a esse mesmo grupo”. Para o caso dos hindus, a originalidade e a primazia da religião, elemento estruturante em termos culturais, é um aspeto fulcral na sua identificação enquanto

comunidade, nos termos de Cohen, sendo de realçar que isto esteve sempre presente ao longo da investigação, quer em termos de sinais materiais nos locais em que eramos recebidos, quer pelas conversas informais. É por isso interessante referir algumas respostas dos inquiridos não indianos às questões que fazem face ao conhecimento e participação nessas mesmas manifestações culturais da comunidade hindu. À pergunta “Já promoveram algum encontro, alguma reunião entre a vossa família e a família indiana?” ou se sabiam da existência de algumas manifestações culturais indianas no bairro, as respostas revelam que a cultura material pode ser o potenciador da agregação das várias culturas:

“Sim, já fomos juntos a Fátima. E eles vêm sempre às nossas festas de aniversário, e nós às deles” (MCJ)

“Há uma vez em que eles fazem uma grande fogueira e parece que andam à volta da fogueira. (...) fazem numa época do ano com oferendas para os deles. Levam alguns sinais, levam comida, cada um leva o que (...) cantam e dançam. É bonito. Eu vejo e vou.” (MJ)

Recuando um pouco, não podemos deixar de lembrar o papel da descolonização de Moçambique na presença e constituição das comunidades indianas em Portugal, particularizando, no caso presente, para o grupo religioso hindu. Não é objetivo deste estudo fazer um relatório sobre o percurso migratório da população indiana em Portugal; contudo, é interessante entender quando e porquê chegaram tantos indianos nas décadas de 70 e 80 do século XX. O primeiro fluxo de chegada destes imigrantes dá-se na década de 70 após a independência de Moçambique. A necessidade de manter a cidadania e o medo da instabilidade política traz a Portugal estes portugueses da comunidade indiana. O segundo momento de chegada intensa está entre 1980 e 1985. Segundo Malheiros (1996: 143) “só abandonaram o país quando as condições económicas e políticas se deterioraram significativamente”. Os laços familiares, a manutenção desses laços e a forte solidariedade no acolhimento fez com que aumentasse significativamente a chegada de muitos indianos em finais do decénio de 80 do século XX.

Um quadro ilustrativo de Malheiros (1996: 96) demonstra a tendência dos imigrantes de origem asiática para se concentrarem mais na AML norte do que noutras regiões. Em termos de profissões, a grande maioria dos membros pertencentes a esta comunidade é aquilo que na Índia seria definido como os caríás, pessoas humildes, com profissões ligadas ao comércio ou a

construção civil (eles) e domésticas (elas). Quem vive por exemplo no bairro do Armador vê pelas 7h45m muitas senhoras envergando um *Saree* a passarem a ponte das Olaias a pé para levarem as crianças à escola.

Quando se fala de famílias indianas, destacamos outro aspeto que não pode ser menosprezado, a religião. Como menciona Cachado (2012), é constante a referência às palavras “religião” e templo, pois o tema da religião está presente em todas as conversas. No Armador, como festa religiosa significativa, celebra-se o *Holi*, que comumente é conhecido como festival das cores. Entre fevereiro e março, o bairro assinala a chegada da primavera, com a dispersão de pós coloridos e uma roda à volta da fogueira, às portas de uma das suas entradas mais importantes (próximo do supermercado, onde há dois cafés, paragens de autocarro e muito movimento). Os festejos simbolizam as travessuras do jovem *Krishna* e são realizados pelas pessoas da comunidade que partilham iguarias. Outra das festas com alguma visibilidade é o *Diwali*, o ano novo Hindu, também chamado de festa das luzes. As comemorações duram cinco dias, e acontecem entre outubro e novembro. É costume usar roupas novas, enfeitar as casas, dividir doces e fogos de artifício, o que no bairro do Armador não é feito, porque a comunidade ainda não se conseguiu unir para pedir autorização à Junta de Freguesia para este efeito. Mas as roupas, as casas e suas entradas bem como as luzes que se colocam às janelas e corredores, são efeitos visíveis de que uma festa decorre naqueles dias.

Malheiros (1996) reforça a descrição já efetuada por Susana Bastos sobre as áreas residenciais e a segregação. No Vale do Areeiro e na Quinta da Vitória (Portela), era comum ouvir-se falar Gujarate e contactar com a realidade sociocultural da comunidade hindu que lá vivia. Eram, na sua maioria, de casta inferior e desempenhavam maioritariamente as atividades profissionais atrás referidas, tendo vidas modestas e ocupando atividades e locais que os portugueses já não desejavam. Porém, é ainda de referir a importância da separação residencial por castas (Malheiros, 1996), a qual não deixa de ser uma réplica da atual organização social e residencial que se observa em Diu e Goa, como pudemos verificar em 2006, quando os primeiros 100/200 metros de uma avenida eram ocupados por “condomínios” e os restantes preenchidos com casas separadas por muros altos e caminhos alternativos.

Não percamos de vista outros aspetos que marcam a identidade e a vida das populações de origem indiana e sobre os quais Bastos (1990) descreveu: um grupo doméstico indiano,

independentemente de ser natural da Índia, de Moçambique e até mesmo de já ter nascido em Portugal, mantém uma referência cultural comum: os nomes são sempre indianos. As profissões são as que trazem do passado: pedreiros (cariás) e comerciantes. Casam-se essencialmente entre pessoas da mesma casta, apesar de no presente isso já não ser tão significativo, pois encontram-se casais, quer de castas distintas, quer mesmo de diferentes etnias, situação praticamente inexistente nos anos 80/90 do século XX. Exemplo disso é o filho de uma das entrevistadas de origem indiana, a senhora K. J., que vive em união de facto com uma rapariga de Cabo Verde.

Estes hindus têm um princípio de grande solidariedade e de hospitalidade e é por isso que o realojamento se deu com a presença de famílias alargadas constituídas por pais, tios, primos de segundo grau e outros parentes a serem alojados em casas com alguma proximidade geográfica, na sequência de desdobramentos de agregados familiares que coabitavam na mesma casa “pré-fabricada” na Quinta da Holandesa. Aliás, já aqui relatámos algumas dessas questões, quer em termos do processo associado ao Programa Especial de Realojamento, quer na própria descrição da Quinta da Holandesa.

4. Notas Finais

O Armador é relativamente jovem como bairro. Carece de alguma maturidade para se poderem consolidar algumas das redes de solidariedade interculturais às quais se aspira num processo tão complexo como o deste realojamento.

A população hindu do bairro mantém uma expressão forte, possivelmente pelas mesmas marcas da cultura material evidentes à vista de todos (*sarees* nos estendais, cheiros de especiarias, fogueira na entrada principal do bairro no *Holi*, etc), contudo não constitui a maioria dos habitantes do Armador. Estão mais presentes na zona sul do bairro, onde se concentram as famílias que vieram da Quinta da Holandesa e é também por lá que se vê a camada mais jovem, talvez porque o parque da Bela Vista, situado mesmo em frente à escola do 1º ciclo, seja o chamariz para as brincadeiras e jogos dos mais novos. Ainda uma curiosidade: no Parque da Bela Vista não se vêem raparigas hindus sozinhas, rapazes adolescentes e jovens sim, ou os mais pequenos acompanhados dos irmãos mais velhos, porém nunca uma jovem hindu.

Verificámos que a presença de diversidade no Bairro se faz por evidências negativas (ciganos/africanos) e positivas (indianos), que existem algumas relações de vizinhança-

interação/coesão social e que a cultura material e as manifestações culturais são um dos elementos que agregam as várias culturas presentes (bairro com comunidade hindu e vice-versa). Há alguma apropriação do espaço mas a ausência de proatividade reduz o ritmo desejado para a criação, por exemplo, de uma casa de Diu. Há também pouco investimento da comunidade hindu na aproximação às entidades presentes e responsáveis pelo bairro.

Da parte do bairro, encontramos alguma vontade de o “fazer crescer” (intervenções sociais). Prova disso é a dinamização mais recente do gabinete da Gebalis, que está a procurar dar voz às associações locais. Verificámos, assim, a existência de um potencial humano e coletivo desperdiçado – um menor sentido de pertença local. Há que dizer porém que zero conflitos registados pelas autoridades policiais ou o “silêncio” não são sinónimo de integração (olhar do bairro sobre as comunidades presentes).

A 5 de março de 2015, em sessão da assembleia municipal, foi aprovada uma verba para realizar as intervenções no património habitacional, o que é uma mais valia, mesmo se até à data estas não têm tido a frequência necessária para reabilitar as habitações, de forma a contrariar a degradação dos espaços e favorecer a desejada “nova visão” do bairro pelos residentes e não residentes. Por fim, a ausência de mediadores e técnicos com credibilidade no terreno dificulta o diálogo entre as instituições que realojam e os residentes. Sabemos que a Gebalis está a procurar reorganizar-se junto da população local para voltar a dar voz e criar espaços de diálogo, mas as intervenções sociais têm ainda pouca expressão. Ao longo do presente ano, conversando com duas das entrevistadas com quem pudemos reestabelecer recentemente contacto, apercebemo-nos de que o tempo de abertura e de disponibilidade para ouvir as pessoas aumentou. Verificámos também, na última semana de julho, numa visita efetuada ao Gabinete, a possibilidade de se poder tratar dos assuntos em Inglês, facilitando a fluidez da comunicação e, desta forma, aumentando a confiança.

Salientamos também o sentido de apropriação do espaço:

Estou na casa da família de MCJ, depois da primeira entrevista. MCJ diz-me que sabe tudo sobre os indianos e sobre as etnias que coabitam com ela, no mesmo bairro. Quando a questiono se entende bairro por rua, por espaço envolvente, por prédio, por Chelas, responde-me pelo bairro do Armador. (Diário de campo)

O bairro está carregado de coisas boas. O bairro somos nós. Elas sabem que podem ter os amigos que quiserem mas com respeito, até porque o meu filho mais velho está em cima delas a controlar tudo. (KJ)

Em suma, se a inserção dos hindus no Bairro se tem processado de uma forma suave marcada por relações de vizinhança positivas ao nível dos contactos gerais do quotidiano, dando origem a uma percepção favorável por parte dos outros residentes, há alguns pontos fracos que prevalecem, designadamente ao nível da organização interna do grupo hindu e do processo de diálogo institucional, por exemplo com a Gebalis. De resto, esta questão da organização interna poderá ser afetada pela emigração de alguns dos indivíduos de origem indiana que, tal como já indicámos, se acentuou nos últimos anos. Por exemplo, no decorrer da escrita deste texto duas das pessoas que entrevistámos e que reencontrámos no bairro saíram de Portugal, uma porque se casou e foi viver com o seu marido para Londres, junto da família deste, a outra porque fez o casamento de um sobrinho com a pessoa destinada (uma jovem hindu do bairro) e juntos foram viver para Londres, onde esta senhora já se encontra emigrada, desde 2014, altura em que saiu por não ter trabalho em Lisboa.

Contudo, após a apresentação deste estudo no bairro, em conversa informal que tivemos com duas das inquiridas hindus, verificámos que as saídas para a diáspora e as ausências prolongadas para Diu não são suficientes para afirmar que há um êxodo real deste grupo e, por conseguinte, a sua desagregação. O património habitacional é mantido e todos respondem que querem viver alguns anos mais no Armador. Sobre se querem morrer aqui, a resposta é a de que desejam morrer nas terras de origem (Diu); porém, perante a hipótese de morrer fora, preferem que seja em Portugal.

Face aos dados recolhidos, às evidências observadas das dinâmicas relacionais e à bibliografia consultada, é possível concluir que a mobilização das instituições existentes no bairro pode ser um passo para criar espaços de diálogo e de troca, quer ao nível institucional, quer ao nível dos próprios residentes de diferentes etnias e culturas.

Referências

- Barreto, A. (2015). *Da Quinta da Holandesa ao Bairro do Armador: realojamento, integração ou ambos para a comunidade indiana?* Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo. FCSH-UNL.
- Bastos, S. (1990). *A comunidade hindu da Quinta da Holandesa. Um estudo antropológico sobre a organização sócio-espacial da casa*. Lisboa: LNEC.
- Cachado, R. (2012). *Uma etnografia na cidade alargada. Hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cachado, R. (2013). "O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social." *Análise Social*, 206, XLVIII (1^a). Lisboa: ICS.
- Cachado, R. (2013). O registo escondido num bairro em processo de realojamento: o caso dos hindus da Quinta da Vitória. *Etnográfica*, 17(3), 477-499.
- Castro, P., Freitas, M.J. (1991). *Contributos de grupos étnicos residentes na cidade de Lisboa*. Lisboa: LNEC.
- Costa, I., Subtil, M. (2013). *Programas de Realojamento PER e PIMP. Relatório de Finalização*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Machado, F. L., Azevedo, J. (2008). A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas. *Revista Migrações*, abril 2009, nº4, Lisboa: ACIDI, 7-31.
- Malheiros, J., (1996). *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa: Edições Colibri.
- Malheiros, J., Fonseca, M.L. (coords.), (2011). *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal*. Coleção Estudos OI, 48. Lisboa: ACIDI.
- Peralta, D. (2011). *Mobilidade pedonal: humanização do espaço público junto a nós viários. Caso de estudo: o nó viário da Bela Vista*. Tese de Mestrado. Lisboa: IST.

Novos imigrantes portugueses no Brasil e as estratégias para a obtenção de visto permanente: os investidores individuais na região Nordeste*

Duval Fernandes

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC Minas, duval@pucminas.br

Natália Dias Andrade de Faria

Professora do Centro Universitário Belo Horizonte-UNI-BH, natalia.faria@prof.unibh.br

Resumo: Este texto apresenta parte do resultado de pesquisa que teve por objetivo analisar a migração dos portugueses para o Brasil. O estudo está direcionado para a análise da política de investimento estrangeiro no Brasil, focando nos portugueses residentes no Nordeste ao amparo da RN 84/2009. Os resultados indicam que, no período considerado, 2011 a 2014, a presença de portugueses investidores individuais sempre foi importante, principalmente na região Nordeste. Os valores investidos na região estavam voltados, em sua maioria, para a implantação de projetos nas áreas de serviços relacionados à atividade imobiliária. No entanto, os levantamentos em campo mostraram que, na maioria dos casos, os investimentos eram uma porta para a obtenção do visto permanente no Brasil e não uma situação que indicava a disposição do desenvolvimento de uma atividade econômica.

Palavras-chave: Migração internacional, investidor individual, imigração de portugueses.

Abstract: This paper presents part of the research results that aimed to analyze the migration of Portuguese to Brazil. The study is directed to the analysis of foreign investment policy in Brazil, focusing on Portuguese residents in the Northeast with an investor's visa by RN 84/2009. The results indicate that in the period considered, from 2011 to 2014, the presence of individual Portuguese investors has always been important, especially in the Northeast. The amounts invested in the region were turned, mostly for projects in areas related to real estate activity. However, the field surveys have shown that, in most cases, the investments were a door to get Brazilian permanent visa.

Keywords: Internacional migration, individual investor, portuguese inmigration.

* Pesquisa realizada com apoio do CNPq (projeto nº 409344/2013-3).

1. Introdução

O fluxo migratório Brasil-Portugal tem momentos históricos e econômicos específicos, sendo o primeiro deles no descobrimento, quando membros da Coroa Portuguesa estiveram no país, antes mesmo da família real, para conhecer, explorar e relatar sobre a “nova terra portuguesa”. Diferentemente, no século XIX, a entrada de portugueses (e de imigrantes de outras nacionalidades, principalmente italianos) atendia a necessidade de mão de obra agrícola. Portanto, do início do século XIX à década de 1970, mais de 4,5 milhões de estrangeiros teriam chegado ao Brasil destes, a maioria era de portugueses (FERNANDES, CASTRO, KNUP. 2013p. 228).

A migração portuguesa mantém-se como uma das principais nacionalidades dos chegados ao Brasil nos séculos XX e XXI, o que justifica a necessidade de entender como essa população está vivendo no Brasil, como contribui economicamente com o país, onde está geograficamente localizada, qual a perspectiva de circularidade ou não entre Brasil e Portugal. Segundo o Relatório do *International Centre for Migration Policy Development* (ICMPD):

[...] pode-se afirmar ao analisar os imigrantes espanhóis e portugueses no Brasil que há indicações de se estar frente a duas gerações bem distintas, uma composta por aqueles que imigraram a mais de 50 anos e outra dos que fizeram o deslocamento em momento mais recente, principalmente, após o início da crise econômica mundial de 2008. No grupo que chegou pouco antes do Censo de 2010, há forte predominância de jovens, com elevado nível de instrução (ICMPD, 2013, p. 17).

Segundo dados disponibilizados pelo IBGE, coletados nos censos demográficos realizados nos anos de 2000 e 2010, os portugueses sempre foram a nacionalidade com a maior representatividade entre os imigrantes no Brasil. O perfil é diversificado, mas prevalece a população idosa, composta provavelmente por aqueles que vieram no fluxo migratório dos anos 1950 e 1960 e ainda estão no Brasil ou que estavam residindo no país no momento do Censo.

Ao se considerar o status migratório desses imigrantes, Fernandes et al. (2013, p. 230), indicam que os vistos temporários têm uma expressividade relevância, aumentando em três vezes entre os anos de 2009 e 2011. Quanto à solicitação do visto caracterizado como permanente, os portugueses, juntamente com os espanhóis:

[...] estão entre os quatro primeiros grupos em termos de pedidos atendidos. Mas, quando se trata de solicitações de visto permanente para empresários e dirigentes de multinacionais, espanhóis e portugueses ocupam, respectivamente, o segundo e o terceiro lugares no volume de demandas (FERNANDES et al., 2013, p. 230).

Por essas informações, é possível observar que a participação econômica de portugueses no Brasil é relevante e diversificada com atuações em diversos setores e áreas geográficas.

No caso do investidor individual o instrumento legal que viabiliza a entrada de portugueses e outras nacionalidades é a Resolução Normativa nº 84, do Conselho Nacional de Imigração(CNIg), publicada em 2009¹, que “disciplina a concessão de autorização para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física”. Essa Resolução possibilita que o estrangeiro invista em atividades produtivas no Brasil, fixando como valor de referência o mínimo de R\$150.000,00 (€ 42.857,14)². O investimento pode ser feito em empresas que já existam ou em novos empreendimentos, devendo o estrangeiro interessado apresentar um plano de investimento.

Mesmo com as regras estabelecidas pela RN 84/2009, o Conselho Nacional de Imigração pode analisar e aprovar casos em que o investimento seja menor que o fixado na resolução. Segundo dados da Coordenação Geral de Imigração (CGI), do Ministério do Trabalho, no período de 2011 a 2014 os portugueses estiveram sempre entre as quatro nacionalidades que mais demandaram autorização de residência no Brasil, ao amparo da RN 84/2009.

No período em questão, 2011 a 2014, o volume de investidores portugueses que obtiveram residência no país pela resolução foi de 905 pessoas, assim distribuídos: 192 em 2011, 283 em 2012, 281 em 2013 e 149 em 2014. Ao mesmo tempo, o somatório dos valores investidos pelos portugueses também sempre esteve entre os quatro mais expressivos dentre os estrangeiros. Portugal destaca-se em 2012 como o país com maior volume de investimento de pessoa física no Brasil, totalizando R\$ 77.791.621,33 (€ 22.226.177,00). Os estados que mais receberam portugueses investidores concentram-se nas regiões Sudeste (principalmente São Paulo e Rio de Janeiro) e Nordeste (principalmente Ceará e Pernambuco).

Este trabalho acompanha o estudo *Retorno ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa* (REMIGR)³, realizado entre os anos de 2013 e 2015, no qual buscou algumas referências.

As principais fontes das informações utilizadas nesse trabalho foram os dados do Sistema Nacional de Cadastramento de Imigrantes (Sincra) da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, e os registros da Coordenação Geral de Imigração(CGI) e do Conselho Nacional de Imigração(CNIg),

¹ Em 2015, a RN nº 84 foi substituída pela RN 118.

² € 1,00 = R\$ 3,50.

³ O projeto envolveu várias instituições universitárias portuguesas – SOCIUS/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa; CEG, IGOT, Universidade de Lisboa; CES, Universidade de Coimbra; CIES, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e foi financiado pela Fundação para a Ciência (PTDC/ATP- DEM/515/2012).

ambos do Ministério do Trabalho⁴. No Sincro estão disponibilizados os registros ativos dos estrangeiros residentes no Brasil, isso é os que se encontram em situação migratória regular. Na base do Ministério do Trabalho estão registradas as solicitações de autorização de permanência ou de vistos relacionadas a atividades laborais apresentadas pelos estrangeiros e atendidas pelo governo brasileiro.

Na área da migração internacional vários textos discutem a questão da migração laboral considerando vários prismas. Em um dos primeiros compêndios de economia, *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776, Adam Smith já indicava que a migração contribuía para compensar as diferenças salariais. Regiões com salários elevados atraíam trabalhadores de áreas com baixos salários. Esse fluxo de trabalhadores levaria, via a “*mão invisível*” do mercado, a um ponto de equilíbrio no preço do trabalho entre as diversas regiões. A preocupação com o mercado de trabalho e diferenças regionais de forma similar está presente em Ravenstein (1885) e em Lee (1966). Outros pesquisadores também concentram suas discussões sobre o tema destacando o mercado dual de trabalho (PIORE, 1989) ou mesmo ampliando os debates incluindo temas como mercado financeiro, investimentos e outros (MASSEY et al., 2009, SASSEN, 1988).

As contribuições dos imigrantes no local de destino são várias e mereceram análises de diversos autores, como Arango (2005), Castles e Miller (2005) que indicam a importância das redes sociais para o sucesso dos empreendimentos e também a possibilidade do surgimento de núcleos empresariais nos países de destino, oferecendo serviços para a comunidade de imigrantes ou inovações que envolvem transferências de conhecimento e cultura, como indicado por López (2005) ao tratar da comunidade chinesa na Espanha ou Garcés (2015) ao tratar dos peruanos no Chile.

Ainda sobre as vantagens advindas do empreendedorismo estrangeiro no país que o recebe, Peixoto (2013) relata o exemplo dos imigrantes em Portugal:

[...] quanto ao país de origem dos imigrantes, são potenciadas as ligações económicas, permitindo o desenvolvimento desses países e a internacionalização de empresas portuguesas. Por um lado, são activadas redes de produção e comerciais, que geram a melhoria das condições económicas dos países de origem. Por outro lado, o conhecimento que os empresários imigrantes possuem do seu país e das suas necessidades pode ser crucial para as empresas portuguesas que pretendem internacionalizar actividades. Neste sentido, os empresários imigrantes podem «abrir mercados» (PEIXOTO, 2013, p. 306).

⁴ Os levantamentos aconteceram no âmbito do Projeto MT Brasil Migrações Transfronteiriças: fortalecendo a capacidade do governo federal para gerenciar novos fluxos migratórios. ICMPD/MJ/CNIg.

Para Peixoto (2013), o empreendedorismo imigrante gera benefícios tanto para o país de origem quanto para o país que o recebe; o negócio torna-se um caminho seguro para o emigrante que, com suas próprias economias, tem a alocação no mercado garantida, podendo também potencializar sua integração social. Para o país receptor, além da geração de postos de trabalho adicionais, esse investimento permite o crescimento econômico local, movimentando projetos de inovação e tecnologias.

Ao se tratar do estrangeiro que entra no Brasil com a capacidade financeira de dispor de, no mínimo, R\$ 150.000,00 (€ 42.857,14) para investimento, ele pode, em seu país de origem, estar socialmente localizado em classes intermediárias de renda, pois tal montante indica um valor pouco expressivo. Em contraponto, a entrada de um imigrante no Brasil com tal recurso poderá deixá-lo numa condição social melhor do que aquela vivida em seu país de origem. Há casos em que o estrangeiro muda o status, passando de empregado que era no seu país para, no Brasil, adquirir um status de investidor, empregador, o que faz uma diferença não só econômica, mas também de posição social.

2. A distribuição dos portugueses e a ocupação

Os dados gerais, retirados do relatório da Polícia Federal, apontam que existiam 33.299 portugueses com registro ativo no Brasil⁵, em 2014, o que representa 4,1% dos estrangeiros com residência regular no país. Ao se desconsiderar os menores de idade e os que não declararam ocupação, esse número fica reduzido para 32.168 portugueses, que declaradamente poderiam estar inseridos no mercado de trabalho brasileiro. Nos registros administrativos da Polícia Federal, mais de 80 diferentes ocupações foram declaradas; para melhor entendimento dessas atividades, algumas profissões foram agrupadas e outras foram mantidas na categoria disponibilizada pelo próprio banco de dados.

Os agrupamentos realizados foram: estudantes e bolsistas (que, a priori, não exercem atividade remunerada, mas têm importância em termos de volume); profissionais “especialistas” (atividades que precisam de algum curso ou capacidade técnica para ser realizada; ressalta-se que essa capacitação não é necessariamente vinculada a algum curso “formal” de aprendizagem); profissionais da construção civil (arquitetos, pedreiros, marceneiros etc.).

⁵ São considerados apenas os portugueses em situação regular; a fonte de dados utilizada não abarca os imigrantes em situação irregular.

Os profissionais que foram mantidos em suas categorias, de acordo com o informado no Sincere, são: os declarados diretores, gerentes ou proprietários; aposentados; rendas domésticas; profissional liberal; vendedor ou empregado. A categoria “outros” foi uma junção realizada, também para esta pesquisa, de atividades informadas que não mostravam quantidade expressiva diante das demais. Todos esses agrupamentos são mostrados na Tabela 1.

Tabela 1 - Portugueses residentes no Brasil por Ocupação Declarada, Brasil 2014

Ocupações/ Área de Atuação	Número Absoluto	Representação
ESTUDANTES E BOLSISTAS	8174	25,42%
DIRETOR, GERENTE OU PROPRIETÁRIO	4440	13,81%
PROFISSÕES "ESPECIALISTAS"	4255	13,23%
APOSENTADO	2942	9,15%
RENDAS DOMÉSTICAS	1946	6,05%
PROFISSIONAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL	1162	3,61%
PROFISSIONAL LIBERAL	613	1,91%
VENDEDOR OU EMPREGADO	608	1,89%
OUTROS	8021	24,93%

Fonte: Sincere-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PPGG/PUC Minas.

As atividades “estudante e bolsistas” foram declaradas separadamente, mas consideradas em conjunto por conta do seu vínculo com o serviço educacional. A grande representatividade de mais de 25,42% demonstra que esse é o grupo de portugueses com maior entrada no país. Mesmo tendo o visto direcionado para o estudo, podem estar inseridos no mercado de trabalho, pelo estágio ou mesmo exercendo atividade remunerada irregularmente, mas os dados disponibilizados não permitem identificar tais situações.

As profissões “diretor, gerente e proprietário” não formam um grupo, mas foram declaradas conjuntamente. O importante nesse grupo, além de ser a segunda maior representação (13,81%), é que ele apresenta duas possibilidades para a entrada desse português: uma direcionada aos que têm vínculo com alguma empresa e estão no Brasil como contribuição técnica, mão de obra especializada e outra na qual se incluem os que entram no país como investidores individuais ao amparo da RN 84/2009.

O grupo “especialista” engloba 15 profissões: arquiteto, economista, professor, publicitário, jurista, médico, corretor ou agente de seguro, psicólogo, biólogo, aeronauta, químico, enfermeiro,

farmacêutico, policial e bibliotecário. Como são atividades que necessitam de capacidade técnica específica para sua realização, pode ser categorizado como mão de obra qualificada. Nesse grupo, destaca-se que a maioria são arquitetos e economistas.

“Aposentado”, a terceira maior declaração, não é uma atividade profissional, mas foi aqui considerada em função da representatividade no todo (9,15%) e indicativa de uma imigração com características distintas.

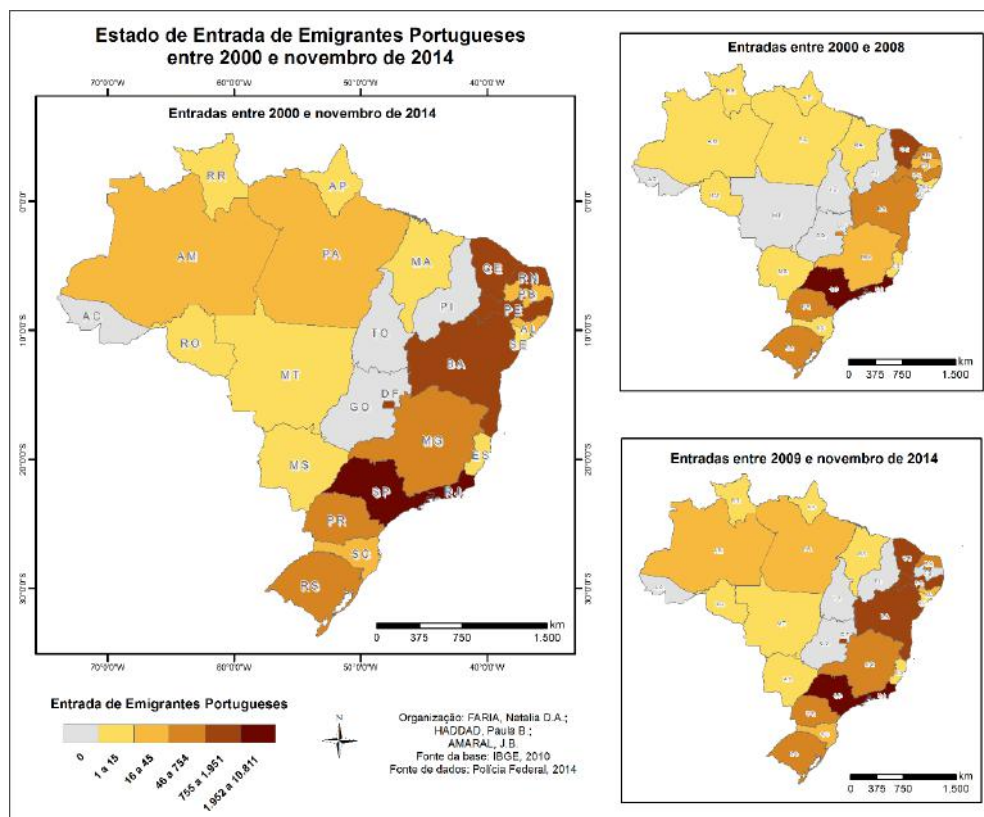
O grupo que declarou a ocupação de “prendas domésticas” parece traduzir as atividades realizadas pelas dependentes que acompanham os estrangeiros; das pessoas que declararam essa atividade, 98,87% são mulheres.

O conjunto dos que indicaram a ocupação como “profissionais da construção civil” é formado por quatro diferentes tipos de atividades (pedreiro, eletricitista, carpinteiro e pintor) e o número de declarantes reflete a mão de obra qualificada para um mercado que, nos anos a que se dedica este estudo, estava em franco crescimento, tendo condições de absorver esse tipo de profissional, inclusive estrangeiro.

As demais profissões declaradas foram agrupadas em “outros” por não representarem uma quantidade significativa de profissionais, já que as quatro mais declaradas absorvem mais de 61% das profissões. Ainda que 24,93% seja um percentual significativo no conjunto dos dados, ele representa 72 diferentes ocupações, ou seja, cada uma contribui, na média, com menos de 1%, justificando assim o agrupamento.

Além de entender quais atividades são exercidas por esses portugueses, é preciso compreender também a relação tempo-espaço desse movimento migratório dentro do território nacional. Assim, foram consultados os registros de 2000 a novembro de 2014, considerando o conjunto das ocupações declaradas pelos profissionais entrantes nesses 14 anos, separando-os depois em dois momentos: antes da crise (entradas ocorridas entre 2000 a 2008) e pós-crise (2009 a novembro de 2014). Desse estudo, tem-se a coleção de mapas dispostos na Figura 1.

Figura 1 - Estado de Entrada de Emigrantes Portugueses no Brasil entre 2000 e novembro de 2014



Fonte: Sincere-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/GEDEP/PPGG-PUC Minas.

O mapa considera a entrada acumulada, ou seja, o estado declarado pelo português como ponto de entrada no país, independente do ano. Somente quatro estados não foram utilizados pelo estrangeiro luso (Acre, Goiás, Tocantins e Piauí), o que demonstra que, de forma geral, o país atrai os portugueses, mesmo que a concentração maior seja nos estados da região Sudeste e Nordeste.

A espacialização considerando a data de entrada demonstra nitidamente o aumento da imigração após a crise de 2008, podendo indicar que o momento econômico tanto na origem como no destino, é um fator de influência na escolha de saída dos portugueses.

3. Os investidores individuais

Considerando o período de 2011 a 2014, foram concedidas, pelo Ministério do Trabalho, 4.374 autorizações de emissão de vistos para estrangeiros como investidores individuais no Brasil, assim distribuídas: 1015 em 2011, 1169 em 2012, 1174 em 2013, e 1016 em 2014.

Quando analisado quais as principais nacionalidades desses investidores têm-se, em 2011 e 2014, os italianos como os que apresentam maior número de solicitações, seguidos pelos chineses e, em terceiro, os portugueses. Entretanto em 2012 e 2013 essa ordem modifica-se, mantendo os portugueses em primeiro e em segundo lugares, respectivamente, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Concessão de Vistos ao Amparo da RN 84/2009, Principais Nacionalidades 2011 A 2014

País	2011	2012	2013	2014
ITÁLIA	231	275	327	319
CHINA	193	122	158	159
PORTUGAL	132	283	281	149
ESPANHA	119	129	97	89
FRANÇA	73	80	97	91
SUIÇA	8	16	15	21
ALEMANHA	27	24	18	18
EUA	47	59	34	19
REINO UNIDO	20	26	25	18
HOLANDA	20	20	16	14
OUTROS	145	135	106	119
Total	1.015	1.169	1.174	1.016

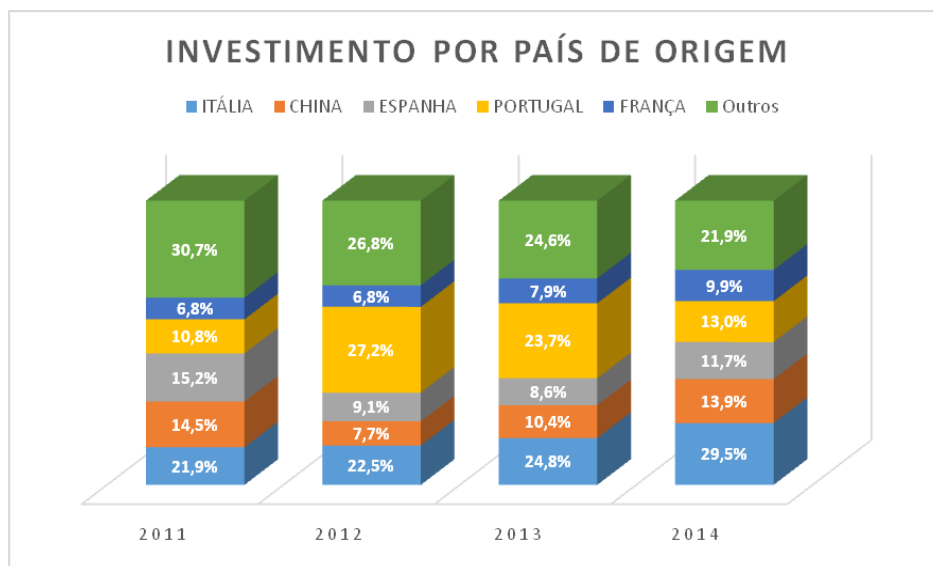
Fonte: CGIg, nov.2014.

Em termos do montante investido, em 2011 foram R\$ 204.265.786,70 (€ 58.361.653,34), em 2012 R\$ 286.403.702,80 (€ 81.829.629,14), em 2013 R\$ 290.269.232,11 (€ 82.934.066,10), e 2014⁶

⁶ Valores até novembro de 2014.

R\$ 225.377.267,09 (€ 64.393.504,85). A figura abaixo mostra a distribuição desses montantes por país, destacando a posição de Portugal como o a maior participação em 2012 (27,2%) e em um segundo posto em 2013 (23,7%).

Figura 2 - Valores de Investimento por País de Origem

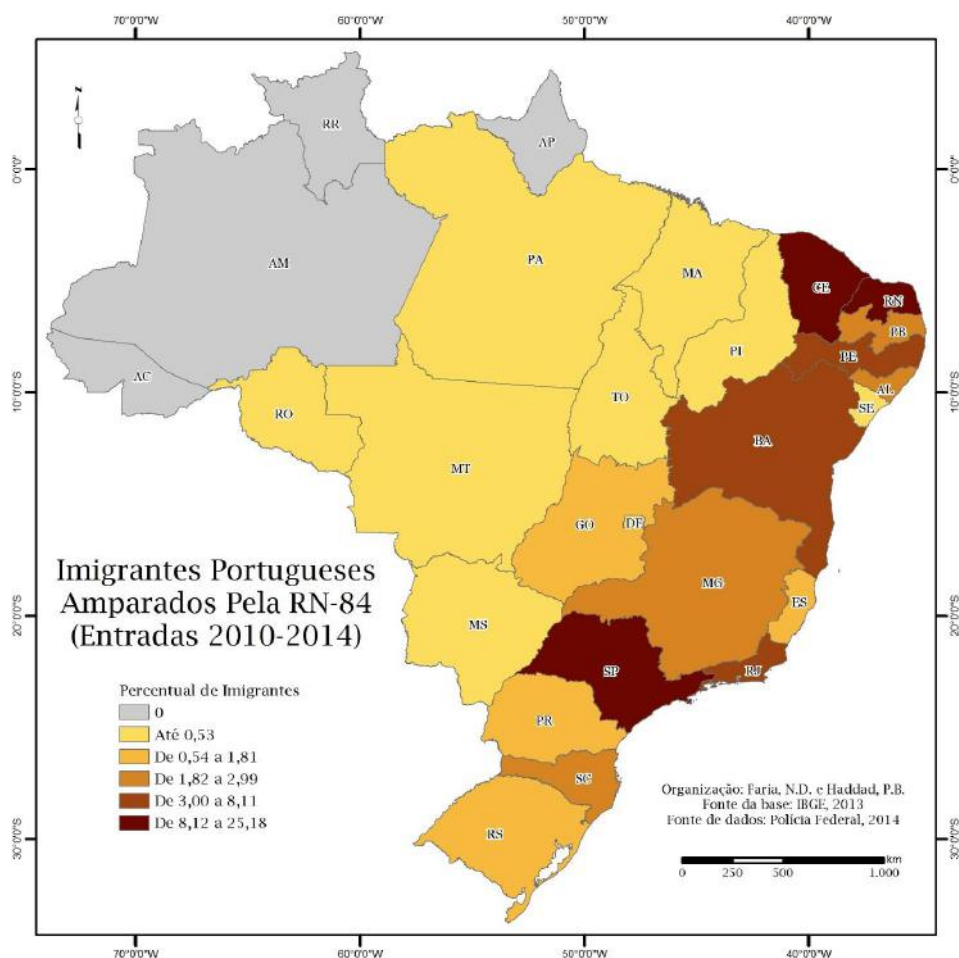


Fonte: CGI, nov.2014

Observado, então, o quanto os portugueses têm investido no Brasil nos últimos anos, mesmo com uma queda em 2014, essa foi a nacionalidade que mais cresceu no quadriênio de estudo.

Ao se tratar especificamente dos investidores individuais portugueses, os dados da CGI e do CNIg, permitem acompanhar a sua distribuição pelo território brasileiro a partir de 2010. O mapa a seguir indica os estados com maior presença de investidores portugueses.

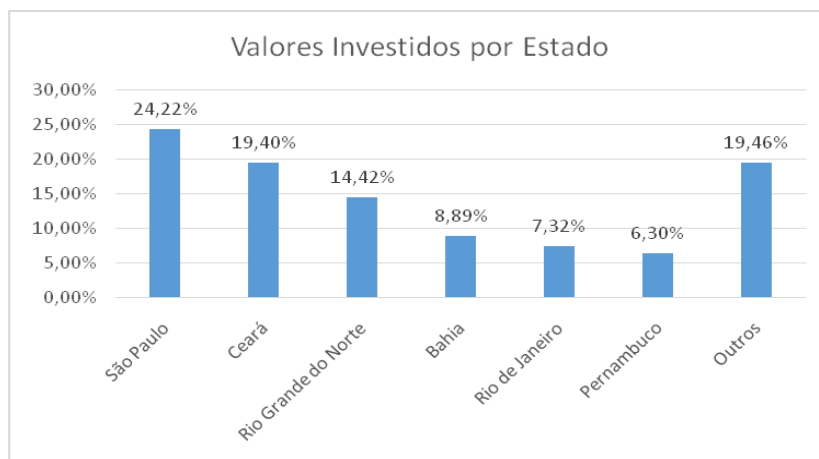
Figura 3 - Mapa dos Imigrantes Portugueses Investidores no Brasil Amparados pela RN 84/2009 (2010-2014)



É possível observar que os estados do Acre (AC), Amazonas (AM), Roraima (RR) e Amapá (AP) não receberam nenhum desses investidores nos últimos quatro anos. Em contrapartida os estados do Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN) e São Paulo (SP) foram os que mais receberam esse perfil de imigrante. A maioria dos estados brasileiros, 13, recebeu menos de 1% desses investidores: Piauí (PI), Maranhão (MA), Pará (PA), Tocantins (TO), Mato Grosso (MT), Rondônia (RO), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO), Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS), Distrito Federal (DF), Espírito Santo (ES) e Sergipe (SE). Em escalas intermediárias, os estados que receberam entre 1,8% e 8%, são 7: Santa Catarina (SC), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), Bahia (BA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Alagoas (AL).

O gráfico a seguir mostra a distribuição dos valores investidos pelas principais unidades da federação.

Figura 4 - Porcentagem de Valores Investidos por Estado (2010 a 2014)



Fonte: CNIg, 2015.

Quando se trata dos valores investidos, São Paulo teve a maior porcentagem (24,22%), o equivalente a R\$ 53.798.220,76 (€ 15.370.920,21), enquanto o Ceará, mesmo sendo o estado que mais recebeu portugueses, teve 19,40% dos investimentos (R\$ 43.105.917,77 - € 12.315.976,50), seguido do Rio Grande do Norte com R\$ 32.039.421,60 (€ 9.154.120,46), 14,42% do total. Os demais estados receberam menos de 10% dos investimentos.

A análise dos dados disponibilizados pelo CNIg com base na descrição do CNAE⁷ mostra que 42% dos investimentos concentraram-se em três principais atividades: 9% na compra e venda de imóveis próprios, 15% na construção de edifícios e 17,4% em incorporações de empreendimentos imobiliários. Esses dados denotam, então, uma predileção pela área imobiliária, abarcando da construção à venda, permitindo associar esse registro ao crescimento imobiliário ocorrido nos últimos anos no Brasil.

4. Comentários Finais – investidor ou imigrante permanente.

Apesar das indicações sobre os investimentos realizados por imigrantes no Brasil apontarem para a sua importância em termos de valores e distribuição no espaço, a realidade que se encontra no campo é bem distinta. No desenrolar dessa pesquisa foram realizados levantamentos nos estados do Nordeste e o que foi encontrado comprovava as indicações apresentadas pela Polícia Federal, em reunião do CNIg (03/2015). Naquele momento estimava-se que mais de 60% das empresas de propriedade de estrangeiros portadores de visto permanentes não tinham

⁷ CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

empregados. Portanto não geravam empregos diretos, o que é um dos condicionantes para a concessão do visto. Mais da metade dos demandantes desse tipo de visto, não apresentavam um pedido de renovação ao termino do prazo de vigência, o que poderia indicar a não manutenção do empreendimento.

Tais pontos configuram uma indicação de que o visto para investidor individual estava se transformando em um caminho para a obtenção do visto permanente, o que possibilitava a inserção no mercado de trabalho e contornar as dificuldades encontradas por profissionais liberais, para o exercício profissional no Brasil. Criava-se uma empresa e essa prestava os serviços aos contratantes sem a necessidade de um contrato de trabalho individual. Como exemplo, uma das empresas pesquisadas, listava em seu contrato social 82 atividades diferentes, como agência de publicidade, comércio de produtos perecíveis, realização de loteamento e construção de imóveis.

Essas situações levaram ao CNlg a editar uma nova resolução normativa (RN nº118) que passou a exigir um investimento mínimo de R\$ 500.000,00 (€ 142.857,00) para a concessão de visto de investidor individual. Tal medida causou forte movimentação de associações de investidores estrangeiros, principalmente chineses, que solicitaram a revogação da resolução.

Referências

Arango, Joaquim. *Emigrantes em Europa: entre integración e exclusion*. Migration nº 1. Madrid. 2005.

Castles, S. e Miller, M.J. *La era de la migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno*. Universidad Autónoma de Zcatecas. México. 2004.

Fernandes, D.; M. C. Castro, e S. Knup. *Espanhóis e Portugueses no Brasil: a migração recente*. In: ICMPD. *Migração Brasil-Europa — A Situação dos Migrantes Brasileiros na Espanha e Portugal e de Portugueses e Espanhóis no Brasil: aspectos legais e vivências*. Viena: International Centre for Migration Policy Development, 2013. p. 225-270.

Garcès, H. Alejandro. *Migración peruana em Santiago: prácticas, espacios y economías*. RIL editores. Santiago de Chile. 2015.

ICMPD International Centre for Migration Policy Development. *Migração Brasil-Europa — A Situação dos Migrantes Brasileiros na Espanha e Portugal e de Portugueses e Espanhóis no Brasil*. Viena. 2013

Lee, Everett. *A theory on migration*. Demography. 3 (1) 47-57. 1966.

Lopéz, Amelia Sáiz. *La Migración China em España*. Revista CIDOB d'Afers Internacionals, Fundació CIDOB, n. 68, p. 151-163, diciembre 2004-enero 2005.

Massey, Douglas et all. *Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium*. IUSSP. Oxfordpress. New York. 2009.

OBmiga. *Ações do Conselho Nacional de Migração (CNlg) Políticas Públicas para Migração – 2014*. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4CD725BD014CE1345222F85/Acoes_do_Conselho_Nacional_de_Imigracao_2014.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2016.

Pacione, Michael. *Population Geography: progress and prospect*. London/Sidney/ Dover: Croom Helm, 1986.

Palermo, G; Oliveira, A. T. R; Lopes, J. *Conceitos e Notas Metodológicas – CGlg/CNlg, RAIS, Censo demográfico (IBGE)*. Cadernos OBMigra, v. 1, n. 2, 2015.

Peixoto, J.; França, T. O Acesso dos Imigrantes Brasileiros aos Direitos em Portugal. In: ICMPPD. *Migração Brasil-Europa — A Situação dos Migrantes Brasileiros na Espanha e Portugal e de Portugueses e Espanhóis no Brasil: aspectos legais e vivências*. Viena: International Centre for Migration Policy Development, 2013. p. 135-184.

Piore, Michael J. *Birds of Passage. migrant labor and industrial societies*, Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

Ravestein, Ernst Georde. The Laws of Migration. Journal of th Statistical Society, n. 47, n. 167-227, June 1885. Tradução de Hélio A. de Moura. In. MOURA, Helio A. *Migração Interna – Textos Seleccionados*. Fortaleza: BNB, 1980.

REMIGR. *Relatório Preliminar*. Universidade de Lisboa, 2015. Mimeo.

SASSEN, Saskia. *The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow*. Cambridge University Press. New York. 1988.

Impacto da Demografia no mercado de trabalho e emprego em Portugal

José Manuel Gameiro Rebelo dos Santos

Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos

Escola Superior de Ciências Empresariais

Instituto Politécnico de Setúbal, jose.rebelo@esce.ips.pt

Sumário: A reflexão que se apresenta propõe uma análise das tendências de evolução do emprego / desemprego em Portugal, a partir exclusivamente das projecções da população residente por idades de 2012 a 2030 (da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística). Aparentemente haverá dificuldade em substituir os indivíduos que passem à reforma dada a diminuição de jovens com idade para ingressar no mercado de trabalho. Assim a tendência é de que o desemprego decresça de forma substancial.

Resumo: A elevada taxa de desemprego em Portugal constitui um problema grave. As repercussões fazem sentir-se de forma mais acentuada nos jovens (apesar das elevadas qualificações), nos mais velhos e nas mulheres. Apesar dos últimos dados indicarem uma ligeira diminuição ou pelo menos uma estagnação a nível de taxa de desemprego, a percentagem é ainda muito alta, posicionando-nos entre os países da união europeia com mais pessoas à procura de trabalho. As principais razões que explicam esta situação estão ligadas à crise económica que se vive no mundo ocidental agudizada pela debilidade da economia portuguesa que culminou com um pedido de assistência financeira (resgate) em abril de 2011.

Neste estudo o objetivo é fazer uma análise prospetiva do desemprego até 2030 com base exclusivamente em fatores demográficos. Para o efeito recorreu-se às projecções do Instituto Nacional de Estatística relativas à população residente por idades que mostram um decréscimo populacional e um acentuado envelhecimento da população como resultado, em especial, de saldos migratórios negativos e de um aumento da esperança de vida. Os Dados disponibilizados pelo INE pressupõem uma redução drástica na imigração e mesmo movimentos de retorno de algumas comunidades imigrantes para os seus países de origem; ao mesmo tempo verifica-se um

aumento substancial da emigração sobretudo jovem. A natalidade permanece em níveis muito baixos apesar de se prever um pequeno crescimento no número de nascimentos.

Assim perspectiva-se uma diminuição consistente do desemprego se não forem considerados outros fatores de natureza económica, conjunturais ou estruturais que maximizem ou minimizem a diminuição referida.

Palavras-chave: Emprego, Demografia, Portugal.

Abstract: Unemployment in Portugal has very high values. Young people (usually with high qualifications), women and the elderly are the groups more affected by this problem. Recent data indicates a slight decrease in unemployment but this lies still at very high levels. Portugal is one of the countries of the European Union where unemployment is higher. The reasons are the weakness of the Portuguese economy and the crisis situation in the Western world.

Our goal is to analyze the possible consequences of unemployment on the demographic evolution. We used projections of the Instituto Nacional de Estatística divided by age groups until 2030. These show a population decline and a marked aging due to several factors as negative migration balance and increased life expectancy. These projections suppose a sharp decline in immigration, a significant increase of mainly young emigration and a low birth rate despite the recent increase in the number of births.

The analysis suggests a consistent decrease of the unemployment in case circumstantial / conjunctural / cyclical economic or structural factors don't affect it.

Keywords: Employment, Demography, Portugal.

Introdução

As organizações e o mercado de trabalho sofrem diversas pressões quer decorrentes das mudanças tecnológicas quer da racionalização dos efetivos (Ali et al, 2014). As mudanças tecnológicas, a automatização, a burótica e a robótica têm como efeito necessidades de menos mão-de-obra mas mais qualificada (Ali et al, 2014), concorrendo portanto para a extinção de muitos postos de trabalho.

Em Portugal a pressão demográfica é de sinal contrário: o acentuado envelhecimento da população, com o número de nascimentos a diminuir drasticamente torna mais difícil substituir trabalhadores havendo alguma tendência para aumentar a idade da reforma.

Por outro lado os jovens disponíveis para ocupar vagas no mercado de trabalho e substituir aqueles que se reformam é em número manifestamente insuficiente para suprir estas necessidades e a tendência é de que esta situação se agrave nas próximas décadas.

O estudo que se apresenta visa contribuir para a análise da evolução do emprego em Portugal até 2030. Tem como base projeções da população residente por idades, da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística e corresponde ao período entre 2012 a 2030. Foram delineados três cenários: um alto, um central e um baixo.

1. Contextualização do desemprego em Portugal

As mudanças produzidas pelas tecnologias de informação e comunicação exigiram que quer as pessoas quer as organizações se adaptassem dando lugar a uma sociedade diferente: a sociedade de informação (Kovács, 2006).

Foi necessário reinventar o modo de funcionamento e relacionamento das empresas e a própria organização do trabalho.

Entraram em declínio e estão atualmente em vias de extinção os empregos para toda a vida e algumas funções passaram a ser secundarizadas ao mesmo tempo que emergiram outras. No entanto, com a reorganização das empresas muitos milhares de postos de trabalho foram eliminados e a criação de novos empregos tem sido bastante inferior à dos postos de trabalho extintos.

As qualificações, o grupo etário e o sexo são muito importantes quer para o ingresso quer para a saída do mercado de trabalho: são os jovens, os mais velhos, os menos qualificados e as mulheres que mais sentem estes problemas.

Em Portugal sobretudo desde o início desta década o desemprego aumentou de forma muito substancial. Com efeito sobretudo nos anos 2012 e 2013 o desemprego atingiu valores muito preocupantes.

Conforme se pode verificar na tabela 1, desde 2013 que se assiste a uma pequena descida mas apesar disso a taxa continua a ser de dois dígitos. No 2º trimestre do ano em curso (2016) a taxa desceu para níveis próximos dos verificados em 2010 (10,8%).

Tabela 1: Evolução do desemprego em Portugal por sexo de 2010 a 2015 (%)

Ano	Total	Feminino	Masculino
2010	10,8	11,9	9,8
2011	12,7	13,0	12,3
2012	15,5	15,5	15,6
2013	16,2	16,4	16,0
2014	13,9	14,3	13,5
2015	12,4	12,7	12,2

Fontes / Entidades: INE e Pordata.

Desagregando a análise do desemprego com base na sua distribuição por sexo (tabela 1), pode verificar-se que é um pouco mais elevado no sexo feminino evidenciando a sua maior vulnerabilidade.

A análise do desemprego em função do nível de escolaridade (tabela 2) permite evidenciar que os detentores de ensino superior registam valores de desemprego muito inferiores aos do desemprego total.

Tabela 2: Evolução do desemprego em Portugal por nível de escolaridade de 2010 a 2015 (%)

Ano	Total	Nenhum	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior
2010	10,8	8,9	11,7	11,4	7,0
2011	12,7	11,6	13,7	13,4	9,0
2012	15,5	14,4	16,1	17,6	11,6
2013	16,2	17,3	17,0	17,4	12,6
2014	13,9	13,9	15,0	15,3	10,0
2015	12,4	13,2	13,2	13,9	9,2

Fontes / Entidades: INE e Pordata.

O desemprego por grupo etário (tabela 3) mostra que a situação é particularmente grave para os mais jovens uma vez que quase um terço dos menores de 25 anos encontravam-se em situação de desemprego no final de 2015, valor que é quase o triplo do verificado nas classes etárias de 25 a 54 anos e 55 a 64 anos.

Tabela 3: Evolução do desemprego em Portugal por grupo etário entre 2010 a 2015 (%)

Ano	Total	<25	25-54	55-64
2010	10,8	22,8	10,7	8,9
2011	12,7	30,2	11,9	10,8
2012	15,5	37,9	14,7	12,7
2013	16,2	38,1	15,5	13,7
2014	13,9	34,8	12,7	13,5
2015	12,4	32,0	11,2	12,4

Fontes / Entidades: INE e Pordata.

Se até 2013 a tendência foi no sentido do aumento da taxa de desemprego, actualmente constata-se uma tendência diferente que resulta da pressão demográfica: com o decréscimo populacional e o envelhecimento demográfico é expectável que no curto, médio prazo se verifique uma reversão na evolução do desemprego dada a insuficiência de recursos humanos jovens para substituir os que saem do mercado de trabalho.

Esta situação não ocorre só em Portugal constituindo uma preocupação em diversos países da Europa e em geral do mundo ocidental (Feld, 2007). O recurso à imigração poderá eventualmente contribuir para minimizar o problema no curto prazo do défice demográfico que está a assolar os países ocidentais, e que se consubstancia num crescente envelhecimento prazo (Sassen, 2002) e a emigração pode agudizá-lo.

No caso concreto de Portugal, que é um dos países mais envelhecidos do mundo, há a ter em conta para além da descida drástica do número de nascimentos (tabela 4), o aumento substancial da emigração e a diminuição da imigração de forma muito expressiva, tornando o saldo migratório muito negativo.

Tabela 4: Natalidade, fecundidade e nascimentos em Portugal entre 2010 a 2015

Ano	Taxa bruta de natalidade	Índice sintético de fecundidade	Nascimentos
2010	9,6	40,0	101.381
2011	9,2	38,6	96.856
2012	8,5	36,3	89.841
2013	7,9	33,9	82.787
2014	7,9	34,3	82.367
2015	8,3	36,0	85.500

Fontes / Entidades: INE e Pordata.

Se compararmos os números da emigração entre 2011 e 2015 (tabela 5) com o número de nascimentos verificamos que os que saíram do país foram em número bastante superior ao dos que nasceram o que permite perceber as implicações da emigração no envelhecimento populacional.

Tabela 5: Emigração - Portugal entre 2010 a 2015

Ano	Total	Emigração permanente	Emigração temporária
2010		23.760	
2011	100.978	43.998	56.980
2012	121.418	51.958	69.460
2013	128.108	53.786	74.322
2014	134.624	49.572	85.052
2015	101.203	40.377	60.826

Fontes / Entidades: INE e Pordata.

Estes dados contribuem para perceber que só a saída de mais de 580 mil pessoas tendencialmente jovens e em idade ativa terão forte repercussão na diminuição do desemprego, da natalidade e da população residente ao mesmo tempo que terão reflexos no aumento do envelhecimento populacional.

Embora a maior parte das saídas do país diga respeito a emigração temporária, ou seja saídas cuja duração prevista é até um ano (Santos et al, 2013) não deixa de ser um problema e sabe-se que muitas vezes a emigração começa como temporária mas transforma-se em permanente. Por outro lado os dados da imigração (constantes da tabela 6) evidenciam um decréscimo também bastante acentuado de imigrantes entre 2010 e 2015 (cerca de 60 mil de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2016), concorrendo também para a diminuição da mão de obra disponível, da população, da natalidade e para um aumento do envelhecimento populacional.

Tabela 6: Imigrantes em Portugal entre 2008 e 2015

2008	436.020
2009	451.742
2010	443.055
2011	434.708
2012	414.610
2013	398.268
2014	390.113
2015	383.759

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2016.

2. Evolução da população residente por idades de 2012 a 2030

Para a análise da pressão demográfica vamos considerar três cenários de análise da evolução da população residente por idades entre 2012 e 2030 tendo por base o delineado nas projecções demográficas do INE (Instituto Nacional de Estatística, 2014). Vamos ainda supor que os indivíduos entrariam todos no mercado de trabalho aos 20 anos e sairiam todos aos 66 anos.

A partir dos dados anteriores e independentemente do cenário, o número de saídas é sempre substancialmente superior ao das entradas variando o défice acumulado no período em questão (2012 a 2030) entre 458.321 e 495.349 indivíduos (Instituto Nacional de Estatística, 2014).

O cenário alto pressupõe evolução otimista para a fecundidade, mortalidade e migrações (aumento moderado dos nascimentos, aumento da esperança de vida à nascença e saldos migratórios positivos com o número de imigrantes a ser superior ao dos emigrantes) (Instituto Nacional de Estatística, 2014).

O cenário central pressupõe a natalidade a assumir um aumento mais modesto, a esperança de vida a aumentar ligeiramente e o saldo migratório a ser positivo (Instituto Nacional de Estatística, 2014).

O cenário baixo pressupõe valores de fecundidade próximos dos atuais (índice sintético de fecundidade de 1,30 por mulher), mortalidade em linha com as tendências atuais e saldos migratórios também em linha com a atualidade (saldos migratórios negativos) (Instituto Nacional de Estatística, 2014).

Embora as projecções do INE correspondam ao período de 2012 a 2060, por questões operacionais para a análise aqui efetuada considerámos apenas o período entre 2012 e 2030).

Tabela 7: Cenário 1 – população residente de 20 e de 66anos entre 2012 e 2030

Cenário 1 - baixo	20 anos	66 anos	Diferencial	Acumulado
2012	114 044	113 852	- 192	- 192
2013	111 967	113 377	1 410	1 218
2014	106 582	125 673	19 091	20 309
2015	106 078	122 528	16 450	36 759
2016	106 379	124 946	18 567	55 326
2017	106 924	126 712	19 788	75 114
2017	107 081	126 705	19 624	94 738
2019	110 163	123 889	13 726	108 464
2020	112 542	126 580	14 038	122 502
2021	103 143	130 253	27 110	149 612
2022	103 610	128 742	25 132	174 744
2023	102 722	132 322	29 600	204 344
2024	100 006	133 613	33 607	237 951
2025	101 530	133 625	32 095	270 046
2026	97 619	139 542	41 923	311 969
2027	95 019	140 262	45 243	357 212
2028	97.040	140.573	43.533	400.745
2029	93.022	140.572	47.550	448.295
2030	96.574	143.628	47.054	495.349

Fonte: adaptado de Instituto Nacional de Estatística, 2014 (elaboração do autor).

No cenário 1 (tabela 7) a análise do período 2012 a 2030 permite verificar que o diferencial acumulado entre os indivíduos que perfazem 66 anos (idade hipotética para passarem à reforma) e os que perfazem 20 anos (supostamente a idade para ingressarem no mercado de trabalho) é de 495.349, sendo portanto este o valor a considerar para a diminuição do desemprego e / ou destruição de postos de trabalho.

Tabela 8: Cenário 2 – população residente de 20 e de 66anos entre 2012 e 2030

Cenário 2 - central	20 anos	66 anos	Diferencial	Acumulado
2012	114 044	113 852	- 192	- 192
2013	112 195	113 413	1 218	1 026
2014	107 139	125 767	18 628	19 654
2015	107 008	122 698	15 690	35 344
2016	107 693	125 206	17 513	52 857
2017	108 615	127 075	18 460	71 317
2017	109 132	127 182	18 050	89 367
2019	112 562	124 491	11 929	101 296
2020	115 272	127 316	12 044	113 340
2021	106 196	131 129	24 933	138 273
2022	106 979	129 767	22 788	161 061
2023	106 402	133 505	27 103	188 164
2024	103 993	134 960	30 967	219 131
2025	105 823	135 146	29 323	248 454
2026	102 219	141 245	39 026	287 480
2027	99 925	142 154	42 229	329 709
2028	102.255	142.665	40.410	370.119
2029	98.544	142.878	44.334	414.453
2030	102.402	146.170	43.768	458.221

Fonte: adaptado de Instituto Nacional de Estatística, 2014 (elaboração do autor).

No cenário 2 (tabela 8) e para o mesmo efeito os valores são bastante inferiores aos do cenário 1 mas continuam a ser bastante expressivos (458.221).

Tabela 9: Cenário 3 – população residente de 20 e de 66anos entre 2012 e 2030

Cenário 3 - alto	20 anos	66 anos	Diferencial	Acumulado
2012	114 044	113 852	- 192	- 192
2013	112 198	113 450	1 252	1 060
2014	107 145	125 885	18 740	19 800
2015	107 020	122 895	15 875	35 675
2016	107 709	125 502	17 793	53 468
2017	108 636	127 473	18 837	72 305
2017	109 157	127 680	18 523	90 828
2019	112 591	125 075	12 484	103 312
2020	115 307	128 012	12 705	116 017
2021	106 232	131 945	25 713	141 730
2022	107 018	130 669	23 651	165 381
2023	106 443	134 526	28 083	193 464
2024	104 035	136 084	32 049	225 513
2025	105 869	136 361	30 492	256 005
2026	102 266	142 606	40 340	296 345
2027	99 972	143 609	43 637	339 982
2028	102.305	144.210	41.905	381.887
2029	98.595	144.506	45.911	427.798
2030	102.458	147.917	45.459	473.257

Fonte: adaptado de Instituto Nacional de Estatística, 2014 (elaboração do autor).

O cenário 3 (tabela 9) mostra-nos valores intermédios entre os dos cenários 1 e 2 que se consubstanciam em 473.257.

Assim sendo parece haver evidências de que o número de indivíduos que saem do mercado de trabalho é muito superior ao dos que pretendem entrar, mesmo assumindo que parte dos postos de trabalho poderão ser eliminados por motivos ligados à evolução da tecnologia.

Haverá portanto uma diminuição acentuada das atuais taxas de desemprego e dificuldades em encontrar mão de obra o que no limite pode levar a uma tendência para que os indivíduos se mantenham por mais algum tempo no mercado de trabalho e a um aumento do custo do fator trabalho.

Conclusão

O exercício efetuado evidencia uma evolução consonante com uma diminuição expressiva do desemprego. Esta diminuição não tem necessariamente relação direta com políticas governamentais ou fatores externos. É sobretudo de natureza demográfica.

A diminuição do desemprego neste caso esconde dois problemas graves: o acentuado envelhecimento populacional (remetendo para dificuldades no âmbito da sustentabilidade da segurança social) e a diminuição substancial da população portuguesa que poderá ser em 2030 de cerca de 9 milhões e trezentos mil e em 2060 de 6 milhões e trezentos e cinquenta mil tendo em conta a projeção a que recorremos (INE, 2014).

Referências

Alis, Davis, Horts, Charles-Henri Besseyre des, Chevalier, Françoise, Fabi, Bruno, Peretti, Jean-Marie (2014), *Gestão dos Recursos Humanos – uma abordagem internacional*, Lisboa: Edições Piaget.

Feld, Serge (2007) Les migrations internationales en Europe selon deux scénarios, Prospective 2030: Le futur de L'Europe avec ou sans migrations?, In *Population et Avenir*, nº 681, 2007, Janvier-Février

Instituto Nacional de Estatística (2014), *Projeções de população residente 2012-2060*, in www.ine.pt (acedido em 25 de Fevereiro de 2016 em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui...att_display).

Kovács, Ilona (2006), Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho, In *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 52, CIES-ISCTE/CELTA, 41-65.

Santos, J. Rebelo, Mendes, M. F., Rego, M. Conceição, Magalhães, M. Graça (2012) Alguns contributos para a caracterização da comunidade angolana imigrante em Portugal e para a dinâmica populacional portuguesa, in Carvalho, M., Santos, M., Caeiro, J (2013) *Economia, Sociologia, ambiente e desenvolvimento rural, actas do 2.º Encontro Luso-Angolano*, Luanda, Comissão Executiva do 2.º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural / Universidade Metodista de Angola, 415-426.

Sassen, Saskia (2002), Será este o caminho? Como lidar com a imigração na era da globalização, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Dezembro de 2002, n.º 64, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 41-54.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2016) Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, Lisboa, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Sites: PORDATA <http://www.pordata.pt/> (acedido em 15 e 16 de maio de 2016).

Population ageing and the labour market during the recent crisis in Portugal

Paula C. M. Albuquerque*

ULisboa/ISEG/CSG/SOCIUS, pcma@iseg.ulisboa.pt

Sumário: A recente crise da dívida afetou os países do Sul da Europa de forma particularmente severa. Um dos efeitos mais negativos foi o elevado nível de desemprego. O envelhecimento da população coloca dificuldades ao nível do funcionamento dos sistemas de segurança social, sobretudo por causa do aumento dos compromissos financeiros com o pagamento de pensões. Isto exerce pressão sobre o défice orçamental e a dívida pública, contribuindo para um agravamento da crise e da taxa de desemprego. Todavia, o envelhecimento da população pode também operar favoravelmente no sentido da redução da taxa de desemprego.

Neste trabalho, discutimos os efeitos do envelhecimento sobre os agregados associados ao desempenho do mercado de trabalho e chamamos a atenção para o frequentemente esquecido efeito direto positivo que a alteração da estrutura etária da população tem. Ilustramos este efeito com dados do período da crise em Portugal, um país envelhecido e profundamente afetado pela crise da dívida. Analisamos ainda o desempenho relativo dos diferentes grupos etários no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Envelhecimento da população, crise, mercado de trabalho.

Abstract: The recent debt crisis has affected Southern European countries particularly severely. One of its most negative effects has been the high level of unemployment. The ageing of populations complicates the functioning of social security systems, particularly owing to an increase in financial commitments to pay pensions. This creates pressure for larger budget deficits which, in turn, increase public debt, thus worsening the crisis and also the unemployment rate. Nevertheless, population ageing can also operate favourably in reducing the unemployment rate.

In this paper we discuss the effects of ageing on the aggregate measures of labour market performance and call attention to the frequently forgotten positive direct effect of a change in the age structure of a population. We exemplify this with data from the period when Portugal was in

*Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do Projecto UID/SOC/04521/2013.

This work is supported by the Portuguese national funding agency for science, research and technology (FCT), under the Project UID/SOC/04521/2013.

crisis, Portugal being one of the countries which not only was marked by the profound debt crisis, but also has an aged society. Additionally, we research the relative performance of the different age groups in terms of their labour market experiences.

Keywords: Population ageing, crisis, labour market.

1. Introduction

Financial crises produce heightened uncertainty with a reduction in investment and output, and also an increase in unemployment (Queralto 2013). Such crises may trigger recessions, and recessions associated with financial crises tend to be more acute than other cyclical downturns (Claessens and Kose 2013, BIS 2014). Several factors contribute to a crisis having a higher, or lower impact on the performance of the labour market, including: labour market institutions and flexibility; (Cazes et al. 2013, Brada and Signorelli 2012, Bernal-Verdugo et al. 2012, Blanchard 2006, Eichhorst et al. 2009); labour policies (Bernal-Verdugo et al. 2012, Destefanis and Mastromatteo 2010); financial liberalisation (Van der Hoeven and Lübker 2006, Van der Hoeven 2010), reliance on international trade (Jansen and Uexküll 2010), and; the sectoral structure of the economy (Destefanis and Mastromatteo 2010, Marelli et al 2012). Another factor is the age structure of the population.

The effects of population ageing on the economy and on society are seen almost everywhere. Indeed, population ageing is seen as one of the main challenges for public finances and, combined with a weak economic performance, it can create conditions that lead to a crisis. Ageing puts pressure on budgets, which, in turn may lead to more public debt, worsening a sovereign debt crisis through output and employment costs. Nevertheless, population ageing has a frequently forgotten positive effect (Shimer 1999, Barwell 2000), which is that it operates in favour of a reduction in the unemployment rate. It is precisely this effect that we want to emphasise in this paper. We exemplify this effect by using data for Portugal, focussing on the recent evolution of the country's labour market, which is appropriate, as Portugal is a country that has been marked by a deep debt crisis and also has an aged society.

After presenting the data, the paper is divided into three parts. In the first part, we analyse the recent evolution of the unemployment rate in Portugal, which can only be correctly interpreted by looking simultaneously at the evolution of employment, unemployment and inactivity over time, and across worker groups (gender, education and age). Next, we inspect labour market transitions by age, in order to get an insight into the driving forces of the changes in the labour market. In the

second part, we calculate the direct effect of population ageing on the evolution of labour market outcomes. Lastly, we discuss our results in the wider context of the implications of population ageing for the labour market during the crisis and from a longer-term perspective.

2. Data

This paper uses data from the Portuguese Labour Force Survey (LFS), which is a quarterly household survey that interviews individuals in 22,554 households each Quarter, up until the Second Quarter of 2013. The sampling size has been progressively enlarged, comprising 22,572 homes by the Last Quarter of 2014. Households remain in the sample for six consecutive Quarters before being replaced by an identical number of households from the same geographical area (Eurostat 2014). Due to the adoption of a new methodology during the First Quarter of 2011 (1Q2011), which consequently lead to a break in the series, we use data for the period from 1Q2011 to 2Q2014, which was the latest information available when this research was carried out.

3. The evolution of employment, unemployment, and inactivity

The high level of unemployment is one of the most negative effects of the current crisis in Portugal. However statistics show that the unemployment rate has been declining since its peak during the First Quarter of 2013, at a 17.8 percent level (Eurostat). As from the Second Quarter of 2014, the unemployment rate has remained at 14.1 percent (Eurostat), which is still high, although it is improving.

The unemployment rate decreases when the number of unemployed decreases in proportion to the labour force. The number of unemployed decreases more due to people not finding a job, but also because more people leave the labour force. At its limit, if all the fall in unemployment was from those who left the labour market, then there would still be a decrease in the unemployment rate. Nevertheless, this would reflect a much weaker labour market when compared to a similar decrease in the unemployment rate resulting from job creation. Therefore, we analyse separately the evolution of unemployment, of employment, and of the out-of-labour force population.

During periods of crises, employment is expected to decrease, and unemployment rises. The effect on labour market participation is twofold: more individuals become discouraged, and stop looking for a job or leave the workforce (discouragement effect), yet more individuals who were out of the labour force try to find a job to compensate for a job loss of someone else in the same household (the added worker effect) (Cain 1967).

In Tables 1 to 3, we look at the evolution of unemployment, employment, and of the out-of-labour force population between the First Quarter of 2011 (1Q2011) and the First Quarter of 2014 (1Q2014). We also calculate the employment to population ratio, which is an indicator of the performance of the labour market that is not influenced by the way the non-working population is divided between the unemployed and the inactive.

In Table 1, we depict the evolution of the patterns by gender. Although both genders became less employed and more unemployed, men were slightly more penalised than women. Additionally, inactivity increased mostly among men.

In Table 2, we show the evolution of the patterns by education level. There was a clearly positive evolution in the education levels of the Portuguese population. The proportion of individuals with less than the 9th Grade as a proportion of the total population decreased, but employment of that category decreased by much more, whereas the inactive with less than the 9th Grade decreased by much less. The number of unemployed increased disproportionately among the more educated, even after taking into account the fact that these were the categories that increased more in the population. Most of the population became less employed, more unemployed, and more inactive. The decrease in the number of employed and also in the number of inactive was particularly expressive for those with lower than the 9th Grade. Only the population with completed 12th Grade maintained the same proportion of employed, becoming more unemployed and less inactive.

Table 1 - Evolution of employment, unemployment, and inactivity - by gender

	1Q 2011	1Q2014	Absolute Change	Percent Change	1Q 2011 (ratio to same sex Population)	1Q2014 (ratio to same sex Population)
Employment	4,775,039	4,426,861	-348,178	-7.3%		
Men	2,508,170	2,273,433	-234,737	-9.4%	59.3%	56.5%
Women	2,266,869	2,153,428	-113,441	-5.0%	47.8%	46.5%
Unemployment	673,195	788,094	114,899	17.1%		
Men	340,059	402,936	62,877	18.5%	8.0%	9.7%
Women	333,136	385,158	52,022	15.6%	7.0%	8.2%
Inactive	3,521,207	3,675,638	154,431	4.4%		
Men	1,381,838	1,486,818	104,980	7.6%	32.7%	33.9%
Women	2,139,369	2,159,828	20,459	1.0%	45.1%	45.3%

Note: Author's calculations based on Portuguese LFS data. Weighted data. Individuals considered are 15 years old, or older.

Table 2 - Evolution of employment, unemployment, and inactivity - by level of education

	1Q 2011 (nr. persons)	1Q2014 (nr. persons)	Absolute Change	Percent Change	1Q 2011 (ratio to same education level population)	1Q2014 (ratio to same education level population)
Employment						
Lower than 9 th Grade	1,970,667	1,416,840	-553,827	-28%	43.1%	35.8%
Complete 9 th Grade	1,018,570	935,002	-83,568	-8%	56.0%	50.5%
Complete 12 th Grade	872,076	1,024,842	152,766	18%	62.8%	62.8%
Higher than 12 th Grade	913,739	1,050,174	136,435	15%	77.0%	72.4%
Unemployment						
Lower than 9 th Grade	268,003	246,486	-21,517	-8%	5.9%	6.2%
Complete 9 th Grade	188,747	203,620	14,873	8%	10.4%	11.0%
Complete 12 th Grade	131,401	203,278	71,877	55%	9.5%	12.5%
Higher than 12 th Grade	85,045	134,709	49,664	58%	7.2%	9.3%
Inactive						
Lower than 9 th Grade	2,335,532	2,294,379	-41,153	-2%	51.1%	58.0%
Complete 9 th Grade	612,834	711,607	98,773	16%	33.7%	38.5%
Complete 12 th Grade	384,382	403,413	19,031	5%	27.7%	24.7%
Higher than 12 th Grade	188,449	266,264	77,815	41%	15.9%	18.3%
Total Population						
Lower than 9 th Grade	4,574,202	3,957,705	-616,497	-13%		
Complete 9 th Grade	1,820,151	1,850,229	30,078	2%		
Complete 12 th Grade	1,387,859	1,631,533	243,674	18%		
Higher than 12 th Grade	1,187,233	1,451,147	263,914	22%		

Note: Author's calculations based on Portuguese LFS data. Weighted data. Individuals considered are 15 years old or older.

In Table 3, we show the evolution of unemployment, employment, and of inactivity by age category. All age categories became less employed, however the most affected were those 29 years old and younger. The impressive increase in the number of unemployed aged 60 years old or older was, for a large part the result of the increase in the proportion of this age group for the total population.

The groups that were slightly more protected during this crisis were middle-aged individuals (40-59), and those with completed 12th Grade of education. Unlike the rest of the population, the percentage of these individuals out of the labour force decreased. Additionally, those with completed 12th Grade was the only group that was spared from a decrease in the employment-to-population ratio, and the middle-aged (40-59) was the age group with the smallest decrease for this ratio.

Confronted with a reduction in demand, firms may cut work hours - evolution of the labour market at the intensive margin - before reducing employment – evolution at the extensive margin (Blundell et al 2013, Cazes et al. 2013). This type of adjustment is known to have been important during the recent evolution of the labour markets of countries such as Germany and Finland (Cazes et al. 2013). We calculated the average of actual work hours of all the individuals for whom information is available for the variable that is measured for a specific week, using weighted data. In Figure 1, we can see that the periods with higher unemployment are precisely the periods with lower average work hours for those in work. Therefore, even if the reduction in average work hours is not very great, the two effects compound to become forms of adjustment to the crisis. The workforce that remains employed is used somewhat less intensely.

Table 3 - Evolution of employment, unemployment, and inactivity - by age

	1Q 2011 (nr. persons)	1Q2014 (nr. persons)	Absolute Change	Percent Change	1Q 2011 (ratio to same age population)	1Q2014 (ratio to same age population)
Employment						
15-29	795,365	638 398	-156,967	-19.7%	44.0%	37.9%
30-39	1,313,361	1 184 089	-129,272	-9.8%	81.9%	79.4%
40-49	1,221,670	1 203 035	-18,635	-1.5%	78.5%	77.3%
50-59	917,931	930 261	12,330	1.3%	65.5%	64.6%
60-69	356,153	347 689	-8,464	-2.4%	30.7%	28.4%
70+	170,559	123 389	-47,170	-27.7%	11.8%	8.2%
Unemployment						
15-29	219,988	242,351	22,363	10.2%	12.2%	14.4%
30-39	167,283	188,629	21,346	12.8%	10.4%	12.7%
40-49	149,705	178,453	28,748	19.2%	9.6%	11.5%
50-59	114,589	143,248	28,659	25.0%	8.2%	9.9%
60-69	21,382	34,355	12,973	60.7%	1.8%	2.8%
70+	248	1,058	810	326.6%	0.0%	0.1%
Inactive						
15-29	791,332	802,789	11,457	1.4%	43.8%	47.7%
30-39	123,002	118,083	-4,919	-4.0%	7.7%	7.9%
40-49	184,792	175,301	-9,491	-5.1%	11.9%	11.3%
50-59	369,257	367,476	-1,781	-0.5%	26.3%	25.5%
60-69	783,906	840,540	56,634	7.2%	67.5%	68.8%
70+	1,268,918	1,371,449	102,531	8.1%	88.1%	91.7%
Total Population						
15-29	1,806,685	1,683,538	-123,147	-6.8%		
30-39	1,603,646	1,490,801	-112,845	-7.0%		
40-49	1,556,167	1,556,789	622	0.0%		
50-59	1,401,777	1,440,985	39,208	2.8%		
60-69	1,161,441	1,222,584	61,143	5.3%		
70+	1,439,725	1,495,896	56,171	3.9%		

Note: Author's calculations based on Portuguese LFS data. Weighted data.

Figure 1- Evolution of work hours for the week of reference



Note: Author's calculations, based on Portuguese LFS data.

4. Labour market flows of different age groups

The evolution of aggregate labour market measures results from individuals' transitions between employment, unemployment, and out-of-the labour force. This section analyses labour market transitions, in order to highlight whether the evolution of the unemployment rate resulted more from a change in unemployment persistence, from a change in transitions from employment to unemployment, or from a change in transitions from inactivity to unemployment, whilst also analysing the relative performance of older and younger individuals. We focus on some of the core transitions that can be experienced by people in the labour market, namely: a) out of employment, and; b) out of unemployment. For each status, we identify five possible destinations: employment; unemployment; education; retirement, and; other inactivity (which includes domestic status). Retirement is one possible form of inactivity. People may also transit to inactivity because they go back to school, or because they become discouraged from looking for a job. The economic crisis is expected to have increased transitions to inactivity, although policy measures aimed at delaying the time of retirement may have operated in the opposite way.

Using the LFS, it is possible to follow the same individual for a period of six Quarters. For a given Quarter, the sample consists of those individuals who are present during that year and also the next one. The assessment of labour market status is based on the subjective assessment of the respondent, reported at the time of the survey. We use unweighted data to calculate the transition rates. For each Quarter t , the transition probability between state i and state j (P_{ij}^t) is calculated as

being the number of individuals that passed from state i in $t-1$, to state j in t , divided by the number of individuals that were in state i in $t-1$, and who are also present in the sample in t .

Ward-Warmedinger and Macchiarelli (2013) present values of transition probabilities between three labour statuses for the total population for periods before the crisis, which is interesting for comparison with ours (Table 4). There was a methodology break in the LFS between the period covered by these authors – from 1998 to 2008 - and the period analysed by ourselves – 2011 to 2014. Furthermore, Ward-Warmedinger and Macchiarelli calculate the average of annual transitions, whereas we calculate the average of Quarterly transitions. These two factors do not allow a strict comparison of the transition flows for the population total. Nevertheless, we think it is safe to conclude that the main differences between the two periods reside in the outflows from unemployment, much more than in the outflows from employment. The probability of leaving unemployment and entering employment is much lower during the period of the crisis, and the probability of remaining in unemployment, or of passing from unemployment to inactivity is much higher. The differences in the outflows from employment during the two periods are not so expressive.

Table 4 – Transition probabilities between labour status - for total population

1998-2008 ¹	DESTINATION		
ORIGIN	Employment	Unemployment	Inactivity
Employment	0.9337	0.0371	0.0302
Unemployment	0.3937	0.5358	0.0761
2011-2014 ²	DESTINATION		
ORIGIN	Employment	Unemployment	Inactivity
Employment	0.9165	0.0285	0.055
Unemployment	0.1802	0.6537	0.1661

Notes: ¹ Ward-Warmedinger and Macchiarelli (2013), p.27.

² Author's calculations. Both are based on Portuguese LFS data.

Labour market dynamics are quite different for various age groups (Table 5). The probability of job loss decreases with age, and the probability of retirement obviously increases with age. Prime-age workers show the highest attachment to employment. The youngest groups are those with the highest probability of becoming unemployed, but also with the lowest probability of remaining unemployed. These young workers also exhibited a much higher probability of resuming their studies if they are unemployed, rather than the rest of the population. Table 6 summarizes the results.

Table 5 - Matrix of transitions between labour market status - by age categories

	DESTINATION					
ORIGIN	Employment	Unemployment	Education	Retirement	Other Inactivity	
Employment						
15-19	67.70%	10.23%	18.64%	0.00%	3.43%	100.00%
20-24	86.92%	7.84%	3.21%	0.00%	2.03%	100.00%
25-29	92.88%	4.92%	0.82%	0.00%	1.38%	100.00%
30-34	94.73%	3.86%	0.22%	0.00%	1.20%	100.00%
35-39	95.82%	2.94%	0.13%	0.00%	1.11%	100.00%
40-44	95.94%	2.46%	0.09%	0.01%	1.50%	100.00%
45-49	95.40%	2.63%	0.08%	0.04%	1.86%	100.00%
50-54	94.74%	2.26%	0.12%	0.17%	2.71%	100.00%
55-59	91.82%	2.23%	0.16%	1.81%	3.98%	100.00%
60-64	86.22%	1.43%	0.21%	5.82%	6.32%	100.00%
65-69	75.79%	0.30%	0.25%	18.84%	4.82%	100.00%
70-74	72.16%	0.05%	0.16%	22.79%	4.84%	100.00%
75-79	69.78%	0.00%	0.28%	24.45%	5.49%	100.00%
80+	61.02%	0.00%	0.15%	33.10%	5.72%	100.00%
TOTAL	91.65%	2.85%	0.48%	2.47%	2.55%	100.00%
Unemployment						
15-19	14.31%	54.38%	21.78%	0.00%	9.53%	100.00%
20-24	21.11%	60.89%	9.72%	0.00%	8.28%	100.00%
25-29	23.68%	63.93%	4.77%	0.00%	7.62%	100.00%
30-34	19.83%	67.65%	3.13%	0.00%	9.40%	100.00%
35-39	19.11%	68.90%	2.04%	0.00%	9.95%	100.00%
40-44	17.11%	69.55%	2.52%	0.00%	10.82%	100.00%
45-49	17.59%	68.00%	1.64%	0.09%	12.67%	100.00%
50-54	15.34%	68.78%	1.74%	0.12%	14.03%	100.00%
55-59	13.69%	66.09%	1.84%	2.77%	15.61%	100.00%
60-64	10.46%	60.13%	1.92%	7.22%	20.26%	100.00%
65+	14.93%	30.58%	2.06%	36.09%	16.34%	100.00%
TOTAL	18.02%	65.37%	4.59%	0.81%	11.21%	100.00%

Note: Author's calculations based on Portuguese LFS data. Unweighted data.

Table 6 – Summary of results by age

Age-groups with the highest probability of:	
remaining in employment	Prime-age workers (25-59), particularly those from 30 to 54 years old.
remaining in unemployment	Prime-age workers (30 –59).
going out of employment	The youngest to unemployment and to education. Up to 25 the difference is enormous. Those above 60 to retirement and to other inactivity.
going out of unemployment	From 20 to 39 to employment. Up to 30 to education. From 55, and more so from 60, to retirement. From 45 to other inactivity.

5. The role of population ageing in aggregate measures of labour market performance

Why should population ageing matter for the evolution of the aggregate unemployment rate and other aggregate measures of labour market performance? The most important indirect general equilibrium effects of ageing on the labour market are those that work through variables such as savings, demand, growth, and budgetary pressure (Denton and Spencer 2003; Keuschnigg and Keuschnigg 2004; Börsch-Supan 2003; Macunovik 2012). It is usually these that have an adverse influence. However, in our paper we focus on the direct, compositional effect of ageing, whilst looking for a positive perspective on ageing.

The ageing of a population directly affects the levels of employment, unemployment, and labour force participation. The main reason for this is that some age groups tend to have higher employment rates, unemployment rates, or participation rates than others. With population ageing, these different age groups change their relative weights in the population and this will have implications concerning both the size and the composition of the labour force. Naturally, the longer the period of time considered, the stronger this demographic effect will be. Nevertheless, although the period range considered in this paper is small, and accordingly we do not expect a prominent effect, we want to find out in which direction the pressure of population ageing in Portugal exerts on the labour market aggregates, and which part of the recent evolution of the aggregate unemployment rate can be attributed to population ageing.

The effect can be assessed using a decomposition which measures the contribution to net employment growth of observed changes in the age composition of the population, whilst holding the employment-to-population ratio of each sex-age group constant. Similar methodologies are used in papers such as those of Flaim 1979, Shimer 1999, or Hotchkiss 2009.

Population aging alone would have decreased the number of employed by 2.4%, although, in fact, the number of employed decreased by 7.3%. Population ageing alone would have decreased the number of employed men (women) by 2.9% (1.9%), although the number of employed men (women) decreased, in fact, by 9.4% (5.0%). Therefore, approximately a third of the reduction in the number of employed individuals was due to demographics.

Repeating the exercise with the unemployed, and holding the unemployment-to-population ratio constant for each sex-age group, the change in the age composition would have led to a reduction in the number of unemployed men (women) by 4.0% (3.3%). Inversely, the unemployment-to-population ratio increased by 18.5% (15.6%). Therefore, demographics attenuated the effect of the crisis on unemployment.

Finally, the number of inactive men (women) would have increased by 1.4% (2%), whilst they increased by 7.6% (1%). It is notable that the participation rate of women in the labour market remained basically stable when demographics would have justified some increase in inactivity. On the contrary, the exit of men from the labour force suggests that discouragement in searching for jobs must have played quite an important part for this phenomenon.

Therefore, population ageing would justify a decrease in the active population, coupled with a decrease in the unemployed, with the second decrease being proportionately larger than the first: population ageing would be sufficient to justify a decrease in the unemployment rate, from the First Quarter of 2011, to the First Quarter of 2014. The dimension of this reduction would have been just over one decimal point, due to the short period that we are considering, nevertheless the crisis would have had an even greater negative impact on the unemployment rate if demographics were not exerting this downward pressure.

We acknowledge that this is a very partial view of the effect of population ageing, yet it demonstrates the pure age effect of ageing. Age-specific participation, employment, and unemployment rates change as mechanisms such as wages, education, productivity, labour market policies, and mentalities start to exert their influences. Several studies analyse the effect of population ageing on unemployment, mainly concentrating on what is in fact a cohort effect, that is to say, the relative size of the cohort (Duggan 1984, Korenman and Neumark 2000, Garloff et al. 2013). Nevertheless, it is important to recognise that population ageing not only conveys negative pressures on the crisis through its indirect effects on growth prospects and budgetary burden, but that it also has a direct positive effect in decreasing unemployment, albeit it a small one.

6. Conclusions

The recent crisis generated a rise in unemployment, in inactivity, and also a fall in both employment and average hours worked. The crisis adversely affected all categories of workers in the labour market, albeit in different proportions, and in most other European countries, men and the younger workers were generally more penalised in terms of jobs. Seniority worked in favour, resulting in a lower probability of losing one's job and of becoming unemployed. The higher chance of leaving a job after reaching the age of 60 corresponded to retirement, much more than to unemployment. The very young (20 years old and younger), and also those aged 55 or more had the lowest probability of finding a job once they became unemployed. Most of the age categories became more inactive, with the exception of the 40-59 years old group. For this group, added-worker effect, associated with income and wealth effect dominated the discouraged worker effect. The adjustment in the quantity of labour during the period under analysis also reduced, the average number of hours worked to some extent.

Labour market downturns affect different age groups to a differing degree, and such downturns are themselves affected by the age structure of the population. While population ageing is frequently pointed out as being a source of economic strain and lower growth, less has been written about its smoothing effect on the response of unemployment to the economic crisis. This effect will be accumulating over the long term, and therefore it will be operative during the recovery. The other side of the coin is the pressure of population ageing in reducing labour market participation, as older individuals are less likely to re-enter the labour market when the economy recovers.

References

- Barwell, R. (2000) Age structure and the UK unemployment rate, *Bank of England Quarterly Bulletin*, August.
- Bernal-Verdugo, L., D. Furceri and D. Guillaume (2012) Crises, Labor Market Policy, and Unemployment, *IMF WP* 12/65.
- BIS (2014) Annual report, Chapter IV, Debt and the financial cycle: domestic and global, <http://www.bis.org/publ/arpdf/ar2014e4.htm>.
- Blanchard, O. (2006). European unemployment: the evolution of facts and ideas. *Economic Policy*, 21, 45, 6-59.

Blundell, R., A. Bozio and G. Laroque (2013) Extensive and intensive margins of labour supply: Work and working hours in the US, the UK and France, *Fiscal Studies*, 34, 1, 1–29.

Börsch-Supan, A. (2003). Labor market effects of population aging. *Labour*, 17(s1), 5-44.

Brada, J. and M. Signorelli (2012) Comparing labor market performance: some stylized facts and key findings, *Comparative Economic Studies*, 54, 2, 231-250.

Cazes S., S. Verick and F. Hussami (2013) Why did unemployment respond so differently to the global financial crisis across countries? Insights from okun's law, *IZA Journal of Labor Policy*, 2, 10.

Cain, G. (1967) Unemployment and the Labor-Force participation of secondary workers, *Industrial and Labor Relations Review*, 20, 2, 275-297.

Claessens, S. and M. Kose (2013). Financial crises: explanations, types, and implications, *IMF Working Paper*, WP/13/28.

Denton, F. and B. Spencer (2003) Population change and economic growth: the long-term outlook, *Social and Economic Dimensions of an Aging Population Research Papers* 102, McMaster University.

Destefanis S. and G. Mastromatteo (2010) Labour-market performance in the OECD: some recent cross-country evidence, *International Journal of Manpower*, 31, 7, 713-731.

Duggan, J. (1984) The labor-force participation of older workers, *Industrial and Labor Relations* 37, 3, 416-430.

Eichhorst W., P. Marx and V. Tobsch (2009) Institutional arrangements, employment performance and the quality of work, IZA Discussion Paper 4595.

Eurostat (2014) Labour force survey in the EU, candidate and EFTA countries: main characteristics of national surveys, 2013.

Flaim, P. (1979) The effect of demographic changes on the nation's unemployment rate. *Monthly Labor Review* 102, 13–23.

Garloff, A., C. Pohl and N. Schanne (2013) Do small market entry cohorts reduce unemployment? *Demographic Research*, 29, 370-406.

Hotchkiss, Julie L. (2009): Decomposing changes in the aggregate labor force participation rate, Federal Reserve Bank of Atlanta Working Paper No. 2009-6a.

Jansen, M. and E. Von Uexküll (2010). Trade and employment in the global crisis. International Labour Organisation.

Keuschnigg C. and M. Keuschnigg (2004) Aging, Labor Markets, and Pension Reform in Austria, *FinanzArchiv*, 60, 3, 359-392.

Kim, S. (2009) Social Changes and Welfare Reform in South Korea: In the Context of the Late-coming Welfare State, *International Journal of Japanese Sociology* 18, 1, 16-32.

Korenman, S. and D. Neumark, (2000) Cohort Crowding and Youth Labor Markets (A Cross-National Analysis), in Blanchflower and Freeman, Youth Employment and Joblessness in Advanced Countries, pp. 57-106, National Bureau of Economic Research, Inc.

Macunovich, D. (2012) the role of demographics in precipitating economic downturns, *Journal of Population Economics*, vol. 25, no.3, 783-807.

Marelli, E., R. Patuelli and M. Signorelli (2012) Regional unemployment in the EU before and after the global crisis, *Post-Communist Economies*, 24:2, 155-175.

Miskolczi, M., Langhamrová, J. (2011). Dependency Ratios, Ageing and the Demographic Window in the Czech Republic, *Demografie* 53, 4, 333-343.

Queraltó, A. (2013). A model of slow recoveries from financial crises. *FRB International Finance Discussion Paper* 1097.

Shimer, R. (1999). Why is the U.S. Unemployment Rate So Much Lower? in Bernanke, B. and J. Rotemberg (eds.) NBER Macroeconomics Annual 1998, vol. 13. MIT Press, Cambridge, MA, 11–61.

Van der Hoeven, R. (2010). Labor markets trends, financial globalization and the current crisis in developing countries, *UNDESA Working Paper* No. 99. United Nations.

Van der Hoeven R. and M. Lübker (2006). Financial openness and employment: the need for coherent international and national policies. Policy Integration Department, International Labor Office Geneva Working Paper 75.

Ward-Warmedinger M. and C. Macchiarelli (2013). Transitions in labour market status in the European Union. *LEQS Paper* 69.

Projeções da população em idade escolar e planeamento de equipamentos educativos

Lúcia Santos

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/91094/2012) e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, luciarsantos@gmail.com

Cristina Barros

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal), cbarros@fl.uc.pt

Rui Gama

Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CEGOT - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (Portugal), rgama@fl.uc.pt

António M. Rochette Cordeiro

Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CEIS 20 - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, (Portugal), rochettecordeiro@fl.uc.pt

Sumário: Avançando com a aplicação de duas metodologias de projeção/previsão demográfica, o presente artigo pretende perspetivar a evolução futura da população escolar num território tão heterogéneo como o da Região de Coimbra. Os resultados apresentados, tendo em consideração vários cenários, evidenciam um panorama preocupante em termos de redução de crianças e jovens em idade de frequentar os diferentes níveis de ensino. Neste contexto emergem inúmeros desafios em matéria de oferta e procura de equipamentos educativos, necessidades formativas e recursos humanos.

Palavras-chave: Planeamento de equipamentos educativos, projeção demográfica, Região de Coimbra.

Abstract: By proceeding with the application of two methods of demographic forecast/prediction, the present article aims to outlook the future evolution of school population in a heterogeneous area as Coimbra's region. Taking into account several scenarios, the results presented show a worrying reality regarding the decreasing number of school age's children and young adults attending the different education levels. Given this situation, many challenges emerge, especially in terms of educational facilities supply and demand, training needs and human resources.

Keywords: Educational facilities planning, demographic forecast, Coimbra's region.

1. Introdução

Fruto das profundas transformações demográficas nas últimas décadas, a rede escolar passou a debater-se com graves desequilíbrios entre a oferta e a procura. A tendência dominante em praticamente todo o território nacional traduziu-se num decréscimo substancial da procura, em virtude da quebra sistemática dos nascimentos associado à diminuição dos índices de fecundidade e ao processo acelerado de envelhecimento populacional.

A realização de projeções demográficas, em especial as de população escolar, levam à constatação de que no final da presente década no sistema educativo português se vão encontrar cerca de cem mil alunos a menos no ensino obrigatório, o que obriga ao repensar do planeamento do parque escolar português para a próxima década. As tendências de diminuição dos nascimentos são desiguais e variam conforme os territórios, como o confirma a vasta experiência de elaboração de Cartas Educativas em territórios com diferentes características (baixa e alta densidade, rurais e urbanos).

Nesta investigação procura-se compreender como será a evolução da população escolar para um território tão heterogéneo como é o da Região de Coimbra, realizando-se projeções escolares com base em duas metodologias distintas. Numa as projeções da população escolar são realizadas através do método das componentes por *coortes*. Na outra, a previsão do número de alunos é feita com base nos nascimentos registados. Desta forma torna-se possível avançar com dados que fornecem excelentes orientações sobre a evolução futura da população escolar que irá frequentar os diferentes níveis de ensino nos 19 municípios da Região de Coimbra.

Os resultados obtidos, através destas duas metodologias, deverão ser valorizados no momento de equacionar e planear equipamentos, infraestruturas, necessidades formativas e recursos humanos.

2. Relações entre demografia e educação. As projeções demográficas como suporte à tomada de decisão no planeamento da rede escolar

O ordenamento e planeamento do território é um processo integrado complexo que tem como missão a organização da sociedade com vista à melhoria da qualidade de vida da população, respeitando as condicionantes territoriais e seguindo os princípios da gestão sustentável (Pereira, 2009; Araújo, 2014). Aquando da tomada de decisão, para que esta seja devidamente fundamentada e consciente, torna-se fulcral avaliar um conjunto diversificado de fatores, entre os quais se destaca o volume e as características da população, não apenas da real, mas acima de tudo

da estimada para um horizonte temporal mais ou menos alargado. O conhecimento das tendências de evolução do número de habitantes, da sua distribuição espacial e estratificação por sexo e idade é, naturalmente, determinante para o planeamento estratégico da ocupação humana, ainda que os valores projetados devam ser entendidos como tendências no momento de dimensionar recursos humanos e materiais nos campos social, económico, ambiental e político.

É neste contexto que as projeções demográficas se afiguram como essenciais para que se possa com antecedência e ponderação refletir sobre as principais tendências que se prefiguram e ordenar o espaço da forma mais adequada e no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão têm efeitos duradouros e crescentemente elevados.

Na educação, e mais concretamente no planeamento do parque escolar, se até aos anos 80 vigorou o planeamento tradicional, um modelo de planeamento reativo (Cordeiro e Martins, 2013; Cordeiro *et al.*, 2014), inventariativo e não projetivo (Cordeiro *et al.*, 2013), de que o Plano dos Centenários é o exemplo por excelência, a partir dos anos 80, com a transformação demográfica em curso e em plena “reforma educativa”, assiste-se à emergência do planeamento estratégico, um modelo de planeamento proativo, caracterizado por promover uma visão para o território fundamentada num diagnóstico prospetivo e numa gestão de longo prazo, baseando-se no mapear de futuros possíveis, através da identificação de tendências e incertezas e da antecipação de oportunidades e ameaças (Santos *et al.*, 2014; Cordeiro, 2014).

É neste novo contexto emergente que as projeções demográficas escolares se tornam cruciais, sendo hoje indiscutível a sua relevância para a aferição das necessidades educativas futuras e para o assegurar da adequação da rede escolar ao território, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis respondam à procura efetiva.

3. Previsões e projeções da população em idade escolar

3.1. Metodologia

Nos dias de hoje torna-se cada vez mais premente a necessidade de conhecer a dimensão e estrutura das populações, assim como prever a sua evolução num futuro determinado, constituindo as projeções demográficas um importante elemento no processo de tomada de decisão, em diferentes áreas de atuação e em diferentes escalas (Gama *et al.*, 2014).

A realização de projeções da população escolar afigura-se de especial importância de maneira a tornar possível a previsão das necessidades associadas ao ensino, nomeadamente as infraestruturas de apoio, salas de aula, necessidades formativas e recursos humanos (docentes e não docentes).

A evolução futura da população escolar, fração da população compreendida entre os 6 e os 25 anos (Bandeira, 2007), acompanha, habitualmente, a evolução da população na sua globalidade. No entanto, devem ser referenciados outros condicionalismos que podem limitar a frequência, nomeadamente os relacionados com a cobertura da rede escolar, a diversidade da oferta educativa e formativa, a acessibilidade da população aos equipamentos educativos, a mobilidade interterritorial dos alunos (fluxos escolares), a acessibilidade económica e sociocultural e, ainda, a migração ou emigração. Para além destes devem também ser considerados outros fatores determinantes na manutenção ou não dos jovens no sistema de ensino, tais como as taxas de conclusão/transição, as taxas de retenção e as taxas de abandono.

Neste estudo não foram considerados estes fatores limitativos, restringindo-se a análise a modelos de previsão e projeção que consideram apenas as crianças e jovens que, em condições normais, e sem a ocorrência de fenómenos imprevisíveis, deveriam frequentar os diferentes níveis de ensino até ao ensino secundário.

Atendendo à experiência na elaboração de estudos de projeções demográficas desenvolvidas no âmbito de cartas educativas, cartas sociais e planos estratégicos, numa grande diversidade de municípios portugueses, apresentam-se neste estudo duas metodologias de projeção e previsão da população escolar, a primeira através do método das componentes por *coortes* e a segunda com base nos nascimentos registados.

As projeções foram realizadas para as crianças e jovens em idade de frequência nos diferentes níveis de ensino: 6 a 9 anos no 1º ciclo do ensino básico (CEB), 10 a 11 anos no 2º CEB, 12 a 14 anos no 3º CEB e 15 a 17 anos no ensino secundário, num horizonte temporal de uma década, no caso das previsões com base nos nascimentos registados, e no horizonte temporal de duas décadas, no caso das projeções através do método das componentes por *coortes*. A escala territorial escolhida corresponde à Região de Coimbra, analisando-se o comportamento ao nível dos diferentes concelhos e freguesias que a integram.

A literatura científica especializada reconhece que o método das componentes por *coortes* é o modelo de projeção mais adequado na medida em que se trata de um procedimento analítico, que destaca o papel da fecundidade, mortalidade e migrações no crescimento populacional, permitindo

apresentar hipóteses de comportamento para os componentes e sugerir os quantitativos populacionais futuros por idade e sexo. Este método, introduzido por Frank Nottestein (1945), sendo o mais utilizado, implica a projeção separada da mortalidade, da fecundidade e das migrações. No entanto, é comum não se utilizar a componente migratória (pela dificuldade de obtenção dos valores e pelo seu caráter de imprevisibilidade). Embora esta seja uma componente importante para o conhecimento das dinâmicas futuras da população, a ausência de dados estatísticos detalhados, fizeram com que os fluxos migratórios não fossem considerados na presente análise.

Este método consiste em repartir uma população em gerações e analisar cada uma separadamente, acompanhando a sua evolução ao longo do tempo, condicionada pelas taxas de mortalidade específicas de cada idade (Preston *et al.*, 2001).

Os resultados da aplicação deste método a populações particulares fornecem informações sobre o volume e a composição da população em momentos futuros, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excecional (catástrofes, guerras, epidemias, entre outros). Os resultados projetados para o futuro traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução, ao longo do período prospetivo, dos comportamentos demográficos (mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios). O momento de partida utilizado foi a data do último recenseamento (21 de março de 2011), projetando-se sucessivamente para períodos de 5 anos até 2031.

A utilização do método das componentes por *coortes* possibilita a obtenção de valores de população, por sexo e idade, num horizonte de duas décadas, optando-se por projetar para os municípios e freguesias correspondentes. A opção pelo nível freguesia, mesmo tendo em atenção as dificuldades técnicas no quadro da metodologia utilizada e os riscos inerentes, tem mostrado nos exercícios realizados no passado uma grande proximidade com os valores obtidos nas recolhas censitárias.

Para o cálculo das previsões escolares é considerado apenas os nascimentos ocorridos em cada unidade geográfica e assenta no princípio de quem nasceu num determinado território vai frequentar, anos mais tarde, o ensino básico e o ensino secundário nesse mesmo território. Deste modo, e dando como exemplo o ano letivo 2021/2022, parte-se do pressuposto de que as crianças nascidas entre os anos 2004 e 2015 estarão, em 2021/2022, a frequentar o ensino básico e secundário, nomeadamente entre 2012 e 2015 no 1º CEB, entre 2010 e 2011 no 2º CEB, entre 2007 e 2009 no 3º CEB e entre 2004 e 2006 no ensino secundário. O mesmo método foi aplicado para o

ano letivo 2011/2012, tendo neste caso sido usado o período entre 1994 e 2005, nomeadamente entre 2002 e 2005 no 1º CEB, entre 2000 e 2001 no 2º CEB, entre 1997 e 1999 no 3º CEB e entre 1994 e 1996 no ensino secundário. O objetivo de calcular para o ano letivo 2011/2012 foi o de tornar possível comparar com a população real, retirada dos censos 2011, em idade de frequentar estes quatro níveis de ensino e aferir a margem de erro. A esta metodologia é sempre associada a análise dos fluxos escolares.

3.2. Validade dos resultados: análise do ano 2011

A validade de um modelo de projeção demográfica depende da verificação de um conjunto de hipóteses previamente estabelecidas que se podem tornar ou não realidade (Carrilho, 2005). O exercício comparativo entre duas séries de projeções é útil pois permite traçar com maior rigor as hipóteses futuras da evolução das diferentes componentes: os nados vivos, os óbitos, os imigrantes e os emigrantes.

A aferição das duas metodologias propostas é feita em dois momentos. Num primeiro comparam-se os valores resultantes da metodologia de projeção por *coortes* com a população real registada nos censos 2011 em idade de frequência de cada nível de ensino. Num segundo momento compara-se os valores obtidos pelo método das previsões com base nos nascimentos com a população correspondente em idade de frequentar cada nível de ensino. A margem de erro, numa tentativa de aferir a validade das metodologias adotadas, é calculada com base nestas diferenças (projeção/previsão vs real).

Tendo em consideração que se está a analisar uma unidade territorial de âmbito mais alargado, as margens de erro poderão ser um pouco maiores, comparativamente à aplicação do mesmo método em unidades de menor dimensão. Ainda assim, e considerando a população escolar total (dos 6 aos 17 anos), a margem de erro é reduzida nas duas metodologias, sendo inferior no caso das projeções por *coortes* (-0,9%) e ligeiramente superior no caso da metodologia de previsões (-2,5%).

As maiores diferenças entre as projeções calculadas e a população em idade de frequência observa-se no grupo das crianças entre os 6 e 9 anos (Tabela 1). No caso das projeções por *coortes* a margem de erro foi de 8%, enquanto nas previsões segundo os nascimentos foi de 6,1%. Ou seja, projetaram-se mais crianças do que a realidade em 2011 veio comprovar. Este facto parece refletir dois fenómenos divergentes relativamente às migrações, o aumento da imigração no período de crescimento económico do início da década e o crescimento da emigração coincidente com o

período de crise económica e financeira do país (2008-2011), que levou a que muitos pais, sobretudo jovens, com crianças em idade escolar tivessem de emigrar para o estrangeiro.

Tabela 1 - Diferenças entre as projeções e previsões realizadas e os valores reais em 2011 na Região de Coimbra

Níveis de ensino	Projeções (Coortes)	Previsões (Nascimentos) 2011	População em idade de frequência	Diferença População em idade de frequência - Projeções (Coortes)		Diferença População em idade de frequência - Previsões (Nascimentos)	
				nº	%	nº	%
6-9 anos (1º CEB)	17102	16745	15725	-1377	-8,0	-1020	-6,1
10-11 anos (2º CEB)	8770	8690	8840	70	0,8	150	1,7
12-14 anos (3º CEB)	12641	13503	13029	388	3,1	-474	-3,5
15-17 anos (Secundário)	12645	13064	13104	459	3,6	40	0,3
Total	51157	52002	50698	-459	-0,9	-1304	-2,5

Fonte: INE, 2012 e cálculos próprios.

Relativamente ao 2º CEB, ou seja, as crianças com idades compreendidas entre os 10 e 11 anos, as diferenças são muito pouco expressivas no caso das projeções por *coortes* (0,8%, correspondendo a uma diferença de 70 crianças), sendo ligeiramente superior quando se compara com as previsões (1,7%, correspondendo a 150 crianças). Em ambos os casos, observaram-se mais crianças com estas idades em 2011 relativamente ao que havia sido projetado.

Ao nível do 3º CEB, as margens de erro foram de 3,1% no caso da metodologia de *coortes* e de -3,5% no caso da metodologia de previsões. Por último, para o grupo etário dos 15 aos 17 anos, em idade de frequência do ensino secundário, as previsões realizadas com base nos nascimentos apresentam um resultado muito próximo da realidade observada, ou seja, um erro de apenas 0,3%, correspondendo a 40 indivíduos. Nas projeções realizadas através do método das componentes por *coortes* o erro é de 3,6%.

A aferição das metodologias apresentadas neste estudo não ambiciona comprovar qual das duas se afigura mais eficaz como ferramenta de apoio no processo de planeamento de equipamentos de cariz educativo. Pelo contrário, pretende-se valorizar ambas as metodologias propostas, ressaltando que a qualquer metodologia de projeção demográfica se encontra associado um certo grau de incerteza.

Com efeito, o cálculo de projeções demográficas deve ser um processo de aprendizagem e aperfeiçoamento, acompanhado de análises críticas dos resultados que envolvam a realidade observada e o futuro prospetivado (Carrilho, 2005).

Posto isto, e tendo presente que as margens de erro resultantes de exercícios anteriores são reduzidas, avança-se com resultados do que poderá ser a população escolar nas próximas décadas.

3.3. O futuro: projeções da população em idade escolar para as próximas décadas

A crescente diminuição nos valores dos nascimentos acarreta uma tendência quase irreversível para o decréscimo da população escolar, com especial incidência no 1º CEB. Começam a frequentar este nível de ensino as crianças que completem 6 anos de idade até 15 de setembro ou as crianças que completem os 6 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro, se tal for requerido pelo encarregado de educação. Uma vez que este ciclo tem a duração de quatro anos, considerou-se a população real entre os 6 e 9 anos que, em condições normais, deve frequentar este nível de ensino. Foi sobre esta população que se realizaram as projeções por *coortes* para um horizonte temporal de duas décadas (Tabela 2). Por outro lado, e como foi anteriormente referido, apresentam-se também previsões com base no método dos nascimentos, avançando-se com valores para 2021.

Tabela 2 - Projeção e previsão da população em idade de frequentar o 1º CEB (6 a 9 anos) em 2021 e 2031

Concelhos	População em idade de frequência 2011	Projeções (Coortes)				Previsões (Nascimentos)	
		2021	2031	Variação (%)		2021	Variação (%)
				11-21	11-31		11-21
Arganil	385	307	284	-20,2	-26,3	275	-28,6
Cantanhede	1216	1036	840	-14,8	-30,9	900	-26,0
Coimbra	4735	4522	3426	-4,5	-27,7	4477	-5,4
Condeixa-a-Nova	733	621	441	-15,3	-39,8	539	-26,5
Figueira da Foz	2193	1785	1439	-18,6	-34,4	1632	-25,6
Góis	118	65	55	-44,9	-53,0	101	-14,4
Lousã	721	642	504	-11,0	-30,1	564	-21,8
Mealhada	747	598	464	-19,9	-37,9	541	-27,6
Mira	379	385	308	1,6	-18,9	330	-12,9
Miranda do Corvo	476	315	281	-33,8	-40,9	314	-34,0
Montemor-o-Velho	915	875	656	-4,4	-28,3	777	-15,1
Mortágua	271	221	174	-18,4	-35,9	210	-22,5
Oliveira do Hospital	725	576	529	-20,5	-27,0	479	-33,9
Pampilhosa da Serra	85	69	56	-19,2	-34,0	84	-1,2
Penacova	498	380	340	-23,6	-31,6	330	-33,7
Penela	187	158	145	-15,8	-22,6	129	-31,0
Soure	594	432	356	-27,2	-40,1	440	-25,9
Tábua	476	307	280	-35,6	-41,2	306	-35,7
Vila Nova de Poiares	271	235	199	-13,1	-26,7	194	-28,4
Região de Coimbra	15725	13529	10777	-14,0	-31,5	12622	-19,7

Fonte: INE, 2012 e cálculos próprios.

Considerando o ano de 2021, e segundo a metodologia de *coortes*, espera-se que ocorra um decréscimo na Região de Coimbra de 2196 crianças, correspondendo a -14%. Para os concelhos de Góis (-44,9%), Tábua (-35,6%) e Miranda do Corvo (-33,8%) projetam-se decréscimos muito expressivos nas crianças entre os 6 a 9 anos de idade.

Já no que diz respeito à consideração dos nascimentos, o modelo de previsão avança para uma tendência de diminuição ainda mais expressiva (-19,7%, correspondendo a -3103 crianças). Numa escala concelhia sublinha-se que a maior parte das unidades registará um decréscimo superior a 20%, à exceção de Coimbra (-5,4%), Mira (-12,9%) e Montemor-o-Velho (-15,1%). A previsão de um decréscimo de apenas 1,2% num território em dinâmica populacional, regressiva de que é o caso da Pampilhosa da Serra, deve-se a um aumento algo surpreendente dos nascimentos neste território entre 2012 e 2014 (de 16 nascimentos em 2012 para 26 e 28 em 2013 e 2014, respetivamente). Este aumento deverá encontrar-se associado às políticas locais de apoio à natalidade implementadas pela autarquia, materializadas na concessão de benefícios financeiros (1500 euros pelo nascimento do primeiro e segundo filho e 5000 euros pelo terceiro filho e seguintes).

Já no que diz respeito ao horizonte temporal 2011-2031, os resultados são muito alarmantes, esperando-se uma diminuição na Região de 4948 das crianças com estas idades (-31,5%). Para os concelhos de Miranda do Corvo, Góis, Soure e Tábua o decréscimo poderá ser mesmo superior a 40%. Já no caso de Coimbra, o maior polo urbano da Região Centro, espera-se uma perda de 1309 crianças (-27,7%) em idade de frequentar o 1º CEB.

Em relação às crianças com 10 e 11 anos (Tabela 3), em idade de frequentar o 2º CEB, projeta-se um decréscimo superior considerando a projeção de *coortes* (-20,8%, correspondendo a -1842 crianças) e ligeiramente inferior considerando apenas as previsões (-17,4%, correspondendo a -1536 crianças). Os territórios com maiores perdas são idênticos considerando as duas metodologias. Desta feita, para Góis, Pampilhosa da Serra e Miranda do Corvo, projetam-se perdas muito dramáticas de crianças em idade de frequentar o 2º CEB, sendo que em alguns casos o decréscimo chega a ultrapassar os 50%. Para o horizonte temporal de 2011-2031 espera-se uma diminuição de 35,8%, correspondendo a -3162 crianças na Região.

O efeito da diminuição da população escolar será também visível nos jovens entre os 12 e 14 anos, que em situação normal, deverão estar a frequentar o 3º CEB nos diferentes territórios da Região de Coimbra. Com efeito, espera-se que entre 2011 e 2021 ocorra uma diminuição de 2185 jovens com estas idades (-16,8%) ou de -1771 jovens (-13,6%), considerando a metodologia de *coortes* e as previsões, respetivamente (Tabela 4). Importa sublinhar que, com base nas duas

metodologias, é expectável um acréscimo de jovens nos concelhos de Condeixa-a-Nova e Lousã (de 2,3% ou 5,4% e de 0,7% ou 7,6%).

Tabela 3 - Projeção e previsão da população em idade de frequentar o 2º CEB (10 a 11 anos) em 2021 e 2031

Concelhos	População em idade de frequência 2011	Projeções (Coortes)				Previsões (Nascimentos)	
		2021	2031	Variação (%)		2021	Variação (%)
				11-21	11-31		11-21
Arganil	196	152	145	-22,6	-25,8	160	-18,4
Cantanhede	667	552	440	-17,3	-34,1	537	-19,5
Coimbra	2634	2233	1867	-15,2	-29,1	2404	-8,7
Condeixa-a-Nova	401	350	228	-12,7	-43,0	363	-9,5
Figueira da Foz	1172	932	750	-20,5	-36,0	972	-17,1
Góis	74	41	29	-44,8	-61,3	33	-55,4
Lousã	410	350	257	-14,7	-37,2	344	-16,1
Mealhada	438	327	242	-25,3	-44,6	329	-24,9
Mira	238	204	162	-14,2	-31,9	213	-10,5
Miranda do Corvo	318	167	143	-47,4	-55,0	167	-47,5
Montemor-o-Velho	480	464	352	-3,3	-26,8	490	2,1
Mortágua	163	113	94	-30,7	-42,5	120	-26,4
Oliveira do Hospital	458	289	269	-36,9	-41,2	317	-30,8
Pampilhosa da Serra	67	30	30	-55,8	-55,7	32	-52,2
Penacova	290	196	172	-32,3	-40,6	208	-28,3
Penela	119	84	72	-29,3	-39,8	85	-28,6
Soure	322	227	183	-29,4	-43,2	236	-26,7
Tábua	237	158	141	-33,5	-40,4	154	-35,0
Vila Nova de Poiares	156	129	101	-17,5	-35,1	140	-10,3
Região de Coimbra	8840	6998	5678	-20,8	-35,8	7304	-17,4

Fonte: INE, 2012 e cálculos próprios.

Avançando para um horizonte temporal mais longo, poderá haver uma perda de 4036 jovens na Região (-31%). Entre 2011 e 2031, todos os concelhos, à exceção de Montemor-o-Velho, terão perdas superiores a 24%, salientando-se o decréscimo esperado para Góis (-61,8%, correspondendo a -72 jovens com estas idades).

Por fim, apresentam-se as projeções para os potenciais alunos do ensino secundário (Tabela 5), sendo este o último nível de ensino definido de carácter obrigatório pelo sistema de ensino português (Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto). Embora o decréscimo projetado seja inferior, tendo por comparação os restantes níveis de ensino analisados, a tendência de decréscimo de jovens com estas idades afigura-se comum à generalidade dos concelhos da Região de Coimbra.

Importa salientar que entre 2011 e 2021, com base na metodologia de *coortes*, projeta-se uma diminuição de 1634 jovens, correspondendo a -12,5%. Salientam-se dois concelhos que poderão registar dinâmicas de crescimento neste grupo etário: Condeixa-a-Nova (29,2%, correspondendo a 126 jovens) e Lousã (3,3%, correspondendo a 18 jovens). Por outro lado, a tendência de decréscimo

é menos expressiva ao considerar as previsões. De facto, na próxima década estima-se na Região de Coimbra uma passagem de 13104 para 12148 jovens entre os 15 e 17 anos, correspondendo a -7,3%. Avançando com uma leitura ao nível concelhio, Condeixa-a-Nova, Lousã e Figueira da Foz poderão registar acréscimos importantes neste grupo (26,2%, 17,5% e 9,6%, correspondendo a um aumento de 113, 95 e 161 jovens).

Tabela 4 - Projeção e previsão da população em idade de frequentar o 3º CEB (12 a 14 anos) em 2021 e 2031

Concelhos	População em idade de frequência 2011	Projeções (Coortes)				Previsões (Nascimentos)	
		2021	2031	Variação (%)		2021	Variação (%) 11-21
				11-21	11-31		
Arganil	306	215	219	-29,7	-28,3	220	-28,1
Cantanhede	1083	897	693	-17,2	-36,0	901	-16,8
Coimbra	3976	3256	3017	-18,1	-24,1	3549	-10,7
Condeixa-a-Nova	521	533	369	2,3	-29,1	549	5,4
Figueira da Foz	1755	1431	1186	-18,5	-32,4	1507	-14,1
Góis	117	84	45	-28,2	-61,8	72	-38,5
Lousã	550	554	410	0,7	-25,5	592	7,6
Mealhada	563	556	385	-1,2	-31,5	562	-0,2
Mira	353	282	259	-20,1	-26,6	301	-14,7
Miranda do Corvo	441	316	216	-28,2	-51,0	295	-33,1
Montemor-o-Velho	644	654	564	1,6	-12,4	639	-0,8
Mortágua	217	193	150	-11,1	-31,1	202	-6,9
Oliveira do Hospital	679	468	407	-31,1	-40,0	456	-32,8
Pampilhosa da Serra	59	57	46	-3,4	-21,8	53	-10,2
Penacova	430	319	263	-25,8	-38,8	327	-24,0
Penela	163	126	109	-22,7	-33,3	139	-14,7
Soure	523	429	285	-18,0	-45,5	408	-22,0
Tábua	367	288	216	-21,5	-41,3	296	-19,3
Vila Nova de Poiares	282	186	154	-34,1	-45,5	190	-32,6
Região de Coimbra	13029	10844	8993	-16,8	-31,0	11258	-13,6

Fonte: INE, 2012 e cálculos próprios.

Avançando com os resultados entre 2011 e 2031, através da metodologia de *coortes* projeta-se uma diminuição de 3423 jovens com estas idades na Região de Coimbra (-26,1%), estimando-se que os concelhos mais interiores e periféricos registem declínios muito mais expressivos.

Em termos globais, considerando a população em idade escolar (dos 6 aos 17 anos) e tendo presente a metodologia de *coortes*, estima-se uma diminuição de 15,5%, correspondendo a -7858 crianças e jovens entre 2011 e 2021. Com a consideração das previsões, estima-se uma passagem de 50698 crianças e jovens em 2011 para 43332 em 2021, ou seja, uma diminuição de 7366, correspondendo a -14,5%. Assim sendo, as duas metodologias propostas apontam para valores de

decréscimo da população escolar muito semelhantes entre si, diferindo em apenas 1 ponto percentual.

Tabela 5 - Projeção e previsão da população em idade de frequentar o ensino secundário (15 a 17 anos) em 2021 e 2031

Concelhos	População em idade de frequência 2011	Projeções (Coortes)				Previsões (Nascimentos)	
		2021	2031	Variação		2021	Variação
				11-21	11-31		11-21
Arganil	372	271	226	-27,2	-39,4	260	-30,1
Cantanhede	1083	897	693	-17,2	-36,0	917	-15,3
Coimbra	4109	3345	3279	-18,6	-20,2	3681	-10,4
Condeixa-a-Nova	431	557	427	29,2	-0,8	544	26,2
Figueira da Foz	1675	1652	1281	-1,3	-23,5	1836	9,6
Góis	105	93	46	-11,4	-55,9	89	-15,2
Lousã	543	561	453	3,3	-16,6	638	17,5
Mealhada	564	555	425	-1,6	-24,6	561	-0,5
Mira	347	296	279	-14,7	-19,7	340	-2,0
Miranda do Corvo	425	314	226	-26,0	-46,8	355	-16,5
Montemor-o-Velho	719	661	626	-8,1	-12,9	603	-16,1
Mortágua	240	182	160	-24,2	-33,2	183	-23,8
Oliveira do Hospital	671	533	424	-20,6	-36,9	499	-25,6
Pampilhosa da Serra	81	62	51	-23,5	-37,5	58	-28,4
Penacova	441	384	275	-12,9	-37,6	391	-11,3
Penela	169	138	113	-18,5	-33,4	144	-14,8
Soure	523	442	308	-15,5	-41,2	508	-2,9
Tábua	384	329	224	-14,3	-41,7	322	-16,1
Vila Nova de Poiares	222	197	165	-11,1	-25,5	219	-1,4
Região de Coimbra	13104	11470	9681	-12,5	-26,1	12148	-7,3

Fonte: INE, 2012 e cálculos próprios.

Tendo em consideração as reduzidas margens de erro observadas em exercícios passados com recurso a estas metodologias, estamos em presença de valores de população escolar que poderão mesmo ser uma realidade em 2021 e 2031.

Esta diminuição de crianças e jovens com idades entre 6 e 17 anos terá repercussões imediatas no fluxo de alunos no sistema de ensino nos próximos anos. Mesmo após toda a reorganização do parque escolar levada a cabo nos últimos anos, que conduziu ao encerramento de mais de 200 escolas de 1º CEB na Região, equivalendo a uma diminuição superior a 50%, as tendências de futuro deixam adivinhar que poderá vir a ocorrer uma nova fase de encerramento de escolas. Não sendo um problema que se reflita de modo homogêneo em todo o território da Região, as regiões de interior e mais envelhecidas continuarão a ser as mais afetadas, colocando-se, a prazo, um evidente problema de coesão territorial. Neste contexto, e evitando as situações de excesso de oferta educativa e recursos subaproveitados, torna-se imperiosa a ação concertada entre

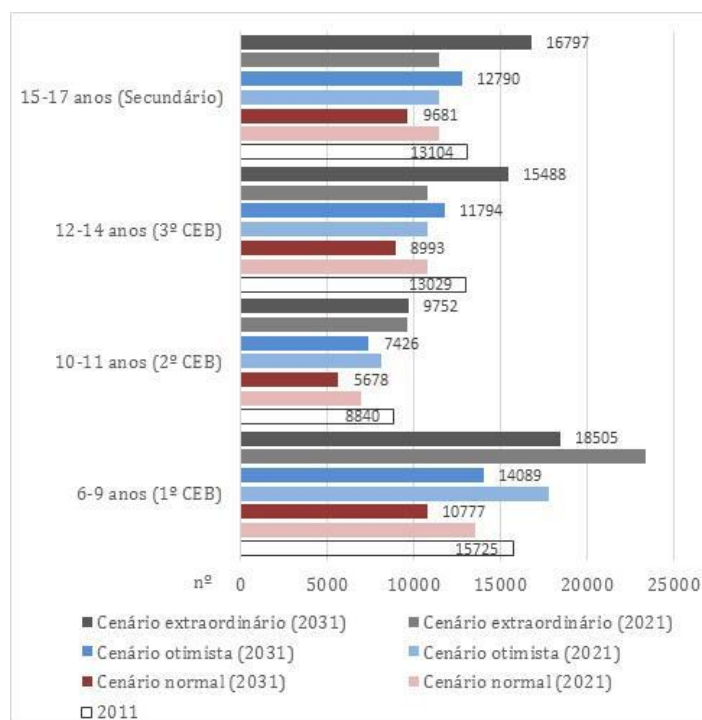
autoridades locais e nacionais por forma a assegurar uma oferta educativa de qualidade a todas as crianças e jovens.

3.4. Construção de hipóteses a partir de cenários demográficos

A partir da utilização da metodologia de projeção por *coortes* foram considerados três cenários, com base em diferentes hipóteses em termos da esperança de vida e fecundidade (Figura 1).

No cenário normal considera-se que as premissas de base, em termos de fecundidade e esperança média de vida permanecerão inalteráveis nos concelhos que integram a Região de Coimbra.

Figura 1 - Cenários das projeções demográficas na Região de Coimbra entre 2011 e 2031



Fonte: INE, 2012 e cálculos próprios.

O cenário otimista assume os mesmos valores de esperança média de vida e uma evolução da fecundidade mais favorável, ou seja, parte-se do princípio que o índice sintético de fecundidade (ISF) será de 1,6 filhos por mulher. Considerando este cenário, o decréscimo da população em idade de frequentar o ensino básico e secundário será menos expressivo entre 2011 e 2021 (-2405, correspondendo a -4,7%) relativamente ao cenário normal (-7858, correspondendo a -15,5%).

Por último, o cenário extraordinário considera valores semelhantes para a esperança média de vida e níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos). Este assume-se como o cenário mais otimista, mas de concretização extremamente difícil, uma vez que não se espera que o ISF atinja este valor, observado pela última vez em 1981. Ainda assim, e caso se verificasse um ISF de 2,1, ocorreria um aumento extraordinário de crianças e jovens em idade escolar (4661, correspondendo a 9,2%).

Uma última nota para a evolução projetada para 2031, considerando os diferentes cenários. Tal como vimos, o cenário normal, sendo o mais previsível, é também o mais desfavorável, principalmente quando se analisa a evolução que pode ocorrer entre 2011 e 2031 (-15569 crianças e jovens, correspondendo a -30,7%). Considerando o cenário otimista, a diminuição poderá ser de “apenas” 4598 indivíduos, correspondendo a -9,1%. Já a consideração do cenário extraordinário faz antever um acréscimo de 9843 indivíduos, correspondendo a 19,4%. Sendo um cenário especialmente utópico, não se vislumbra que tal possa vir a acontecer neste território.

4. Considerações finais

Nos últimos vinte anos o número de nascimentos na Região de Coimbra registou uma redução de 4347 para pouco mais de 3000, o que equivale a uma quebra de mais de 25% (-1117). Entre 2000 e 2010, a redução foi de 864 nascimentos (-19%) e entre 2010 e 2015 foi de 447 nascimentos (-12,2%). Embora a evolução no número de nascimentos entre 2014 e 2015 tenha sido positiva, não é possível falar em inversão da tendência de decréscimo que se tem observado nos últimos anos. Esta quebra sistemática no número de nascimentos trará consequências, a curto e médio prazo, principalmente no que diz respeito à adequação dos recursos educativos.

O exercício prospetivo apresentado, com base em duas metodologias de trabalho distintas, permitiu avançar com as principais alterações que se poderá assistir no futuro em termos de população escolar.

Com base unicamente nos nascimentos registados é possível projetar para um horizonte temporal mais curto, observando-se alguns contrastes espaciais, sendo que os territórios do interior e mais periféricos irão ter decréscimos mais expressivos de população escolar. No entanto, verifica-se que a maior parte dos concelhos que integram a Região de Coimbra irá ter perdas muito assinaláveis de crianças e jovens em idade escolar, em virtude das baixas taxas de natalidade, do declínio do ISF e da consequente diminuição progressiva no número de nascimentos.

Com a outra metodologia de projecção populacional baseada no método das componentes por *coortes* consegue-se projetar num horizonte temporal mais longo, dando excelentes indicações sobre a evolução futura da população que irá frequentar os diferentes níveis de ensino. Neste sentido, e como se projeta por períodos de dez ou vinte anos, é compreensível que os valores de variação sejam, em alguns casos, muito expressivos.

No entanto, importa salientar que para uma ou outra metodologia, os valores são apenas os expectáveis, uma vez que para uma análise mais próxima da realidade, há que ter em consideração todo um conjunto de fatores determinantes na manutenção ou não das crianças e jovens no sistema de ensino: taxas de conclusão/transição, taxas de retenção e taxas de abandono escolar. Os cenários apresentados dão indicações de um futuro preocupante em termos de diminuição da população escolar, colocando imensos desafios em matéria de oferta e procura de equipamentos educativos, adequação das redes educativas e necessidades de docentes e não docentes.

Referências

- Araújo, J. (2014). *O conceito de Coesão Territorial e a sua relevância para o Planeamento e Ordenamento do Território. Os casos da Estónia e Portugal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Bandeira, M. L. (2007). Demografia escolar e análise longitudinal: escolarização e escolaridade de coortes de alunos dos ensinos básico e secundário. *Análise Social* XLII (183), 515-538.
- Carrilho, M. J. (2005). Metodologia de Cálculo das Projecções Demográficas: Aplicação em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 37, 5-24.
- Cordeiro, A. M. Rochette (2014). O lugar dos municípios no planeamento e gestão da rede escolar em Portugal. In Rodrigues, M. L. (Coord.), *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal: A Construção do Sistema Democrático de Ensino*. Coimbra: Almedina, 421-444.
- Cordeiro, A. M. Rochette, Martins, H. A. (2013). A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança. *Cadernos de Geografia* 32, 339-356.
- Cordeiro, A. M. Rochette, Martins, H. A., Ferreira, A. G. (2014). As cartas educativas municipais e o reordenamento da rede escolar no Centro de Portugal: das condições demográficas às decisões políticas. *Revista Ensaio* 22 (84), 581-607.
- Cordeiro, A. M. Rochette, Santos, L., Caridade, P. (2013). A Reorganização do Parque Escolar Nacional e a importância das componentes geográficas na metodologia adotada. *Cadernos de Geografia* 32, 323-338.

Gama, R., Barros, C., Cordeiro, A. M. Rochette (2014). Dinâmicas Demográficas, Educação e Desenvolvimento Sustentado na Região Centro (Portugal). In Cordeiro, A. M. Rochette, Alcoforado, L., Ferreira, A. G. (Coords.), *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*. Coimbra: DG-FLUC, 79-97.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2002). *Censos 2001: resultados definitivos - Centro*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2012). *Censos 2011 resultados definitivos - Região Centro*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto. Diário da República n.º 166 - Série I. Lisboa.

Pereira, M. (2009). Desafios contemporâneos do ordenamento do território: para uma governabilidade inteligente do(s) território(s). *Prospectiva e Planeamento* 16, 77-102.

Preston, S., Heuveline, P., Guillot, M. (2001). *Demography: Measuring and Modelling Population Processes*. Oxford: Blackwell Publishers.

Santos, L., Cordeiro, A. M. Rochette, Alcoforado, L. (2014). O novo paradigma do planeamento da rede educativa: do planeamento pela oferta ao planeamento pela procura. In Cordeiro, A. M. Rochette, Alcoforado, L., Ferreira, A. G. (Coords.), *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*. Coimbra: DG-FLUC, 57-67.

A Pobreza dos Idosos em Portugal, 2006 – 2014

Carlos Farinha Rodrigues

ISEG / Universidade de Lisboa e Cemapre, carlosfr@iseg.utl.pt

Isabel Andrade

ISEG / Universidade de Lisboa

Resumo: A taxa de pobreza dos idosos diminuiu significativamente em Portugal nos últimos anos devido ao aumento dos seus rendimentos e à convergência dos seus níveis de desigualdade e privação material para a média nacional. Existem também diferenças marcadas entre os rendimentos médios das gerações mais e menos idosas, levando a uma grande heterogeneidade deste grupo etário. Por exemplo, em 2014, a taxa de pobreza dos idosos com 75 e mais anos que viviam sozinhos era de 27%, identificando este como um dos grupos mais económica e socialmente vulneráveis da nossa sociedade. Estes resultados tornam-se ainda mais significativos se se tiver em conta o envelhecimento da população: o índice de envelhecimento subiu de 45% no princípio dos anos 80 para mais de 90% no fim dos anos 90 e 141,3% em 2014, o que significa que a diminuição da pobreza dos idosos tem um impacto crescente nos níveis gerais de pobreza. O objectivo deste artigo é investigar o impacto das políticas de austeridade seguidas após 2010 nos recursos monetários deste grupo etário utilizando os dados mais recentes do EU-SILC. Os resultados obtidos mostram que a diminuição dos indicadores da pobreza ‘oficial’ dos idosos em 2009-2014 se ficou a dever à descida da mediana do rendimento médio nacional e que a neutralização deste efeito usando a linha de pobreza ancorada permite concluir que a pobreza dos idosos aumentou durante a crise.

Palavras-chave: Política Social, distribuição do rendimento, desigualdade, redução da pobreza, Demografia.

Abstract: The elderly poverty rate has decreased significantly in Portugal in recent years with rising elderly incomes and inequality and material deprivation levels converging to national levels. There is also growing evidence of heterogeneity amongst the elderly poor, with marked differences between the higher average incomes of the younger elderly generations versus the older ones. For example, the poverty rate of the elderly aged 75+ and living alone was equal to 27% in 2014,

identifying this group as one of great economic and social vulnerability. These results are even more significant when the ageing of the population is taken into account: the ageing index rose from 45% in 1980 to over 90% in late 1990s and 141.3% in 2014, implying that the decreasing elderly poverty has an increasing effect on the national poverty levels. The aim of this paper is to investigate whether the austerity policies implemented in the post-2010 period had a strong impact on the monetary resources and what was their effect on the elderly using the most recent available EU-SILC data. It concludes that the decrease in the 'official' elderly poverty indicators in 2009-2014 is connected with the drop in the poverty threshold caused by the decrease in the average median income of the whole population, and that if its effect is removed from the analysis through the usage of the anchored poverty line, the elderly poverty indicators actually increased, rather than decreased, during the economic crisis.

1. Introdução²⁵

Em meados dos anos noventa, mais de 35% dos Portugueses com 65 e mais anos eram pobres comparados com cerca de 21% da população total. Desde então, a taxa de pobreza dos idosos tem descido significativamente, baixando para 25,5% em 2006 e 17,0% em 2014. Esta redução é ainda mais significativa por ser mais rápida do que a da taxa nacional, cujo valor de 19,5% em 2014 é superior à dos idosos.

O objectivo deste artigo é estudar em pormenor a pobreza dos idosos em Portugal no período 2006-14, dando particular atenção à sua estrutura por idade, género e tipo de família. Os resultados indicam que apesar das medidas de austeridade afectarem severamente os rendimentos dos idosos, os seus efeitos foram menores do que sobre o conjunto da população e tiveram algum carácter progressivo que atenuou assimetrias na distribuição do seu rendimento. Mostram também que a descida da pobreza 'oficial' se deve mais à diminuição da própria linha da pobreza do que à melhoria das condições de vida dos idosos pobres; quando esta diminuição é 'neutralizada', a taxa de pobreza dos idosos aumenta, continuando a existir importantes bolsas de pobreza, como a dos idosos que vivem sozinhos.

Num contexto de crise económica e pressão crescente sobre os recursos, o envelhecimento continuado da população na maioria dos países da OCDE tem reforçado a relevância do estudo da pobreza e privação dos idosos. Alguns estudos analisam situações específicos como, por exemplo,

²⁵ Agradecemos ao INE a disponibilização dos microdados do EU-SILC (Protocolo INE/MCES, processo 535).

Albuquerque *et al.* (2010) e Rodrigues e Andrade (2014) em Portugal, Prunty (2007) na Irlanda, Lindquist e Wadensjö (2012) na Suécia, Aziz *et al.* (2013) na Nova Zelândia e Bosworth *et al.* (2016) nos EUA, enquanto Brown e Prus (2006) e Zaidi (2009) comparam os países da OECD e Ahonen e Bach-Othman (2010), Goudswaard *et al.* (2012) e Zaidi (2010) os da União Europeia (UE). Callan *et al.* (2011) simulam os efeitos das políticas de austeridade nos países da UE e concluem que estas afectam os idosos duma forma distinta, tal como Bosworth *et al.* (2016) nos EUA, onde os rendimentos dos idosos também foram menos afectados pela crise financeira.

A principal base de dados utilizada neste estudo é o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR/EU-SILC) realizado pelo INE. A metodologia seguida é a da UE para medir e avaliar a pobreza e privação material, onde a variável chave é o rendimento equivalente (dos idosos). Este é obtido a partir do rendimento disponível das famílias utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. A linha de pobreza é definida como 60% da mediana do rendimento adulto equivalente.

Este artigo começa pela descrição do envelhecimento da população Portuguesa na secção 2; a secção 3 descreve a pobreza dos idosos no período 2006-14 e a secção 4 a evolução do seu rendimento equivalente; a secção 5 analisa a sensibilidade da pobreza dos idosos à armadilha do rendimento mediano; a secção 6 examina a privação material dos idosos e sintetiza as duas dimensões da pobreza no conceito de pobreza consistente; a secção 7 analisa a heterogeneidade da pobreza dos idosos por grupo etário, género e tipo de família e, finalmente, a secção 8 apresenta as principais conclusões.

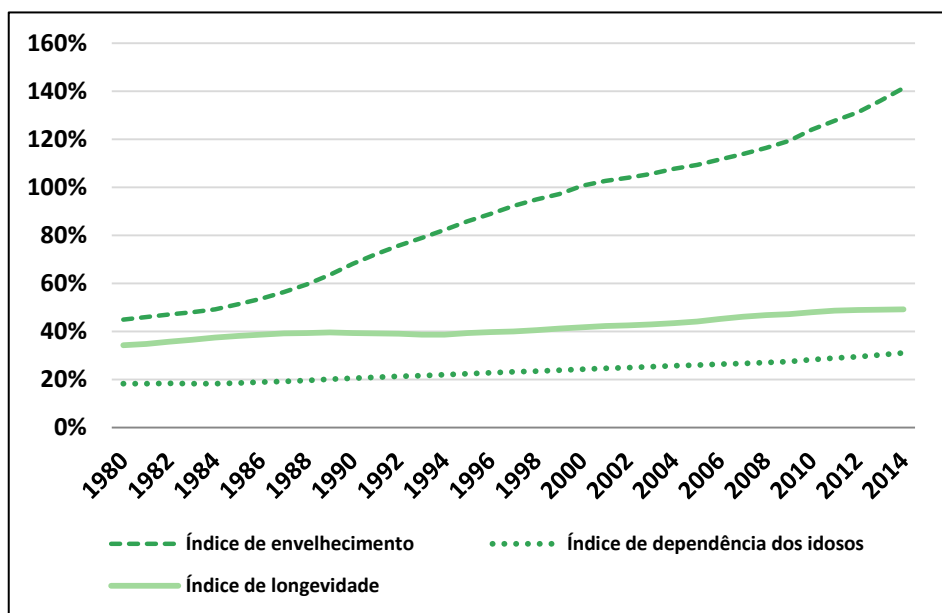
2. Portugal: um país com uma população envelhecida

As Figuras 1 e 2 mostram o progressivo envelhecimento da população Portuguesa²⁶. O índice de envelhecimento passou de cerca de 45% no início dos anos 80 para mais de 80% em meados dos anos 90 e transpôs a barreira dos 100% em 2000, fixando-se em 141,3% em 2014. Simultaneamente, o índice de dependência dos idosos subiu de cerca de 18% nos anos 80 para cerca de 25% no princípio dos anos 00 e 31,1% em 2014. Nesse ano, quase metade dos idosos (49,1%) tinha mais de 75 anos, comparado com 34,2% em 1980. A esperança de vida à nascença subiu, assim, de 71,1 anos em 1980 (masculina: 67,8, feminina: 74,8) para 80,4 em 2013-15 (77,4 e 83,2, respectivamente). Um factor essencial para esta evolução é a quebra substancial da taxa de

²⁶ Carrilho e Craveiro (2013) estudam as tendências demográficas Portuguesas recentes.

natalidade de 16,2‰ em 1980 para 7,9‰ em 2014, enquanto a taxa de mortalidade se manteve quase inalterada em cerca de 10‰.

Figura 1 - Uma população envelhecida, Portugal 1980-2014

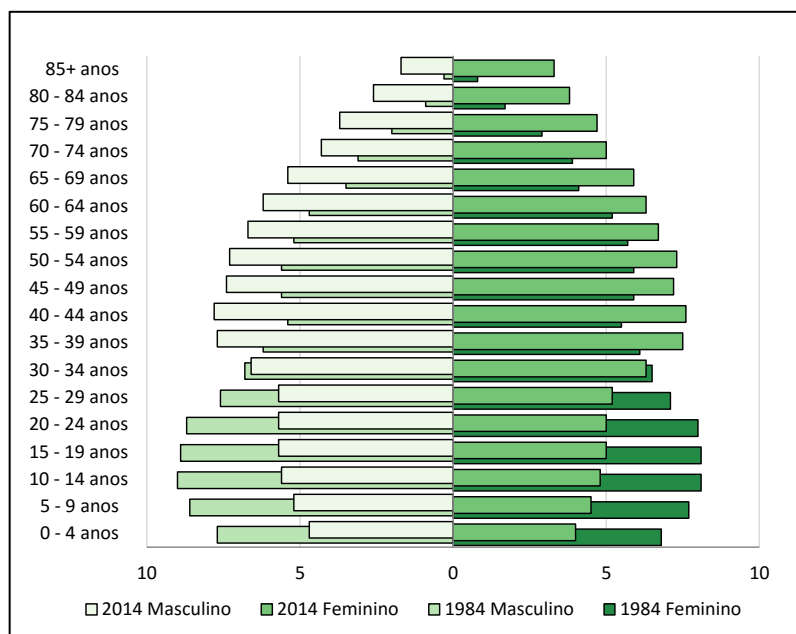


Fonte: INE.

N.B.: Índice de envelhecimento: (população 65+ anos/população <15 anos)*100; Índice de dependência dos idosos: (população 65+/população 15-64)*100; Índice de longevidade: (população 75+/população 65+)*100.

A Figura 2 compara as pirâmides populacionais construtivas de 1984 e 2014. A quebra na taxa de natalidade é já aparente em 1984, quando o grupo etário 0-4 é mais 'curto' do que todos os que lhe estão acima. Essa relação continua visível 30 anos depois no grupo 30-34, mas agora todos os grupos que lhe ficam abaixo são sucessivamente mais 'curtos'. Inversamente, os grupos mais velhos são visivelmente mais 'longos', em particular os femininos: 22,7% das mulheres Portuguesas tinham 65+ anos em 2014, comparado com 17,7% dos homens, proporções muito superiores a 30 anos antes (12,6% e 9,8%, respectivamente). Essa disparidade também se tem dilatado: em 2014, a proporção de mulheres com 75+ é 11,8% e com 85+ 3,3%, bem acima dos 8,0% e 1,7% masculinos.

**Figura 2 - Pirâmides populacionais, 1984 e 2014
(em % do total da população)**



Fonte: INE.

O Quadro 1 utiliza a informação demográfica do EU-SILC para caracterizar os idosos. Em 2014, 20,3% dos Portugueses tinham 65+ anos e, talvez mais significativamente, 23,7% dos agregados familiares eram constituídos só por idosos, valores nitidamente superiores aos de 2006 (17,3% e 20,3%, respectivamente).

Quadro 1: Indivíduos e famílias idosos em percentagem da população total, 2006-2014

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
65+ anos	17,3	17,4	17,6	17,9	18,2	19,4	19,4	19,9	20,3
Famílias idosas	20,3	21,0	21,0	21,1	21,6	22,6	22,5	23,4	23,7

Fonte: INE, EU-SILC 2007-2015. Cálculos dos autores.

N.B.: As famílias idosas são definidas como aquelas em que todos os membros têm 65+ anos.

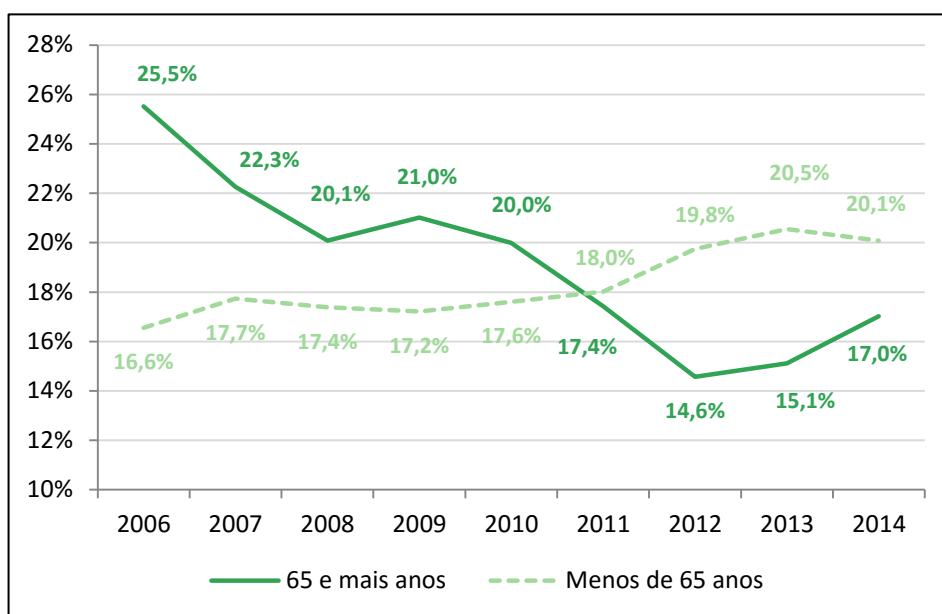
A secção seguinte estuda a pobreza da crescente população idosa.

3. Uma população mais idosa e menos pobre: a pobreza dos idosos em 2006-14

A evolução da taxa de pobreza dos idosos em 2006-14 é consideravelmente diferente da taxa nacional, como se observa na Figura 3. No período anterior à crise, 2006-09, a taxa dos idosos caiu de 25,5% para 21,0% (-4,5 pontos percentuais (pp)), aproximando-se da taxa nacional de 17,2% em

2009. Nos primeiros anos da crise, 2010-12, a taxa de pobreza dos idosos evoluiu de forma oposta à taxa nacional, descendo de 20,0% para 14,6% (-5,4 pp). Em 2011, pela primeira vez desde que o INE publica estatísticas da pobreza, a taxa dos idosos foi menor do que a nacional. Finalmente, em 2013-14, a crise e as políticas de austeridade começaram a atingir os idosos, invertendo os ganhos anteriores e fazendo subir a sua taxa de pobreza de 14,6% para 17,0%, ainda assim abaixo da taxa nacional.

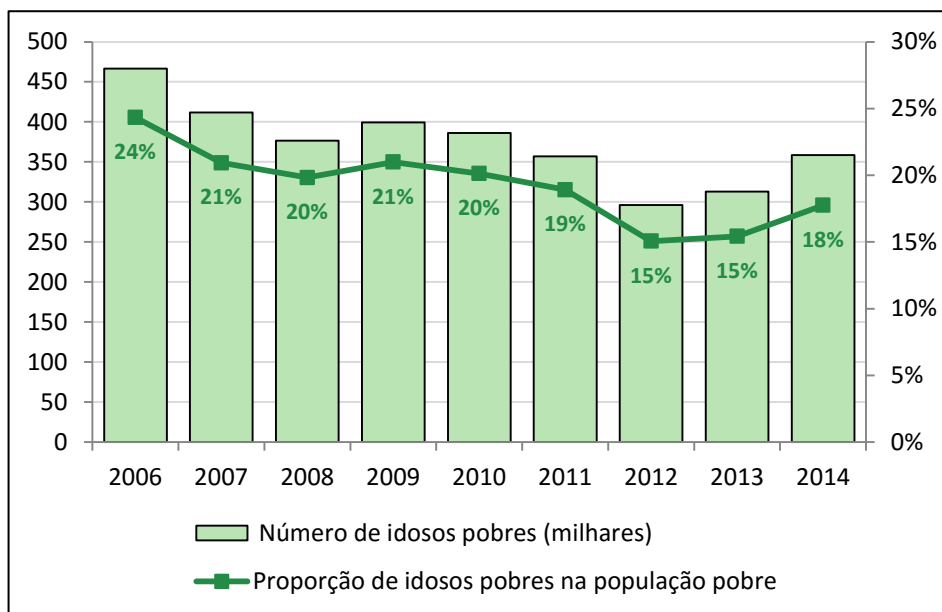
Figura 3 - Taxas de pobreza, 2006-14



Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

Alternativamente, a Figura 4 mostra que o número de idosos pobres caiu de 466,6 mil em 2006 para 358,4 mil em 2014, uma redução de 23% num período em que a proporção de idosos subiu 3 pp. Esta diminuição alterou marcadamente a estrutura da população pobre total: se em 2006 cerca de um quarto dos pobres eram idosos, em 2014 essa proporção tinha descido para 17,8% (mínimo de 15,1% em 2011).

Figura 4 - Número e proporção de idosos na população pobre, 2006-14

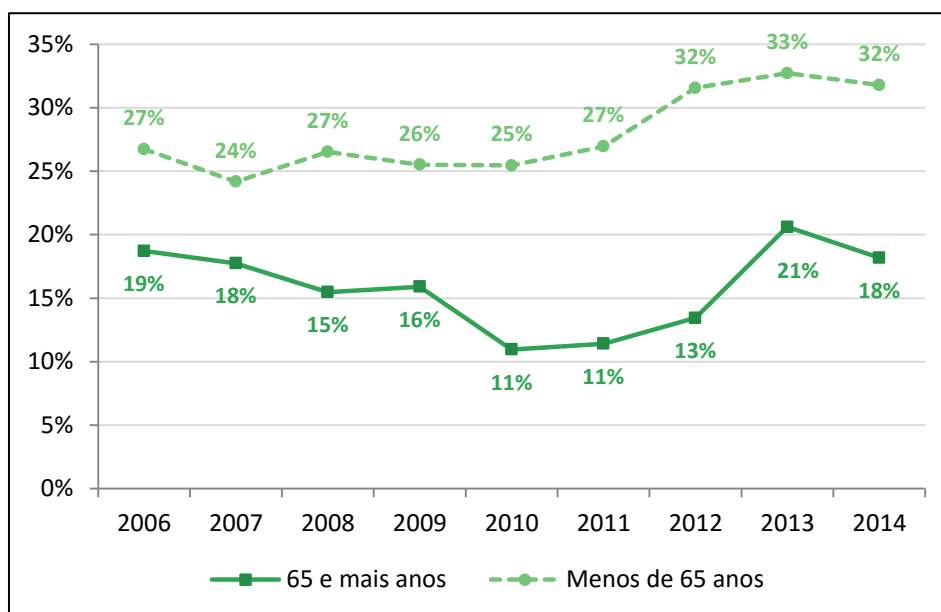


Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

A análise da incidência da pobreza dos idosos é complementada pela da sua intensidade na Figura 5. Esta mede quanto pobres os pobres idosos são e corresponde ao conceito de *relative at risk poverty gap*²⁷ do Eurostat. A intensidade da pobreza dos idosos desceu 6 pp em 2006-10, subindo depois até 2013 (21%), mas sempre inferior à intensidade nacional, o que se fica a dever à existência dum sistema de protecção social específico de apoio aos idosos. Assim, qualquer indivíduo com 65+ anos e em situação de carência de recursos tem sempre direito a apoios sociais como a pensão social ou/e o Complemento Solidário para Idosos (CSI).

²⁷ O Eurostat define *relative at risk poverty gap* como a diferença entre a mediana do rendimento disponível equivalente dos indivíduos abaixo do limiar da pobreza e o valor desse limiar da pobreza, expressa em percentagem do dito valor do limiar da pobreza.

Figura 5 - Intensidade da pobreza dos idosos, 2006-14



Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

O estudo da pobreza dos idosos nesta secção demonstra a sua evolução diferenciada em 2009-13: enquanto a taxa de pobreza nacional subiu 1,6 pp, a dos idosos desceu 4 pp. Mais, os efeitos da crise económica e das políticas de austeridade afectaram os não-idosos a partir de 2010, mas os idosos só significativamente a partir de 2012, o que se pode confirmar pelo aumento quatro vezes superior da pobreza dos não-idosos em 2010-12. A explicação do porquê destas diferenças passa necessariamente por averiguar o que de dissemelhante ocorreu nos rendimentos dos dois grupos etários. Tal é feito na secção seguinte.

4. Uma população mais idosa e menos pobre: o rendimento dos idosos em 2006-14

O rendimento da população com 65+ anos é avaliado usando o conceito de rendimento médio equivalente dos idosos. O Quadro 2 mostra como este aumentou significativamente (em termos reais) em 2006-14, ultrapassando mesmo o nacional (e o dos não-idosos) em 2011-12.

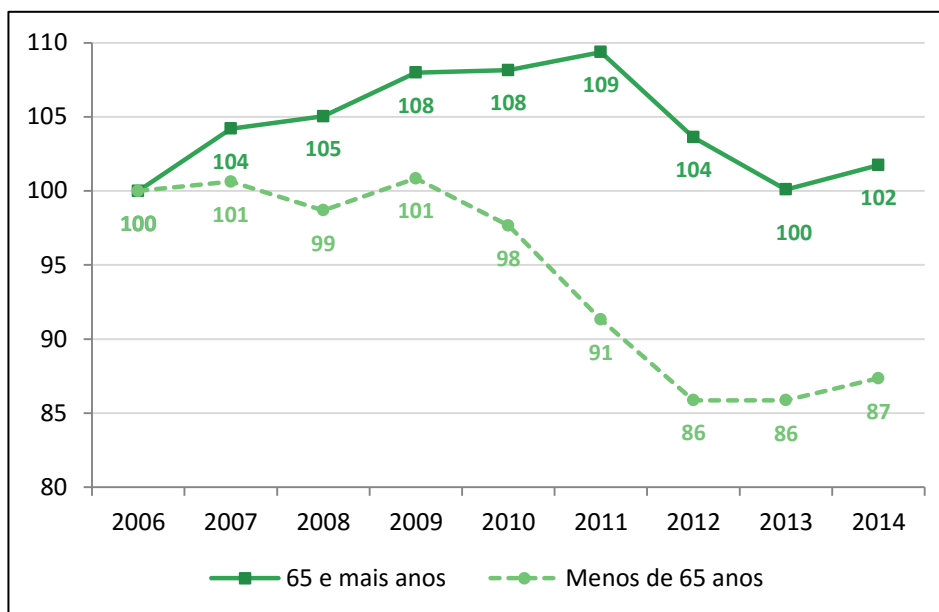
**Quadro 2: Rendimento disponível equivalente dos idosos e da população total
(€ /ano a preços de 2014), 2006-14**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<65 anos	11494	11565	11343	11591	11225	10496	9870	9869	10040
65+ anos	9656	10062	10142	10426	10442	10561	10005	9665	9823
População	11177	11303	11131	11383	11083	10509	9897	9829	9996

Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

A Figura 6 é particularmente elucidativa da forma como a crise económica e as políticas de austeridade afectaram os idosos e de como as alterações no seu rendimento foram sempre menos acentuadas do que as do resto da população. Antes da crise, em 2006-09, o rendimento dos idosos subiu 8% em termos reais enquanto o dos não-idosos subiu menos de 2%; durante o período mais severo da crise, 2010-13, o dos idosos subiu 7,3% e o dos não-idosos caiu 13,7%. Este período pode ser dividido em dois subperíodos distintos: 2010-11, caracterizado por um abrandamento no crescimento do rendimento dos idosos, e 2012-13, em que este rendimento se reduz fortemente. O primeiro subperíodo é explicado pela implementação de políticas de austeridade que tiveram um efeito limitado no rendimento dos idosos, fundamentalmente pelo congelamento das pensões mais elevadas; o segundo por políticas dirigidas especificamente aos idosos, tais como o congelamento da maioria das pensões, agravamento dos impostos sobre as pensões mais elevadas, introdução da Contribuição Extraordinária de Solidariedade pagável por todas as pensões acima de 5,000€ em 2012 e 1,350€ em 2013, e suspensão dos subsídios de Natal e férias.

**Figura 6 - Rendimento disponível equivalente, 2006-14
(2006=100)**



Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

O efeito cumulativo destas medidas leva a uma queda de 8,5% do rendimento dos idosos em 2012-13, que uma pequena retoma em 2014 (+1,6%) não consegue eliminar, e resulta num rendimento em 2014 5,8% abaixo do seu valor pré-crise de 2009. Mesmo assim, o impacto dos cortes no rendimento dos idosos é muito menos marcado do que no da população total, o qual desceu 13,7% em 2009-13. Uma explicação possível para esta diferença encontra-se no Quadro 3: as pensões (a esmagadora maioria das quais são pensões de reforma) aumentaram até 2011, enquanto o declínio (muito mais acentuado) do rendimento das famílias se iniciou logo em 2010. Em 2014, este último está ainda abaixo do seu valor de 2006 (92%), mesmo depois dum máximo pré-crise de 101,5%, mas a pensão média está 11,9% acima do seu valor de 2006, tendo tido o seu máximo (113,4%) em 2011 já durante a crise.

**Quadro 3: Evolução do rendimento disponível das famílias e das pensões, 2006-14
(2006=100)**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rendimento disponível	100,0	100,9	100,3	101,5	100,4	95,1	91,3	90,4	92,0
Pensões	100,0	100,9	100,0	105,4	106,9	113,4	113,1	112,0	111,9

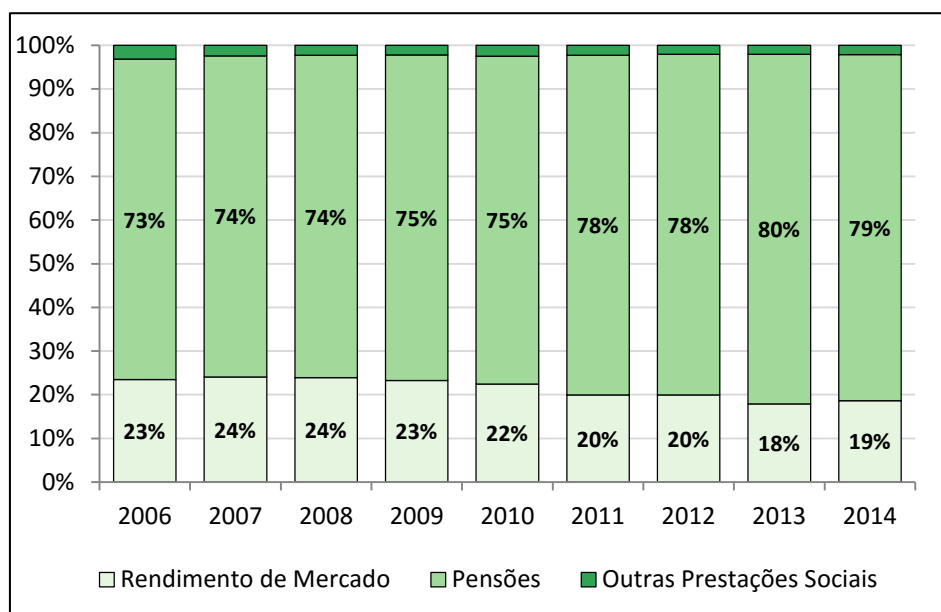
Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

A importância das pensões²⁸ é confirmada na Figura 7, onde estas representam uma proporção crescente dos recursos dos idosos²⁹, passando de 73,4% em 2006 para 79,2% em 2014. O pequeno (inferior a 3,5%) e decrescente (2,1% em 2014) peso das ‘transferências sociais excluindo pensões’ parece contraditório, mas tem duas explicações possíveis: a pensão social, a mais importante transferência social dos idosos, é incluída conjuntamente na rubrica ‘pensões de reforma e sobrevivência’ do EU-SILC; o CSI, a outra transferência social dos idosos, está claramente subavaliado no EU-SILC, possivelmente porque muitos dos beneficiários o associam a uma pensão e incluem na mesma rubrica.

²⁸ Portugal tem essencialmente um sistema de pensões Bismarckiano, em que o valor da pensão é função das contribuições pagas e do número de anos de trabalho do beneficiário, complementado primeiro por uma pensão social não contributiva sujeita a condição de recursos atribuída aos idosos que não tenham outra fonte de rendimentos e, em segundo lugar, pelo CSI se a pensão social não for suficiente para que o rendimento do agregado esteja acima da linha de pobreza.

²⁹ Os dados da Figura 7 não correspondem exactamente ao rendimento auferido pelos idosos que vivem com familiares não-idosos porque neste caso, os cálculos incluem tanto os rendimentos dos idosos como dos não-idosos com quem coabitam (*pooling* de rendimentos). Por exemplo, em 2014, as pensões contributivas representam 91,0% do rendimento (exclusivo) dos idosos, mas só 79,2% do seu rendimento familiar. Dado o objectivo deste trabalho, é a noção alargada do *pooling* de rendimentos que se privilegia.

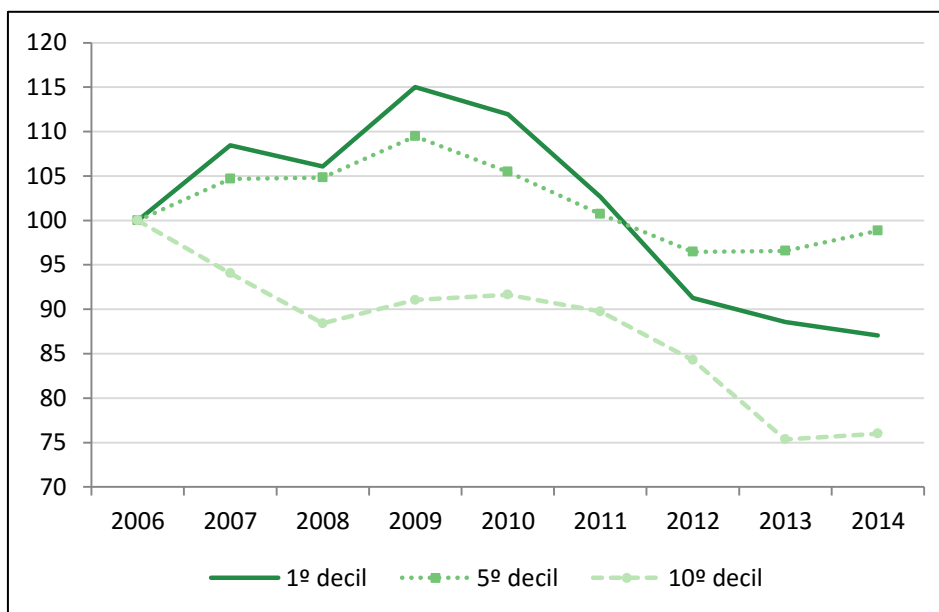
Figura 7 - Estrutura dos recursos de rendimento dos idosos, 2006-14



Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

No entanto, a evolução distinta dos rendimentos dos idosos e não-idosos não pode explicar completamente a disparidade entre os seus indicadores de pobreza. A Figura 8 ilustra a heterogeneidade das variações no rendimento dos idosos situados nos 1º, 5º e 10º decis da distribuição do rendimento da população total em 2006-14.

Figura 8 - Rendimento equivalente médio dos idosos nos 1º, 5º e 10º decis do rendimento equivalente da população total, 2006-14

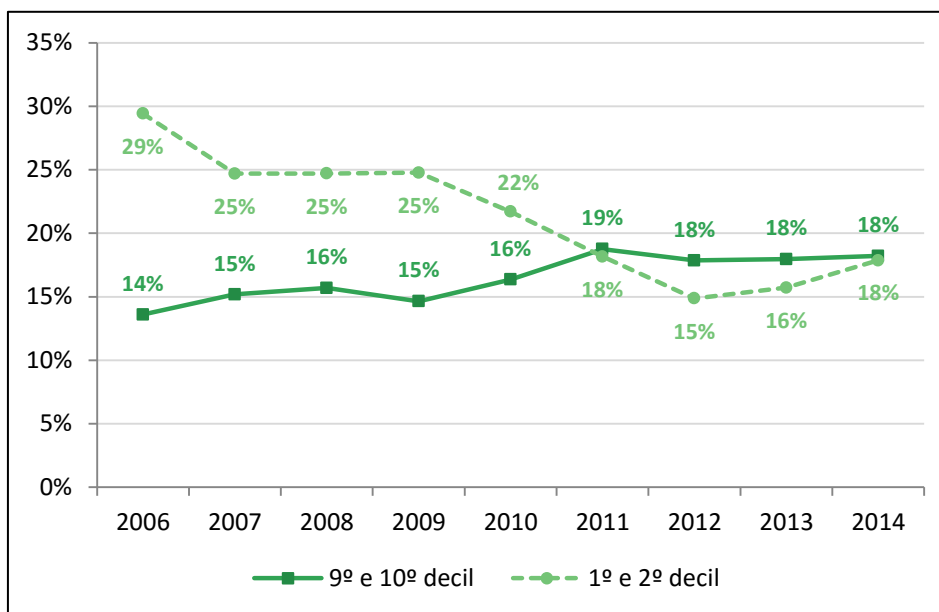


Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

O rendimento equivalente médio dos idosos do 1º decil aumentou cerca de 15% em 2006-09, em sintonia com a significativa descida da sua pobreza, mas desceu até 2014 para 87% do rendimento de 2006 e 76% do de 2009. A principal razão é que os rendimentos no 1º decil estão abaixo da linha de pobreza e são substancialmente compostos por transferências sociais, as quais sofreram cortes profundos a partir de 2010. No extremo oposto, o rendimento médio dos idosos no 10º decil em 2014 é 24% mais baixo do que em 2006, sendo afectado pelos cortes severos nas pensões mais altas a partir de 2012. Por fim, os idosos no 5º decil foram os menos atingidos, com um rendimento médio que subiu até 2009, mas depois desceu lentamente devido aos cortes nas transferências sociais introduzidos em 2010 a que se juntaram os cortes nas pensões; uma ligeira melhoria em 2014 levou-o a um valor próximo de 2006.

A Figura 8 sugere assim que o decréscimo da pobreza dos idosos nos primeiros anos da crise não se deve a um aumento no valor absoluto do seu rendimento equivalente mas, pelo contrário, a um seu menor decréscimo relativo, o que se confirma na Figura 9.

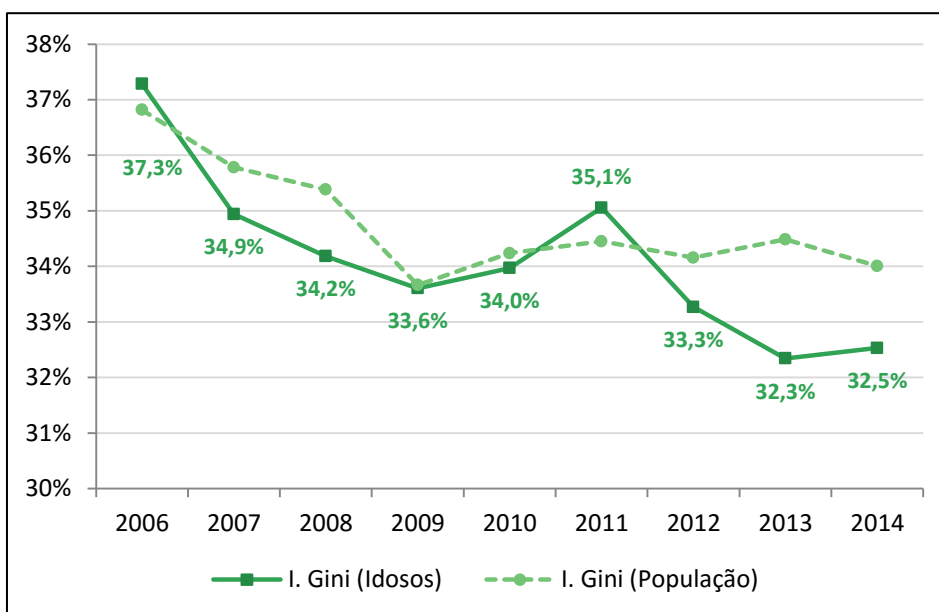
Figura 9 - Proporção do número de idosos no 1º e último quintis da distribuição do rendimento, 2006-14



Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

Neste período, a proporção do número de idosos no 1º quintil (1º e 2º decis) da distribuição do rendimento equivalente baixou de 29,4% para 17,9%, enquanto a do último quintil (9º e 10º) subiu de 13,6% para 18,2%. A evolução desta desigualdade é manifesta no índice de Gini na Figura 10.

Figura 10 - Índice de Gini, 2006-14



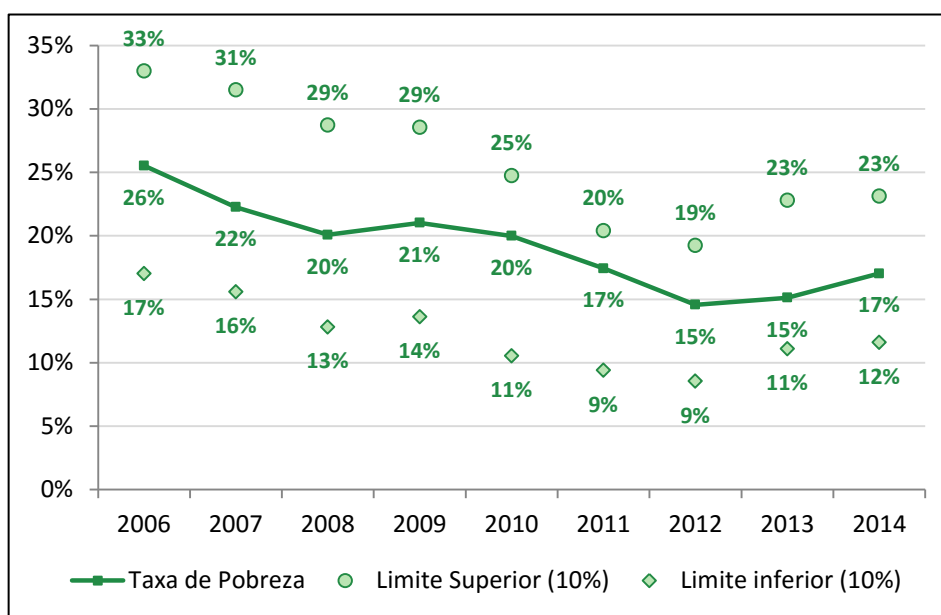
Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

Em 2006, a distribuição do rendimento dos idosos era ligeiramente mais desigual do que a nacional (Gini de 37,3% e 36,8%, respectivamente), descendo para valores semelhantes até 2009-10, mas divergindo depois devido ao impacto diferenciado da crise nos idosos. O seu índice de Gini subiu em 2011 (35,1%), mas desceu para 32,5% em 2014, enquanto o nacional se manteve em valores superiores a 34%.

5. Sensibilidade da pobreza dos idosos à armadilha do rendimento mediano

Na secção 3 mostra-se que a intensidade da pobreza dos idosos é inferior à nacional, o que sugere uma distância média relativamente baixa entre o rendimento mediano dos idosos pobres e a linha de pobreza e, consequentemente, uma alta sensibilidade da sua pobreza a flutuações nesta linha. Esta hipótese pode ser testada recalculando a taxa de pobreza os idosos para diferentes valores potenciais da linha de pobreza, o que é feito na Figura 11 para valores 10% acima e abaixo do seu valor estimado, correspondendo a cerca de 40€/mês.

Figura 11 - Sensibilidade da taxa de pobreza dos idosos, 2006-14



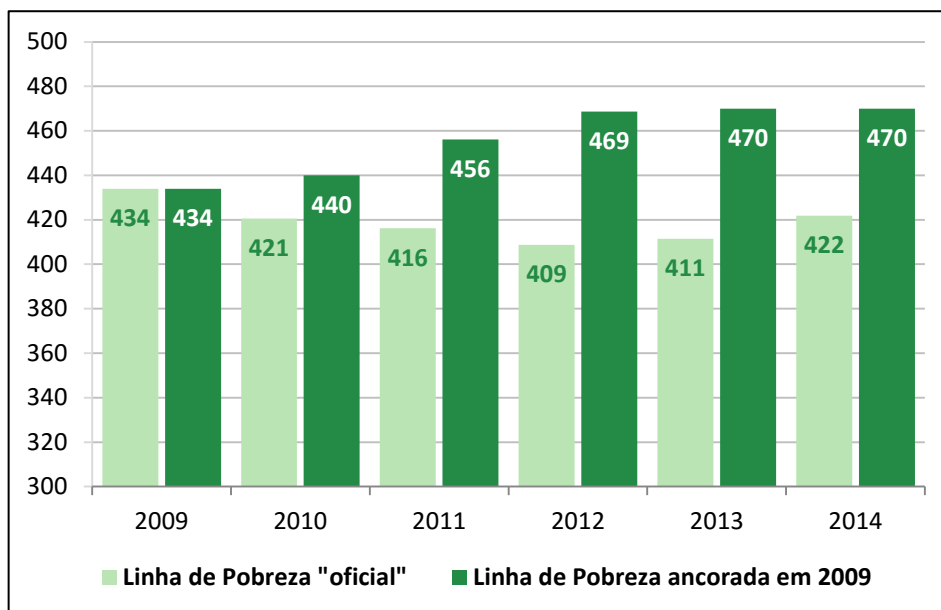
Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

Mesmo uma pequena variação causa mudanças significativas e assimétricas na taxa de pobreza dos idosos: em 2010, por exemplo, fá-la subir 5 pp ou descer 9 pp.

Esta sensibilidade acrescida é especialmente relevante em períodos de recessão económica já que a queda dos rendimentos familiares pode conduzir à diminuição do valor do rendimento mediano e, conseqüentemente, à descida do valor da linha de pobreza. Esta ‘armadilha do rendimento mediano’ é ainda mais significativa quando, como em Portugal, a diminuição dos rendimentos de trabalho e pensões afectou mais profundamente a zona da distribuição do rendimento equivalente onde se situa o rendimento mediano. A importância desta ‘armadilha’ é visível na Figura 12, onde a linha de pobreza ‘oficial’ passou de 434€/mês em 2009 para 422€ em 2014 para os indivíduos que vivam sozinhos (e de 911€ para 886€ para os casais com dois filhos menores). Uma consequência directa deste decréscimo é que muitos indivíduos e famílias deixaram de ser considerados pobres, apesar dos seus recursos não terem aumentado ou poderem mesmo ter diminuído.

Neste contexto, os indicadores de pobreza ‘oficial’ tendem a subestimar o agravamento efectivo da pobreza e a não reflectir totalmente a real deterioração das condições de vida da população: o aumento da taxa de pobreza de 17,9% para 19,5% em 2009-14 é claramente insuficiente para explicar o agravamento da pobreza sentido pelas organizações que se confrontam no terreno com a precariedade social. Uma alternativa é a utilização da ‘linha de pobreza ancorada num determinado ano’, um dos indicadores de pobreza e exclusão social do Eurostat, que permite atenuar ou mesmo anular esta ‘armadilha’. Esta linha é estimada no ano inicial (2009 na Figura 12) e é o seu valor real (actualizado pelo IPC) que é usado como linha de pobreza nos anos subsequentes (2010-14).

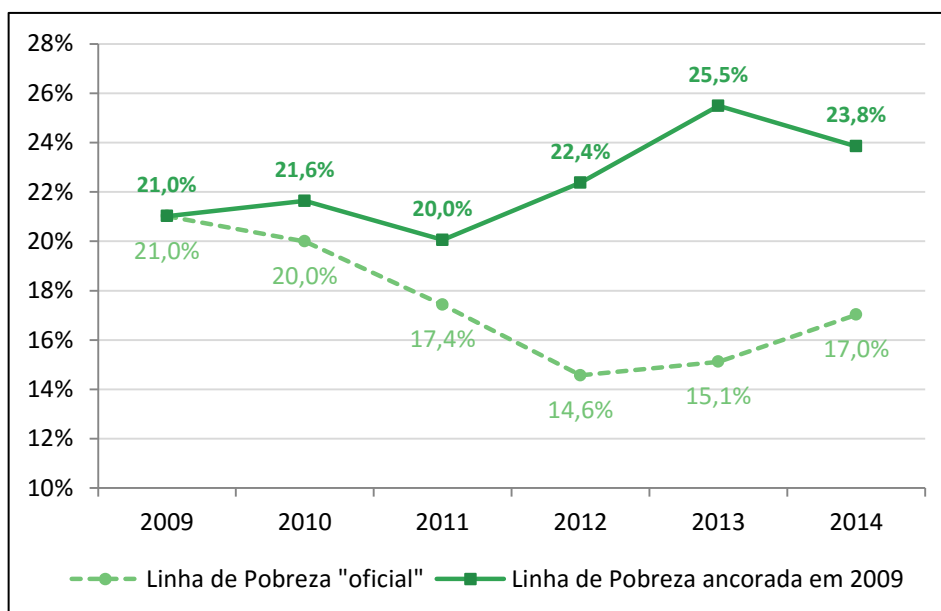
Figura 12 - Linha de pobreza 'oficial' e ancorada em 2009 (€/mês), 2009-14



Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

A Figura 13 revela que a diminuição da taxa de pobreza 'oficial' dos idosos não é confirmada pela taxa 'ancorada em 2009'.

Figura 13 - Taxa de pobreza dos idosos, 2009-14



Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

Entre 2010 e 2014, a taxa de pobreza dos idosos subiu 2,2 pp, e não desceu 3,0 pp como indicado pela linha 'oficial'. A taxa de pobreza ancorada permite, assim, uma interpretação alternativa do impacto do programa de ajustamento: a preservação, ou mesmo melhoria, das condições de vida dos idosos revela-se, em grande medida, ilusória e resultante da armadilha do rendimento mediano.

6. Privação material e pobreza consistente dos idosos

O fenómeno da pobreza não se limita a uma dimensão monetária, mas deve também reflectir as condições de vida e conforto dos indivíduos e famílias. A dimensão material da pobreza, a privação material, é definida na UE como a carência de pelo menos (quaisquer) três de nove itens de bem-estar inquiridos no EU-SILC (listados na primeira coluna do Quadro 4)³⁰. O Eurostat calcula ainda a privação material severa, aumentando para (pelo menos quaisquer) quatro o número desses itens, e a intensidade de privação, definida como o número médio de itens de que os indivíduos em situação de privação estão carenciados.

O Quadro 4 indica a percentagem de idosos que gostaria de ter³¹, mas não pode assegurar, cada um dos nove itens em 2006, 2010 e 2014³². Os idosos estão mais privados de três itens: férias (I2), despesa financeira inesperada (I1) e casa aquecida (I5). Há uma marcada diminuição da privação dos idosos neste período, com a excepção da capacidade de fazer face a despesas inesperadas que, como seria de esperar, subiu fortemente na crise.

³⁰ Veja-se, por exemplo, Guio (2005) e Guio *et al.* (2009).

³¹ Estes indicadores distinguem entre a falta dos itens 6 a 9 por carência financeira ou por decisão própria.

³² Os indicadores de privação material no EU-SILC dizem respeito ao ano do inquérito, ao contrário dos monetários que se reportam ao rendimento do ano anterior.

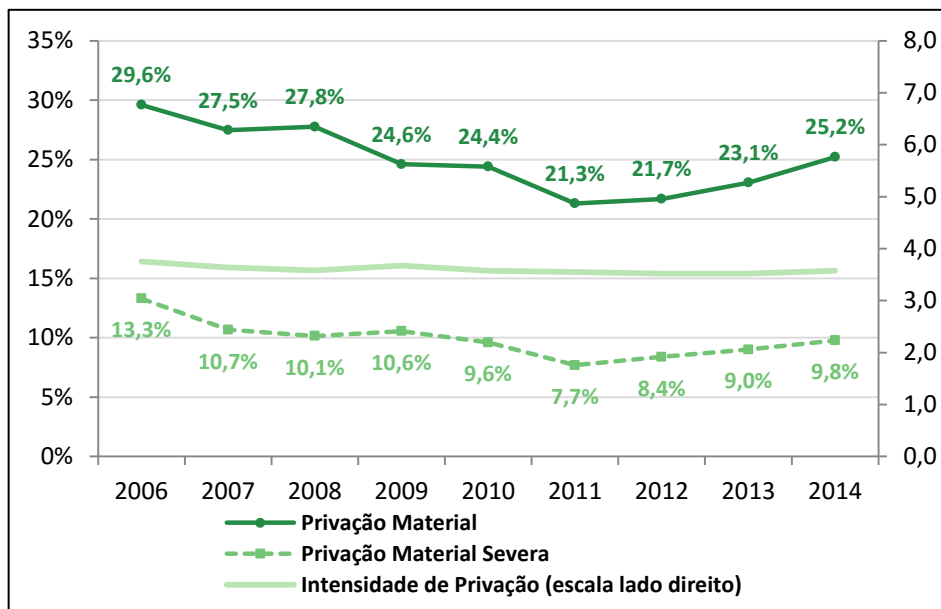
Quadro 4: Indicadores de privação dos idosos (%), 2006, 2010 e 2014

	2006	2010	2014
I1. Incapacidade de pagar imediatamente uma despesa financeira inesperada	22,4	27,2	40,4
I2. Incapacidade de pagar uma semana de férias anual fora de casa	71,7	71,8	61,0
I3. Atraso no pagamento da prestação de crédito habitação, renda de casa, despesas de água, luz, gaz	4,5	3,0	3,4
I4. Incapacidade de assegurar uma refeição de carne, peixe, ou equivalente vegetariano de pelo menos dois em dois dias	6,1	4,5	4,3
I5. Incapacidade de manter a casa adequadamente aquecida	49,9	33,4	34,3
I6. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	8,5	4,3	3,2
I7. Sem disponibilidade de TV a cores	2,0	0,7	0,7
I8. Sem disponibilidade de telefone	7,2	3,9	1,8
I9. Sem disponibilidade de automóvel	13,5	11,8	10,5

Fonte: INE, EU-SILC 2006, 2010 e 2014. Cálculos dos autores.

A subida no rendimento dos idosos identificada na secção 4 reflecte-se na Figura 14 na descida das taxas de privação material e privação severa até 2011. A crise económica fá-las subir de novo, com mais de um quarto dos idosos em privação e quase 10% em privação severa em 2014. A intensidade da privação (escala do lado direito) manteve-se quase inalterada e ligeiramente acima dos 3,5 itens.

Figura 14 - Privação material, privação material severa e intensidade de privação dos idosos, 2006-14

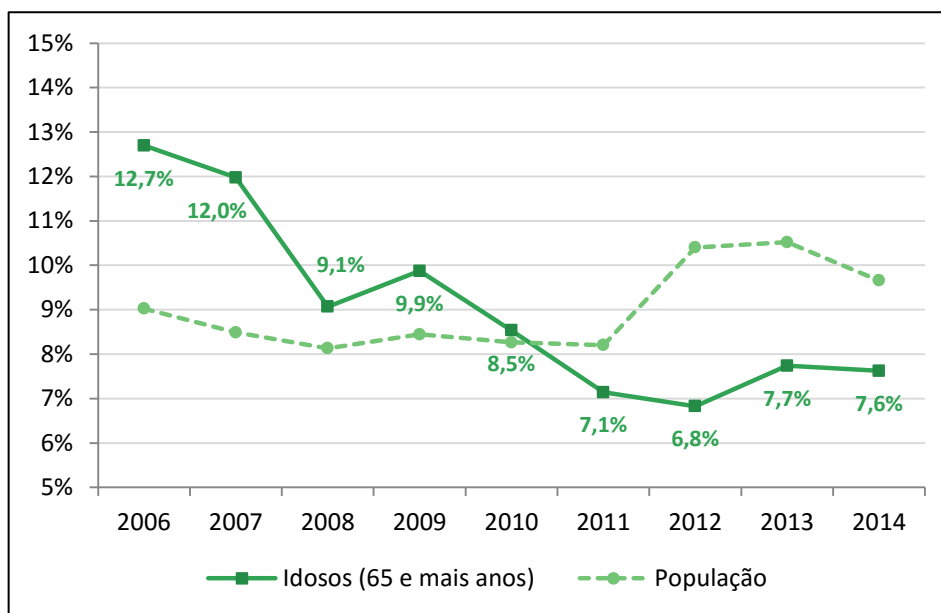


Fonte: INE, EU-SILC 2006-14. Cálculos dos autores.

O conceito de pobreza consistente junta as duas dimensões de pobreza: indivíduos que estejam simultaneamente em situação de pobreza monetária e material são considerados pobres consistentes³³. As já detectadas descidas nas taxas de pobreza e privação determinam uma descida da taxa de pobreza consistente dos idosos na Figura 15 para valores abaixo da taxa nacional em 2011 e 2012. O aumento da taxa de pobreza dos idosos em 2013 arrastou a da pobreza consistente, mas esta manteve-se inferior tanto aos seus valores pré-2011 como aos da taxa nacional.

³³ Veja-se Whelan *et al.* (2006), por exemplo.

Figura 15 - Pobreza consistente, 2006-14



Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

7. Indivíduos idosos ou grupos de idosos?

Até agora tem-se tratado os idosos como um conjunto homogêneo e definido exclusivamente pelo habitual limiar etário dos 65 anos. Esta convenção é aceite pelos sistemas estatísticos nacional e europeu e está implícita no delinear da generalidade das políticas sociais dirigidas à população de mais idade³⁴. No entanto, é questionável se a situação de precariedade e pobreza que afecta os idosos é idêntica para todos, é somente função do nível de rendimento que preside à condição de recursos, ou se existem grupos especialmente vulneráveis. Também é discutível se os efeitos do programa de ajustamento afectaram igualmente todos os idosos. Para esclarecer estas questões, nesta secção dividem-se os idosos em categorias de acordo com o escalão etário³⁵, género e tipo de família em que residem.

No Quadro 5 da estrutura da população idosa em 2006-14 são de salientar: o seu envelhecimento, com a proporção dos 75+ anos a subir para quase metade (49,1%) dos idosos em 2014, ou 10,0% da população total; a longevidade feminina, com mais de 30% das mulheres idosas

³⁴ Embora políticas como a pensão social e o CSI concedam benefícios adicionais aos idosos com 75 ou mais anos.

³⁵ A consideração de apenas dois escalões etários deve-se essencialmente à recodificação nas bases de microdados disponibilizadas pelo INE e Eurostat como '80 anos' de todas as idades superiores a 80 para proteger a anonimização dos dados.

a terem 75+ anos em 2012-14; e as elevadas percentagens de idosos que vivem sozinhos (24,2% em 2014) e em famílias exclusivamente de idosos (68,6%).

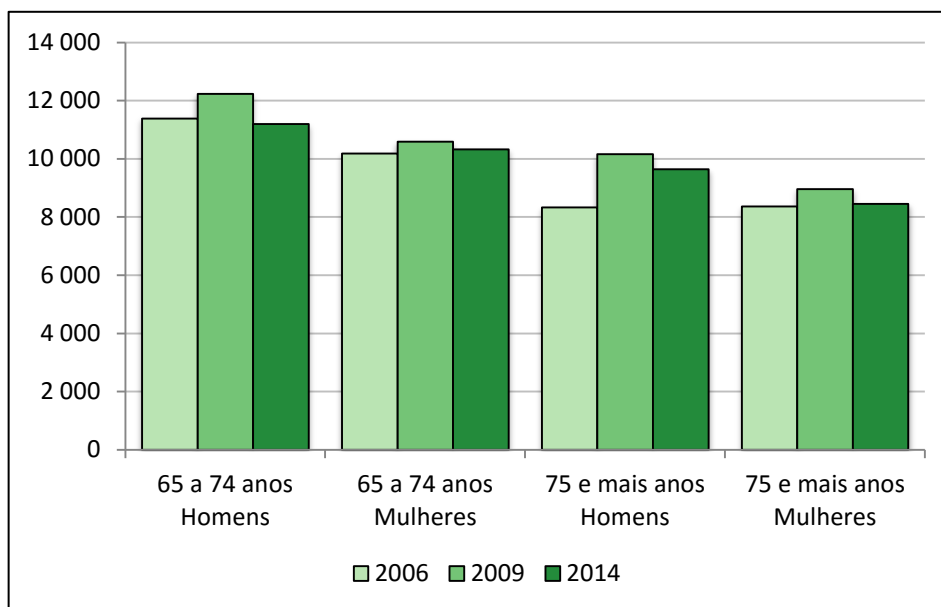
Quadro 5: Estrutura da população idosa (%), 2006-14

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
65-74 anos	55,1	54,3	53,6	53,2	52,6	51,6	51,1	51,0	50,9
75+ anos	44,9	45,7	46,4	46,8	47,4	48,4	48,9	49,0	49,1
65-74 Homens	24,6	24,3	24,0	23,8	23,6	23,3	22,8	22,8	22,8
65-74 Mulheres	30,5	30,0	29,6	29,3	29,0	28,2	28,3	28,2	28,1
75+ Homens	17,1	17,5	17,7	17,9	18,2	18,7	18,6	18,6	18,7
75+ Mulheres	27,7	28,2	28,6	28,9	29,3	29,8	30,3	30,3	30,4
Família unipessoal 75+	14,1	14,2	14,5	14,3	16,0	15,2	14,5	15,6	15,5
Família unipessoal 65-74	8,0	9,0	8,4	8,5	8,5	7,9	8,2	9,1	8,7
Casal ambos cônjuges 75+	11,6	12,4	13,0	13,6	14,0	15,1	15,8	15,3	15,1
Outros casais idosos	27,5	27,2	27,1	26,2	24,8	26,0	26,0	25,8	26,8
Casais só um dos cônjuges idoso	5,4	5,2	4,9	4,6	4,8	5,0	5,1	5,1	5,3
Outros idosos	33,4	32,0	32,2	32,8	31,8	30,9	30,4	29,0	28,6

Fonte: INE, EU-SILC 2007-15. Cálculos dos autores.

Começando pelo rendimento equivalente dos idosos, a Figura 16 descreve a sua evolução por grupo etário e género.

**Figura 16 - Rendimento equivalente dos idosos por grupo etário e género
2006, 2009 e 2014 (€/ano)**



Fonte: INE, EU-SILC 2007, 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

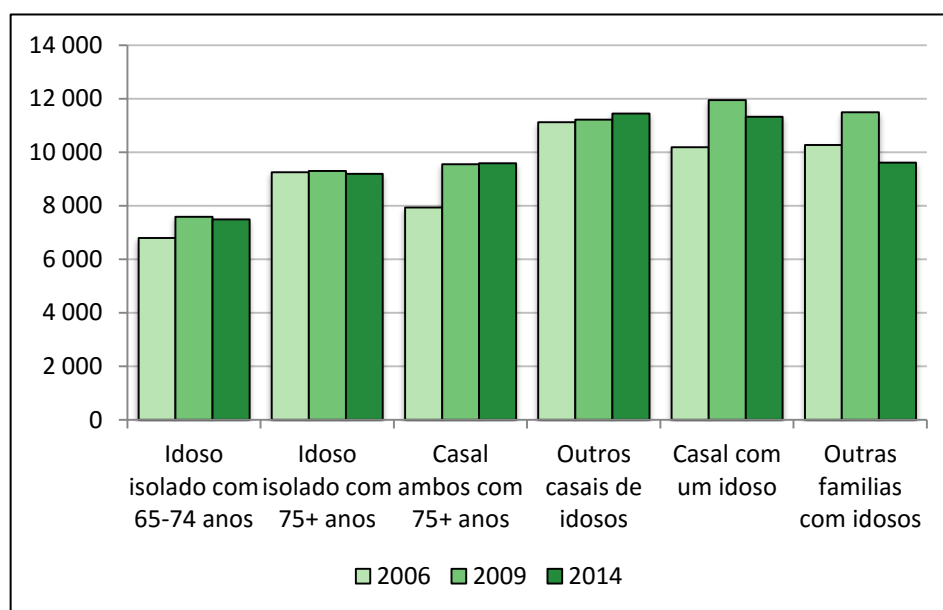
O rendimento equivalente dos idosos mais novos (65-74 anos) é sempre superior ao dos mais velhos (75+), mas apesar de ser o factor discriminatório preponderante, a sua importância tem decrescido: o rendimento dos 65-74 era 28% mais alto do que o dos 75+ em 2006, mas só 20% em 2009 e 2014. Uma possível explicação é que cada nova geração de idosos reformados teve carreiras contributivas mais longas e salários mais elevados que conduzem a pensões também mais elevadas. Por outro lado, o rendimento masculino é cerca de 10% mais elevado que o feminino, tendo essa diferença aumentado de 8,7% em 2009 para 12,2% em 2014. Quando o grupo etário e género são analisados conjuntamente, a diferença torna-se ainda mais notória: o grupo mais pobre é o das mulheres 75+.

A Figura 16 também evidencia que todos os rendimentos aumentaram entre 2006 e 2009, mas desceram entre 2009 e 2014 devido à crise e políticas implementadas. No entanto, o processo de ajustamento seguido, quer pela via fiscal, quer pelos cortes efectuados nas pensões, revelou algum nível de progressividade e contribuiu para alguma atenuação das diferenças entre os rendimentos das várias categorias. Este resultado é consistente com a descida do índice de Gini observada na secção 4.

O tipo de família em que os idosos vivem é outro factor determinante na diferenciação dos rendimentos na Figura 17. Os idosos que vivem sozinhos e os casais em que ambos têm 75+ anos são claramente as categorias mais vulneráveis, mas também as menos afectadas durante a crise,

quando os seus rendimentos desceram menos de 1,5%. De facto, o rendimento dos idosos que vivem sozinhos é sempre inferior a 80% do rendimento idoso médio. No extremo oposto, os idosos que vivem em famílias mistas (com idosos e não-idosos) têm rendimentos mais elevados, mas são também os mais penalizados pelo processo de ajustamento.

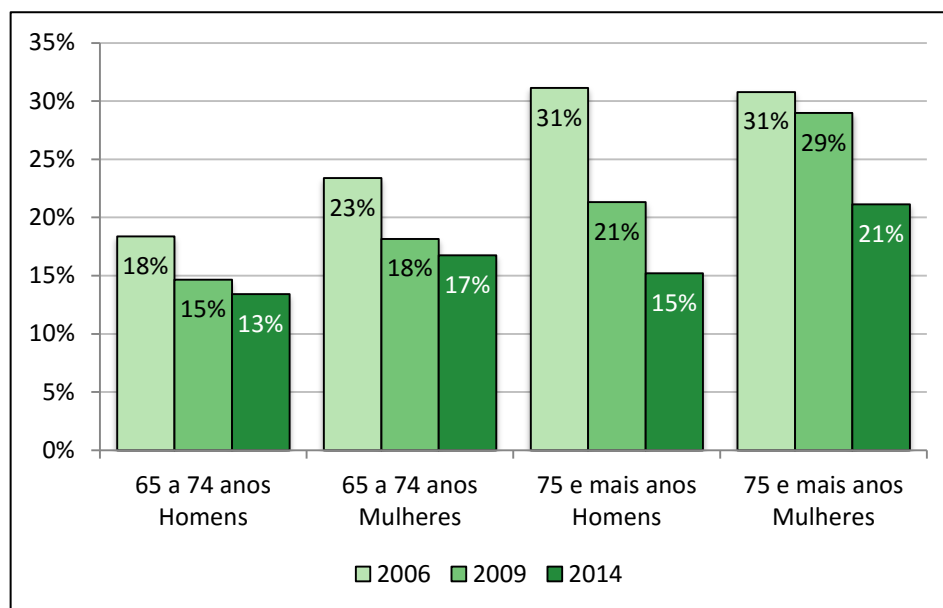
Figura 17 - Rendimento equivalente dos idosos por tipo de família, 2006, 2009 e 2014 (€/ano)



Fonte: INE, EU-SILC 2007, 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

As Figuras 18 e 19 mostram como a taxa de pobreza 'oficial' de praticamente todas as categorias de idosos tem descido continuamente, ainda que a ritmos diferentes e mantendo uma grande heterogeneidade. Esta informação adicional permite aprofundar agora a análise pobreza da secção 3. No período 2006-09 (pré-crise), a taxa de pobreza dos idosos desceu de 25,5% para 21,0%, mas é possível concluir que esta redução foi mais marcada nalgumas das categorias mais pobres (75+ homens (21%) e casais ambos 75+ (27%)), mas não em todas (75+ mulheres (29%) e idosos que vivem sozinhos (39% para 75+ e 27% para 65-74)).

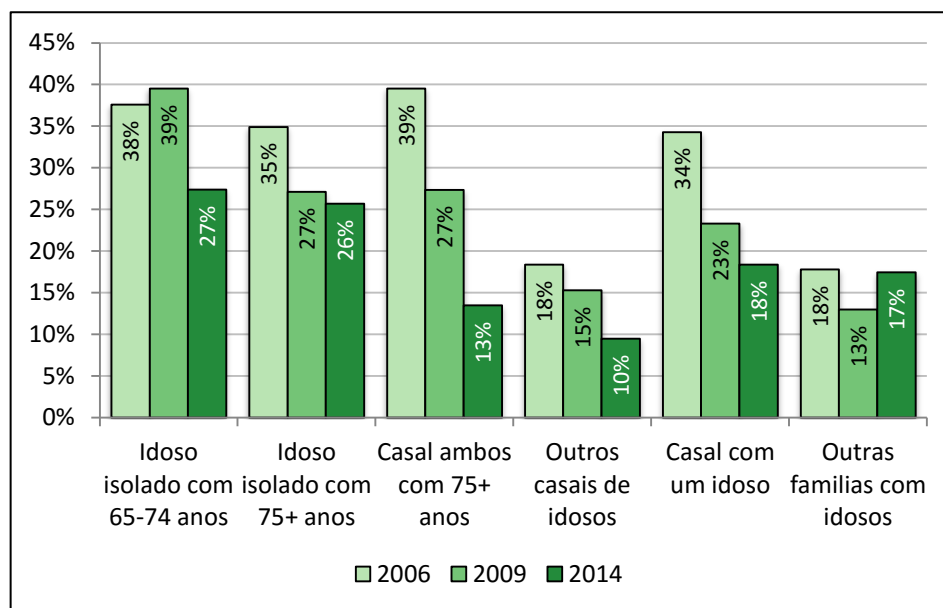
Figura 18 - Taxa de pobreza dos idosos por grupo etário e género, 2006, 2009 e 2014



Fonte: INE, EU-SILC 2007, 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

No período 2009-14, são as taxas de pobreza das categorias com rendimentos mais baixos que têm as maiores descidas, mas os idosos isolados continuam muito mais vulneráveis, com taxas de 26%–27%, bem acima dos 10%–18% das restantes categorias em 2014.

Figura 19 - Taxa de pobreza dos idosos por tipo de família, 2006, 2009 e 2014

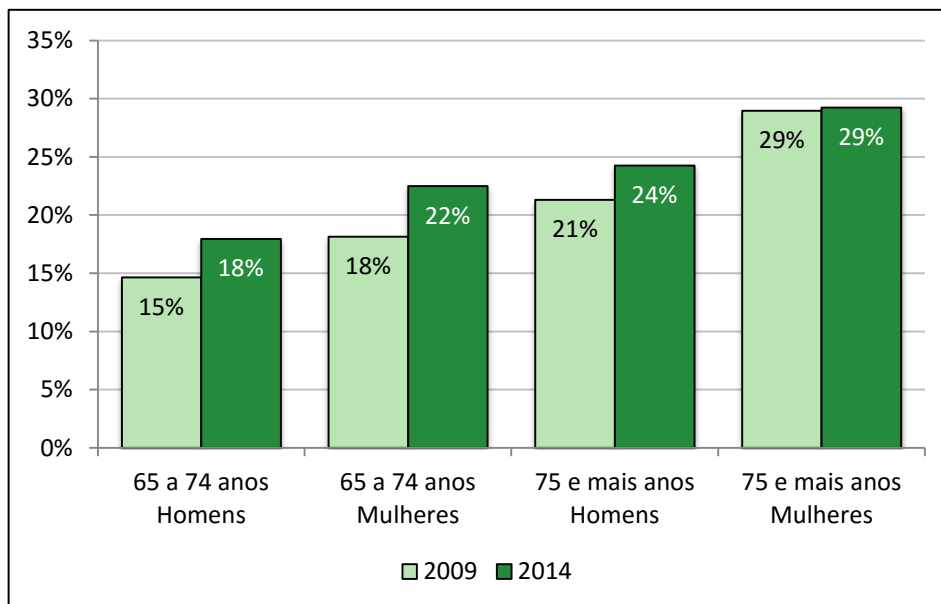


Fonte: INE, EU-SILC 2007, 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Uma questão pertinente é avaliar até que ponto esta redução da pobreza dos idosos se deve, ou não, às políticas seguidas no processo de ajustamento. Por um lado, os cortes nas pensões e o forte agravamento da carga fiscal atingiram os rendimentos mais elevados, situados bastante acima da linha de pobreza, e portanto não seria de esperar que afectassem este grupo. Por outro lado, os cortes nalgumas prestações sociais, como o CSI, necessariamente agravaram a sua pobreza.

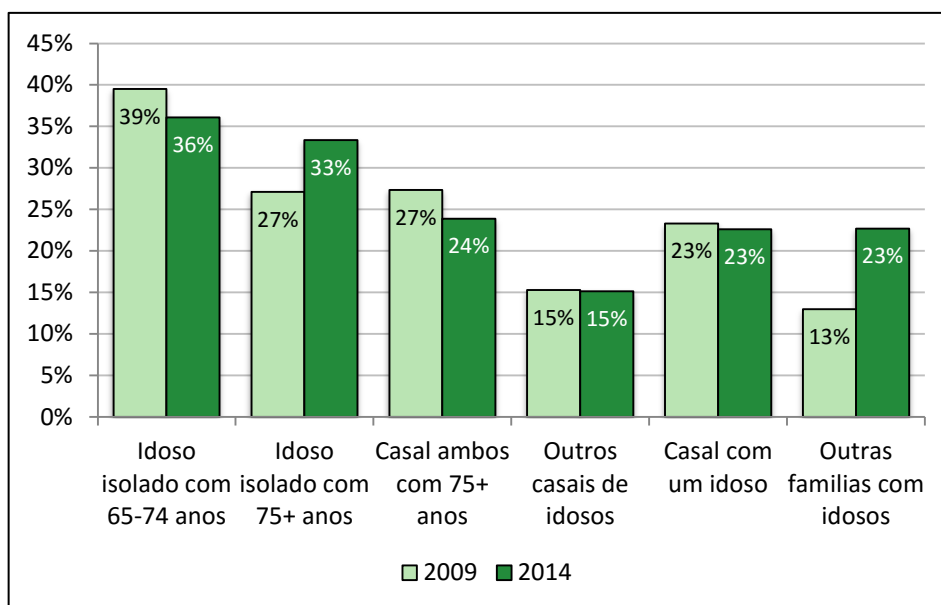
A única explicação plausível para a melhoria dos indicadores de pobreza é que as políticas de austeridade tenham provocado a diminuição da própria linha de pobreza, uma explicação que as Figuras 20 e 21 confirmam. Utilizando a linha de pobreza ancorada em 2009 pré-crise da secção 5, estas figuras mostram que as taxas de pobreza de todas as categorias de idosos subiram entre 2009 e 2014, com a excepção das duas categorias mais vulneráveis (idosos isolados 75+ e casais ambos 75+).

Figura 20 - Taxa de pobreza dos idosos ancorada em 2009 por grupo etário e género, 2009 e 2014



Fonte: INE, EU-SILC 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

Figura 21 - Taxa de pobreza dos idosos ancorada em 2009 por tipo de família, 2009 e 2014



Fonte: INE, EU-SILC 2010 e 2015. Cálculos dos autores.

8. Conclusão

Um dos resultados mais paradoxais da profunda crise económica e social que atinge o nosso país desde 2010 é a diminuição da taxa de pobreza dos idosos em 4 pp em 2009-14, passando de 21% para 17%. Essa descida foi mais pronunciada até 2012, atingindo um mínimo histórico de 14,6%, 4 pp abaixo da taxa nacional.

Uma primeira explicação para esta diminuição é que se trata dum prolongamento do bem-sucedido ciclo anterior de redução da pobreza dos idosos, começado no início dos anos 90 com políticas sociais específicas para os idosos e melhorias nas pensões contributivas e sociais sujeitas a condição de recursos. O maior peso dos idosos na população total, continuamente acrescida por novas gerações de reformados com salários mais elevados e carreiras contributivas mais longas, seria suficiente para neutralizar os efeitos da crise e explicar a redução da pobreza observada. Esta explicação é facilmente questionada porque o rendimento equivalente dos idosos caiu 6% em termos reais neste período.

Uma segunda explicação é que as medidas de austeridade, como os cortes nas pensões e o forte agravamento da carga fiscal sobre as pensões mais elevadas, pouparam os rendimentos dos idosos mais vulneráveis. No entanto, esta explicação só é parcialmente verdadeira: ainda que os idosos mais pobres não tenham sido atingidos por essas medidas, foram-no pelos cortes nas transferências sociais, como o CSI, que se traduziu numa redução significativa do número de beneficiários e montantes recebidos.

A terceira e última explicação é proposta pela primeira vez neste artigo. A diminuição dos indicadores de pobreza 'oficial' dos idosos em 2009-14 deve-se à diminuição da linha de pobreza resultante da descida do rendimento mediano do conjunto da população. Se esse efeito for 'neutralizado' com a utilização da taxa de pobreza ancorada, então a taxa de pobreza dos idosos aumentou durante a crise.

Fica também demonstrada a heterogeneidade da população idosa em termos de indicadores da pobreza: apesar da sua pobreza 'oficial' ter descido, bolsas de pobreza extrema subsistem, particularmente entre os idosos que vivem sozinhos, o que demonstra que este continua a ser um grupo de alta vulnerabilidade económica e social a necessitar de atenção social específica.

Referências

- Ahonen, K. and Back-Othman, J. (2010). *Tracing old-age poverty – the significance of the household structure on gender differences in the poverty rate in eight EU countries*, Finnish Centre for Pensions Working Papers, 2010:7.
- Albuquerque, P., Arcanjo, M., Nunes, F. and Pereirinha, J. (2010). Retirement and the Poverty of the Elderly: The Case of Portugal, *Journal of Income Distribution*, vol. 19(3-4), pp. 41-64.
- Aziz, O., Gemmell, N., and Laws, A. (2013). *The distribution of income and fiscal incidence by age and gender: Some evidence from New Zealand*, Victoria University of Wellington Working Papers in Public Finance 10/2013.
- Bosworth, B., Burtless, G, and Zhang, K. (2016). *Later retirement, inequality in old age, and the growing gap in longevity between rich and poor*, *Economic Studies at Brookings*, The Brookings Institution, Washington.
- Brown, R.L. and Prus, S.G. (2006). Income inequality over the later-life course: A comparative analysis of seven OECD countries, *Annals of Actuarial Science* 1, 307-317.
- Callan, T., Leventi, C., et al. (2011). *The distributional effects of austerity measures: a comparison of six EU countries*, EUROMOD Working Papers EM6/11, Institute for Social and Economic Research, Colchester.
- Carrilho, M.J. and Craveiro, M.L. (2013). A situação demográfica recente em Portugal, *Revista de Estudos Demográficos*, 50, 45-90, INE, Lisboa.
- Goudswaard, K., van Vliet, O., Been, J. and Caminada, K. (2012). *Pensions and income inequality in old age*, *CESifo DICE Report*, 4/2012, 21-26.
- Guio, A-C. (2005). Material Deprivation in the EU, *Statistics in Focus: Population and Social Conditions*, 21/2005, Eurostat, Luxembourg.
- Guio, A-C., Fusco, A. and Marlier, E. (2009). *A European Union Approach to Material Deprivation using EU-SILC and Eurobarometer Data*, IRISS Working Paper 2009-19.
- Lindquist, G.S. and Wadensjö, E. (2012). *Income distribution among those of 65 years and older in Sweden*, IZA DP No. 6745.
- Prunty, M. (2007). *Older people in poverty in Ireland: An analysis of EU-SILC 2004*, Combat Poverty Agency Working Paper Series 07/02.
- Rodrigues, C.F. and Andrade, I. (2014). Ageing and poverty: how older Portuguese adults became less poor in the noughties, *European Journal of Ageing*, 11, 285-92.
- Whelan, C. T., Nolan, B.T., et al. (2006). Measuring Consistent Poverty in Ireland with EU SILC Data, ESRI Working Paper 165, Economic and Social Research Institute, Dublin.

Zaidi, A. (2009). *Poverty and income of older people in OECD countries*, ECSWPR, Vienna.

Zaidi, A. (2010). *Poverty risks for older people in EU countries – An update*, ECSWPR Policy Brief January (11), 1-23.

Partidos Políticos, Programas Eleitorais e Políticas de População: um estudo exploratório

Jorge Manuel Monteiro Mendes

Instituto Politécnico da Guarda, jorgemendes@ipg.pt

Sumário: O estabelecimento de um regime democrático em Portugal, plural e livre, fez emergir na ordem jurídica e constitucional o aparecimento de partidos políticos. Os partidos políticos exercem uma função de mediação política traduzida na «organização da vontade popular», na participação nos órgãos representativos e na influência na formação de governos.

Estando as questões demográficas na ordem do dia, apresentamos um trabalho exploratório sobre as propostas eleitorais dos partidos políticos concorrentes às eleições legislativas de 2015 em matéria de Políticas de População.

Palavras-chave: partidos políticos, políticas de população, programas eleitorais.

Abstract: The establishment of a democratic regime in Portugal, pluralist and free, led to the creation, within the new legal and constitutional order, of political parties.

Political parties exercise a political mediation function translated into «organization of the popular will», participation in representative bodies and influence in the formation of governments.

Being demographic issues on the political agenda, we present an exploratory work on electoral proposals on population policies of the political parties competing in the parliamentary elections of 2015.

Keywords: political parties, population issues, electoral proposals.

Introdução

A Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra no seu artigo 10.º (*Sufrágio universal e partidos políticos*) e no artigo 51.º (*Associações e partidos políticos*) a liberdade de associação e de formação de partidos políticos.

Os partidos políticos exercem uma função de mediação política traduzida na «organização da vontade popular», na participação nos órgãos representativos e na influência na formação de governos.

Sendo a temática “população” uma preocupação central de qualquer Estado, ela ganha particular relevância num momento «*marcado por profundas transformações na evolução*

demográfica, em que se cruzam várias tendências e uma multiplicidade de interferências na evolução populacional, seja a nível mundial e europeu, seja no contexto de cada país» (Pinto, 2010:43).

Estando as questões demográficas e de população na ordem do dia, decidimos elaborar um trabalho exploratório sobre as propostas eleitorais dos partidos políticos concorrentes às eleições legislativas de 2015 em matéria de Políticas de População.

Num primeiro ponto (1) analisaremos o conceito de Políticas de População. Num segundo momento (2) analisar-se-ão tipos de medidas políticas, activas e passivas, relativas a três variáveis centrais em Políticas de População: fecundidade, envelhecimento da população e migrações.

No ponto três (3) apresentaremos a metodologia utilizada. Por fim, num quarto ponto (4), faremos a análise dos dados recolhidos e apresentaremos as conclusões do trabalho.

1. Políticas de população

No debate político é habitual a utilização das designações “Política de População” e “Política Demográfica” como sendo a mesma coisa. Para Maria Luís Pinto (2010:59) a designação de Política de População é mais abrangente:

A designação de Política Demográfica remete-nos para o universo das variáveis estritamente demográficas, podendo fazer crer que apenas as medidas tomadas com o objectivo explícito de influir na natalidade/fecundidade, nas migrações ou mesmo na mortalidade, serão equacionadas. Dado que considero que existem medidas políticas que não se situam naquele âmbito, mas que produzem efeitos demográficos, logo sobre a população, como todas aquelas que respeitam, por exemplo, ao ordenamento do território, continuo a preferir a designação de Políticas de População, visando também a análise dos fenómenos induzidos por medidas políticas.

Esta posição remete-nos para um conjunto de concepções/definições de Políticas de População: umas de carácter mais genérico (amplas) e outras mais operacionais (restritivas).

Assumido que as políticas de população são acções intencionais para chegar a um fim, John May (2012:2) define política de população como sendo:

(...) actions taken explicitly or implicitly by public authorities, in order to prevent, delay, or address imbalances between demographic changes, on the one hand, and social, economic, and political goals, on the other.

Para o autor, o maior desafio para as políticas de população no século XXI será conseguir intervir em áreas tradicionais ligadas à população (saúde reprodutiva, materna e sexual) articulando-as com novos assuntos presentes na agenda política, nomeadamente: redução da pobreza, promoção da igualdade, o combate à SIDA, a igualdade de género, as necessidades dos jovens, a preservação do ambiente, entre outros.

Uma segunda definição de Política de População é-nos dada por Paul Demeny (2003:3):

Population policy may be defined as deliberately constructed or modified institutional arrangements and/or specific programs through which governments influence, directly or indirectly, demographic change.

Esta definição alerta-nos para a necessidade de articulação entre objectivos, estratégias e meios de implementação (Barreto, 2004:1)

Do grande leque de definições possíveis apresentamos, de seguida, uma mais operacional (pragmática). A definição de Don Rowland (2001:1, *apud* Luís, 2010:61) é claramente marcada pelo seu carácter operacional, muito centrada em variáveis microdemográficas.

A population policy does not have to be highly detailed prescription of what is desirable demographically. It might consist of a set of broad goals, quantitatively defined, such as minimizing population ageing (e.g. no more than 25 per cent 65 and over), minimizing fertility decline and ultimately achieving zero growth.

A definição mais ampla ou mais restrita de políticas de população remete-nos para a dificuldade da sua operacionalização sendo visível a sua sectorização (Barreto, 2004:1-2).

2. Políticas de População e variáveis microdemográficas: fecundidade, envelhecimento e migrações

2.1 Considerações gerais

As políticas públicas, para serem eficazes, devem ser sustentadas por informação rigorosa. O alheamento dos decisores políticos é particularmente importante quando se pretende formular políticas de população. O poder político tende a tratar as questões demográficas separadamente, isto é, sectorialmente através de medidas específicas (Barreto, 2004).

Acontece que muitas das medidas tomadas pelos sucessivos governos, surgem como respostas a necessidades sociais e a exigências eleitorais (Barreto, 2004). As medidas tomadas são, em regra, avulsas, ineficazes (em face dos recursos disponíveis), marcadamente ideológicas e, algumas, contraditórias entre si.

Concluimos estas considerações introdutórias com a apresentação das variáveis que serão objecto de análise neste trabalho. Optámos por analisar nos programas eleitorais três das quatro variáveis indicadas por J. May (2012):

- a) Fecundidade;
- b) Envelhecimento da população;
- c) Migrações.

2.2 Variável: Fecundidade

A transição demográfica é definida como a mudança de um regime demográfico de alto (quasi) equilíbrio (alta mortalidade e alta fecundidade), para uma nova situação demográfica de baixo equilíbrio, isto é, baixa mortalidade e baixa fecundidade (J. May, 2012). No entanto, em muitos países, particularmente na Europa Ocidental – Portugal incluído – alguns autores fazem notar a existência de uma *segunda* transição demográfica que J. May (2012:20) caracteriza como:

(...) defined by a further decrease in fertility levels caused by a decline of marriage and the rise of the new family forms, triggered by changes in values(...) These countries have reached a post transitional stage, as their low fertility levels do not ensure the replacement of generations.

Paul Demeny (2003:12) apresenta cinco condicionantes que moldam a taxa de fecundidade nas sociedades modernas, a saber:

- a) As expectativas sociais aliadas às despesas com a saúde e a educação dos filhos;

- b) Oportunidades das mulheres no mercado de trabalho;
- c) A obrigatoriedade da educação básica (alargada) das crianças;
- d) A proibição do trabalho infantil;
- e) A existência de direitos vários adquiridos pelos cidadãos (esquemas de saúde, reformas, pensões, etc.).

Num sentido idêntico, Eduardo Anselmo de Castro *et al.* (2015:84) sustentam que «*as perspectivas de vida dos pais, a conciliação entre trabalho e família e as condições socioeconómicas em geral são factores que condicionam os casais na decisão sobre quando e quantos filhos ter, ou seja, a fecundidade das mulheres numa sociedade específica*»

Os decisores políticos têm proposto um conjunto de medidas para inverter esta tendência. Apresentamos, na tabela 1, alguns exemplos de medidas tomadas em países ocidentais para combater a baixa taxa de natalidade.

Tabela 1 - Medidas para inverter a baixa natalidade

País	Medidas adoptadas
Alemanha	14 semanas de licença de maternidade, com licença parental até 36 meses.
Itália	Subsídio de 1000 euros pelo nascimento do segundo filho
Polónia	Pagamento de 258 euros às mães por cada novo nascimento (o dobro para as mulheres pobres). Esquemas vários de ajuda no pagamento do aluguer de casa.

(adaptado de J.May,2012).

O que tem acontecido é que muitas destas medidas pró-natalidade, além de dispendiosas, têm tido uma eficácia, no mínimo, discutível.

2.3 Variável: envelhecimento populacional

Os países que têm sentido a *segunda* transição demográfica são igualmente afectados pelo envelhecimento da sua população. Alguns dos novos desafios são semelhantes em muitos países e regiões. Destacamos três:

- a) Necessidade de repensar os sistemas de segurança social;
- b) Necessidade de tratamento de doenças específicas relacionadas com o envelhecimento;

- c) Necessidade de repensar as diferenças de género e as características diferenciadoras naquelas faixas etárias.

O US National Institute on Aging (NIA), com os dados recolhidos por várias agências internacionais, identificou nove (9) desafios emergentes que realçam a grande importância destes assuntos. Apresentamos, de seguida, na tabela 2 uma síntese destes desafios (síntese baseada no trabalho acima referido e apresentado (parte) por J.May (2012:182-183).

Tabela 2 - Desafios emergentes do envelhecimento populacional

Desafios	
1	Os maiores de 65 anos excederão (globalmente) o número de crianças com idade igual ou inferior a 5 anos
2	A esperança média de vida tem aumentado de uma forma constante
3	As doenças crónicas são a maior causa de morte entre a população idosa.
4	A diminuição de pessoas activas e o aumento da população idosa colocam problemas nos sistemas de pensões e reformas
5	A Segurança Social e a sua sustentabilidade podem ser colocadas em causa

Em face desta nova realidade, em muitos países têm sido tomadas medidas várias para solucionar/minorar este problema. Destacaremos três delas:

1. Aumentar a idade da reforma;
2. Baixar o valor dos apoios sociais, nomeadamente pensões;
3. Aumentar as condições para a obtenção da reforma por inteiro.

No trabalho empírico iremos analisar as propostas que os partidos políticos, directa ou indirectamente, fazem sobre estas matérias.

2.4 Variável: Migrações

As migrações são uma das variáveis microdemográficas que mais estudos e análise têm tido pelas suas implicações demográficas. Cristina Gomes (2010:102), referindo-se a Portugal, faz notar

a importância das migrações e o seu efeito «(...) *na dinâmica da população, o que se repercute, significativamente, quer na economia, quer a nível social, laboral, etc*».

Ainda para esta autora (2010:103) é a partir dos anos 90 que se assiste «(...) *a uma viragem no debate político sobressaindo a inversão de Portugal de país de emigração para país de acolhimento*»

A importância da imigração no debate político, em particular nos países ocidentais, é sublinhada por J.May (2012: 187):

Immigration is an issue that often sparks fears of changes that could result from the arrival of new populations. In practically all developed countries there are some groups, organizations, or political parties opposing policies favorable to immigration. (...) The immigration debate is significantly complicated by immigration's intimate link to national identity, and how immigration could modify its.

A forma como a imigração tem sido tratada na maioria dos países de acolhimento tem variado entre políticas assentes no multiculturalismo e as políticas de integração e assimilação. A noção de integração implica assimilação, isto é, a aprendizagem da língua, adaptação aos costumes, a entrada na economia produtiva do país de acolhimento, eventualmente tornar-se cidadão desse novo país. O multiculturalismo está a ser substituído por esta noção de integração/assimilação.

Se a política de asilo ganhou relevância nos anos 90 do século passado, a problemática da cidadania alterou-se significativamente nos últimos anos na Europa. Muitos países têm adoptado medidas restritivas em relação à naturalização de imigrantes. A própria União Europeia tem feitos esforços no sentido de serem harmonizadas políticas de imigração. São exemplos desses esforços o controlo das fronteiras, uma política de vistos mais integrada e restrita e a gestão da figura de asilo.

3. Dos conceitos aos dados – A construção da pesquisa

Neste trabalho de investigação, de carácter exploratório, pretendemos analisar as propostas eleitorais sobre Políticas de População apresentadas pelos partidos e coligações que concorreram às eleições para a Assembleia da República Portuguesa (2015) e que conseguiram eleger deputados, a saber: Coligação Portugal à Frente (PAF), Partido Socialista (PS), Partido Comunista Português (PCP) / Coligação Democrática Unida (CDU), Bloco de Esquerda (BE) e Partido das Pessoas, Animais e Natureza (PAN).

Tendo por base as definições de Política de População feitas previamente neste trabalho, a primeira questão de pesquisa é:

De que forma a temática Políticas de População aparece nos programas eleitorais?

A esta questão inicial acresce outra decorrente da análise das políticas de população e que se prende com as três variáveis microdemográficas que foram objecto da análise: fecundidade, envelhecimento da população e migrações.

Que políticas e/ou medidas são formuladas pelos partidos políticos em relação às variáveis fecundidade, envelhecimento populacional e migrações?

No sentido de obter elementos de resposta para as questões enunciadas, o trabalho apoia-se numa abordagem qualitativa baseada na informação obtida através dos programas eleitorais dos partidos/coligações e que foi objecto de uma categorização, da qual emergiram quatro categorias e respectivos temas, construídos a partir da articulação das noções teóricas apresentadas no trabalho com os dados empíricos fornecidos pelos programas eleitorais.

Apresentamos, de seguida, os principais resultados para cada uma das categorias e temas.

4. Apresentação dos resultados e conclusões

4.1. Categoria: Estrutura

Forma e disposição da temática Políticas de População nos programas eleitorais		
Temas	Políticas de População e autonomização nos programas eleitorais	Ênfase na estrutura dos programas eleitorais com incidência na temática Políticas de População
	Variáveis microdemográficas apresentadas nos programas eleitorais	Escolhas dos partidos/coligações das variáveis microdemográficas

Na análise que fizemos dos programas eleitorais podemos constatar que a temática Políticas de População, assim formulada, está totalmente ausente de qualquer dos programas apresentados pelos partidos/coligações. A terminologia usada pelos partidos varia. O PS e a PAF falam em *Desafio Demográfico*; por sua vez, o PCP prefere a terminologia *Desafio do Sistema Previdencial*. O PAN

inclui as “questões demográficas” nas *Políticas Sociais* enquanto o BE as inclui de uma forma mais dispersa por temáticas tão diferentes como *Europa, Trabalho, Estado Social, Justiça e Igualdade e Bens Comuns*.

As propostas formuladas aparecem de uma forma autonomizada, semi-autonomizada, incluídas num capítulo mas não de forma autónoma ou incluídas em vários capítulos (dispersas).

Tabela 3 - Políticas demográficas nos programas eleitorais

Tipos	PAF	PS	PCP	BE	PAN
Autonomizadas	x				
Semi-autonomizadas		x			
Explícitas mas não autonomizadas			x		x
Dispersas				x	

No caso da Coligação *Portugal à Frente* (PAF) o programa eleitoral, para além da introdução, está dividido em oito (8) capítulos sendo que o primeiro é precisamente **Responder ao desafio demográfico**. De uma forma autónoma, a coligação apresenta um conjunto de propostas de soluções para o que designa por “desafio demográfico”. Essas propostas baseiam-se em preocupações que são previamente apresentadas.

Num prazo não muito longínquo, a nossa capacidade de afirmação enquanto entidade política autónoma depende largamente da inversão do “inverno demográfico” em que Portugal caiu desde há mais de três décadas e, portanto, da nossa mobilização coletiva em favor de políticas públicas amigas das famílias. (Programa Eleitoral da PAF: 9).

Se a preocupação (implícita) com a natalidade está presente, também a preocupação com o envelhecimento da sociedade está expressa no programa eleitoral (Programa Eleitoral da PAF:10):

Mas a questão demográfica não pode apenas ser encarada sob esse prisma. Ela exige também que, face ao envelhecimento progressivo das nossas sociedades, se mude radicalmente a forma como olhamos para o papel que os mais idosos devem assumir, valorizando o seu contributo em diversos

níveis, nomeadamente por via de medidas que promovam o envelhecimento ativo.

Por fim, a coligação PAF assume a emigração como uma terceira dimensão do “desafio demográfico” (Programa Eleitoral da PAF:10):

Uma terceira dimensão em que importa agir tem que ver com o regresso dos nossos emigrantes. Muitos compatriotas nossos foram forçados, ao longo da última década, a buscar fora das nossas fronteiras um futuro melhor. Muitos têm a legítima expectativa de regressar a Portugal e há que encontrar caminhos que permitam a realização desse concreto desejo.

Na análise do programa eleitoral do Partido Socialista (PS) podemos verificar que o mesmo está dividido em cinco (5) capítulos. As questões ligadas directamente às Políticas de População aparecem de uma forma explícita mas incluídas no capítulo V (*Causas para Mobilizar Portugal*). O ponto 5 do Tema A (*Prioridade às Pessoas*) é apresentado como **Reagir ao desafio demográfico**. Também aqui, antes da apresentação de propostas concretas, o PS tece um conjunto de observações que pretendem orientar as propostas apresentadas.

O desafio demográfico com que estamos confrontados que tem causas económicas, sociais e culturais, mas tem-se agravado de forma severa com a crise que o País atravessa nos últimos anos e com a emigração maciça de jovens que, arrastados para fora do país (...) enfraquecem ainda mais a população ativa e a natalidade. Importa favorecer a natalidade, bem como uma gestão adequada da política de imigração e de retorno de emigrantes (...).

O PS privilegia, assim, os domínios da natalidade e das migrações (Cf. Programa Eleitoral do PS: 50).

Por sua vez, o Partido Comunista Português (PCP) – por extensão a Coligação CDU – apresenta propostas várias referentes ao que designa por *Sistema Previdencial* (Cf. Programa Eleitoral do PCP, 2.1. Capítulo IV). As principais propostas são relativas ao *Envelhecimento e direitos dos reformados, pensionistas e idosos* (ponto 3, capítulo IV) e, ainda, referentes à Imigração e Emigração (ponto 5, capítulo IV).

Pode dizer-se que as propostas estão explícitas mas dispersas no capítulo IV **Assegurar o bem-estar e a qualidade de vida**. Por exemplo, na introdução do ponto 2.1 do Programa Eleitoral (Cf. p.53) pode ler-se:

O regime previdencial assume-se como a «espinha dorsal» do sistema público, universal e solidário de segurança social uma vez que abrange a generalidade dos trabalhadores e assegura prestações sociais substitutivas de rendimentos de trabalho.

Entre as medidas preconizadas destacam-se a elevação da segurança social devida aos trabalhadores e aos reformados, um adequado apoio à natalidade, a protecção da maternidade e paternidade, a garantia do direito à reforma (...).

O Bloco de Esquerda apresenta as suas propostas sobre assuntos relacionados com Políticas de População de uma forma dispersa por todos os cinco capítulos do seu programa eleitoral. Para mostrar esta dispersão apresentamos na tabela seguinte (Tabela 4) uma síntese de alguns destes assuntos.

Tabela 4 - Exemplos de assuntos e propostas no programa eleitoral do Bloco de Esquerda

Assunto/temática	Tipo de Proposta formulada	Capítulo do programa eleitoral
Fecundidade/Natalidade	Reposição do abono de família e respectivas bonificações, cortados em 2010	Europa: Desobedecer à Austeridade (Capítulo1)
Envelhecimento populacional	Reposição dos níveis de cobertura do Complemento Solidário para Idosos	Europa: Desobedecer à Austeridade (Capítulo 1)
Envelhecimento populacional	Disponibilização de equipamentos sociais de apoio a idosos	Trabalho (Capítulo 2)
Migrações	Legalização e atribuição de autorização de residência a imigrantes	Justiça e Igualdade (Capítulo 4)

O Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN) é aquele que apresenta o menor número de propostas em relação às temáticas das Políticas de População. As (poucas) propostas formuladas encontram-se no Capítulo **Políticas Sociais**. Os temas onde essas propostas estão inseridas podem ser vistos na tabela seguinte.

Tabela 5 - Políticas Sociais - propostas do PAN

Número da Proposta eleitoral	Tema
69	Implementar o rendimento Básico Incondicional (RBI)
76	Permitir que os pais e mães fiquem mais tempo com as/os filhas/os
78	Crédito bonificado no valor máximo de 50000 euros para emigrantes
83	Acesso à procriação medicamente assistida a mulheres solteiras e casais de mulheres

No respeitante ao número de propostas por variáveis microdemográficas apresentadas pelos partidos/coligações nos seus programas eleitorais elas podem ser sintetizadas da seguinte forma:

Tabela 6 - Variáveis microdemográficas apresentadas nos programas eleitorais e número de propostas

	PAF	PS	PCP	BE	PAN	
Fecundidade	19	8	13	13	5	58
Envelhecimento populacional	13	0	12	3	4	32
Migrações	5	16	11	13	2	47
						137

As propostas ligadas a temas de Fecundidade/natalidade aparecem em maior número, 42% do total das propostas formuladas considerando as três variáveis, seguindo-se a variável Migrações (35%) e, por fim, a temática Envelhecimento da População como 23%.

4.2. Categoria: Fecundidade

Propostas sobre assuntos relativos à variável microdemográfica <i>Fecundidade</i> nos programas eleitorais	
Tipos de propostas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Subsídios/apoios 2. Estímulos/incentivos (directos ou indirectos) 3. Condições privilegiadas de acesso e oferta de serviços sociais 4. Legislação sobre criminalização de ações intencionais 5. Informação 6. Medidas de apoio explícito à parentalidade 7. Saúde sexual e reprodutiva

A tabela que a seguir se apresenta (Tabela 7) resume o número de propostas formuladas pelos partidos políticos/coligações em relação à variável (categoria) *Fecundidade* dividido pelo tipo de propostas.

Tabela 7 - Número de propostas apresentadas em relação à variável *Fecundidade*

	PAF	PS	PCP	BE	PAN	Total
Subsídios/apoios	2	0	3	3	0	8
Estímulos/incentivos	13	3	3	0	0	19
Condições privilegiadas de acesso e oferta de serviços sociais	2	1	0	1	0	4
Legislação sobre criminalização de ações intencionais e informação	2	0	0	1	0	3
Medidas de apoio explícito à parentalidade	0	3	6	5	4	18
Saúde sexual e reprodutiva	0	1	1	3	1	6

Vejamos alguns exemplos das propostas formuladas pelos diversos partidos e coligações.

Dezasseis (16) das cinquenta e oito (58) propostas surgem na forma de medidas explícitas de apoio, normalmente em forma de subsídios.

- Adotar medidas de discriminação positiva em favor dos agregados com mais filhos nos programas de apoio à habitação, designadamente em matéria de renda apoiada e de atribuição de habitação social (PAF:12).

Os estímulos/incentivos podem aparecer de uma forma directa, deduções fiscais ou bonificações (por exemplo), ou de uma forma mais indirecta através de discursos ou intenções formulados de uma forma muito retórica.

- Estimular a oferta de serviços de promoção da conciliação entre trabalho e família, a nível local e apoiar as empresas para que estas possam disponibilizar mais mecanismos de conciliação (PS:50).

Também aparecem medidas que pretendem disponibilizar serviços ou equipamentos sociais ligados, essencialmente, à oferta de creches públicas e/ou de outros equipamentos sociais.

- Disponibilização de equipamentos sociais públicos de apoio a(...) e crianças que libertem as cuidadoras e os cuidadores involuntários para a qualificação e o emprego (BE:9).

Outro tipo de propostas que podem ser encontradas, prendem-se com questões de consagração na Lei de dispositivos que criminalizem certos comportamentos atentatórios em relação às mulheres grávidas e/ou relativas a questões das famílias. Também são visíveis propostas de criação de portais de informação e de outros tipos de comunicação relativos a melhor informar as famílias sobre os seus direitos e deveres.

- Rever o Código Penal, tornando o crime de violação de obrigação de alimentos num crime público e aumentando a respetiva moldura penal (PAF:12).
- Consagração no Código de Trabalho de mecanismos especiais para impedir a discriminação das mulheres grávidas (BE:27).

Os partidos políticos/coligações são bastante enfáticos no respeitante a proporem medidas explícitas de apoio à parentalidade.

Eis alguns exemplos:

- Garantir a decisão livre do casal sobre o período de gozo de licença de 150 ou 180 dias, em caso de partilha, garantindo sempre o seu pagamento a 100% (PCP:54).
- (...) A licença de maternidade deverá passar dos actuais quatro meses com pagamento de 100% do ordenado ou dos 5 meses com *pagamento a 80%, para uma licença de 12 meses, com pagamento de 100% do ordenado* (PAN:90).

Por fim, apresentamos dois exemplos das seis propostas ligadas explicitamente à temática da saúde sexual e reprodutiva.

- Eliminar as restrições de acesso (...) às técnicas de procriação medicamente assistida por casais do mesmo sexo e mulheres solteiras (...) (PS:84).
- Acesso à procriação medicamente assistida a mulheres solteiras e casais de mulheres (PAN:94).

4.3. Categoria: Envelhecimento da população

Propostas sobre assuntos relativos à variável microdemográfica <i>Envelhecimento da População</i> nos programas eleitorais	
Típos de propostas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Subsídios/apoios 2. Estímulos/incentivos (directos ou indirectos) 3. Condições privilegiadas de acesso e oferta de serviços sociais 4. Legislação sobre criminalização de ações intencionais e informação 5. Medidas explícitas sobre reformas (normativos, pensões, etc.)

Seguiremos a estrutura de análise feita no ponto anterior. Assim, na tabela seguinte (Tabela 8) apresentamos a informação referente ao número de propostas relativas à variável *Envelhecimento da População*.

Tabela 8 - Número de propostas apresentadas em relação à variável *Envelhecimento da População*

	PAF	PS	PCP	BE	PAN	Total
Subsídios/apoios	0	0	1	0	0	1
Estímulos/incentivos	8	0	3	0	1	12
Condições privilegiadas de acesso e oferta de serviços sociais	1	0	0	2	1	4
Legislação sobre criminalização de ações intencionais e informação	1	0	1	0	2	4
Medidas explícitas sobre reformas	3	0	7	1	0	11

Começamos por apresentar quatro exemplos de propostas eleitorais que enquadrámos nas tipologias *Subsídios/apoios* e *Estímulos/Incentivos*.

- Participação a 100% dos medicamentos para doenças crónicas e a elaboração e cumprimento de programas específicos que contemplem a satisfação das necessidades dos idosos (PCP:58).

Em termos de acesso e oferta de serviços sociais contabilizámos quatro propostas no total. Vejamos uma dessas propostas.

- Disponibilização de equipamentos sociais públicos de apoio a idosos (BE:9).

A criminalização de acções intencionais e a disponibilização de informação aparece em quatro propostas eleitorais. Por sua vez, foram contabilizadas onze medidas explícitas relativas ao tema *Reformas*. Vejamos dois exemplos.

- Garantir a prestação de informação discriminada aos pensionistas do valor líquido das suas pensões, anualmente, por parte do Centro Nacional de Pensões (PCP: 54).
- Defender quem trabalhou: A idade legal da reforma aos 65 anos, como regra geral e a reforma aos 40 anos de descontos efectivos (BE:26).

4.4. Categoria: Migrações

No que concerne a esta última categoria, começámos por dividi-la em três temas: emigração, imigração e assuntos transversais. De facto, os partidos e coligações não valorizam de igual modo as questões das migrações. Por exemplo, no caso da coligação Portugal à Frente (PAF) as cinco propostas eleitorais apresentadas são todas referentes à emigração. O Partido das Pessoas, Animais e da Terra e da Terra (PAN), que só apresenta duas propostas, também só se refere à temática da emigração. Já o Bloco de Esquerda (BE), o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista (PCP) dividem as suas propostas eleitorais pelos dois tipos de assuntos, emigração e imigração.

Vejamos numa tabela síntese (Tabela 9) a distribuição das propostas eleitorais relativas à categoria *Migrações*.

Tabela 9 - Distribuição das propostas eleitorais pelos temas emigração, imigração e assuntos transversais

	PAF	PS	PCP	BE	PAN	Total
Emigração	5	5	5	6	2	23
Imigração	0	7	6	7	0	20
Assuntos transversais	0	4	0	0	0	4
Total	5	16	11	13	2	47

Por sua vez, e tal como fizemos para as outras duas categorias anteriores, as propostas são de tipo variado. Seguindo a tipologia já apresentada anteriormente, acrescentámos mais dois tipos de propostas: *Promoção da Língua Portuguesa* e *Legalização e naturalização de imigrantes*.

Cruzando os dados recolhidos sobre os temas (emigração, imigração e assuntos transversais) com a tipologia de propostas, a informação obtida pode ser resumida através da Tabela 10.

Tabela 10 - Temas das migrações e tipo de propostas formuladas

	Estímulos/Incentivos	Condições privilegiadas de acesso e oferta de serviços sociais	Legislação sobre criminalização de acções intencionais e informação	Promoção da Língua Portuguesa	Legalização e naturalização de imigrantes	Total
Emigração	9	4	6	4	0	23
Imigração	4	0	2	0	14	20
Assuntos transversais	4	0	0	0	0	4
Total	17	4	8	4	14	47

Vejamos alguns exemplos de propostas eleitorais apresentadas. Os primeiros três exemplos são relativos ao tema Emigração.

- Monitorizar a aplicação do programa VEM (Valorização do Empreendedorismo Emigrante) e introduzir as adaptações que a prática da sua aplicação revele adequadas (PAF:14).
- Criar, nos consulados e embaixadas, gabinetes de apoio ao retorno que divulguem junto dos emigrantes oportunidades de trabalho e de empreendedorismo e prestem assistência ao regresso (PS:51).

Quanto ao tema Imigração podem, também, ser encontrados vários tipos de propostas. Apresentamos um exemplo.

- Combate firme a manifestações de racismo e de xenofobia e a alteração da Lei da Imigração, nomeadamente no que se refere ao fim do sistema de quotas de acesso ao emprego (PCP: 60).

Iremos mostrar, agora, um exemplo de uma proposta de um assunto transversal.

- Promover a educação intercultural desde os três anos, incluir a temática da interculturalidade na formação de professores e valorizar as escolas com boas práticas (continuação da atribuição do selo intercultural) (PS: 51).

Conclusões

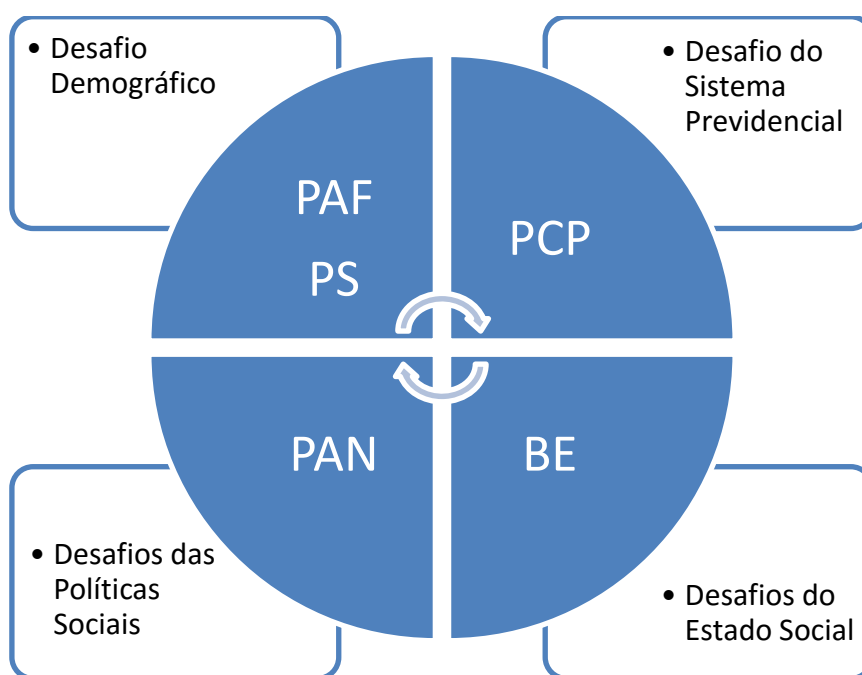
Com este trabalho exploratório pretendemos analisar as propostas eleitorais (ou ausência delas) dos partidos políticos que concorreram às recentes eleições legislativas (Outubro, 2015) em matérias de Políticas de População.

A primeira questão de pesquisa que formulámos foi «De que forma a temática Políticas de População aparece nos programas eleitorais?»

A primeira conclusão é a constatação de que a temática Políticas de População, seja no seu sentido mais amplo seja numa visão mais operacional (Cf. discussão prévia deste assunto no ponto 1) está totalmente ausente de qualquer dos programas eleitorais apresentados pelos partidos e coligações que foram objecto de análise.

A terminologia usada pelos partidos/coligações bem como a estrutura formal utilizada podem ser sintetizadas nas figuras seguintes.

Figura 1 - Terminologia utilizada pelos partidos e coligações



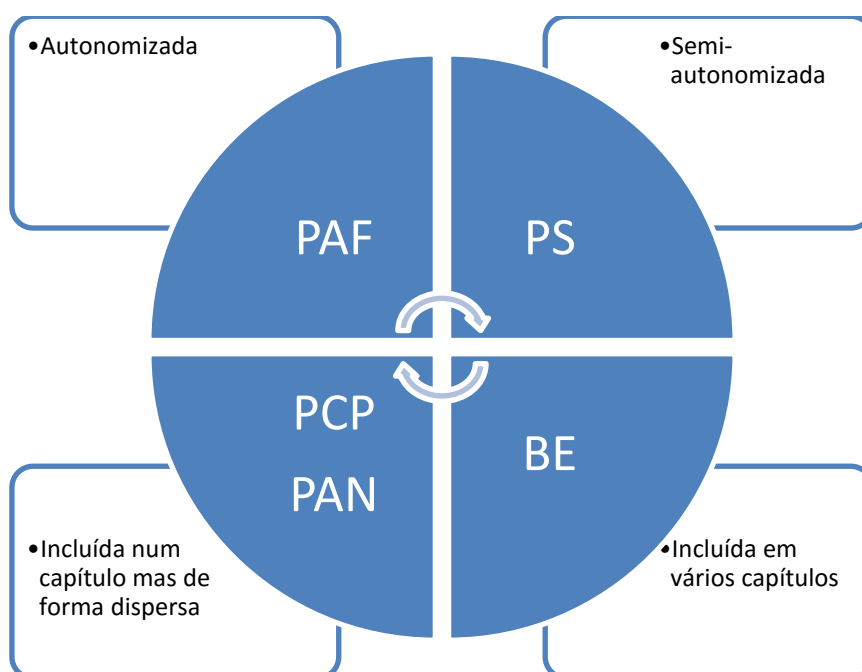
A coligação Portugal à Frente assume que o desafio demográfico implica inverter o “inverno demográfico” em que Portugal se encontra. Para tal, a PAF propõe-se actuar através de políticas

públicas «amigas das famílias», que promovam o «envelhecimento activo» e que permitam o regresso dos emigrantes. A natalidade, o envelhecimento populacional e a emigração são as três temáticas que a coligação PAF privilegia no seu programa eleitoral.

O Partido Socialista, por sua vez, assume que o desafio demográfico tem causas variadas: económicas, sociais e culturais. Para o PS, o combate ao desafio demográfico faz-se através de políticas públicas que privilegiem os domínios da natalidade e das migrações (emigração e imigração).

O Partido Comunista Português, o Bloco de Esquerda e o Partido das Pessoas, Animais e Natureza, apresentam propostas mais dispersas sendo, no entanto, visível uma atenção repartida pelas questões ligadas à natalidade, ao envelhecimento populacional (mais o PCP) e as migrações.

Figura 2 - Estrutura formal



Em termos de estrutura, a coligação PAF apresenta as suas propostas de uma forma concentrada num capítulo autónomo (capítulo 1) com o título *Responder ao desafio demográfico*.

Já o PS inclui no capítulo V *Causas para Mobilizar Portugal* um subcapítulo autónomo a que chama *Reagir ao Desafio Demográfico*. Podemos constatar a forte concentração das propostas sobre estas questões em três páginas (50,51 e 52).

O PCP e o PAN incluem as suas propostas sobre estas temáticas de uma forma mais dispersa mas inseridas num único capítulo. No caso do PCP as propostas aparecem no capítulo IV *Assegurar o bem-estar e a qualidade de vida* enquanto o PAN inclui-as num capítulo a que chamou *Políticas Sociais*.

Por sua vez, o BE apresenta as suas propostas de uma forma nada concentrada. As medidas sobre os temas demográficos surgem nos cinco capítulos do programa eleitoral.

A segunda questão que levantámos foi «Que políticas e/ou medidas são formuladas pelos partidos políticos em relação às variáveis fecundidade, envelhecimento populacional e migrações?»

Das 137 medidas/propostas que contabilizámos sobre as temáticas fecundidade, envelhecimento e migrações, a maior incidência recai na primeira delas (42%). A segunda temática mais focada é a das migrações (35%) seguindo-se as propostas relativas ao envelhecimento populacional (23%).

A distribuição das propostas por temas e partidos políticos pode ser vista na tabela seguinte.

Tabela 11 - Distribuição do total de propostas por temas e por partidos políticos

	PAF	PS	PCP	BE	PAN	Total
Fecundidade	19	8	13	13	5	58
Envelhecimento	13	0	12	3	4	32
Migrações	5	16	11	13	2	47
Total	37	24	36	29	11	137

Numa análise mais fina deste quadro síntese, podemos, ainda, tirar conclusões sobre a importância que cada uma das temáticas tem para cada um dos partidos.

Para a PAF as questões da fecundidade são mais valorizadas (51% do total das propostas apresentadas por esta coligação). Para o PS o desequilíbrio é notório. A larga maioria das propostas (67%) refere-se às migrações não havendo medidas referentes ao envelhecimento da população.

O PCP apresenta uma distribuição mais equitativa (36%,33% e 31%) enquanto o BE e o PAN, embora com distribuições menos dispersas, concentram a sua atenção em dois dos temas. No caso do BE 45% para cada uma das temáticas da fecundidade e das migrações; o PAN investe mais nos temas da fecundidade e do envelhecimento, 45% e 36%, respectivamente.

Por fim, iremos tirar conclusões sobre o tipo das propostas que são defendidas pelos partidos em relação a cada uma das três variáveis. Os tipos de propostas mais frequentes aparecem na forma de:

- a) Subsídios/apoios;
- b) Estímulos/incentivos;
- c) Condições privilegiadas de acesso e oferta de serviços sociais;
- d) Legislação sobre criminalização de acções intencionais e informação;
- e) Medidas explícitas sobre parentalidade, reformas, população idosa, emigrantes e imigrantes.

Mais de metade das propostas (56%) são em forma de estímulo/apoio (35%) e de medidas explícitas sobre parentalidade, reformas, população idosa, emigrantes e imigrantes (21%). Em “outras” podemos encontrar medidas relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva, com a promoção e divulgação da língua portuguesa e com os assuntos da naturalização e legalização de imigrantes. O peso relativo (18%) mostra a importância destes temas.

Os restantes 26% distribuem-se pelas propostas formuladas na forma de legislação e informação, oferta de serviços sociais e subsidiação.

Se cruzarmos o tipo de propostas com os partidos que as formularam, a informação obtida é a que consta na tabela seguinte.

Tabela 12 - Tipo de propostas por partidos políticos

Tipo de proposta						
	Subsídios/apoios	Estímulos/incentivos	Condições privilegiadas de acesso e oferta de serviços sociais	Legislação sobre criminalização de acções intencionais e informação	Medidas explícitas sobre parentalidade, reformas, população idosa, emigrantes e imigrantes	Outras
PAF	2	21	4	5	5	0
PS	0	10	3	3	7	1
PCP	5	10	0	2	16	3
BE	3	4	33	3	11	5
PAN	0	3	1	2	4	1

A coligação PAF apresenta, maioritariamente, propostas em forma de estímulos/incentivos (directos e/ou indirectos). Já o PCP e o BE privilegiam a apresentação de medidas explícitas de apoio à parentalidade, a idosos e a migrantes.

Por sua vez, o PS e o PAN têm uma distribuição mais equilibrada entre os estímulos/incentivos e as medidas explícitas de apoio.

As políticas de população entendidas de uma forma abrangente (Pinto, 2010:59) estão ausentes dos programas eleitorais. Já as políticas demográficas aparecem de uma forma explícita ou implícita em todos os programas analisados. Muitas das medidas apresentadas pelos partidos têm um carácter prescritivo baseado num conjunto de ideias e de crenças, mais ou menos articuladas entre si, o que nos leva a concluir que as propostas têm um forte cunho doutrinário. De igual modo, a sectorização das políticas de população parece ser outra das evidências que pode ser retirada dos dados.

Referências

Barreto, A. (2004). *Sociedade, demografia e políticas de população*. Lisboa: Conferência Inaugural do II Congresso da Associação Portuguesa de Demografia, Setembro de 2004.

Castro, E., Martins, J. & Silva, C. (2015). *A Demografia e o País: previsões cristalinas sem bola de cristal*. Lisboa: Gradiva.

Constituição da República Portuguesa (2016). Coimbra: Almedina.

Demenny, P. (2003). «Population Policy: A Concise Summary». In P.Demeny & G.McNicoll (Eds.), *International Encyclopaedia of Population*. New York: Macmillan Reference.

Gomes, C. (2010). «A evolução demográfica portuguesa entre a ausência de políticas de população e as medidas avulsas». *População e Sociedade*. Porto, CEPESE, vol. 18, pp 91-105.

Lei Orgânica n.º2/2008, de 14 de Maio.

Lei Orgânica n.º2/2003, de 22 de Agosto.

May, J. (2012). *World Population Policies: Their Origin, Evolution, and Impact*. New York: Springer.

Manifesto Eleitoral do Bloco de Esquerda (Eleições para a Assembleia da República, 2015).

Pinto, M.L. (2010). «A emergência das políticas de população na contemporaneidade». *População e Sociedade*. Porto, CEPESE, vol. 18, pp 43-67.

Programa Eleitoral do Partido das Pessoas, Animais e Natureza (Eleições para a Assembleia da República, 2015).

Programa Eleitoral da Coligação Portugal à Frente (Eleições para a Assembleia da República, 2015).

Programa Eleitoral do Partido Comunista Português (Eleições para a Assembleia da República, 2015).

Programa Eleitoral do Partido Socialista (Eleições para a Assembleia da República, 2015).

A demografia na construção de uma visão temporal e territorial de Portugal*

Teresa Sá Marques

Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT,
teresasamarques@gmail.com

Catarina Maia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, catarina.maia2@gmail.com

Diogo Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mrctgeo@gmail.com

Hélder Santos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT, hfs75@hotmail.com

Sumário: A evolução da população é um tema central quando abordamos os desafios do desenvolvimento. Na atualidade, nos países europeus é frequente as questões demográficas virem associadas à crise social e económica destes territórios. Contudo, como refere Julio Pérez Díaz (2011), parece-nos de todo precipitado falarmos em crise demográfica e de um país em extinção. Não se trata de uma crise, porque as crises são geralmente fenómenos conjunturais e aqui estamos perante uma questão estrutural. País em extinção também não, no início do século XX éramos cerca de 5 milhões e em 2011 éramos mais de 10 milhões, estamos muito longe de qualquer situação catastrófica. O objetivo deste artigo visa desconstruir visões simplistas e generalistas sobre a evolução da população e trazer para a reflexão a dimensão territorial.

Palavras-chave: Demografia, evolução, território, Portugal.

Abstract: Population growth is a central issue when dealing with the challenges of development. Demographic issues are today frequently associated to the social and economic crisis of European countries. However, as Julio Pérez Díaz (2011) argues, it seems premature to talk of a demographic crisis and an endangered country. It is not a crisis, because crises are usually contingent and

*Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-006891 (Refª FCT: UID/GEO/04084/2013).

cyclical. It is rather a structural issue. It seems also that we are not dealing with an endangered country either. At the beginning of the 20th century, the population in Portugal stood at about 5 million, whereas in 2011, it was over 10 million. This paper intends to deconstruct simplistic and generalist views of population growth and to draw attention to the territorial dimension.

Keywords: Demography, evolution, territory, Portugal.

1. Enquadramento conceptual

A Teoria da Revolução Reprodutiva reúne numa única teoria as duas transições demográficas (MacInnes e Pérez Díaz, 2008; 2009). Aproveita a capacidade explicativa da demografia e coloca-a num lugar nuclear da modernização social. Tudo isto se obtém transferindo o protagonismo da perspetiva dos *stocks* para a perspetiva geracional. Substituem-se as estruturas de idades transversais pela dinâmica das idades nos ciclos de vida, e presta-se mais atenção às relações causais existentes entre a mortalidade e a fecundidade a partir de uma perspetiva intergeracional. Assim, podem-se quantificar as mudanças históricas na “eficiência reprodutiva” e analisar a sua relação com muitas outras mudanças sociais evidentemente vinculadas. Os papéis da mulher, as relações de género, os padrões de convivência, as estruturas familiares, inclusivamente o próprio envelhecimento demográfico, são explicados, hoje-em-dia, pela cultura, pelos valores, pela economia política e até pelas ideias religiosas.

O nosso entendimento é que tem havido alguma incapacidade em evidenciar o impacto das dinâmicas reprodutivas em todos esses âmbitos. Esta perspetiva vincula a mudança reprodutiva com as outras mudanças sociais, as sanitárias e epidemiológicas, as educativas e laborais, as residenciais, as da mobilidade, a dos estilos e da qualidade de vida. Assim, a demografia tem um papel na explicação das mudanças sociais e, por isso, contribui para uma melhor compreensão e um melhor planeamento das políticas relacionadas com as populações (como as políticas sociais, de saúde, das pensões, da educação e as económicas).

As dinâmicas demográficas podem integrar contributos de muitas áreas do conhecimento social. A conceção das populações enquanto *stocks* dá, assim, lugar a uma demografia dos “sistemas reprodutivos intergeracionais”, que tratam as populações como entes dinâmicos, históricos e geográficos, integrados em ciclos de vida completos, não sendo simples agregados atemporais e aterritoriais.

A mudança demográfica vivida pela humanidade desde o século XVIII é bem conhecida pelos demógrafos, mas tem sido descrita sobretudo por indicadores transversais (“Teoria da Transição

Demográfica", TTD) mas, seguindo Julio Pérez Díaz, ignorando a natureza sistémica e longitudinal da reprodução humana. O que é determinante na eficiência reprodutiva é o número de anos que um indivíduo vive (duração da vida), numa perspetiva longitudinal. Portanto, a mortalidade nas sucessivas gerações é central. Um sistema reprodutivo será tanto mais eficiente quanto menor número de nascimentos precisar para manter uma determinada população. Logo, a combinação entre a fecundidade e a sobrevivência é decisiva. Neste sentido, o importante é maximizar o número de indivíduos que sobrevivem para lá do início da sua vida reprodutiva. Depois, o foco está no tempo necessário para os indivíduos constituírem família e criarem os seus filhos (segundo Julio Pérez Díaz, "La Madurez de Masas", 2002).

No entanto, se as populações em idade de procriar diminuem (porque emigraram) ou aumentarem (porque imigraram), isso irá ter impactos determinantes na evolução da população. E aqui a análise também tem de ser longitudinal, analisando os sistemas reprodutivos intergeracionais, porque os que saem e os que entram têm estruturas etárias diversificadas. Aqui emerge claramente a dimensão territorial, porque há territórios que ganham e há outros que perdem, e alguns são perdedores ou ganhadores persistentemente ao longo de décadas.

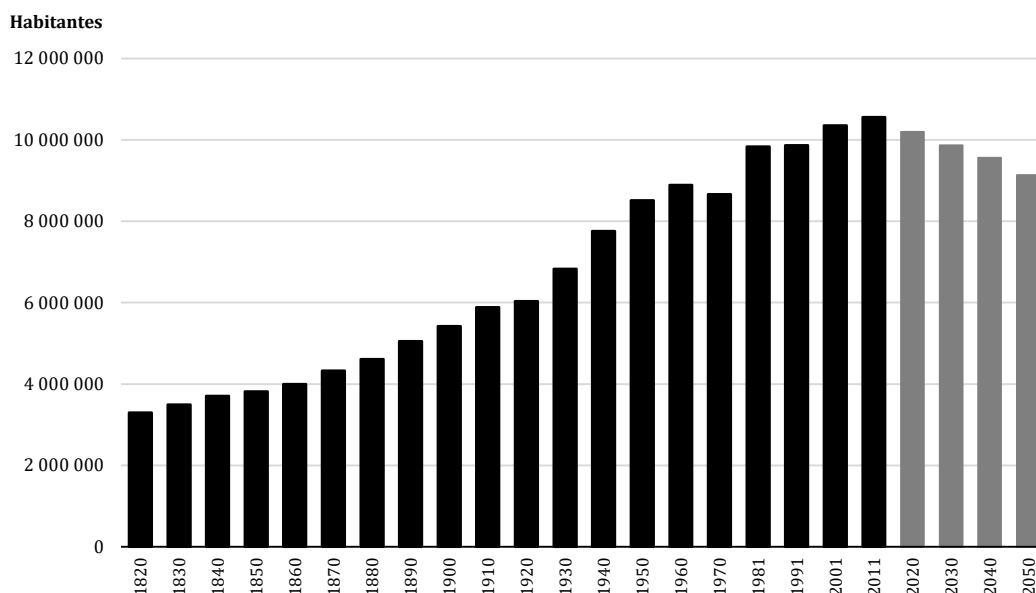
O objetivo deste artigo é demonstrar como é determinante o território nas análises da evolução da população, seguindo uma perspetiva sistémica e longitudinal da reprodução humana, pois as geografias incorporam as dinâmicas intergeracionais que acompanham os processos de desenvolvimento dos diferentes territórios. Iniciamos o artigo com uma análise longitudinal dos *stocks* de população em termos globais e em termos territoriais. Em seguida, analisamos de que forma os ciclos de vida em Portugal se tornaram mais longos, fazendo uma análise intergeracional entre 1950 e 2011 e perspetivando para 2040. Depois, analisa-se de que forma os ciclos de vida longos se repercutem em estruturas etárias mais dilatadas e analisa-se a eficiência reprodutiva em termos territoriais. Por fim, perante um cenário de alguma retração populacional, defende-se um caminho.

2. Evolução da população portuguesa

Seguindo a conceção da evolução da população enquanto *stock*, a população portuguesa aumentou até 2011 (figura 1). No período dos descobrimentos a população contava com 1 milhão de indivíduos, em finais do século XIX éramos cerca de 5 milhões e no último censo da população mais de 10 milhões. No século passado, registaram-se algumas crises refletindo a 1ª Guerra Mundial e os volumes de emigração dos anos sessenta. Para o futuro, as tendências demográficas

mostram um país em perda de população. E não é um fenómeno conjuntural, mas uma tendência clara que vai atravessar a maior parte do território nacional.

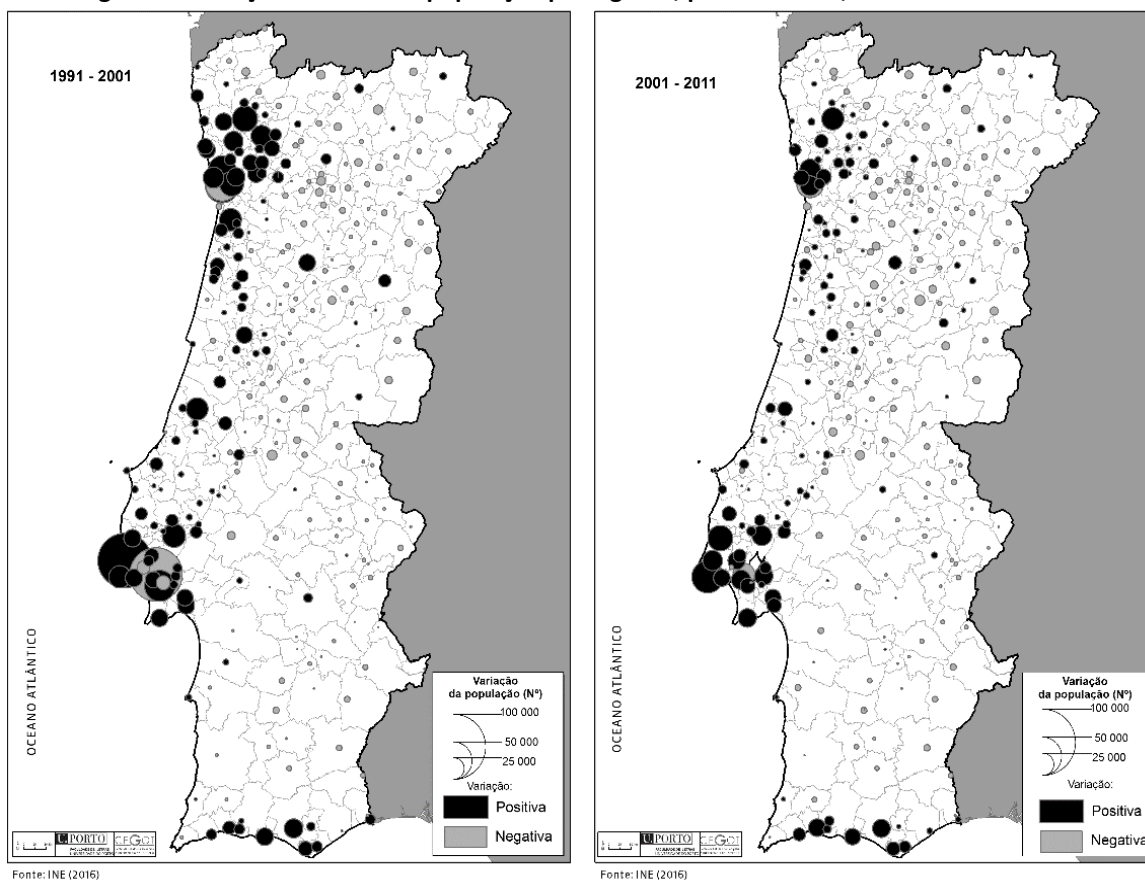
Figura 1 - População efetiva e estimada, em Portugal, entre 1820 e 2050



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (Censos e Estimativas Anuais da População Residente); OCDE (2015); Castro et al. (2015).

A geografia da evolução dos *stocks* manifesta um comportamento espacial e temporal muito heterogéneo. Mas há uma verdade que é estrutural, uma grande parte do território nacional tem vindo progressivamente a perder os seus *stocks* populacionais ao longo de décadas. E estas dinâmicas negativas não se invertem com facilidade, porque são territórios que têm vindo insistentemente a baixar os seus *stocks* de população, sobretudo de populações em idade fértil. Uma grande parcela do território nacional, nos anos sessenta viu partir os mais jovens e os ativos, e os potencialmente mais férteis demograficamente.

Figura 2 - Variação absoluta da população portuguesa, por concelhos, 1991-2001 e 2001-2011



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (Censos de 1991, 2001 e 2011).

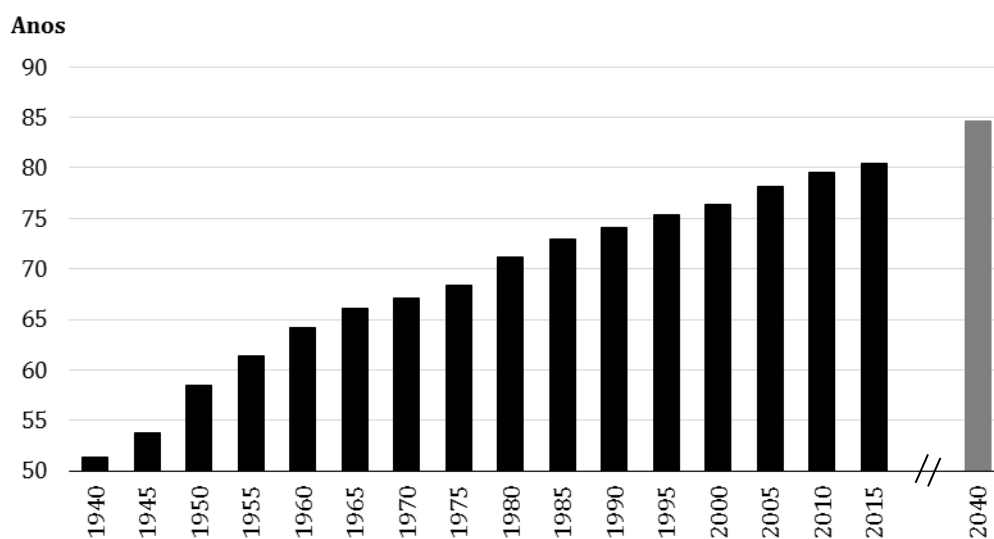
A dinâmica populacional na última década já mostra um país tendencialmente a retrair-se (figura 2). Na década de noventa do século XX, as duas regiões metropolitanas ainda estavam em expansão populacional, embora as freguesias centrais de Lisboa e do Porto estivessem em clara perda. No Norte destaca-se um extenso território a aumentar os seus *stocks* populacionais, de Viana do Castelo até Aveiro-Coimbra. Mais a sul emerge positivamente a região de Leiria e a metrópole de Lisboa com as periferias urbanas em franco crescimento populacional. Depois evidencia-se a faixa litoral do Algarve. Fora deste contexto territorial, só as freguesias urbanas das principais cidades médias conseguem aumentar de população, nomeadamente Bragança, Chaves, Mirandela, Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Évora, entre outras.

Na primeira década do século XXI, os territórios em perda alastraram, as perdas intensificaram-se, nomeadamente no Noroeste, e algumas cidades médias passam também a perder população ou a aumentar menos. Só a Região de Lisboa e o Algarve mostram algum dinamismo.

3. Um ciclo de vida cada vez mais longo

O ciclo de vida dos indivíduos tem vindo a aumentar progressivamente e nunca foi tão longo em Portugal (figura 3). As pessoas vivem mais anos porque têm melhores condições de vida pelo progresso das condições básicas e de infraestruturação e de um maior acesso a cuidados de saúde, que lhes permite usufruir de um maior bem-estar e serem cidadãos ativos por mais tempo. Atualmente o desafio deixou de ser viver mais anos, mas viver mais anos com qualidade de vida.

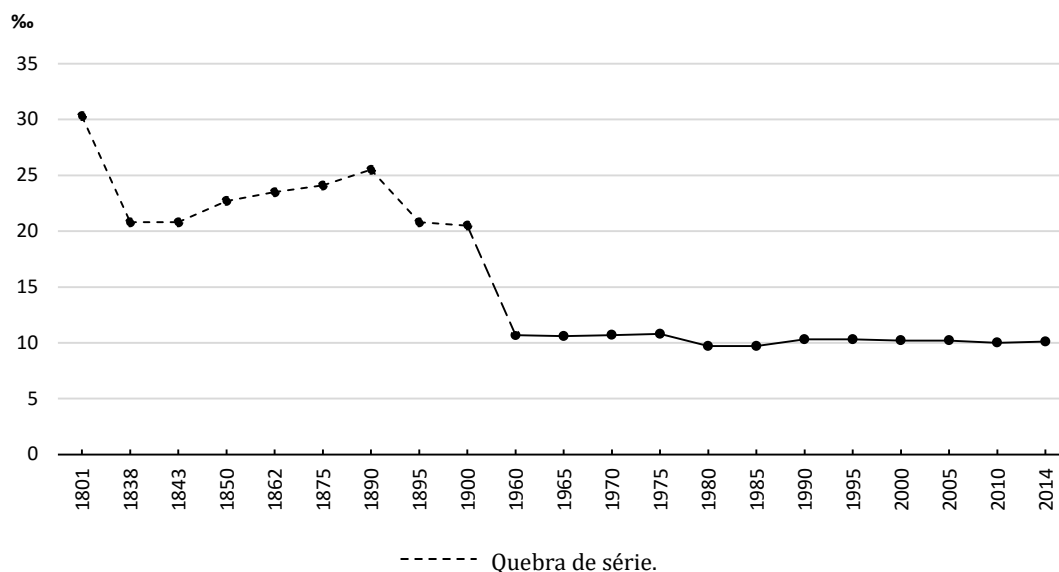
Figura 3 - Esperança de vida à nascença, entre 1940 e 2015 e para 2040



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2016); Clio Infra (2016); Castro et al. (2015).

Ciclos de vida mais longos significam taxas de mortalidade mais baixas (figura 4). Em Portugal no início do século XIX, as taxas de mortalidade rodavam os 30,3 óbitos por 1000 habitantes, mas desde 1960 que a taxa de mortalidade estacionou nos 10,1 óbitos por 1000 habitantes. A quebra da taxa de mortalidade global justifica-se pela diminuição da taxa de mortalidade infantil.

Figura 4 - Taxa de mortalidade, entre 1801 e 2014



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2016), PORDATA, 2016 (fonte dos dados: INE - Estatísticas de Óbitos).

Segundo o INE, em 1940, a esperança de vida à nascença rondava os 52 anos. Em 1950, estava nos 58 anos (55,8 anos para os homens e 61,0 para as mulheres). Em 2010, passa para os 80 anos (76,7 anos para os homens e 82,5 para as mulheres). Para 2040, prevê-se que se aproxime dos 85 anos (81,8 anos nos homens e 87,3 nas mulheres) (Castro et al., 2015). Isto significa que, em Portugal, as mulheres sobrevivem mais anos do que os homens e, no futuro, estas tendências irão acentuar-se (tabela 1).

Tabela 1 - Indivíduos sobreviventes, por idade, em Portugal (%), 1950, 2010 e 2040

	Homens			Mulheres		
	1950	2010	2040	1950	2010	2040
50 anos	70%	94%	95%	76%	97%	98%
60 anos	60%	87%	90%	70%	95%	96%
70 anos	42%	76%	82%	56%	89%	93%
85 anos	9%	32%	48%	13%	54%	68%
100 anos	0%	0%	3%	0%	1%	7%

Fonte: Castro et al. (2015), p. 117.

Esta esperança de vida é justificada pela diminuição das taxas de mortalidade, em todos os grupos etários (tabela 2). A quebra é brutal nos primeiros anos de vida. No sexo masculino, no 1º ano de vida, as taxas diminuíram de 111,5 por mil habitantes em 1950 para 3,3 em 2012. Nos

quatro anos de vida seguintes, as taxas diminuíram de 13,6 por mil habitantes em 1950 para 0,2 por mil habitantes em 2012. Mas se acompanharmos os restantes grupos etários verificamos que entre 1950 e 2012 as taxas descem manifestamente mesmo nas idades mais avançadas. Em 2040, as taxas de mortalidade serão insignificantes nos primeiros 25 anos de vida e os que têm 85 a 89 anos mostram níveis de sobrevivência muito altos.

Tabela 2 - Taxas de mortalidade masculina e feminina, em alguns grupos etários, por mil habitantes, 1950, 1990, 2012 e 2040

	1950		1990		2012		2040	
	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina
0-1	111,5	96,9	12,4	9,6	3,3	3,3	1,0	1,0
1-4	13,6	13,1	0,9	3,3	0,2	0,2	0,0	0,0
20-24	4,0	3,0	1,9	0,6	0,6	0,2	0,3	0,2
50-54	12,3	7,1	7,8	3,6	5,9	2,2	5,4	1,7
70-74	69,0	49,1	46,7	26,7	27,3	13,3	19,5	9,1
85-89	235,2	190,0	196,7	158,0	153,3	117,4	80,2	65,1

Fonte: Elaboração própria, de acordo com Castro et al. (2015), p. 112-113.

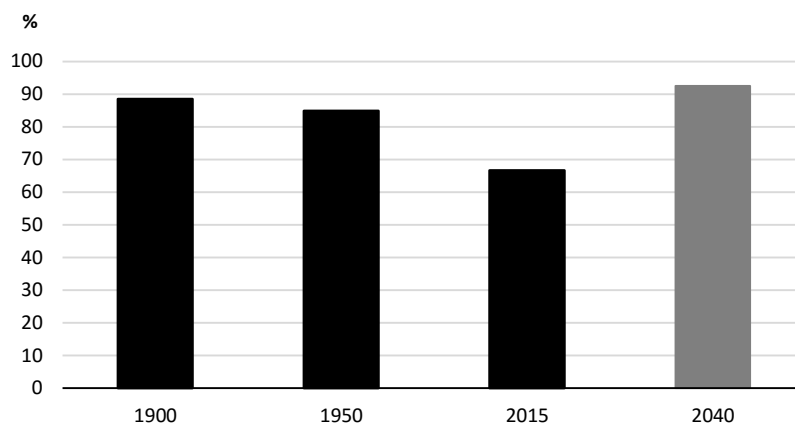
Numa perspetiva longitudinal, o que é importante é o número de anos que um indivíduo vive. Como referimos, a mortalidade nas diferentes gerações é determinante, pois é crucial maximizar o número de indivíduos que chega à idade reprodutiva e a partir daí sobreviver o máximo de tempo para ter filhos.

A diminuição sucessiva nas taxas de mortalidade por grupos etários e os aumentos contínuos de esperança de vida vão-se refletir em estruturas etárias cada mais envelhecidas.

4. Ciclos longos de vida e estruturas etárias envelhecidas

A crise demográfica aparece com um significado sobretudo político e económico (Pérez Díaz, 2011). Reflete uma preocupação com os níveis de dependência. Mas se refletirmos convenientemente, o índice de dependência total em 1900 e mesmo em 1950 não eram muito diferentes do atual (figura 5). E em 1900, o número de dependentes relativamente à população potencialmente ativa era 90%, tal como se estima que será em 2040. A situação atual é que é original, pois os potencialmente dependentes são quase 70% dos ativos.

Figura 5 - Índice de dependência total, de 1900 a 2040



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2016); OCDE (2015).

Todo o discurso alarmista em torno do envelhecimento da população é, como refere Eduardo Castro et al. (2015), alarmista, superficial e sem rigor, e pode-se acrescentar preconceituoso. Se a evolução científica e tecnológica continuar aos ritmos atuais, iremos possivelmente viver ainda mais anos e de uma forma mais saudável. Além disso, o aumento da escolaridade irá repercutir-se na subida da produtividade dos ativos. Logo, Portugal tem de se focar nos investimentos para uma economia mais produtiva. Portugal não terá *stocks* de população em idade ativa disponíveis para uma estrutura produtiva intensiva em trabalho, logo tem de construir uma economia baseada em poucos recursos humanos, mas com elevados níveis de qualificações, numa economia mais intensiva em conhecimento, de maior produtividade (Castro et al., 2015).

O facto de as populações viverem mais anos evidencia o resultado do desenvolvimento e da modernização de uma sociedade. Logo não é um problema e muito menos um sintoma de uma crise que precisamos de corrigir (Pérez Díaz, 2016), mas um desafio que as políticas públicas têm de ser capazes de responder. A nossa sociedade evoluiu num contexto em que a dependência dos mais jovens era uma realidade presente nas famílias e na estrutura de oferta de serviços de apoio público. Com a inversão da pirâmide, a importância dos dependentes idosos ganha uma grande expressão e as famílias e as políticas públicas têm de passar também a dirigir os seus recursos para os residentes que têm mais idade.

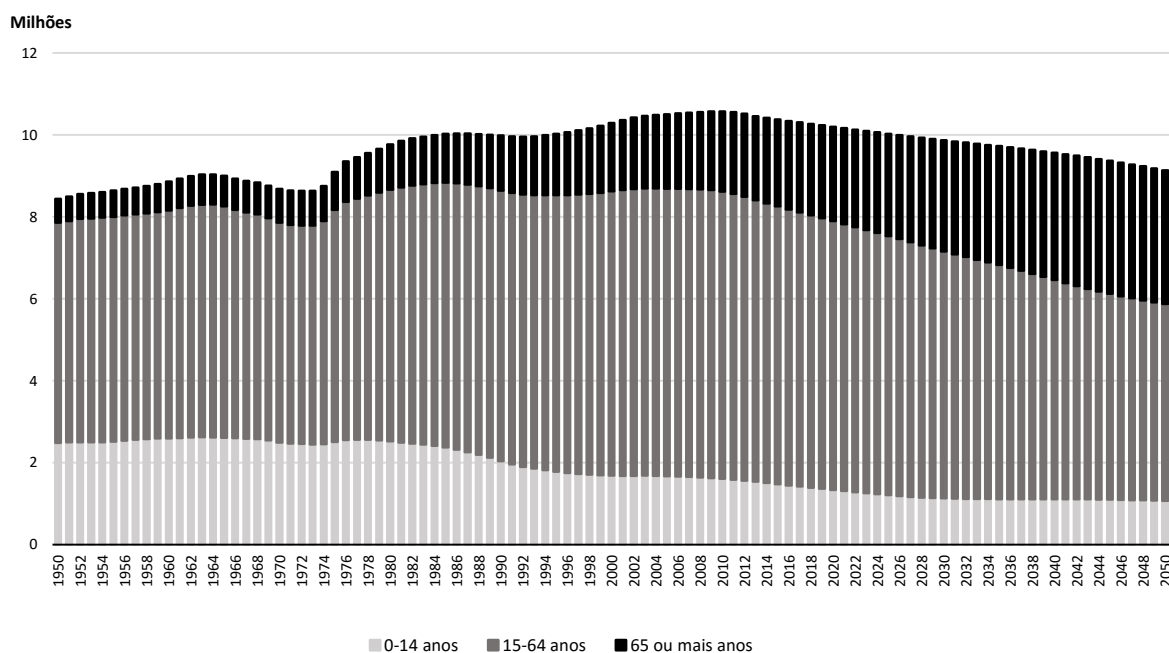
O que assistimos na Europa, dada a situação económica, é um discurso a favor da diminuição da despesa pública, que tende a privilegiar a transferência de alguns serviços públicos para a esfera dos privados, numa lógica de promover a atividade económica. Além disso, enfatiza-se a

necessidade de diminuir o papel do Estado com a pseudo-desculpa da elevação dos custos associados ao envelhecimento demográfico (ESPON, 2014).

É verdade que a população tem vindo a viver cada vez mais anos (figura 6). Em Portugal, perspetiva-se que em 2040, 32,4% da população terá mais de 65 anos de idade, e 17,5% mais de 75 anos (OCDE, 2015). Mas se uma população vive mais anos tem também mais anos de vida ativa e de quotização de impostos, e ainda de poupança e de capacidade de investimento.

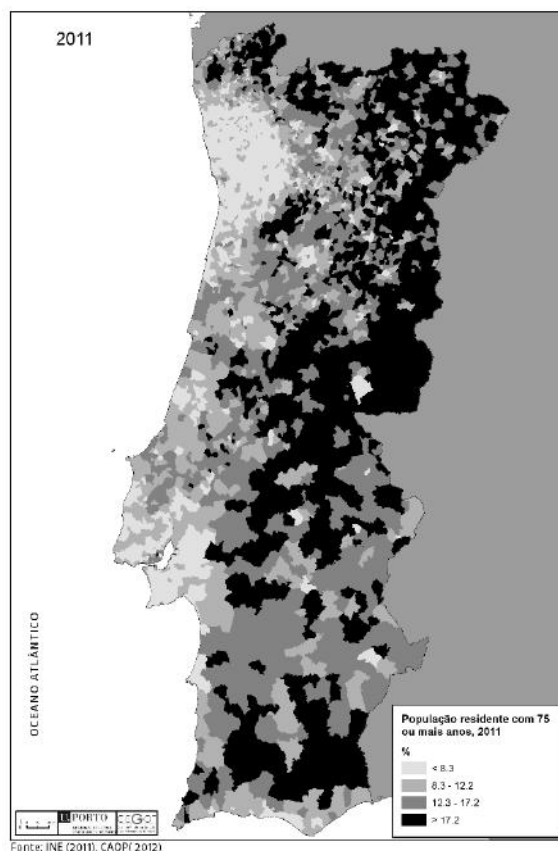
Em termos territoriais, a questão coloca-se de outra forma. É certo que a população portuguesa tem vindo a aumentar e que o ciclo de vida é mais longo, mas em termos territoriais, alguns territórios têm vindo a ganhar mais população que outros, e os que ganham atraem as populações mais jovens e ativas, logo os que estão a perder estão a desfazer-se dos seus recursos reprodutivos e a hipotecar o futuro dos seus territórios. Analisando os mapas da estrutura etária, verifica-se um claro envelhecimento das estruturas etárias numa extensa superfície do país, sobretudo do interior (figura 7).

Figura 6 - População residente por grupos etários (1950-2040)



Fonte: Elaboração própria. Dados OCDE (2015).

Figura 7 - População residente com mais de 75 anos (%) por freguesia, em 2011



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (Censos de 2011).

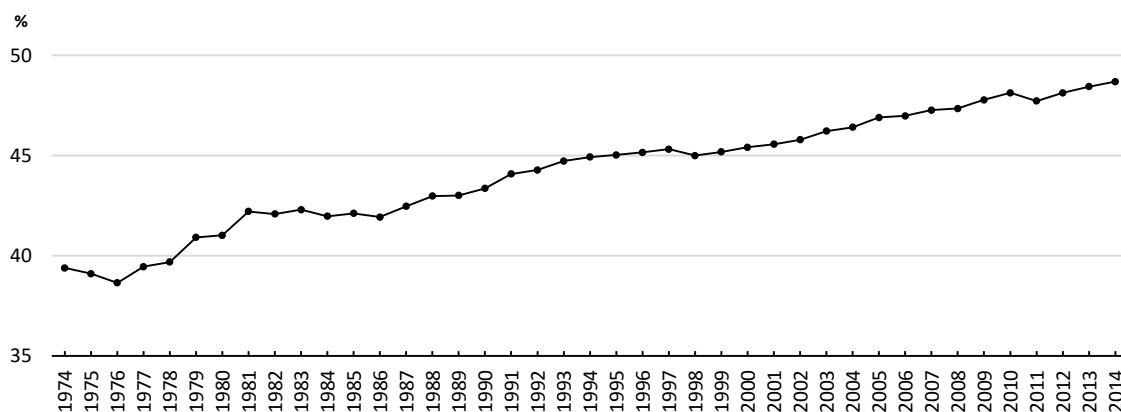
Portanto, o problema não está nos ciclos de vida longos ou nas estruturas etárias mais envelhecidas da população portuguesa, mas nas dinâmicas que se observam em determinados territórios. Insistentemente, em décadas sucessivas, um extenso território nacional esteve em perda demográfica, assistindo à saída das populações mais jovens. São décadas consecutivas de perdas de populações, de indivíduos que saem quando estão a entrar na idade fértil. Estas quebras contínuas são estruturalmente muito difíceis de inverter. Simultaneamente, os territórios ganhadores (com uma estrutura etária mais jovem) estão cada vez mais circunscritos ao noroeste português e à região de Lisboa. E isto não é nenhuma crise demográfica, mas uma dinâmica. No futuro a população portuguesa vai tendencialmente diminuir, logo poderá haver escassez de população em idade ativa e os territórios poderão concorrer ainda mais pelos recursos humanos escassos. E a concorrência será geral.

5. Eficiência Reprodutiva

A população é cada vez mais escolarizada e o acesso ao ensino é mais generalizado, nomeadamente para as mulheres, que se mantêm mais anos na escola e têm maior participação no mercado de trabalho e na sociedade em geral. A queda da fecundidade é sobretudo o reflexo destas dinâmicas positivas.

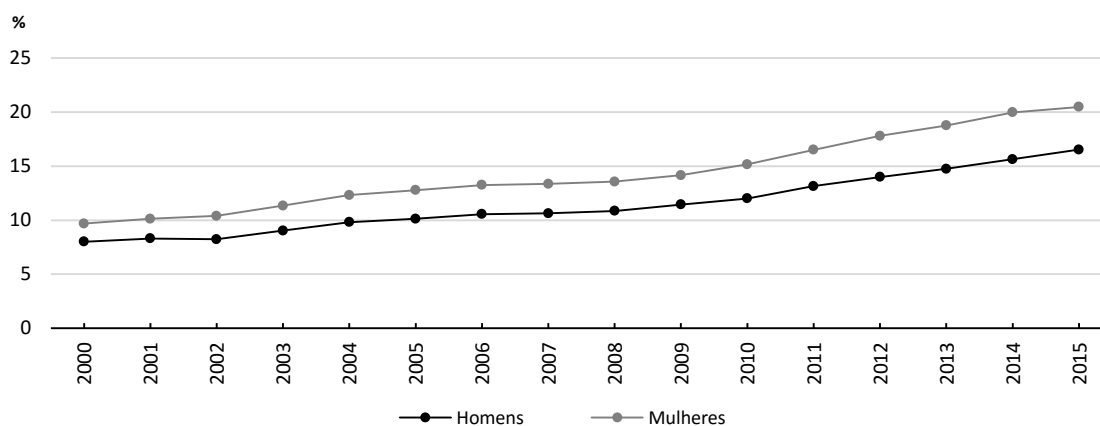
Em 40 anos, entre 1974 e 2014, o peso da mulher na população ativa aumentou de cerca de 40% para quase 50% (figura 8). Além disso, os níveis de escolaridade das mulheres têm aumentado a um ritmo bastante elevado (superior ao do homem) (figura 9), refletindo-se na diversificação das suas expectativas de vida, no adiamento ou no declínio da sua função reprodutiva, e no aumento da sua liberdade e do seu papel na sociedade.

Figura 8 - Peso do sexo feminino na população ativa, entre 1974 e 2014



Fonte: Elaboração própria. Dados PORDATA, 2016 (fontes de dados: INE).

Figura 9 - População residente com 15 ou mais anos, por sexo, com nível de escolaridade igual ou superior ao secundário, no total da população com 15 ou mais anos, entre 2000 e 2015

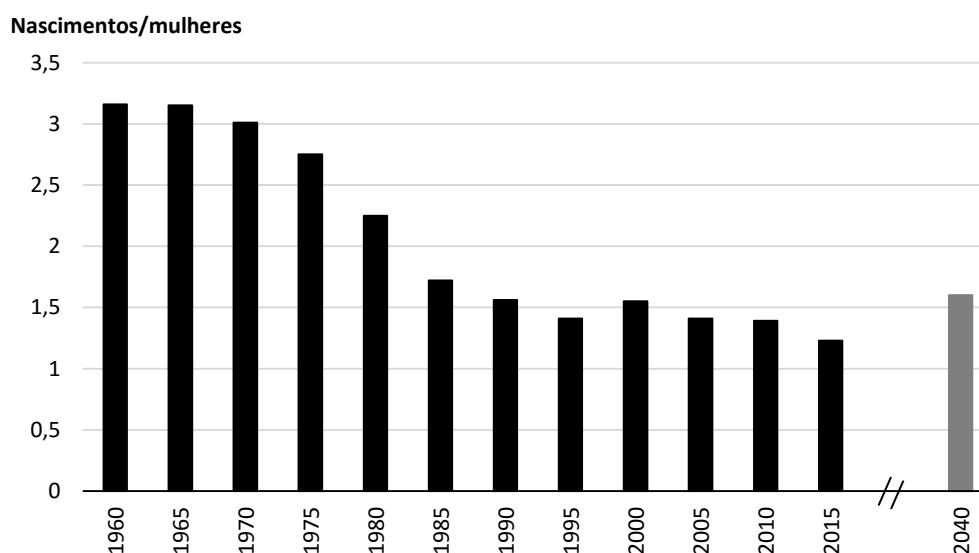


Fonte: Elaboração própria. Dados PORDATA, 2016 (fonte dos dados: INE- Indicadores Demográficos).

Esta mudança vai refletir-se diretamente na diminuição da fecundidade (figura 10 e 11), colocando Portugal como o país da União Europeia com a taxa de fecundidade mais baixa atualmente. Desde 1960 que o número médio de filhos por mulher regista uma tendência decrescente: em 1960, a média nacional era de 3,16 filhos por mulher e, em 2014, a média nacional situava-se em 1,23 filhos por mulher (a média da União Europeia era de 1,58).

Territorialmente, as mudanças são significativas (entre 2001 e 2014). Há uma clara diminuição do índice sintético de fecundidade por toda a superfície do território português, sobressaindo-se, em 2014, apenas algumas das áreas mais urbanas (sobretudo em torno de Lisboa) e algumas cidades médias (figura 11), que apresentam valores superiores à média nacional.

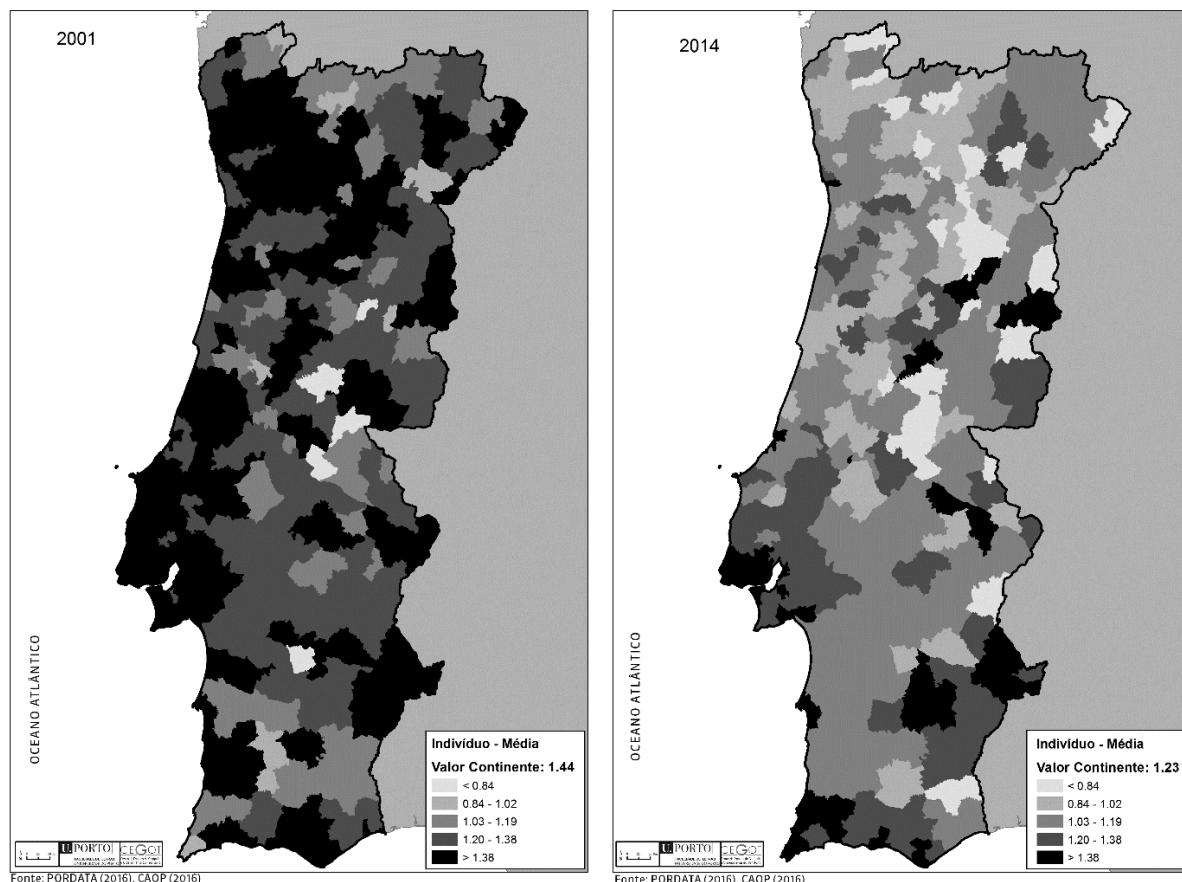
Figura 10 - Índice sintético de fecundidade, entre 1960 e 2015 e para 2040



Fonte: Elaboração própria. Dados PORDATA, 2016 (fonte dos dados: INE - Indicadores Demográficos); Castro et al. (2015).

Seguindo, a “teoria da eficiência reprodutiva” (Macinnes e Pérez Díaz, 2008; 2009), a modernização demográfica pressupõe um reforço da “eficiência reprodutiva”. Deve-se observar a população como um sistema dinâmico, analisando a quantidade de nascimentos, em cada momento temporal, necessários para uma população se manter. A fecundidade é importante, mas não é o central, porque o que é determinante é o tempo que cada indivíduo vai viver. A taxa de mortalidade infantil, no primeiro ano e até aos cinco anos vão ser decisivas (figura 12).

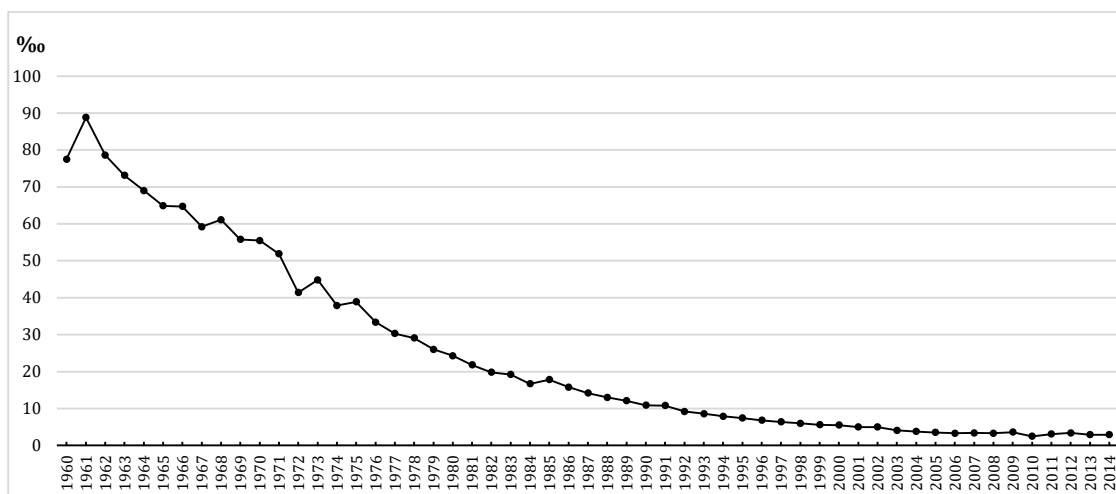
Figura 11 - Índice sintético de fecundidade, em 2001 e 2014



Fonte: Elaboração própria. Dados PORDATA, 2016 (fonte dos dados: INE - Indicadores Demográficos).

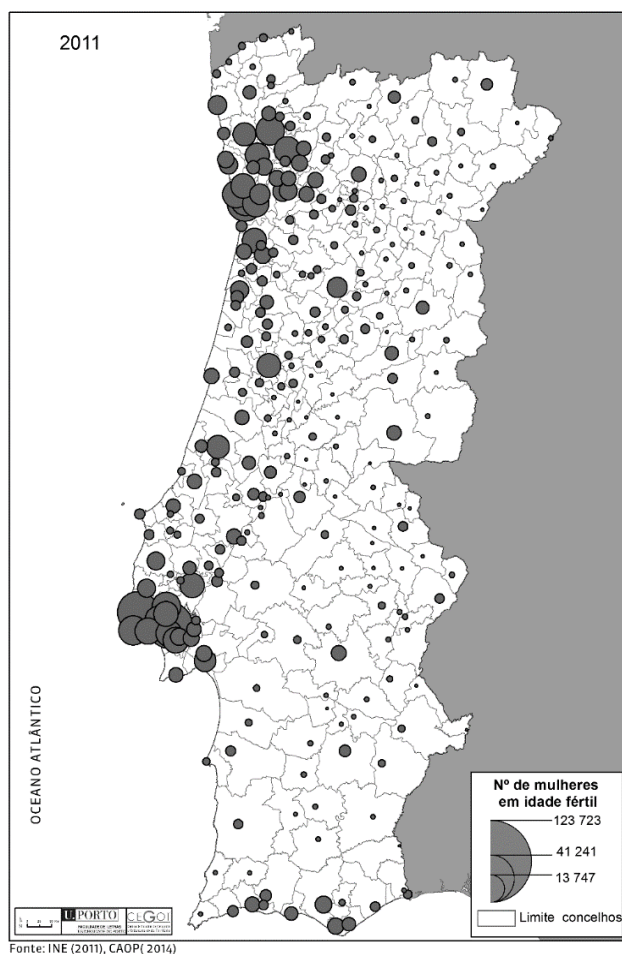
Como já se referiu, Portugal foi exemplar na sua diminuição de mortalidade, pois nos anos sessenta faleciam por ano entre 12 a 19 mil dos nados vivos, e atualmente as possíveis ocorrências são claras exceções. A taxa de mortalidade infantil, em 1960 era de 77,5‰, enquanto em 2014 passa para 3‰ (figura 12). Com a quebra de mortalidade nos primeiros anos de vida, a sobrevivência aumentou para aqueles que passaram a chegar à idade de procriar. Logo, para a mesma dimensão populacional passou-se a precisar de menos nascimentos.

Figura 12 - Mortalidade infantil (%), entre 1960 e 2014



Fonte: Elaboração própria. Dados PORDATA, 2016 (fontes de dados: INE - Estatísticas de Óbitos).

Figura 13 - Mulheres em idade reprodutiva face ao total de mulheres, por freguesia, 2011



Fonte: Elaboração própria. Dados INE (Censos de 2011).

Esta revolução é intergeracional, porque se uma geração sobrevive vai contribuir de uma forma mais eficaz para a sua reprodução, e assim sucessivamente. Trata-se de um ciclo acumulativo que se reflete numa revolução demográfica. Logo o problema não está só na quebra da fecundidade, mas na dimensão da população em idade reprodutiva. Em termos territoriais, as áreas de baixa densidade têm uma percentagem muito baixa de população feminina em idade fértil o que compromete o ciclo reprodutivo, independentemente dos níveis de fecundidade (figura 13).

6. Um balanço

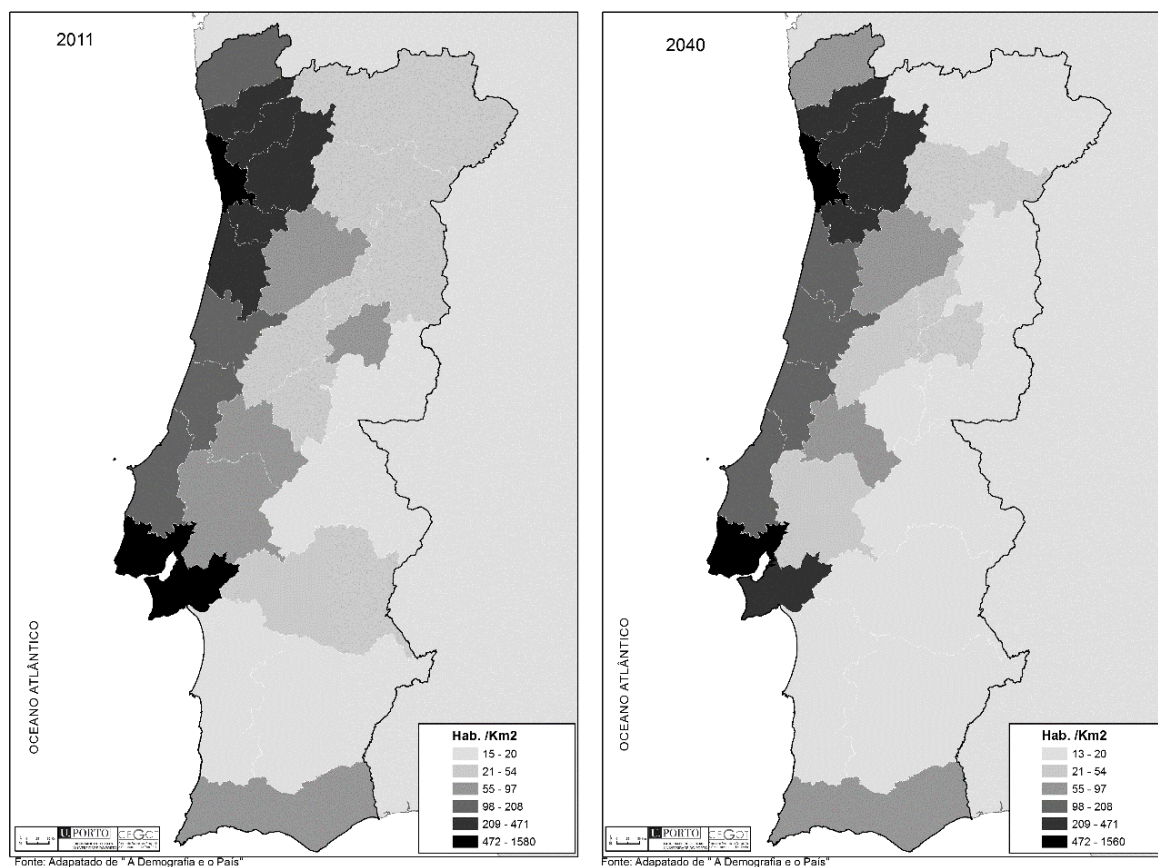
Territorialmente, sempre fomos mais povoados a norte que a sul, no litoral do que no interior e os diferentes processos demográficos demonstram comportamentos diversificados a nível temporal e territorial (figura 14). Assim, esta análise retratou uma visão temporal e geográfica da demografia, de forma a refletirmos os desafios ancorados no tempo e nos territórios, no passado e no presente, para coletivamente refletirmos o futuro.

Em termos de cenários para o futuro, o aumento desejável da fecundidade só terá consequências daqui a vinte ou trinta anos. Deste modo, a estratégia passa por prestar uma atenção especial à necessidade de políticas públicas mais integradas, centradas nas pessoas e na evolução dos territórios, em termos económicos, políticos e culturais. E aqui a demografia é central e tem sido muito esquecida pelas políticas públicas.

Segundo as projeções demográficas (para 2040, Castro et al., 2015; para 2050, a OCDE, 2015), a população portuguesa vai diminuir, com intensidades diferentes de acordo com os diferentes cenários. A diminuição populacional vai ter impactos na estrutura etária dos diferentes territórios, reforçando a concentração populacional e a atratividade das populações em idade fértil para determinadas áreas geográficas do país (sobretudo os espaços metropolitanos) e intensificando a perda populacional, nomeadamente das populações em idade fértil, numa extensa superfície do território nacional (figura 13).

Os mais jovens e mais escolarizados serão atraídos pelos territórios com uma oferta superior de oportunidades, mais diversificada e com melhores remunerações. Os territórios de baixa densidade, menos populosos terão grandes dificuldades em responder a bases económicas que sejam intensivas em trabalho. Parece-nos que a solução passará por refletirmos de que forma podemos construir uma economia baseada em poucos recursos humanos, mas com elevadas qualificações, numa economia intensiva em conhecimentos e de maior produtividade. Dificilmente seremos capazes de reverter estas situações. A sociedade e o território mudaram, logo os desafios devem ser reequacionados.

Figura 14 - Densidade populacional por NUT III, em 2011 e 2040



Fonte: Elaboração própria. Dados Castro et al., 2015, p. 188.

Referências

Arango, J. (1980). La teoría de la transición demográfica y la experiencia histórica. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (Reis)*, 10, 169-198.

Avdeev, A.; Eremenko, T.; Festy, P; Gaymu, J.; Le Bouteillec, N.; Springer, S. (2011). Populations et tendances démographiques des pays européens (1980-2010). *Population*, 66(1), 9-133.

Bandeira, M.; Azevedo, A.; Gomes, C.; et al. (2014). *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa. 1950-2011 Evolução e Perspetivas*. [online]. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. [junho, 2016]. Disponível em: https://www.ffms.pt/upload/docs/dinamicas-demograficas-e-envelhecimento-da-populac_efe8FbqdjUGZx3LduUlzgg.pdf

Castro, E.; Martins, J.; Silva, C. (2015). *A Demografia e o País: Previsões Cristalinas sem Bola de Cristal*, Gradiva.

ESPON (2010). DEMIFER - *Demographic and Migratory Flows affecting European Regions and Cities* [online]. [junho, 2016]. Disponível em: https://www.espon.eu/main/Menu_Projects/Menu_ESPON2013Projects/Menu_AppliedResearch/ET2050.html

ESPON (2014). *Demographic trends and scenarios* (vol. 2). [online]. ET2050 - Territorial Scenarios and Visions for Europe [junho, 2016]. Disponível em: https://www.espon.eu/main/Menu_Projects/Menu_ESPON2013Projects/Menu_AppliedResearch/demifer.html

Ferrão, J.; André, I; Malheiros, J.; Marques, T.; Pinto-Correia, T. (2005). *População e Território* (Parte II). In Medeiros, C. (eds.) *Geografia de Portugal: Sociedade, Paisagens e Sociedades*. Lisboa: Círculo de Leitores, 49-140.

Lesthaeghe, R. (1991). *The second demographic transition in Western Countries: an interpretation*. Brussels: Princeton University Library.

MacInnes, J.; Pérez Díaz, J. (2009). The reproductive revolution. *The Sociological Review*, 57 (2), 262-284.

MacInnes, J.; Pérez Díaz, J. (2008). La tercera revolución de la modernidad: la reproductiva. *Revista española de investigaciones sociológicas*, 122, 89-118.

MacInnes, J.; Pérez Díaz, J. (2008). *Transformations of the World's Population: the Demographic Revolution*. In Turner, B. (Eds). *The Routledge International Handbook of Globalization Studies*: Wiley-Blackwell, 137-161.

Marques, T. (2004). *Portugal na Transição do Século: Retratos e Dinâmicas Territoriais*. Porto: Edições Afrontamento.

OCDE (2015). *How's Life? 2015: Measuring Well-being*. Paris: OCDE Publishing.

Pérez Díaz, J. (2002). La Madurez de Masas [online]. [janeiro, 2016]. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/libreria/MadurezMasas.pdf>

Pérez Díaz, J.; Abellán García, A. (2015). *Envejecimiento y dependencia*. In Torres Albero, C. -Ed, España 2015. Situación Social. Madrid: CIS, 148-157.

Rosa, M. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

UNITED NATIONS (2013). *World Population Prospects: The 2012 Revision, Highlights and Advance Tables*. Working Paper No. ESA/P/WP.228. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division.

Projeções da população residente. Cenários, tendências e desafios na CIM Região de Coimbra (Portugal)

Cristina Barros

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal), cbarros@fl.uc.pt

Rui Gama

Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CEGOT - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (Portugal), rgama@fl.uc.pt

António Rochette Cordeiro

Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CEIS 20 - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, (Portugal), rochetecordeiro@fl.uc.pt

Sumário: O presente artigo pretende compreender e perspetivar como poderá vir a evoluir a população nos diferentes concelhos e freguesias da Região de Coimbra. Para tal, utiliza-se a metodologia de componentes por coortes, valorizando-se a experiência anterior na utilização desta metodologia em projetos de reorganização de equipamentos coletivos. A determinação dos quantitativos e características futuras da população assume importância decisiva tanto ao nível do investimento público, como no desenho de novos programas e políticas de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Projeções demográficas, desenvolvimento regional, Região de Coimbra.

Abstract: This article aims to understand and forecast how the population in the different municipalities and parishes of the Coimbra region is likely to evolve. To this end, it is used the cohort-component methodology, taking advantage of the previous experience in the application of this methodology to projects of collective equipment reorganization. The quantitative analysis of the population and the projection of its future characteristics assume crucial importance, both in terms of public investment as well as in the conception of new regional developmental programs and policies.

Keywords: Demographic projections, regional development, Region of Coimbra.

1. Introdução

Nos dias de hoje torna-se cada vez mais premente a necessidade de conhecer a dimensão e estrutura das populações assim como prever a sua evolução num futuro determinado, constituindo as projeções demográficas um importante elemento no processo de tomada de decisão, a diferentes escalas e a diferentes áreas de atuação.

A adequação e programação das infraestruturas e serviços públicos obriga a um esforço de compreensão da evolução demográfica a médio e longo prazo, relativamente aos quantitativos populacionais e composição etária. Neste contexto, é fundamental que se recorra a projeções demográficas em diferentes escalas de análise, e desagregadas por sexo e idade.

A literatura científica especializada reconhece que o método das componentes por coortes é o modelo mais adequado na medida em que se trata de um procedimento analítico, que destaca o papel da fecundidade, mortalidade e migrações no crescimento populacional, permitindo apresentar hipóteses de comportamento para as componentes e sugerir os quantitativos populacionais futuros por idade e sexo. Este método, introduzido por Frank Nottestein (1945), sendo o mais utilizado, implica a projeção separada da mortalidade, da fecundidade e das migrações. No entanto, é comum não se utilizar a componente migratória (pela dificuldade de obtenção dos valores), pelo que se apresentam os efetivos deduzidos apenas do movimento natural. Neste contexto, a diferente utilização da componente migratória surge referenciada como projeções sem migrações ou “no net migration”.

Carrilho (2005) sublinha a importância do estudo das projeções demográficas alicerçado na análise do comportamento demográfico passado, para determinar a sua evolução futura, despertar consciências sobre os desenvolvimentos demográficos e prevenir possíveis situações de rutura (Hatem, 1993). Como afirma Nazareth (1988), “um correto ordenamento do território, o pleno emprego, a existência dos equipamentos sociais adequados nos locais exatos, são exemplos de problemas onde é possível atuar com antecedência em função das expectativas futuras”.

O presente artigo pretende compreender e perspetivar como poderá evoluir a população nos diferentes concelhos e freguesias da Região de Coimbra (comunidade intermunicipal que integra 19 concelhos). Para tal realizam-se projeções demográficas até ao ano de 2031, através do método das componentes por coortes, procurando-se avaliar em que medida se continuará a observar (ou mesmo a intensificar-se) o decréscimo de população residente e quais os territórios que poderão vir a apresentar algumas dinâmicas de crescimento. Em paralelo apresentam-se alguns indicadores e tendências evolutivas que permitem caracterizar a população futura deste território, no quadro das recentes mudanças económicas, sociais, culturais e políticas ocorridas em Portugal, e, em particular, na região.

A validade deste modelo de projeção demográfica é comprovado pela experiência anterior, comparando-se os valores do Censos 2011 e os sobreviventes projetados com base em dados de 2001.

A determinação dos quantitativos e características futuras da população poderá vir a assumir importância decisiva no desenho de novos programas e políticas de desenvolvimento regional, nomeadamente na adequação à Estratégia 2020 para esta região. É neste sentido que importa refletir sobre as tendências demográficas futuras, determinantes no processo de tomada de decisão em diferentes níveis espaciais.

2. Projeções demográficas. Método das componentes por coortes

2.1. Modelo e metodologia

A melhor maneira de prever o futuro é procurar antecipá-lo. No caso da definição de estratégias no âmbito das atividades de planeamento do território, seja no domínio da saúde, educação, economia, transportes, habitação e ambiente, a análise da dinâmica demográfica assume-se como um elemento base para as opções e investimentos a realizar.

A população está sempre em constante alteração, não é fixa no tempo, movimenta-se no espaço e modifica-se estruturalmente. Procurar conhecer o volume e as características que assumirá num futuro próximo, afigura-se como um desafio que implica riscos, mas que pode ser realizado com sucesso atendendo a que a evolução populacional é consequência de várias causas interrelacionadas (Gama *et al*, 2014).

Desde logo, conhecemos a população atual, as suas características e comportamentos. Uma parte da população que existirá no futuro é a atual, mas com mais anos, mais velha.

Um outro elemento de base para procurar antecipar o futuro depende dos nascimentos que entretanto ocorrerão e que constituirão os novos jovens. Os nascimentos são o resultado dos níveis de fecundidade e da estrutura etária da população feminina em idade fértil, ou seja, do número médio de filhos por mulher (Índice Sintético de Fecundidade – ISF) e da existência de mais ou menos mulheres nas idades férteis (15-49 anos), e, em particular, nas idades mais férteis (20-29 anos). A mudança de comportamentos na sociedade atual faz adiar o nascimento do primeiro filho, considerando quer o aumento do nível de escolaridade das mulheres, a entrada mais tardia no mundo do trabalho (desemprego jovem), a precaridade do emprego (contrato a prazo), a incerteza que o futuro reserva, a ligação à família e o contexto e expectativas sobretudo dos jovens na atual sociedade em aceleração crescente, do tudo ou nada.

O terceiro eixo a considerar tem a ver com os óbitos que entretanto ocorrerão. A dinâmica da mortalidade relaciona-se com as probabilidades de morte nas várias idades, ou seja, nos valores da esperança de vida, e com a estrutura etária da população.

Por fim, a causa de mais difícil antecipação, os fluxos migratórios de entrada (imigrantes) e saída (emigrantes) de pessoas da população em análise. Quer os dados existentes, a dificuldade em medir o fenómeno, quer a inconstância dos movimentos muito dependentes dos contextos, políticos, económicos e culturais fazem com que a consideração desta dinâmica se revista de grande complexidade ao realizar exercícios que procuram antecipar as tendências no futuro.

A metodologia prospetiva utilizada para o conhecimento da população no futuro baseia-se em projeção, considerando os cenários balizados pela assunção do conhecimento atual da população, da evolução das componentes de mortalidade e natalidade no passado recente e respetivas tendências. Este conhecimento, as opções associadas às componentes e a utilização do método das componentes por coortes possibilita a obtenção de valores de população, por sexo e escalão etário, num horizonte de duas décadas (2031), para o município e freguesias correspondentes. A opção pelo nível freguesia, mesmo tendo em atenção as dificuldades técnicas no quadro da metodologia utilizada e os riscos inerentes, tem mostrado nos exercícios realizados no passado uma grande proximidade com os valores obtidos nas recolhas censitárias. Optou-se por realizar três cenários, utilizando apenas a fecundidade e a esperança de vida pelas razões apontadas.

O cenário “base/normal” considera que entre 2011 e 2031 se manterão as premissas de base inalteráveis do município e das freguesias – fecundidade e número médio de filhos por mulher entre 0,92 (no caso do município de Góis) e 1,42 (no caso da Lousã e Condeixa-a-Nova) e uma esperança de vida à nascença que em termos médios é de 77 anos para os homens e 84 anos para as mulheres. O comportamento registado pelos municípios nas últimas décadas faz pensar que este será o cenário mais provável, mesmo admitindo que o contexto atual, de incerteza e mudanças constantes e em aceleração, poderá ter consequências nos valores projetados que serão ultrapassados e inferiores ao que a realidade nos mostrará no futuro.

O cenário “otimista” assume que os níveis de fecundidade terão uma evolução moderadamente mais favorável, mantendo-se a esperança média de vida em média de 77 anos para os homens e de 84 anos para as mulheres. Os seja, teríamos alguma recuperação dos nascimentos e, por consequência, dos jovens, ao mesmo tempo que se manteriam os valores dos anos vividos. Utilizámos, para os diferentes municípios e freguesias que os integram, os valores de fecundidade de 1,6 filhos em 2021 e 2031, mantendo os mesmos valores de esperança média de vida calculados em 2011. Mesmo admitindo que poderão existir ganhos de anos de vida tendo em atenção a atual evolução e contexto económico, tecnológico, social e cultural da humanidade, os valores mais elevados do município fazem pensar que os ganhos tenderão a ser pouco expressivos.

Este cenário é plausível mesmo tendo em atenção as premissas otimistas e a evolução populacional das últimas décadas (sobretudo da última).

O cenário “desejável/extraordinário” assenta em níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos em 2021 e 2031), mantendo-se os mesmos valores de esperança média de vida observados em 2011. Mesmo tendo em atenção a evolução que tem ocorrido nos países do norte da Europa, que têm vindo a recuperar os níveis de fecundidade, o comportamento que a demografia portuguesa tem mostrado nas últimas décadas e o contexto pós-crise 2008 fazem pensar que Portugal não terá nas próximas décadas condições para atingir níveis de fecundidade como o que se registou, pela última vez, em 1981 (2,13 filhos). Os valores de fecundidade de 2013 e 2015, registando um muito ligeiro aumento (de 1,21 para 1,30), poderão indiciar o início de um novo ciclo demográfico associado à capacidade de recuperação económica do país.

A opção para a projeção de valores de população, por sexo e escalão etário, para os municípios e freguesias da Região de Coimbra mostra o cenário “base/normal”, apresentando, contudo, para a Região os valores dos cenários “otimista” e “desejável/extraordinário”.

Utilizaram-se tábuas de mortalidade por sexo e escalão etário, assim como se realizou a projeção da fecundidade a partir dos valores passados. A função de probabilidade de sobrevivência entre dois anos completos ou entre dois grupos de anos completos, a fecundidade e os nascimentos e o princípio de que a evolução da população no futuro depende da que existe na atualidade serviram de base para projetar a população para os quinquénios 2011-2016, 2016-2021, 2021-2026 e 2026-2031.

2.2. Validade dos resultados

A validade de um modelo de projeção demográfica depende da verificação de um conjunto de hipóteses previamente estabelecidas que se podem tornar ou não realidade (Carrilho, 2005). O exercício comparativo entre duas séries de projeções é útil pois permite traçar com maior rigor as hipóteses futuras da evolução das diferentes componentes: os nados vivos, os óbitos, os imigrantes e os emigrantes.

A aferição do método das componentes por coortes realizou-se comparando os valores do Censos 2011 e os sobreviventes projetados com base em dados de 2001. Selecionaram-se alguns municípios da Região de Coimbra que fizeram parte do estudo de “Projeção do Parque Escolar por NUT III a 2013” (Cordeiro, coord., 2008), e para os quais se aplicou a metodologia de projeção por

coortes. Para validação da metodologia, comparam-se os valores projetados com os valores reais observados no momento dos Censos 2011. O intervalo de erro varia entre 0,3% e 3,1% para os municípios apresentados, ou seja, percentagens muito baixas, quase residuais. Para os municípios de Góis e Mira observaram-se apenas mais 13 e 52 habitantes relativamente ao que havia sido projetado (Tabela 1).

Tabela 1 - Diferenças entre as projeções realizadas e os valores reais em 2011

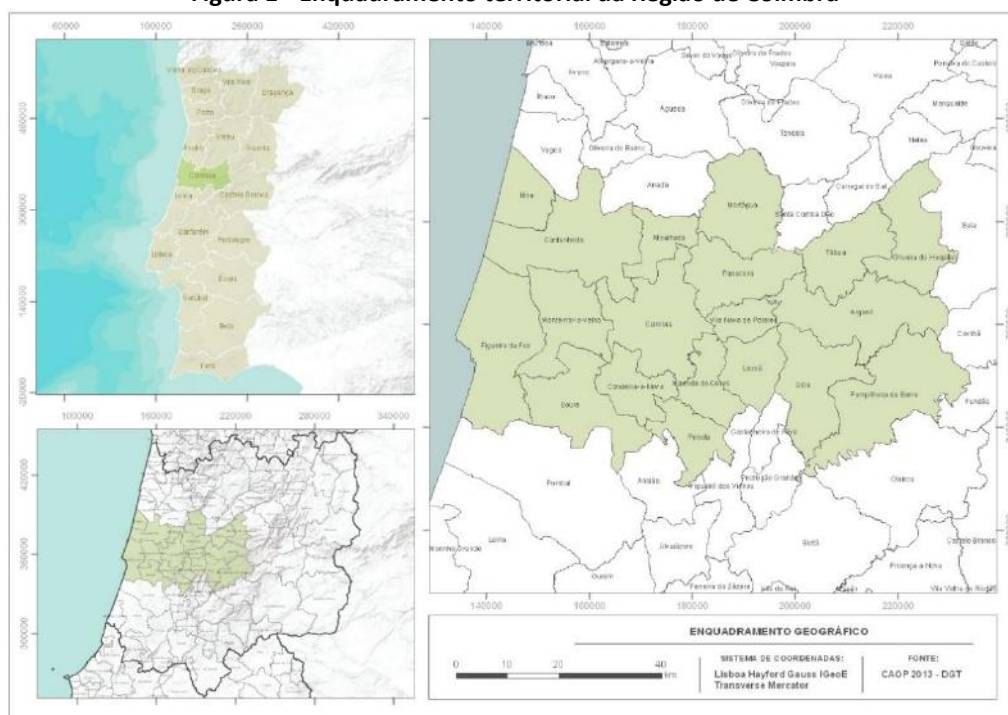
Concelhos	2011		Variação Real - Projeção	
	Projeções	Censos	nº	%
Góis	4247	4260	13	0,3
Mealhada	20513	20428	-85	-0,4
Mira	12413	12465	52	0,4
Soure	19412	19245	-167	-0,9
Cantanhede	36165	36595	430	1,2
Tábua	11901	12071	170	1,4
Oliveira do Hospital	21247	20855	-392	-1,8
Pampilhosa da Serra	4390	4481	91	2,1
Coimbra	146853	143396	-3457	-2,4
Figueira da Foz	60252	62125	1873	3,1

Fonte: INE, 2012.

3. Evolução da população na Região de Coimbra. Um território com a população desigualmente repartida

Em termos de dinâmica populacional, o território correspondente à CIM Região de Coimbra apresenta, em 2011, uma população residente de 460139 habitantes, valor que reflete um decréscimo de 2,6% em relação ao ano de 2001. Assume-se como a CIM mais populosa da Região Centro, representando, no ano de 2011, 19,8% do total da população residente e cerca de 4,4% da população do país, sendo que a densidade populacional assume valores relativamente elevados (106,1 hab/km²), superior à observada na Região Centro (82,6 hab/km²), mas inferior à do Continente (112,8 hab/km²).

Figura 1 - Enquadramento territorial da Região de Coimbra



Esta Região representa um mosaico diversificado, com modelos de povoamento, recursos e dinâmicas de desenvolvimento muito distintas. Abrange por um lado, territórios litorais, dinâmicos e em expansão, e, por outro, territórios rurais, interiores e deprimidos, marcados pelo progressivo despovoamento e envelhecimento populacional. Fatores relacionados com o êxodo rural, a litoralização e as dinâmicas de desenvolvimento regional têm contribuído para que os territórios do litoral apresentem maiores quantitativos populacionais, traduzindo-se em dinâmicas de crescimento em muitos concelhos ao longo das últimas décadas.

Neste contexto, o concelho de Coimbra assume-se como o principal polo da região representando 31,2% da população (143396 habitantes), seguindo-se a Figueira da Foz (13,5%, correspondendo a 62125), Cantanhede (8,0%, correspondendo a 36595) e Montemor-o-Velho (5,7%, correspondendo a 26171). Um segundo grupo é constituído pelos concelhos de Oliveira do Hospital, Mealhada, Soure, Lousã e Condeixa-a-Nova, que globalmente representam 20,7% do quantitativo populacional da região. Um terceiro grupo, com quantitativos menos expressivos é constituído pelos concelhos de Penacova, Miranda do Corvo, Mira, Arganil e Tábua, que no seu conjunto apresentam 14,1% da população. Com quantitativos menores surgem os concelhos de Mortágua, Vila Nova de Poiares, Penela, Pampilhosa da Serra e Góis, correspondendo na sua globalidade a apenas 6,9% do total da população na região.

Tabela 2 - Quadro demográfico e socioeconómico global da Região de Coimbra

Unidade territorial	População residente	Variação populacional		Taxa de natalidade	Taxa de crescimento natural	Índice de envelhecimento	Índice de dependência total	Taxa de atividade	Poder de compra (Indicador per capita)
	2011	2001-2011				2011			2013
	nº	nº	%		‰		%		
Arganil	12145	-1478	-10,8	5,9	-10,0	273,2	69,9	39,2	70,2
Cantanhede	36595	-1315	-3,5	8,1	-3,3	193,5	61,0	44,0	82,3
Coimbra	143396	-5047	-3,4	8,5	-1,1	162,3	48,4	49,4	130,3
Condeixa-a-Nova	17078	1738	11,3	10,5	0,9	119,5	54,3	48,6	81,6
Figueira da Foz	62125	-476	-0,8	7,4	-4,2	176,5	56,0	45,0	95,7
Góis	4260	-601	-12,4	3,1	-19,7	310,0	82,0	36,4	66,6
Lousã	17604	1851	11,8	9,5	1,3	114,2	51,2	47,1	82,3
Mealhada	20428	-323	-1,6	7,3	-3,4	154,3	54,4	48,0	91,3
Mira	12465	-407	-3,2	7,9	-4,7	202,8	61,0	43,2	74,8
Miranda do Corvo	13098	29	0,2	6,2	-4,1	155,0	55,3	45,7	70,0
Montemor-o-Velho	26171	693	2,7	9,6	-2,1	173,3	54,6	46,6	72,8
Mortágua	9607	-772	-7,4	5,4	-7,8	265,3	62,6	40,1	75,1
Oliveira do Hospital	20855	-1257	-5,7	8,2	-4,1	182,3	60,6	43,0	75,3
Pampilhosa da Serra	4481	-739	-14,2	3,3	-18,3	591,0	98,0	30,6	65,1
Penacova	15251	-1474	-8,8	7,5	-5,3	200,5	58,5	44,0	64,7
Penela	5983	-611	-9,3	6,2	-9,4	240,6	71,3	39,5	70,9
Soure	19245	-1695	-8,1	5,9	-7,2	239,6	66,2	40,9	72,5
Tábua	12071	-531	-4,2	6,0	-8,7	187,5	64,0	41,4	69,6
Vila Nova de Poiares	7281	220	3,1	9,2	-0,7	136,6	55,3	46,3	73,5
Região de Coimbra	460139	-12195	-2,6	7,9	-3,4	214,6	62,3	43,1	95,4
Região Centro	2327689	20708	0,9	7,9	-3,4	164,3	56,9	45,4	89,2
Continente	10046236	-177732	-1,8	9,1	-0,6	178,4	51,7	47,6	100,8

Fonte: INE, 2012.

A grande maioria dos concelhos que integram a Região de Coimbra registou ao longo do período intercensitário 2001-2011, um decréscimo populacional, que se afigura tendencialmente mais expressivo nos concelhos menos densamente povoados. Por outro lado, percebe-se o efeito de proximidade ao núcleo urbano de Coimbra, assumido pelos concelhos da Lousã, Condeixa-a-Nova, Vila Nova de Poiares, Montemor-o-Velho e Miranda do Corvo, facto que resultou numa evolução positiva na última década (Tabela 2). O crescimento nestes territórios relaciona-se de uma forma clara com a proximidade ao polo urbano de Coimbra e fuga de população do centro desta cidade para estes concelhos limítrofes, onde procuram benefícios relacionados com as boas acessibilidades e os menores preços da habitação. Importa salientar que no seio desta região há um conjunto de concelhos interiores que, não obstante terem registado uma diminuição populacional (derivado da dinâmica natural), têm vindo a atrair novos residentes, por alguns designados de neo-rurais, que procuram nestes territórios a autenticidade rural e um modo de vida que se coadune com as suas expetativas.

Acompanhando a tendência geral de todo o país, a análise do índice de envelhecimento na última década demonstra uma preocupante tendência para o envelhecimento da população, uma

vez que ocorreu um aumento do peso dos idosos em relação aos jovens. O índice de envelhecimento para a região (214,6) assume-se superior ao observado na região Centro (164,3) e no Continente (178,4), apresentando territórios com valores muito expressivos (Pampilhosa da Serra – 591) e outros abaixo da média nacional (Lousã – 114,2).

Ao nível da dinâmica económica, o indicador *per capita* deixa antever um posicionamento favorável da Região de Coimbra (95,4) comparativamente à região Centro (89,2). Neste contexto, apenas o concelho de Coimbra (130,2) apresenta um poder de compra superior à média do Continente (100,8).

4. Projeções da população na Região de Coimbra

4.1. Cenários demográficos

Tendo em consideração as dinâmicas populacionais descritas importa, no quadro dos objetivos desta análise, tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das próximas duas décadas.

Os resultados da aplicação do método de componentes por coortes a populações particulares fornecem informações sobre o volume e a composição da população em momentos futuros, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excecional. Os resultados projetados para o futuro traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução, ao longo do período prospetivo, dos comportamentos demográficos (mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios).

O maior fator de erro em demografia prospetiva advém dos movimentos migratórios, uma vez que estes se caracterizam pela sua imprevisibilidade. Embora esta seja uma componente importante para o conhecimento das dinâmicas futuras da população, a deficiente qualidade dos dados estatísticos existentes, fizeram com que os fluxos migratórios não fossem considerados na presente análise.

A partir da utilização da metodologia de projeção por coortes foram considerados três cenários, com base em diferentes hipóteses em termos da esperança de vida e fecundidade (Tabela 3 e Figura 2).

No cenário normal considera-se que as premissas de base, em termos de fecundidade e esperança média de vida permanecerão inalteráveis no município e freguesias. Em termos globais estima-se que a Região de Coimbra perca cerca de 24175 habitantes entre 2011 e 2021 (-5,3%).

Tendo por referência um horizonte temporal mais longo, estima-se que entre 2011 e 2031, a região perca 12,8% dos seus quantitativos populacionais (-59065 habitantes).

Em termos da estrutura etária salienta-se uma diminuição expressiva da população jovem e adulta e um aumento da população idosa. Prevê-se uma diminuição muito expressiva na classe dos 0-14 anos (de 12,9% em 2011 para 10,4% em 2031) e um aumento na classe dos 65 e mais anos (de 22,8% para 30%). Acompanhando a tendência que já se observa na atualidade, irá decrescer o número de nascimentos, esperando-se uma diminuição de 1109 nascimentos entre 2011 e 2031 (de 3661 para 2552 nascimentos), algo que se irá refletir na diminuição da associada taxa de natalidade (de 8‰ para 6,4‰). O aumento do número de idosos parece ser uma realidade incontornável e comum a todo o território nacional, estimando-se que o índice de envelhecimento passe de 176,7% em 2011 para 228,5%.

O cenário otimista assume os mesmos valores de esperança média de vida, e uma evolução da fecundidade mais favorável, ou seja, parte-se do princípio que o ISF será de 1,6 filhos por mulher. Considerando este cenário, o decréscimo populacional será menos expressivo do que o analisado anteriormente, estimando-se uma perda de 8,6% da população residente, correspondendo a - 39412 habitantes. A estrutura etária terá um perfil não tão envelhecido como no cenário normal, perspetivando-se até um certo rejuvenescimento populacional, considerando o grupo etário dos 0 aos 14 anos (de 12,9% em 2011 para 13,2% em 2031). Ao nível dos nascimentos, embora se estime uma diminuição de 243 nados-vivos entre 2011 e 2031, esta assume-se muito menos desfavorável relativamente ao cenário normal. Por último, a população idosa irá certamente aumentar, estimando-se um aumento de 15 911 idosos face a 2011, sendo que este grupo poderá representar 28,7% do total populacional (em 2011 correspondia a 22,8%).

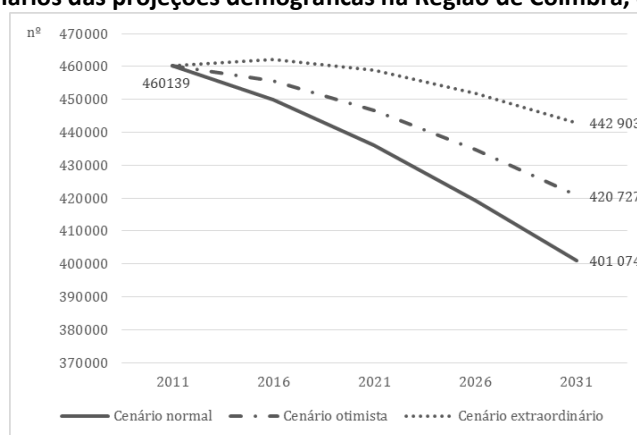
Tabela 3 - Cenários das projeções demográficas na Região de Coimbra.

Tabela 3 - Cenários dos projetos demográficos na Região de Coimbra											
Indicadores	2011	Cenário normal			Cenário otimista			Cenário extraordinário			
		2021	2031	var. 11-31 (%)	2021	2031	var. 11-31 (%)	2021	2031	var. 11-31 (%)	
Grupos etários (%)	População total (nº)	460139	435964	401074	-12,8	446740	420727	-8,6	458865	442903	-3,7
	0-14 anos	12,9	11,5	10,4	-29,9	13,6	13,2	-6,3	15,9	16,1	20,3
	15-24 anos	9,9	9,5	8,7	-23,5	9,3	9,6	-11,0	9,0	10,6	3,1
	25-64 anos	54,5	52,8	50,9	-18,6	51,5	48,5	-18,6	50,1	46,1	-18,6
	65 e mais anos	22,8	26,2	30,1	15,2	25,6	28,7	15,2	24,9	27,2	15,2
	Nados vivos (nº)	3661	3044	2552	-30,3	4063	3418	-6,6	5208	4407	20,4
	Taxa de natalidade (‰)	8,0	7,0	6,4	-1,6	9,1	8,1	0,2	11,3	10,0	2,0
	Índice de envelhecimento (%)	176,7	203,1	228,5	51,8	188,0	217,3	41	156,8	169,2	-7,4

Fonte: INE, 2012 e cálculos próprios.

Por fim, o cenário extraordinário considera valores semelhantes para a esperança média de vida e níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos). Este assume-se como o cenário mais otimista, mas de concretização difícil, uma vez que não se espera que o ISF atinja este valor, observado pela última vez em 1981. Ainda assim, e caso a evolução atinja este patamar, o decréscimo projetado será muito inferior (-3,7%, correspondendo a -17236 habitantes entre 2011 e 2031). Neste contexto, a estrutura etária sofrerá alterações significativas. Desde logo, poderá haver um grande rejuvenescimento da população (com o aumento de 20,3% da população até aos 14 anos e de 3,1% dos 15 aos 24 anos). Relativamente aos nados-vivos, a consideração deste cenário faz antever um aumento de 20,4% dos nascimentos (de 3 661 em 2011 para 4 407 em 2031) e uma diminuição nos valores do índice de envelhecimento (de 176,7% para 169,2%).

Figura 2 - Cenários das projeções demográficas na Região de Coimbra, entre 2011 e 2031



Fonte: INE, 2012 e cálculos próprios.

Os movimentos migratórios, não sendo um fenómeno natural, estão associados a um grande grau de incerteza, dependendo das conjunturas políticas, económicas e sociais, pelo que a sua previsão é de difícil concretização. Segundo Mendes *et al* (2012) existe uma grande dificuldade em quantificar os fluxos migratórios, devido à incipiente cobertura e registo das deslocações de pessoas, não existindo efetivamente, um apuramento de qualidade, no que diz respeito às entradas e saídas do território nacional. Para colmatar esta inexistência de dados, utilizou-se o saldo migratório¹ observado na última década (2001-2011).

¹ Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou Região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Deste modo, admitindo que nas próximas décadas se manterá o saldo migratório positivo registado na última década na região (3380 habitantes), significa que a tendência de decréscimo em alguns territórios poderá ser atenuada em virtude dos valores do saldo migratório se assumirem positivos. Assim, em termos globais espera-se um decréscimo menos expressivo entre 2011-2021 (-4,5%, correspondendo a -20795 habitantes). Considerando apenas dinâmica natural, o decréscimo seria um pouco superior (-5,3%, correspondendo a -24175 habitantes). O efeito de inversão da tendência de decréscimo populacional é especialmente visível nos concelhos de Condeixa-a-Nova, Lousã, Vila Nova de Poiares e Montemor-o-Velho, cuja consideração do saldo migratório faz antever um aumento expectável de 7,8%, 7,8%, 2,3% e 1,7%, correspondendo a 1338, 1366, 167 e 440 habitantes, entre 2011 e 2021 (Tabela 4).

Tabela 4: População residente, sobreviventes e variação entre 2011 e 2031: cenário migratório

Concelhos	2011	2021	2031	2011-2021		2011-2031	
				nº	%	nº	%
Arganil	12145	10854	9612	-1291	-10,6	-2533	-20,9
Cantanhede	36595	34561	31420	-2034	-5,6	-5175	-14,1
Coimbra	143396	134578	124609	-8818	-6,1	-18787	-13,1
Condeixa-a-Nova	17078	18416	17614	1338	7,8	536	3,1
Figueira da Foz	62125	60210	55280	-1915	-3,1	-6845	-11,0
Góis	4260	3588	2976	-672	-15,8	-1284	-30,1
Lousã	17604	18970	18228	1366	7,8	624	3,5
Mealhada	20428	19288	17783	-1140	-5,6	-2645	-12,9
Mira	12465	11680	10558	-785	-6,3	-1907	-15,3
Miranda do Corvo	13098	12836	11850	-262	-2,0	-1248	-9,5
Montemor-o-Velho	26171	26611	24801	440	1,7	-1370	-5,2
Mortágua	9607	9388	9158	-219	-2,3	-449	-4,7
Oliveira do Hospital	20855	19320	17662	-1535	-7,4	-3193	-15,3
Pampilhosa da Serra	4481	3870	3089	-611	-13,6	-1392	-31,1
Penacova	15251	13480	12112	-1771	-11,6	-3139	-20,6
Penela	5983	5428	4834	-555	-9,3	-1149	-19,2
Soure	19245	17272	15244	-1973	-10,3	-4001	-20,8
Tábua	12071	11545	10560	-526	-4,4	-1511	-12,5
Vila Nova de Poiares	7281	7448	7062	167	2,3	-219	-3,0
Região de Coimbra	460139	439344	404454	-20795	-4,5	-55685	-12,1

Fonte: INE, Censos 2011 e cálculos próprios.

4.2. Cenário expectável: normal/base

Dos cenários analisados, o normal/base parece ser o mais expectável de acontecer, pelo que é sobre ele que se irão tecer algumas considerações e reter alguns valores (Tabela 5 e Figura 3).

Como foi analisado, tendo por referência a evolução entre 2011 e 2021, estima-se que a Região de Coimbra perca 5,3% dos seus quantitativos populacionais (-24175 habitantes). Este cenário dá

conta de uma evolução muito desfavorável prevista para a globalidade dos concelhos que integram a região. Ainda assim, importa realçar os territórios que registarão maiores perdas, e que em grande medida correspondem a concelhos que têm vindo a perder elevados quantitativos de algumas décadas a esta parte.

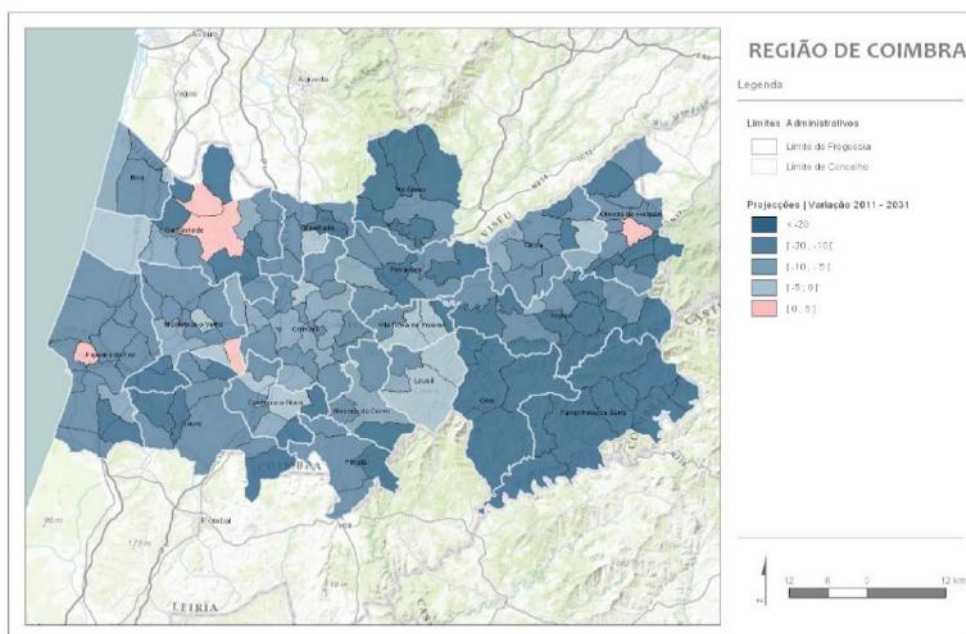
Importa também realçar que mesmo os concelhos que na última década apresentaram um aumento do número de população irão perdê-la num futuro próximo, em virtude da sistemática quebra nos nascimentos, aumento do envelhecimento e situações relacionadas com a crise económica e emigração. Deste modo, projeta-se para os concelhos da Lousã, Condeixa-a-Nova, Vila Nova de Poiares, Montemor-o-Velho e Miranda do Corvo quebras na ordem dos -1,0%, -2,1%, -3,1%, -4,7% e -5,6%. A análise por freguesia salienta alguns setores no território que poderão registar acréscimos populacionais no horizonte das próximas décadas, ainda que possam corresponder a aumentos de pouca expressividade.

Tabela 5 - População residente, sobreviventes e variação entre 2011 e 2031

Concelhos	2011	2016	2021	2026	2031	2011-2021		2011-2031	
						nº	%	nº	%
Arganil	12145	11557	10946	10317	9704	-1199	-9,9	-2441	-20,1
Cantanhede	36595	35658	34364	32838	31223	-2231	-6,1	-5372	-14,7
Coimbra	143396	141579	138342	133861	128373	-5054	-3,5	-15023	-10,5
Condeixa-a-Nova	17078	17008	16723	16333	15921	-355	-2,1	-1157	-6,8
Figueira da Foz	62125	60579	58526	56152	53596	-3599	-5,8	-8529	-13,7
Góis	4260	3872	3508	3184	2896	-752	-17,6	-1364	-32,0
Lousã	17604	17633	17436	17103	16694	-168	-1,0	-910	-5,2
Mealhada	20428	20005	19383	18649	17878	-1045	-5,1	-2550	-12,5
Mira	12465	12130	11688	11157	10566	-777	-6,2	-1899	-15,2
Miranda do Corvo	13098	12782	12362	11888	11376	-736	-5,6	-1722	-13,1
Montemor-o-Velho	26171	25668	24934	24070	23124	-1237	-4,7	-3047	-11,6
Mortágua	9607	9585	9517	9412	9287	-90	-0,9	-320	-3,3
Oliveira do Hospital	20855	20237	19480	18661	17822	-1375	-6,6	-3033	-14,5
Pampilhosa da Serra	4481	4058	3632	3222	2851	-849	-18,9	-1630	-36,4
Penacova	15251	14733	14109	13444	12741	-1142	-7,5	-2510	-16,5
Penela	5983	5706	5403	5094	4809	-580	-9,7	-1174	-19,6
Soure	19245	18366	17390	16381	15362	-1855	-9,6	-3883	-20,2
Tábua	12071	11638	11162	10677	10177	-909	-7,5	-1894	-15,7
Vila Nova de Poiares	7281	7205	7058	6876	6672	-223	-3,1	-609	-8,4
Região de Coimbra	460139	449999	435964	419317	401074	-24175	-5,3	-59065	-12,8

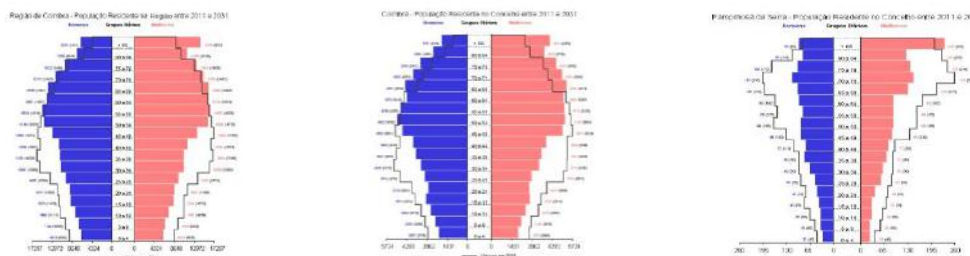
Fonte: INE, Censos 2011 e cálculos próprios.

Figura 3 - Variação estimada da população residente na Região de Coimbra, entre 2011 e 2031



Em termos da estrutura etária a tendência destaca uma diminuição expressiva da população jovem e adulta e um aumento da população idosa. Quando se analisa a pirâmide que poderá ser o futuro da evolução da população residente nesta região, a tendência para a diminuição do número de jovens e o aumento progressivo das classes etárias dos idosos assume contornos ainda mais preocupantes (Figura 4). Deste modo, o perfil etário para o ano de 2011 e 2031 apresenta uma configuração em forma de urna (ainda mais expressiva no ano de 2031), estando considerados os valores correspondentes à população jovem na base e no topo a população idosa. O cenário pode assumir contornos ainda mais dramáticos em determinados setores deste território, em que a dinâmica demográfica é já muito desfavorável, prevendo-se a perda de população residente em praticamente todos os grupos etários.

Figura 4 - Evolução estimada da população residente por classe etária, entre 2011 e 2031 na Região de Coimbra (a), e nos municípios de Coimbra (b) e Pampilhosa da Serra (c).



A consideração da dimensão dinâmica natural permite assim compreender uma parte da amplitude e complexidade das alterações demográficas. O entendimento do comportamento desta variável é fundamental para que se possa prospetivar quais serão os volumes de população para os diferentes escalões de idades. A evolução do número de sobreviventes por ano, para os diferentes concelhos, evidencia desde logo uma certa diminuição nos nascimentos projetados (Tabela 5). Em termos globais, em 2011 nasceram 3661 crianças na Região de Coimbra, prevendo-se que no ano de 2021 ocorram 3044 nascimentos e no ano de 2031 apenas 2552 nascimentos, ou seja uma diminuição de 1109 nascimentos relativamente a 2011 (-30,3%).

Entre 2011 e 2021 prevê-se uma diminuição no número de nascimentos na quase totalidade dos concelhos da região. Neste sentido, toda a gestão e reorganização da rede de equipamentos educativos deverá considerar estes valores, uma vez que as prospetivas do número de nados vivos revelam um quadro muito preocupante.

Ao contraste concelhio verificado na distribuição da população residente junta-se, por um lado, o envelhecimento demográfico mais evidente nas áreas em perda e, por outro, os maiores contingentes de jovens nas áreas de maior densidade populacional. A tendência dominante será, tal como vimos, o agravamento do índice de envelhecimento em todos os concelhos, que na atualidade apresentam valores muito expressivos, e, em geral, superiores à média do país.

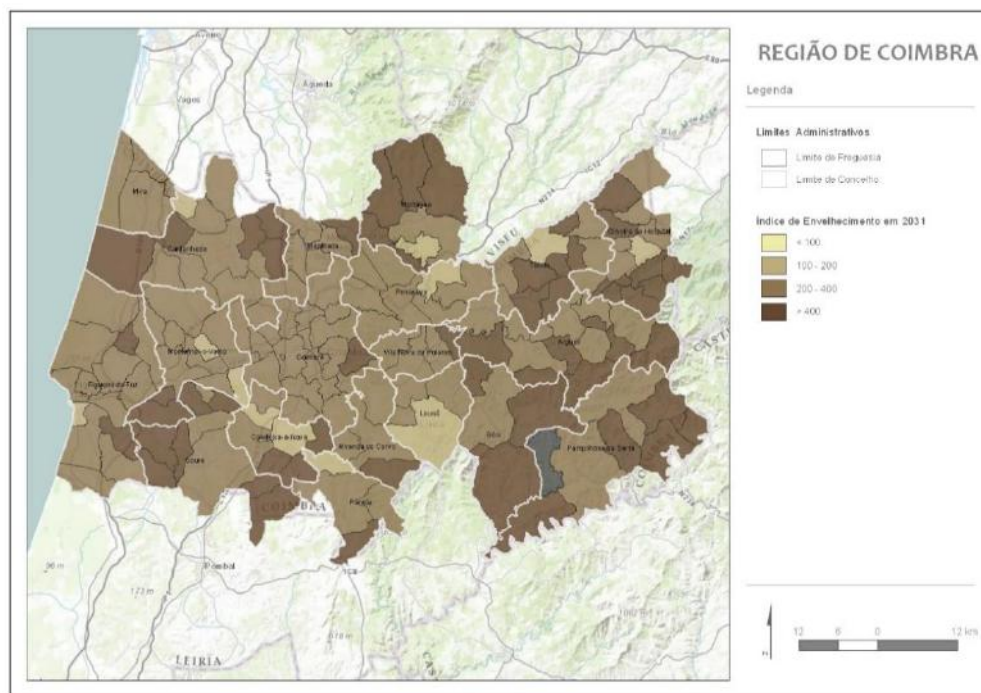
Pampilhosa da Serra, Mortágua, Góis, Soure, Miranda do Corvo, Arganil e Penacova apresentarão valores superiores a 300% neste indicador, o que evidencia um cenário muito preocupante e que deverá motivar sérias reflexões no âmbito da oferta de equipamentos coletivos e de garantia de serviços aos cidadãos do território (Figura 5).

Tabela 6: Evolução estimada dos nascimentos, entre 2011 e 2031

Freguesias	2011	2016	2021	2026	2031	2011-2021		2011-2031	
						nº	%	nº	%
Arganil	72	77	73	69	65	1	1,3	-7	-10,3
Cantanhede	240	264	234	214	201	-6	-2,7	-39	-16,1
Coimbra	1218	1133	1009	876	779	-209	-17,2	-439	-36,0
Condeixa-a-Nova	180	161	128	115	118	-52	-28,8	-62	-34,6
Figueira da Foz	513	456	402	368	348	-111	-21,6	-165	-32,2
Góis	13	17	16	15	14	3	21,1	1	8,4
Lousã	167	164	140	129	125	-27	-16,0	-42	-24,9
Mealhada	180	152	131	118	112	-49	-27,2	-68	-37,6
Mira	98	98	87	79	71	-11	-11,3	-27	-27,4
Miranda do Corvo	81	80	72	70	67	-9	-10,6	-14	-16,9
Montemor-o-Velho	252	222	194	169	153	-58	-23,1	-99	-39,1
Mortágua	52	68	61	54	48	9	17,1	-4	-7,1
Oliveira do Hospital	170	144	136	131	123	-34	-20,0	-47	-27,6
Pampilhosa da Serra	15	16	14	13	11	-1	-4,3	-4	-25,6
Penacova	114	97	89	85	81	-25	-22,2	-33	-28,8
Penela	37	39	35	34	34	-2	-4,1	-3	-8,5
Soure	114	112	98	91	85	-16	-13,8	-29	-25,6
Tábua	72	77	72	70	66	0	0,1	-6	-8,2
Vila Nova de Poiares	73	60	53	50	49	-20	-27,5	-24	-33,0
Região de Coimbra	3661	3436	3044	2750	2552	-617	-16,8	-1109	-30,3

Fonte: INE, Censos 2011 e cálculos próprios.

Figura 5 - Índice de envelhecimento estimado em 2031 (%)



Em suma, os principais resultados das projeções deixam antever um cenário a merecer preocupação, uma vez que o panorama expectável é de decréscimo da população residente até

2031. Não sendo este decréscimo homogéneo no território, salienta-se que as maiores perdas serão visíveis nos territórios mais rurais e interiores, o que irá agravar ainda mais os problemas com os quais o interior já presentemente se depara. De igual modo, os territórios mais periféricos, e afastados do litoral sofrerão de uma forma ainda mais vincada o acelerar dos processos de despovoamento e envelhecimento populacional. É neste sentido, e com o conhecimento das dinâmicas demográficas prospetivas, que se deve ponderar e refletir sobre o futuro que se espera para estes territórios.

4.3. Tendências e desafios futuros no quadro dos programas e políticas de desenvolvimento regional

O exercício prospetivo apresentado, permite-nos ficar a saber o que, sem a intervenção das políticas e sem a ocorrência de acontecimentos imprevisíveis, poderá ser a população da Região de Coimbra nas próximas duas décadas. Em termos de futuro, e tendo em consideração o cálculo das projeções demográficas efetuado prevê-se que a população da Região de Coimbra deva diminuir, como resultado das transformações nas estruturas etárias, caracterizadas pelo aumento no número de idosos e o decréscimo assinalável no número de nascimentos e de jovens.

Embora se projete uma diminuição de residentes para o período 2011-2031, esta diminuição terá contornos mais expressivos nos territórios interiores e menos expressivos nos territórios do litoral, reforçando assim tudo o que se tem vindo a observar de algumas décadas a esta parte. Este cenário coloca assim urgentes desafios a que importa responder. No futuro, a população jovem na Região de Coimbra será de apenas 10,4% (em 1981 era de 23,2%), e a população idosa corresponderá a 30,1% (em 1981 era de 14,1%). As famílias continuarão a ter em média um filho por casal, o interior e os territórios rurais da região estarão certamente muito mais envelhecidos e despovoados, com reflexos nefastos a vários níveis.

Um grande número de escolas do ensino básico, e até secundárias, e mesmo com toda a reorganização verificada na 1ª década deste século, muito provavelmente terão de encerrar, assim como será necessário reorganizar a rede de equipamentos de saúde, com novos centros de saúde e hospitais nos territórios do litoral, sendo que a perspetiva para o interior será a de encerramento de muitos destes equipamentos. Neste contexto, as necessidades em medicina geriátrica e em cuidados continuados e paliativos serão muito maiores, bem como deverão surgir instituições especializadas nos cuidados e acolhimento de idosos que vivem sozinhos. Também, a por alguns anunciada falência do modelo de Estado Social poderá ganhar novos contornos, uma vez que o

número de ativos contribuintes para a segurança social deverá vir a ser igual ou inferior ao de pensionistas.

Neste contexto, e tendo em atenção a dimensão do problema demográfico que poderá existir no futuro, as políticas públicas e de desenvolvimento regional coerentes serão decisivas. A criação de emprego, novas políticas de saúde e de segurança social e o próprio ordenamento do território, decidirão o futuro da demografia portuguesa. De igual modo, a competitividade territorial vai ser muito associada a estes padrões tendenciais, algo que pressupõe um quadro muito desfavorável para uma esmagadora percentagem do território regional, de que é exemplo a Região de Coimbra.

5. Considerações finais

A ideia de utilizar projeções demográficas para antecipar determinados acontecimentos já existe há muito tempo, tendo-se tornado mais habituais na década de 50 do século passado, com as publicações das Nações Unidas. Hoje em dia a realização de projeções e o seu uso são mais frequentes, constituindo uma ferramenta essencial na identificação de tendências e um importante instrumento na determinação do que, salvo acontecimentos históricos extraordinários, aconteceria a uma determinada população se esta ficasse entregue exclusivamente às suas dinâmicas demográficas. Há que não esquecer que às projeções está associado um grau de incerteza que deverá ser atenuado com a construção de vários cenários prováveis.

Recorrendo à metodologia de componentes por coortes e numa tentativa de compreender como será a população futura numa região portuguesa, opta-se por apresentar 3 cenários prováveis e um quarto utilizando o saldo migratório observado na última década.

Consoante os cenários apresentados assume-se uma elevada possibilidade de se verificar uma redução expressiva no número de nascimentos (à exceção do cenário extraordinário), assim como uma diminuição muito expressiva de população jovem, uma perda de população ativa e um aumento substancial da população idosa. Com menos crianças e jovens, a estrutura familiar dominante continuará a ser em média pouco mais do que um filho por casal. A maior parte da população terá mais de 50 anos, aspeto que colocará inúmeros desafios a que a sociedade civil deverá responder.

Os cenários deste exercício prospetivo apontam para a necessidade de implementação de medidas natalistas que garantam a substituição de gerações, bem como o desenvolvimento de políticas públicas adequadas a este aumento previsível de idosos. Por um lado, e dada a complexidade do mundo atual, uma política de apoio à natalidade deve ser assumida como um

verdadeiro desígnio nacional e centrada na família considerando uma vertente fiscal, o binómio trabalho-família, o contexto educação e o domínio saúde. Estes diferentes domínios exigem medidas no sistema fiscal, como por exemplo, redução de IRS, dedução à coleta de despesas de saúde e educação, benefícios no Imposto municipal sobre imóveis (IMI), da taxa de imposto sobre veículos para famílias numerosas, entre outros. No caso do binómio trabalho-família flexibilizar a licença parental e a forma da relação entre empregador-empregado. Valorizar a educação, por exemplo, atuando na vertente custos, nos horários das creches e escolas. Os diferentes domínios devem ser vistos de uma forma integrada, assente numa lógica de compromisso social que possibilite um outro olhar e papel das crianças e jovens na sociedade, considerando um quadro de políticas públicas estáveis num horizonte de médio-longo prazo. Num outro contexto paralelo, sugere-se o reforço de medidas de apoio à população idosa, salientando-se o redimensionamento das estruturas de integração, a resolução do problema da exclusão e isolamento social dos idosos e a necessidade de dignificação do envelhecimento. Em concreto, deve dar-se centralidade à dimensão rendimentos via pensões e outras prestações, isenções e comparticipações, nomeadamente no campo da saúde, aos equipamentos e ao apoio social e ao contexto familiar, procurando articular a vertente do indivíduo, o contexto familiar e a rede de oferta de serviços e cuidados a diferentes níveis (saúde, vida social, inserção em projetos e ações de proximidade), entre outros.

Referências

- Carrilho, M. J. (2005). Metodologia de Cálculo das Projecções Demográficas: Aplicação em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, nº 37, 5-24.
- Cordeiro, A. M. Rochette (Coord.) (2008). *Projecção do Parque Escolar por NUT III a 2013 - NUT Baixo Mondego*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
- Gama, R., Barros, C. e Cordeiro, A. M. R. (2014). Dinâmicas Demográficas, Educação e Desenvolvimento Sustentado na Região Centro (Portugal). In Cordeiro, A. M. Rochette; Alcoforado, Luís; Ferreira, A. Gomes (Coords.) *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*, 79-97. Coimbra: DG-FLUC.
- Hatem, F., Cazes, B., Roubelat, F. (1993). *La Prospective. Pratiques et Méthodes*. Paris: Ed. Económica.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2002). Censos 2001: resultados definitivos - Centro. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2012). Censos 2011 resultados definitivos - Região Centro. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Mendes, M. F., Rosa, M. J. V. (2012). *Projeções 2030 e o Futuro*. Encontro Presente no Futuro. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.

Nazareth, J. M. (1988). *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa: Edições Presença.

Mobilidades em territórios da raia limiana na transição do milénio

Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho

Investigadora CITCEM, elzamaría.carvalho@gmail.com

Sumário: Pretende-se refletir sobre as deslocações dos residentes da bacia do rio Lima influenciados pela fronteira política e o impacto verificado no comportamento do efetivo populacional na transição do milénio.

Palavras-chave: envelhecimento, mobilidade, territórios raianos do Lima.

Abstract: The present study spells out the implications of demography change in the first decade of the 21st Century. The research includes the areas and lands of the Lima hydrological basin directly influenced by the political frontier.

Key words: ageing population, mobility, border areas of the Lima hydrological basin.

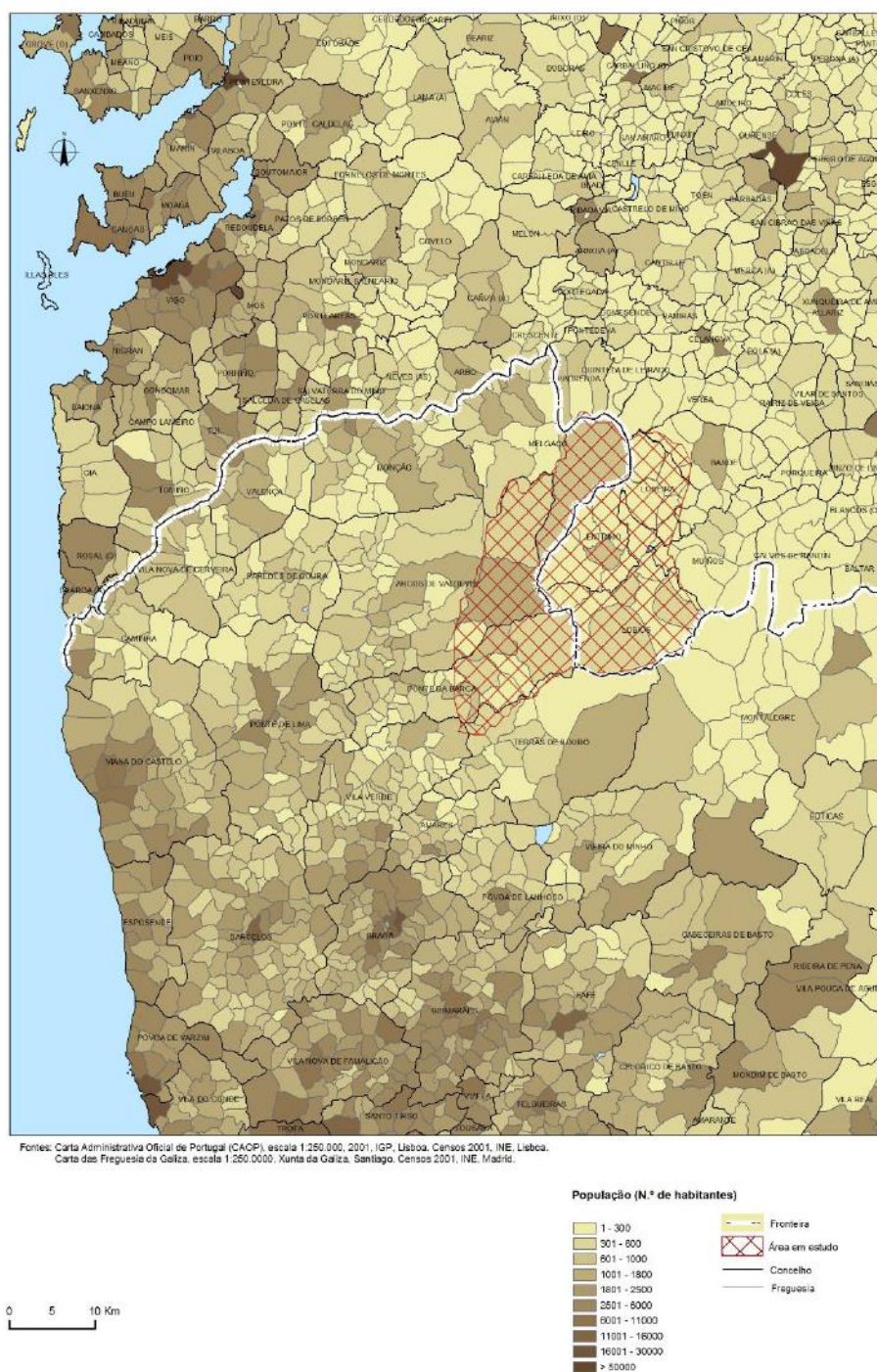
1. Nota introdutória

Residentes num território de *montanha* e de raia, o Lima raiano, (Fig. 1) constituem uma bolsa de mão-de-obra que, a partir dos meados do séc. XX, se deslocalizou para os maiores centros de emprego, nacionais e estrangeiros. Este fluxo de saídas que impacto teve na composição social da população e nas interações espaciais a nível nacional e internacional?

Dividimos o artigo em dois itens principais “O universo dos residentes” e “A mobilidade”.

Enquanto no item “O universo dos residentes” traçamos, em termos globais, o quadro sociodemográfico da população em estudo, no item “A mobilidade” refletimos sobre a demanda de novos lugares, predominantemente integrados nas regiões metropolitanas de Lisboa, Madrid e Barcelona, e em países dos continentes americano e europeu.

**Fig.1 - Lima Raiano: Posicionamento na área envolvente
 segundo o total da população por freguesia (2001)**



Estudar o êxodo rural desencadeado por populações residentes num Lima de raia com abrangência internacional (Carvalho, 2007: 237) implica a crítica de Fontes, nomeadamente as de índole demográfica, pelo facto de Instituições análogas, mas sediadas em países distintos, possuírem normas diferentes na laboração (até à década de oitenta do séc. XX) e na divulgação dos indicadores.

Uma outra dificuldade traduziu-se em não se conseguir dados estatísticos oficiais, pela simples razão que não existem à escala a que trabalhámos, pelo que a investigação se desenvolveu na base dos dados e informações que recolhemos junto da população (2000-2004).

Optámos pelo questionário aplicado a todos os residentes na área lusa, que efetuámos no período de Junho a Novembro do ano de 2000, num total de 4 419 inquéritos diretos, através dos quais obtivemos indicadores inéditos sobre itinerários percorridos e estadias efetuadas em Lisboa, ou, Porto, na longínqua Austrália, ou, Estados Unidos, não descorando a França, Andorra ou Suíça.

Territórios de *montanha* e de raia, com forte perda demográfica que, apesar dos investimentos já efetuados, são de baixa densidade pelo que o seu desenvolvimento sustentado exige outras formas de iniciativas, por exemplo, os investimentos-âncora, que reúnam virtuosamente a agro-silvo-pastorícia e o ambiente, as atividades de carácter artesanal e os serviços, o turismo e o lazer, que despoletarão não só novos polos, os nós de reticulação, como redimensionarão outros centros urbanos, nomeadamente as sedes dos respetivos concelhos (Covas, 2004: 102).

2. O universo dos residentes

Residentes num território *serrano* e de raia (o Lima raiano) que engloba na Galiza os concelhos de Lobios, Entrimo e Lobeira, em Portugal parte dos concelhos de Ponte da Barca (freguesias de Vila Chã, Entre Ambos-os-Rios, Britelo, Germil, Ermida e Lindoso), Arcos de Valdevez (freguesias de Ermelo, Soajo e Gavieira), Melgaço (freguesia de Castro Laboreiro) e Terras do Bouro (freguesia de Cibões) – (Fig. 1).

População residente cujo ritmo de variação foi, nas últimas décadas, acentuadamente negativo, mas com uma matriz sociocultural comum, que lhe confere uma unidade que não se compadece, nem com o movimento do relevo, nem com o limiar político (Tabela 1).

**Tabela 1 - Lima raiano: Ritmo médio de variação do efetivo populacional
 (1900-2001)**

Anos	Efetivo populacional (Milhares)					Taxas Médias de Crescimento aritmético (%)				
	Conteúdo espacial					Conteúdo espacial				
	Galego		Luso		Lima	Galego		Luso		Lima
	Ourense a)	Límia b)	V. Castelo c)	Lima d)	Raiano e)	Ourense a)	Límia b)	V. Castelo c)	Lima d)	Raiano e)
1900	404 311	9 947	218 525	8 002	17 949		0,1	0,7	0,4
1910	411 560	10 212	1,8	0,3
1911	231 668	8 557	18 769	6,0	0,6	0,4
1920	412 460	10 096	230 122	8 387	18 483	0,2	-0,1	-0,7	-0,2	-0,2
1930	426 043	10 833	232 827	8 390	19 223	3,3	0,7	1,2	0,04	0,4
1940	458 272	11 836	261 133	8 865	20 701	7,6	0,9	12,2	0,6	0,8
1950	467 903	10 495	279 486	10 052	20 547	2,1	-1,1	7,0	1,3	-0,1
1960	451 474	10 183	277 748	10 115	20 298	-3,5	-0,3	-0,6	0,1	-0,1
1970	413 733	9 848	250 510	8 210	18 058	-8,1	-0,3	-9,8	-1,9	-1,1
1981	411 339	9 135	256 814	6 164	15 299	-0,6	-0,7	2,5	-2,3	-1,4
1991	354 474	5 839	250 059	5 141	10 980	-13,8	-3,6	-0,3	-1,7	-2,8
2001	338 446	5 062	250 275	4 318	9 380	-4,5	-1,3	0,09	-1,6	-1,5
2001/1900	-16,3	-0,5	14,5	-0,5	-0,5
2001/1940	-26,1	-0,9	-4,2	-0,8	-0,9

a) Província de Ourense; b) Área galega em estudo; c) Distrito de Viana do Castelo; d) Área lusa em estudo; e) As áreas lusa e galega em estudo.

Fontes: *Nomenclatôr de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Poblacion, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991*, Província de Ourense, I.N.E., Madrid; *Censo de Población y Viviendas 2001*, www.ine.es.

Censos da População de Portugal, 1900, 1911, 1920 e 1930, Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa; *Recenseamentos Gerais da População, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Se no período de 1900 a 2001 este Lima raiano perdeu um total de 8 569 residentes (-0,5%), à área portuguesa "pertencem" 3 684 (-0,5%), enquanto à galega 4 885 (-0,5%).

A perda da massa populacional limiana e de raia incidiu, essencialmente nas últimas seis décadas, 11 461 residentes (-0,9%), distribuídos por 4 482 portugueses (-0,8%) e 6 674 galegos (-0,9%), a exemplo do que aconteceu com as unidades territoriais com maior dimensão territorial, o distrito de Viana do Castelo e a província de Ourense.

Embora a tendência evolutiva negativa da população seja similar nas duas comunidades, a lusa e a galega, somos de opinião, que a variação do ritmo demográfico deste Lima raiano é, em certo modo, "determinado" pelo comportamento da população galega, o que se explicará pelo maior efetivo de residentes.

Espaço geográfico que se tipifica por uma quebra acentuada de habitantes, com os idosos a adquirirem um peso forte em relação aos ativos e aos jovens, o que explica o facto de o universo dos reformados ser superior aos residentes com emprego, situação diferente da verificada, quer no distrito de Viana do Castelo, quer na província de Ourense, com valores "mais suaves" (Tabela 2).

Tabela 2 - Lima raiano: Estrutura sociodemográfica da população residente-uma síntese (2001)

Indicadores sociodemográficos	Conteúdo espacial				
	Galego		Luso		Lima raiano e)
	Ourense a)	Límia b)	V. Castelo c)	Lima d)	
População residente com idade entre 25 e 64 anos	169 293	2403	126619	1978	4381
Índice de Dependência Jovem f)	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2
Índice de Dependência de Idosos g)	0,4	0,7	0,3	0,6	0,7
Reformados por 1000 residentes com emprego	845,4	1390,7	655,6	1835,5	1571,1
População sem saber ler nem escrever por 1000 residentes	59,7	88,5	165,2	282,3	176,1
População residente com o Ensino Básico por 1000 residentes	687,7	602,1	556,6	466,7	540,9
População residente com o Ensino Superior por 1000 residentes	81,4	40,9	9,5

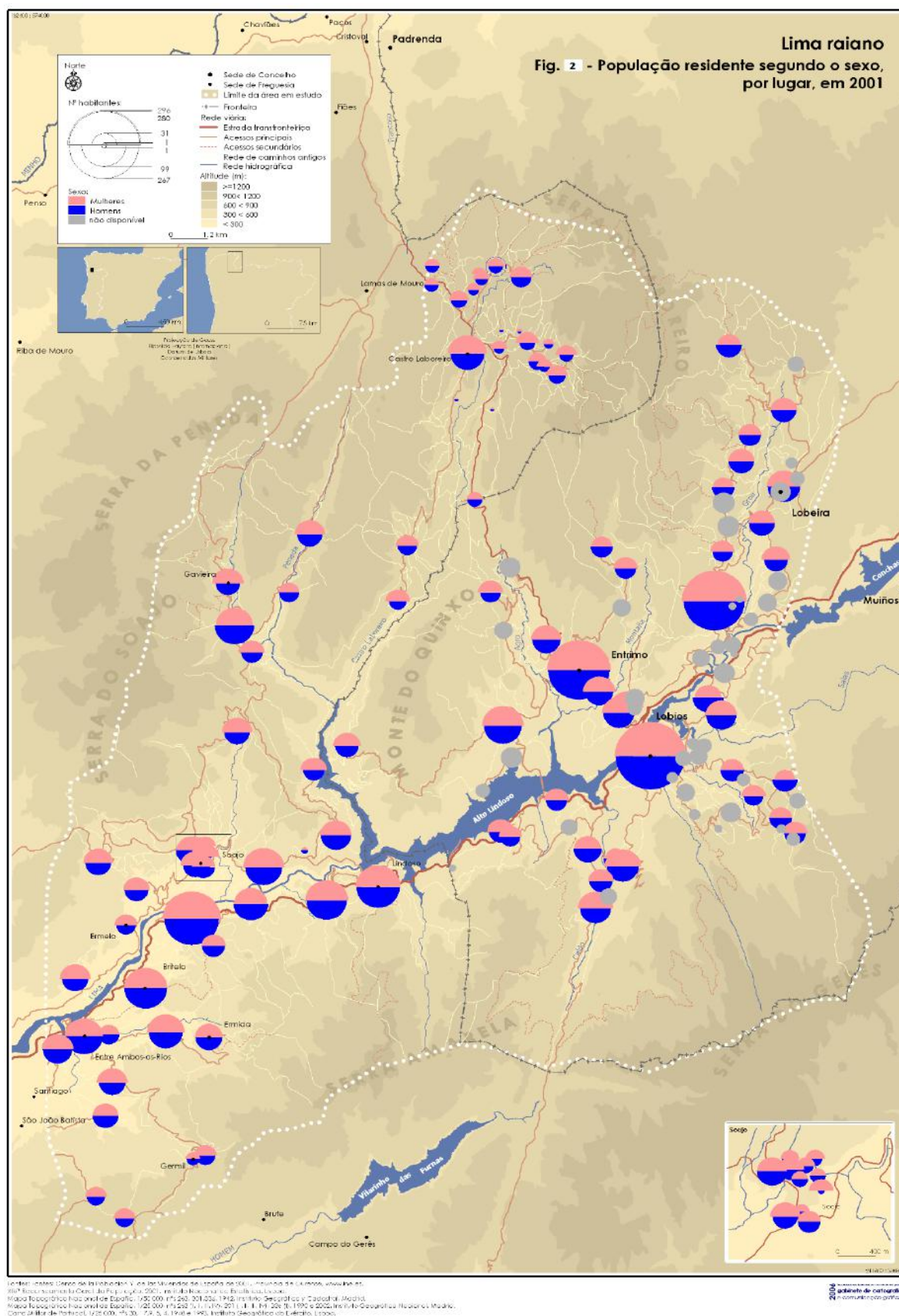
a) Província de Ourense; b) Área galega em estudo; c) Distrito de Viana do Castelo; d) Área lusa em estudo; e) As áreas lusa e galega em estudo; f) população residente com idade inferior a 15 anos relativamente aos residentes com idade entre os 15 e 64 anos; g) população residente com idade superior a 64 anos relativamente aos residentes com idade entre os 15 e 64 anos.

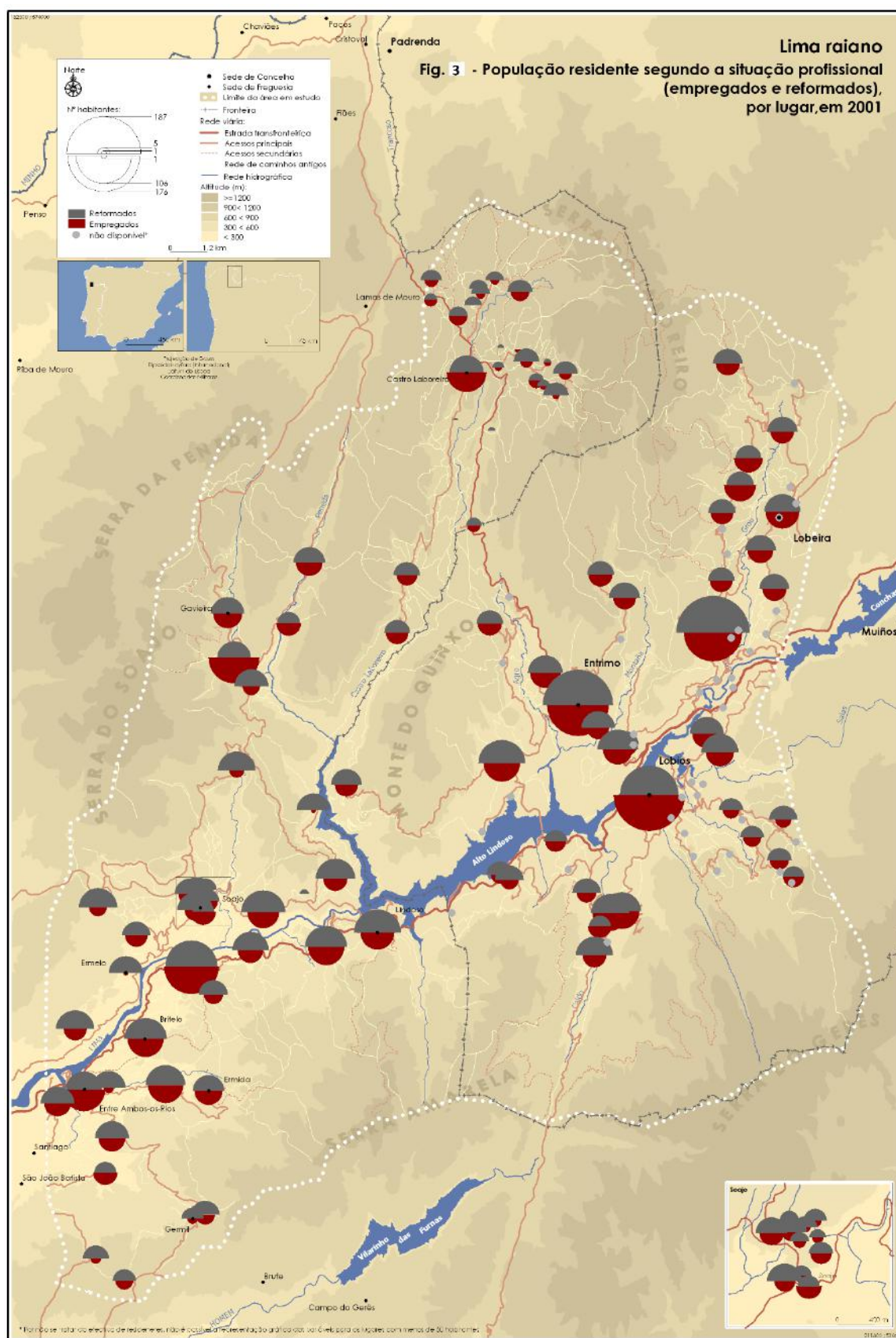
Fontes: *Censo de Población y Viviendas*, 2001, I.N.E., Madrid; *Recenseamento Geral da População*, 2001, I.N.E, Lisboa.

No que diz respeito à iliteracia sobressai a área portuguesa inclusive o distrito de Viana do Castelo, quer pelo índice de analfabetos ser o mais elevado, quer pelo índice de moradores com o Ensino Básico ser o mais baixo, comparativamente com a área da Galiza, que não impede, contudo, que este Lima raiano corresponda a um espaço habitado por pessoas muito pouco qualificadas. Territórios de *montanha* e de fronteira com forte perda demográfica, que é inevitável, pois as oportunidades de emprego são escassas, há que saber geri-los em função das pessoas que lá estão (Cunha, 2004: 31), que têm direito a bens e serviços que lhes proporcionem uma qualidade de vida sustentada.

Do processo de despovoamento sentido nos últimos sessenta anos resultou um conjunto de impactos com forte intensidade sobre os territórios em estudo que, em certa medida, se entenderão pelas características da população residente na transição do milénio.

Comunidades limianas de raia em que "impera" a mulher (Fig. 2). O mesmo se infere (Fig. 3) quando comparámos o grupo dos reformados com os residentes empregados, com exceção para a Vila (Castro Laboreiro), Rouças (Gavieira), Paradamonte (Britelo), Igreja (Entre Ambos-os-Rios), Paradela (Vila Chã) e Lobios (Lobios).



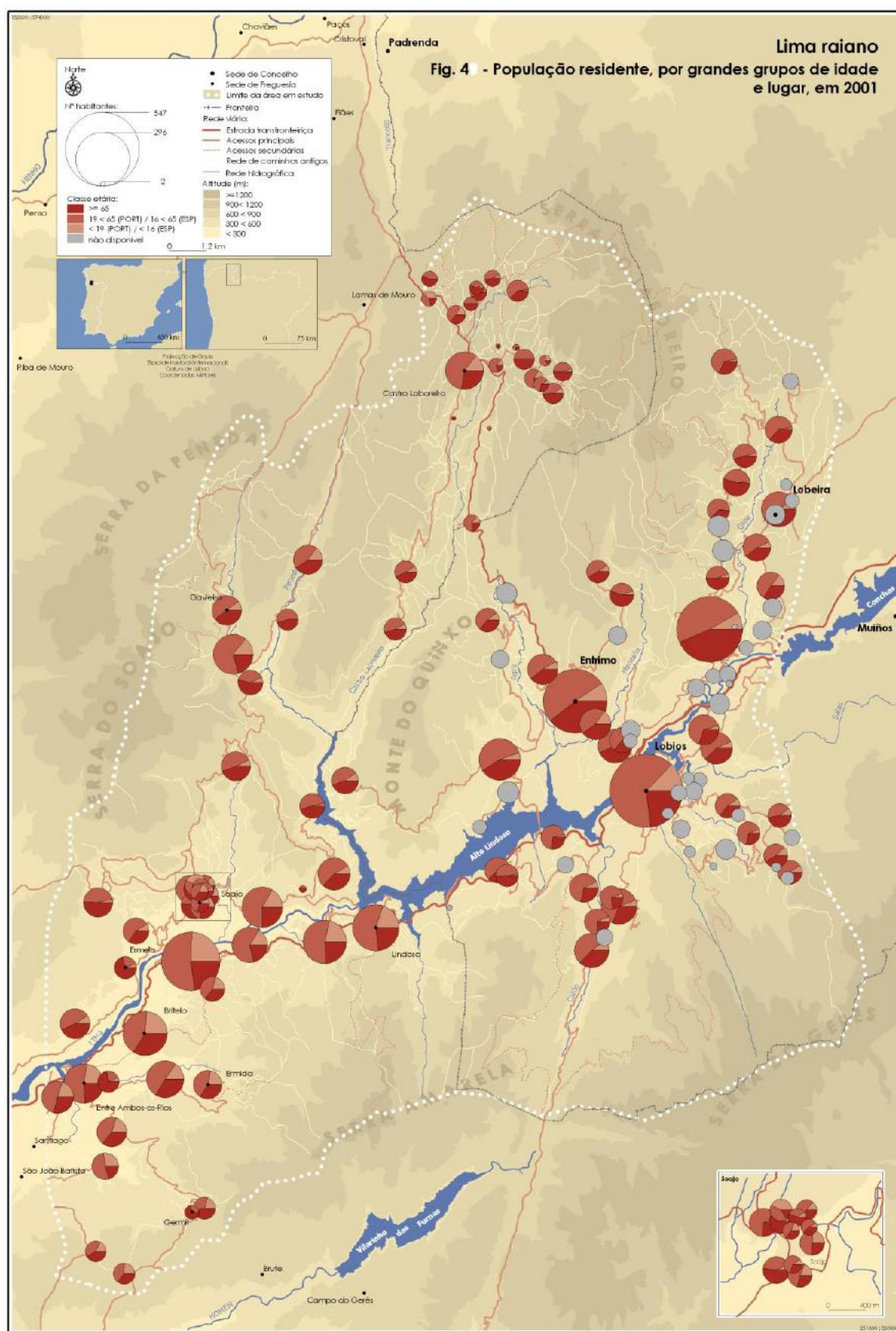


Se uma leitura global e comparativa sobre as duas comunidades, lusa e galega, de acordo com as Fontes utilizadas, não é possível, torna-se, contudo, evidente, que o grupo jovem (Fig. 4) apresenta-se com um "peso" inferior, nomeadamente na Galiza, em relação ao grupo dos idosos. De facto, o peso dos jovens com uma idade inferior aos 16 anos é substancialmente inferior à proporção dos residentes com mais de 65 anos.

Se para as aldeias portuguesas, de um modo global, a proporção dos jovens com idades inferiores a 19 anos não se encontra tão "desequilibrada", é notório, contudo, a sua "fragilidade" perante a importância das idades mais avançadas.

Fenómeno de desequilíbrio de gerações, que explicamos pelo facto de nos encontrarmos perante comunidades atingidas por um forte êxodo rural cujos elementos ao partirem muito jovens viveram o período de vida fértil no exterior, e aqueles que regressaram com carácter definitivo, fizeram-no com idades próximas, ou superiores a cinquenta anos, dedicando-se a maioria, à agro-silvo-pastorícia em moldes tradicionais.

Esboço social que permite, em modos de síntese, recordar que o território em estudo e na primeira década do séc. XXI, enquadra, primordialmente, territórios que atraem e fixam predominantemente os mais idosos, quase sempre, os menos qualificados, mas, com uma elevada percentagem de "agricultores", que subsistem com outros rendimentos (reformas e pensões) provenientes do estrangeiro.



3. A mobilidade

Pelo levantamento que efetuámos, no Verão de 2000, sabemos que a comunidade lusa seria constituída por 7 790 filhos da terra, em que 3 822 (49,1%) residiam no lugar em que nasceram, enquanto 3 968 (50,9%) se encontravam distribuídos pelos mais variados lugares. Assim, 299 limianos (7,5%) fixaram-se em lugares inseridos no concelho da naturalidade, 844 (21,3%) dispersaram-se pelos concelhos do País e 2 825 (71,2%) residiam no estrangeiro.

Perante o quadro um conjunto de questões colocámos. Que trajetórias de vida envolvem os limianos de raia da segunda metade do séc. XX? Onde se encontram? Que repercussões no tecido social de 2000 e na reorganização territorial?

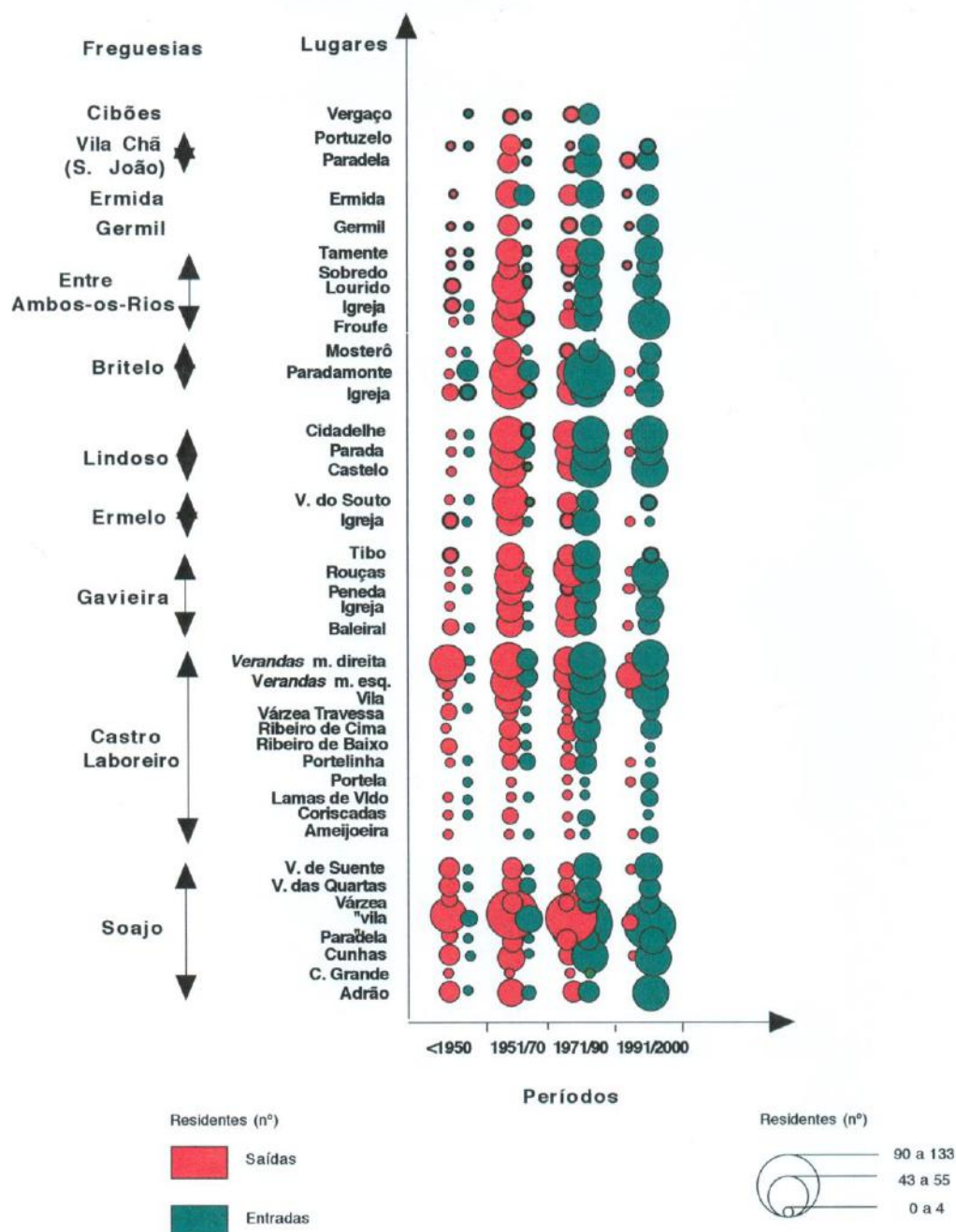
Numa primeira abordagem, facilmente se constata que o período em que se intensificaram os fluxos de saída tem uma amplitude, sensivelmente de três a quatro décadas, com o início nos anos cinquenta, apesar da intensidade máxima ter sido atingida nas décadas de sessenta e setenta do séc. XX, para infletir, de modo indiscutível, nos últimos dez a vinte anos do mesmo século (Fig. 5). Se poderemos inferir, que a maioria dos limianos lusos de raia participante nas primeiras saídas fê-lo com o pensamento no regresso (Fig. 6) existem aqueles que, em 2000, ainda permaneciam no exterior (Fig. 7).

O limiano de raia partia muito jovem, salientando-se os "primeiros" rapazes, em que um número significativo o fez com idade inferior a dezasseis anos, contrariamente à mulher que, por princípio, realizou a primeira saída com idade superior aos dezoito anos, registando-se o maior fluxo feminino nas décadas de setenta e oitenta.

As décadas de setenta e de oitenta, marcam a "viragem" nas migrações europeias dos meados do séc. XX, em que o trabalhador dos anos sessenta, predominantemente do sexo masculino e afastado da família, "dá lugar" à reunificação familiar, assistindo-se, nos finais do mesmo século, por parte das entidades responsáveis, a uma preocupação em estabilizar os trabalhadores estrangeiros residentes, ao integrar a população estrangeira que permanece, nomeadamente as gerações mais novas, e ao apoiar o retorno daqueles que pretendem regressar com carácter definitivo.

Fig. 5 - Lima raiano luso

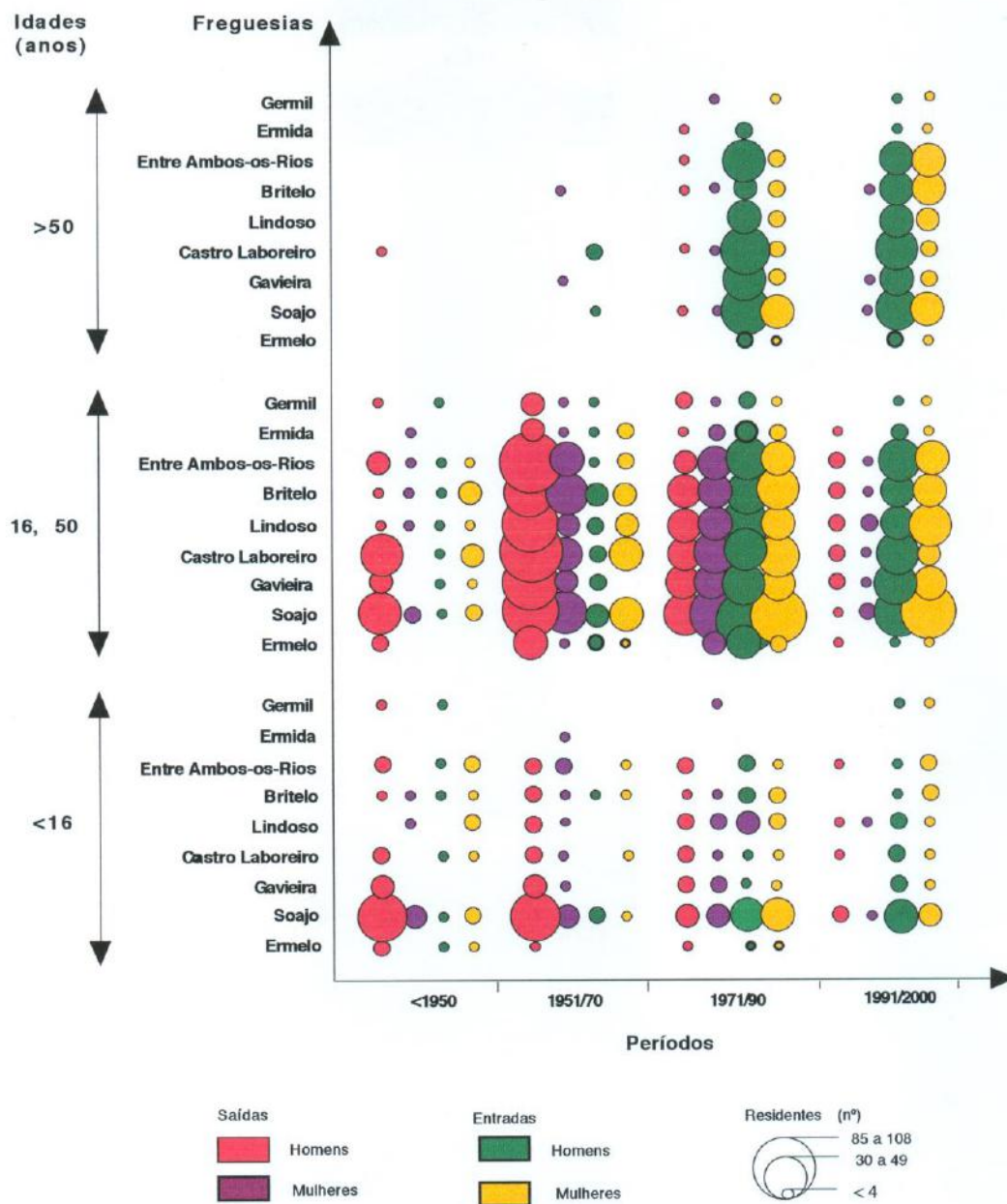
Períodos das saídas e entradas da população residente, por lugar, em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora de Junho a Novembro de 2000

Fig. 6 - Lima raiano luso

Períodos das deslocações dos residentes, segundo a freguesia, grupos de idade e género, no séc. XX



Fonte: Levantamento efectuado pela autora de junho a Novembro de 2000.

Fig. 7 - Lima raiano luso



Por estas razões, todas exógenas ao país exportador de mão-de-obra, se compreende a participação mais tardia da mulher, que, quando a confrontávamos com os motivos da sua saída, sempre se justificou com razões, aparentemente tão evidentes, como o casamento, ou, os familiares, nomeadamente o progenitor e irmãos que, por já se encontrarem no exterior, lhe garantia a estabilidade e segurança de que necessitava.

Do mesmo modo, se compreende o êxodo dos menores com idades inferiores a dez e onze anos.

A mulher, em termos comparativos com os indivíduos do sexo masculino, não só participou no êxodo mais tarde, predominantemente, nos finais da década de setenta e anos oitenta, com idade mais "avançada", como, quando regressou com carácter definitivo, fê-lo *grosso modo* após um período de estadia menos prolongado no exterior (Fig. 7).

As idades superiores a quarenta e cinquenta anos, independentemente do sexo, como é admissível, são "proibitivas" para o êxodo, com exceção para os progenitores, sempre idosos, que optam, por causa da viuvez, ou, por razões de saúde, por residirem com os descendentes, que estão ausentes, e fugirem à solidão das noites longas dos invernos rigorosos da *montanha* (Figs. 6 e 7).

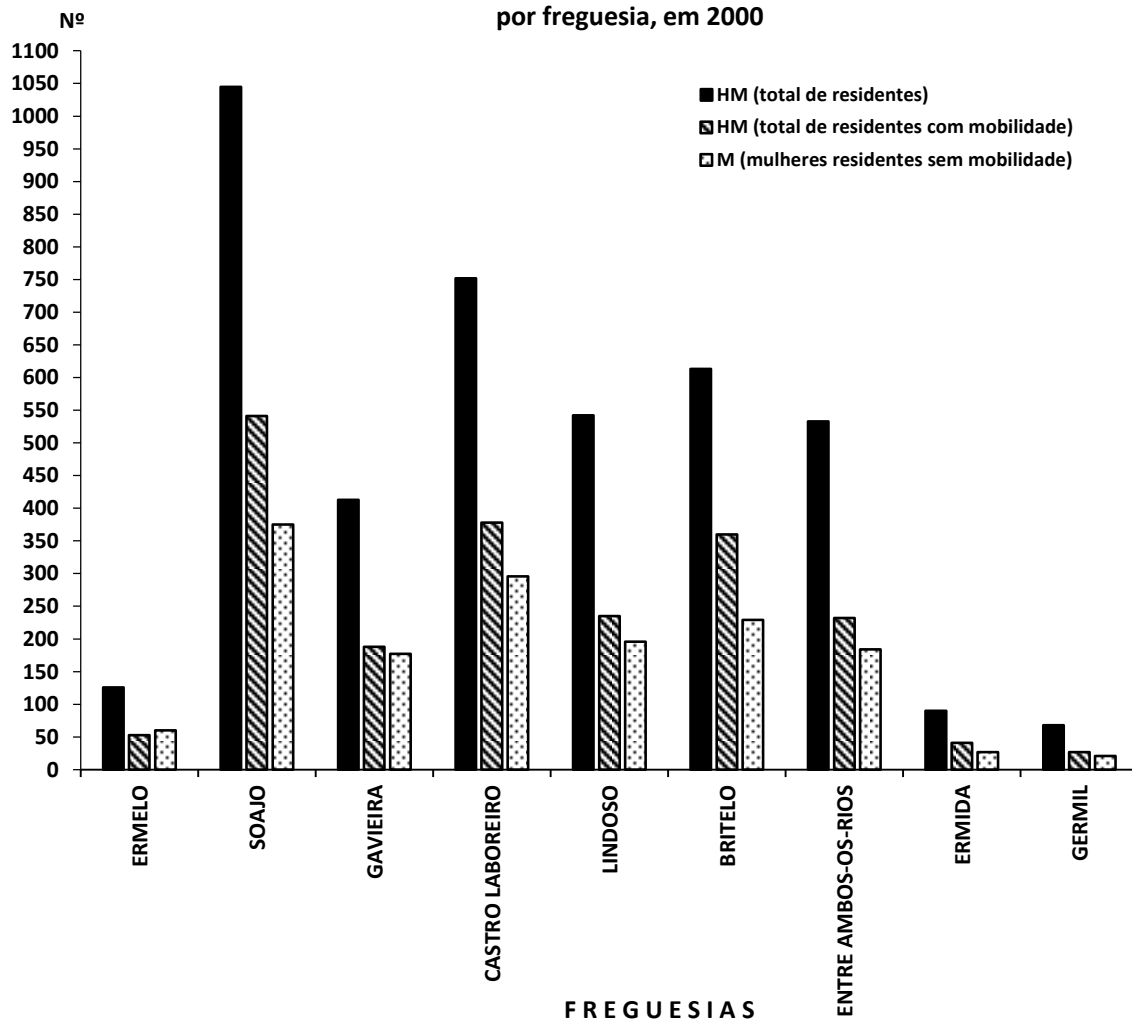
Se atendermos à evolução do fluxo de entrada, que em muito se reduziu na década de noventa, inferimos que a decisão em regressar entusiasma aqueles que foram os primeiros na decisão em procurar novos rumos.

Justifica-se as entradas para os indivíduos menores de 16 anos, pelo facto de se incluírem na segunda geração que, ou, partiu muito cedo, por vezes, ainda na fase da amamentação, devido à saída da mãe, ou, nasceu no exterior e fixa-se pela primeira vez em território luso.

Entradas com carácter definitivo, que em muito contribuíram na recomposição do quadro demográfico e social das aldeias, de certo modo, *sui generis*, pois constata-se que adquirem significado os habitantes maiores de quarenta a cinquenta anos, além da nova tecnologia simbolizada no trator potente que, por vezes, não consegue trabalhar nas parcelas de dimensões tão reduzidas, o que se reflete na reorganização territorial.

Residentes de um Lima raiano com histórias de vida passadas longe da aldeia, que, juntamente com os elementos femininos que sempre viveram e trabalharam na *terra*, constituem os dois principais grupos no efetivo demográfico (Fig. 8).

Fig. 8 - Lima raiano luso: O peso das mulheres sem mobilidade na população residente, por freguesia, em 2000



Fonte: Levantamento efetuado pela autora entre Junho a Novembro de 2000.

Se a proporção das mulheres, que sempre residiram na aldeia, atinge, em comparação com o "peso" dos indivíduos regressados, valores mais modestos, constitui, apesar de tudo, em cada aldeia uma "fração" não inferior a 30 e 35%, mas, nunca ultrapassando os 55 a 60% da totalidade dos residentes, o que nos permite salientar a importância do contributo feminino na "sobrevivência" dos modos de vida seculares, como o da agro-pastorícia.

Já em relação à população galega, residiria em França e na primeira década do século XXI, um efetivo relativamente reduzido, em virtude da grande maioria já ter regressado porque já estava

reformada, ou, porque entendeu ser-lhe mais favorável usufruir dos programas de apoio ao retorno implementados a partir da década de setenta do séc. XX.

Enquanto os mais velhos usufruem a pensão de reforma, os mais jovens, em plena idade ativa, conseguiram um emprego, quase sempre nos serviços sediados em Ourense, em menor número em Pontevedra e em Vigo, tendo em comum a "particularidade" de não "esquecerem" os fins-de-semana na casa da aldeia, construída de novo, ou totalmente renovada.

Comportamento muito semelhante tiveram aqueles que optaram por Barcelona. Para Barcelona, verificou-se dois períodos de êxodo intenso, nas décadas de cinquenta e de oitenta. Os intervenientes no êxodo dos anos cinquenta já se encontram reformados, residem, maioritariamente em Ourense, têm casa neste Lima raiano, onde vêm passar os fins-de-semana, enquanto os mais jovens, que se encontram em plena fase de trabalho, vêm, a exemplo dos emigrantes em França, passar o mês de férias de Verão.

Pelas conversas numerosas que encetamos, quer com residentes em Ourense, Vigo e, mesmo, Madrid, em férias de Verão, quer com os habitantes da área em estudo, ficamos cientes que, na primeira década do séc. XXI, Ourense funciona como um dos polos importantes de fixação dos naturais de este Lima raiano galego, tanto para os reformados como para o elevado número de ativos, nomeadamente os ex-emigrantes da França, que regressaram em plena idade laboral, como para os mais jovens que nunca emigraram.

Os "menores de trinta anos", quando iniciaram o período ativo não sentiram a necessidade em emigrar, nem em se deslocarem para Barcelona, ou, Madrid e, mesmo, para Bilbao, pois o mercado de trabalho à escala regional, já, era atrativo, quer em Ourense, quer em Pontevedra, nas novas cinturas industriais dos núcleos urbanos, como Vigo e Porriño, por exemplo.

A comunidade galega em estudo, em 2000-2004, encontrava-se maioritariamente distribuída pela Venezuela, França, Barcelona e com um "certo peso" em Ourense.

Diremos que, no Lima raiano, o volume de regressos verificados na última década do séc. XX explica, de certo modo, não só a variação da população em 2001, como a "a idade adulta" dos residentes.

A tendência positiva na proporção dos residentes a auferirem uma pensão de reforma será uma constante nos próximos anos, enquanto os jovens em busca do primeiro emprego optam pelos centros urbanos nacionais e, ou, estrangeiros.

Quadro demográfico e social que, se por um lado justifica, em 2001, o predomínio dos alojamentos com uma ocupação sazonal, por outro, reflete a mobilidade registada na segunda metade do séc. XX.

4. Perspetivas de um amanhã

Se são factos, aparentemente adquiridos, que as estruturas profissionais e sociais de qualquer comunidade vão-se transformando no tempo e no espaço pela mobilidade socioprofissional e social entre gerações, que a posição social de um indivíduo estará não só fortemente dependente da sua origem familiar, como, em certa medida, da sua origem geográfica, que residentes povoarão este Lima raiano nas próximas décadas?

Em 2000, a renovação de gerações encontrava-se comprometida, grande parte dos naturais limianos, a segunda geração, residia no exterior, os seus descendentes tinham, maioritariamente, naturalidade estrangeira, além de estarem imbuídos pela instrução e cultura das comunidades que os acolheram, então, como entenderão estas gerações a *terra* dos progenitores?

Encontramo-nos perante paisagens e espaços, que entendemos poder designar de institucionalizados, em virtude da sobrevivência em muito depender dos subsídios (por exemplo, os subsídios recorrentes das *Indemnizações Compensatórias*, ou, das compensações a fundo perdido e no âmbito comunitário) e das transferências orçamentais, que encontram o seu *terminus* nas Autarquias, as Câmaras e Juntas de Freguesia, com tendência para reduções acentuadas em função, também, das consequências da globalização, que não se compadece com os custos de oportunidade dos recursos escassos (Carvalho, 2007: 790). Por outro lado, o investimento privado, externo, ou, mesmo interno, em pequenas, ou, médias atividades, defronta-se com elevados custos de contexto e de rede, o que levanta problemas sérios de crescimento, caso nos esqueçamos que vivemos numa sociedade da informação e do conhecimento, em que a distância e a escala poderão ser contrabalançadas pela informação e reticulação.

Apesar dos constrangimentos, entendemos que a habitabilidade de estas aldeias e o reordenamento territorial, num amanhã não muito longínquo, dependerá de uma conjugação de esforços, que enveredem, por um lado, na captação de adultos de meia-idade, residentes no exterior, mas cujas raízes remontam ao Lima raiano, por outro, na atração de gente jovem limiana e oriunda de outros lugares, nacionais e estrangeiros, com um grau de instrução elevado, licenciados e pós-graduados, por natureza abertos à mudança e disponíveis para aceitarem desafios inovadores, suficientemente atrativos e com perspectivas válidas de sucesso. E porquê?

Quando refletimos sobre as amenidades de este Lima raiano e sobre os evidentes sinais de procura, no âmbito do turismo e do lazer, questionamos em que medida nos encontramos no advento de uma nova economia limiana de raia, ou seja, uma “economia reticular de baixa densidade” (Covas, 2004: 161-163) suportada na oferta de produtos endógenos e complementares.

Contudo, estes espaços de *montanha* e de raia só serão atrativos para uma mão-de-obra jovem e informada, quando projetos de desenvolvimento apostarem no surgimento de espaços reticulados, que contrabalançam a distância pela informação, e ao integrarem-se numa outra área bem organizada, que dependerá, impreterivelmente, de uma nova política regional, a que integre o Noroeste Peninsular, surgindo, então, paisagens e espaços limianos e de fronteira projetados à escala internacional, um dos grandes desafios da sociedade do conhecimento do séc. XXI.

Referências bibliográficas

Carvalho, E. M. G. R. (2007) - *Lima Internacional: Paisagens e Espaços de Fronteira*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Tese de doutoramento.

Covas, A. (2004) – *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural: Temas e Problemas*. Lisboa: Ed. Colibri.

Cunha, A. (2004) - *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*. Coimbra: Liv. Almedina.

**A dança como estratégia de inclusão de jovens portugueses ciganos em contexto escolar.
Uma experiência no Vale da Amoreira, concelho da Moita.**

Carina Neves

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nevescarina@yahoo.com

Dulce Pimentel

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS.NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas -
Universidade Nova de Lisboa, dpimentel@fcsb.unl.pt

Lurdes Nicolau

CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia, lurdesnicolau@hotmail.com

Sumário: O objetivo deste trabalho é dar a conhecer os resultados de um projeto realizado com a comunidade cigana, em que a dança foi utilizada como prática inclusiva de jovens portugueses ciganos em contexto escolar.

A investigação seguiu uma metodologia qualitativa, tendo sido realizadas entrevistas a alunos e pais de etnia cigana e a professores de uma escola do Vale da Amoreira, no município da Moita.

A dança tornou-se uma importante estratégia, permitindo quebrar as barreiras do preconceito e criar pontes de diálogo e conhecimento entre a escola, ciganos e não-ciganos.

Palavras-chave: ciganos, escola, dança, ensino, inclusão

Abstract. The main goal of this paper is to present the results of a project with the Roma community, where the dance was used as an inclusive practice of Portuguese Roma students in schools. The research followed a qualitative method, with interviews to Roma parents and students and their teachers in the Vale da Amoreira school, municipality of Moita. The dance has become an important strategy to break the barriers of prejudice and to build bridges of dialogue and understanding between the school community, Roma and non-Roma people.

Keywords: Roma, school, dance, education, social inclusion

Introdução

O passado histórico da etnia cigana e as políticas de repressão a que os ciganos foram sujeitos revelam-se na discriminação e marginalização de que continuam a ser alvo, sendo frequentemente isolados da sociedade maioritária. Assim, *"apesar das transformações sociais que têm ocorrido e de*

algumas melhorias na situação dos ciganos, há ainda uma série de fatores que concorrem para uma grande resistência à sua integração: exclusão social, discriminação, dificuldade de mobilização, resistência à escolarização, perda de recursos económicos, profissões tradicionais em declínio e obediência a regras internas muito fortes" (ENICC, 2013:10).

O presente trabalho tem como objetivo compreender de que forma a dança pode contribuir para a inclusão social na escola, através da nossa experiência profissional no Agrupamento de Escolas do Vale da Amoreira, integrada no programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP2), e que decorreu no período entre 2008 e 2011. Esta experiência permitiu conhecer de perto a cultura cigana e criar estratégias de inclusão social para alguns alunos desta etnia em contexto escolar. O programa TEIP 2 surgiu como uma política educativa a ser desenvolvida em contextos onde predominam minorias étnicas, com o objetivo de promover a inclusão social. O projeto "Dança Cigana" surge como resposta a este objetivo, pois permitiu trabalhar a interação entre culturas e o sentido de pertença da etnia cigana no contexto escolar.

Apesar de existirem vários estudos sobre os ciganos em Portugal e se assistir nas últimas décadas a uma crescente produção científica, principalmente através de dissertações de mestrado e teses de doutoramento, a Dança como técnica e meio para a inclusão dos jovens ciganos constitui uma abordagem inovadora. Consideramos, por isso, relevante expor a nossa experiência no Vale da Amoreira (município da Moita), na esperança de que possa ser vista como uma prática de inclusão da etnia cigana, a ser implementada noutros contextos escolares (Neves, 2015).

No Vale da Amoreira residem cerca de 9864 habitantes (Censos 2011) de diversas nacionalidades, maioritariamente provenientes das ex-colónias africanas. É um território marcado pela discriminação e segregação social, pois nesta área acumulam-se fatores sociais e urbanísticos geradores de fortes assimetrias, de fragmentação territorial e exclusão social.

A juventude da população pode constituir um factor de dinamismo local, no entanto as taxas de insucesso e abandono escolar bastante elevadas são, frequentemente, apontadas como elementos penalizadores dessa dinâmica (Iniciativa Bairros Críticos, 2006). Muitos destes jovens procuram manifestar a sua expressão artística e cultural, não só através da sua cultura de origem, *"mas também por processos de catarse em relação à sociedade de acolhimento, actividades que podem ser essenciais para a sua representação enquanto grupo, auto-estima e aquisição de competências, desde que se utilize a engenharia dos instrumentos de inclusão de modo a que essas competências e saberes possam ser certificados"* (Guterres, 2012 cit. In Mendes. et al., 2012:78). Neste território coabitam diversas nacionalidades provenientes das ex-colónias que marcam a sua

cultura através das artes. Todavia, ao contrário de outros grupos de jovens, a etnia cigana não manifestava a sua expressão artística (dança e música cigana) até à implementação deste projeto de "Dança Cigana" no AVEVA, em que os jovens foram os principais impulsionadores com o apoio e orientação da equipa de animação sociocultural.

A ideia deste projeto foi recebida positivamente pelos encarregados de educação. A proximidade e confiança com a equipa de Animação Sociocultural revelou-se, desde logo, através da autorização da participação dos seus educandos em todas as actividades relacionadas com a dança.

Os ciganos na escola: integração pela dança

As representações sociais e mentais sobre os ciganos têm sido alimentadas por políticas de negação e um passado histórico de rejeição do povo cigano que marcam a sua situação de pobreza e de marginalização, condicionando a sua resistência ao sistema escolar (Nunes, 1996; Enguita, 1999).

As crianças e jovens portugueses ciganos defrontam-se com uma linguagem distinta entre a educação escolar e familiar, o que influencia, negativamente a capacidade de adquirir competências que permitam o seu sucesso escolar. O choque de valores acaba por surgir, pois encontram na escola uma instituição que é formada pela cultura dominante e onde o significado de autoridade difere da do seu contexto familiar. A relação de autoridade na família cigana está centrada numa hierarquia de género e de idade, como por exemplo o predomínio dos homens sobre as mulheres, enquanto que no contexto escolar esta relação de autoridade assenta num padrão cultural (Enguita, 1999).

A falta de flexibilidade e abertura por parte do sistema educativo a diferentes culturas é visível, uma vez que pouco se consideram nos currículos escolares. Concretamente, no que diz respeito aos jovens ciganos, não se valorizam as suas capacidades e aprendizagens, sendo acusados de não obterem sucesso no seu percurso escolar, de viverem permanentemente de ajudas sociais e de não contribuírem para o desenvolvimento do país. Jean-Pierre Liégeois (1986) refere que "*(...) Para que o reconhecimento, a compreensão e o respeito, simultaneamente pelos desejos dos pais e pela qualidade da cultura, possam exprimir-se plenamente, falta ainda que a instituição escolar dê mostras de flexibilidade, nas suas estruturas e no seu funcionamento. A flexibilidade deverá permitir que culturas diferentes se expressem de formas diferentes (...)*" (Liégeois, 2001: 223). Fazendo a correspondência da situação descrita com a da etnia cigana,

podemos afirmar que os baixos níveis de escolarização se devem, em grande parte, à exclusão social e económica, uma vez que o preconceito, a discriminação e desconfiança ainda persistem por parte da entidade escolar e dos portugueses não ciganos.

A comunidade cigana continua a viver numa situação de pobreza e marginalidade e limitada no acesso à habitação devido à sua situação económica. A constituição e localização dos bairros sociais acabam por segregar, condicionando também a integração e o próprio acesso à escola. Relativamente à discriminação na educação, verifica-se que as escolas portuguesas ainda têm dificuldade em dar respostas à diferença, existindo preconceito e discriminação em relação aos valores culturais da etnia cigana.

A manutenção de valores e o papel das mulheres no suporte aos membros da família na etnia cigana contribuem para um maior abandono escolar por parte das raparigas. Esta realidade deve-se ao precoce casamento na adolescência e também porque a mulher é a guardiã da etnia, é responsável pelos irmãos mais novos e pelos filhos, e cuida da casa.

Como pudemos constatar, o controlo constante da família sobre as raparigas ciganas era muitas vezes um entrave para estas frequentarem os ensaios do grupo de dança e participarem nas atuações para a comunidade. Este controlo está associado à “lei cigana” com a qual os ciganos são confrontados desde que nascem, pois constitui a imagem que a comunidade e /ou família tem de si própria. A “lei cigana” está relacionada *"com a sexualidade, o luto e as desavenças entre raças diferentes (...) o interesse em controlar a sexualidade feminina, submetendo a raparigas solteiras a uma vigilância apertada, impedindo-as de se encontrarem a sós com os rapazes, sob pena de ficarem marcadas e porem em risco o seu casamento"* (Lopes, 2008: 70-75). Deste modo verifica-se que a preservação e o receio de perder a etnicidade fazem resistir à frequência da escola (Caré, 2010). Esta também se deve ao desconhecimento que gera desconfiança em ambas as partes que só poderá ser ultrapassada se existir uma mediação e diálogo intercultural para que se construa uma confiança inter-étnica.

Segundo Jean-Pierre Liégeois *"o futuro das comunidades ciganas depende, em grande parte, das modalidades de escolarização das suas crianças, tanto no domínio social como no domínio económico, a adaptação ativa ao ambiente em que vivem parece, hoje, passar pela aquisição de elementos de base que permitam analisar e compreender uma realidade em mutação"* (Liégeois, 2001: 21). O autor parte do princípio que as transformações económicas, sociais e políticas que ocorreram no século XX foram bastante profundas obrigando os ciganos a desenvolver novos meios de adaptação, a uma escolaridade “forçada”, adaptando-se e integrando aspetos da cultura

maioritária. Muitos hoje consideram a escola necessária na vida das suas crianças, algo importante para a sua integração, mas ao mesmo tempo manifestam o desejo de preservar a sua identidade étnica.

No estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa, Daniel Seabra Lopes (Lopes, 2008), confronta-se com opiniões diversas em relação à escola por parte dos ciganos: uns encaram-na como não sendo necessária, já que tendo a sua fonte de rendimento consideram que não precisam ir à escola, vendo nela até uma ameaça à etnia cigana; outros têm desejo que os seus filhos estudem para terem uma vida melhor que os pais. No entanto, a maioria não encara a escola como um local de aprendizagem mas sim de obrigação, uma imposição pelo facto de receberem o Rendimento Social de Inserção (RSI). Esta condição obrigatória veio determinar o regresso à escola de muitos ciganos adultos e também jovens que haviam abandonado precocemente o ensino.

Contudo, Lopes (2008), referindo-se ao impacto do RSI nos portugueses ciganos do bairro Assunção, considera que a expectativa em relação à escolarização destas comunidades era maior do que a realidade comprovou.

No Vale da Amoreira observa-se, nos últimos anos, um aumento do número de crianças ciganas escolarizadas inscritas no 1º ciclo, sendo também crescente a procura em creches e jardins de infância. Isto mesmo nos foi confirmado por professores do AVEVA que destacaram uma certa alteração no modo como as famílias passaram a considerar a escolarização dos seus filhos e a influência que o projeto “Dança Cigana” terá tido no esbater da desconfiança e resistência à escola.

" (...) nos alunos do pré-escolar que já vêm à escola. Esse trabalho que foi feito em muito pode ter contribuído para esta procura e para esta imagem, pois percebem que a escola é aqui um pólo.". Docente P6

" E a prova desse trabalho é que os frutos estão a ser colhidos agora. Nessa altura quando vocês trabalharam com elas, muito desses alunos que eram mais pequeninos e que agora já estão cá e outros hão de vir, se perceberem esse trabalho. Inclusive os encarregados de educação, que não tinham problema nenhum em deixar os miúdos com a escola e confiavam plenamente no trabalho que era feito. Inclusive nas visitas de estudo, que não é muito normal deixarem os meninos ir em visitas de estudo e com a escola têm ido." Docente P6

A dança pode surgir como uma estratégia, que ajuda a promover o autoconhecimento e o diálogo com o outro, valorizando a sua identidade e aumentando a auto-estima. Estes fatores consideram-se importantes na construção da personalidade da criança e do jovem, podendo potencializar a interação social.

A liberdade de expressão e comunicação conseguida através da arte permite ao indivíduo uma capacidade transformadora e criativa, tal como refere Rosirene dos Santos (2002), "*(...) Na arte não existe "a solução"; a arte leva o homem a conhecer a realidade a partir da mediação subjectiva e da experiência do sensível. Inserida na escola, poderá ser desenvolvida de maneira que cada gesto e movimento possuam significados e significantes, e que haja relações entre o sentir, o pensar e o agir, no tempo e espaço conquistados. Com isso, a dança deve privilegiar a expressividade dos alunos, estimulando-os a construir conhecimentos através da criatividade*" (Santos e Figueiredo, 2002:110)

O projeto "Dança Cigana" desenvolvido no Agrupamento Vertical de Escolas do Vale da Amoreira permitiu trabalhar a interação entre culturas e o sentido de pertença da etnia cigana no contexto escolar, ou seja, além de se tornar num instrumento de diálogo, também privilegiou a representação cultural.

O reforço positivo, que se conseguiu através da dança, teve como objetivo valorizar a cultura cigana e a comunidade do Vale da Amoreira criando uma imagem positivada mesma, como foi constatado na comunidade educativa.

" (...) E a dança mostrava uma boa prática de inclusão, sem dúvida. Se havia o grupo de dança cigana e se eles trabalhavam na escola e desenvolviam aqui as suas actividades e outros também participavam, também estavam presentes, logo daí se percebe que a inclusão estava presente." Docente P6

De acordo com Jean-Pierre Liégeois "*para a comunidade cigana, a educação valoriza e torna mais positiva a imagem ainda demasiado frequentemente negativa e estereotipada que os outros dela fazem; aprender em conjunto, aprender com os outros e aprender sobre os outros conduz ao conhecimento e à compreensão, que fazem parte do respeito*" (Liégeois, 2001: 17).

Para facilitar a inclusão social é necessário promover a valorização, o respeito e a aceitação do «outro» e a dança tem essa potencialidade num espaço privilegiado que é a escola. Valorizar a comunidade cigana através da dança facilita o sentido de pertença e proximidade com a escola.

" (...) E nós gostávamos mesmo que a dança continuasse. Para verem também que sabemos fazer algo, não é só aquilo que as pessoas dizem, que o cigano rouba, que o cigano mata... É só para mostrar às pessoas que não é assim." Encarregado de Educação EE4

O trabalho de mediação que a equipa de animação sociocultural estabeleceu, ao longo dos quatro anos letivos de intervenção no programa TEIP2, traduziu-se no fortalecimento da confiança e proximidade da etnia cigana com a escola. Este trabalho de mediação permitiu conhecer melhor a cultura cigana e ajudou a definir formas de fazer aumentar o seu interesse pela escola.

" Foi um trabalho positivo. Faz um bocado a ponte da cultura deles para dentro da escola. E como é uma coisa que eles também gostam, acho que foi positivo. Todos os projectos que fizeram foram bons e, como já disse, é pena ter acabado... Eu até tive alunas minhas nesse projecto e vi nelas interesse. E andavam empenhadas e motivadas para aquilo. E acho que sim, que foi muito positivo para elas e para a escola também." Professor P1

Entendemos que ao valorizar a sua cultura através da dança foi também ouvir e compreender a etnia, principalmente no que diz respeito ao controlo familiar perante as raparigas. A aceitação e acolhimento fortaleceu o sentimento de confiança, que neste caso foi a base e a principal razão para que a sua permanência e gosto pela escola crescesse.

" (...) Eram os cantares e as danças ciganas que fazia que houvesse maior proximidade da etnia com a escola, não só porque faziam espectáculos e a etnia estava lá... e eu acho que envolveu, e os pais foram mais tolerantes, porque a maior parte dos membros eram meninas e os pais chegaram a deixá-las a ir convosco para determinados sítios, coisa que eu acho que jamais era impensável isso acontecer... Eu sei que as famílias iam atrás também, não era? " Professor P2

A escola deve ser um lugar onde se cultiva o bem-estar social, onde o sentimento de pertença e identidade têm de estar presentes, a dança funcionou como estratégia para cimentar esse sentimento e permitiu que alunos e respetivas famílias frequentassem e participassem cada vez mais nas atividades que a escola promovia. Professores e encarregados de educação reforçam a importância deste trabalho de mediação, tendo a confiança que se estabeleceu entre a escola e as famílias ciganas impulsionado a valorização de ambas o que contribuiu para os bons resultados deste projeto.

Programas e medidas no âmbito da educação

A escola confronta-se hoje com várias mudanças sociais aliadas a fenómenos de exclusão e desigualdades que estão inteiramente ligadas a políticas elitistas que manipulam e criam

sociedades massificadas, assistindo-se a uma democracia que exclui os indivíduos mais fragilizados. Deparamo-nos com uma crise escolar associada a uma crise de estado-nação, estando as desigualdades e a exclusão social patentes nos bairros sociais das zonas suburbanas das grandes cidades, como é o caso do Vale da Amoreira. Também aqui as problemáticas sociais e económicas são visíveis, desde o desemprego e trabalho precário às políticas de urbanização mal estruturadas, colocando muitos dos seus residentes, e em particular os mais jovens, à margem das oportunidades. Deste modo, a escola pública não se torna num lugar de "igualdade de oportunidades" mas sim de exclusão social e escolar. Segundo François Dubet *"quanto mais a escola escolariza massivamente, mais ela exclui os alunos de forma relativa e a exclusão escolar, no seio da própria escola, torna-se a experiência psicológica mais banal. Assim, observa-se fileiras desqualificadas, um verdadeiro sentimento de alienação, uma imagem negativa de si, uma impressão de desprezo, porque aí os alunos são definidos menos pelas suas possibilidades do que pelas suas incapacidades. Frequentemente, estes alunos excluídos rejeitam o estigma que se lhes impõe e escolhem virar a situação através da violência. É aí que se forma uma parte da raiva e do ódio das zonas suburbanas"* (Dubet, 1996: 501 cit. por Canário, Alves & Rolo, 2001: 17).

A própria linha de orientação da criação do programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP 2) apresenta esta dualidade atrás descrita, quando afirma que *"uma escola pública baseada na promoção da educação para todos, com qualidade, orientada para a promoção da dignidade da pessoa humana, a igualdade de oportunidades e a equidade social é um instrumento central na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e democrática"* (Diário da República, 2.ª série — N.º 206 — 23 de Outubro de 2008 (Despacho normativo n.º 55/2008).

Sendo a crise do estado-nação a causadora das desigualdades sociais presentes nos territórios locais e escolares TEIP, *"os contextos sociais em que as escolas se inserem podem constituir-se como fatores potenciadores de risco de insucesso no âmbito do sistema educativo normal, verificando-se que em territórios social e economicamente degradados o sucesso educativo é muitas vezes mais reduzido do que a nível nacional, sendo a violência, a indisciplina, o abandono, o insucesso escolar e o trabalho infantil alguns exemplos da forma como essa degradação se manifesta"* (Diário da República, 2.ª série — N.º 206 — 23 de Outubro de 2008 (Despacho normativo n.º 55/2008).

Os profissionais de Animação Sociocultural (ASC) intervêm num sistema de ensino fechado e formatado com várias resistências à mudança, entrando muitas vezes em confronto num território onde prevalece a educação formal centrada nos resultados quantitativos das disciplinas e não na construção do sentido crítico e participativo. Rui Canário (2001), num estudo sobre a escola e a

exclusão social, onde faz uma análise crítica da política TEIP, reforça que a aprendizagem implica uma tripla relação "com os outros, com o mundo e consigo mesmo" (Canário, Alves & Rolo, 2001: 152) dando sentido à aprendizagem, pois, *"a questão central da escola é a construção do sentido. Por esta razão a escola não se pode preocupar exclusivamente com as questões técnicas e didáticas da aprendizagem formal, nomeadamente em termos de disciplinas, porque a grande questão que está presente nas escolas é a ausência de sentido para o trabalho escolar, não só para os alunos mas também para os professores"* (Canário, 2001: 152). O mesmo autor afirma que os alunos são vistos como "o problema", especificando que *" (...) A partir do momento em que a "forma escolar" se tornou o modo de socialização dominante, passou a prevalecer uma conceção de ruptura com a experiência, como forma de aprender. Esta tendência é tanto mais explícita quanto maior for a distância social e cultural entre a instituição escolar e os seus públicos. Nas zonas ditas difíceis (como é o caso dos TEIP) a desvalorização dos alunos, da sua experiência e do seu estatuto de sujeitos da sua própria aprendizagem, institui-se como o principal obstáculo ao desenvolvimento de uma acção educativa. Não há educação educativa pertinente que possa basear-se numa atitude de negatividade, em relação aos aprendentes"* (Canário, 2001: 140).

De acordo com a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC, 2013) é necessário promover a formação dos docentes capacitando-os para trabalhar não apenas com as crianças e jovens mas também com as comunidades ciganas, abrindo portas à sua participação na escola. Os docentes podem estabelecer um trabalho de mediação entre escola e etnia cigana, ou seja, o caminho para o sucesso escolar da etnia cigana está na capacidade de envolver as famílias no percurso escolar das suas crianças e jovens estabelecendo uma relação de proximidade e confiança. Segundo a mesma fonte *"A integração das comunidades ciganas só será efectiva quando existir uma cultura de participação de ambas as comunidades (maioritária e minoritária) na edificação de um espaço partilhado onde possam contribuir para a construção de uma sociedade em que caibam as diferenças das duas culturas e em que, simultaneamente, se sintam confortáveis com as cedências feitas, ou seja, um espaço que não coloque em causa os valores culturais de base de ambas as comunidades, no respeito pelos valores nacionais e constitucionais. A escola assume, assim, um importante papel, não apenas junto das crianças que escolariza, mas, igualmente, junto da comunidade"* (ACM 2013:45).

Através da intervenção no Agrupamento Vertical de Escolas do Vale da Amoreira pudemos constatar que o discurso de muitos professores se estruturava em torno de uma imagem negativa e de um certo distanciamento na relação com a etnia cigana. Identificam o insucesso escolar dos

alunos e a sua não integração na escola como resultado dos problemas sociais que lhes são exteriores, à cultura cigana e suas tradições. Muitas vezes agem em função de ideias pré concebidas e estereótipos, o que se repercutirá, negativamente, no percurso escolar destas crianças, pois, tal como afirma Jean-Pierre Liégeois " (...) *as representações erróneas que o professor faz das crianças ciganas e das suas famílias influenciam directamente a pedagogia utilizada, que se prova não ser adaptada. Estas representações podem também levar ao insucesso escolar.* " (Liégeois, 2001: 181).

" A minha relação é amor e ódio... (...) Eu acho que esta etnia não se quer adaptar. A minha relação com esta etnia não é muito... Eles não se querem adaptar. Eles são uma etnia... lá está, eu acho que deviam-se adaptar ao meio que os envolve. Mesmo na escola é muito difícil, estes miúdos, eles estão aqui até ao 4º ano, vão para o 5º, acabou... Raramente, 1% da etnia daqui segue para o 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, porque eles não querem."

Docente P1

Projeto “Dança Cigana” no Vale da Amoreira

O Agrupamento de Escolas do Vale da Amoreira situa-se na freguesia do Vale da Amoreira, concelho da Moita, que faz parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa.

O Vale da Amoreira é um território que apresenta vários factores sociais e urbanísticos geradores de fortes assimetrias, de fragmentação territorial e exclusão social, como já foi referido. Embora tenha sido um território planeado para facultar condições habitacionais à população, traduziu-se num espaço crítico e de precariedade onde se evidencia a exclusão social. É um espaço complexo, com fraca qualidade habitacional, com problemas derivados da grande heterogeneidade cultural e em situação de pobreza, onde há pouca oferta de emprego favorecendo a sua condição de "dormitório".

Os dados relativos à nacionalidade da população residente na freguesia indicam que a maioria é de origem portuguesa, oriunda de países africanos, nomeadamente de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. Esta situação deve-se principalmente ao grande fluxo de população africana que se registou na freguesia, na década de 70, do século passado. Existe, ainda, uma pequena franja da população de outras nacionalidades, bem como um número significativo de famílias de etnia cigana.

Estas características influenciam diretamente o funcionamento da escola, tendo impacto ao nível da segurança, da interação em sala de aula, da relação entre pares que obrigam a tomadas de decisão ao nível da gestão em termos organizativos.

A Escola Básica 2/3 Vale da Amoreira (sede do Agrupamento) começou a funcionar no ano letivo de 1995/96 e devido às características sociais e económicas do meio, foi inserida num Território Educativo de Intervenção Prioritária 1996/97, com o objectivo de melhorar a qualidade educativa e promover a inovação.

No ano letivo de 2006/2007, integrou a Iniciativa Interministerial “Bairros Críticos”, na qual assinou protocolos de cooperação com várias entidades e em 2007/2008, foi convidado a integrar o grupo restrito de Agrupamentos que iriam fazer parte dos novos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – TEIP.

Neste Agrupamento existem diferenças significativas, no que concerne à população escolar de cada um dos estabelecimentos, bem como às características dos espaços onde cada um se insere. A EB1/JI nº1 está situada numa zona, considerada “mais nobre” não englobando população cigana. Por outro lado a EB1/JI nº2, situa-se entre um bairro habitado por africanos e um bairro de habitações sociais de comunidade cigana. A escola sede do Agrupamento encontra-se numa zona periférica da freguesia, que acolhe os diversos alunos provenientes das escolas do 1º Ciclo.

A área de residência da população cigana está muito próximo do AVEVA, o que possibilita uma relação de proximidade com a escola, além de permitir que a comunidade permaneça no Vale da Amoreira. Este facto também facilitou o trabalho diário dos técnicos com a comunidade cigana estabelecendo um contacto direto com as famílias dos educandos, o que ajudou muitas vezes a resolver situações relacionadas com a escola, nomeadamente facultar a autorização para saídas ao exterior.

Essa vivência diária permitiu assim obter uma grande diversidade de dados, quer seja a partir da observação directa e participante, da realização de entrevistas semi-directivas, de fotografar vídeos, quer seja através da colaboração na produção e/ou análise de documentos no âmbito do Projeto Educativo, do Programa Territórios Educativos Prioritários, dos Estudos do Vale da Amoreira e do Plano de Intervenção da Iniciativa Bairros Críticos. Sendo o investigador o principal responsável pela interpretação de todos estes dados acrescenta-se, por isso, um maior nível de complexidade à investigação (Coutinho, 2011: 290).

Nesta investigação procurou-se avaliar o impacto do projeto de dança cigana implementado no contexto escolar do bairro do Vale da Amoreira, local onde todo o processo se desenrolou. O

estudo de caso é, portanto, o método que permitiu realizar uma investigação mais detalhada deste projeto que tem como instrumento principal de trabalho a dança.

No Agrupamento de Escolas do Vale da Amoreira, as crianças e jovens ciganas são uma minoria, sendo pouco demonstrada a sua expressão artística, bem como a sua capacidade de diálogo. Através da dança constatámos que, ao trabalharem o auto-conhecimento, a consciência corporal e a auto-estima, os alunos ganharam maior capacidade de expressão não só artística, mas também na relação com eles próprios e com o outro.

Estes aspetos eram perceptíveis em todos os momentos das apresentações públicas de dança nos espetáculos que realizámos ao longo da existência do projeto.

A proximidade com os alunos construiu a fundamental ponte de mediação entre a escola e a comunidade cigana. Com o decorrer do tempo, a relação da equipa de animação sociocultural com as famílias ciganas foi fortalecida, tendo aumentado o nível de confiança da parte da comunidade em relação à escola. A curta distância entre a escola e o bairro também ajudou na solidificação desta relação, uma vez que sempre que era necessária a intervenção em alguma situação ou problema, o facto da deslocação até ao seio da comunidade poder ser feita em pouco tempo, fazia com que o tempo de resolução fosse também ele encurtado. Nesses momentos pudemos observar as condições de vida e práticas das famílias desta comunidade, bem como as suas opiniões em relação à escola e a sua ação perante os problemas.

As apresentações do grupo de dança constituíam igualmente uma oportunidade para observar os comportamentos e atitudes dos alunos ciganos e das famílias, que se deslocavam aos locais dos espetáculos para ver os filhos actuar. Foi através desta relação de confiança e empatia que entrámos no quotidiano da comunidade, o que permitiu conhecer melhor a cultura cigana.

No Agrupamento de escolas, sempre que um professor precisava de alguma informação sobre as famílias ciganas solicitava a ajuda da equipa técnica, sendo o nosso trabalho de efetiva mediação. O facto de conseguirmos estabelecer uma boa relação com a comunidade, ao ponto de muitas famílias só confiarem em nós, condicionou o nosso envolvimento e distanciamento ao objeto de pesquisa.

Na perspetiva reveladora dos entrevistados, após o projecto "Dança Cigana" ter terminado em 2011, a mediação é necessária para dar continuidade ao trabalho de proximidade e de inclusão da etnia cigana em contexto escolar.

A permissão das famílias ciganas para os seus filhos participarem em visitas de estudo começou a ser mais regular devido aos elos de confiança que se estabeleceram, pois sempre foi

uma tarefa difícil convencer os pais das saídas fora do bairro, mais uma vez justifica-se pela proteção e controlo familiar que está sempre latente.

O projeto "Dança Cigana" tinha como um dos objetivos desconstruir a "identidade negativa" de que esta etnia é alvo pela sociedade envolvente. Tal como já foi referido, o desconhecimento, incompreensão e não reconhecimento da cultura cigana traduz-se em atos de discriminação atribuindo à etnia uma "identidade negativa". Com referência Pereira Bastos (1999) *"entre a invisibilidade social inerente à pobreza e à exclusão social e a excessiva visibilidade negativa decorrente da estratégia de mútua aculturação antagonista, os ciganos portugueses permanecem como a mais grave e escandalosa de todas as situações de racismo e xenofobia registadas em Portugal"* (Bastos & Bastos, 2006: 155). Esta "excessiva visibilidade negativa", como refere o autor, produz uma série de estereótipos em relação à etnia com os quais tem de lidar diariamente, nomeadamente, a imagem do "cigano [que] rouba e que mata" (EE4 Encarregado de educação).

" Eu acho importante na escola. Há-de reparar, na escola há actividades para tudo. Nós às vezes, quando vamos à Escola do Mato, há miúdos a fazerem dança: estão a cantar, estão a mostrar um bocadinho aquilo que eles são. E nós gostávamos mesmo que a dança continuasse. Para verem também que sabemos fazer algo, não é só aquilo que as pessoas dizem, que o cigano rouba, que o cigano mata... É só para mostrar às pessoas que não é assim." Encarregado de Educação EE4

" (...) Sabe que a pessoa acaba por ter uma imagem do cigano de uma maneira e o cigano é de outra maneira, é presente." Encarregado de educação EE2

O reconhecimento da etnia cigana no Vale da Amoreira, através deste projeto, fez entender aos não-ciganos que é importante conhecerem verdadeiramente a cultura cigana. A criação de eventos culturais na vila proporcionou o diálogo entre as culturas, onde as artes falam e dão a conhecer, em que o "outro" começa a desconstruir preconceitos. É uma "identidade positiva" que começa a construir-se e onde a etnia cigana se sente reconhecida e valorizada, com mais força para acreditar e permanecer na escola e na comunidade.

" É uma maneira de expressar como... Como hei-de de dizer isto... Expressar a nossa etnia e mostrar que valemos alguma coisa." Aluna A1

"Acho que reagiram bem e ficaram... como hei-de dizer... a pensar de uma maneira diferente de como a gente samos, acho isso. (...) Foi importante para mim. Se não fosse isso não havia muita coisa, as pessoas não tinham visto como a gente dançava. As pessoas que não conheciam passaram a conhecer." Aluna A1

Notas finais

Com esta investigação pretendemos revelar, através dos discursos dos entrevistados e do trabalho de campo realizado com um grupo de crianças e jovens do Vale da Amoreira, que várias barreiras foram sendo quebradas ao longo do processo da implementação do projeto "Dança Cigana". De facto, verificámos que, quando a comunidade cigana é valorizada pela escola através da sua cultura, a comunidade começa também a valorizar a escola. Tal como refere Lurdes Nicolau, citando Carlos Sousa, *"só é possível construir ou melhorar as relações interpessoais com as crianças de etnia cigana, através do reconhecimento da sua cultura, do combate a qualquer forma de discriminação e da prioridade que se deverá dar ao acto educativo sobre o acto do ensino"* (Sousa, 2001: 39 cit. in Nicolau, 2010: 263).

Este projeto possibilitou a mediação e a negociação entre a escola e a etnia cigana, facilitando muitas vezes a comunicação e a resolução de conflitos, nomeadamente o problema da assiduidade às aulas. Permitiu, também, um contacto constante com a comunidade cigana, revertendo o "fechamento" sentido pela etnia, bem como a necessidade de serem ouvidos e compreendidos pela escola e sociedade maioritária. E, nestes momentos de diálogo e de partilha de conhecimentos, a comunidade sentiu que poderia depositar cada vez mais confiança nos técnicos, quebrando a frequente relação defensiva.

Mais do que "trabalhar" a Dança, este projeto propôs-se "trabalhar" e dar a conhecer a cultura cigana ao contexto escolar e à comunidade do Vale da Amoreira, através das expressões artísticas preponderantes na sua vivência: música e dança. Este processo de partilha e diálogo intercultural permitiu que os elementos da comunidade cigana daquele meio se sentissem mais integrados e aceites na escola. A vontade de serem reconhecidos pelos não-ciganos e o esforço para construírem uma imagem positiva foi-se revelando com o desenvolvimento do projeto, através da sua motivação e dedicação.

Como já foi referido, o projeto "Dança Cigana" tinha como um dos objetivos desconstruir a "identidade negativa" que é atribuída a esta etnia pela sociedade envolvente, nomeadamente o desconhecimento, a incompreensão e o não reconhecimento da sua cultura que conduzem frequentemente a atos de discriminação. Neste sentido, acreditamos que inovámos na conceção de

novas estratégias de inclusão com a etnia cigana, em que o foco foi trabalhar a capacitação do aluno, valorizar a sua cultura e conhecer o seu quotidiano. Assim, iniciámos um caminho e enraizámos relações de confiança com esta comunidade cigana, as quais continuam e permanecem hoje no Agrupamento Vertical de Escolas do Vale da Amoreira.

Referências

Alto Comissariado para as Migrações (ACM) (2013). *Estratégia Nacional Para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020*. (acedido em 27 de abril de 2016 em <http://www.acidi.gov.pt/acidi-i-p/estrategia-nacional-para-a-integracao-das-comunidades-ciganas--enicc>).

Bastos, S. P., Bastos, J. G. P. (2006). *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural-dinâmica*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

Canário, R., Alves, N., Rolo, C. (2001). *Escola e Exclusão Social: Para uma análise crítica da política Teip*. Lisboa: EDUCA.

Caré, M. (2010). *Ciganos em Portugal: Educação e Género*. Instituto da Educação - Universidade de Lisboa.

Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*, Teoria e Prática. Almedina.

Diário da República, 2.ª série — N.º 206 — 23 de Outubro de 2008 (Despacho normativo n.º 55/2008

Enguita, M. F. (1999). *Alumnos gitanos en la escuela paya*. Barcelona: Ariel Practicum.

Iniciativa Bairros Críticos (IBC). (2006). *Operação Vale da Amoreira - Diagnóstico Julho 2006 GAT*. (acedido em 22 de abril de 2016 em https://observatoriova.files.wordpress.com/2010/07/va_diagnostico_4_julho.pdf).

Liégeois, J.-P. (2001). *Minoría e escolarização: o rumo cigano*. Lisboa: Centre de recherches tsiganes - Secretariado Entreculturas.

Lopes, D. S. (2008). *Deriva Cigana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Mendes, M. M., Sá, T., Crespo, J. L., & Ferreira, C. H. (2012). *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Neves, C. (2015). A Dança como prática inclusiva dos jovens portugueses ciganos em contexto escolar. Experiência no Vale da Amoreira, Concelho da Moita. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Nunes, O. (1996). *O Povo Cigano* (2a Edição). Lisboa: Edição do Autor e Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos.

Nicolau, L. F. (2010). *Ciganos e não ciganos em Trás-os-Montes: investigação de um impasse inter-étnico*. *Escola de Ciências Humanas e Sociais - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Pólo de Chaves*. (acedido em 12 de abril de 2016 em <https://repositorio.utad.pt/handle/10348/1447>).

Santos, R. C., Figueiredo, V. (2003). Dança e inclusão no contexto escolar, um diálogo possível. *Pensar a Prática* 6: 107-116.

**SIM4SECURITY. A forecast and spatial analysis model for homeland security. Portugal
2030**

Teresa Ferreira Rodrigues, António André Inácio, Dalila Araújo, Marco Painho, Roberto Henriques,
Pedro Cabral, Tiago H. Moreira de Oliveira e Miguel de Castro Neto

IPRI e MAGiC- Universidade NOVA de Lisboa

Abstract: Demographic studies are a support instrument for decision-making in the field of security policies. Security is a public good, perceived as a critical political issue in the actual context of unstable balance between investment in internal security forces, and urgency of reducing criminality. SIM4SECURITY (PTDC/ATP-DEM/1538/2014) is a technological solution, based on a GIS model and demographic forecasting, which can improve the operational activity of the security forces. We aim to perform demographic disaggregated scenarios in order to optimize the ratio police/citizen, and assure the effectiveness of the security model based on new risks and threats, insecurity factors and the new necessities of local populations. Being a mutable system, the model will be able to monitor up until 2030 and take into account change of parameters, variables and factors that prove to influence dynamic population distributions scenarios.

Keywords: Demography, dynamic and spatial clustering, forecasting analysis, homeland security, public policies.

Resumo: Os estudos demográficos são um instrumento de apoio à decisão no âmbito das políticas de segurança. A segurança é um bem público e representa uma questão política que exige a tomada de opções racionais entre investimento nas forças de segurança e a urgência de reduzir a criminalidade e os seus impactos. Como contributo para a resolução desta questão propomos a criação do SIM4SECURITY (PTDC/ATP-DEM/1538/2014), uma solução tecnológica baseada no desenvolvimento de um modelo SIG e na elaboração de cenários demográficos. Os resultados do exercício prospetivo permitirão otimizar a rácio polícia/cidadão e melhorar a eficácia do modelo de segurança, tendo em conta novos riscos e ameaças, novos fatores de insegurança e necessidades específicas adaptados às especificidades locais. O modelo é dinâmico e permite monitorizar até

2030 as mudanças de parâmetros, variáveis e fatores que venham a ser considerados influentes na distribuição da população portuguesa no território.

Palavras-chave: Demografia, *clustering* dinâmico e espacial, análise prospectiva, segurança, políticas públicas.

1. Introduction

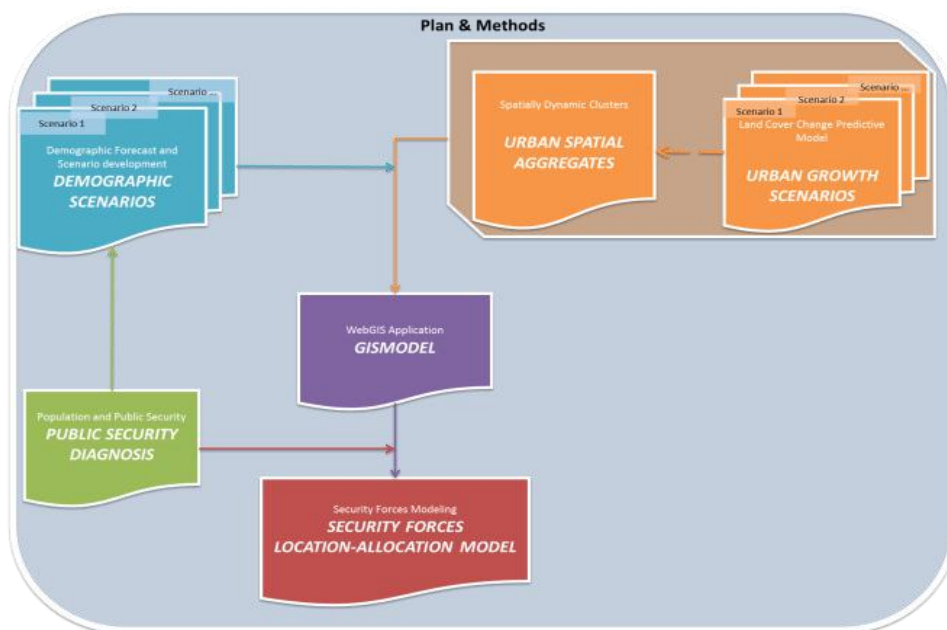
This paper aims to present a scientific tool to support decision making, based on the development of a GIS model and demographic scenarios, which may improve the effectiveness of the operational activity of the security forces, in relation with the Portuguese population. We aim to provide a comprehensive assessment and spatial analysis linking security policies and population needs which has never been performed in Portugal.

In the current model of democratic rule of law, security is assumed as a basic right of citizens, gaining the status of an essential duty required to State. At the same time, budgetary constraints oblige an increasingly careful strategic management, adapted to the reality and endowed with adequate decision support instruments. The SIM4SECURITY simulator will allow policymakers, leaders and forces of command a planning and rational affectation of resources adjusted to local dynamics in crime prevention, combat and suppression of criminality. By performing demographic disaggregated scenarios, it will optimize the ratio police/citizen, allow the evaluation and assessment of the effectiveness of policing model, optimize the resources to affect the security infrastructure building according to geographical realities (rural and urban). Through the intersection of data, resulting from demographic estimates and dynamic tools of spatial analysis, SIM4SECURITY will allow planning the territorial device according to local present and future population needs, the emergence of new risks, of new threats, and insecurity factors. Being an evolutionary system, initially it will be able to monitor up to 2030 and technically capable of development and update up to 2030 (**Figure 1**).

This model will comply a set of rules and procedures, in order to represent and predict a specific outcome, and will solve some location/allocation problems, which stands as one of the great advantages in using predictive models with spatial interaction. Integrated and supported by the WebGIS application, it will allow users to easily simulate, emulate and handle impacts generated by variations in a parameter, variable or factor will provide dynamic population distribution scenarios, visible on a map, aiming to assist planning issues and location/allocation problems related to the internal security sector, such as: 1) suitability of the police offer

distribution according to population characteristics; 2) study of risk groups spatial and temporal dynamics and impact assessment in police distribution; 3) deployment of police forces; 4) estimation of security agents for a given area; 5) number and type of professionals. All of these examples have spatial expression and they will differ according to the developed scenarios.

Figure 1- SIM4SECURITY



Many of these questions have already been answered elsewhere, but not in Portugal, what justifies this application that is based on a design research new in national terms. Overall, our project aims to provide an extensive and comprehensive assessment and spatial analysis of the security sector versus population needs. This 2 years' project will be held by a team composed by researchers with different academic backgrounds and experience on demographic analysis, security, political science, statistics and spatial analysis, and it is structured in five major tasks:

1. Analysis and diagnosis of the current national situation, regarding population and public security: a. Population dynamics; b. Security Forces (resources and location); c. Distribution and typology of the security forces giving population characteristics;
2. Demographic forecast and scenario development, and population risk groups: a. Population projections (2011-2030) by sex, age and micro simulation of risk groups

- (according to previously identified criteria of age, sex, national origin, place of residence) scenarios; b. Distribution model of the security forces strength and equipment location;
3. Development and implementation of a GIS and design of a dynamic geoprocessing model:
- a. Development and implementation of a WebGIS application; b. Making available a WebGIS application for mobile devices (smartphones and tablets);
4. Implementation of Advanced Spatial Analysis Methods: spatially dynamic clusters and modeling land cover change predictive model;
5. Modeling the distribution of Security Forces: number of officers and facilities location, according to the developed scenarios.

2. Main expected outcomes

The institutional architecture of internal security in Portugal is plural (two police forces, a judicial police, a service of foreigners and borders, a marine police and other entities with administrative police functions), which causes conflicts of competence, operational redundancies and duplication of means and resources. The various stakeholders recognize the need to change the current model, in order to assure the convergence of means, resources and operational activity, based on cooperation and information sharing between all participants.

Emerging security threats and risks forces the State to establish an appropriate institutional framework for internal security action and resources allocation (Alves and Valente, 2006; Alves, 2008; Alves, 2009). As new duties are attributed to security actors, population's safety becomes a central issue and demographics a strategic vector (Fernandes, 2005). Despite the problems already identified in Portuguese homeland security system (Teixeira et al., 2006) the analysis and evaluation of decision-making policies about public security resources distribution and needs has never been made in a systematic way. The Police/inhabitants ratio influences citizens' safety but it varies in a nonlinear way with population's volume (Fernandes, 2011; Fonoberava et al., 2010; Teixeira, 2012).

However, public security capabilities are not only human resources. The search for the best optimization of public resources distribution gains importance considering increasingly scarce budgets and the need to maintain standards. Portuguese recent demographic and social changes redraw population distribution (Carrilho and Patrício, 2008), but most of the importance of demographic factor for security policies has to be seen from its endogenous characteristics (sex,

age, distribution) which influences collective perceptions in a context of the human security concept (Vaz, et al., 2010).

National strategy in terms of territorial distribution of the two security forces (GNR, PSP) assumes demographic criteria defined in the 90's (Loureiro, 1995). Taking into account: recent demographic dynamics, mostly in terms of volume, mobility and structure and their impact on vulnerable groups, it is urgent to guarantee for the coming decades:

1. The adequacy of the current security forces distribution model and,
2. The possible scenarios linked to demographic trends and the emergence of more plural risk groups (Magalhães and Peixoto, 2008).

Our proposed model aims to assist planning issues and optimize resources:

1. Adequacy of police offer distribution to local residents' characteristics;
2. Study of spatial and temporal dynamics of groups at risk and impact assessment in police offer;
3. Deploying police forces;
4. Number and type of effectives needed for each area.

A comparative study of the solutions found by police in several countries with a similar matrix to Portugal will be held. Portugal has a dual system of security forces, and in the current economic and financial context it needs to make the best use of available public resources. Security forces must know the exact boundaries of their jurisdiction, and have the resources to tackle crime.

The two main problems we consider are: 1) distribution optimization of human resources and infrastructures of the security forces; 2) awareness of the dynamic character of the territorial reorganization of the police forces system, which must follow the change of volume and movement of the urban fabric. As such, we rely on the location of the Security Forces in proximity of the population to be served by the public security service and to be guaranteed the presence of authority, sending to the background the placement of such forces near political and administrative power. We will use an innovative multifactor simulation platform.

The WebGIS application and model will offer special and potentially important means to support planning and decision-making, providing the responsible institutions for public policies within national security sector with the ability of creating scenarios by crossing demographic forecasting with spatially dynamic tools and models. Such model will allow achieving a balanced and optimized distribution throughout the territory of public security forces and facilities according to population evolution. Several studies show that the ratio police/population vary in a non-linear

way according to population size. In Portugal there are no studies on this issue. To overcome the current problem, we propose to build an algorithm that optimizes that ratio in order to (i) establish the ratio police/citizen, (ii) build the simulation platform and (iii) estimate the future needs of public safety.

Demographic characteristics always interact in a complex way with internal security system. We aim to cross a set of methodologies, in order to promote a better understanding of the impact of ageing in next decades, taking into account that age structure will influence the nature of most public policies. Population characteristics change in demographic, social, economic and biological terms. It is therefore relevant to identify these characteristics at national and regional level, offering possible scenarios to decision makers and regional planners about future characteristics of the users of security services. Portuguese population major trends are known. What is new in this case is that we will do demographic projections by sex and age disaggregated by parish (2011-2030), in order to predict microanalysis distribution trends, giving special attention to specific vulnerable groups, such as youngsters and seniors, and cross the output scenarios with wealth local standards and residence vulnerability, according to security classification (Urban Sensitive Areas-ZUS). We will use demographic cohort and survival analysis in order to: (a) identify and characterize Portuguese population dynamics main trends until 2030 (b) consider ageing phenomenon as inevitable and forecast its impact on population's distribution; c) understand and relate these demographic dynamics with socioeconomic changes and wealth micro regional pattern and migratory trends; (d) forecast future changes in demographic structures by age, sex and educational level and the way they will influence security risks and perceptions.

As we said a main component of the model is related with the development of a dynamic database and model supported by a Geographic Information System (GIS). The fusion between Internet and GIS evolved rapidly in the Web 2.0 era, resulting in WebGIS applications and changed the way geospatial information is acquired, transmitted, shared and visualized (Longley et al., 2011). This offers special and potentially important means to support planning and decision-making process, providing the responsible institutions for public security policies with the ability of creating scenarios by using forecasting and spatially dynamic tools and models. This application will solve some location-allocation problems, issues that typically involve where to locate and how to allocate demand for a service (Longley et al., 2011) taking into account several factors (as the number of facilities available, cost, maximum impedance from a facility). This stands as one of the great advantages of using predictive models with spatial interaction. The application aims to create

several location-allocation scenarios and population forecasting. Another relevant component is the possibility of projecting high dimensional data into lower dimensional spaces. It will be possible to cluster population forecasting data from parishes into regions and we wish to follow how forecasted population is distributed within each spatial unit and to understand the best method to spatially aggregate these units, using spatial clustering methods, in order to create police action regions for parishes.

In order to predict future urban populated land use (Cabral and Alexander, 2009), we suggest an integrated approach of remote sensing (to obtain information about urban phenomenon), GIS (the integrating element for all the data and the vehicle for output analysis) and modeling. Urban land use patches generated by remote sensing classification procedures need to be aggregated into meaningful regions for national security. Spatial clustering is one of the most important tasks in data analysis.

Another relevant component to this study is related with the implementation of a Land Use and Cover Change Model (LUCC) to study urban growth, which will enable to create scenarios of future urban growth. LUCC models can be very useful for researchers who want to understand urban growth, for politicians and urban planners as an educational tool to visualize different scenarios of urban change. Currently there are dozens of LUCC models and the criteria to distinguish between them is very diverse: the aggregation level, the use of discrete or continuous mathematics, the type of data, the methods employed in the state of cells definition, the types of outputs, and so on. Developing efforts to compare modelling results is an important topic in the LUCC research agenda. The rapid expansion of urban areas is related to the economic, political and cultural reality of the territory. Urban sprawl generates a chain of problematic issues, which can be prevented with planning and land management strategies. We pretend to cross demographic forecast results along with land use maps forecast. Using this information as input, the goal is to create spatially contiguous or near-contiguous regions using several criteria such as the resident population, socio-economic attributes or total area. This can be also seen as a specific type of clustering where instead of using only a similarity criterion some other criteria are used in the process. This process is usually known as Zone Design (ZD) and it can be defined as the task of grouping a set of basic areal units into a smaller number of zones which are in some sense optimal. This task requires the use of computation and automatic procedures, and can present some optimization problems, that we propose to solve either using Self-Organizing Maps, a particular artificial neural network, or genetic algorithms.

We intend to use a Land Transformation Model (LTM), an LUCC model based on GIS, Artificial Neural Networks (ANN) routines, remote sensing and geospatial analysis tools. LTM provides the dynamic modelling of social, political and environmental factors, such as the distance to public transportation and road networks, proximity to natural resources such as rivers and lakes, agricultural and forest densities, identification of exclusionary zones and population growth. The ANN are employed in studies about urban growth because they learn about the relationships that exist between urban growth factors and the site attributes. LTM studies demonstrated that dynamic modelling and the scenario prediction are essential to planning and territorial management. Due to LTM land use modelling and forecasting capabilities, we decided to use this model in this study. The urban areas could be obtained from CORINE Land cover (CLC) map of years 2000 and 2006. The LUCC model will use distance to roads, slope and distance to city centers as drivers of urban growth of urban growth.

A demographic forecast and some scenario development will be presented while in the last, forecast maps of land use for the next 10, 20 and 30 years will be produced. We aim to combine these two datasets, allowing a more detailed analysis of the population spatial-temporal. Since the demographic forecast will be aggregated by administrative regions (parish) it assumes that any outputted statistics have a homogenous distribution. To get a higher detailed this is combined with urban versus non-urban maps allowing heterogeneous administrative regions regarding the forecasted variables. The goal is to create spatially contiguous or near-contiguous regions using several criteria such as the resident population, socio-economic attributes or total area. To achieve this goal, we will apply two different approaches. In the first approach an artificial neural network (SOM) will be used to cluster the input data into spatially consistent regions of similar socio-economic attributes. Several restrictions can be added to this optimization analysis, such as the total area or the number of inhabitants per region. The second approach will take advantage of evolutionary computation methods, more specifically Genetic Algorithms (GA) to present several possible regional grouping solutions. GA have been successfully used in optimization tasks and are considered one of the most powerful optimization strategies available. Nevertheless, GA remains unexplored in this field and further research is necessary to develop an appropriate model. The resulting output will be a clustering model capable of creating regions where similar security approaches should be undertaken easing the definition and implementation of policy measures.

Though the creation of an algorithm that establishes the relationship between public security resources and population, and optimizes the distribution of security SIM4SECURITY model will

assure: (i) adequacy of the distribution of police resources according to the characteristics of the population; (ii) spatial dynamic and demographic subgroups prospective scenarios and impact assessment of security forces territorial distribution.

Why should we use predictive and dynamic models? First of all, a model has the capability to support a decision or design process in which a user wishes to find a solution to a spatial problem, perhaps a solution that optimizes some objective, by giving the possibility to experiment on a world replica. Lastly, a model allows users to examine dynamic outcomes by viewing the modeled system as it evolves and responds to inputs (Longley et al., 2011). Scenarios evaluated with dynamic models are thus a very effective way of motivating and supporting debates over policies and decisions.

The GIS application, which will be available in a restricted and secure web application, will be the key interface between users and the model, in which, besides using basic spatial visualization, navigation and spatial tools, will also gave them the freedom to manipulate and change parameters/factors, allowing them to visualize its changes, effects and impacts produced on a dynamic map, aiming to create several scenarios and population forecasting for 2030. It would allow users to dynamically simulate, emulate and handle impacts generated by scenarios and population distribution, aiming to assist planning issues and before-mentioned location-allocation problems, regarding the internal security sector.

With this information, there could be conducted studies that may gave some hints and clues on how to make a better and effective security resources management and allocation, considering the diversity and specificity of each area, crime levels and public perceptions about security.

The integrated and multidisciplinary approach we propose, using quantitative and qualitative methods is innovative and constitutes a valuable tool for decision-making, institutional and educational purposes. To accomplish our goal, we combine several fields and scientific areas, namely, demographic analysis, security, political science, statistics and spatial analysis, using specific methodological approaches and techniques (LUCC mapping and analysis, spatial clustering, modeling).

References

Alves, Flávio dos Santos; Valente, António Maria da Costa (2006): «Polícia de Segurança Pública: origem, evolução e actual missão», in separata da revista Politeia, ano III, n.º 1, Janeiro/Junho, pp. 63-102.

- Alves, Armando Carlos (2008): «Em busca de uma Sociologia da Polícia», Lisboa: Edição Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, Flávio dos Santos (2009): «Uma ou duas forças de segurança para os desafios do século XXI?», Trabalho de Investigação Final, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Cabral, Pedro; Alexander, Zamyatin (2009): «Markov Processes in Modeling Land Use and Land Cover Changes in Sintra-Cascais», Portugal. Dyna-Colombia, 76(158), 191-198.
- Carrilho, Maria José; Patrício, Lurdes (2008): «A Situação Demográfica Recente em Portugal», Revista de Estudos Demográficos, nº44, Lisboa, INE pp.35-80.
- Fernandes, Luís (2005).: «Sun Tzu. A Arte (e a Ciência) da Polícia». In G. M. da Silva & M. M. G. Valente (Eds.), Volume Comemorativo dos 20 Anos do Instituto Superior de Ciências Polícias e Segurança Interna (pp. 329–356). Coimbra: Almedina.
- FERNANDES, Luís (2011): «O Terrorismo na Era da Incerteza». In A. P. Brandão (Ed.), A Luta Contra o Terrorismo Transnacional. Contributos para uma Reflexão (pp. 29–64). Coimbra: Almedina.
- Fonoberova, Maria et al. (2010): «Nonlinear Dynamics of Crime and Violence in Urban Settings». Journal of Artificial Societies and Social Simulation, 15(1), 2.
- Landeta, Jon (1999): «El Método Delphi», Barcelona: Ariel.
- Longley, Paul et al. (2011): «Geographic Information Systems and Science», John Wiley & Sons Ltd, 3rd Ed., Chichester.
- Loureiro, Manuel Dias (1995): «A Política de Segurança Interna», Lisboa: Edição do Ministério da Administração Interna.
- Magalhães, Maria da Graça; Peixoto, João (2008): «O impacto dos diferentes cenários migratórios no envelhecimento demográfico em Portugal. 2009-2060», Revista de Estudos Demográficos, nº44, Lisboa: INE, pp.95-115.
- Teixeira, Nuno Severiano (2002): «Contributos para a Política de Segurança Interna», Lisboa: Edição do Ministério da Administração Interna.
- Teixeira, Nuno Severiano et al. (2006): «Estudo Para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna». Relatório Preliminar (p. 119). Lisboa: IPRI.
- Vaz, Erich et al. (2010): «Urban heritage endangerment - proximity of future cities to past heritage: A spatial vulnerability assessment», GIRA 2010 – Corporate Governance, Innovation, Social and Environmental Responsibility, September 9-11, 2010 (Lisbon, Portugal).

As várias faces do espelho: nascer no concelho de Vila Nova de Famalicão entre o século XVII e o século XIX

Odete Paiva

CITCEM UP, paivaodetejb@gmail.com

Manuela Ventura

CITCEM UP, mmanuela.ventura@gmail.com

Resumo: Com esta comunicação damos a conhecer o comportamento da população do concelho famalicense relativamente aos nascimentos, numa perspetiva global e sectorial, isto é, o total de filhos legítimos, ilegítimos e expostos, entre o século XVII e a data da extinção em Portugal da Roda dos Expostos. Abordaremos também aspetos de índole social relativos aos nascidos em famílias monoparentais e aos expostos.

A amostra é formada por 8 freguesias, 4 reconstituídas pelo método Amorim (1991) e a mesma proporção pelo método agregativo. Estão na primeira situação Vila Nova de Famalicão, Santiago de Antas, Avidos e Mouquim e na segunda Cabeçudos, Gavião, Nine e Vermoim.

Do estudo podemos concluir que a maioria das crianças fazia parte de uma família legítima, tendo algum significado o número das que eram oriundas de lares monoparentais. A exposição de crianças revelou-se estatisticamente irrelevante até sensivelmente a criação da Roda dos expostos, aumentando a partir daí, na generalidade das freguesias, situação mais marcada na sede do concelho, onde esse equipamento funcionou.

A mulher tipo das famílias monoparentais era solteira, criada de servir e com um único filho.

Palavras-chave: concelho de Famalicão, exposição, ilegitimidade, mãe solteira, séculos XVII-XIX.

Abstract: This study examines the birth pattern behavior of the population of Vila Nova de Famalicão, Portugal, from both global and sectorial perspectives, with a focus on the total number of legitimate, non-legitimate and exposed new-born infants, from the XVII century until the date of extinction of the Turn-box in Portugal, on the 21st November 1867. Societal issues regarding both exposed children and those born from single-parent families will also be brought to the analysis.

Data from the parishes of Vila Nova de Famalicão, Santiago de Antas, Avidos and Mouquim were obtained through the methodology of reconstruction of parishes (Amorim, 1991); those from the

remaining parishes Cabeçudos, Gavião, Nine e Vermoim were calculated through an aggregation methodology.

Data suggests that most children in famalicense parishes were members of legitimate families, but also that those born in single parent homes had reached meaningful numbers.

The phenomenon of exposed children was also part of the object of this study, but was statistically irrelevant for the period under analysis, until the Turn-box in Vila Nova de Famalicão, increasing from there, in most parishes, more marked situation in the county seat, where this equipment worked.

Single women predominated in all parishes, servant and with a single child.

Keywords: Famalicão County, exhibition, illegitimacy, single mother, XVII-XIX centuries.

1. Métodos e fontes

Os elementos apresentados para as freguesias de Vila Nova de Famalicão (Paiva, 2013), Santiago de Antas (Juncal, 2004), Avidos (Paiva, 2001) e Mouquim (Ventura, 2000) foram obtidos pelo método da reconstituição de paróquias, (Amorim, 1991), e os dados para as outras freguesias (Cabeçudos, Gavião, Nine e Vermoim) tiveram origem na aplicação do método agregativo e são inéditos.

As fontes principais são constituídas pelos assentos dos atos vitais e a *Devassa da visita do arcediogo de Vermoim, 1816-1831*.

2. Filiação natural

A função reguladora da nupcialidade pode ser posta em causa pela frequência da ilegitimidade.

Estudos sobre Demografia Histórica da Europa, como o de Jacques Dupâquier (1979), apontam-nos para a existência no Antigo Regime de baixos índices de ilegitimidade, havendo como que *uma ascense social coletiva*, na designação de Pierre Chaunnu (1986), o que o leva a formular a sua tese da divisão da Europa em duas partes, a do Norte *mais permissiva* e a do Sul *mais controlada*, onde se inscreve *o seu sistema demográfico da cristandade ocidental*. As taxas fornecidas por Flinn (1989: 35) no seu estudo de síntese para a Europa Ocidental e Setentrional variam entre menos de 2% e 5%, no período anterior a Oitocentos. Para os posteriores (até 1820), o autor indica-nos percentagens que oscilam entre 0,5% e 18%.

Portugal continental apresenta variabilidade regional, neste padrão de comportamentos, tal como indica Neves (2001).

Ao contrário do quadro demográfico europeu descrito para o Antigo Regime em que as conceções ilegítimas tinham um peso estatístico reduzido, vimos para o mesmo período no Minho, taxas de ilegitimidade que se desviaram deste padrão, com taxas mínimas de 3,1 % e máximas acima dos 25,4 %. Para o período posterior, oscilaram entre 5,6% e 12,6%, em lapso cronológico idêntico ao referido por Flinn.

2.1 Taxas de ilegitimidade

O Bernardo da Silva era um filho bastardo de um nobre de Vizeu. Do ventre materno passou à roda dos expostos, e daí aos cuidados de uma pobre mulher de aldeia. Aos dez anos não conhecia pai; e sua mãe, mulher do povo, arrastada sobre a lama da plebe toda a sua vida, morrera com o segredo do nobre, que se dignara descer até ela para honrá-la com desonra.

(Camilo Castelo Branco, *Uma praga rogada nas escadas da força*)

As crianças nascidas fora do matrimónio são consideradas ilegítimas, seja qual for a sua progenitura. Encontrámos três situações: uma com a indicação da mãe que as gerou; outra com a menção à mãe e ao pai, não casados um com o outro, (muitas vezes referindo o pai como putativo, incluindo alguns clérigos) e ainda o caso dos filhos de mães escravas.

Começamos por falar sobre a representatividade das crianças nascidas fora do casamento, as designadas nos registos paroquiais globalmente como ilegítimas, assumindo que as expostas sejam maioritariamente oriundas de relações extra matrimoniais, conquanto possam algumas ter nascido em lares canonicamente constituídos, certos deles tendo esgotado os limites da sobrevivência. Por último, abordaremos o fenómeno da exposição de crianças neste concelho.

A proporção de ilegítimos nas 8 freguesias famalicenses dá-nos a possibilidade de verificarmos se houve desvios ou se os padrões estiveram de acordo com o quadro da região geográfica do Minho, na qual se integram.

Nas freguesias famalicenses, constatou-se que a maioria das crianças fazia parte de uma família legítima, mas que tinha algum significado o número das que eram oriundas de lares monoparentais. Começemos pelas localidades reconstituídas pelo método Amorim (1991): a situação apontou para na atual sede do concelho, Vila Nova de Famalicão, se registar uma proporção de 9,1% de crianças ilegítimas, desde 1620 até 1786, data da criação da Roda na

freguesia. Em Santiago de Antas, localidade confinante, foi mais expressiva, quer no período anterior a 1750, com 11,5 %, quer de 1750 a 1879, com 12,1%. Em Avidos, antes de 1750, foi de 14% e, entre 1750 e 1879, baixou para quase metade, ou seja, 5%. Em Mouquim, registou-se, entre 1609 e 1758, 10,9% de ilegítimos e de 1759 a 1878, o quadro aproximou-se, com 9,8 %, sendo que no período global o valor encontrado foi de 10,4%. É interessante referir que a criação da Roda dos Expostos em Famalicão alterou de forma clara os valores da ilegitimidade nesta localidade, bem como em Avidos e Mouquim, constituindo-se como exceção a paróquia de Santiago de Antas. Observemos a situação nas 4 freguesias analisadas pelo método agregativo:

Tabela 1: Nascimentos no concelho de Famalicão 1627-1785

Freguesias	Legítimos		Ilegítimos		Expostos		Total nascimentos
	N.ºs abs.	%	N.ºs abs.	%	N.ºs abs.	%	
Cabeçudos*	973	84,0	172	14,9	12	1,1	1157
Gavião	1 297	90,2	115	8,0	26	1,8	1438
Nine	1892	87,8	243	11,3	21	0,9	2156
Vermoim	1293	83,5	242	15,6	14	0,9	1549

*Inicia-se em 1-1-1638, por haver subregisto.

Tabela 2: Nascimentos no concelho de Famalicão 1786-1867

Freguesias	Legítimos		Ilegítimos		Expostos		Total nascimentos
	N.ºs abs.	%	N.ºs abs.	%	N.ºs abs.	%	
Cabeçudos	958	89,1	99	9,2	18	1,7	1075
Gavião	1151	90,1	101	7,9	26	2,0	1 278
Nine	1607	86,9	221	11,9	22	1,2	1850
Vermoim	1073	85,7	139	11,1	40	3,2	1252

Considerámos duas periodizações: antes e depois da criação da Roda dos expostos em Famalicão, ou seja, entre 1627 e 1785 e de 1786 a 1867. Em Cabeçudos, detetámos algum défice nos registos de nascimentos até 1637, pelo que a observação se inicia para este caso, em 1638. Constatou-se para todas as localidades um significativo número de crianças proveniente de lares monoparentais, sendo Vermoim e Cabeçudos as que tiveram maior percentagem, respetivamente com 15,6 e 14,9. Nine situou-se numa posição intermédia, com 11,3% e Gavião, freguesia confinante com Famalicão, teve a proporção mais baixa, com 8%.

No período seguinte, exceto para Nine, que subiu ligeiramente (0,6%), o número de crianças nascidas de uniões não maritais baixou: em Cabeçudos, computou-se em 9,2%, em Vermoim em 11,1% e em Gavião desceu um ponto percentual.

A perspetiva regional dá-nos outra visão do indicador demográfico:

Tabela 3: Taxas de ilegitimidade - comparação com freguesias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Período	Média	Fonte
Minho	Vila Nova de Famalicão	1620-1790	8,9	Paiva, 2013:180.
		1822-1889	8,4	
	Antas (Vila Nova de Famalicão)	Antes 1750	11,5	Juncal, 2004:139.
		1750-1879	12,1	
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	Antes 1750	14,0	Fichas de família.
		1750-1879	7,5	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	1609-1878	10,4	Ventura, 2000:113.
	Guimarães Urbana, Rural e Mista	1620- 1749	14,5*	Amorim, 1987:231.
		1750-1789 e 1790-1819	11,5 e 7,8	Neves, 2001:232.
	Norte de Guimarães	1566-1799	15,1	
	Santa Tecla (Celorico de Basto)	1623-1799	18,6	Carvalho, 1999:72.
	Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos)	1567-1699 e 1700-1799	10,0 e 16,0	Miranda, 1993:136.
		1800-1899	15,0	
	Barcelinhos (Barcelos)	1606-1729 e 1730-1789	5,9 e 6,2	Faria, 1997:137.
		1790-1849	4,9	
	Aveleda (Braga)	1580- 1759	4,8*	Silva, 1997:149.
		1760-1819 e 1820-1879	5,0 e 7,0	
Douro Litoral	Unhão (Felgueiras)	1600- 1749	13,8	Araújo, 1992: 136.
		1750-1849	6,5*	
Trás-os-Montes	Romarigães (Paredes de Coura)	1640-1699 e 1700-1749	2,5 e 8,5	Santos, 1999: 179.
		1750-1818	6,5	
	Facha (Ponte de Lima)	1640-1699 e 1700-1749	8,0 e 15,0	Machado, 1995: 91.
		1750-1859	15,8	
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)	1577-1719 e 1720-1799	17,9 e 9,6	Soares, 1995:142.
		1800-1849	10,5	
	Poiares (Freixo de Espada à Cinta)	1601-1650	1,9	Amorim, apud Miranda, 1993:138
	Cardanha (Torre de Moncorvo)	1601- 1750	5,1*	Amorim, apud Miranda, 199: 138
		1751-1800	11,0	
	Rebordãos (Bragança)	1601-1750	2,6*	Amorim, apud Miranda, 1993:138.
		1751-1800	7,4	
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)	<1650, 1650-1739	7,5 e 4,1*	Gomes, 1998:73.
		1740- 1879	7,1*	

*Média simples obtida por somatório dos valores parciais dos períodos. Fonte: Paiva: 2013.

A tabela aponta para a diversidade de comportamentos: no Minho, os valores são globalmente mais baixos nas freguesias onde funcionou a Roda dos expostos, como Famalicão, e nalgumas que ficavam próximas de outras Rodas: Barcelinhos e Aveleda. Nas paróquias transmontanas de Cardanha, de Rebordãos e de Poiares e em Cortegaça, na Beira Litoral, foi onde se registaram proporções inferiores.

Nos séculos XVIII e XIX, *os filhos da natureza* foram um caso comum na região minhota, com valores de ilegitimidade no Alto Minho entre 9,8% e 15,4% e no Baixo Minho entre 10,4% e 13,5%.

2.2 Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos

Admitimos para o estudo deste indicador que as mulheres a quem o redator paroquial não atribuiu naturalidade fossem da freguesia, dado ele referir sempre nos assentos de batismo da criança a freguesia da mãe quando ela era de fora.

Começemos por Famalicão:

Tabela 4: Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos 1620-1889

1620-1790				
Naturais	De fora			
N.º Abs.		N.º Abs.		N.º Abs.
164	Outras freguesias do concelho	15	Outras freguesias	7
1822-1889				
Naturais	De fora			
N.º Abs.		N.º Abs.		N.º Abs.
69	Outras freguesias do concelho	62	Outras freguesias	62

De 1620 a 1790, das 186 mulheres a dar à luz filhos ilegítimos só 11,8 por cento eram de fora e destas a maioria pertencia ao concelho, com predomínio de 2 freguesias contíguas, Antas e Gavião. Vejamos o que aconteceu no período seguinte: entre 1822 e 1889, em 187 mulheres apareceram-nos 124 não naturais, ou seja 66,3 por cento, predominando as oriundas das localidades que fazem parte do atual concelho e, dentro deste, das freguesias mais próximas da sede, como Antas, Calendário e Gavião. As outras mulheres pertenciam fundamentalmente a localidades dos concelhos vizinhos.

Em síntese, é visível que até ao início do segundo período, a maioria das crianças ilegítimas nascidas em Famalicão era filha de mães da freguesia e que depois a tendência se inverte,

apontando para a possibilidade de a criação do concelho de Vila Nova de Famalicão atrair mulheres que seriam na maior parte solteiras e serviçais, como criadas de servir e jornaleiras, hipótese que iremos tentar confirmar.

Passemos às outras localidades estudadas pelo método agregativo:

Tabela 5: Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos 1627-1785

Freguesias	Da Freguesia		De Fora		Total
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	
Cabeçudos*	139	80,8	33	19,2	172
Gavião	96	83,4	19	16,6	115
Nine	223	91,8	20	8,2	243
Vermoim	231	95,4	11	4,6	242

*Inicia-se em 1-1-1638, por haver subregisto.

Entre 1627 e 1785, predominou o número de mulheres da freguesia que tiveram filhos em lares monoparentais, com percentagens entre 80,8 e 95,4. Pela sua curiosidade, vejamos os casos seguintes:

Tabela 6: Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos 1786-1867

Freguesias	Da Freguesia		De Fora		Total
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	
Cabeçudos	86	86,9	13	13,1	99
Gavião	82	81,2	19	18,8	101
Nine	211	95,4	10	4,6	221
Vermoim	136	97,8	3	2,2	139

Entre 1786 e 1867, a proporção subiu, ficando entre 81,2% e 97,8%. Numa análise por freguesia, constata-se que só baixou ligeiramente em Gavião, que confina com Famalicão.

2.3 Estado civil das mães dos filhos ilegítimos

Como o redator paroquial indicava sempre as situações em que as mulheres não eram solteiras, admitimos que todas as outras tivessem esse estado.

Tabela 7: Estado civil das mães dos filhos ilegítimos

Período	Freguesias	Estado							Fontes
		Solteira		Viúva		Casada			
		N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	Total	
1623 -1700	Avidos	28	100,0	0	0	0	0	28	Paiva, 2001:165.
1701-1910		119	96,0	2	1,6	3	2,4	124	
1620 -1790	Famalicão	185	99,4	1	0,6	0	0	186	Paiva, 2013:188.
1822-1889		177	94,7	10	5,3	0	0	187	
1609-1878	Mouquim	252	95,0	6	2,2	4	1,6	265	Ventura, 2000: 115.
1581-1910	Santiago de Antas	400	97,3	7	1,7	4	1,0	401	Juncal, 2004: 142.

Em todas as periodizações, prevaleceram as mulheres solteiras.

Passemos a observar as restantes freguesias:

Tabela 8: Estado civil das mães dos filhos ilegítimos 1627-1785

Freguesias	Estado						
	Solteira		Viúva		Casada		Total
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	
Cabeçudos*	168	97,7	4	3,0	0	0	172
Gavião	108	93,9	4	3,5	3	2,6	115
Nine	239	98,3	3	1,2	1	0,5	243
Vermoim	239	98,8	3	1,1	0	0	242

*Inicia-se em 1-1-1638, por haver subregisto.

Tabela 9: Estado civil das mães dos filhos ilegítimos 1786-1867

Freguesias	Estado						
	Solteira		Viúva		Casada		Total
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	
Cabeçudos	93	94,0	6	6,0	0	0	99
Gavião	96	95,0	4	4,0	1	1,0	101
Nine	212	95,9	7	3,1	2	1,0	221
Vermoim	139	100,0	0	0	0	0	139

Nas quatro freguesias, a tendência manteve-se nos dois períodos: para 1627-1785, atingiu percentagens de mulheres solteiras entre 93,9% e 98,8% e para 1786-1867, entre 94% e 100%. O indicador seguinte ajuda-nos a contextualizar este fenómeno.

2.4 Profissão das mães dos filhos ilegítimos

Em Famalicão, até 1790, só em 4 casos de famílias monoparentais encontramos alusão à profissão de mulheres com filhos naturais: 2 moleiras, 1 padeira e 1 criada. Entre 1822 e 1889, de 187 famílias com filhos naturais, em 57 casos (30%) foi indicada a profissão e surgiram-nos 23 criadas, 3 regateiras de fruta, 11 costureiras, 10 jornaleiras (2 a trabalhar no caminho de ferro), 3 lavradeiras, 1 tendeira, 1 botequineira, 1 pedinte, 1 moça de recados, 1 ama de leite, 1 artesã de velas e 1 tecedeira.

Em suma, no último período, prevaleceram as criadas (40,3%), seguido das costureiras (19,2%) e das jornaleiras (17,5%). Apareceram ainda 5 mulheres (8,8%) ligadas ao comércio tradicional e nas outras atividades, um caso isolado em cada.

Nas freguesias trabalhadas pelo método agregativo, a partir de 1860, começou a ser indicada com certa regularidade a profissão das mães dos filhos ilegítimos: em Nine, em 21 casos de filhos naturais foi referida a profissão da mãe em 14 deles, (66,7%), registando-se 2 sardinheiras, 3 jornaleiras, 8 criadas de servir (57,1%) e 1 tecedeira, todas solteiras; em Vermoim, em 15 filhos naturais foi indicada a profissão da mãe em 9 deles (60%), registando-se 1 costureira, 2 criadas de servir, 1 lavadeira e 5 jornaleiras (55,6%); em Gavião, em 16 filhos naturais foi indicada a profissão de 10 mulheres (62%) sendo 6 criadas de servir, 2 delas da lavoura (37,5), 2 tecedeiras, 1 jornaleira e 1 lavadeira; em Cabeçudos, em 8 casos, foi indicada a profissão de 3 mulheres (37,5%), sendo 1 lavadeira e 2 jornaleiras.

2.5 Número de filhos ilegítimos por mulher

Nas paróquias reconstituídas, conseguimos verificar, para um grupo significativo de mulheres, o número de filhos que cada uma teve fora do casamento: dominaram as mães com um único filho. Em Famalicão, entre 1620-1790, atingiu 85,5% e de 1822 a 1889, 80,2%; em Mouquim, entre 1609 e 1878, chegou a 89,6%; em Avidos, entre 1623 a 1799, cifrou-se em 78,7% e de 1800 a 1899, 80%, e em Antas, entre 1581 e 1910, ficou em 78,6%.

Com dois filhos, a situação foi a seguinte: em Famalicão, no primeiro período, foi de 8,6% e no segundo, 9,6%; em Avidos, computou-se em 15,7%, no primeiro período e, no segundo, em 8%; em Antas, foi de 12, 3%; em Mouquim, ficou em 4,7%. A partir de três filhos, as situações foram esparsas, encontrando-se, porém, famílias que se aproximaram de um quadro de propensão para a bastardia.

2.6. Idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho e idade média da mulher ao primeiro casamento

Em Antas, foi possível verificarmos a idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho e compararmos com a idade média ao primeiro casamento das restantes mulheres. Da análise, concluiu-se que a idade das que tiveram o primeiro filho em solteiras foi inferior à idade média ao casamento das outras, pois desde 1581 até 1879, a idade média ao matrimónio foi de 27 anos e a idade média ao nascimento do primeiro filho das mães solteiras oscilou, entre 26,2 e 26,3.

Para Famalicão e para Avidos, podemos fazer a comparação entre a idade média da mulher ao primeiro casamento e a faixa etária predominante ao nascimento do primeiro filho ilegítimo: a idade média em que a noiva famalicense casava foi até 1790, de 26 anos e de 1822 a 1929, de 24,8, e a maior concentração de idades da mãe solteira foi, em ambos os períodos na faixa etária dos 20-24 anos. Em Avidos, entre 1770 e 1899, a idade média ao primeiro matrimónio foi de 25 anos, e no período de 1701-1910, a idade média da mãe solteira ao nascimento do primeiro filho atingiu 24,8 anos. Em Mouquim, nos três períodos analisados, a idade média da mulher ao primeiro casamento foi muito elevada, com valores de 28,6%, para 1662-1749, de 26 % para 1750-1799 e de 28,9% para 1800-1867, havendo convergência entre os espaços cronológicos em que se observam valores mais altos de ilegitimidade e de idade média da mulher ao primeiro casamento.

2.7. Identificação dos pais dos filhos ilegítimos

Nas freguesias estudadas do concelho de Famalicão, cumpriram-se por norma as diretrizes da arquidiocese, só figurando o nome do pai quando este era conhecido, até inícios do século XVIII. Tivemos dificuldade em estabelecer os elos familiares de grande parte dos pais destes meninos, por falta de dados, sobretudo nas freguesias não reconstituídas.

Em Famalicão, de 1620 a 1790, registaram-se 160 casos de mães com crianças ilegítimas, 46 de pai conhecido, ou presuntivo, isto é, 29%. Destacamos algumas situações:

Paulo Correia, ferrador, casado com Ana Tinoca, em 1629, teve um filho legítimo e um natural, com uma diferença de pouco mais de 1 mês.

O boticário de Famalicão Francisco Barbosa foi pai em simultâneo de crianças de uma rapariga solteira e da mulher: casou com Benta Rebelo de Matos em 1693, e foi pai de Maria, sua filha legítima, a 29 de dezembro do ano seguinte e a 9 de junho de 1696, teve Manuel, filho ilegítimo. A seguir, foi intercalando paternidades legítimas com ilegítimas, tendo 3 filhos do casamento e 4 da relação extra conjugal com Victória, mulher solteira.

Em Cabeçudos, se até início do século XVIII, foram indicados nalguns assentos de batismos os pais, a partir daí, só se os noivos estavam para casar, como:

A 6 de abril de 1675, foi batizada Maria filha de Domingas, solteira, do lugar de Pessegueiro, deu-lhe por pai Miguel Correia, de Vila Nova de Famalicão.

Manuel, batizado a 30 de maio de 1715, filho de Manuel de Sá, que “está esponsado e tem corridos os banhos para se receber com Senhorinha Ferreira mãe do dito infante”.

Em Nine:

Domingas batizada a 26 de novembro de 1682, filha de Domingas Galega, solteira, do lugar de Landeiro, cujo redator paroquial escreve: “Não lhe dei pai por ela ser tão douda e não falar verdade; Maria com casamento contratado, filha de [Estêvão Dias?], residente no lugar de Landeiro, cuja filha sua homónima foi batizada a 22 de fevereiro de 1688, e “deu por pai por andar em demanda com ele sobre o casamento a José, f.º do Pinto seu vizinho”.

Em Mouquim:

Maria Sousa, solteira, do lugar de Ançariz, deu à luz uma criança, em 18 de julho de 1702, batizada com o nome de Daniel e apresentou como pai João Machado Fagundes, familiar do morgado de Pindela, proprietários da freguesia vizinha de Santiago da Cruz. É interessante referir que o pároco confirmou a veracidade das declarações da mulher, junto do aludido indivíduo que atestou a paternidade.

Em Gavião:

Domingas apresenta como pai dos 3 filhos a António Rodrigues, natural da freguesia da Senhora da Cruz, Lamego: Joaquim, Barnabé e António, batizados respetivamente a 24 de março de 1668, 17 de junho de 1670 e 8 de outubro de 1672.

Ana, a moleira, entre 1660 e 1664, dá à luz 3 crianças, indicando por pai a Francisco Mendes, solteiro, de Vila Nova de Famalicão.

Embora só tenhamos elementos para o século XVII, vejamos alguns casos dos eclesiásticos com filhos ilegítimos:

Em Famalicão:

O padre António de Sá Tinoco teve com Maria Borges, mulher solteira, já mãe de outras 2 crianças, 1 filha batizada a 4 de fevereiro de 1637, a quem foi dado o nome de Maria que ao casamento nos surge com o sobrenome do pai; reincidente foi o padre António de Sá Barreiros, natural do Brasil, cuja família paterna era oriunda de Famalicão e a viver com uma tia materna, na Rua Direita. Teve entre 1652 e 1654, 3 filhos com Maria Barrosa.

Em Nine:

Um filho de Madalena solteira, residente no lugar de Vilar d'Este, foi batizado em 1666, sendo indicado como pai o Reverendo cônego Fernão de Vilas Boas, residente em Coimbra.

O filho de [Maria Rabiça?], solteira, foi batizado em 1668, dando como pai António Moreira, estudante, solteiro, da Malveira. O reitor de Nine não o quis batizar. Diz à margem que o pai é o padre José Antunes e que, por *andar fugido às guerras*, mudou o seu nome para o que está neste assento que é António Moreira.

Em Gavião:

Domingas, solteira, do lugar de Sá, foi mãe de Manuel, a 31 de outubro de 1667, indicando como pai da criança o padre Manuel Rodrigues Ribeiro, clérigo de Barcelos.

Paralelamente aos clérigos, identificámos alguns homens de estratos sócio económicos mais favorecidos como pais de crianças ilegítimas, indiciando que este fator poderia facilitar as aproximações.

2.8. Propensão para a bastardia

Certas famílias parecem ter sido particularmente atreitas às formas mais extremas de inconformismo sexual. As criadas, jornaleiras e as filhas de caseiros, provenientes de famílias que se encontravam no escalão mais baixo da hierarquia sócio-económica, contribuíram significativamente para os nascimentos ilegítimos.

(Brettell, 1991: 254)

Várias famílias mostraram marcas de tendência para a ilegitimidade. Vejamos alguns casos.

Em Famalicão:

Mariana Josefa, a *galega*, nascida a 14 de abril de 1799, fruto de uma união não conjugal, atestou a inclinação desta família. Conheceram-se-lhe 6 filhos ilegítimos, o primeiro batizado a 3 de

novembro de 1813, quase dois anos depois de a avó materna morrer, tinha a mãe 14 anos. Um dos filhos nasceu a 20 de novembro de 1822 e foi exposto nesse dia na Roda de Santo Adrião. A mãe de Mariana Josefa, sua homónima, era filha de uma mulher solteira, Maria Domingues, e ambas naturais da Galiza. Esteve casada com Estêvão Garcia do qual teve 2 filhos nascidos, respetivamente, a 15 de outubro de 1785 e a 29 de janeiro de 1790, em Famalicão. Estêvão já estava ausente a 17 de maio de 1793, data do registo do batizado da primeira filha ilegítima de Mariana Josefa. Seguiram-se mais dois filhos fora do casamento.

Em Nine:

No lugar das Farinhas, viveram 3 mulheres, mãe, filha e neta, todas mães solteiras: Domingas Leitoa era filha de Maria Leitoa. Domingas batizou 5 filhos naturais, entre 1729 e 1744 e a filha Maria 2 filhos.

Em Gavião:

Joana da Conceição, mulher de Manuel João, do lugar de Além, era filha de Maria Gomes, solteira e natural da freguesia. Joana da Conceição foi mãe de, pelo menos, 3 filhos espúrios: Paulo batizado em 25 de janeiro de 1762, Joana em 22 de março de 1763 e Martina em 29 de Janeiro de 1768.

Em Vermoim:

Ana Griza, solteira, do lugar do Olival, teve pelo menos 3 filhos, um em 1630, outro em 1633 e o último em 1637. Uma sua filha, Jerónima, do lugar do Olival, também em solteira, teve em 1663, um rapaz, uma menina em 1667 e um outro rapaz em 1673. Catarina Griza, sua irmã, teve um rapaz em 1675.

2.9. Contextos de ilegitimidade

Encontramos várias causas prováveis de ilegitimidade:

Em Famalicão:

Teresa Maria Machado, nascida a 6 de agosto de 1720, foi mãe com 27 anos. Registou, pelo menos, a partir daí mais 2 filhos. Os pais, oriundos de outra freguesia, eram caseiros no lugar de Mões e estavam separados, segundo o *Roteiro dos culpados de 1735* e a *Devassa e Termo dos culpados de 1747*.

Em Gavião:

Maria, solteira, de Mouquim, teve em Gavião a filha Angélica, em 9 de novembro de 1722. No assento de batismo o redator indica que a dita mulher era criada de seus tios Gonçalo Rodrigues e Isabel Rodrigues.

Em Cabeçudos:

Em 1 de dezembro de 1808, foi batizado Manuel, filho espúrio de Maria Antónia, exposta, mulher de José Pereira, ausente há muitos anos do reino.

Em Gavião:

Maria da Costa, do lugar de Moledo, encontrando-se o marido Joaquim da Costa ausente do reino, teve um filho adulterino, Martiniano, em 12 de outubro de 1857.

Em Nine:

Em 11 de junho de 1846, foi batizada Ana, filha de Teresa Maria da Silva, do lugar de Fontecova, casada com Batista Gomes da Costa degredado para Angola havia sensivelmente 4 anos sem ter voltado, a que se seguiram mais 2.

Nalgumas freguesias aparecem-nos batizados de escravos, como:

Em Cabeçudos:

A 6 de abril de 1650 foi batizado António filho de Maria Preta. A 24 de maio de 1771, foi batizado Custódio, negrinho, filho natural de Maria, escrava do padre José Rodrigues da Cruz, de S. Miguel da Palmeira, bispado do Porto.

Em Famalicão:

Maria era filha de Rosa, escrava de Teresa Moreira dos Santos, e foi batizada em 9 de janeiro de 1747; Silvestre foi batizado em 31 de dezembro de 1751 e era filho de Rosa, escrava de Tomé Veloso Rebelo e em 19 de janeiro de 1753, foi batizado Manuel, filho de Maria escrava, cuja dona era Maria Francisca, viúva de Bento Correia Pinto.

Em Gavião:

Luísa, moça já crescida, foi “instruída nos mistérios da Santa Fé” e batizada a 10 de março de 1743. Era escrava de André Moreira de Faria, morador no lugar de Real; em 4 de abril de 1769, foi batizado Martinho, filho de Antónia, solteira, escrava de Manuel da Silva e em 1781, foi batizada Maria, filha de uma escrava de Manuel Simões. Em 1784, foi batizado Pedro, filho de uma escrava.

Em Vermoim:

Em 4 de janeiro de 1718, foi batizado António, filho de Teresa, do lugar de Penelas, escrava de Francisco Carvalho.

3.Exposição de crianças

Um dia apareceu em Landim um homem de Barcelos, procurando a mulher que trouxera da roda dos expostos, em 1851, uma menina chamada Amélia. Vivia ainda a ama que a criara. Foi chamada a exposta à presença do homem que se dizia portador de uma fausta nova.

(Camilo Castelo Branco, *Aquela casa triste*)

3.1 Enquadramento legislativo

A preocupação com o abandono de crianças remonta às Ordenações do Reino, obrigando legalmente as mulheres solteiras grávidas a declararem o parto e a criarem os filhos se tivessem condições. O normativo de Pina Manique, de maio de 1783, introduziu a questão do sigilo no processo da exposição, obrigando os progenitores, caso as circunstâncias se alterassem, a criá-las.

Os preceitos legislativos da Roda acabaram por não ter os efeitos práticos desejados, levando o Estado a nomear uma comissão para refletir sobre o processo. Entre 1862 e 1867, foram realizados relatórios síntese desse trabalho técnico, que conduziram à criação dos hospícios, com a obrigatoriedade da admissão condicionada, o que levou à descida da exposição, mas não ao seu desaparecimento.

Por último, surge a atribuição dos subsídios de lactação para os mais carenciados.

3.2 As crianças expostas

O interesse dos investigadores tem convergido para o fenómeno do abandono de crianças, nomeadamente pelo seu impacto na dinâmica das populações, sobretudo no século XVIII e XIX. Só em raros casos, é possível identificar estas crianças, inviabilizando seguir o percurso de vida deste conjunto de indivíduos, a não ser em casos esporádicos e com maior viabilidade quando temos a paróquia reconstituída, como veremos com Famalicão, onde nos foi possível fazê-lo.

Vários estudos empíricos apontam para a dificuldade, ou mesmo impossibilidade, da identificação dos locais de nascimento das crianças expostas, tal como Norberta Amorim (1987:230), quando investiga a população de Guimarães, em longa duração e Teodoro da Fonte (2005), na análise da questão dos expostos numa vasta área do Minho. Interessa lembrar ainda a existência de casos que não pertençam à área administrativa que não a da Roda.

Com a criação no século XVIII das Rodas em todas as cidades e vilas do País, a maior parte das crianças abandonadas concentrou-se nestas instituições, o que é demonstrado por Fonte (2005:57), que em trabalho já citado, calculou que nos batizados feitos em Ponte de Lima, em 1873, 76 por cento eram de expostos, acontecendo um cenário idêntico em Famalicão, em que entre 1786 e 1860, mais de quarenta por cento de crianças eram expostas.

Apontam alguns estudos para a possibilidade de haver correlação entre a ilegitimidade e a exposição de crianças durante o período de vigência da Roda, ou seja, a diminuição do número de ilegítimos se dever ao funcionamento desta instituição. Como exemplo, citamos (Fonte:2005), para o Alto Minho.

No concelho de Famalicão, a exposição de crianças revelou-se estatisticamente pouco significativa, só chegando a 1,1 %, em Famalicão e em Mouquim, respetivamente no período de 1620 a 1785 e de 1609 a 1878. Em Santiago de Antas, a 0,3%, entre 1581 e 1749. Em Avidos, apenas encontrámos crianças expostas a partir do século XVIII, atingindo 1,4% entre 1700 e 1799 e 2,1%, de 1800 a 1899. Santiago de Antas mostrou uma tendência diferente de 1750 a 1879, com a percentagem de 3,3. O caso de Famalicão será especial, por na localidade ter funcionado a Roda dos expostos, onde se encontrou entre 1786-1860, um valor de 41,3 %.

Em Cabeçudos, de 1638 a 1785, a proporção foi de 1,1%. Entre 1627 e 1785, em Gavião, atingiu 1,8% e em Nine e Vermoim ficou por 0,9%. Para o período de 1786 a 1867, a proporção de expostos aumentou nas várias freguesias, ficando respetivamente: em Cabeçudos nos 1,7%, em Nine nos 1,2%, em Vermoim nos 3,2% e em Gavião, nos 2%.

3.3 Contextos de exposição

Alguns estudos de caso de paróquias reconstituídas podem trazer-nos dados importantes para a questão:

Caetano José da Silva Magalhães casou em Famalicão, a 4 de setembro de 1813, tendo sido exposto na Roda da freguesia e recolhido mais tarde pelos pais que depois legalizaram a sua situação matrimonial.

A ilegitimidade e a exposição de crianças parecem ter andado irmanadas, como transparece das devassas. Numa *Devassa da visita do arcediogo de Vermoim, de maio de 1816*, em Famalicão, é relatada a relação duradoira de mancebia entre José Bento de Almeida, casado, fabricante de fitas, e Maria Pedreira, solteira, sua vizinha, que *tem parido e enjeitado os filhos*.

Singularidades na exposição:

No ano de 1774, foram batizadas em Nine duas crianças expostas na freguesia: uma delas, Maria a 21 de junho de 1774, escrevendo o redator paroquial no seu assento: “Consta que a exposta veio do Louro”. Outro caso foi o de Manuel, batizado a 15 de abril de 1782, abandonado junto de uma casa da freguesia, vindo-se a descobrir que era filho de Mariana, solteira, filha de Manuel de Araújo e Mariana da Costa, do lugar de Nine.

Considerações finais

O estudo que se apresenta, constituído por 8 freguesias, revela dados preliminares no que concerne às 4 trabalhadas pelo método agregativo.

Concluimos sobre os métodos utilizados que o microanalítico nos oferece um campo de análise amplo e seguro, que em muito ultrapassa a abordagem quantitativa.

Nas freguesias famalicenses, constatou-se que a maioria das crianças fazia parte de uma família legítima, mas que tinha algum significado o número das que eram oriundas de lares monoparentais.

A frequência dos comportamentos de reprodução ilegítima, nas 8 freguesias em análise, mostrou uma sociedade, onde a par das famílias formadas pelo casamento, se encontrava um número não despidendo de outras, certas delas monoparentais e algumas onde os laços relacionais podiam ser de um casal aceite ou não pela comunidade, mas que não eram consagrados pelo matrimónio.

Apesar da extinção da Roda, o abandono de menores continuou presente na sociedade portuguesa e as crianças durante muitos anos foram colocadas em vários locais, como junto de casas particulares e até na entrada do edifício da antiga Roda.

No início do estudo, colocámos como uma das questões centrais, sabermos se a introdução da Roda dos expostos, sediada em Famalicão, alterou os valores da ilegitimidade registada nas freguesias analisadas. Tomámos como amostra Vila Nova de Famalicão e as 4 freguesias que íamos

estudar pela primeira vez, ou seja, Cabeçudos, Gavião, Nine e Vermoim, em que podíamos introduzir uma periodização que nos permitisse fazer a aferição. Concluímos que para além da freguesia sede da Roda, nas outras 4 freguesias desceu globalmente a percentagem de ilegítimos, no período de vigência da mesma, em função do lapso temporal anterior, exceto para Nine, em que subiu ligeiramente. No segundo período, aumentou a proporção de expostos, parecendo indiciar correlação, não deixando nós de admitir outras causas.

Referências

- Amorim, Norberta, (1987). *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo demográfico*. Lisboa: I.N.I.C.
- Amorim, Norberta, (1991). *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga: Universidade do Minho.
- Brettell, B., Caroline (1991). *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Chaunnu, Pierre (1986). *História ciência social*. Madrid: Eucuentro Ediciones.
- Dupâquier, Jacques (1979). *La population rural du bassin parisien a la époque de Louis XIV*. Paris: E.H.E.S.S.
- Flinn, Michael W. (1989). *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*. Barcelona: Editorial Critica.
- Fonte, Teodoro Afonso da (2005). *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1942)*. Vila Praia de Âncora: Ancorensis Cooperativa de Ensino CRL e NEPS (Universidade do Minho).
- Juncal, Martin (2004). *Vidas através das gerações comportamentos demográficos de uma comunidade rural do Baixo Minho: Santiago de Antas (1581-1910)*. Tese de mestrado, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Neves, António Amaro das (2001). *Filhos das ervas - A ilegitimidade no Norte de Guimarães séculos XVI-XVIII*. Guimarães: NEPS/ICS - Universidade do Minho.
- Paiva, Odete (2001). *S. Martinho de Avidos, comunidade rural do vale do Ave, demografia e sociedade*. Vila Nova de Famalicão: NEPS/Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Paiva, Odete (2013). *Vila Nova de Famalicão – de freguesia rural a urbana (1620-1960): Comportamentos Demográficos e Sociais*. Dissertação de doutoramento. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Ventura, Maria Manuela Soares (2000). *S. Tiago de Mouquim, comportamentos demográficos de uma paróquia rural famalicense 1609-1878*. Dissertação de mestrado. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

**Ala que se faz tarde: a emigração para o Brasil no concelho de Vila Nova de Famalicão
entre a segunda metade de Oitocentos e o início da Primeira Guerra Mundial**

Odete Paiva

CITCEM UP, paivaodetejb@gmail.com

Resumo: Esta comunicação tem por objeto a análise da emigração legal para o Brasil dos famalicenses, entre 1867 e 1914. Dividimos o estudo em duas partes: na primeira, após caracterizarmos brevemente a freguesia, fazemos um quadro sinótico do seu cursus demográfico, que nos permite compreender melhor a “saída” desta população, muitas vezes sem retorno. Na segunda, estudamos a emigração legal dos famalicenses, introduzindo alguns estudos de caso e, sempre que possível, comparamos os resultados quantitativos da vila com o concelho.

Depois de termos procedido à reconstituição da freguesia de Vila Nova de Famalicão, pelo método Amorim (1991), o que nos permitiu fazer uma análise microanalítica, passámos ao estudo comparativo, pelo método agregativo, com as outras freguesias da unidade administrativa. Como dispúnhamos de um acervo ainda inédito de um emigrante de torna viagem, o famalicense Sousa Fernandes, constituído fundamentalmente por centenas de cartas recebidas e enviadas, procurámos extrair delas elementos que nos ajudassem a compreender o fenómeno multifacetado da mobilidade de longa distância. Além dos registos dos atos vitais, incorporámos outras fontes, como inquirições de genere, documentos para solicitar passaporte, passaportes, cartas de chamada, listas de eleitores e ilegíveis e imposto da décima. Estávamos, desta forma, em melhores condições para interpretar os resultados e traçar um perfil da população em estudo, avançando com outra segurança para a compreensão da variável mobilidade.

Em síntese, o concelho de Famalicão e a sua sede foram território de emigração, entre meados do século XIX e começo da Primeira Grande Guerra Mundial e desta terra minhota saíram muitos habitantes, a maioria em idade bem precoce, primordialmente homens solteiros que demandaram fundamentalmente o Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Emigração legal, Brasil, Vila Nova de Famalicão, 1867-1914.

Abstract: This communication aims to study the legal emigration of Vila Nova de Famalicão's inhabitants to Brazil between 1867 and 1914.

We divided our study into two parts: in the first part we described the parish and made a synoptic picture of its demographic cursus, which allowed us to better understand the frequently no return flow of this population, in the second part we studied the legal emigration of Famalicão inhabitant sand, for that purpose, we introduced some case studies and, where possible, we compared the quantitative results with the whole county data.

We used the Amorim's method (1991) to reassemble the data of the county seat parish, which led us to make a microanalytical analysis. Thus, using the aggregative method, we started the comparative study with the other parishes of the administrative unit. We had available an unpublished compilation of an emigrant – Sousa Fernandes - who had returned home. The documental compilation, mainly consisting of hundreds of incoming and outgoing letters, allowed us to extract some elements that helped us to understand the multifaceted phenomenon of long-distance mobility.

In summary, between the mid-nineteenth century and the beginning of the First World War, Famalicão county and its county seat village were a territory of emigration. From this land many people had left, mostly very young single men who fundamentally headed to Rio de Janeiro.

Keywords: Legal emigration, Brazil, Vila Nova de Famalicão, 1867-1914-

1. Vila Nova de Famalicão

Vila Nova de Famalicão é uma cidade portuguesa da região Norte e sub-região do Ave integrada no distrito de Braga. No século XIX, foi elevada a sede de concelho e a vila, respetivamente nos anos trinta e quarenta e a cidade em 1985.

Até à nova divisão administrativa de 2013, era sede de um município formado por 49 freguesias, passando a 34, após a união de algumas. Segundo dados do INE de 2011, o concelho ocupava uma área de 201. 59 Km² e tinha 133.832 habitantes e a cidade 33. 045.

O concelho é limitado a norte pelo município de Braga, a este pelo de Guimarães, a sul pelos de Santo Tirso e da Trofa, a oeste pelos de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim e a noroeste pelo de Barcelos.

A localização de Famalicão, como que formando uma estrela radial, terá sido um elemento central do seu incremento, que foi potenciado no século XIX, pelas novas vias rodoviárias como as do Porto – Famalicão – Braga, Famalicão – Barcelos (1843) e Famalicão – Guimarães e Famalicão – Póvoa de Varzim – Vila do Conde (1850-1860) e pela via ferroviária (1875).

O século XIX polarizou brasileiros que se fixaram na Vila e foram cruciais para o seu desenvolvimento, fazendo do século XX um período de fulgor, atraindo empresários de vários sectores, incluindo a banca.

1.1 Quantitativos populacionais 1796 – 1920

A tabela dá-nos uma visão da evolução da população famalicense entre finais do século XVIII e a segunda década do século XX.

Tabela 1: Quantitativos populacionais (1531-1960)

Ano	Fogos ou Moradores	População	Fontes
1796	180	720*	<i>Cadastro de Villas Boas - Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII (1796).</i>
1845	244	976*	<i>Inquérito do Arciprestado de Vila Nova de Famalicão de 1845, Arquivo Distrital de Braga.</i>
1864	352**	1502	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1878	386**	1791	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1890	428**	1917	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1900***	443**	2170	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1911	444**	2314	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1920	465	2284	<i>Recenseamento geral da população.</i>

* Para a conversão fogos-habitantes, aplicámos o multiplicador 4. **Fogos. *** Os dados do Censo de 1900 foram-nos dados por via indireta, através do estudo comparativo apresentado no Censo de 1960.

A população foi sempre aumentando, exceto na segunda década do século XX, fruto da mortalidade excecional entre 1918 e 1919.

Assumindo que a posição estratégica foi um elemento da dinâmica populacional, quisemos compreender como as variáveis demográficas interagiam.

Tínhamos grande expectativa em saber que estratégias foram usadas para se chegar a um índice populacional de relevo no século XIX e se ter mantido, até com uma tendência global de incremento, sabido o êxodo expressivo dos minhotos nesta centúria e mesmo em parte da seguinte.

Observemos a tela populacional da freguesia: ao longo dos séculos, após o filtro por que passavam com o celibato definitivo e com a perda de vários anos de potencial reprodutivo da mulher, com uma idade média ao casamento acima dos 24 anos, a fecundidade dos casais nem sempre logrou êxito e a esterilidade mostrou-se acentuada.

Vivendo em média em união conjugal um pouco acima de 25 anos até 1929 e entre 1930 e 1960, cinco anos mais, o número médio de filhos por casal fecundo esteve longe do estimado, cifrando-se em cerca de 5 filhos, na linha do que Livi-Bacci (1993:229) defendia para as populações que não praticavam o controlo dos nascimentos, que teriam em média entre 5 e 6 filhos, quando teoricamente poderiam ter o dobro.

Nem todas as crianças nascidas na freguesia eram fruto do casamento, havendo as designadas por ilegítimas, com uma proporção de 9 em 100, até cerca de início do século XIX, bem como as enjeitadas, estatisticamente pouco relevantes até à criação da Roda dos Expostos em Famalicão (1786), mas com um número expressivo durante a sua vigência.

Completando o quadro, estamos em presença de uma população em que a esperança média de vida até à segunda metade do século XIX, para os indivíduos com mais de 25 anos casados, atingiu 39 anos, e em que a mortalidade excecional nunca teve dimensões de catástrofe.

Seria a migração externa um elemento equilibrador de relevo para esta população?

Admitindo algum subregisto e que estamos em presença só da emigração legal, podemos afirmar que esta assumiu em Famalicão proporções significativas, de molde a alterar a estrutura sóciodemográfica e a dinâmica populacional.

Entre os indivíduos que emigraram, os que o fizeram por via de documentação legal constitui o corpo do nosso trabalho, embora demos a conhecer alguns casos de emigração clandestina.

2. Mobilidade

A mobilidade foi considerada por Magalhães Godinho (1978), como uma constante estrutural da sociedade portuguesa, apontando para um pico durante os anos 50-70 do século XIX.

Abundam os escritores que analisaram a questão, como Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Afonso Costa e Basílio Teles, afirmando este (1904: 157):

Emigra-se do Norte de Portugal por falta de paralelismo entre o crescimento da população, em especial da população trabalhadora, e o desenvolvimento da riqueza (...) É a sua caixa económica, o seu seguro de vidas, o seu capital de reserva - a pobre creança que eles exportam para os Brazis.

Durante as comemorações do V Centenário dos descobrimentos portugueses, uma vasta série bibliográfica surgiu, com diferentes e até novas abordagens sobre o fenómeno migratório português para o Brasil.

Focalizados no Minho, surgem estudos como o de Miguel Monteiro (2000) que analisa os migrantes, emigrantes e brasileiros em Fafe e o de Henrique Rodrigues (2004) sobre a emigração no Alto Minho no século XIX.

Famalicão pertence a um dos 9 distritos do Norte de Portugal a que alude Basílio Telles, em que se registou um êxodo significativo, dando lugar ao desaceleramento demográfico, à presença de viúvas de vivos, a uma sociedade formada maioritariamente por mulheres.

2.1 Fontes e metodologia

As fontes para o estudo da emigração foram os passaportes e os documentos exigidos para a sua requisição (1867-1914), cruzados com listas de eleitores e ilegíveis, imposto da décima e inquirições de genere, e os registos dos atos vitais organizados em fichas de família da paróquia de Famalicão reconstituída pelo método Amorim (1991), bem como imprensa periódica.

Para o concelho, usámos o método agregativo e para a Vila o modelo de análise quantitativo e qualitativo, por dispormos de uma base de dados que no-lo permite.

Registámos na ficha de família as indicações referentes à mobilidade e, quando só tínhamos o indivíduo, elaborámos uma ficha individual, onde fizemos o mesmo. Criámos depois um ficheiro com todos os indivíduos que emigraram. Tínhamos, deste modo, uma base aberta à inclusão de qualquer outro dado e estávamos em melhores condições para interpretar os resultados e traçar um perfil da população em estudo, avançando com outra segurança para a compreensão da variável mobilidade.

2.2 Emigração legal dos famalicenses entre 1867 e 1914

A emigração legal representa uma parcela dos indivíduos que deixaram o País e é sobre ela que incidiremos a nossa análise, estudando o caso de Vila Nova de Famalicão entre 1867 e 1914 e sempre que possível, comparando os resultados com os do concelho.

Entre 1867 e 1890, encontrámos para o concelho de Famalicão mais de mil e quinhentos pedidos individuais e coletivos.

Pelo cruzamento das várias fontes, pudemos confirmar condições particulares de partida expressas em vários exemplos:

A - Tendência do apelo familiar

Na geração nascida antes da independência do Brasil, encontramos os primeiros emigrantes da família de Joaquim José de Sousa Fernandes. A sua correspondência conjugada com as outras fontes já referidas permitiu-nos avançar com segurança na construção da rede familiar no Brasil e das relações entre alguns dos seus membros.

A primeira geração documentada com emigrantes para o Brasil pelo lado paterno de Joaquim José de Sousa Fernandes foi a do pai e dos tios, como vemos:

Em 26 de abril de 1801, casou em Famalicão, Paulo Joaquim Fernandes com Ana Luísa de Sousa Fernandes e tiveram pelo menos, 10 filhos. Ficou comprovada a ida para o Brasil de 4: Manuel e Francisco ambos nascidos em Famalicão, respetivamente a 15 de março de 1813 e a 20 de outubro de 1815, este falecido em 7 de agosto de 1860, aos 40 anos, solteiro, com a profissão de negociante; Joaquim José Dias Fernandes, nascido em Famalicão, cerca de 1818, que casou com a cidadã de S. José, Rio de Janeiro, Dona Adelaide Augusta Freitas Fernandes, proprietária, falecida em 3 de abril de 1864, em Famalicão e António Joaquim Fernandes, nascido por volta de 1823 que emigrou para o Rio de Janeiro e lá esteve empregado na Rua Direita, na Casa Comercial do sogro do irmão Manuel, pelo menos entre 1837-1838 ou 1839, segundo escreve ao filho, em 10 de março de 1866.

Joaquim José e D. Adelaide tiveram 3 filhos, 2 no Rio de Janeiro: Paulo Fernandes e Maria Adelaide (em Candelária). O casal morreu em Famalicão, ela em 3 de abril de 1864 e ele em 29 de janeiro de 1891, indicando-se no registo de óbito que era proprietário.

Paulo Fernandes foi para o Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1873 e em 6 de abril de 1874, trabalhava como caixeiro numa loja de fazendas por atacado, na Rua Direita n.º 115. Casou no Brasil e não regressou a Famalicão.

António Joaquim Fernandes voltou a Famalicão onde se fixou e casou com Justa Maria de Sousa. Tiveram 3 filhos: os dois rapazes emigraram para o Rio de Janeiro antes dos 14 anos e a rapariga foi com o irmão mais velho em 1878, depois da morte da mãe. Só não regressou o mais novo.

Vejamos, a título de exemplo, o caso do filho primogénito:

Joaquim José de Sousa Fernandes nasceu e faleceu em Famalicão, respetivamente a 24 de janeiro de 1849 e a 13 de abril de 1928. Seguiu com 13 anos, a 8 de junho de 1862, para o Rio de Janeiro. Ficou em casa do irmão do pai, Manuel Fernandes e foi trabalhar como caixeiro para a firma Marques Pinheiro e C.ª situada na Rua da Quitanda n.º 94, do primo pela linha materna, Manuel José Marques Pinheiro. Em 23 de setembro de 1866, já estava empregado na Casa Comercial de Bernardino Lopes Ribeiro & C.ª, na Rua de S. João n.º 57,

em Niterói, segundo carta desta data, do amigo e conterrâneo, também emigrante nesse país, Aurélio Coelho. Regressa ao Rio de Janeiro como caixeiro viajante na empresa de fazendas por atacado Gomes & Portela, na Rua Teófilo Ottoni n.º 23. Passa a interessado e em janeiro de 1877, segundo um comunicado do dia 2 desse mês enviado aos clientes, ascende a sócio da Fernandes Andrade & C.ª com Manuel Portela, Francisco de Andrade e Joaquim Carvalho, posição onde se mantém vários anos, conquanto a empresa vá mudando de sócios.

Segundo o Livro n.º 2 da Contabilidade de Joaquim José de Sousa Fernandes, em 1898, este envereda pela indústria de lanifícios na firma Fernandes D'Olne & C.ª, associando-se ao belga Frederico D'Olne que em Niterói havia criado em 1895, com o português emigrante no Brasil, José Leite da Cunha, a Fábrica Aurora, situada no bairro do Barreto, sob a designação comercial Leite da Cunha & Olne. Em 1901, a firma assume o nome de Cruz D'Olne & C.ª e tem quatro sócios: Frederico D'Olne e António Soares da Cruz como solidários e José Leite da Cunha e Joaquim José de Sousa Fernandes como meios comanditários, cada um com o capital social de 50.000.00065.

Em 1902, a empresa passa para o antigo edifício da Companhia das Forjas Nacionais, na Rua da Real Grandeza, no Rio de Janeiro.

António Joaquim Fernandes e Justa Maria de Sousa tinham vários familiares diretos no Brasil como irmãos, sobrinhos e primos e alguns foram fundamentais nos primeiros tempos para os filhos que partiram para esse país.

Dos emigrantes que conseguimos enquadrar na família, surgem-nos outras situações:

B- Filhos de famílias das mais destacadas

José Veloso de Miranda Campos, filho de José Veloso de Miranda e de Dona Quitéria Joaquina de Almeida Campelo, do lugar da Rua, descendente dos enfiteutas da Quinta da Eira, era o mais velho dos filhos que conhecemos ao casal. Órfão, solteiro e com 27 anos, projetou ir para o Rio de Janeiro, em 17 de maio de 1868. Com a irmã já casada há 5 anos, talvez herdeira privilegiada, e tendo José, porventura, recebido tornas que lhe permitiram custear a viagem, decidiu traçar um novo rumo na sua vida.

C- Retorno de famalicenses casados no Brasil

António Joaquim da Costa Macedo residia em Famalicão e casou em S. José, no Rio de Janeiro, com Teresa Martins Marques dessa cidade. Na posição de proprietário e capitalista, teve na Vila 3 filhos, entre 25 de abril de 1862 e 5 de maio de 1867, falecendo-lhe a mulher com a idade de 39 anos, talvez por complicações do parto, uma vez que morreu decorridos pouco mais de três meses do nascimento do filho. Só a título de curiosidade, refira-se que uma filha deste casal foi nora de Camilo Castelo Branco.

D - Mulheres de emigrantes

Rita da Costa era criada de servir e casou com Manuel José da Cruz, que foi para o Brasil, não se sabendo dele, pelo que Rita seria casada ou viúva, segundo o padre. Teve a filha natural, de nome Maria Rosa da Costa, em Famalicão, que por sua vez, em 27 de agosto de 1903, com 22 anos, emigrou para Manaus, então solteira e residente nesta data no Porto, indicando-se no processo que não sabia escrever. Levou o filho natural, Florêncio, de 16 meses, nascido em Cedofeita no Porto.

2.3 Dados quantitativos da emigração legal da Vila de Famalicão e do concelho

Foi significativo o fluxo migratório do concelho de Famalicão, desde a segunda metade do século XIX até o eclodir da Primeira Guerra Mundial. O volume aumentaria, se tivéssemos acesso aos que foram clandestinamente, como se extrai da notícia do jornal local O Regenerador de 24 de novembro de 1905:

Por tentarem emigrar clandestinamente para o Brasil, foram presos pela polícia repressiva António Domingues da Costa, seu irmão José Domingues da Costa, seu pai Manuel Domingues da Costa e os senhores António da Cunha e Joaquim da Costa Painço, os dois últimos apenas por terem dado carta de recomendação aos emigrantes. Todos prestaram fiança.

Neste estudo, iremos abordar as saídas legais para o Brasil, apresentando de momento, para o concelho dados preliminares. O início da observação para alguns indicadores varia em função da existência de fontes.

Tabela 2: Emigração do concelho (1867-1914)

Período	Individual	Coletiva	Total de pedidos
1867-1890	1428	60	1488
1891-1902	354	85	439
1903-1914	1064	76	1140
Período global	2846	221	3067

De 1867 a 1914, do concelho de Famalicão partiram com documentação mais de 3 milhares de habitantes, só contando os requerentes dos documentos.

Entre 1867 e 1890, foi perto de milhar e meio de indivíduos, numa média anual de 64,2 emigrantes. Anos houve como o de 1871, em que quase chegou à centena e meia, atingindo-se as duas centenas no ano seguinte. O número de pedidos de passaporte diminuiu bastante entre 1891

e 1902, com uma média anual de 36,5 emigrantes. Entre 1903 e 1914, foi atingida a média máxima, com 95 requerentes. O quadro seguinte dá-nos um panorama do número de emigrantes da Vila.

Tabela 3: Emigração da Vila (1867- 1914)

Período	Individual	Coletiva	Total de pedidos
1867-1890	102	5	107
1891-1902	48	20	68
1903-1914	43	3	46
Período global	193	28	221

Entre 1867 e 1890, foram 4,5 emigrantes em média por ano. De 1891 a 1902, subiu para 5,7 e entre 1903 e 1914, baixou para menos de metade (2,6). Verifica-se assim que Famalicão e o concelho não tiveram ciclos similares.

Como se constata, a Vila entre 1867 e 1890, contribuiu com 7,1% de emigrantes e entre 1891 e 1902, com 13,6%, quase o dobro do período anterior. Com passaporte coletivo, a proporção foi respetivamente de 8,3% e de 23%. Entre 1903 e 1914, a emigração individual atingiu 4,1% e a coletiva 3,9%, logo, a proporção mais baixa. A viagem com passaporte coletivo da sede acompanhou a tendência de descida encontrada no concelho, porém de maneira mais pronunciada, parecendo indiciar que o reagrupamento familiar já teria ocorrido.

No período global, em 100 emigrantes, perto de 7 eram da Vila. Na emigração coletiva, a proporção foi superior, com quase 13 emissões da sede do concelho em cada 100 deste.

2.4 Relação de género dos emigrantes

Vejamos quem embarcava:

Tabela 4: Emigração individual do concelho por género (1867-1914)

Género	1867-1890		1891-1902		1903-1914		1867-1914	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Homens	1415	99,1	331	93,5	1023	96,1	2769	97,3
Mulheres	13	0,9	23	6,5	41	3,9	77	2,7
Total	1428	100	354	100	1064	100	2846	100

Em todos os períodos, emigraram essencialmente homens. Passemos a observar o quadro da Vila:

Tabela 5: Emigração individual da Vila por género (1867- 1914)

Género	1867-1890		1891-1902		1903-1914		1867-1914	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Homens	99	97,1	43	89,6	39	90,7	181	93,8
Mulheres	3	2,9	5	10,4	4	9,3	12	6,2
Total	102	100	48	100	43	100	193	100

Constatou-se um padrão idêntico ao concelhio. O período de 1891 a 1902 foi o que registou mais mulheres, tal como no concelho.

No período global, apurou-se que proporcionalmente emigraram mais do dobro das mulheres da Vila do que do resto das freguesias.

2.5 Estado civil dos emigrantes

Passemos a conhecer melhor os emigrantes acedendo ao seu estado civil:

Tabela 6: Emigração individual do concelho por estado civil (1867- 1914)

Estado	1867-1890		1891 – 1902		1903-1914		1867-1914	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Solteiros	947	66,4	215	60,8	581	54,6	1743	61,2
Casados	391	27,3	106	29,9	455	42,8	952	33,4
Viúvos	35	2,4	15	4,2	15	1,4	65	2,2
Não consta	55	3,9	18	5,1	13	1,2	86	3,2
Total	1428	100	354	100	1064	100	2846	100

Em todos os períodos, predominaram os solteiros: entre 1867 e 1890, atingiu o valor superior e o mais baixo entre 1903 e 1914, período em que a proporção de casados foi considerável, aproximando-se da registada para os solteiros.

Em síntese, entre 1867 e 1914, o número de emigrantes solteiros foi quase o dobro do dos casados, se bem que a partir de 1903, em termos proporcionais diminuísse.

Observemos o que aconteceu na Vila:

Tabela 7: Emigração com passaporte individual da Vila por estado civil

Estado	1867-1890		1891 – 1902		1903-1914		1867-1914	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Solteiros	83	81,4	37	77,1	23	53,5	143	74,0
Casados	15	14,8	7	14,6	19	44,2	41	21,3
Viúvos	3	2,9	4	8,3	0	0,0	7	3,6
Não consta	1	0,9	0	0,0	1	2,3	2	1,1
Total	102	100	48	100	43	100	193	100

No primeiro período, mais de 80 em cada 100 emigrantes eram solteiros e, no segundo, esbate-se essa diferença, sendo a única fase em que quase um quarto de emigrantes era de solteiros e viúvos. O padrão do último período caracteriza-se por uma grande aproximação entre a proporção de solteiros e casados. No lapso cronológico global, quase três quartos dos famalicenses que partiram eram solteiros.

Os viúvos foram sempre em número muito reduzido, representando no período global perto de 4 em cada 100 emigrantes.

Em síntese, entre 1891 e 1914, prevaleceram os solteiros, não obstante se encontrar, entre 1903 e 1914, uma percentagem relativamente alta de casados. Nestes anos, a emigração dos homens casados quase igualou a dos solteiros e as mulheres casadas foram metade das solteiras. No período global, e tomando em consideração a proporção de homens e mulheres por estado civil, foi nas mulheres solteiras que encontrámos maior percentagem de emigrantes. Os homens casados tiveram um número expressivo, embora não possamos negligenciar que um quarto das mulheres que partiu o fez na situação de casada.

Estabelecendo um paralelo entre o quadro concelhio e o da Vila, foi patente no período global, que desta iam proporcionalmente mais homens solteiros que das outras freguesias. Observou-se também que só entre 1903 e 1914, a percentagem de solteiros se igualou.

2.6 Aproximação à literacia dos requerentes à emigração

A alfabetização de quem sai é um elemento importante para o conhecimento da emigração. Consultemos, para nos ajudar a compreender a questão, os quadros respetivos:

Tabela 8: Alfabetização dos requerentes de todo o tipo de passaportes do concelho 1885-1914

	1885-1890		1891-1902		1903-1914		1885-1914	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Escreve	204	50,6	277	63,6	728	64,1	1111	62,3
Não escreve	125	31,0	102	23,3	360	31,8	526	29,6
Não consta	74	18,4	57	13,1	46	4,1	145	8,1
Total	403	100	436	100	1134	100	1782	100

Na perspetiva de todo o período estudado, ficamos com a noção de que quem emigrou não foi uma camada de população analfabeta, muito embora admitamos que alguns dos que partiram pudessem ter só uns rudimentos de escrita, como saber assinar o nome, mas muitos deles iriam além e estavam acima das médias registadas para a população em geral.

Num horizonte concelhio e em termos de todo o período, os números da alfabetização apontam para que um pouco acima dos 62 por cento dos que emigraram soubessem no mínimo assinar. O lapso cronológico com mais emigrantes alfabetizados foi o de 1903 a 1914 e o que registou o menor número foi o de 1885-1890, conquanto mais de metade soubesse no mínimo assinar.

Passemos ao caso da Vila, para que possamos verificar se a situação foi idêntica ou divergiu.

Tabela 9: Alfabetização dos requerentes de todo o tipo de passaportes da Vila

1885-1914 Literacia	1885-1890		1891-1902		1903-1914		1885-1914	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Escreve	21	77,8	59	80,9	39	81,2	119	80,4
Não escreve	4	14,8	9	12,3	7	14,6	20	13,6
Não consta	2	7,4	5	6,8	2	4,2	9	6,0
Total	27	100	73	100	48*	100	148	100

* Não contamos com 4 indivíduos, por já terem emigrado anteriormente, logo, já estarem contabilizados.

De 1885 a 1890, encontraram-se percentagens mais baixas de alfabetizados, se bem que tenham ido além de três quartos. A partir desta data, foi aumentando o número dos emigrantes a saber escrever. O período em que os alfabetizados atingiram a maior proporção foi o de 1903 a 1914.

Observando o grau de literacia dos requerentes das outras freguesias do concelho e dos da sede, verificou-se uma diferença substantiva a favor dos vilanovenses.

2.7 Destinos de emigração no Brasil

O conhecimento dos locais escolhidos para emigrar dar-nos-á novos contributos para a compreensão do fenómeno.

Antes de analisarmos os dados, importa considerar que de 1885 a 1890, a fonte não refere o destino dos requerentes e que nomeadamente a partir de 1891, este deverá ser visto com alguma reserva, por a percentagem dos que não identificaram a localidade ter sido significativa.

Observemos a tabela:

Tabela 10: Destinos dos emigrantes do concelho com passaporte individual 1867-1914

Destinos	1867-1890	1891-1902	1903-1914	1867-1914
Rio de Janeiro	956	239	809	2004
Santos	25	16	39	80
Pará	18	12	44	74
Pernambuco	43	3	3	49
Manaus	0	12	16	28
Baía	8	3	6	17
Maranhão	7	0	4	11
S. Paulo	1	6	3	10
Rio Grande do Sul	3	0	2	5
Outros destinos no Brasil	4	0	1	5
Brasil	38	63	137	238
Total	1103	354	1064	2521

Em todos os períodos, o Rio de Janeiro foi claramente o local de eleição. As outras direções prioritárias registaram algumas variações, de acordo com os períodos em análise.

Observemos a tabela seguinte, a fim de verificarmos se este comportamento seria extensivo aos que embarcaram com documentação coletiva:

Tabela 11: Destinos dos emigrantes do concelho com passaporte colectivo 1867-1914

Destinos	1867-1890	1891-1902	1903-1914	1867-1914
Rio de Janeiro	36	52	51	139
S. Paulo	0	14	1	15
Santos	0	2	4	6
Manaus	0	5	1	6
Pará	0	1	2	3
Pernambuco	0	1	1	2
Baía	0	0	1	1
Brasil	2	6	5	13
Total	38	81	66	185

No período global, a preferência foi claramente para o Rio de Janeiro.

Atentemos na tabela, que nos permite ler a situação na Vila:

Tabela 12: Destinos dos emigrantes da Vila com passaporte individual 1867-1914

Destinos	1867-1890	1891-1902	1903-1914	1867-1914
Rio de Janeiro	71	20	31	122
Pará	2	2	6	10
Manaus	0	5	3	8
Pernambuco	4	0	0	4
Santos	0	3	1	4
Baía	2	0	0	2
Pará e Manaus	0	1	0	1
Outros destinos no Brasil	2	0	0	2
Brasil	30	20	7	34
Total	111	51	48	210

Tal como para o concelho, a sua sede registou a maior proporção de saídas para o Rio de Janeiro. No período global, ultrapassou os 58 em cada 100 indivíduos que emigraram.

Vejamos o que aconteceu com os que partiram em grupo:

Tabela 13: Destinos dos emigrantes da Vila com passaporte coletivo 1867-1914

Destinos	1867-1890	1891-1902	1903-1914	1867-1914
Rio de Janeiro	2	9	3	14
S. Paulo	0	5	0	5
Manaus	0	3	0	3
Brasil	3	1	0	4
Total	5	18	3	26

O cenário mantém-se, contudo, S. Paulo recebeu mais de 19% dos famalicenses entre 1867 e 1914 e Manaus mais de 11,5%.

Em síntese, seja quando consideramos o concelho ou só a Vila, constatou-se nos dois tipos de emissões que o Rio de Janeiro recebeu o maior contingente. Dos emigrantes da Vila, só nas partidas em família encontrámos a opção da cidade de S. Paulo.

Na emigração concelhia para S. Paulo, os que utilizaram passaporte coletivo atingiram quase o dobro dos que o fizeram individualmente. O fluxo para esta cidade era de acordo com Sevchenko (1999), o resultado de um processo favorável à captação de estrangeiros, fundamentais para o sistema global de incremento económico.

2.8 Posição do emigrante masculino e solteiro na família

As famílias teriam planos para decidir que filho ou filhos sairiam do País? Vejamos o que aconteceu através da tabela:

Tabela 14: Posição do emigrante masculino e solteiro na família da Vila 1867-1914

	Nº de emigrantes isolados não irmãos		Grupos de emigrantes irmãos	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Mais velho	30	61,2	16	28,6
Mais novo	4	8,0	12	21,4
Posição intermédia	14	28,6	28	50,0
Filho único	1	2,1	0	0,0
Total	49	100	56	100

Estão no nosso campo de observação 72 famílias. Constatou-se que quando na família partia só um filho era o mais velho que emigrava, mas nos agregados em que foi mais que um, prevaleceu a ida dos que estavam numa posição intermédia, o que nos leva a pensar que as estratégias estariam correlacionadas com as condições económicas, sendo que as que mandavam o primogénito teriam outro fôlego financeiro. Esta hipótese vai ser confirmada ou infirmada pela análise das profissões dos pais dos emigrantes que apresentamos a seguir e pelo estudo de casos.

2.9 Profissão dos pais dos emigrantes solteiros

Qual o entorno familiar dos pretendentes ainda solteiros à emigração? De que contextos económicos eles proviriam?

Das 72 famílias observadas, só de 5 não dispomos da profissão do pai do emigrante, ficando o nosso universo a ser constituído por 67 famílias. Iniciemos a nossa abordagem, centrando-nos na proporção de filhos emigrantes:

Tabela 15: Repartição dos emigrantes solteiros da Vila segundo a profissão dos pais 1867-1914

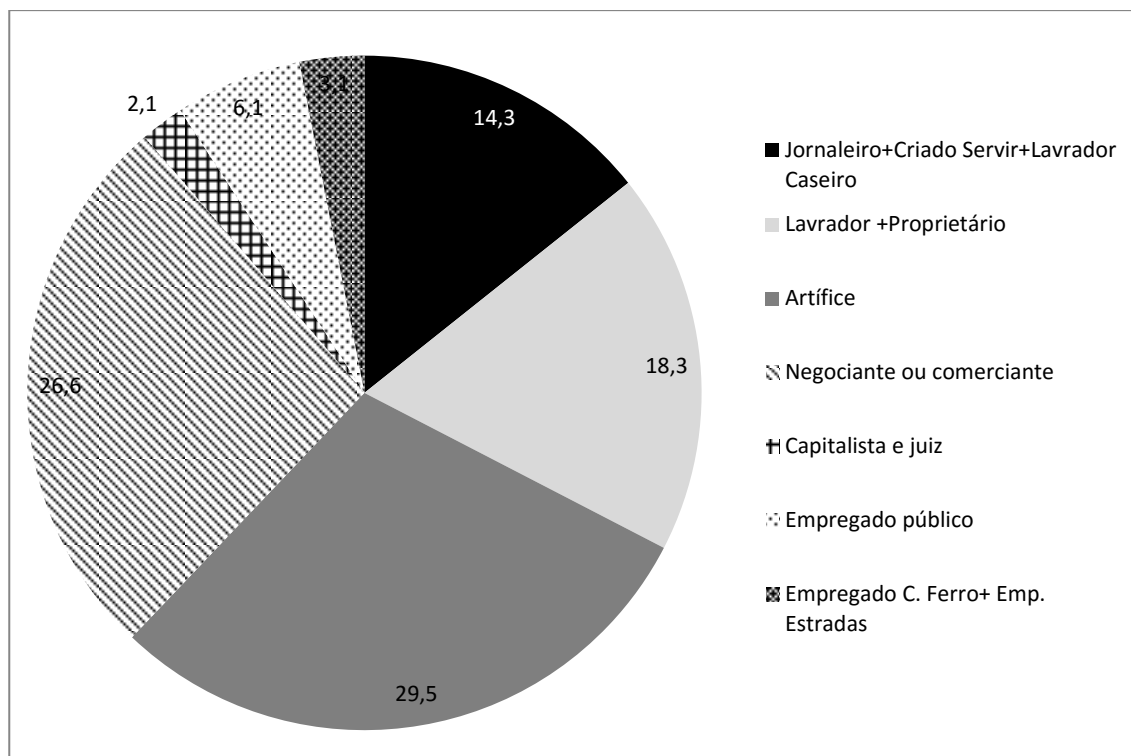
Profissão do pai	N.º Famílias	N.º Filhos	N.º Filhos emigrantes	% Filhos emigrantes	% Emigração total
Jornaleiro+Criado Servir+Lavrador caseiro	10	76	14	18,4	14,3
Lavrador +Proprietário	11	59	18	30,5	18,3
Artífice*	21	133	29	21,8	29,5
Negociante ou comerciante	18	122	26	21,3	26,6
Capitalista e juiz	2	7	2	28,5	2,1
Empregado público	3	12	6	50,5	6,1
Empregado C. Ferro+Emp. Estradas	2	8	3	37,5	3,1

* Aqui incluímos padeiros, ferreiros, relojoeiros, barbeiros, alfaiates, serralheiros, sapateiros, funileiros, carpinteiros, ferradores, pedreiros e trolhas.

Decorre dos dados que os filhos dos empregados públicos, dos do caminho de ferro e das estradas detêm a maior proporção, seguido do grupo formado por lavradores, juntamente com os proprietários, se bem que nos dois primeiros grupos a amostra seja pouco representativa. A menor proporção foi dos filhos dos menos favorecidos, o que põe a tónica na questão dos recursos para custear a documentação, a viagem, os preparativos para a mesma e algum dinheiro para os primeiros tempos.

Passemos à emigração total e apuremos as características do contingente emigratório, com base na profissão dos pais:

Figura 1: Repartição dos emigrantes solteiros da Vila segundo a profissão dos pais 1867-1914



Conforme se visualiza, o maior volume de emigrantes era formado pelos filhos de artífices e de negociantes, seguido daqueles cujos progenitores eram lavradores ou proprietários.

2.10 Emigração e aproximação ao retorno

Entre 1867 e 1914, encontramos 27 famalicenses que regressaram. Alguns ocuparam o vértice da pirâmide social e económica famalicense, como António Gonçalves Pinto, antigo cocheiro da Companhia de Viação Portuense, natural de Campanhã, no Porto, casado aos 21 anos, em Famalicão em novembro de 1866, com Maria da Costa Vidal, filha de um carpinteiro.

António Pinto solicitou guia para tirar passaporte na Câmara Municipal de Famalicão, em 19 de abril de 1876, para o Rio de Janeiro, já com 30 anos e pai de 6 filhos. Regressou como capitalista, com os filhos também com grande bem-estar económico, como: António Gonçalves Pinto Júnior, igualmente indicado como capitalista, casado no Rio de Janeiro, com Gertrudes Mota Pinto, natural desta cidade e a filha Dona Ermelinda Pinto, que casou em S.S. Rio de Janeiro, com Abílio Ferreira da Silva Areias, de S. Paio, Guimarães, nascido a 8 de novembro de 1859, filho de João António da Silva Areias e de Joana Florentina Araújo Ferreira (em 1907, Abílio Areias era negociante). Um filho deles casou com uma filha do Dr. Eduardo Carvalho, juiz conselheiro.

António Gonçalves Pinto morreu em 9 de junho de 1921, viúvo, já sem o filho mais novo, seu homónimo, falecido prematuramente em 20 de fevereiro de 1914, com 37 anos, no estado de casado.

Neste grupo de possidentes, incluímos Joaquim José de Sousa Fernandes, depois Senador Sousa Fernandes, de quem já falámos, seu primo Júlio Gonçalves Fernandes de Araújo, o fundador do café Guarani e do café Sport no Porto, António José de Faria Brandão, Carlos José de Faria Brandão e António Gomes Loureiro.

Outros emigrantes famalicenses não tendo conseguido pertencer ao grupo dos capitalistas, passaram a viver com algum conforto e certo prestígio social, como Júlio Francisco Marques, dono do antigo café do Júlio, local de encontro de algumas gerações de famalicenses.

Uma parcela de emigrantes regressou sem ter conseguido singrar na vida, como Paulo Joaquim da Silva Ferreira, que sendo criado de servir quando casou, em 5 de fevereiro de 1872, se tornou cocheiro como o pai. Partiu para o Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1874, fez pelo menos mais duas viagens para o Brasil e faleceu em Famalicão, com 74 anos, casado, com 7 filhos vivos.

Considerações finais

Em síntese, o concelho de Famalicão foi território de emigração, entre meados do século XIX e começo da Primeira Grande Guerra Mundial e desta terra minhota saíram muitos habitantes, a maioria em idade bem precoce, primordialmente homens solteiros, antes dos 14 anos. Entre os que regressaram, pelo seu espírito de iniciativa e papel empreendedor, viram mudar radicalmente as suas vidas. São os conhecidos por brasileiros ou, como os designa Camilo Castelo Branco, brasileiros de profissão, que conseguem inscrever-se nos códigos de visibilidade que os tornaram objeto da admiração dos seus conterrâneos. A estes juntam-se outros, os que ganharam o suficiente para viver acima daquelas que não emigraram e ainda os vencidos. Destes, uma parcela voltou ou lá permaneceu, acabando por falecer no anonimato. Dos que conhecemos, o seu percurso foi idêntico ao de muitos outros, em que se inscrevem manifestações materiais e simbólicas: a filantropia na terra de origem e na sede do concelho, a aquisição de propriedade rural e urbana, a construção de palacetes, a transformação da casa de família em moldes idênticos aos das casas da elite fundiária, por vezes, com marcas identificativas, como a claraboia, os azulejos, os jardins tropicais e nalgumas situações, registaram-se outras formas de visibilidade, através do exercício de funções públicas, políticas e associativas, o acesso a cargos de baronato, condado ou viscondado, com os símbolos correspondentes e projeção social. Alguns canalizaram os seus investimentos para o sector

secundário e terciário, se bem que o acume estivesse no sector primário, com a compra de propriedades. O investimento nos transportes foi raro, só o do Barão da Trovisqueira, que também aplicou capitais na indústria têxtil.

Referências

Alves, Jorge (1993b). Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista. Dissertação de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Amorim, Norberta, (1991). Uma metodologia de reconstituição de paróquias. Braga: Universidade do Minho.

Amorim, Norberta, (1999). Comportamentos demográficos através da informação paroquial. *Ler história* 36, 9-43.

Cruz, António, (1970). Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas Boas. Porto: e.a.

Godinho, Vitorino Magalhães (1978). L'émigration portugaise (XVe – XXe siècles) une constante structurale et les réponses aux changements du monde. *Revista de história económica e social* 1, 5-32.

Livi-Bacci (1993). *Introducción a la demografia*. Barcelona: Editorial Ariel.

Monteiro, Miguel (2000). *Migrantes, emigrantes e brasileiros (1834-1926)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Câmara Municipal de Fafe.

Paiva, Odete e Fernandes Adília (2009). Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910) - os bem sucedidos e os outros. In Sousa, Fernando, Martis, Isménia e Matos, Izilda (Org.). *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, 477-493.

Paiva, Odete (2013). *Vila Nova de Famalicão – de freguesia rural a urbana (1620-1960): Comportamentos demográficos e sociais*. Dissertação de doutoramento. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Pereira, Miriam Halpern e al (Eds.), (1993). *Emigração/imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos.

Rodrigues, Henrique Fernandes (2004). *Alto Minho no século XIX, contextos migratórios, sócio-culturais e familiares*. Dissertação de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sevcenko, Nicolau (1999). *Orfeu estático na metrópole S. Paulo nos frementes anos 20*. S. Paulo: Edição Companhia das Letras.

Silva, Maria Beatriz Nizza (1984). Uma Lacuna na historiografia luso-brasileira: a imigração portuguesa no Brasil. In III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. S. Paulo.

Reher, David Seven (2000). La Investigación en Demografia Historica: passado, presente y futuro. Boletín de la Asociación de Demografia Historica, XVIII-II, 15-78.

Teles, Basílio (1904), Carestia de vida nos campos. Cartas a um lavrador. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.